ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 243

Brasília - DF, quarta-feira, 20 de dezembro de 2017

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 10
Presidência da República 13
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 22
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 24
Ministério da Cultura 26
Ministério da Defesa 44
Ministério da Educação 46
Ministério da Fazenda 61
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 73
Ministério da Integração Nacional 74
Ministério da Justiça e Segurança Pública 77
Ministério da Saúde 81
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União 100
Ministério das Cidades 100
Ministério das Relações Exteriores 102
Ministério de Minas e Energia 103
Ministério do Desenvolvimento Social 109
Ministério do Esporte 110
Ministério do Meio Ambiente 114
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 114
Ministério do Trabalho 117
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 123
Ministério Público da União 125
Poder Judiciário 131
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 135

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.479, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (Pro-Santas Casas) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, as seguintes partes vetadas da Lei nº 13.479, de 5 de setembro de 2017:

"Art. 2º As instituições financeiras oficiais federais criarão, entre suas linhas de crédito, as seguintes modalidades do Pro-Santas Casas:

.....

§ 5º As instituições que estiverem inadimplentes com a União em relação a quaisquer obrigações tributárias ficam desobrigadas da apresentação de certidão nacional de débitos para recepção de valores com base nesta Lei, desde que os recursos liberados sejam integralmente utilizados para o pagamento dos débitos em atraso.

§ 6º As operações de que trata o § 5º deste artigo serão enquadradas na modalidade prevista no inciso I do **caput** deste artigo."

Brasília, 19 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER

LEI Nº 13.542, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$ 348.074.677,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito especial no valor R$ 348.074.677,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, setenta e quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, inclusive de emendas de bancada estadual, de execução não obrigatória, e individuais, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2017; 196ª da Independência e 129ª da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**74.117.875**
		Projetos							
02 122	**0569 15FS**	**Aquisição do Edifício-Sede da Justiça Federal em Ituiutaba - MG**							**3.338.000**
02 122	0569 15FS 2729	Aquisição do Edifício-Sede da Justiça Federal em Ituiutaba - MG - No Município de Ituiutaba - MG							3.338.000
		Edifício-sede adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	188	3.338.000
02 122	**0569 15GP**	**Aquisição do Edifício-Sede da Justiça Federal em Poços de Caldas - MG**							**5.152.000**
02 122	0569 15GP 2947	Aquisição do Edifício-Sede da Justiça Federal em Poços de Caldas - MG - No Município de Poços de Caldas - MG							5.152.000
		Edifício-sede adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	1.198.112
			F	5	2	90	0	188	3.953.888
02 122	**0569 15GZ**	**Aquisição do Edifício-Sede da Justiça Federal em Janaúba - MG**							**2.700.000**
02 122	0569 15GZ 2740	Aquisição do Edifício-Sede da Justiça Federal em Janaúba - MG - No Município de Janaúba - MG							2.700.000
		Sede adquirida (unidade): 1	F	5	2	90	0	188	2.700.000
02 122	**0569 15OE**	**Aquisição do Edifício-Sede da Justiça Federal de Barueri**							**28.100.000**
02 122	0569 15OE 3430	Aquisição do Edifício-Sede da Justiça Federal de Barueri - No Município de Barueri - SP							28.100.000
		Edifício-sede adquirido (percentual de execução física): 100	F	5	2	90	0	100	18.100.000
			F	5	2	90	0	188	10.000.000
02 122	**0569 15PF**	**Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Novo Hamburgo - RS**							**880.000**
02 122	0569 15PF 4989	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Novo Hamburgo - RS - No Município de Novo Hamburgo - RS							880.000
		Edifício-sede reformado (percentual de execução física): 24	F	4	2	90	0	181	880.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 122	**0569 15PM**	**Aquisição do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Sebastião do Paraíso - MG**							**4.700.000**
02 122	0569 15PM 3102	Aquisição do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Sebastião do Paraíso - MG - No Município de São Sebastião do Paraíso - MG							4.700.000
		Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	4.700.000
02 122	**0569 15PN**	**Aquisição de Imóvel para funcionamento do arquivo judicial da Seção Judiciária de Mato Grosso - MT**							**1.700.000**
02 122	0569 15PN 0051	Aquisição de Imóvel para funcionamento do arquivo judicial da Seção Judiciária de Mato Grosso - MT - No Estado de Mato Grosso							1.700.000
		Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	1.700.000
02 122	**0569 15PO**	**Aquisição de Imóveis para o funcionamento da Seção Judiciária em João Pessoa - PB**							**17.000.000**
02 122	0569 15PO 1436	Aquisição de Imóveis para o funcionamento da Seção Judiciária em João Pessoa - PB - No Município de João Pessoa - PB							17.000.000
		Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	188	17.000.000
02 122	**0569 15PP**	**Aquisição de Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE**							**10.000.000**
02 122	0569 15PP 1088	Aquisição de Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE - No Município de Juazeiro do Norte - CE							10.000.000
		Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	188	10.000.000
02 122	**0569 7L87**	**Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Macapá - AP**							**427.875**
02 122	0569 7L87 0402	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Macapá - AP - No Município de Macapá - AP							427.875
		Edifício construído (percentual de execução física): 1	F	4	2	90	0	100	427.875
02 122	**0569 7T92**	**Construção de Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Gurupi - TO**							**120.000**
02 122	0569 7T92 0467	Construção de Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Gurupi - TO - No Município de Gurupi - TO							120.000
		Sede construída (percentual de execução física): 2	F	4	2	90	0	188	120.000
TOTAL - FISCAL									**74.117.875**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**74.117.875**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**150.000**
		Projetos							
02 122	**0570 15HN**	**Ampliação de Imóvel para Armazenamento de Urnas no Município de Rio Branco**							**150.000**
02 122	0570 15HN 0166	Ampliação de Imóvel para Armazenamento de Urnas no Município de Rio Branco - No Município de Rio Branco - AC							150.000
		Imóvel ampliado (percentual de execução física): 11	F	4	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									**150.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**150.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**31.802**
		Projetos							
02 122	**0570 14YT**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Guarapari - ES**							**31.802**
02 122	0570 14YT 3224	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Guarapari - ES - No Município de Guarapari - ES							31.802
		Cartório construído (percentual de execução física): 3	F	4	2	90	0	100	31.802
TOTAL - FISCAL									**31.802**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**31.802**

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**900.000**
		Projetos							
02 122	**0570 7V52**	**Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - PR**							**900.000**
02 122	0570 7V52 4104	Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - PR - No Município de Curitiba - PR							900.000
		Edifício ampliado (percentual de execução física): 20	F	4	6	90	0	188	900.000
TOTAL - FISCAL									**900.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**900.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**680.000**
		Projetos							
02 122	**0570 14ET**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Limoeiro - PE**							**680.000**
02 122	0570 14ET 1666	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Limoeiro - PE - No Município de Limoeiro - PE							680.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 12	F	4	2	90	0	100	680.000
TOTAL - FISCAL									**680.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**680.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**15.000.000**
		Projetos							
02 122	**0570 13RX**	**Aquisição de Imóvel para Nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul**							**15.000.000**
02 122	0570 13RX 5027	Aquisição de Imóvel para Nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul - No Município de Porto Alegre - RS							15.000.000
		Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	15.000.000
TOTAL - FISCAL									**15.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.000.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**59.500.000**
		Projetos							
02 122	**0571 15HX**	**Aquisição de Edifício-Sede do Fórum Trabalhista Advogado Eugenio Roberto Haddock Lobo do Rio de Janeiro/RJ**							**43.000.000**
02 122	0571 15HX 3341	Aquisição de Edifício-Sede do Fórum Trabalhista Advogado Eugenio Roberto Haddock Lobo do Rio de Janeiro/RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ							43.000.000
		Edifício adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	181	43.000.000
02 122	**0571 15O9**	**Aquisição de imóvel para Fórum Trabalhista de Barra Mansa - RJ**							**1.500.000**
02 122	0571 15O9 3281	Aquisição de imóvel para Fórum Trabalhista de Barra Mansa - RJ - No Município de Barra Mansa - RJ							1.500.000
		Edifício adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	181	1.500.000
02 122	**0571 15OA**	**Aquisição de imóvel para Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu - RJ**							**15.000.000**
02 122	0571 15OA 3323	Aquisição de imóvel para Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu - RJ - No Município de Nova Iguaçu - RJ							15.000.000
		Edifício adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	181	15.000.000
TOTAL - FISCAL									**59.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**59.500.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**19.500.000**
		Projetos							
02 122	**0571 15PJ**	**Aquisição de Imóvel para Instalação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São José dos Pinhais - PR**							**16.500.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 122	0571 15PJ 4360	Aquisição de Imóvel para Instalação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São José dos Pinhais - PR - No Município de São José dos Pinhais - PR							16.500.000
		Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	181	16.500.000
02 122	**0571 15PK**	**Aquisição de Imóvel para Instalação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Cornélio Procópio - PR**							**3.000.000**
02 122	0571 15PK 4095	Aquisição de Imóvel para Instalação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Cornélio Procópio - PR - No Município de Cornélio Procópio - PR							3.000.000
		Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	181	3.000.000
TOTAL - FISCAL									**19.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**19.500.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**41.648.000**
		Projetos							
02 122	**0571 15PI**	**Aquisição de Imóvel para abrigar o Fórum Trabalhista de Taguatinga**							**41.648.000**
02 122	0571 15PI 5664	Aquisição de Imóvel para abrigar o Fórum Trabalhista de Taguatinga - Em Brasília - DF							41.648.000
			F	5	2	90	0	181	41.648.000
TOTAL - FISCAL									**41.648.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**41.648.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**80.000.000**
		Projetos							
02 122	**0571 15PA**	**Aquisição do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região**							**80.000.000**
02 122	0571 15PA 4497	Aquisição do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - No Município de Florianópolis - SC							80.000.000
			F	5	2	90	0	181	80.000.000
TOTAL - FISCAL									**80.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**80.000.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**2.000**
		Projetos							
02 122	**0571 12PW**	**Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Várzea Grande - MT**							**2.000**
02 122	0571 12PW 5411	Construção do Edifício-Sede do Posto Avançado Trabalhista de Várzea Grande - MT - No Município de Várzea Grande - MT							2.000
			F	4	2	90	0	127	2.000
TOTAL - FISCAL									**2.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**900.000**
		Projetos							
02 122	**0571 15OD**	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Jardim/MS**							**900.000**
02 122	0571 15OD 5242	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Jardim/MS - No Município de Jardim - MS							900.000
		Sede de vara do trabalho construída (percentual de execução física): 75	F	4	2	90	0	181	900.000
TOTAL - FISCAL									**900.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**900.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**55.645.000**
		Projetos							
03 122	**0581 15PQ**	**Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Campos dos Goytacazes - RJ**							**3.585.000**
03 122	0581 15PQ 3290	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Campos dos Goytacazes - RJ - No Município de Campos dos Goytacazes - RJ							3.585.000
			F	5	2	90	0	100	3.185.000
			F	5	6	90	0	188	400.000
03 062	**0581 15PU**	**Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Criciúma-SC**							**3.500.000**
03 062	0581 15PU 4484	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Criciúma-SC - No Município de Criciúma - SC							3.500.000
			F	5	2	90	0	100	3.500.000
03 122	**0581 15PV**	**Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Teresina - PI**							**15.000.000**
03 122	0581 15PV 0981	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Teresina - PI - No Município de Teresina - PI							15.000.000
		Edifício adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	188	15.000.000
03 062	**0581 15PW**	**Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Londrina - PR**							**3.560.000**
03 062	0581 15PW 4201	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Londrina - PR - No Município de Londrina - PR							3.560.000
			F	5	2	90	0	100	3.560.000
03 122	**0581 15PX**	**Aquisição do Edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho de Porto Alegre/RS**							**30.000.000**
03 122	0581 15PX 5027	Aquisição do Edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho de Porto Alegre/RS - No Município de Porto Alegre - RS							30.000.000
			F	5	2	90	0	100	20.004.759
			F	5	2	90	0	188	9.995.241
TOTAL - FISCAL									**55.645.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**55.645.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**40.980.259**
		Atividades							
02 061	**0569 4257**	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**							**1.568.371**
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							1.568.371
			F	3	2	90	0	100	1.288.371
			F	3	2	90	0	181	130.000
			F	4	2	90	0	181	150.000
		Projetos							
02 122	**0569 102S**	**Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE**							**10.000.000**
02 122	0569 102S 1088	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE - No Município de Juazeiro do Norte - CE							10.000.000
			F	4	2	90	0	188	10.000.000
02 122	**0569 10SH**	**Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa - PB**							**17.000.000**
02 122	0569 10SH 1436	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa - PB - No Município de João Pessoa - PB							17.000.000
			F	4	2	90	0	188	17.000.000
02 122	**0569 11KR**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC**							**600.000**
02 122	0569 11KR 4446	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC - No Município de Blumenau - SC							600.000
			F	4	2	90	0	181	600.000
02 122	**0569 12SJ**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG**							**9.991.888**
02 122	0569 12SJ 2956	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG - No Município de Pouso Alegre - MG							9.991.888
			F	4	2	90	0	188	9.991.888
02 122	**0569 7T82**	**Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT**							**1.700.000**
02 122	0569 7T82 5314	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT - No Município de Cuiabá - MT							1.700.000
			F	4	2	90	0	100	1.700.000
02 122	**0569 7T91**	**Construção de Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Araguaína - TO**							**120.000**
02 122	0569 7T91 0421	Construção de Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Araguaína - TO - No Município de Araguaína - TO							120.000
			F	4	2	90	0	188	120.000
TOTAL - FISCAL									**40.980.259**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**40.980.259**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO II — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**5.037.616**
		Atividades							
02 131	**0569 2549**	**Comunicação e Divulgação Institucional**							**337.616**
02 131	0569 2549 6012	Comunicação e Divulgação Institucional - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							337.616
			F	3	2	90	0	100	337.616
02 061	**0569 4257**	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**							**4.700.000**
02 061	0569 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							4.700.000
			F	3	2	90	0	100	4.700.000
TOTAL - FISCAL									**5.037.616**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.037.616**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO II — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**28.100.000**
		Projetos							
02 122	**0569 12SU**	**Aquisição de Edifício-Anexo ao TRF 3ª Região em São Paulo - SP**							**20.000.000**
02 122	0569 12SU 3928	Aquisição de Edifício-Anexo ao TRF 3ª Região em São Paulo - SP - No Município de São Paulo - SP							20.000.000
			F	5	2	90	0	100	10.000.000
			F	5	2	90	0	188	10.000.000
02 122	**0569 15HG**	**Aquisição de Imóveis para Funcionamento do TRF3 da 3ª Região em São Paulo - SP - Unidade "G"**							**8.100.000**
02 122	0569 15HG 3928	Aquisição de Imóveis para Funcionamento do TRF3 da 3ª Região em São Paulo - SP - Unidade "G" - No Município de São Paulo - SP							8.100.000
			F	5	2	90	0	100	8.100.000
TOTAL - FISCAL									**28.100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**28.100.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**15.150.000**
		Atividades							
02 122	**0570 20GP**	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**							**15.150.000**
02 122	0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional							15.150.000
			F	3	2	90	0	100	5.150.000
			F	4	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									**15.150.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.150.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO II — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**31.802**
		Atividades							
02 122	**0570 20GP**	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**							**31.802**
02 122	0570 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo							31.802
			F	3	2	90	0	100	31.802
TOTAL - FISCAL									**31.802**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**31.802**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**900.000**
		Projetos							
02 122	**0570 14DI**	**Construção de Cartório Eleitoral no Município de Terra Roxa - PR**							**100.000**
02 122	0570 14DI 4386	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Terra Roxa - PR - No Município de Terra Roxa - PR							100.000
		Cartório construído (percentual de execução física): 29	F	4	6	90	0	188	100.000
02 122	**0570 15O8**	**Construção da Central de Urnas Eletrônicas do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná**							**800.000**
02 122	0570 15O8 4104	Construção da Central de Urnas Eletrônicas do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - No Município de Curitiba - PR							800.000
		Imóvel construído (percentual de execução física): 20	F	4	6	90	0	188	800.000
TOTAL - FISCAL									**900.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**900.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**680.000**
		Atividades							
02 122	**0570 20GP**	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**							**680.000**
02 122	0570 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco							680.000
			F	3	2	90	0	100	680.000
TOTAL - FISCAL									**680.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**680.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**16.500.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**16.500.000**
02 122	0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro							16.500.000
		Processo julgado (unidade): 5.864.280	F	3	2	90	0	181	16.500.000
TOTAL - FISCAL									**16.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**16.500.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**172.204.107**
		Projetos							
02 122	**0571 134H**	**Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA**							**172.204.107**
02 122	0571 134H 2261	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA - No Município de Salvador - BA							172.204.107
			F	4	2	90	0	181	172.204.107
TOTAL - FISCAL									**172.204.107**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**172.204.107**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**11.443.893**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**7.249.193**
02 122	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							7.249.193
			F	3	2	90	0	181	7.249.193
		Projetos							
02 122	**0571 14R4**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Colombo - PR**							**350.000**
02 122	0571 14R4 4089	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Colombo - PR - No Município de Colombo - PR							350.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	4	2	90	0	181		350.000
02 122	**0571 14R6**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Bandeirantes - PR**								**58.500**
02 122	0571 14R6 4039	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Bandeirantes - PR - No Município de Bandeirantes - PR								58.500
			F	4	2	90	0	181		58.500
02 122	**0571 15A5**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Umuarama - PR**								**210.000**
02 122	0571 15A5 4397	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Umuarama - PR - No Município de Umuarama - PR								210.000
			F	4	2	90	0	181		210.000
02 122	**0571 15I2**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rolândia - PR**								**256.700**
02 122	0571 15I2 4321	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rolândia - PR - No Município de Rolândia - PR								256.700
			F	4	2	90	0	181		256.700
02 122	**0571 15I3**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Dois Vizinhos - PR**								**138.050**
02 122	0571 15I3 4109	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Dois Vizinhos - PR - No Município de Dois Vizinhos - PR								138.050
			F	4	2	90	0	181		138.050
02 122	**0571 15I4**	**Construção do Arquivo do Fórum Trabalhista de Maringá - PR**								**1.398.115**
02 122	0571 15I4 4219	Construção do Arquivo do Fórum Trabalhista de Maringá - PR - No Município de Maringá - PR								1.398.115
			F	4	2	90	0	181		1.398.115
02 122	**0571 15I6**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Guarapuava - PR**								**210.000**
02 122	0571 15I6 4145	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Guarapuava - PR - No Município de Guarapuava - PR								210.000
			F	4	2	90	0	181		210.000
02 122	**0571 15ND**	**Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Londrina - PR**								**99.635**
02 122	0571 15ND 4201	Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Londrina - PR - No Município de Londrina - PR								99.635
			F	4	2	90	0	181		99.635
02 122	**0571 15NE**	**Ampliação do Edifício-Sedo do Fórum Trabalhista de Cascavel - PR**								**293.700**
02 122	0571 15NE 4079	Ampliação do Edifício-Sedo do Fórum Trabalhista de Cascavel - PR - No Município de Cascavel - PR								293.700
			F	4	2	90	0	181		293.700
02 122	**0571 15NF**	**Ampliação do Edífico-Sede da Vara do Trabalho de Paranavaí - PR**								**140.000**
02 122	0571 15NF 4265	Ampliação do Edífico-Sede da Vara do Trabalho de Paranavaí - PR - No Município de Paranavaí - PR								140.000
			F	4	2	90	0	181		140.000
02 122	**0571 15NG**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Campo Mourão - PR**								**210.000**
02 122	0571 15NG 4071	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Campo Mourão - PR - No Município de Campo Mourão - PR								210.000
			F	4	2	90	0	181		210.000
02 122	**0571 15NH**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Cianorte - PR**								**210.000**
02 122	0571 15NH 4086	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Cianorte - PR - No Município de Cianorte - PR								210.000
			F	4	2	90	0	181		210.000
02 122	**0571 15NI**	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Palotina - PR**								**70.000**
02 122	0571 15NI 4260	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Palotina - PR - No Município de Palotina - PR								70.000
			F	4	2	90	0	181		70.000
02 122	**0571 15NJ**	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Goioerê - PR**								**70.000**
02 122	0571 15NJ 4135	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Goioerê - PR - No Município de Goioerê - PR								70.000
			F	4	2	90	0	181		70.000
02 122	**0571 15NK**	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Ibaiti - PR**								**70.000**
02 122	0571 15NK 4149	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Ibaiti - PR - No Município de Ibaiti - PR								70.000
			F	4	2	90	0	181		70.000
02 122	**0571 15NL**	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Medianeira - PR**								**70.000**
02 122	0571 15NL 4229	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Medianeira - PR - No Município de Medianeira - PR								70.000
			F	4	2	90	0	181		70.000
02 122	**0571 15NM**	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Campo Largo - PR**								**70.000**
02 122	0571 15NM 4069	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Campo Largo - PR - No Município de Campo Largo - PR								70.000
			F	4	2	90	0	181		70.000
02 122	**0571 15NN**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São José dos Pinhais - PR**								**210.000**
02 122	0571 15NN 4360	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São José dos Pinhais - PR - No Município de São José dos Pinhais - PR								210.000
			F	4	2	90	0	181		210.000
02 122	**0571 7W90**	**Aquisição de Terreno para Construção Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Colombo - PR**								**60.000**
02 122	0571 7W90 4089	Aquisição de Terreno para Construção Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Colombo - PR - No Município de Colombo - PR								60.000
			F	4	2	90	0	181		60.000
TOTAL - FISCAL										**11.443.893**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**11.443.893**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**500.000**
		Projetos							
02 122	**0571 135C**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Taguatinga - DF**							**500.000**
02 122	0571 135C 0053	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Taguatinga - DF - No Distrito Federal							500.000
			F	4	2	90	0	181	500.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**2.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**2.000**
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso							2.000
			F	3	2	90	0	127	2.000
TOTAL - FISCAL									**2.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**900.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**900.000**
02 122	0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul							900.000
			F	3	2	90	0	181	900.000
TOTAL - FISCAL									**900.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**900.000**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**55.645.000**
		Atividades							
03 062	**0581 4262**	**Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho**							**26.249.759**
03 062	0581 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional							26.249.759
			F	3	2	90	0	100	20.249.759
			F	4	2	90	0	100	6.000.000
		Projetos							
03 122	**0581 13CB**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre - RS**							**13.995.241**
03 122	0581 13CB 5027	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS							13.995.241
		Edifício construído (percentual de execução física): 42	F	4	2	90	0	100	4.000.000
			F	4	2	90	0	188	9.995.241
03 122	**0581 15B9**	**Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Teresina - PI**							**15.000.000**
03 122	0581 15B9 0981	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Teresina - PI - No Município de Teresina - PI							15.000.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 72	F	4	2	90	0	188	15.000.000
03 122	**0581 7X20**	**Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Volta Redonda - RJ**							**400.000**
03 122	0581 7X20 3365	Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Volta Redonda - RJ - No Município de Volta Redonda - RJ							400.000
			F	4	6	90	0	188	400.000
TOTAL - FISCAL									**55.645.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**55.645.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LEI Nº 13.543, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para regular as condições de informação do preço de bens e serviços ao consumidor, no comércio eletrônico.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

"Art. 2º .....
.....

III - no comércio eletrônico, mediante divulgação ostensiva do preço à vista, junto à imagem do produto ou descrição do serviço, em caracteres facilmente legíveis com tamanho de fonte não inferior a doze.
....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim

LEI Nº 13.544, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui a data de 31 de janeiro como o Dia Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, a ser comemorado, anualmente, no dia 31 de janeiro em todo o território nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim

LEI Nº 13.545, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre prazos processuais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 775.....

§ 1º .....

2º ....." (NR

"Art. 775-A. Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

§ 1º Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período previsto no **caput** deste artigo.

§ 2º Durante a suspensão do prazo, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Ronaldo Nogueira de Oliveira

LEI Nº 13.546, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

Art. 2º O art. 291 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

"Art. 291. .....
.....

§ 3º (VETADO).

§ 4º O juiz fixará a pena-base segundo as diretrizes previstas no art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), dando especial atenção à culpabilidade do agente e às circunstâncias e consequências do crime." (NR)

Art. 3º O art. 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 302. .....
.....

§ 3º Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

Penas - reclusão, de cinco a oito anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor." (NR)

Art. 4º O art. 303 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art. 303. .....

§ 1º .....

§ 2º A pena privativa de liberdade é de reclusão de dois a cinco anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo, se o agente conduz o veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, e se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima." (NR)

Art. 5º O **caput** do art. 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada:
....." (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

Brasília, 19 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.243, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui a Sala de Inovação no âmbito do Poder Executivo federal, cria o Comitê Gestor da Sala de Inovação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 3º-C e art. 19 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Sala de Inovação no âmbito do Poder Executivo federal, com o objetivo de articular, coordenar e estabelecer diretrizes e operacionalizar ações para atrair, para o território nacional, centros e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I de sociedades estrangeiras, suas subsidiárias constituídas no País e suas filiais que funcionam no País.

Art. 2º A Sala de Inovação tem as seguintes atribuições:

I - definir e executar a estratégia do Poder Executivo federal de atração, implementação, manutenção e expansão de centros e projetos de PD&I do exterior para o País;

II - estabelecer e garantir o funcionamento de ponto focal no Poder Executivo federal para o atendimento a sociedades estrangeiras e suas subsidiárias e filiais interessadas em realizar investimentos em PD&I no País;

III - elaborar propostas de aprimoramento das políticas públicas de inovação que estimulem a atração, a implementação, a manutenção e a expansão de investimentos estrangeiros focados em PD&I no País;

IV - promover a articulação dos instrumentos e das políticas públicas de estímulo aos investimentos em PD&I dos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, com vistas à atração de novos investimentos para o País;

V - mapear e divulgar as competências tecnológicas do País, a infraestrutura tecnológica, os recursos humanos qualificados e os incentivos governamentais existentes;

VI - promover a imagem do País como destino qualificado de investimentos em PD&I;

VII - atuar de forma proativa na identificação, na abordagem, no suporte e na viabilização do estabelecimento de centros de PD&I de sociedades estrangeiras e suas subsidiárias e filiais no País, junto a parceiros estratégicos para o País; e

VIII - acompanhar e avaliar a execução dos objetivos, das políticas e dos esforços de atração de investimentos em PD&I.

§ 1º Sociedades empresárias nacionais interessadas em estabelecer centros de PD&I no País podem buscar o atendimento do ponto focal da Sala de Inovação.

§ 2º Para os fins do disposto no inciso V do **caput**, entende-se como infraestrutura tecnológica os parques tecnológicos, as incubadoras, as universidades e os centros de pesquisa, dentre outros.

Art. 3º Fica instituído o Comitê Gestor da Sala de Inovação, com a atribuição de implementar o disposto no art. 2º.

§ 1º O Comitê Gestor da Sala de Inovação será composto por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

II - Ministério das Relações Exteriores;

III - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

IV - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex-Brasil;

V - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

VI - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; e

VII - Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.

§ 1º Os membros do Comitê Gestor da Sala de Inovação serão indicados pelo titular do respectivo órgão ou entidade, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto, e serão designados em ato do Ministro de Estado ao qual a Secretaria-Executiva do Comitê Gestor estiver subordinada.

§ 2º A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da Sala de Inovação será exercida, de forma alternada, a cada dois anos, pela Secretaria de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a se iniciar por aquela.

§ 3º A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da Sala de Inovação proverá o apoio administrativo e técnico necessário ao funcionamento do colegiado.

§ 4º O Comitê Gestor da Sala de Inovação se reunirá ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, mediante convocação da Secretaria-Executiva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 5º Poderão ser convidados a participar das atividades do Comitê Gestor da Sala de Inovação representantes de outros órgãos e entidades cujas competências tenham influência sobre a atração de investimentos em PD&I.

§ 6º A participação dos representantes do Comitê Gestor da Sala de Inovação será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º Ao Comitê Gestor da Sala de Inovação compete:

I - definir e disseminar as diretrizes relativas ao funcionamento da Sala de Inovação, observado o disposto no art. 2º;

II - orientar e supervisionar a implementação da Sala de Inovação;

III - envolver instituições públicas ou privadas para que auxiliem no desempenho de suas atribuições; e

IV - prestar informações e suporte à Apex-Brasil na consecução das atribuições previstas no art. 6º, respeitado o dever de sigilo das instituições.

Art. 5º Fica instituído o Conselho Consultivo da Sala de Inovação, integrado por representantes do setor produtivo, de entidades de classe e de entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 1º Caberá ao Conselho Consultivo da Sala de Inovação oferecer subsídios e formular recomendações ao Comitê Gestor da Sala de Inovação, quanto às suas atribuições previstas no art. 4º.

§ 2º Os membros do Conselho Consultivo da Sala de Inovação serão convidados dentre as organizações de que trata o **caput** e serão designados em ato da Secretaria-Executiva do Comitê Gestor.

§ 3º A participação dos representantes do Conselho Consultivo da Sala de Inovação será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º A Apex-Brasil, em coordenação com o Comitê Gestor da Sala de Inovação, atuará como ponto focal do Poder Executivo federal para o atendimento a sociedades estrangeiras e suas subsidiárias e filiais no âmbito da Sala de Inovação e terá as seguintes atribuições:

I - prestar assessoria consultiva às sociedades estrangeiras e suas subsidiárias e filiais interessadas em realizar investimentos focados em PD&I no País;

II - preparar oferta customizada de instrumentos de apoio ao investimento em inovação para as sociedades estrangeiras e suas subsidiárias e filiais, após articulação com o Comitê Gestor da Sala de Inovação e dos demais órgãos federais, estaduais, distritais e municipais;

III - elaborar e executar, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores e os demais membros do Comitê Gestor da Sala de Inovação, o plano de promoção da imagem do País como ator internacional na atração de investimentos estrangeiros em PD&I;

IV - administrar a marca **Innovate in Brasil** e utilizá-la na promoção das ações vinculadas à Sala de Inovação;

V - atualizar os conteúdos de comunicação veiculados pela Sala de Inovação, em meio físico e eletrônico, observado o disposto no inciso IV do **caput** do art. 4º;

VI - acompanhar e monitorar os centros de PD&I atraídos e apresentar ao Comitê Gestor da Sala de Inovação sugestões de aprimoramento da Sala de Inovação; e

VII - coordenar, em conjunto com os demais membros do Comitê Gestor da Sala de Inovação e com os órgãos envolvidos, a realização de anúncios de investimento estrangeiro em PD&I no País.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho
Marcos Jorge Lima
Gilberto Kassab

DECRETO Nº 9.244, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e cria o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto, com a finalidade de articular órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil, na promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto.

Art. 2º Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se:

I - negócios de impacto - empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável;

II - investimentos de impacto - mobilização de capital público ou privado para negócios de impacto; e

III - organizações intermediárias - instituições que facilitam, conectam e apoiam a conexão entre a oferta (investidores, doadores e gestores empreendedores) e a demanda de capital (negócios que geram impacto social).

Art. 3º A Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto tem os seguintes objetivos:

I - a ampliação da oferta de capital para os negócios de impacto, por meio da mobilização de recursos públicos e privados destinados ao investimento e ao financiamento de suas atividades;

II - o aumento da quantidade de negócios de impacto, por meio da disseminação da cultura de avaliação de impacto socioambiental e do apoio ao envolvimento desses empreendimentos com as demandas de contratações públicas e com as cadeias de valor de empresas privadas;

III - o fortalecimento das organizações intermediárias que oferecem apoio ao desenvolvimento de negócios de impacto e capacitação aos empreendedores, que geram novos conhecimentos sobre o assunto ou que promovem o envolvimento dos negócios de impacto com os investidores, os doadores e as demais organizações detentoras de capital;

IV - a promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto, por meio da proposição de atos normativos referentes ao assunto; e

V - o fortalecimento da geração de dados que proporcionem mais visibilidade aos investimentos e aos negócios de impacto.

Art. 4º Fica criado o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto.

Parágrafo único. O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto terá a duração de dez anos, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Art. 5º Caberá ao Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto propor, monitorar, avaliar e articular a implementação da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto.

Art. 6º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto será composto pelos seguintes membros:

I - um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

a) Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, que o presidirá;

b) Casa Civil da Presidência da República;

c) Ministério das Relações Exteriores;

d) Ministério da Fazenda;

e) Ministério do Desenvolvimento Social;

f) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

g) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

h) Escola Nacional de Administração Pública;

i) Comissão de Valores Mobiliários;

j) Financiadora de Estudos e Projetos;

k) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

l) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;

m) Banco do Brasil; e

n) Caixa Econômica Federal;

II - um representante da Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos;

III - um representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; e

IV - dez representantes do setor privado e de organizações da sociedade civil.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I, II e III do **caput**, titulares e suplentes, serão indicados pelos órgãos e pelas entidades representados, no prazo de quinze dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

§ 2º Os representantes de que trata o inciso IV do **caput**, titulares e suplentes, serão indicados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

§ 3º Os membros do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto serão designados em ato do Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

§ 4º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas, do setor privado e de organizações da sociedade civil para participar das reuniões do Comitê, sem direito a voto.

Art. 7º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto se reunirá, em caráter ordinário, trimestralmente, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Presidente, por iniciativa própria ou por solicitação de seus membros.

Art. 8º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto aprovará proposições por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros, as quais serão consubstanciadas em ata.

Art. 9º O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto poderá criar Grupos de Trabalho, por prazo determinado, destinados à análise de assuntos específicos.

Parágrafo único. Os Grupos de Trabalho serão compostos por membros do Comitê.

Art. 10. O Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto encaminhará ao Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, na última quinzena de dezembro de cada ano, relatório de monitoramento que conterá os resultados alcançados e as metas para o período subsequente.

Art. 11. A participação no Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 12. A Secretaria de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços atuará como Secretaria-Executiva do Comitê de Investimentos e Negócios de Impactos.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Marcos Jorge Lima

DECRETO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa, em favor da União, os imóveis, e os direitos respectivos, que menciona, localizados nos Municípios de Itaguaí e de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro, para a implantação do Complexo Naval de Itaguaí do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, **caput**, alínea "a", e no art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e no art. 42 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa, em favor da União, os imóveis e as benfeitorias, e os direitos respectivos, incluídos os bens de domínio público, localizados no Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, necessários à implantação do Complexo Naval de Itaguaí do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear - Prosub.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º A área terrestre a que se refere o **caput** está localizada na Ilha da Madeira, limitada pela Baía de Sepetiba, com ponto inicial da descrição situado ao norte da Ilha da Madeira e segue por terra, no sentido sudoeste, até o ponto 11, conforme descrito a seguir: do ponto 1, de coordenadas E= 618523,39 e N= 7465265,02, segue para o ponto 2, com distância de 87,96 metros e azimute de 201º 41' 51"; do ponto 2, de coordenadas E= 618490,87 e N= 7465183,29, segue para o ponto 3, com distância de 112,42 metros e azimute de 199º 43' 05"; do ponto 3, de coordenadas E= 618452,94 e N= 7465077,46, segue para o ponto 4, com distância de 127,92 metros e azimute de 192º 0" 21"; do ponto 4, de coordenadas E= 618426,15 e N= 7464952,38, segue para o ponto 5, com distância de 88,97 metros e azimute de 184º 31' 09"; do ponto 5, de coordenadas E= 618419,14 e N= 7464863,69, segue para o ponto 6, com distância de 199,21 metros e azimute de 212º 30' 05"; do ponto 6, de coordenadas E= 618312,10 e N= 7464695,68, segue para o ponto 7, com distância de 49,99 metros e azimute de 248º 26' 21"; do ponto 7, de coordenadas E= 618265,61 e N= 7464677,31, segue para o ponto 8, com distância de 152,69 metros e azimute de 251º 19' 01"; do ponto 8, de coordenadas E= 618120,97 e N= 7464628,40, segue para o ponto 9, com distância de 175,89 metros e azimute de 239º 27' 43"; do ponto 9, de coordenadas E= 617969,48 e N= 7464539,03, segue para o ponto 10, com distância de 178,58 metros e azimute de 218º 07' 47"; do ponto 10, de coordenadas E= 617859,22 e N= 7464398,56, segue para o ponto 11, com distância de 153,90 metros e azimute de 242º 57' 32"; a partir do ponto 11 até o ponto 52, o limite segue por água, conforme descrito a seguir: do ponto 11, de coordenadas E= 617722,14 e N= 7464328,59, segue para o ponto 12, com distância de 441,85 metros e azimute de 278º 45' 40"; do ponto 12, de coordenadas E= 617285,45 e N= 7464395,89, segue para o ponto 13, com distância de 27,29 metros e azimute de 194º 16' 32"; do ponto 13, de coordenadas E= 617278,72 e N= 7464369,44, segue para o ponto 14, com distância de 5,70 metros e azimute de 284º 19' 44"; do ponto 14, de coordenadas E= 617273,20 e N= 7464370,85, segue para o ponto 15, com distância de 244,54 metros e azimute de 194º 17' 25"; do ponto 15, de coordenadas E= 617212,84 e N= 7464133,88, segue para o ponto 16, com distância de 452,49 metros e azimute de 190º 03' 08"; do ponto 16, de coordenadas E= 617133,86 e N= 7463688,34, segue para o ponto 17, com distância de 36,62 metros e azimute de 184º 48' 33"; do ponto 17, de coordenadas E= 617130,79 e N= 7463651,85, segue para o ponto 18, com distância de 33,63 metros e azimute de 175º 45' 15"; do ponto 18, de coordenadas E= 617133,28 e N= 7463618,31, segue para o ponto 19, com distância de 42,13 metros e azimute de 166º 11' 05"; do ponto 19, de coordenadas E= 617143,34 e N= 7463577,40, segue para o ponto 20, com distância de 21,02 metros e azimute de 158º 23' 27"; do ponto 20, de coordenadas E= 617151,08 e N= 7463557,86, segue para o ponto 21, com distância de 22,79 metros e azimute de 152º 45' 37"; do ponto 21, de coordenadas E= 617161,51 e N= 7463537,60, segue para o ponto 22, com distância de 209,83 metros e azimute de 192º 54' 16"; do ponto 22, de coordenadas E= 617114,65 e N= 7463333,07, segue para o ponto 23, com distância de 131,89 metros e azimute de 148º 41' 21"; do ponto 23, de coordenadas E= 617183,19 e N= 7463220,39, segue para o ponto 24, com distância de 39,30 metros e azimute de 157º 11' 58"; do ponto 24, de coordenadas E= 617198,42 e N= 7463184,16, segue para o ponto 25, com distância de 24,92 metros e azimute de 148º 27' 10"; do ponto 25, de coordenadas E= 617211,46 e N= 7463162,92, segue para o ponto 26, com distância de 20,72 metros e azimute de 142º 22' 21"; do ponto 26, de coordenadas E= 617224,11 e N= 7463146,51, segue para o ponto 27, com distância de 34,02 metros e azimute de 134º 59' 17"; do ponto 27, de coordenadas E= 617248,17 e N= 7463122,46, segue para o ponto 28, com distância de 35,92 metros e azimute de 125º 38' 29"; do ponto 28, de coordenadas E= 617277,36 e N= 7463101,53, segue para o ponto 29, com distância de 36,49 metros e azimute de 115º 56' 24"; do ponto 29, de coordenadas E= 617310,17 e N= 7463085,57, segue para o ponto 30, com distância de 30,30 metros e azimute de 106º 59' 60"; do ponto 30, de coordenadas E= 617339,15 e N= 7463076,71, segue para o ponto 31, com distância de 18,29 metros e azimute de 100º 35' 06"; do ponto 31, de coordenadas E= 617357,13 e N= 7463073,35, segue para o ponto 32, com distância de 23,08 metros e azimute de 94º 44' 50"; do ponto 32, de coordenadas E= 617380,13 e N= 7463071,44, segue para o ponto 33, com distância de 22,86 metros e azimute de 88º 52' 20"; do ponto 33, de coordenadas E= 617402,99 e N= 7463071,89, segue para o ponto 34, com distância de 40,35 metros e azimute de 80º 48' 05"; do ponto 34, de coordenadas E= 617442,82 e N= 7463078,34, segue para o ponto 35, com distância de 32,55 metros e azimute de 71º 31' 54"; do ponto 35, de coordenadas E= 617473,69 e N= 7463088,65, segue para o ponto 36, com distância de 15,80 metros e azimute de 64º 56' 37"; do ponto 36, de coordenadas E= 617488,00 e N= 7463095,34, segue para o ponto 37, com distância de 31,58 metros e azimute de 58º 07' 18"; do ponto 37, de coordenadas E= 617514,82 e N= 7463112,02, segue para o ponto 38, com distância de 27,79 metros e azimute de 49º 23' 31"; do ponto 38, de coordenadas E= 617535,92 e N= 7463130,11, segue para o ponto 39, com distância de 192,49 metros e azimute de 74º 27' 01"; do ponto 39, de coordenadas E= 617721,36 e N= 7463181,71, segue para o ponto 40, com distância de 32,88 metros e azimute de 70º 21' 50"; do ponto 40, de coordenadas E= 617752,33 e N= 7463192,76, segue para o ponto 41, com distância de 26,33 metros e azimute de 64º 32' 05"; do ponto 41, de coordenadas E= 617776,10 e N= 7463204,08, segue para o ponto 42, com distância de 760,09 metros e azimute de 57º 28' 38"; do ponto 42, de coordenadas E= 618416,99 e N= 7463612,73, segue para o ponto 43, com distância de 109,16 metros e azimute de 88º 33' 42"; do ponto 43, de coordenadas E= 618526,12 e N= 7463615,47, segue para o ponto 44, com distância de 29,30 metros e azimute de 108º 11' 60"; do ponto 44, de coordenadas E= 618553,95 e N= 7463606,32, segue para o ponto 45, com distância de 15,30 metros e azimute de 101º 43' 43"; do ponto 45, de coordenadas E= 618568,93 e N= 7463603,21, segue para o ponto 46, com distância de 30,58 metros e azimute de 95º 08' 25"; do ponto 46, de coordenadas E= 618599,39 e N= 7463600,47, segue para o ponto 47, com distância de 15,29 metros e azimute de 88º 34' 35"; do ponto 47, de coordenadas E= 618614,68 e N= 7463600,85, segue para o ponto 48, com distância de 30,58 metros e azimute de 81º 59' 30"; do ponto 48, de coordenadas E= 618644,96 e N= 7463605,11, segue para o ponto 49, com distância de 15,30 metros e azimute de 75º 22' 56"; do ponto 49, de coordenadas E= 618659,76 e N= 7463608,97, segue para o ponto 50, com distância de 30,57 metros e azimute de 68º 50' 58"; do ponto 50, de coordenadas E= 618688,27 e N= 7463620,00, segue para o ponto 51, com distância de 16,32 metros e azimute de 61º 58' 30"; do ponto 51, de coordenadas E= 618702,68 e N= 7463627,67, segue para o ponto 52, com distância de 2,42 metros e azimute de 53º 24' 53"; a partir do ponto 52 até o ponto 129, o limite segue por terra, conforme descrito a seguir: do ponto 52, de coordenadas E= 618704,62 e N= 7463629,11, segue para o ponto 53, com distância de 94,34 metros e azimute de 308º 40' 57"; do ponto 53, de coordenadas E= 618630,98 e N= 7463688,07, segue para o ponto 54, com distância de 11,12 metros e azimute de 325º 48' 35"; do ponto 54, de coordenadas E= 618624,73 e N= 7463697,27, segue para o ponto 55, com distância de 8,94 metros e azimute de 341º 16' 53"; do ponto 55, de coordenadas E= 618621,86 e N= 7463705,74, segue para o ponto 56, com distância de 14,67 metros e azimute de 353º 46' 35"; do ponto 56, de coordenadas E= 618620,27 e N= 7463720,32, segue para o ponto 57, com distância de 29,15 metros e azimute de 02º 18' 00"; do ponto 57, de coordenadas E= 618621,44 e N= 7463749,45, segue para o ponto 58, com distância de 28,97 metros e azimute de 356º 44' 05"; do ponto 58, de coordenadas E= 618619,79 e N= 7463778,37, segue para o ponto 59, com distância de 50,62 metros e azimute de 29º 09' 09"; do ponto 59, de coordenadas E= 618644,45 e N= 7463822,58, segue para o ponto 60, com distância de 28,02 metros e azimute de 87º 17' 60"; do ponto 60, de coordenadas E= 618672,44 e N= 7463823,90, segue para o ponto 61, com distância de 223,69 metros e azimute de 37º 49' 18"; do ponto 61, de coordenadas E= 618809,61 e N= 7464000,60, segue para o ponto 62, com distância de 171,82 metros e azimute de 56º 56' 13"; do ponto 62, de coordenadas E= 618953,61 e N= 7464094,34, segue para o ponto 63, com distância de 199,43 metros e azimute de 67º 31' 04"; do ponto 63, de coordenadas E= 619137,88 e N= 7464170,60, segue para o ponto 64, com distância de 207,98 metros e azimute de 57º 32' 44"; do ponto 64, de coordenadas E= 619313,38 e N= 7464282,21, segue para o ponto 65, com distância de 160,15 metros e azimute de 106º 01' 44"; do ponto 65, de coordenadas E= 619467,30 e N= 7464237,99, segue para o ponto 66, com distância de 102,41 metros e azimute de 08º 42' 19"; do ponto 66, de coordenadas E= 619482,80 e N= 7464339,22, segue para o ponto 67, com distância de 52,83 metros e azimute de 320º 45' 15"; do ponto 67, de coordenadas E= 619449,38 e N= 7464380,13, segue para o ponto 68, com distância de 41,59 metros e azimute de 315º 17' 32"; do ponto 68, de coordenadas E= 619420,12 e N= 7464409,69, segue para o ponto 69, com distância de 49,25 metros e azimute de 20º 05' 40"; do ponto 69, de coordenadas E= 619437,04 e N= 7464455,94, segue para o ponto 70, com distância de 78,48 metros e azimute de 353º 10' 19"; do ponto 70, de coordenadas E= 619427,71 e N= 7464533,86, segue para o ponto 71, com distância de 88,37 metros e azimute de 346º 34' 49"; do ponto 71, de coordenadas E= 619407,20 e N= 7464619,82, segue para o ponto 72, com distância de 50,54 metros e azimute de 325º 11' 37"; do ponto 72, de coordenadas E= 619378,35 e N= 7464661,32, segue para o ponto 73, com distância de 72,97 metros e azimute de 321º 25' 56"; do ponto 73, de coordenadas E= 619332,86 e N= 7464718,37, segue para o ponto 74, com distância de 42,37 metros e azimute de 311º 00' 01"; do ponto 74, de coordenadas E= 619300,88 e N= 7464746,17, segue para o ponto 75, com distância de 34,47 metros e azimute de 335º 54' 39"; do ponto 75, de coordenadas E= 619286,81 e N= 7464777,64, segue para o ponto 76, com distância de 30,29 metros e azimute de 301º 35' 47"; do ponto 76, de coordenadas E= 619261,01 e N= 7464793,51, segue para o ponto 77, com distância de 138,96 metros e azimute de 11º 28' 53"; do ponto 77, de coordenadas E= 619288,67 e N= 7464929,69, segue para o ponto 78, com distância de 208,03 metros e azimute de 334º 59' 45"; do ponto 78, de coordenadas E= 619200,74 e N= 7465118,22, segue para o ponto 79, com distância de 275,36 metros e azimute de 291º 19' 24"; do ponto 79, de coordenadas E= 618944,23 e N= 7465218,35, segue para o ponto 80, com distância de 39,43 metros e azimute de 291º 19' 35"; do ponto 80, de coordenadas E= 618907,50 e N= 7465232,69, segue para o ponto 81, com distância de 27,32 metros e azimute de 54º 44' 42"; do ponto 81, de coordenadas E= 618929,81 e N= 7465248,46, segue para o ponto 82, com distância de 21,74 metros e azimute de 39º 07' 15"; do ponto 82, de coordenadas E= 618943,53 e N= 7465265,33, segue para o ponto 83, com distância de 16,42 metros e azimute de 23º 19' 04"; do ponto 83, de coordenadas E= 618950,03 e N= 7465280,41, segue para o ponto 84, com distância de 12,65 metros e azimute de 04º 37' 28"; do ponto 84, de coordenadas E= 618951,05 e N= 7465293,02, segue para o ponto 85, com distância de 29,96 metros e azimute de 349º 05' 29"; do ponto 85, de coordenadas E= 618945,38 e N= 7465322,44, segue para o ponto 86, com distância de 9,75 metros e azimute de 355º 45' 49"; do ponto 86, de coordenadas E= 618944,66 e N= 7465332,16, segue para o ponto 87, com distância de 24,04 metros e azimute de 04º 17' 40"; do ponto 87, de coordenadas E= 618946,46 e N= 7465356,13, segue para o ponto 88, com distância de 11,59 metros e azimute de 19º 01' 44"; do ponto 88, de coordenadas E= 618950,24 e N= 7465367,09, segue para o ponto 89, com distância de 12,32 metros e azimute de 26º 37' 39"; do ponto 89, de coordenadas E= 618955,76 e N= 7465378,10, segue para o ponto 90, com distância de 19,81 metros e azimute de 30º 53' 22"; do ponto 90, de coordenadas E= 618965,93 e N= 7465395,10, segue para o ponto 91, com distância de 23,25 metros e azimute de 38º 43' 59"; do ponto 91, de coordenadas E= 618980,48 e N= 7465413,24, segue para o ponto 92, com distância de 43,04 metros e azimute de 35º 22' 53"; do ponto 92, de coordenadas E= 619005,40 e N= 7465448,33, segue para o ponto 93, com distância de 18,90 metros e azimute de 22º 35' 22"; do ponto 93, de coordenadas E= 619012,66 e N= 7465465,78, segue para o ponto 94, com distância de 22,79 metros e azimute de 06º 33' 04"; do ponto 94, de coordenadas E= 619015,26 e N= 7465488,42, segue para o ponto 95, com distância de 17,55 metros e azimute de 07º 10' 10"; do ponto 95, de coordenadas E= 619017,45 e N= 7465505,83, segue para o ponto 96, com distância de 7,48 metros e azimute de 09º 18' 40"; do ponto 96, de coordenadas E= 619018,66 e N= 7465513,21, segue para o ponto 97, com distância de 6,17 metros e azimute de 13º 47' 18"; do ponto 97, de coordenadas E= 619020,13 e N= 7465519,20, segue para o ponto 98, com distância de 5,24 metros e azimute de 15º 23' 22"; do ponto 98, de coordenadas E= 619021,52 e N= 7465524,25, segue para o ponto 99, com distância de 2,78 metros e azimute de 22º 36' 15"; do ponto 99, de coordenadas E= 619022,59 e N= 7465526,82, segue para o ponto 100, com distância de 16,09 metros e azimute de 29º 58' 28"; do ponto 100, de coordenadas E= 619030,63 e N= 7465540,76, segue para o ponto 101, com distância de 6,07 metros e azimute de 37º 42' 04"; do ponto 101, de coordenadas E= 619034,34 e N= 7465545,56, segue para o ponto 102, com uma distância de 40,77 metros e azimute de 336º 11' 20"; do ponto 102, de coordenadas E= 619017,88 e N= 7465582,86, segue para o ponto 103, com distância de 439,11 metros e azimute de 246º 31' 41"; do ponto 103, de coordenadas E= 618615,10 e N= 7465407,96, segue para o ponto 104, com distância de 12,39 metros e azimute de 289º 37' 11"; do ponto 104, de coordenadas E= 618603,43 e N= 7465412,12, segue para o ponto 105, com distância de 5,73 metros e azimute de 61º 11' 53"; do ponto 105, de coordenadas E= 618608,45 e N= 7465414,88, segue para o ponto 106, com distância de 9,27 metros e azimute de 54º 04' 54"; do ponto 106, de coordenadas E= 618615,96 e N= 7465420,32, segue para o ponto 107, com distância de 14,09 metros e azimute de 40º 51' 25"; do ponto 107, de coordenadas E= 618625,18 e N= 7465430,98, segue para o ponto 108, com distância de 38,18 metros e azimute de 26º 06' 07"; do ponto 108, de coordenadas E= 618641,98 e N= 7465465,27, segue para o ponto 109, com distância de 12,12 metros e azimute de 39º 34' 32"; do ponto 109, de coordenadas E= 618649,70 e N= 7465474,61, segue para o ponto 110, com distância de 9,21 metros e azimute de 79º 48' 03"; do ponto 110, de coordenadas E= 618658,76 e N= 7465476,24, segue para o ponto 111, com distância de 24,22 metros e azimute de 103º 06' 04"; do ponto 111, de coordenadas E= 618682,35 e N= 7465470,75, segue para o ponto 112, com distância de 8,37 metros e azimute de 91º 54' 58"; do ponto 112, de coordenadas E= 618690,72 e N= 7465470,47, segue para o ponto 113, com distância de 5,62 metros e azimute de 78º 17' 24"; do ponto 113, de coordenadas E= 618696,22 e N= 7465471,61, segue para o ponto 114, com distância de 11,47 metros e azimute de 59º 27' 21"; do ponto 114, de coordenadas E= 618706,10 e N= 7465477,44, segue para o ponto 115, com distância de 86,78 metros e azimute de 44º 40' 23"; do ponto 115, de coordenadas E= 618767,11 e N= 7465539,15, segue para o ponto 116, com distância de 55,93 metros e azimute de 35º 43' 50"; do ponto 116, de coordenadas E= 618799,77 e N= 7465584,55, segue para o ponto 117, com distância de 32,69 metros e azimute de 49º 13' 05"; do ponto 117, de coordenadas E= 618824,52 e N= 7465605,90, segue para o ponto 118, com distância de 35,62 metros e azimute de 42º 14' 05"; do ponto 118, de coordenadas E= 618848,46 e N= 7465632,27, segue para o ponto 119, com distância de 34,63 metros e azimute de 58º 31' 21"; do ponto 119, de coordenadas E= 618877,99 e N= 7465650,35, segue para o ponto 120, com distância de 12,85 metros e azimute de 33º 13' 12"; do ponto 120, de coordenadas E= 618885,03 e N= 7465661,10, segue para o ponto 121, com distância de 17,82 metros e azimute de 24º 13' 13"; do ponto 121, de coordenadas E= 618892,34 e N= 7465677,35, segue para o ponto 122, com distância de 11,21 metros e azimute de 37º 27' 46"; do ponto 122, de coordenadas E= 618899,16 e N= 7465686,25, segue para o ponto 123, uma distância de 16,62 metros e azimute de 54º 15' 14"; do ponto 123, de coordenadas E= 618912,65 e N= 7465695,96, segue para o ponto 124, com distância de 32,73 metros e azimute de 63º 50' 31"; do ponto 124, de coordenadas E= 618942,03 e N= 7465710,39, segue para o ponto 125, com distância de 21,75 metros e azimute de 59º 24' 08"; do ponto 125, de coordenadas E= 618960,75 e N= 7465721,46, segue para o ponto 126, com distância de 18,62 metros e azimute de 52º 34' 13"; do ponto 126, de coordenadas E= 618975,54 e N= 7465732,78, segue para o ponto 127, com distância de 13,32 metros e azimute de 38º 19' 26"; do ponto 127, de coordenadas E= 618983,80 e N= 7465743,23, segue para o ponto 128, com distância de 10,77 metros e azimute de 20º 26' 16"; do ponto 128, de coordenadas E= 618987,56 e N= 7465753,32, segue para o ponto 129, com distância de 27,41 metros e azimute de 03º 42' 10"; a partir do ponto 129 até o ponto 154, o limite segue por água, conforme descrito a seguir: do ponto 129, de coordenadas E= 618989,33 e N= 7465780,67, segue para o ponto 130, com distância de 21,94 metros e azimute de 259º 01' 04"; do ponto 130, de coordenadas E= 618967,79 e N= 7465776,49, segue para o ponto 131, com distância de 31,27 metros e azimute de 251º 00' 11"; do ponto 131, de coordenadas E= 618938,22 e N= 7465766,31, segue para o ponto 132, com distância de 418,47 metros e azimute de 246º 31' 39"; do ponto 132, de coordenadas E= 618554,38 e N= 7465599,63, segue para o ponto 133, com distância de 21,19 metros e azimute de 288º 08' 39"; do ponto 133, de coordenadas E= 618534,24 e N= 7465606,23, segue para o ponto 134, com distância de 31,38 metros e azimute de 280º 50' 14"; do ponto 134, de coordenadas E= 618503,42 e N= 7465612,13, segue para o ponto 135, com distância de 31,39 metros e azimute de 271º 48' 27"; do ponto 135, de coordenadas E= 618472,05 e N= 7465613,12, segue para o ponto 136, com distância de 31,39 metros e azimute de 262º 49' 31"; do ponto 136, de coordenadas E= 618440,91 e N=

7465609,20, segue para o ponto 137, com distância de 31,39 metros e azimute de 253º 48' 59"; do ponto 137, de coordenadas E= 618410,76 e N= 7465600,45, segue para o ponto 138, com distância de 15,70 metros e azimute de 247º 03' 37"; do ponto 138, de coordenadas E= 618396,30 e N= 7465594,33, segue para o ponto 139, com distância de 31,39 metros e azimute de 240º 19' 23"; do ponto 139, de coordenadas E= 618369,03 e N= 7465578,79, segue para o ponto 140, com distância de 31,38 metros e azimute de 231º 19' 33"; do ponto 140, de coordenadas E= 618344,53 e N= 7465559,18, segue para o ponto 141, com distância de 15,71 metros e azimute de 224º 33' 41"; do ponto 141, de coordenadas E= 618333,51 e N= 7465547,99, segue para o ponto 142, com distância de 31,39 metros e azimute de 217º 48' 16"; do ponto 142, de coordenadas E= 618314,27 e N= 7465523,19, segue para o ponto 143, com distância de 31,39 metros e azimute de 208º 49' 08"; do ponto 143, de coordenadas E= 618299,14 e N= 7465495,69, segue para o ponto 144, com distância de 62,60 metros e azimute de 199º 48' 57"; do ponto 144, de coordenadas E= 618277,92 e N= 7465436,80, segue para o ponto 145, com distância de 31,39 metros e azimute de 190º 48' 57"; do ponto 145, de coordenadas E= 618272,03 e N= 7465405,97, segue para o ponto 146, com distância de 15,70 metros e azimute de 184º 03' 16"; do ponto 146, de coordenadas E= 618270,92 e N= 7465390,31, segue para o ponto 147, com distância de 31,38 metros e azimute de 177º 18' 55"; do ponto 147, de coordenadas E= 618272,39 e N= 7465358,96, segue para o ponto 148, com distância de 31,38 metros e azimute de 168º 19' 29"; do ponto 148, de coordenadas E= 618278,74 e N= 7465328,23, segue para o ponto 149, com distância de 31,38 metros e azimute de 159º 18' 26"; do ponto 149, de coordenadas E= 618289,83 e N= 7465298,87, segue para o ponto 150, com distância de 15,70 metros e azimute de 152º 35' 11"; do ponto 150, de coordenadas E= 618297,06 e N= 7465284,93, segue para o ponto 151, com distância de 29,77 metros e azimute de 145º 56' 30"; do ponto 151, de coordenadas E= 618313,73 e N= 7465260,27, segue para o ponto 152, com distância de 26,12 metros e azimute de 183º 14' 53"; do ponto 152, de coordenadas E= 618312,25 e N= 7465234,19, segue para o ponto 153, com distância de 15,70 metros e azimute de 176º 56' 01"; do ponto 153, de coordenadas E= 618313,09 e N= 7465218,51, segue para o ponto 154, com distância de 31,42 metros e azimute de 170º 11' 45"; e a partir do ponto 154 até o ponto 1, o limite segue por terra, conforme descrito a seguir: do ponto 154, de coordenadas E= 618318,44 e N= 7465187,55, segue para o ponto 155, com distância de 35,39 metros e azimute de 70º 36' 27"; do ponto 155, de coordenadas E= 618351,82 e N= 7465199,30, segue para o ponto 156, com distância de 26,10 metros e azimute de 64º 19' 07"; do ponto 156, de coordenadas E= 618375,34 e N= 7465210,61, segue para o ponto 157, com distância de 81,92 metros e azimute de 60º 11' 34"; do ponto 157, de coordenadas E= 618446,42 e N= 7465251,33, segue para o ponto 158, com distância de 13,61 metros e azimute de 57º 36' 23"; do ponto 158, de coordenadas E= 618457,91 e N= 7465258,62, segue para o ponto 159, com distância de 11,08 metros e azimute de 23º 30' 39"; do ponto 159, de coordenadas E= 618462,33 e N= 7465268,78, segue para o ponto 160, com distância de 13,51 metros e azimute de 46º 22' 47"; do ponto 160, de coordenadas E= 618472,11 e N= 7465278,10, segue para o ponto 161, com distância de 6,54 metros e azimute de 61º 00' 18"; e do ponto 161, de coordenadas E= 618477,83 e N= 7465281,27, segue para o ponto 1, com distância de 48,37 metros e azimute de 109º 3' 48".

§ 2º O polígono irregular descrito no § 1º apresenta perímetro de 10.020,78 metros e área total de 2.885.042,35 metros quadrados.

§ 3º As coordenadas descritas no § 1º estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45º WGr, tendo como Datum o SIRGAS2000, conforme desenho e memorial descritivo.

Art. 2ª Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da União, os imóveis e as benfeitorias, e os direitos respectivos, incluídos os bens de domínio público, localizados no Município de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro, necessários à implantação do Complexo Naval de Itaguaí do Prosub, destinados à exploração de jazida própria para fornecimento de solo.

§ 1º A área marítima a que se refere o **caput** está localizada conforme segue: ao norte está a Ilha Guaíba, ao sudoeste, a Ilha Grande e a leste, a Ilha da Marambaia e o polígono é composto por oito vértices, conforme segue: do ponto 1, de coordenadas E=597048,04 e N=7451861,27, segue para o ponto 2, com distância de 2275,92 metros e azimute de 90º22'53"; do ponto 2, de coordenadas E=599323,91 e N=7451846,11, segue para o ponto 3, com distância de 1806,41 metros e azimute de 185º04'33"; do ponto 3, de coordenadas E=599164,09 e N=7450046,79, segue para o ponto 4, com distância de 2305,47 metros e azimute de 173º11'49"; do ponto 4, de coordenadas E=599437,19 e N=7447757,55, segue para o ponto 5, com distância de 3249,56 metros e azimute de 157º07'22"; do ponto 5, de coordenadas E=600700,49 e N=7444763,60, segue para o ponto 6, com distância de 2275,92 metros e azimute de 270º22'55"; do ponto 6, de coordenadas E=598424,62 e N=7444778,78, segue para o ponto 7, com distância de 2710,76 metros e azimute de 335º33'04"; do ponto 7, de coordenadas E=597302,69 e N=7447246,46, segue para o ponto 8, com distância de 2830,82 metros e azimute de 351º34'55"; e do ponto 8, de coordenadas E=596888,28 e N=7450046,79, segue para o ponto 1, com uma distância de 1821,50 metros e azimute de 05º01'54".

§ 2º O polígono irregular descrito no § 1º apresenta perímetro de 19,28 quilômetros e área total de 16.290.505,99 metros quadrados.

§ 3º As coordenadas descritas no § 1º estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45º WGr, tendo como Datum o WGS 84, conforme desenho e memorial descritivo.

Art. 3ª As despesas relativas às indenizações decorrentes das disposições deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério da Defesa, para execução do Comando da Marinha.

Art. 4ª Fica a Advocacia-Geral da União autorizada a promover a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que tratam o § 1º do art. 1º e o § 1º do art. 2º.

Parágrafo único. A Advocacia-Geral da União fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 5ª A declaração de utilidade pública não exime a prévia obtenção dos licenciamento e o cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e aos demais órgãos da administração pública, necessários à implantação do Complexo Naval de Itaguaí do Prosub.

Art. 6º Fica revogado o Decreto de 31 de janeiro de 2013 que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa, em favor da União, as áreas e os direitos que menciona, localizadas no Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, para a implantação de Base Naval e de Estaleiro Naval para a construção e a manutenção de Submarinos Convencionais e de Propulsão Nuclear.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 531, de 19 de dezembro de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.820.

Nº 532, de 19 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.542, de 19 de dezembro de 2017.

Nº 533, de 19 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.543, de 19 de dezembro de 2017.

Nº 534, de 19 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.544, de 19 de dezembro de 2017.

Nº 535, de 19 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.545, de 19 de dezembro de 2017.

Nº 536, de 19 de dezembro de 2017. Comunica ao Senado Federal que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei nº 7.606, de 2017 (nº 744/15 no Senado Federal), transformado na Lei nº 13.479, de 5 de setembro de 2017, acaba de promulgá-lo, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Nº 537, de 19 de dezembro de 2017. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor ALEXANDRE LUIZ RAMOS, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro João Oreste Dalazen.

Nº 538, de 19 de dezembro de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1ª do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 5.568, de 2013 (nº 144/15 no Senado Federal), que "Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores".

Ouvido, o Ministério das Cidades manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 3º do art. 291 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), acrescido pelo art. 2º do projeto de lei

"§ 3ª Nos casos previstos no § 3ª do art. 302, no § 2ª do art. 303 e nos §§ 1ª e 2ª do art. 308 deste Código, aplica-se a substituição prevista no inciso I do **caput** do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), quando aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, atendidas as demais condições previstas nos incisos II e III do **caput** do referido artigo."

Razões do veto

"O dispositivo apresenta incongruência jurídica, sendo parcialmente inaplicável, uma vez que, dos três casos elencados, dois deles preveem penas mínimas de reclusão de 5 anos, não se enquadrando assim no mecanismo de substituição regulado pelo Código Penal. Assim, visando-se evitar insegurança jurídica, impõe-se o veto ao dispositivo".

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-02/ Nº 053, de 27 de dezembro de 2002, publicada no DOU n.08, de 10 de janeiro de 2003, Seção 1, pág. 50, que criou o PA ENCANTO, Código SIPRA CE0300000, **onde se lê**: "com área de 1.557,7559ha (mil quinhentos e cinquenta e sete hectares, setenta e cinco ares e cinqüenta e nove centiares)"; **leia-se**: "com área de 1.519,4512ha (mil quinhentos e dezenove hectares, quarenta e cinco ares e doze centiares)."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução/CDR-MT/N° 01, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU n° 201, Seção 1, de 19 de outubro de 2017, pág. 06, **onde se lê** "...Considerando que o valor proposto para aquisição do imóvel é de R$ 8.284.274,24 (oito milhões e duzentos e oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) sendo R$ 7.560.032,07 (sete milhões e quinhentos e sessenta mil e trinta e dois reais e sete centavos) para indenização da terra nua, já deduzido o passivo ambiental, e R$ 724.242,47 (setecentos e vinte e quatro mil e duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos) para indenização das benfeitorias..." **leia-se** "...Considerando que o valor proposto para aquisição do imóvel é de R$ 8.283.135,39 (oito milhões e duzentos e oitenta e três mil e cento e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos) sendo R$ 7.562.453,46 (sete milhões e quinhentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos) para indenização da terra nua, já deduzido o passivo ambiental, e R$ 720.681,93 (setecentos e vinte mil e seiscentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos) para indenização das benfeitorias...."

RETIFICAÇÃO

Na Portaria N° 57, de 9 de outubro de 2017, da Superintendência Regional em Mato Grosso, publicada no DOU n° 201, Seção 1, de 19 de outubro de 2017, pág. 05, **onde se lê** "...Considerando que o valor proposto para aquisição do imóvel é de R$ 8.284.274,24 (oito milhões e duzentos e oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) sendo R$ 7.560.032,07 (sete milhões e quinhentos e sessenta mil e trinta e dois reais e sete centavos) para indenização da terra nua, já deduzido o passivo ambiental, e R$ 724.242,47 (setecentos e vinte e quatro mil e duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos) para indenização das benfeitorias..." **leia-se** "...Considerando que o valor proposto para aquisição do imóvel é de R$ 8.283.135,39 (oito milhões e duzentos e oitenta e três mil e cento e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos) sendo R$ 7.562.453,46 (sete milhões e quinhentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos) para indenização da terra nua, já deduzido o passivo ambiental, e R$ 720.681,93 (setecentos e vinte mil e seiscentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos) para indenização das benfeitorias...."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo n° 99990.001309/2017-25
Interessado: AR SMARTSIGN

DEFIRO do pedido de alteração de endereço da IT SMARTSIGN e da AR SMARTSIGN, vinculada à AC VALID BRASIL e AC VALID RFB, para Avenida Engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, n° 3431, Sala 06, Jardim São Vicente, Campinas-SP.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHOS

Entidade: AR ACD
Processo nº: 99990.001257/2017-97

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACD vinculada às AC SOLUTI RFB e AC SOLUTI JUS.

Entidade: AR VIP RIO CORRETORA DE SEGUROS
Processo nº: 99990.001313/2017-93

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR VIP RIO CORRETORA DE SEGUROS, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA, AC CERTISIGN RFB e AC CERTISIGN JUS.

Entidade: AR FECOMERCIO RO
Processo nº: 99990.001241/2017-84

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR FECOMERCIO RO, vinculada à AC CERTISIGN JUS.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO N° 95, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Incorpora as Resoluções nºs 23/17 e 28/17 do Grupo Mercado Comum do Mercosul ao ordenamento jurídico brasileiro e dá outras providências.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX - DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, tendo em vista a deliberação de sua 152ª reunião, realizada em 5 de dezembro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, § 4°, inciso II do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no art. 2º, incisos XIV e XIX do mesmo diploma,

Considerando as Resoluções GMC nºs 23/17 aprovada na XLVIII reunião extraordinária de 19 de julho de 2017 e 28/17, aprovada na CVI reunião do Grupo Mercado Comum - GMC do Mercosul de 23 de novembro de 2017, bem como a Resolução CAMEX nº 125, de 15 de dezembro de 2016, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º A Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum - TEC, de que trata o Anexo I da Resolução CAMEX nº 125, de 15 de dezembro de 2016, ficam alteradas na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2018.

MARCOS JORGE DE LIMA
Presidente do Comitê Executivo de Gestão
Substituto

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL			MODIFICAÇÃO APROVADA		
NCM	DESCRIÇÃO	TEC %	NCM	DESCRIÇÃO	TEC %
3404.90.29	Outras	14	3404.90.22	À base de hidroxiestearil cetil éter	2
			3404.90.29	Outras	14
3815.90.99	Outros	4	3815.90.93	Tendo como substância ativa óxidos de terras raras	2
			3815.90.99	Outros	4
3823.19.00	-- Outros	2	3823.19	-- Outros	
			3823.19.10	Ácido caprílico	14
			3823.19.90	Outros	2
3824.99.78	Preparações à base de óxido de alumínio e óxido de zircônio, com um conteúdo de óxido de zircônio superior ou igual a 20 %, em peso	2	3824.99.78	Preparações à base de óxido de alumínio e óxido de zircônio, com um conteúdo de óxido de zircônio igual ou superior a 20 %, em peso; preparações de óxido de alumínio com óxido de lantânio	2
3824.99.79	Outros	14	3824.99.79	Outros	14
3906.90.49	Outros	14	3906.90.48	Copolímero de acrilato de potássio e ácido acrílico, com capacidade de absorção de água destilada de até quatrocentas vezes seu próprio peso	2
			3906.90.49	Outros	14
8533.21.20	Próprias para montagem em superfície (SMD - *Surface Mounted Device*)	16BIT	8533.21.20	Próprias para montagem em superfície (SMD - *Surface Mounted Device*)	2BIT

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 414, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui o Sistema de Governança Corporativa, a Política de Governança de Processos de Trabalho, a Política de Gestão de Riscos e a Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993,

Considerando a necessidade de alinhamento com a Política de Governança da Administração Pública Federal direta, indireta e autárquica, instituída pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, bem como para atender ao disposto no seu art. 14, resolve:

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º Instituir o Sistema de Governança Corporativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal - SGC-AGU, caracterizado como o conjunto de práticas gerenciais voltadas à entrega de valor público para a sociedade, com a finalidade de estabelecer a governança corporativa, integridade, riscos e controles, bem como auxiliar o Advogado-Geral da União nas decisões de caráter estratégico.

Parágrafo único. O SGC-AGU incorpora expressamente os princípios e as diretrizes de governança definidos pelo Decreto nº 9.203/2017, e as recomendações oriundas de manuais, guias e resoluções aprovadas pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG.

Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - governança pública - conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

II - valor público - produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos; e

III - gestão de riscos - processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.

Art. 3º São princípios da governança pública:

I - capacidade de resposta;

II - integridade;

III - confiabilidade;

IV - melhoria regulatória;

V - prestação de contas e responsabilidade; e

VI - transparência.

Art. 4º São diretrizes da governança pública:

I - direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;

II - promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico;

III - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

IV - articular instituições e coordenar processos de trabalho para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;

V - fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

VI - implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores;

VII - avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios;

VIII - manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade;

IX - editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico e realizando consultas públicas sempre que conveniente;

X - definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais; e

XI - promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

Art. 5º São mecanismos para o exercício da governança pública:

I - liderança, que compreende conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, quais sejam:

a) integridade;

b) competência;

c) responsabilidade; e

d) motivação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - estratégia, que compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido; e

III - controle, que compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

Art. 6º São objetivos do SGC-AGU:

I - implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança em consonância com os princípios e as diretrizes estabelecidos na Política de Governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

II - definir as diretrizes, os objetivos, os indicadores e as metas estratégicas;

III - elaborar, disseminar e implementar o planejamento estratégico;

IV - acompanhar de forma contínua os resultados dos processos de trabalho por meio de indicadores e metas, em processo decisório fundamentado em evidências;

V - monitorar a execução dos programas e projetos estratégicos;

VI - decidir sobre a utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a disponibilização de informação e a prestação de serviços públicos; e

VII - aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos da AGU por meio da adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção com a aprovação, implantação e monitoramento de programa de integridade que utilize a gestão de risco para identificação prévia e tratamento dos riscos;

VIII - publicar os resultados estratégicos obtidos e colaborar com a prestação de contas à sociedade.

Art. 7º Integram o SGC-AGU:

I - o Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União - CG-AGU;

II - a Comissão Técnica do Comitê de Governança Advocacia-Geral da União - CT-CG-AGU; e

III - os Núcleos de Gestão Estratégica da Advocacia-Geral da União - NG.

CAPÍTULO II
DA FORMAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS

Seção I
Do Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União

Art. 8º O Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União - CG-AGU, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, tem por finalidade o assessoramento ao Advogado-Geral da União nas questões afetas à gestão da estratégia e à governança corporativa da Advocacia-Geral da União.

Art. 9º O Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União é composto pelos seguintes membros:

I - o Advogado-Geral da União Substituto, que o coordenará;

II - o Procurador-Geral da União;

III - o Consultor-Geral da União;

IV - o Procurador-Geral Federal;

V - o Secretário-Geral de Contencioso;

VI - o Corregedor-Geral da Advocacia da União;

VII - o Secretário-Geral de Administração;

VIII - o Diretor do Departamento de Gestão Estratégica;

IX - o Diretor da Escola da AGU;

X - o Ouvidor da AGU;

XI - o Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares da AGU; e

XII - o Chefe da Assessoria de Comunicação Social da AGU.

Art. 10. São competências do CG-AGU:

I - estabelecer as diretrizes, os objetivos, os indicadores e as metas estratégicos;

II - avaliar o desempenho da estratégia;

III - identificar os pontos críticos e revisar as diretrizes estratégicas;

IV - promover a priorização dos programas e projetos estratégicos a serem implementados no âmbito da AGU; e

V - avaliar de forma contínua os resultados dos processos de trabalho por meio de indicadores e metas, promovendo os ajustes quando necessários;

VI - atuar pelo aumento da probabilidade de atingimento dos objetivos da AGU por meio da adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção com a aprovação, implantação e monitoramento de programa de integridade que utilize a gestão de risco para identificação prévia e tratamento dos riscos;

VII - decidir de forma estratégica sobre a utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a disponibilização de informação e a prestação de serviços públicos; e

VIII - deliberar sobre os instrumentos utilizados para a consecução dos objetivos estratégicos.

Parágrafo único. O CG-AGU editará resoluções no exercício de sua competência regulamentar e normativa.

Art. 11. São atribuições do coordenador do CG-AGU:

I - representar, interna e externamente, o CG-AGU;

II - convocar as sessões do CG-AGU;

III - designar relator para os assuntos constantes da pauta;

IV - submeter a exame e deliberação os assuntos constantes da pauta e, se for o caso, proclamar o resultado;

V - manter a ordem das sessões; e

VI - dar execução às deliberações do CG-AGU e resolver questões urgentes delas decorrentes.

Art. 12. O CG-AGU realizará, quadrimestralmente, Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE, para deliberar sobre questões ordinárias pertinentes à sua competência.

§ 1º A RAE será realizada presencialmente, com quórum mínimo de dois terços dos membros do CG-AGU.

§ 2º Poderá o CG-AGU reunir-se extraordinariamente, desde que solicitado pelo Coordenador ou pela maioria absoluta dos seus membros, com a devida justificativa;

§ 3º As deliberações serão decididas por maioria simples, prevalecendo o voto do Coordenador em caso de empate.

§ 4º O CG-AGU poderá deliberar por meio eletrônico sobre as matérias de sua competência, ressalvado o direito dos seus membros de destacar qualquer assunto para votação presencial.

Seção II
Da Comissão Técnica do Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União

Art. 13. A Comissão Técnica do Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União - CT-CG-AGU, órgão de assessoramento técnico ao CG-AGU, terá seus representantes, titulares e suplentes, indicados pelos dirigentes mencionados no art. 5º e designados pelo coordenador do CT-CG-AGU.

Parágrafo único. A coordenação da CT-CG-AGU ficará a cargo do Diretor do Departamento de Gestão Estratégica, ou, em sua ausência, do Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico.

Art. 14. São competências da CT-CG-AGU, entre outras:

I - implementar as deliberações do CG-AGU;

II - avaliar periodicamente a execução da estratégia e propor o alinhamento dos programas e projetos estratégicos com as diretrizes e metas estabelecidas;

III - monitorar o portfólio de programas e projetos gerenciados pelas áreas e indicar ajustes;

IV - validar os resultados dos indicadores estratégicos;

V - avaliar de forma contínua os resultados dos processos de trabalho por meio de indicadores e metas, indicando os ajustes quando necessários;

VI - atuar pelo aumento da probabilidade de atingimento dos objetivos da AGU por meio da identificação prévia e tratamento dos riscos.

VII - elaborar propostas sobre a utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a disponibilização de informação e a prestação de serviços públicos; e

VIII - apoiar as ações de comunicação relacionadas à governança corporativa da AGU;

IX - receber sugestões de aperfeiçoamento e de novas iniciativas, encaminhadas pelos membros e servidores administrativos;

X - manifestar-se previamente sobre as matérias de competência do CG-AGU; e

XI - definir a pauta da Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE.

Art. 15. A CT-CG-AGU se reunirá presencialmente antes da RAE, com quórum mínimo de dois terços dos seus membros.

§ 1º Poderá a CT-CG-AGU reunir-se extraordinariamente, desde que solicitado pelo Coordenador ou pela maioria absoluta dos seus membros, com a devida justificativa.

§ 2º As deliberações serão decididas por maioria simples, prevalecendo o voto do coordenador em caso de empate.

§ 3º Excepcionalmente, as deliberações da CT-CG-AGU poderão ocorrer de forma eletrônica.

Seção III
Dos Núcleos de Governança

Art. 16. Os Núcleos de Governança da AGU - NG são responsáveis pelo apoio ao Comitê de Governança da AGU à sua Comissão Técnica na execução e no monitoramento da estratégia institucional, por meio do gerenciamento e controle dos processos de trabalho, dos programas, projetos, indicadores e metas estratégicos, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. Identificadas a relevância e a necessidade estratégica, o CG-AGU poderá decidir pela instituição de outros NG.

Art. 17. Ficam instituídos os seguintes Núcleos de Governança da AGU, que terão as seguintes composições:

I - Núcleo de Governança do Contencioso:

a) Departamento de Gestão Estratégica, que o coordenará;

b) Procuradoria-Geral da União;

c) Procuradoria-Geral Federal; e

d) Secretaria-Geral de Contencioso.

II - Núcleo de Governança do Consultivo:

a) Departamento de Gestão Estratégica, que o coordenará;

b) Consultoria-Geral da União;

c) Procuradoria-Geral Federal; e

d) Secretaria-Geral de Consultoria.

III - Núcleo de Governança da Cobrança e Recuperação do Crédito:

a) Departamento de Gestão Estratégica, que o coordenará;

b) Procuradoria-Geral da União; e

c) Procuradoria-Geral Federal.

IV - Núcleo de Governança de Integridade Pública:

a) Departamento de Gestão Estratégica, que o coordenará;

b) Procuradoria-Geral da União;

c) Consultoria-Geral da União;

d) Procuradoria-Geral Federal;

e) Secretaria-Geral de Contencioso;

f) Secretaria-Geral de Consultoria;

g) Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

h) Secretaria-Geral de Administração;

i) Escola da AGU;

j) Ouvidoria da AGU;

k) Assessoria Parlamentar da AGU;

l) Assessoria de Comunicação Social da AGU; e

m) Comissão de Ética da AGU.

V - Núcleo de Governança de Orçamento:

a) Departamento de Gestão Estratégica, que o coordenará;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) Procuradoria-Geral da União;

c) Consultoria-Geral da União;

d) Procuradoria-Geral Federal;

e) Secretaria-Geral de Contencioso;

f) Secretaria-Geral de Consultoria;

g) Secretaria-Geral de Administração;

h) Escola da AGU; e

i) Assessoria Parlamentar da AGU.

VI - Núcleo de Governança de Desburocratização:

a) Departamento de Gestão Estratégica, que o coordenará;

b) Procuradoria-Geral da União;

c) Consultoria-Geral da União;

d) Procuradoria-Geral Federal;

e) Secretaria-Geral de Contencioso;

f) Secretaria-Geral de Consultoria;

g) Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

h) Secretaria-Geral de Administração; e

i) Escola da AGU.

Parágrafo único. Os integrantes dos Núcleos de Governança serão indicados pelos dirigentes máximos dos órgãos representados e designados pelo coordenador da CT-CG-AGU.

Art. 18. São atribuições dos Coordenadores dos Núcleos de Governança:

I - representar, interna e externamente, o Núcleo de Governança;

II - convocar as sessões;

III - designar relator para os assuntos constantes da pauta;

IV - submeter a exame e deliberação os assuntos constantes da pauta e, se for o caso, proclamar o resultado;

V - manter a ordem das sessões; e

VI - dar execução às deliberações e resolver questões urgentes delas decorrentes.

Art. 19. Os Núcleos de Governança realizarão reuniões periódicas para deliberar sobre questões ordinárias pertinentes à sua competência.

§ 1º A reunião será realizada presencialmente, com quórum mínimo de dois terços dos seus membros.

§ 2º As deliberações serão decididas por maioria simples, prevalecendo o voto do Coordenador em caso de empate.

§ 3º O Núcleo de Governança poderá deliberar por meio eletrônico sobre as matérias de sua competência, ressalvado o direito dos seus membros de destacar qualquer assunto para votação presencial.

Art. 20. O CG-AGU poderá editar normas sobre o funcionamento dos Núcleos de Governança.

Subseção I
Do Núcleo de Governança Digital

Art. 21. Fica instituído o Núcleo de Governança Digital da Advocacia-Geral da União - NG-Digital.

Art. 22. São princípios que devem reger a atuação do NG-Digital:

I - Foco nas necessidades da sociedade: as necessidades da sociedade, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, são os principais insumos para o desenho e a entrega de serviços públicos digitais;

II - Abertura e transparência: ressalvado o disposto em legislação específica, dados e informações são ativos públicos que devem estar disponíveis para a sociedade, de modo a dar transparência e publicidade à aplicação dos recursos públicos nos programas e serviços, gerando benefícios sociais e econômicos;

III - Compartilhamento da capacidade de serviço: órgãos e entidades deverão compartilhar infraestrutura, sistemas, serviços e dados, de forma a evitar duplicação de esforços, eliminar desperdícios e custos e reduzir a fragmentação da informação em silos;

IV - Simplicidade: reduzir a complexidade, a fragmentação e a duplicação das informações e dos serviços públicos digitais, otimizando processos de negócio, com foco na eficiência da prestação de serviços à sociedade;

V - Priorização de serviços públicos disponibilizados em meio digital: sempre que possível, os serviços públicos serão oferecidos em meios digitais, sendo disponibilizados para o maior número possível de dispositivos e plataformas;

VI - Segurança e privacidade: os serviços públicos digitais devem propiciar disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados e informações, além de proteger o sigilo e a privacidade pessoais dos cidadãos na forma da legislação;

VII - Participação e controle social: possibilitar a colaboração dos cidadãos em todas as fases do ciclo das políticas públicas e na criação e melhoria dos serviços públicos. Órgãos e entidades públicas devem ser transparentes e dar publicidade à aplicação dos recursos públicos nos programas e serviços do Governo Federal, fornecendo informação de forma tempestiva, confiável e acurada para que o cidadão possa supervisionar a atuação do governo;

VIII - Governo como plataforma: o governo deve constituir-se como uma plataforma aberta, sobre a qual os diversos atores sociais possam construir suas aplicações tecnológicas para a prestação de serviços e o desenvolvimento social e econômico do país, permitindo a expansão e a inovação; e

IX - Inovação: devem ser buscadas soluções inovadoras que resultem em melhoria dos serviços públicos.

Art. 23. São diretrizes para o planejamento e a execução de programas, projetos e processos relativos à governança digital:

I - o autosserviço será a forma prioritária de prestação de serviços públicos disponibilizados em meio digital;

II - serão oferecidos canais digitais de participação social na formulação, na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas e dos serviços públicos disponibilizados em meio digital;

III - os dados serão disponibilizados em formato aberto, amplamente acessível e utilizável por pessoas e máquinas, assegurados os direitos à segurança e à privacidade;

IV - será promovido o reuso de dados pelos diferentes setores da sociedade, com o objetivo de estimular a transparência ativa de informações, prevista no art. 3º e no art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

V - observadas as disposições da Lei nº 12.527, de 2011, será implementado o compartilhamento de dados entre os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sempre que houver necessidade de simplificar a prestação de serviços à sociedade.

Art. 24. O NG-Digital será integrado por representantes dos seguintes órgãos:

I - Diretoria de Tecnologia da Informação, que o coordenará;

II - Departamento de Gestão Estratégica;

III - Procuradoria-Geral da União;

IV - Consultoria-Geral da União;

V - Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

VI - Secretaria-Geral de Consultoria;

VII - Secretaria-Geral de Contencioso;

VIII - Escola da AGU; e

IX - Procuradoria-Geral Federal.

Art. 25. Compete ao NG-Digital debater e aprovar propostas à Comissão Técnica, com posterior submissão ao Comitê de Governança da AGU, para:

I - a implantação da Estratégia de Governança Digital - EGD, instituída pela Portaria nº 68, de 7 de março de 2016, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com a implementação e efetivo monitoramento dos objetivos estratégicos, metas, indicadores e iniciativas relacionados à Política de Governança Digital;

II - a elaboração e revisão do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da AGU - PETIC-AGU e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da AGU - PDTIC-AGU, alinhados à Política de Governança de TIC do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - PGCTIC-SISP, por meio da composição dos interesses dos órgãos da AGU demandantes, identificando e priorizando necessidades em tecnologia da informação e comunicação, bem como atuar no monitoramento, avaliação e controle da sua gestão e execução;

III - a elaboração e revisão da Política de Segurança da Informação e Comunicações da AGU - POSIC-AGU, bem como o seu monitoramento, avaliação e controle da sua gestão para garantir segurança da informação e comunicação do Estado e o sigilo das informações do cidadão;

IV - a elaboração e revisão do Plano de Dados Abertos da AGU - PDA-AGU, bem como o seu monitoramento, avaliação e controle da sua gestão e execução para fomentar a disponibilização dos dados abertos pela AGU e a sua utilização pela sociedade;

V - a elaboração e revisão do Plano de Integração à Plataforma de Cidadania Digital da AGU, bem como o monitoramento da sua execução com o objetivo de facilitar e universalizar o uso e o acesso pela sociedade dos serviços digitais;

VI - a formulação e implantação de programas e projetos estratégicos que ampliem o uso das tecnologias da informação e comunicação para transparência e publicidade da aplicação dos recursos públicos;

VII - a formulação e implantação de programas e projetos estratégicos que fomentem a colaboração da sociedade no ciclo de políticas públicas, aprimorem a interação direta entre governo e sociedade e ampliem e incentivem a participação dos cidadãos na criação e melhoria dos serviços públicos;

VIII - o desempenho da gestão estratégica dos sistemas da AGU;

IX - estabelecer quais sistemas da AGU serão qualificados como estratégicos; e

IX - a formulação de propostas ao Advogado-Geral da União de normas disciplinadoras no âmbito das competências do NG-Digital.

Parágrafo único. O CG-AGU deverá editar Regimento Interno do NG-Digital, podendo lhe atribuir atividades de nível tático e operacional.

Subseção II
Dos Gestores dos Sistemas Informatizados

Art. 26. São considerados gestores de sistemas informatizados da AGU:

I - Gestor Corporativo, designado pelo órgão responsável pelas funcionalidades atendidas pelo sistema; e

II - Equipe Gestora, integrada por representantes, designados pelos órgãos de direção superior responsáveis pelas funcionalidades atendidas pelo sistema, quando estas forem de competência de mais de um órgão.

Parágrafo único. Os gestores de sistemas serão indicados pelos dirigentes máximos dos órgãos representados e designados pelo coordenador da CT-CG-AGU.

Art. 27. São atribuições do gestor de sistema:

I - gerir as tabelas corporativas do sistema e seus subsistemas;

II - consolidar as demandas de manutenção evolutiva, avaliando sua pertinência, e organizá-las em ordem de prioridade;

III - encaminhar para ao NG-Digital as demandas de manutenção evolutiva, validando e testando sua implementação;

IV - manifestar-se sobre as manutenções corretivas, encaminhando a demanda ao DTI, quando necessário;

V - verificar os níveis de serviço do sistema e seus subsistemas;

VI - realizar suporte técnico no uso do sistema, seus subsistemas e tabelas, sempre que solicitado;

VII - zelar pela qualidade de dados no sistema e seus subsistemas;

VIII - propor a edição ou alteração das rotinas e procedimentos para operação e utilização do sistema e dos seus subsistemas;

IX - propor ao NG-Digital os manuais de utilização dos sistemas informatizados da AGU, bem como suas alterações, em conjunto com o DTI; e

X - propor perfis de acesso a sistemas e cadastrar usuários.

Seção IV
Dos Indicadores de Desempenho Estratégicos

Art. 28. Os Indicadores de Desempenho objetivam fornecer informações sobre o resultado da atuação institucional, sinalizando o alcance das metas ou a necessidade de ações corretivas dos problemas detectados, de modo a permitir a avaliação permanente do planejamento elaborado e da sua execução.

§ 1º Para o estabelecimento dos Indicadores de Desempenho devem ser consideradas as seguintes propriedades essenciais:

I - utilidade: basear-se nas necessidades institucionais;

II - validade: capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja medir e modificar;

III - confiabilidade: ter origem em fontes confiáveis, que utilizem metodologias reconhecidas, uniformes e transparentes de coleta, processamento e divulgação; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - disponibilidade: os dados básicos para seu cômputo devem ser de fácil obtenção.

§ 2º Além das propriedades essenciais, os Indicadores de Desempenho se baseiam em atributos como simplicidade, clareza, sensibilidade, economicidade, estabilidade e mensurabilidade.

§ 3º Os Indicadores de Desempenho são estabelecidos no intuito de:

I - permitir a transparência para a avaliação de resultados;

II - garantir o alinhamento dos esforços por meio do estabelecimento de linguagem e objetivos comuns de toda a instituição;

III - definir critérios objetivos reconhecidos pela instituição; e

IV - subsidiar o planejamento e ações de gestão.

Art. 29. O monitoramento e análise dos Indicadores de Desempenho devem contar com o auxilio de estrutura mínima, composta por polaridade, quantificação, frequência, fonte de dados, linha de base e meta.

Art. 30. Cada Indicador Estratégico deverá ter responsáveis pela sua coleta, monitoramento e avaliação do desempenho, cabendo lhes aferir se os resultados estão em conformidade com as metas estratégicas estabelecidas pelo CG-AGU.

§ 1º Caberá aos Responsáveis pelos Indicadores Estratégicos prestar, periodicamente, informações sobre o desempenho dos indicadores estratégicos à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, do Departamento de Gestão Estratégica.

§ 2º Os Responsáveis pelos Indicadores Estratégicos serão designados pelo Coordenador da Comissão Técnica do Comitê Estratégico da Advocacia-Geral da União - CTCG-AGU.

Seção VI
Dos Programas Estratégicos

Art. 31. Programa Estratégico é o conjunto de projetos estratégicos coordenados entre si e que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos e das metas estratégicas.

§ 1º Os Gerentes de Programas Estratégicos são os responsáveis pela execução e monitoramento dos programas estratégicos, cabendo-lhes garantir que os resultados gerados estejam em conformidade com o escopo, prazo e com os recursos definidos.

§ 2º Compete aos Gerentes de Programas Estratégicos prestar, periodicamente, informações sobre os resultados dos Projetos Estratégicos à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, do Departamento de Gestão Estratégica - CGPE/DGE.

Art. 32. Os Gerentes de Programas Estratégicos serão designados pelo Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União - CT-CG-AGU.

Art. 33. Os programas estratégicos deverão ser gerenciados por meio de sistema informatizado indicado pelo Departamento de Gestão Estratégica.

Parágrafo único. A CGPE/DGE prestará o suporte metodológico aos gerentes para inclusão das informações e acompanhamento de todas as etapas dos projetos estratégicos no sistema mencionado no caput.

Seção VII
Dos Projetos Estratégicos

Art. 34. Projetos Estratégicos são aqueles selecionados pela alta direção, alinhados à missão da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal e que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos e das metas estratégicas.

§ 1º Os Gerentes de Projetos Estratégicos são os responsáveis pela execução e monitoramento dos projetos estratégicos, cabendo-lhes garantir que os resultados gerados estejam em conformidade com o escopo, prazo e com os recursos definidos para cada projeto estratégico.

§ 2º Compete aos Gerentes de Projetos Estratégicos prestar, periodicamente, informações sobre os resultados dos Projetos Estratégicos à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, do Departamento de Gestão Estratégica.

Art. 35. Os Gerentes de Projetos Estratégicos serão designados pelo Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União - CT-CG-AGU.

Art. 36. Os projetos estratégicos da AGU e da PGF deverão ser gerenciados por meio de sistema informatizado indicado pelo Departamento de Gestão Estratégica.

Parágrafo único. A CGPE/DGE prestará o suporte metodológico aos gerentes para inclusão das informações e acompanhamento de todas as etapas dos projetos estratégicos no sistema mencionado no caput.

Seção VIII
Da Governança de Processos de Trabalho

Art. 37. Fica instituída a Governança de Processos de Trabalho da AGU a ser implementada de acordo com a Política de Governança de Processos de Trabalho instituída no Anexo I.

Parágrafo único. Competirá ao CG-AGU aprovar a Sistemática para Mapeamento e Modelagem de Processos de Trabalho da AGU.

Seção IX
Da Governança de Riscos

Art. 38. Fica instituída a Governança de Riscos da AGU a ser implementada de acordo com a Política de Gestão de Riscos instituída no Anexo II.

Parágrafo único. Competirá ao CG-AGU aprovar a Metodologia de Gestão de Riscos da AGU.

Seção X
Da Governança de Programas e Projetos

Art. 39. Fica instituída a Governança de Programas e Projetos da AGU a ser implementada de acordo com a Política de Gestão de Programas e Projetos instituída no Anexo III.

Parágrafo único. Competirá ao CG-AGU aprovar a Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU.

Seção V
Do apoio ao Sistema de Governança Corporativa

Art. 40. Caberá à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico do Departamento de Gestão Estratégica - CGPE/DGE, prestar apoio técnico e administrativo no âmbito do SGC-AGU, competindo-lhe:

I - assessorar os coordenadores e demais membros do CG-AGU, da CT-CG-AGU e dos NG durante as reuniões e no desempenho das atividades que lhes são afetas;

II - disponibilizar em ambiente eletrônico a documentação necessária à realização das reuniões do CG-AGU, da CT-CG-AGU e dos NG;

III - gerir a agenda e sistematizar os encaminhamentos da Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE;

IV - divulgar as pautas das reuniões;

V - elaborar e disponibilizar as atas das reuniões para aprovação;

VI - consolidar as proposições e os votos dos membros do CG-AGU, da CT-CG-AGU e dos NE;

VII - organizar, editar e atualizar o portfólio de programas e projetos estratégicos;

VIII - oferecer suporte metodológico aos responsáveis pelo processo de monitoramento e avaliação da estratégia;

IX - inserir os resultados da RAE em informativo e encaminhá-lo às partes interessadas; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo CG-AGU e pela CT-CG-AGU.

Parágrafo único. A CGPE disponibilizará as informações necessárias ao processo decisório das unidades estratégicas e acompanhará o andamento dos programas e projetos estratégicos, auxiliando os integrantes na consecução das diretrizes e metas estabelecidas pelo CG-AGU.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. O Sistema de Governança Corporativa da AGU e PGF, o Comitê de Governança da AGU, a sua Comissão Técnica e os Núcleos de Governança substituem de imediato o Sistema de Gestão Estratégica da AGU e PGF, o Comitê Estratégico da AGU, a sua Comissão Técnica e os Núcleos Estratégicos de Atuação (Portaria AGU nº 673/2016, Portarias CEAGU nº 6 e 7/2017 e Resolução CEAGU nº 18/2017), respectivamente.

Art. 42. O Comitê de Governança da AGU e PGF, a sua Comissão Técnica e os Núcleo de Governança Digital substituirão o Comitê de Tecnologia da Informação da AGU - CTEC (Portaria AGU nº 586/2011), o Comitê Gestor do Sítio Eletrônico da AGU - CG-SITE (Portaria AGU nº 476/2016) e o Comitê Gestor Nacional do SAPIENS - CGNS (Portaria AGU nº 125/2014) a partir da entrada em vigor do Regimento Interno do Núcleo de Governança Digital a ser aprovado pelo Comitê de Governança da AGU.

Art. 43. Ficam revogadas a Portaria AGU nº 174/2011 (Metodologia de Projetos), Portaria AGU nº 586/2011 (CTEC e gestores de sistemas informatizados), o art. 3º da Portaria AGU nº 125/2014 (Comitê Gestor Nacional do SAPIENS - CGNS), a Portaria AGU nº 476/2016 (Comitê Gestor do Sítio Eletrônico da AGU - CG-SITE), Portaria AGU nº 673/2016, Portarias CEAGU nº 6 e 7/2017, Resolução CEAGU nº 18/2017 (Sistema de Gestão Estratégica, Comitê Estratégico e sua Comissão Técnica e Núcleos Estratégicos de Atuação).

Art. 44. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

ANEXO I
POLÍTICA DE GOVERNANÇA DE PROCESSOS DE TRABALHO DA AGU

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política de Governança de Processos de Trabalho da Advocacia-Geral da União - AGU.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - processo de trabalho: conjunto de ações e atividades interrelacionadas, que são executadas para alcançar produto, resultado ou serviço predefinido. Envolve planos, programas, projetos, processos, atividades e quaisquer iniciativas decorrentes do cumprimento dos objetivos organizacionais;

II - governança: combinação de processos organizacionais e estruturas implantadas pela alta administração da organização para informar, dirigir, administrar, avaliar e monitorar atividades organizacionais, com o intuito de alcançar os objetivos organizacionais e prestar contas dessas atividades para a sociedade;

III - objetivo organizacional: situação que se deseja alcançar de forma a se evidenciar êxito no cumprimento da missão e no atingimento da visão de futuro da organização;

IV - governança de processos de trabalho: disciplina gerencial que integra estratégias e objetivos de uma organização com expectativas e necessidades de clientes, por meio do foco em processos ponta a ponta. Engloba estratégias, objetivos, cultura, estruturas organizacionais, papéis, políticas, métodos e tecnologias para planejar, analisar, desenhar (modelar), implementar, gerenciar desempenho, refinar e estabelecer a governança de forma cíclica (Ciclo BPM - Business Process Management), visando a melhoria contínua dos processos de trabalho;

V - o Ciclo BPM para a Governança de Processos de Trabalho compreende seis fases:

a) planejamento: promover o entendimento das estratégias e metas da organização desenhadas para assegurar uma proposição de valor atrativa para as partes interessadas, com o objetivo de garantir o alinhamento da Governança de Processos de Trabalho com a estratégia organizacional, bem como a integração de estratégia, pessoas, processos e sistemas ao longo de seus limites funcionais. Nessa fase deve-se também identificar papéis e responsabilidades organizacionais apropriadas de BPM, patrocínio executivo, metas, expectativas de medições de desempenho e métodos;

b) análise: compreende o primeiro passo para definir um novo processo ou atualizar um que já exista. Nessa fase deve-se criar um entendimento comum do estado desejado do novo processo ou o estado atual do processo que já existe e precisa ser melhorado, avaliando como esse está operando. Fatores que influenciam diretamente o processo, devem ser observados nessa fase: legislação, normativos internos, contexto organizacional do processo, obrigações contratuais, regras de negócio, integração com outros processos, conhecimentos tácitos e explícitos sobre o processo e o produto ou serviço envolvido, boas práticas, resultados medidos, entre outros;

c) desenho (modelagem): atividade de criação de uma representação (modelo) do processo de trabalho que o descreva de forma necessária e suficiente para o entendimento e realização do trabalho pretendido, incluindo, também, a representação de suas integrações com outros processos de trabalho. Tal representação deve ser criada aplicando-se o padrão de notação BPMN (Business Process Model and Notation) em sua versão mais recente, conforme Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (ePING), incluindo a documentação complementar com descrições mais detalhadas sobre as atividades, artefatos do processo de trabalho e definição das suas métricas e indicadores de desempenho a serem monitorados cobrindo, sempre que viável, as dimensões de: custo, prazo, qualidade, capacidade, produtividade e conformidade;

d) implementação: trata os esforços de transição para um novo modelo de processo de trabalho aprovado para iniciar o início de sua entrada em produção. Inclui a divulgação do novo modelo, disponibilização de tecnologia de sistematização total ou parcial do processo (se for o caso), capacitação dos profissionais envolvidos nas atividades do processo, implementação da medição dos indicadores de desempenho do processo e pode incluir, também, a implementação de políticas, normativos e contratos novos ou revisados;

e) gerenciamento do desempenho: compreende o monitoramento formal e planejado da execução do processo de trabalho visando o acompanhamento do seu desempenho, com o objetivo de apurar a sua eficiência e eficácia. A informação deve ser usada para comparar o desempenho real com as metas pré-definidas e promover decisões a respeito de melhorar ou descontinuar processos existentes ou introduzir novos processos a fim de conectar os objetivos estratégicos da organização ao foco das partes interessadas. Os resultados apresentados devem ser avaliados em relação a meta e em relação a períodos anteriores para se identificar tendências e expectativas. Os resultados devem, ainda, ter suas causas explicadas e promover o comprometimento com ações de melhoria ou de registro de boas práticas. Integrada ao conceito cíclico do Ciclo BPM, a análise crítica do desempenho deve ocorrer periodicamente, de preferência em curtos intervalos de tempo;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

f) refinamento: fase destinada ao objetivo de identificar melhores maneiras de o processo realizar seu trabalho, propondo a eliminação de deficiências identificadas na fase de gerenciamento do desempenho e aprimoramento do seu potencial. Exemplos: introdução de novos comportamentos operacionais, novas tecnologias de produção, novas aplicações, novas abordagens de negócio, novos mecanismos de controle e novas capacidades. Trata-se de repensar a forma como o processo de trabalho entrega seus produtos e serviços, visando exercer a melhoria contínua focando na redução da taxa de erros, eliminação de desperdícios, readequação do processo à novas determinações, dentre outras. As propostas elaboradas na fase de refinamento serão entradas para o reinício e uma nova rodada do Ciclo BPM.

VI - cadeia de valor: conjunto de atividades desempenhadas na organização desde as relações com os fornecedores e ciclos de produção até à fase da entrega do produto ou serviço final. É constituída por conjuntos de atividades finalísticas, gerenciais e de apoio;

VII - atividade: pode ser representada por um processo, um subprocesso ou uma tarefa;

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A Governança de Processos de Trabalho da AGU deverá observar os seguintes princípios:

I - ter como escopo de ação todos os processos de trabalho da organização nos seus mais diversos níveis hierárquicos, estratégicos, táticos e operacionais;

II - ser inclusiva e colaborativa no seu desenvolvimento e manutenção, distribuindo responsabilidades sobre a gestão dos mais diversos processos de trabalho da organização;

III - ser transparente, dando acessibilidade aos produtos e resultados promovidos pela sua prática;

IV - estar alinhada às melhores práticas de governança e às recomendações governamentais;

V - ser sistemática, estruturada e oportuna;

VI - atuar de forma integradora entre processos, estruturas funcionais, pessoas e tecnologia;

VII - considerar fatores humanos e culturais;

VIII - considerar a natureza transversal dos processos de trabalho;

IX - ser dinâmica, iterativa e capaz de reagir a mudanças; e

X - estar integrada às oportunidades e à inovação.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 4º A Governança de Processos de Trabalho da AGU tem por objetivos:

I - transformar o conhecimento tácito de processos de trabalho em conhecimento explícito, contribuindo para a gestão de conhecimento da organização;

II - promover a transparência dos processos de trabalho;

III - aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos;

IV - facilitar o controle interno e a gestão de riscos;

V - prezar pela conformidade jurídica dos processos de trabalho;

VI - colaborar com a prestação de contas à sociedade;

VII - melhorar a governança;

VIII - estabelecer uma base confiável para a tomada de decisão e o planejamento;

IX - estabelecer uma linguagem comum de representação dos modelos de processos de trabalho;

X - fomentar uma gestão proativa;

XI - melhorar a eficácia e a eficiência operacional;

XII - reduzir a taxa de erros e eliminar desperdícios;

XIII - facilitar as mudanças e a gestão das mudanças;

XIV - facilitar a capacitação e aprendizagem organizacional;

XV - promover a melhoria contínua dos processos de trabalho;

XVI - garantir a integração entre os processos de trabalho da organização;

XVII - facilitar a automação dos processos de trabalho; e

XVII - estabelecer a análise crítica do desempenho (ACD) dos processos de trabalho.

Parágrafo único. Os resultados disponibilizados pela Governança de Processos de Trabalho devem ser a fonte fundamental para identificação de forças e fraquezas organizacionais que subsidiam a elaboração do planejamento estratégico.

CAPÍTULO IV
DOS INSTRUMENTOS

Art. 5º São instrumentos da Política de Governança de Processos de Trabalho da Advocacia-Geral da União:

I - as Instâncias de Supervisão: Comitê de Governança da AGU, Comissão Técnica do Comitê de Governança da AGU, o Escritório de Governança de Processos de Trabalho (EGOP) e Gestores de processos de trabalho organizacionais;

II - o processo: o Processo de Governança de Processos de Trabalho (PGOP) deve orientar, baseado no ciclo BPM, o trabalho de governança de processos a partir do planejamento do processo de trabalho e passando pela sua análise, modelagem, implementação, gerenciamento do desempenho e refinamento. O PGOP deve orientar, ainda, sobre o uso de artefatos e ações e procedimentos dos participantes na governança e suas respectivas interações desde a elaboração e validação dos modelos de processos de trabalho até o seu refinamento e reinício do ciclo BPM;

III - a sistemática: a sistemática para modelagem de processos deve estabelecer o padrão de notação para modelagem de processos em consonância com os padrões de interoperabilidade do governo eletrônico (ePING) e com as devidas adaptações ao contexto e necessidades da AGU.

IV - a capacitação continuada: a Grade Permanente da Escola da Advocacia-Geral da União deverá contemplar, em um de seus eixos temáticos, competências relacionadas à capacitação sobre temas afetos à governança de processos de trabalho (BPM);

V - as normas, manuais e procedimentos: o arcabouço normativo formalmente definido pelas Instâncias de Supervisão deve ser considerado como instrumento que suporta a Governança de Processos de Trabalho; e

V - soluções tecnológicas: o processo de Governança de Processos deve poder contar com soluções tecnológicas que apoiem as atividades do ciclo BPM, sendo imprescindível: ferramenta que dê suporte à modelagem de processos no padrão de notação determinado; e ferramenta com a função de Portfólio de Processos de Trabalho, para fins de comunicação e publicação dos processos, seus indicadores de desempenho e registro das respectivas análises críticas.

Parágrafo único. A sistemática para modelagem de processos de trabalho bem como as tecnologias e manuais e outros documentos citados nessa política compreendem artefatos do Processo de Governança de Processos de trabalho (PGOP), logo, parte integrante do referido processo.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Compete ao Comitê de Governança da AGU:

I - definir e atualizar as estratégias de implementação da Governança de Processos de Trabalho, considerando os contextos externo e interno;

II - aprovar o Processo de Governança de Processos (PGOP) com seus respectivos artefatos, e suas revisões;

III - aprovar os requisitos funcionais necessários as ferramentas de tecnologia de suporte ao PGOP;

IV - avaliar o desempenho da arquitetura de Governança de Processos de Trabalho e fortalecer a aderência dos processos organizacionais à conformidade normativa;

V - garantir o apoio institucional para promover a Governança de Processos de Trabalho, em especial os seus recursos, o relacionamento entre as partes interessadas e o desenvolvimento contínuo dos membros e servidores da AGU;

VI - garantir o alinhamento da Governança de Processos de Trabalho aos padrões de ética e de conduta, em conformidade com o Programa de Integridade da AGU; e

VII - supervisionar a atuação das demais instâncias da Governança de Processos de Trabalho; e

VIII - apoiar na identificação e promover a designação dos gestores de processos corporativos de trabalho.

Art. 7º Compete à Comissão Técnica do Comitê de Governança da AGU:

I - auxiliar o Comitê de Governança na definição e nas atualizações da estratégia de implementação da Governança de Processos de Trabalho, considerando os contextos externo e interno;

II - auxiliar na definição dos gestores dos processos corporativos de trabalho;

III - auxiliar na definição da periodicidade mínima do ciclo realizações da análises crítica do desempenho para cada um dos processos corporativos de trabalho;

IV - avaliar a proposta de Processo de Governança de Processos de Trabalho e suas revisões;

V - avaliar os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao PGOP; e

VI - apoiar na identificação dos gestores de processos corporativos de trabalho.

Art. 8º Compete ao Escritório de Governança de Processos - EGOP, auxiliar o Comitê de Governança da AGU e a sua Comissão Técnica em suas atividades, em especial para:

I - propor o Processo de Governança de Processos de Trabalho e suas revisões;

II - definir os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao Processo de Governança de Processos de Trabalho;

III - monitorar a evolução dos indicadores de desempenho dos processos de trabalho organizacionais priorizados pelo Comitê de Governança e a efetividade das ações de melhoria determinadas;

IV - dar suporte à identificação, análise e avaliação dos riscos dos processos organizacionais priorizados pelo Comitê de Governança e selecionados para a implementação da Gestão de Riscos;

V - consolidar os resultados de desempenho dos diversos processos em relatórios gerenciais e disponibilizá-los à Comissão Técnica e ao Comitê de Governança em painel de indicadores de desempenho definido;

VI - oferecer capacitação continuada em Governança de Processos de Trabalho (BPM) para os membros e servidores da AGU;

VII - elaborar a proposta de Plano de Comunicação de Governança de Processos de Trabalho;

VIII - apoiar os Gestores de Processos na medição e análise crítica do do desempenho dos processos de trabalho objetivando a sua melhoria contínua;

IX - propor à Comissão Técnica e ao Comitê de Governança os indicadores de desempenho para a Governança de Processos de Trabalho, alinhados com os objetivos de desempenho da AGU; e

X - requisitar aos Gestores dos Processos de trabalho as informações necessárias para a consolidação dos dados e a elaboração dos relatórios gerenciais;

XI - elaborar, implementar e manter o Processo de Governança de Processos de Trabalho;

XII - validar os modelos de processos conforme padrões definidos;

XIII - gerir o Portfólio de Processos de Trabalho e demais ferramentas de apoio ao PGOP;

XIV - intermediar a integração entre processos de trabalho junto aos respectivos gestores de processos envolvidos; e

XV - monitorar a o tratamento, pelos gestores de processos, de propostas de melhoria de processos de trabalho sugeridas pelas partes interessadas da AGU.

Art. 9º Compete aos Gestores de Processos de Trabalho da organização:

I - elaborar modelo do processo de trabalho sob sua gestão, em conformidade ao que define esta Política de Gestão de Riscos e o Processo de Governança de Processos de Trabalho, bem como a Sistemática para Mapeamento e Modelagem de Processos de Trabalho;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - submeter o modelo de processo de trabalho a validação do EGOP para consecutiva publicação do modelo no Portfólio de Processos de Trabalho;

III - gerenciar o desempenho do processo de trabalho sob sua gestão em conformidade com o PGOP, registrando pareceres de análise crítica do desempenho e comprometendo-se em implementar melhorias corretivas quanto aos resultados negativos;

IV - informar o Núcleo Estratégico de Integridade da AGU sobre mudanças significativas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

V - responder às solicitações do Núcleo Estratégico de Integridade da AGU; e

VI - promover a implementação do processo de trabalho novo ou sua revisão;

VII - promover o refinamento do processo para corrigir possíveis deficiências identificadas nas análises críticas do desempenho, melhores práticas ou necessidades de mudança; e

VIII - responder e tratar as propostas de melhoria do processo de trabalho sob sua responsabilidade, recebidas das partes interessadas.

Parágrafo único. Os responsáveis pela gestão de processos de trabalho organizacionais devem ter alçada suficiente para ser representante de todo o processo de forma tranasversal, ponta a ponta, cruzando toda a estrutura funcional da AGU.

Art. 10. Compete a todos os membros e servidores da AGU o conhecimento da publicação dos processos de trabalho organizacionais e seus níveis de desempenho, sempre que estiverem envolvidos ou que quando informados.

Parágrafo único. No monitoramento de que trata o caput deste artigo, caso sejam identificadas mudanças ou fragilidades nos processos organizacionais, o membro ou o servidor deverá reportar imediatamente o fato ao responsável pela gestão do processo de trabalho em questão.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. O Comitê de Governança da AGU, a sua Comissão Técnica, o Escritório de Processos da AGU e os Gestores dos processos de trabalho organizacionais deverão manter fluxo regular e constante de informações entre si.

Art. 12. Caberá à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico do Departamento de Gestão Estratégica - CGPE/DGE desempenhar as funções de Escritório de Processos de Trabalho (EGOP).

Art. 13. As iniciativas relacionadas à Governança de Processos de Trabalho existentes na AGU antes da publicação desta Portaria deverão ser gradualmente alinhadas ao Processo de Governança de Processos de Tralho - PGOP, aprovado pelo Comitê de Governança.

§1º O Processo de Governança de Processos de Trabalho da AGU deverá ser aprovado em até 12 (doze) meses após a publicação desta Política de Governança de Processos de Tralho.

§2º O alinhamento de que trata o caput deste artigo deve ser feito no prazo máximo de 12 (doze) meses após a aprovação do Processo de Governança de Processos de Tralho da AGU.

Art. 14 Os processos de trabalho de todas as áreas da AGU devem aderir ao Processo de Governança de Processos de Tralho - PGOP no prazo de até de até 60 (sessenta) meses a partir da vigência desta portaria.

Parágrafo único. Na implementação desta política, serão priorizados os processos de trabalho organizacionais que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico da AGU.

ANEXO II
POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DA AGU

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política de Gestão de Riscos da Advocacia-Geral da União - AGU.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - processo organizacional: conjunto de ações e atividades inter-relacionadas, que são executadas para alcançar produto, resultado ou serviço predefinido. Envolve planos, programas, projetos, processos, atividades e quaisquer iniciativas decorrentes do cumprimento dos objetivos organizacionais;

II - governança: combinação de processos organizacionais e estruturas implantadas pela alta administração da organização, para informar, dirigir, administrar, avaliar e monitorar atividades organizacionais, com o intuito de alcançar os objetivos e prestar contas dessas atividades para a sociedade;

III - objetivo organizacional: situação que se deseja alcançar de forma a se evidenciar êxito no cumprimento da missão e no atingimento da visão de futuro da organização;

IV - risco: possibilidade de ocorrência de um evento que tenha impacto no atingimento dos objetivos da organização;

V - gestão de riscos: arquitetura (princípios, objetivos, estrutura, competências e processo organizacional) necessária para se gerenciar riscos eficazmente;

VI - gerenciamento de risco: processo organizacional para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações e fornecer segurança razoável no alcance dos objetivos organizacionais;

VII - controle interno da gestão: processo organizacional que engloba o conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que os objetivos organizacionais serão alcançados;

VIII - medida de controle: medida aplicada pela organização para tratar os riscos, aumentando a probabilidade de que os objetivos e as metas organizacionais estabelecidos sejam alcançados; e

IX - apetite a risco: nível de risco que uma organização está disposta a aceitar.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A Gestão de Riscos da AGU deverá observar os seguintes princípios:

I - agregar valor e prover segurança no ambiente interno da AGU;

II - integrar os processos organizacionais;

III - subsidiar a tomada de decisões;

IV - abordar explicitamente a incerteza;

V - ser sistemática, estruturada e oportuna;

VI - atuar amparada nas informações disponíveis;

VII - considerar fatores humanos e culturais;

VIII - ser transparente e inclusiva;

IX - ser dinâmica, iterativa e capaz de reagir a mudanças; e

X - estar integrada às oportunidades e à inovação.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 4º A Gestão de Riscos tem por objetivos:

I - aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos da AGU;

II - fomentar uma gestão proativa;

III - identificar e tratar riscos em toda a AGU;

IV - facilitar a identificação de oportunidades e ameaças;

V - prezar pela conformidade jurídica dos processos organizacionais;

VI - colaborar com a prestação de contas à sociedade;

VII - melhorar a governança;

VIII - estabelecer uma base confiável para a tomada de decisão e o planejamento;

IX - melhorar o controle interno da gestão;

X - alocar e utilizar de forma eficaz os recursos para o tratamento de riscos;

XI - melhorar a eficácia e a eficiência operacional;

XII - melhorar a prevenção de perdas e a gestão de incidentes;

XIII - minimizar perdas;

XIV - melhorar a aprendizagem organizacional; e

XV - aumentar a capacidade da organização de se adaptar a mudanças.

Parágrafo único. A Gestão de Riscos deverá estar integrada aos processos de planejamento estratégico, tático e operacional, à gestão e à cultura organizacional da AGU.

CAPÍTULO IV
DOS INSTRUMENTOS

Art. 5º São instrumentos da Política de Gestão de Riscos da Advocacia-Geral da União:

I - as Instâncias de Supervisão: Comitê de Governança da AGU, Comissão Técnica do Comitê de Governança da AGU, Núcleo Estratégico de Integridade da AGU e responsáveis pelo gerenciamento de risco dos processos organizacionais;

II - a metodologia: a Metodologia de Gestão de Riscos da AGU deve ser estruturada com os seguintes componentes: ambiente interno, fixação de objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, resposta a riscos, atividades de controles internos, informação, comunicação, monitoramento e de boas práticas;

III - a capacitação continuada: a Grade Permanente da Escola da Advocacia-Geral da União deverá contemplar, em um de seus eixos temáticos, competências relacionadas à capacitação sobre temas afetos à gestão de riscos;

IV - as normas, manuais e procedimentos: o arcabouço normativo formalmente definido pelas Instâncias de Supervisão deve ser considerado como instrumento que suporta a gestão de riscos; e

V - a solução tecnológica: o processo de gestão de riscos deve ser apoiado por adequado suporte de tecnologia da informação.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Compete ao Comitê de Governança da AGU:

I - definir e atualizar as estratégias de implementação da Gestão de Riscos, considerando os contextos externo e interno;

II - definir os níveis de apetite a risco;

III - aprovar as respostas e as respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos organizacionais priorizados pelo Comitê de Governança;

IV - aprovar a Metodologia de Gestão de Riscos da AGU e suas revisões;

V - aprovar os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de riscos;

VI - monitorar a evolução de níveis dos riscos dos processos organizacionais priorizados pelo Comitê de Governança e a efetividade das medidas de controle implementadas;

VII - avaliar o desempenho da arquitetura de Gestão de Riscos e fortalecer a aderência dos processos organizacionais à conformidade normativa;

VIII - aprovar os indicadores de desempenho para a Gestão de Riscos, alinhados com os indicadores de desempenho da AGU;

IX - garantir o apoio institucional para promover a Gestão de Riscos, em especial os seus recursos, o relacionamento entre as partes interessadas e o desenvolvimento contínuo dos membros e servidores da AGU;

X - garantir o alinhamento da gestão de riscos aos padrões de ética e de conduta, em conformidade com o Programa de Integridade da AGU; e

XIII - supervisionar a atuação das demais instâncias da Gestão de Riscos.

Art. 7º Compete à Comissão Técnica do Comitê de Governança da AGU:

I - auxiliar o Comitê de Governança na definição e nas atualizações da estratégia de implementação da Gestão de Riscos, considerando os contextos externo e interno;

II - auxiliar na definição dos níveis de apetite a risco dos processos organizacionais;

III - auxiliar na definição dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais;

IV - auxiliar na definição da periodicidade máxima do ciclo do processo de gerenciamento de riscos para cada um dos processos organizacionais;

V - auxiliar na aprovação das respostas e das respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos organizacionais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - avaliar a proposta de Metodologia de Gestão de Riscos e suas revisões;

VII - avaliar os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de riscos;

VIII - monitorar a evolução dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas;

IX - auxiliar na avaliação do desempenho e da conformidade jurídica da Gestão de Riscos; e

X - auxiliar na definição dos indicadores de desempenho para a Gestão de Riscos, alinhados com os indicadores de desempenho da AGU.

Art. 8º Compete ao Núcleo Estratégico de Integridade da AGU auxiliar o Comitê de Governança da AGU e a sua Comissão Técnica em suas atividades, em especial para:

I - propor a Metodologia de Gestão de Riscos e suas revisões;

II - definir os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de riscos;

III - monitorar a evolução dos níveis de riscos dos processos organizacionais priorizados pelo Comitê de Governança e a efetividade das medidas de controle implementadas;

IV - dar suporte à identificação, análise e avaliação dos riscos dos processos organizacionais priorizados pelo Comitê de Governança e selecionados para a implementação da Gestão de Riscos;

V - consolidar os resultados das diversas áreas em relatórios gerenciais e encaminhá-los à Comissão Técnica e ao Comitê de Governança;

VI - oferecer capacitação continuada em Gestão de Riscos para os membros e servidores da AGU;

VII - elaborar a proposta de Plano de Comunicação de Gestão de Riscos;

VIII - medir o desempenho da Gestão de Riscos objetivando a sua melhoria contínua;

IX - construir e propor à Comissão Técnica e ao Comitê de Governança os indicadores de desempenho para a Gestão de Riscos, alinhados com os indicadores de desempenho da AGU; e

X - requisitar aos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais as informações necessárias para a consolidação dos dados e a elaboração dos relatórios gerenciais.

Art. 9º Compete aos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais:

I - identificar, analisar e avaliar os riscos dos processos organizacionais sob sua responsabilidade, em conformidade ao que define esta Política de Gestão de Riscos;

II - propor respostas e respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

III - monitorar a evolução dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

IV - informar o Núcleo Estratégico de Integridade da AGU sobre mudanças significativas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

V - responder às solicitações do Núcleo Estratégico de Integridade da AGU; e

VI - disponibilizar as informações adequadas quanto à gestão dos riscos dos processos sob sua responsabilidade a todos os níveis da AGU e demais partes interessadas.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais devem ter alçada suficiente para orientar e acompanhar as etapas de identificação, análise, avaliação e implementação das respostas aos riscos.

Art. 10. Compete a todos os membros e servidores da AGU o monitoramento da evolução dos níveis de riscos e da efetividade das medidas de controles implementadas nos processos organizacionais em que estiverem envolvidos ou que tiverem conhecimento.

Parágrafo único. No monitoramento de que trata o caput deste artigo, caso sejam identificadas mudanças ou fragilidades nos processos organizacionais, o membro ou o servidor deverá reportar imediatamente o fato ao responsável pelo gerenciamento de riscos do processo em questão.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. O Comitê de Governança da AGU, a sua Comissão Técnica, o Núcleo Estratégico de Integridade da AGU e os responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais deverão manter fluxo regular e constante de informações entre si.

Art. 12. Caberá à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico do Departamento de Gestão Estratégica - CGPE/DGE desempenhar as funções de apoio metodológico e administrativo ao Núcleo Estratégico de Integridade da AGU até que seja estruturado um setor próprio que absorva as atividades relacionadas à Gestão de Riscos da AGU.

Art. 13. As iniciativas relacionadas à Gestão de Riscos existentes na AGU antes da publicação desta Portaria deverão ser gradualmente alinhadas à Metodologia de Gestão de Riscos aprovada pelo Comitê de Governança.

§1º A Metodologia de Gestão de Riscos da AGU deverá ser aprovada em até 12 (doze) meses após a publicação desta Política de Gestão de Riscos.

§2º O alinhamento de que trata o caput deste artigo deve ser feito no prazo máximo de 12 (doze) meses após a aprovação da Metodologia de Gestão de Riscos da AGU.

Art. 14 A Política de Gestão de Risco da AGU deve ser implementada de forma gradual em todas as áreas da AGU, com prazo de conclusão de até 60 (sessenta) meses a partir da vigência desta portaria.

Parágrafo único. Na implementação desta política, serão priorizados os processos organizacionais que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico da AGU.

ANEXO III
POLÍTICA DE GOVERNANÇA DE PROGRAMAS E PROJETOS DA AGU

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. A Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União tem por finalidade estabelecer as diretrizes para o gerenciamento dos processos de iniciação, planejamento, execução, monitoramento e encerramento dos programas e projetos no âmbito da AGU.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - projeto: esforço temporário, empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo;

II - programa: grupo de projetos relacionados, que são gerenciados de modo coordenado para a obtenção de benefício e controle que não estariam disponíveis se fossem gerenciados individualmente;

III - programa ou projeto estratégico - programa ou projeto selecionado pela alta direção e alinhado à missão da Advocacia-Geral da União, que contribui diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos;

IV - programa ou projeto setorial - programa ou projeto executado no âmbito de uma unidade organizacional;

V - portfólio de programas e projetos estratégicos - documento que representa a consolidação dos programas e projetos estratégicos da AGU, tendo por objetivo dar suporte à alta administração na implementação das estratégias organizacionais, incentivar e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de gestão, com vistas a apoiar a decisão gerencial, a disseminação de informações, a mensuração dos resultados e o cumprimento das Diretrizes Estratégicas da AGU;

VI - artefato: o produto de uma ou mais atividades dentro do contexto do gerenciamento de programas e projetos;

VII - aceitação ou homologação: declaração formal do demandante de que as entregas atendem aos requisitos estabelecidos no escopo do programa ou projeto;

VIII - demandante: qualquer instância, órgão ou unidade administrativa que solicite o desenvolvimento de um programa ou projeto;

IX - entrega: qualquer produto, resultado ou serviço único e verificável, que deve ser produzido para concluir uma etapa de um programa ou projeto;

X - escopo: representa a soma dos produtos, resultados e serviços propostos pelo programa ou projeto. Delineia a abrangência de todo o trabalho a ser realizado pela equipe do programa ou projeto, mas somente o trabalho necessário. O escopo do programa ou projeto pode incluir uma ou mais entregas;

XI - gerente do programa ou projeto: pessoa formalmente designada para conduzir o programa ou projeto, seu planejamento e coordenar a equipe de execução, a fim de atingir os objetivos do programa ou projeto;

XII - equipe do programa ou projeto - grupo de pessoas designadas para elaborar e executar o Plano do Programa ou Projeto, a fim de obter os resultados, serviços e produtos esperados;

XIII - supervisor do programa ou projeto - integrante do Departamento de Gestão Estratégica designado para supervisionar o planejamento, impulsionar a execução e monitorar o cumprimento do Plano do Programa ou Projeto;

XIV - metodologia de gerenciamento de programas e projetos: sistema de práticas, técnicas, procedimentos e regras utilizadas pelas pessoas envolvidas na governança de programas e projetos;

XV - partes interessadas no programa ou projeto - pessoas, unidades ou entidades cujos interesses podem ser afetados com o resultado da execução ou do término do programa ou projeto. Estas partes interessadas também podem influenciar (positiva e/ou negativamente) os objetivos e resultados do programa ou projeto;

XVI - premissas - fatores que, para fins de planejamento, são considerados verdadeiros, reais ou certos, sem prova ou demonstração. As premissas afetam todos os aspectos do planejamento do programa ou projeto e fazem parte da sua elaboração progressiva;

XVII - restrições - limitações aplicáveis, internas ou externas, que afetarão o desempenho do programa ou projeto. Enquanto as premissas possuem um certo grau de flexibilidade, as restrições são sempre imutáveis; e

XVIII - plano do programa ou projeto - documento que detalha o objetivo, a justificativa e o escopo do programa ou projeto. Define quais são as unidades, pessoas e/ou clientes participantes, produtos a serem gerados, prazos e custos, além de evidenciar restrições e riscos existentes. O plano do programa ou projeto contém todas as informações relativas ao planejamento e deve ser utilizado até o seu encerramento como guia fundamental para a orientação das atividades do programa ou projeto.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A Governança de Programas e Projetos da AGU deverá observar os seguintes princípios:

I - ter como escopo de ação todos os programas e projetos da Instituição, nos níveis estratégico, tático e operacional;

II - ser aderente aos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da AGU;

III - ser transparente, dando acessibilidade aos artefatos, produtos, serviços e resultados dos programas e projetos institucionais;

IV - estar alinhada às melhores práticas de governança e às recomendações governamentais;

V - utilizar informações relevantes e de qualidade para apoiar o funcionamento dos programas e projetos;

VI - integrar programas, projetos, processos, estruturas funcionais, pessoas e tecnologia, com compartilhamento sinérgico de competências, responsabilidades, informações e instâncias decisórias.

VI - considerar fatores humanos, sociais, culturais e econômicos;

VII - ser dinâmica, interativa, flexível e capaz de reagir a mudanças; e

VIII - valorizar a cultura do empreendedorismo e da inovação.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 4º A Governança de Programas e Projetos da AGU tem por objetivos:

I - promover o aumento da eficiência e da eficácia dos programas e projetos, por meio da descrição, normatização e padronização dos processos de gerenciamento de programas e projetos da AGU;

II - assegurar o alinhamento dos programas e projetos estratégicos aos objetivos estratégicos estabelecidos no Mapa Estratégico da AGU;

III - estabelecer uma sistemática comum de gerenciamento de programas e projetos;

IV - promover a transparência dos programas e projetos;

V - aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos dos programas e projetos;

VI - garantir que os resultados gerados estejam em conformidade com o escopo, prazo e com os recursos definidos para cada programa ou projeto estratégico;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - facilitar o controle interno e a gestão de riscos;

VIII - estabelecer uma base confiável para a tomada de decisão superior;

IX - fomentar uma gestão proativa e empreendedora;

X - facilitar as mudanças e a gestão das mudanças; e

XI - melhorar a integração entre os órgãos da AGU.

CAPÍTULO IV
DOS INSTRUMENTOS

Art. 5º São instrumentos da Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União:

I - as Instâncias de Supervisão: o Comitê de Governança da AGU - CG-AGU, a Comissão Técnica do Comitê de Governança da AGU - CT-CG-AGU, a Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico do Departamento de Gestão Estratégica, os Gerentes e os Supervisores de Programas e Projetos Estratégicos da AGU;

II - as melhores práticas em governança de programas e projetos: a Política de Governança de Programas e Projetos da AGU, baseada no Guia PMBOK (*Guide to the Project Management Body of Knowledge*), deve orientar o trabalho de gerenciamento dos programas e projetos, em todas as suas fases, que incluem os processos de iniciação, planejamento, execução, monitoramento e encerramento;

III - a Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU - MGP-AGU: a metodologia para gerenciamento de programas e projetos deve estabelecer o padrão para elaboração e gerenciamento de programas e projetos no âmbito da Advocacia-Geral da União, em consonância com o Guia PMBOK e as orientações normativas vigentes; consideradas as especificidades da AGU;

IV - a capacitação continuada: a Grade Permanente da Escola da Advocacia-Geral da União deverá contemplar, em um de seus eixos temáticos, competências relacionadas à capacitação sobre temas afetos à governança de programas e projetos;

V - as normas, manuais e procedimentos: o arcabouço normativo formalmente definido pelas Instâncias de Supervisão deve ser considerado como instrumento que suporta a Governança de Programas e Projetos da AGU; e

V - soluções tecnológicas: o processo de governança de programas e projetos deverá contar com soluções tecnológicas que apoiem as atividades do ciclo de vida de um programa ou projeto, sendo recomendável a disponibilização de ferramenta que dê suporte ao gerenciamento dos programas e projetos, bem como à elaboração e manutenção do respectivo portfólio;

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Compete ao Comitê de Governança da AGU:

I - definir e atualizar as estratégias de implementação da Governança de Programas e Projetos da AGU, considerando os contextos externo e interno;

II - aprovar o Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU MGP-AGU, com seus respectivos artefatos e suas revisões;

III - aprovar os requisitos funcionais necessários às ferramentas de tecnologia de suporte à MGP-AGU;

IV - avaliar o desempenho da arquitetura de Governança de Programas e Projetos da AGU e a sua conformidade normativa;

V - promover o apoio institucional à Governança de Programas e Projetos da AGU, em especial no que respeita aos seus recursos, ao relacionamento entre as partes interessadas e ao desenvolvimento contínuo dos membros e servidores da AGU;

VI - garantir o alinhamento da Governança de Programas e Projetos da AGU aos padrões de ética e de conduta, em conformidade com o Programa de Integridade da AGU; e

VII - supervisionar a atuação das demais instâncias da Governança de Programas e Projetos da AGU; e

Art. 7º Compete à Comissão Técnica do Comitê de Governança da AGU:

I - auxiliar o CG-AGU na definição e nas atualizações da estratégia de implementação da Governança de Programas e Projetos da AGU, considerando os contextos externo e interno;

II - auxiliar na identificação e definição dos gerentes dos programas e projetos estratégicos;

III - auxiliar na definição da periodicidade mínima do ciclo realizações das análises críticas do desempenho para cada um dos programas e projetos estratégicos;

IV - avaliar a proposta de Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU e suas revisões; e

V - avaliar os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de programas e projetos da AGU.

Art. 8º Compete à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico - CGPE, do Departamento de Gestão Estratégica, auxiliar o CG-AGU e a CT-CG-AGU em suas atividades, em especial para:

I - propor a Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU e suas revisões;

II - definir os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte à Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU e suas atualizações;

III - monitorar a evolução dos indicadores de desempenho dos programas e projetos estratégicos priorizados pelo CG-AGU e a efetividade das ações de melhoria determinadas;

IV - dar suporte à identificação, análise e avaliação dos riscos dos programas e projetos estratégicos priorizados pelo Comitê de Governança e selecionados para a implementação da Gestão de Riscos;

V - consolidar os resultados de desempenho dos diversos programas e projetos estratégicos, por meio de relatórios gerenciais, e disponibilizá-los ao CG-AGU e à CT-CG-AGU em painel de indicadores de desempenho estruturado;

VI - oferecer capacitação continuada em governança de programas e projetos para os membros e servidores da AGU, em parceria com a Escola da AGU;

VII - promover a divulgação institucional do andamento e dos resultados dos programas e projetos estratégicos priorizados pelo CG-AGU;

VIII - apoiar os gerentes na medição e análise crítica do desempenho dos programas e projetos, objetivando a sua melhoria contínua;

IX - propor à CT-CG-AGU os indicadores de desempenho para a Governança de Programas e Projetos, alinhados com os objetivos de estratégicos da AGU;

X - requisitar aos gerentes de programas e projetos as informações necessárias à consolidação dos dados para elaboração de relatórios gerenciais;

XI - validar os artefatos dos programas e projetos estratégicos, conforme padrões definidos;

XII - gerir o Portfólio de Programas e Projetos Estratégicos e demais ferramentas de apoio à governança de programas e projetos da AGU;

XII - avaliar e monitorar as de propostas de mudanças nos programas e projetos estratégicos.

Art. 9º Compete aos Gerentes Programas e Projetos da AGU:

I - planejar, executar, monitorar e encerrar os programas e projetos, inclusive na ferramenta corporativa de gerenciamento;

II - gerenciar os recursos dos programas e projetos;

III - distribuir as atividades e orientar as equipes dos programas e projetos;

IV - controlar o cronograma geral e os recursos orçamentários, garantindo que as atividades previstas sejam concluídas no prazo e dentro do orçamento;

V - gerir proativamente o escopo, assegurando que as entregas estejam em conformidade com o que foi planejado;

VI - divulgar as informações sobre o programa ou projeto às partes interessadas;

VII - gerenciar os riscos do programa ou projeto;

VIII - adotar ferramentas e métricas apropriadas para ter uma visão correta do progresso do programa ou projeto e da qualidade dos entregáveis produzidos;

IX - propor mudanças ou avaliar o impacto de mudanças solicitadas;

X - manter a documentação dos programas e projetos sob sua responsabilidade completa e atualizada;

XI - prestar, regularmente, informações aos supervisores dos programas ou projetos sob sua responsabilidade;

XII - gerenciar o desempenho do programa ou projeto sob sua condução em conformidade com a MGP-AGU, registrando pareceres de análise crítica do desempenho e comprometendo-se em implementar melhorias corretivas quanto aos resultados negativos;

XIII - responder às solicitações dos Núcleos Estratégicos afetos ao programa ou projeto sob sua gerência; e

XIV - responder às solicitações do CG-AGU e da CT-CG-AGU.

Parágrafo único. Os gerentes devem ter alçada suficiente para responder pelos programas e projetos estratégicos sob sua condução perante todas as instâncias de supervisão elencadas no inciso I do art. 5º desta Portaria.

Art. 10. Compete aos integrantes das Equipes de Programas e Projetos da AGU:

I - executar as atividades dos programas e projetos atribuídas pelos gerentes;

II - apoiar os gerentes na prestação de informações sobre o andamento dos programas e projetos nos quais estejam envolvidos; e

III - consultar e manter atualizadas suas tarefas na ferramenta corporativa de gerenciamento de programas e projetos.

Art. 11. Compete aos Supervisores de Programas e Projetos Estratégicos da AGU:

I - articular, impulsionar e acompanhar o desenvolvimento dos programas e projetos estratégicos sob sua supervisão;

II - interagir com os gerentes dos programas e projetos, de modo a identificar situações críticas e possibilidades de mudanças;

II - prover suporte metodológico às equipes dos programas e projetos;

IV - realizar a homologação prévia do encerramento dos programas e projetos sob sua supervisão;

V - organizar reuniões periódicas com os gerentes, a fim de monitorar e controlar a execução dos planos dos programas e projetos;

VI - exercer a interlocução da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico com as unidades envolvidas nos programas e projetos.

Art. 12. Compete a todos os membros e servidores da AGU o conhecimento da publicação dos programas e projetos estratégicos e seus níveis de desempenho, sempre que estiverem envolvidos ou quando informados.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. O Comitê de Governança da AGU, a sua Comissão Técnica, a Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, os Gerentes e os Supervisores dos Programas e Projetos Estratégicos deverão manter fluxo regular e constante de informações entre si.

Art. 14. As iniciativas relacionadas à Governança de Programas e Projetos Estratégicos existentes na AGU antes da publicação desta Portaria deverão ser gradualmente alinhadas à Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União.

§ 1º A Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU - MGP-AGU deverá ser aprovada em até 180 (cento e oitenta dias) após a publicação desta Portaria.

§ 2º O alinhamento de que trata o caput deste artigo deverá ser efetivado no prazo máximo de 12 (doze) meses após a aprovação da Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União.

Art. 15. Esta Política será implementada, de imediato, nos programas e projetos estratégicos priorizados pelo Comitê de Governança da AGU.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.500, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Cria o Conselho Consultivo da Agropecuária do Brasil - CONSAB

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição e,

Considerando a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de gestão estratégica no âmbito do MAPA;

Considerando a capacidade, a experiência adquirida, a elevada dedicação e os excelentes serviços prestados pelos ex-dirigentes do MAPA em suas gestões;

Considerando a importância estratégica para o agronegócio brasileiro ouvir, valorizar e pautar suas deliberações na experiência adquirida ao longo de sua história;

Considerando a isenção, a sensatez e o patriotismo de todos ex-Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil; e

Considerando a necessidade de registrar esse especial momento da história do MAPA, como imperativo de justiça e reconhecimento por tudo quanto foi realizado em gestões anteriores no interesse e no desenvolvimento do agronegócio brasileiro, resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Consultivo da Agropecuária do Brasil - CONSAB, com a finalidade de conferir maior legitimidade e articulação estratégica, na formulação de políticas públicas para o agronegócio e no alcance dos objetivos institucionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tomando por base a realidade atual confrontada com o conhecimento adquirido em gestões passadas.

Art. 2º Serão membros natos do CONSAB os ex-Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º O CONSAB será presidido pelo atual Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo secretariado pelo Secretário-Executivo.

Art. 4º O CONSAB se reunirá no primeiro trimestre de cada ano, podendo ser convocado extraordinariamente.

Art. 5º As despesas referentes à reunião do CONSAB serão custeadas pelo MAPA.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 286, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso XXII, artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, resolve:

Artigo 1º - Habilitar o médico veterinário Michael Luiz Ferreira Santos, inscrito no CRMV-GO nº 5320, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS para os municípios de São João da Aliança, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Água Fria.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNOLDO DAHER DE ALMEIDA JUNQUEIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 3.003, DE 13 DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 36, de 24 de novembro de 2009, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21028.012238/2017-04, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa BIOSEMENTES EIRELLI - ME, nome fantasia GENETICSEEDS AND BIOCONTROL, inscrita no CNPJ sob o nº 26.677.723/0001-13, situada à Av. Jaime Ribeiro da Luz, nº 971, loja 59, CEP: 38.408-188, Bairro Santa Mônica, Uberlândia/MG, para realizar pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agronômica e fitotoxicidade, para fins de registro.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta portaria terá validade indeterminada, conforme Art. 7º da Instrução Normativa SDA nº 36 de 24/11/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU

PORTARIA Nº 2, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso XXII do artigo 44 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21028.000205/2007-31, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da empresa NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, CNPJ 01.811.362/0009-82, localizada à Rua Joaquim Simões, nº 309 - Bairro industrial Reinaldo Foresti - Varginha/MG, sob o número BR MG 0262, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os de tratamento: Fumigação em Silos Herméticos (FSH-FOSFINA) com Fosfina; Fumigação em Contêineres (FEC-MB) com Brometo de Metila; Fumigação em Contêineres (FEC-FOSFINA) com Fosfina; Fumigação em Câmaras de Lona (FCL-MB) com Brometo de Metila; Fumigação em Câmaras de Lona (FCL-FOSFINA) com Fosfina e Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 5 (cinco) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, conforme § único do Art. 2º - Anexo I da Instrução Normativa SDA nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU

PORTARIA Nº 3, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso XXII do artigo 44 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo 21028.001928/2015-68, resolve:

Art. 1º Alterar o Certificado de Credenciamento da empresa ENGETEC IMUNIZAÇÕES E CONTROLE AMBIENTAL LTDA , CNPJ 19.738.890/0001-61, localizada à Rua Cristóvão de Assis, 106 - Bairro Dr. Lund, Pedro Leopoldo - MG, CEP 37.800-000, sob o número BR MG 0530 para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os tratamentos:

Fumigação em Contêiner com Brometo de Metila (FEC-MB); Fumigação em Contêiner com Fosfina (FEC-Fosfina); Fumigação em Câmaras de Lona com Brometo de Metila (FCL-MB); Fumigação em Câmaras de Lona com Fosfina (FCL-FOSFINA); e tratamento Térmico (HT), cuja habilitação ora se inclui no rol de tratamentos.

Art. 2º Permanece inalterada data de 05 de dezembro de 2021 para o vencimento do credenciamento de que trata esta Portaria, em conformidade ao disposto através da Portaria nº 08 de 02 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 681, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicado no DOU de 14 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 26 da Instrução Normativa nº 53, de 23 de outubro de 2013, na Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, no Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, e o que consta no Processo nº 21034.010741/2017-38, resolve:

Art. 1° Credenciar a instituição privada de pesquisa ADAMA BRASIL S/A, CNPJ n° 02.290.510/0001-76, localizada na RODOVIA PR 445, KM 101, ESTRADA LONDRINA - BELA VISTA DO PARAÍSO, no município de CAMBÉ/PR, para realizar ensaios de eficiência e viabilidade agronômica visando o registro de produtos novos abrangidos pelo regulamento da Lei 6.894, de 1980.

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de cinco anos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ORIO BASTOS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 324, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário, JONATHAN DE BITENCOURT GOUDINHO, CRMV/SC Nº 7197, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI 21050.008378/2017-92, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria n° 259 de 09.08.2016.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL TAVARES QUINTEIRO MILCENT ASSIS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 113, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

1. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Tebuconazole Alta 430 SC, processo nº 21000.004049/2010-91, para a marca comercial Seven.

2. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Ouro Fino Química Ltda CNPJ nº 09.100.671/0001-07 - Uberaba/MG, a importar o produto 2,4-D Técnico AL, registro nº 7314, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto BrutoBR, registro nº 20916, de acordo com processo nº 21000.053237/2017-10.

3. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do formulador Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, no produto Helmoxone, registro nº 14908, de acordo com processo nº 21000.053593/2017-33.

4.De acordo com o Decreto n° 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Azure 250 SC, processo nº 21000.002190/2014-83.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 23 de maio de 2016, em Ato nº24 Seção 1, item 25, onde se lê: ... Fow AgroSciences (NZ) Ltd, leia-se: ... Dow AgroSciences (NZ) Ltd.

No DOU de 17 de julho de 2015, Ato nº 45, Seção 1, item 32, onde se lê: ... a importar o produto Gastoxin B 57 registro nº 001001,

Leia-se: ... a importar o produto Gastoxin B57, registro nº 0101.

No DOU de 07 de dezembro de 2017, em Ato nº 111 Seção 1, item 7, onde se lê: ... Indicação de uso pretendido: indicado para as culturas de cana de açúcar, milho e soja, leia-se: ... Indicação de uso pretendido: indicado para as culturas de cana de açúcar, algodão, batata, milho e soja no produto Marathon 800 WG, registro nº 27717.

No DOU de 07 de dezembro de 2017, em Ato nº 111 Seção 1, item 7, onde se lê: ... formulador Ningbo Sujoy Agroscience Co., Ltd. - Dui Gou Gang Town (Chemical Industry Zone), Lian Yun Gang Jiangsu - China, leia-se: ... Ningbo Sunjoy Agroscience Co. Ltd. - BeiHai Road, No. 1165, Ningbo Chemical Industry zone, Xiepu Town Zhebhau District, Ningbo Zhejiang Province, 315040 - China, no produto Marathon 800 WG, registro nº 27717.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL

RESOLUÇÃO Nº 59, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR para o exercício de 2017.

O Presidente do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural - CGSR, no exercício da competência que lhe confere o inciso IV do artigo 5º e observado o disposto no artigo 19 do Regimento Interno do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, editado pela Resolução nº 5, de 3 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1o Aprovar, "ad referendum", conforme disposto na Resolução nº 56, de 15 de agosto de 2017, do CGSR, a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR, para o exercício de 2017, nos montantes do anexo a esta Resolução, em todo o Território Nacional, observados os limites de disponibilidade de empenho e pagamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 58, de 16 de outubro de 2017.

NERI GELLER

ANEXO

Mês	Cultura	Valor
Fevereiro	Milho 2ª Safra, Trigo e Demais Grãos de Inverno[1]	R$ 20.000.000,00
	Outros[2]	R$ 2.000.000,00
Março	Milho 2ª Safra, Trigo e Demais Grãos de Inverno[1]	R$ 20.000.000,00
	Outros[2]	R$ 2.000.000,00
Abril	Milho 2ª Safra, Trigo e Demais Grãos de Inverno[1]	R$ 20.000.000,00
	Outros[2]	R$ 2.000.000,00
Maio	Milho 2ª Safra, Trigo e Demais Grãos de Inverno[1]	R$ 15.000.000,00
	Outros[2]	R$ 2.000.000,00
Junho	Milho 2ª Safra, Trigo e Demais Grãos de Inverno[1]	R$ 5.000.000,00
	Outros[2]	R$ 2.000.000,00
Agosto	Milho 2ª Safra, Trigo e Demais Grãos de Inverno[1]	R$ 10.000.000,00
	Grãos de Verão[3]	R$ 42.000.000,00
Setembro	Frutas	R$ 30.000.000,00
	Grãos de Verão (faturamento)	R$ 6.000.000,00
Outubro	Grãos de Verão[3]	R$ 139.400.000,00
	Frutas	R$ 40.000.000,00
	Outros[2]	R$ 10.000.000,00
Dezembro	Frutas	R$ 2.700.000,00
	Outros[2]	R$ 1.300.000,00
TOTAL	-	R$ 371.400.000,00

[1]Demais Grãos de Inverno: aveia, canola, cevada, centeio, sorgo e triticale. [2]Outros: café, cana-de-açúcar, olerícolas, seguro pecuário, seguro de florestas e aquícola. [3]Grãos de Verão: algodão, amendoim, arroz, fava, feijão, girassol, milho 1ª safra e soja.



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 6.974/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO VERDE a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 16 (dezesseis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.017456/2017-86 e da Nota Técnica nº 27256/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 1.4504 - Processo nº 53542.003353/2017-57 - à VITOR ELISIO POLTRONIERI, CNPJ/CPF nº 25042823972;

Nº 14523 - Processo nº 53542.003607/2017-37 - à EDGAR ROCHA VILELA, CNPJ/CPF nº 30504996134;

Nº 1.4545 - Processo nº 53542.003271/2017-11 - à CONTRATACK SERVICOS DE SEGURANCAS LTDA - ME, CNPJ/CPF nº 28087399000109;

Nº 1.4554 - Processo nº 53542.003262/2017-11 - à MALAI MANSO HOTEL RESORT S.A., CNPJ/CPF nº 14773721000149;
ATOS DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.
Nº 14573 - Processo nº 53542.003277/2017-80 - à SM AGROFLORESTAL LTDA, CNPJ/CPF nº 02973824000173;

Nº 1.4574 - Processo nº 53542.003566/2017-89 - à DOUGLAS GIMENEZ DE MELLO, CNPJ/CPF nº 31683191803;
ATOS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nº 1.4658 - Processo nº 53542.003368/2017-15 - à ALBERTO PIRES DE ALMEIDA, CNPJ/CPF nº 97723622104;

Nº 1.4667 - Processo nº 53542.003758/2017-95 - à LEANDRO PEDRASSANI, CNPJ/CPF nº 57118566187;
ATOS DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nº 1.4744 - Processo nº 53542.003651/2017-47 - à J L AGROPECUARIA LTDA, CNPJ/CPF nº 78906344000313;

Nº 1.4745 - Processo nº 53542.003399/2017-76 - à DINAMO ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF nº 03258132000106;

Nº 1.4751 - Processo nº 53542.003726/2017-90 - à PARECIS ENERGIA S.A., CNPJ/CPF nº 07655520000181;

Nº 1.4754 - Processo nº 53542.003739/2017-69 - à CAMPOS DE JULIO ENERGIA S.A., CNPJ/CPF nº 07655513000180;
ATOS DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nº 1.4793 - Processo nº 53542.003529/2017-71 - à LAVOURA E PECUARIA IGARASHI LTDA, CNPJ/CPF nº 83144733001794;

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 1.4084 Processo nº 53500.078888/2017-78. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ROUTE WAY TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 19.778.756/0001-94, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 1.4099 Processo nº 53500.052770/2017-10. Declara extinta, por renúncia, a partir de 17/11/2017, a autorização outorgada à RAFAEL CANDIDO VIEIRA - ME, CNPJ/MF nº 26.190.621/0001-79, por intermédio do Ato n° 8016, de 13/04/2017, publicado no DOU de 24/04/2017, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 1.4246 Processo nº 53500.082504/2017-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE MATOGROSSENSE RADIO EDUCADORA LTDA, CNPJ 15.341.696/0001-97, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Colíder/MT.

Nº 1.4247 Processo nº 53500.082505/2017-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE MATOGROSSENSE RADIO EDUCADORA LTDA, CNPJ 15.341.696/0001-97, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Colíder/MT.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 1.4285 Processo nº 53500.082616/2017-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO AM DE JEQUIE LTDA, CNPJ 07.790.352/0001-37, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Jequié/BA.

Nº 1.4286 Processo nº 53500.082622/2017-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO BAHIA NORDESTE DE PAULO AFONSO LTDA, CNPJ 14.997.191/0001-12, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Paulo Afonso/BA.

Nº 1.4318 Processo nº 53500.082762/2017-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA - ME, CNPJ 52.505.161/0001-30, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Mococa/SP.

Nº 1.4319 Processo nº 53500.082763/2017-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CRISTIANO VARELLA, CNPJ 00.961.315/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Muriaé/MG.

Nº 1.4320 Processo nº 53500.082764/2017-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CRISTIANO VARELLA, CNPJ 00.961.315/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Muriaé/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 1.4322 Processo nº 53500.082814/2017-36. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO INTEGRACAO FM LTDA, CNPJ 79.274.122/0001-26, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Jacinto Machado/SC.

Nº 1.4323 Processo nº 53500.082816/2017-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO IRACEMA LTDA, CNPJ 75.369.405/0001-09, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Cunha Porã/SC.

Nº 1.4333 Processo nº 53500.082853/2017-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MAMPITUBA FM STEREO LTDA, CNPJ 81.615.049/0001-50, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Sombrio/SC.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 1.4477 Processo nº 53500.081296/2017-33. Expede autorização à DELTA INTERNET E TELECOMUNICACOES EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 28.316.650/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.4478 Processo nº 53500.081465/2017-35. Expede autorização à R. J. GUIMARO - ME, CNPJ/MF nº 09.189.213/0001-88, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.4479 Processo nº 53500.080771/2017-54. Expede autorização à VTEK TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.675.417/0001-33, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.4487 Processo nº 53500.081205/2017-60. Expede autorização à JOSE ANDREANDERSON SATURNINO DA SILVA - ME, CNPJ/MF nº 27.137.251/0001-79, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.4489 Processo nº 53500.082705/2017-19. Expede autorização à IGUABA I PROVEDOR DE SERVICOS INTERNET LTDA - ME, CNPJ nº 05.020.211/0001-00, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 1.4742 Processo nº 53500.015516/2016-50. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à SPEED PLANET TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 10.505.282/0001-32, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 1.4755 Altera os Planos Básicos de RTV, TVD, FM, OM e PRRadCom. Proc. 53500.081705/2017-00. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no D.O.U, sua íntegra estará disponível no portal da Anatel.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.4823, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a Embaixada da República Argentina a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, durante visita do Senhor Jorge Faurie, Ministro das Relações Exteriores da República Argentina, na cidade de Brasília/DF, no período de 19/12/2017 a 22/12/2017.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

304ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.006977/2017	539.372.011-49	RAFAEL PLAKOUDI SOUTO MAIOR	18/12/2022
920.006978/2017	048.120.668-08	LOURENCO MATAKAS JR	18/12/2022

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

305ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.000168/2004	400.005.080-04	NAIRA MARIA BALZARETTI	18/12/2022
920.001891/2005	552.512.264-20	CARLOS JOSE DE ARAUJO	18/12/2022
920.002771/2007	210.479.100-63	BRENO RIEGEL SANTOS	18/12/2022
920.004712/2011	645.585.339-34	MAURICIO ALMEIDA NOERNBERG	18/12/2022

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa e advertência, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53560.006398/2014	Associação Comunitária Do Desterro	RADCOM	Quiterianópolis	CE	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 2103, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53563.001005/2013	Associação Alice Martins Pinheiro	RADCOM	Parnamirim	RN	Multa e Advertência	913,86	Art. 40, XIX, do Decreto n° 2.615/1998 e item 21.1 da Norma nº 01/2011.	Portaria DECEF n° 6923, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53563.001235/2014	Associação Desportiva Parma Atlético Clube (Parma)	RADCOM	São Miguel do Gostoso	RN	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 6930, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53532.000705/2013	Fundação Manoel Paes	RADCOM	Brejão	PE	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7047, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.068501/2013	Associação Dos Pequenos Produtores Dos Sítios Pau D"arco, Guaribas E Agostinho	RADCOM	Araçagi	PB	Multa	1.599,26	Art. 11 da Lei n° 9.612/1998	Portaria DECEF n° 205, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.020105/2013	Associação De Radiodifusão Comunitária Bem Aventurado José De Anchieta	RADCOM	Aracaju	SE	Multa	435,37	Art. 11 da Lei n° 9.612/1998	Portaria DECEF n° 7030, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.020319/2013	Associação De Comunicação Radcom Cristal De Marilândia Do Sul	RADCOM	Marilândia do Sul	PR	Multa	946,57	Art. 40, inciso VI, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7032, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 85/1994
53900.036559/2014	Associação Cultural De Comunicação Comunitária Sfera Educadora De Bady Bassitt	RADCOM	Bady Bassitt	SP	Multa	456,93	Art. 40, inciso XXIX, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7035, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.038023/2014	Fundação Educacional E Cultural Direito De Viver (Rádio Alternativa)	FM	Escada	PE	Multa	4.797,78	Art. 32 da Lei n° 4.117/1962 e art. 42 do Decreto nº 52.795/1963.	Portaria DECEF n° 7336, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de advertência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.029893/2014	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARCOS	RTV	São Marcos	RS	Advertência	Art. 30, *caput*, do Decreto 5.371/2005	Portaria DECEF n° 149, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de advertência, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53560.005522/2014	RADIODIFUSORA ASA BRANCA LTDA	OM	Boa Viagem	CE	Advertência	Art. 5º, parágrafo único Portaria nº 26/1996.	Portaria DECEF n° 5170, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013
53548.003125/2014	EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	FME	Corumbá	MS		Art. 5º, parágrafo único Portaria nº 26/1996.	Portaria DECEF n° 6712, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 5.991/SEI, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.050764/2017-13, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação de Apoio ao Cidadão Carente, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Av. Dr. José Monteiro Machado Cesar, n° 129 - Centro para a Rua Benedito Carlos Salvador, N°141 - Moreira Cesar, na localidade de Pindamonhangaba/SP. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 897/2017 publicada no Diário Oficial da União em 14 de junho de 2002, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 625/2005, publicado no Diário Oficial da União em 22 de junho de 2005, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53830.000228/1998.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 22°54"50"S e longitude 45°21"50"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 6.184//SEI, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.063078/2012-43, resolve:

Art. 1º Consignar à EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Campo Bom/RS, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 7.250/SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 01250.076963/2017-51, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005 à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Porto Alegre/RS, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Igrejinha/RS, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

DESPACHO Nº 2.051/SEI, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo n.º 53000.017929/2014-48, especialmente da Nota Técnica n.º 28442/2017/SEI-MCTIC, resolve rever a decisão proferida em âmbito do recurso administrativo interposto pela REDE TOCANTINS DE COMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Porto Nacional, estado do Tocantins, contra a decisão de indeferimento do pedido de aprovação dos locais de instalação e autorização para utilização de equipamentos, para no mérito, aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, utilizando o canal n.º 213 (duzentos e treze), classe E3, nos termos da Nota Técnica n.º 28442/2017/SEI-MCTIC.

INEZ JOFFILY FRANÇA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 6634, de 16 de novembro de 2017, referente ao Processo nº 53000.052677/2012-31, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2017, Seção 1, página 70, onde se lê: "...Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário...", leia-se: "...Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário...".

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.682/SEI, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, §3º, inciso II da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.018073/2017-25, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos do PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA, autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de GUARIBA, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 26 (vinte e seis), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 22856/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

DESPACHO Nº 1.888/SEI, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.057438/2017-37, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO TIBAGI LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PALMITAL, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 21 (vinte e um), nos termos da Nota Técnica nº 25881/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

DESPACHO Nº 1.899/SEI, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, §3º, inciso II da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.050559/2013-70, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDOSO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de CARDOSO, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 26 (vinte e seis), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 25992/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

DESPACHO Nº 1.901/SEI, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.057442/2017-03, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO TIBAGI LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PARANAVAÍ, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 39 (trinta e nove), nos termos da Nota Técnica nº 26037/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

DESPACHO Nº 1.923/SEI, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.057475/2017-45, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO IGUAÇU S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PRUDENTÓPOLIS, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 30 (trinta), nos termos da Nota Técnica nº 26309/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

DESPACHO Nº 1.949/SEI, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.057453/2017-85, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO NAIPI LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PATO BRANCO, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 46 (quarenta e seis), nos termos da Nota Técnica nº 26980/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

DESPACHO Nº 1.996/SEI, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.057459/2017-52, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO IGUAÇU S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de UNIÃO DA VITÓRIA, estado do Paraná, utilizando o canal digital nº 23 (vinte e três), nos termos da Nota Técnica nº 27547/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.838/SEI, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.015182/2013-11, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TORRES & CAMARGO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Estrela d"Oeste - SP, utilizando o canal n.º 287 (duzentos e oitenta e sete), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 25100/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 113, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Homologa o tombamento das Ruínas do Forte do Buraco, no Município de Olinda, no Estado de Pernambuco.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, pela Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em sua 22ª reunião, realizada no dia 08 de junho de 2000, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento das Ruínas do Forte do Buraco, no Município de Olinda, Estado de Pernambuco, a que se refere o Processo n.º 1.351 - T - 95 (Processo n.º 01458.001195/2011-61).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO

PORTARIA Nº 114, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Homologa o tombamento da Coleção Nemirovsky.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, pela Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em sua 87ª reunião, realizada no dia 27 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar, para os efeitos do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento da Coleção Nemirovsky, a que se refere o Processo n.º 1.642 - T - 11 (Processo n.º 01506.000505/2011-15).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 139, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

Altera artigos da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, e dá outras providências.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA ANCINE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, II e IV, do Anexo I do Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 38 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, bem como o preceituado no inciso XVII do art. 3º do Anexo I do Decreto nº 8.283/14, em sua 669ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O § 1º do art. 17 da Instrução Normativa nº. 60, de 17 de abril de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. .....

§ 1º No caso de antecipação do pagamento, o prazo para a homologação da CONDECINE paga ou, se for o caso de pagamento em atraso ou a menor, para o lançamento de ofício do valor ainda devido, é de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador.

....." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 17-A:

"Art. 17-A. No caso de não antecipação do pagamento da CONDECINE, o prazo para o lançamento de ofício do valor devido é de 5 (cinco) anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte ao da ocorrência do fato gerador." (NR)

Art. 3º O art. 18 da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, passa a vigorar acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 18.....

.....

§ 3º A Notificação Fiscal de Lançamento NFL conterá informação ao contribuinte no sentido de que o decurso do prazo do caput, sem pagamento ou impugnação, importará constituição definitiva do crédito, iniciando-se o prazo legal para sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal CADIN." (NR)

Art. 4º A Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 18-A:

"Art. 18-A. Quando constar a situação de baixa no cadastro fiscal do sujeito passivo, a Superintendência de Fiscalização deve expedir Notificação Fiscal de Lançamento - NFL em face do sócio administrador do sujeito passivo ou, se for o caso, da incorporadora ou da pessoa jurídica resultante da fusão ou cisão total do mesmo, para que o responsável tributário, no prazo de 30 (trinta) dias, pague o tributo devido, acrescido dos encargos e penalidades legais, ou apresente impugnação.

§ 1° Na hipótese de baixa durante a fase litigiosa do processo administrativo fiscal, a intimação das decisões e dos demais atos do processo será realizada na pessoa do responsável tributário, observando-se, por ocasião da primeira intimação, e no que couber, os requisitos da Notificação Fiscal de Lançamento - NFL.

§ 2° Nos termos do caput e parágrafo anterior deste artigo, o sócio administrador passa a figurar como responsável pelo tributo devido." (NR)

Art. 5º O art. 22 da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, passa a vigorar acrescido do § 3º e seus incisos II e III e §§ 1º e 2º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22 .....

.....

II - por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo, assim considerado, preferencialmente, aquele constante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou, se for o caso, do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e, subsidiariamente, aquele cadastrado na ANCINE; e

III - por edital, quando resultarem improfícuos os meios e diligências referidos nos incisos I e II.

§1° Os meios de intimação previstos nos incisos I e II deste artigo não estão sujeitos a ordem de preferência.

§2º. Na hipótese de divergência entre o endereço fiscal cadastrado pelo contribuinte junto à ANCINE e aquele constante do banco de dados da Receita Federal, a correspondência referida no inciso II será enviada para ambos.

§3º O edital será publicado uma única vez, em órgão de imprensa oficial e na página da ANCINE na Internet." (NR)

Art. 6º A Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 22-A:

"Art. 22-A. Quando resultarem improfícuas as tentativas de intimação do sujeito passivo nos endereços eleitos e cadastrados, a Superintendência de Fiscalização comunicará o ocorrido à Superintendência de Registro, para a adoção de providências relativas à irregularidade cadastral." (NR)

Art. 7º O art. 38-A da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38-A. Não sendo cumprida nem impugnada a Notificação Fiscal de Lançamento, será declarada a revelia e lavrado termo de constituição definitiva do crédito, do que será intimado o contribuinte, permanecendo o processo na Superintendência de Fiscalização pelo prazo de 30 dias para a cobrança administrativa." (NR)

Art. 8º O art. 40 da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007 passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40. Em caso de impugnação, a decisão de primeira instância conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação, devendo referir-se expressamente a todas as Notificações Fiscais de Lançamento - NFL do processo, bem como às razões de defesa suscitadas pelo impugnante." (NR)

Art. 9º O art. 46 da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46. Esgotado o prazo de cobrança administrativa sem que tenha sido pago o crédito tributário, a Superintendência de Fiscalização declarará o sujeito passivo como devedor remisso, incluirá o nome do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal CADIN e encaminhará o processo à Procuradoria-Geral da ANCINE para inscrição do débito respectivo em Dívida Ativa e ajuizamento de execução fiscal." (NR)

Art. 10. Os incisos IV e V e o § 3º do art. 53 da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, passam vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53 .....

.....

IV - Cópia do Contrato Social, Estatuto ou Ata e eventual alteração, que identifique os atuais representantes legais do requerente, no caso de pessoa jurídica, bem como da Carteira de Identidade e CPF do representante legal da empresa e do procurador, quando for o caso; e

V - Cópia da Carteira de Identidade, do respectivo CPF e do comprovante de residência, no caso de pessoa física.

.....

§3° A Solicitação de Parcelamento será analisada pelo Superintendente de Fiscalização.

....." (NR)

Art. 11. O art. 54 da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54. A Solicitação de Parcelamento não dispensa o sujeito passivo do cumprimento de obrigações tributárias acessórias previstas na legislação acerca da CONDECINE." (NR)

Art. 12. O caput do art. 57 da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57. A Solicitação de Parcelamento deferida constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para exigência do crédito, podendo a exatidão dos valores parcelados ser objeto de verificação." (NR)

Art. 13. A Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 61-A:

"Art. 61-A. Atendendo ao princípio da economicidade, no caso da Solicitação de Parcelamento deferida para o pagamento em até 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, poderá ser concedido, de ofício ou a pedido, parcelamento simplificado, dispensando-se a formalização do Termo de Parcelamento de Dívida, e importando o pagamento da primeira prestação em confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do débito." (NR)

Art. 14. O caput do art. 63 da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007 passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63. O valor mínimo de cada parcela será de R$ 200,00 (duzentos reais) para pessoas jurídicas, e de R$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoas físicas, respeitado o limite máximo de 60 (sessenta) prestações mensais.

....." (NR)

Art. 15. O art. 65 da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 65. Implicará imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição em Dívida Ativa, a falta de pagamento:

.....

Parágrafo único. Rescindido o parcelamento, apurar-se-á o saldo devedor, providenciando-se o encaminhamento do débito para inscrição em Dívida Ativa." (NR)

Art. 16. O inciso I do art. 67 da Instrução Normativa Nº. 60, de 17 de abril de 2007, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 67. .....

I - créditos inscritos em Dívida Ativa, hipótese em que a análise, o controle e a administração do parcelamento será de responsabilidade da Procuradoria-Geral da ANCINE;

....." (NR)

Art. 17. A Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007 passa a vigorar com nova redação para os Anexos I, II, III, IV, conforme modelos anexos a esta Instrução Normativa.

Art. 18. Ficam revogados o parágrafo único do art. 46, o art. 59 e os Anexos V a IX da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007.

Art. 19. Fica determinada a republicação da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, com as modificações nela realizadas desde a sua entrada em vigor.

Art. 20. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEBORA IVANOV
Diretora-Presidente
Em exercício

ANEXO I - MODELO DE NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO PARA CRÉDITOS RELATIVOS A OBRAS CINEMATOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA ANCINE
Superintendência de Fiscalização
Av. Graça Aranha, 35 - SFI/CFT - Centro - CEP 20030-002 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail: fiscalizacao.tributaria@ancine.gov.br - Telefones: (21) 3037-6190 - Fax: (21) 3037-6191
NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO Nº XXXXX/XXXX
Rio de Janeiro, XX de XXXXX de XXXX.

A Superintendência de Fiscalização da Agência Nacional de Cinema - ANCINE, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA (Nome do contribuinte), sito à (endereço), na cidade XXXX, estado XX, CEP nº. XXXXXX, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº. XXXXXXX, pela infração aos artigos 32, 33 e 37 da MP 2228-1, de 06 de setembro de 2001, regulamentados pela Instrução Normativa nº. 60, de 17 de abril de 2007, ante a ausência ou insuficiência de recolhimento da CONDECINE referente às obras audiovisuais constantes do anexo desta notificação, conforme art. 32, I da MP 2228-1, de 06 de setembro de 2001.

A presente notificação relaciona as obras com pendências no recolhimento da CONDECINE devida com fatos geradores ocorridos durante o período de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX.

Débito total consolidado	R$ XXXX
Débito total consolidado com desconto	R$ XXXX
Data de vencimento	XX/XX/XXXX

Para obtenção do valor consolidado do débito tributário, esta Superintendência de Fiscalização levou em consideração o prazo legal de 10 (dez) dias para pagamento da CONDECINE, a contar da data de solicitação do registro, conforme disciplinado pelo artigo 3º da Instrução Normativa nº 60/07. A metodologia de cálculo, por sua vez, foi extraída da combinação dos artigos 44 e 61 da Lei 9430, de 27 de dezembro de 1996, e de acordo com o disciplinado pelo artigo 66 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O sujeito passivo fica ciente desta notificação de lançamento e intimado a recolher a importância devida. A guia de recolhimento da União - GRU para quitação do valor já atualizado segue em anexo. O pagamento pode ser efetuado em qualquer agência bancária até a data de vencimento. Após o vencimento, a GRU não será recebida pela rede bancária, entrar em contato com a Coordenação de Fiscalização Tributária para emissão de nova GRU através do email fiscalização.tributaria@ancine.gov.br.

Caso deseje, pode apresentar IMPUGNAÇÃO formalizada por escrito e instruída com todos os documentos em que se fundamentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da presente notificação, conforme art. 15 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, dirigindo-a à Superintendência de Fiscalização. Saliente-se que a impugnação tempestiva suspenderá a exigibilidade do crédito, nos termos do art. 151, III do CTN, até o trânsito em julgado no âmbito administrativo. No curso do prazo para apresentação de impugnação, em caso de pagamento, a multa sancionatória poderá ser reduzida em 50% (cinquenta por cento) com fundamento no art. 9º da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007.

Ademais, o sujeito passivo fica, desde já, cientificado de que a não apresentação tempestiva de impugnação e o não pagamento deste débito implicará: i) a inscrição do crédito em Dívida Ativa, conforme art. 201 do CTN; ii) a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis; e iii) após o prazo de 75 (setenta e cinco) dias a contar do recebimento desta notificação, a inclusão no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor Federal CADIN, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, da lei nº 10.522/2002.

A vista e/ou cópia dos autos do respectivo processo pode(m) ser obtida(s) mediante requerimento formalizado pessoalmente perante a Superintendência de Fiscalização ou através do email fiscalização.tributaria@ancine.gov.br. Informações adicionais podem ser solicitadas pelo telefone nº (21) 3037-6190, de segunda a sexta, das 9h às 18h ou através do email fiscalização.tributaria@ancine.gov.br.

_____
Superintendência de Fiscalização
Agência Nacional do Cinema

ANEXO DA NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO Nº XXXXX/XXXX

NOTIFICADA: (nome do contribuinte) (CPF/CNPJ Nº XXXXXXXX)
- OBRAS NOTIFICADAS POR RECOLHIMENTO IRREGULAR DA CONDECINE, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA ANCINE Nº 60/2007

Referência/CRT	Título/Segmento	Data do Fato Gerador	Data Vencimento Original	Data Pagamento	Valor Principal	Valor Pago	Encargos			Multa Sancionatária	Valor CONDECINE Consolidada	Saldo Devido a Pagar
							Juros até Dt. Pgto.	Juros até Dt. Novo Vcto.	Mora			
XXXXXXXX	XXXXXXXX	XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX		XXX		XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

- OBRAS NOTIFICADAS POR DÉBITO EM RAZÃO DE REENQUADRAMENTO EFETUADO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO

Referência/CRT	Título/Segmento	Data do Fato Gerador	Data Vencimento Original	Data Pagamento	Valor Principal	Valor Pago	Encargos			Multa Sancionatária	Valor CONDECINE Consolidada	Saldo Devido a Pagar
							Juros até Dt. Pgto.	Juros até Dt. Novo Vcto.	Mora			
XXXXXXXX	XXXXXXXX	XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX		XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

Débito Total Consolidado	XXXX

ANEXO II - MODELO DE NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO PARA CRÉDITOS RELATIVOS A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA ANCINE
Superintendência de Fiscalização
Av. Graça Aranha, 35 - SFI/CFT - Centro - CEP 20030-002 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail: fiscalizacao.tributaria@ancine.gov.br - Telefones: (21) 3037-6190 - Fax: (21) 3037-6191
NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO Nº. XXXXX/XXXX
Rio de Janeiro, XX de XXXXX de XXXX.

A Superintendência de Fiscalização da Agência Nacional de Cinema - ANCINE, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA (Nome do contribuinte), sito à (endereço), na cidade XXXX, estado XX, CEP nº. XXXXXX, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº. XXXXXXX, pela infração aos artigos 32, 33 e 37 da MP 2228-1, de 06 de setembro de 2001, regulamentados pela Instrução Normativa nº. 60, de 17 de abril de 2007, ante a ausência ou insuficiência de recolhimento da CONDECINE referente aos fatos geradores ocorridos nos exercícios de 2012 e 2013, conforme art. 32, II da MP 2228-1, de 06 de setembro de 2001.

Débito total consolidado	R$ XXXX
Débito total consolidado com desconto	R$ XXXX
Data de vencimento	XX/XX/XXXX

Para obtenção do valor consolidado do débito tributário, esta Superintendência de Fiscalização levou em consideração o prazo legal o prazo anual para pagamento da CONDECINE, até 31 de março, relativa aos serviços de que trata o inciso II do art. 32 da MP nº 2228-1/2001. A metodologia de cálculo, por sua vez, foi extraída da combinação dos artigos 44 e 61 da Lei 9430/1996, e de acordo com o disciplinado pelo artigo 66 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O sujeito passivo fica ciente desta notificação de lançamento e intimado a recolher a importância devida. A guia de recolhimento da União - GRU para quitação do valor já atualizado segue em anexo. O pagamento pode ser efetuado em qualquer agência bancária até a data de vencimento. Após o vencimento, a GRU não será recebida pela rede bancária, entrar em contato com a Coordenação de Fiscalização Tributária para emissão de nova GRU através do email fiscalização.tributaria@ancine.gov.br.

Caso deseje, pode apresentar IMPUGNAÇÃO formalizada por escrito e instruída com todos os documentos em que se fundamentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da presente notificação, conforme art. 15 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, dirigindo-a à Superintendência de Fiscalização. Saliente-se que a impugnação tempestiva suspenderá a exigibilidade do crédito, nos termos do art. 151, III do CTN, até o trânsito em julgado no âmbito administrativo. No curso do prazo para apresentação de impugnação, em caso de pagamento, a multa sancionatória poderá ser reduzida em 50% (cinquenta por cento) com fundamento no art. 9º da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007.

Ademais, o sujeito passivo fica, desde já, cientificado de que a não apresentação tempestiva de impugnação e o não pagamento deste débito implicará: i) a inscrição do crédito em Dívida Ativa, conforme art. 201 do CTN; ii) a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis; e iii) após o prazo de 75 (setenta e cinco) dias a contar do recebimento desta notificação, a inclusão no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor Federal CADIN, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, da lei nº 10.522/2002.

A vista e/ou cópia dos autos do respectivo processo pode(m) ser obtida(s) mediante requerimento formalizado pessoalmente perante a Superintendência de Fiscalização ou através do email fiscalização.tributaria@ancine.gov.br. Informações adicionais podem ser solicitadas pelo telefone nº (21) 3037-6190, de segunda a sexta, das 9h às 18h ou através do email fiscalização.tributaria@ancine.gov.br.

Superintendência de Fiscalização
Agência Nacional do Cinema

ANEXO DA NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO Nº XXXXX/XXXX

Ano de Exercício	XXXX
Data de Vencimento do Valor Principal	XX/XX/XXXX

Serviços	Fato Gerador	N° de ocorrências	Valor pelo fato gerador	Valor Principal	Data Pagamento	Valor Pago	Encargos			Multa Sancionatária	Valor CONDECINE Consolidada	Saldo Devido a Pagar
							Juros até Dt. Pgto.	Juros até Dt. Novo Vcto	Mora			
XXXXX	XXXXX	XX	XXXXX	XXXXX				XXX		XXX	XXX	XXX

Débito Total Consolidado	XXXX

ANEXO III - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO TRIBUTÁRIO

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA ANCINE
Superintendência de Fiscalização
Coordenação de Fiscalização Tributária
SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO TRIBUTÁRIO
(Instrução Normativa nº 60/2007 Anexo III)
Identificação do Contribuinte

RAZÃO SOCIAL:	
CPF/CNPJ:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	UF:
CEP:	
TELEFONE(S):	E-MAIL:

Fatos Geradores / Processos	Natureza do crédito	Período do débito
	CONDECINE relativa à DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	

O contribuinte acima identificado, nos termos da legislação pertinente, requer o parcelamento de seu(s) débito(s) tributários junto à Agência Nacional do Cinema ANCINE em XX prestações mensais sucessivas.

Declara a inexistência de ação judicial contestando o débito acima discriminado que se visa parcelar, outrossim, declara estar ciente de que:

a) o presente pedido importa confissão da dívida e instrumento hábil para sua exigência;

b) o deferimento do presente pedido fica condicionado ao pagamento da primeira parcela antecipada, comprovado pela apresentação de Guia de Recolhimento da União - GRU; e

c) o indeferimento do presente pedido importa o prosseguimento da cobrança imediata da dívida."

Local, Data.

Contribuinte ou Representante Legal da Empresa

ANEXO IV MODELO DE TERMO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO TRIBUTÁRIO

TERMO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO TRIBUTÁRIO

À Superintendência de Fiscalização da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, com sede na AVENIDA GRAÇA ARANHA, 35 CENTRO RIO DE JANEIRO RJ, neste ato representada por XXXXX, Superintendente de Fiscalização, Matrícula n.º XXXXXXX, CPF XXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente ANCINE, e xxxxxx., CNPJ Nº xxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxx, no bairro xxxxxxxx, xxxxxx - xxx, CEP: xxxxxxxx, neste ato representada por _____(nome)_____, _____(representação a que título - procurador/sócio-administrador/etc.)_____, RG_____, CPF_____, residente e domiciliado _____(endereço)_____, doravante denominado DEVEDOR, resolvem celebrar o presente Termo de Parcelamento, nos termos das cláusulas a seguir.

Cláusula Primeira. O Devedor, renunciando expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e à procedência da dívida, assume integral responsabilidade pela sua exatidão, ficando, entretanto, ressalvado à autarquia pública federal, representada pela Procuradoria Federal, o direito de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste termo, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda. A dívida constante deste instrumento é definitiva e irretratável, sendo ressalvado aos órgãos de execução da Procuradoria Federal o direito de sua cobrança na hipótese de descumprimento das obrigações assumidas pelo DEVEDOR.

Cláusula Terceira. Tendo o DEVEDOR requerido o pagamento parcelado da dívida especificada na Cláusula Quinta, com fundamento no artigo 52 da Instrução Normativa ANCINE nº 60, de 17 de abril de 2007, este lhe é deferido pela ANCINE, em XX prestações mensais e sucessivas.

Cláusula Quarta. No acordo de parcelamento formalizado mediante o presente Termo encontra-se parcelada a dívida discriminada conforme o seguinte quadro:

Fatos Geradores / Processos	Natureza do crédito	Período do débito
	CONDECINE relativa à DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	

Cláusula Quinta. A Dívida objeto do presente Termo de Parcelamento foi consolidada em xx/xx/xxxx, perfazendo o montante total de R$ xx.xxxxx.xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx), sendo que o valor básico inicial da prestação do parcelamento concedido e aqui acertado fica definido conforme o quadro abaixo:

Principal.....R$ -----
Juros SELIC s/ principal.....R$ ----
Multa de ofício.....R$ ----
Juros SELIC s/ principal.....R$ ----
Multa moratória.....R$ ----
Encargo Legal..... R$ ----

_____
Total.....R$ ----

Cláusula Sexta. O vencimento de cada parcela será no último dia útil de cada mês.

Cláusula Sétima. O DEVEDOR compromete-se a pagar as parcelas nas datas de vencimento, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela Coordenação de Fiscalização Tributária.

Cláusula Oitava. No caso de não pagamento ou de insuficiência financeira na data do vencimento da prestação, o DEVEDOR poderá solicitar à Coordenação de Fiscalização Tributária a emissão de nova guia para quitação da parcela, com os acréscimos legais incidentes no período.

Cláusula Nona. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, sendo que estes critérios poderão ser alterados de acordo com a legislação superveniente.

Cláusula Décima. O DEVEDOR declara-se ciente de que, para efeito de parcelamento, os débitos nele incluídos foram atualizados mediante a incidência dos demais acréscimos legais devidos até a data da consolidação, anuindo com o montante apurado.

Cláusula Décima Primeira. Constitui motivo para a rescisão deste acordo, independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: Infração de qualquer das cláusulas deste instrumento; Falta de pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais; e Insolvência ou falência do DEVEDOR.

Cláusula Décima Segunda. Este instrumento, em decorrência da rescisão do acordo, servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

Cláusula Décima Terceira. O DEVEDOR poderá, a qualquer tempo, durante o período ajustado para a quitação da dívida, solicitar o pagamento antecipado à vista, no todo ou em parte, do saldo devedor.

Cláusula Décima Quarta. Havendo a solicitação por parte do devedor, do pagamento antecipado à vista, no todo ou em parte, somente poderá ser utilizado para a quitação de parcelas na ordem inversa do vencimento, sem prejuízo da que for devida no mês de competência em curso.

Cláusula Décima Quinta. O DEVEDOR se compromete a informar eventual alteração de seu endereço à Coordenação de Fiscalização Tributária.

E, por estarem assim acertados e de acordo, firmam o presente Termo de Parcelamento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, todas assinadas e rubricadas, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, XX de XXXXX de XXXX.

_____
SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO

_____
ASSINATURA DO DEVEDOR

_____
ASSINATURA DA 1ª TESTEMUNHA

_____
ASSINATURA DA 2ª TESTEMUNHA

Dados das Testemunhas:
Nome: _____
RG: _____
CPF: _____
Endereço: _____
Nome: _____
RG: _____
CPF: _____
Endereço: _____

(*)N. da Coejo: Republicada por ter saído no DOU nº 237, de 12-12-2017, Seção 1, páginas 6 a 8, com incorreção.

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 19, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a retificação dos pedidos de reconsideração da fase de classificação do Edital de Seleção Pública n.º 1, de 26 de maio de 2017, Culturas Populares - Edição Leandro Gomes de Barros.

A Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria n.º 14, de 27/11/2017, publicada no Diário Oficial da União de 28/11/2017, Seção 1, páginas 10-11, que divulgou a análise dos pedidos de reconsideração em conformidade com o item 11.11.3 do Edital de Seleção Pública n.º 1, de 26 de maio de 2017, Culturas Populares - Edição Leandro Gomes de Barros, publicado no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2017, Seção 3, páginas 19 a 21.

Art. 2º Incluir na lista dos pedidos de reconsideração analisados pela Comissão de Avaliação e Seleção, os seguintes candidatos.

I - Mestres e Mestras (pessoa física):

Nº	Candidato(a)	CPF	Cidade	UF	Pedido de Reconsideração (fase de classificação)
37	Izabel Mesquita dos Santos	095.638.903-10	São Luís	MA	Indeferido
38	Shirley Izabela de Lima Rodrigues	038.391.214-85	Recife	PE	Indeferido

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÉBORA FERNANDA PINTO ALBUQUERQUE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 770, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
140651 - Diálogos
Congregação Israelita Paulista
CNPJ/CPF: 60.766.060/0001-41
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 292.527,34
Valor total atual: R$ 957.037,34

PORTARIA N° 771, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração da razão social do proponente do projeto Orquestra e Coral Cristo Rei - PRONAC 16 0802, publicado na portaria n.º 649 de 19/10/2016, no D.O.U de 20/10/2016:

Onde se lê: SOCIEDADE CIVIL ESPÍRITO SANTO

Leia-se: Associação de Desenvolvimento Integral - ADERI

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 772, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
176250 - 4º Natal Encantado
VOE PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA EPP - EPP
CNPJ/CPF: 13.290.007/0001-37
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 207.888,30
Valor total atual: R$ 245.402,10
177762 - Ayrton Senna, O Musical - Temporada SP
AVENTURA TEATROS ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 13.310.565/0001-17
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 1.273.125,00
Valor total atual: R$ 5.046.525,00
177386 - Jingle Bus
R & C EVENTOS, PROMOÇÕES E PUBLICIDADE LTDA.
CNPJ/CPF: 19.552.501/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 252.732,00
Valor total atual: R$ 1.740.826,00
176373 - Natal da FelizCidade
D. MARIN DA SILVA - ME
CNPJ/CPF: 08.430.920/0001-51
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Reduzido: R$ 47.017,10
Valor total atual: R$ 192.562,90
164246 - Plano Anual de Atividades da Casa da Cultura de Canaã dos Carajás 2017
ASSOCIACAO CASA DA CULTURA DE CANAA DOS CARAJAS ACC
CNPJ/CPF: 27.687.614/0001-40
Cidade: Canaã dos Carajás - RJ;
Valor Reduzido: R$ 626.209,39
Valor total atual: R$ 988.503,16
177509 - Plano Anual de Atividades do Instituto Beto Carrero 2018
Instituto Beto Carrero
CNPJ/CPF: 05.877.145/0001-99
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 90.390,00
Valor total atual: R$ 780.301,50
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
172181 - Festival Jazz & Blues 2018
VIA COMUNICAÇÃO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 01.050.505/0001-23
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Reduzido: R$ 46.170,00
Valor total atual: R$ 1.260.751,50
177356 - Manutenção da Ascarte e sua Proposta de Formação de Multiplicadores em Educação Musical - Plano Anual, Ano Novo
Associação Pró-Cultura e Arte Ivoti - ASCARTE
CNPJ/CPF: 05.919.347/0001-56
Cidade: Ivoti - RS;
Valor Reduzido: R$ 1.328,58
Valor total atual: R$ 731.053,28
177306 - Plano Anual de Atividades 2018
Fundação Solidariedade
CNPJ/CPF: 81.652.513/0001-89
Cidade: Campo Magro - PR;
Valor Reduzido: R$ 29.610,00
Valor total atual: R$ 573.016,50
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
172427 - Exposição - HIPERFOTO - São Paulo
KDB PARTNERS CONSULTORIA LTDA
CNPJ/CPF: 19.348.533/0001-97
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 6.390,00
Valor total atual: R$ 994.620,54
175876 - Exposição o Brasil dos Dinossauros
MARTE CULTURA E EDUCACAO LTDA
CNPJ/CPF: 12.236.522/0001-76
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 566.462,42
Valor total atual: R$ 9.250.636,00
171606 - Retratos da Terra
Elo 3 Integração Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 06.791.257/0001-95
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 635,00
Valor total atual: R$ 1.458.572,50
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
176560 - PROJETO ANUAL MON 2018
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MON - MUSEU OSCAR NIEMEYER
CNPJ/CPF: 05.695.855/0001-06
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 428.439,50
Valor total atual: R$ 8.542.270,36

PORTARIA Nº 773, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
170774 - 1º Entrevero - Festival Internacional de Teatro de Santa Maria
ANDRE GALARCA
CNPJ/CPF: 14.647.353/0001-92
Cidade: Santa Maria - RS;
Prazo de Captação: 16/12/2017 à 31/12/2017
162368 - APARECEU A MARGARIDA
Rátimbum Produções de Artes Ltda.
CNPJ/CPF: 39.341.953/0001-59
Cidade: Vitória - ES;
Prazo de Captação: 16/12/2017 à 31/12/2017
164800 - Circulação Repertório Shakespeare
PENTAMETRO PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 15.695.374/0001-46
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 16/12/2017 à 31/12/2017
170454 - Festival Bento em Dança 2017
ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENTO EM DANÇA
CNPJ/CPF: 10.901.316/0001-08
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Prazo de Captação: 16/12/2017 à 31/12/2017
162624 - GRANDES ESPETÁCULOS EM CENA
Rátimbum Produções de Artes Ltda.
CNPJ/CPF: 39.341.953/0001-59
Cidade: Vitória - ES;
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
164638 - Musical Popular Brasileiro
VIACULTURA PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS, TEATRAIS, PROJETOS CULTURAIS E AGENCIAMENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.245.733/0001-40
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 16/12/2017 à 31/12/2017
170304 - Por Favor, Não Queimem nossos Sutiãs
INDIANA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS
CNPJ/CPF: 07.060.648/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 16/12/2017 à 31/12/2017
170555 - STAND UP COMEDY - A ENTREVISTA DE EMPREGO
REGINALDO DA SILVA VIEIRA
CNPJ/CPF: 380.271.195-53
Cidade: Itapetinga - BA;
Prazo de Captação: 16/12/2017 à 31/12/2017
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
175824 - 1º Encontro da música instrumental, Alemã e Pomerana de São Lourenço do Sul.
Adão Quevedo da Silva Filho
CNPJ/CPF: 155.179.340-72
Cidade: São Lourenço do Sul - RS;
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
164804 - Álbum Paulo Santana Intérprete
PAULO MOREIRA SANTANA
CNPJ/CPF: 021.864.359-42
Cidade: Maringá - PR;
Prazo de Captação: 16/12/2017 à 31/12/2017
161166 - Cultura na Terra do Mel
FELIPPE DA FONSECA BATISTA - ME
CNPJ/CPF: 11.523.950/0001-17
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 16/12/2017 à 31/12/2017
170331 - Festival Sou
Por do Som Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.491.146/0001-38
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 02/12/2017 à 31/12/2017
161619 - III edição cultura na terra do pinhão
FELIPPE DA FONSECA BATISTA - ME
CNPJ/CPF: 11.523.950/0001-17
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 16/12/2017 à 31/12/2017
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
164927 - Exposição Cenários: de duetos e diários - Fotografias de Carlos Fadon Vicente
RBV3B COMUNICACAO E EVENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 16.732.965/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 04/12/2017 à 31/12/2017
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
1413916 - A pintura de Bel Borba - suportes convencionais
ALBERTO JOSÉ COSTA BORBA
CNPJ/CPF: 105.024.165-72
Cidade: Salvador - BA;
Prazo de Captação: 01/11/2017 à 31/12/2017
170923 - Livro Geórgia Kyriakakis
RBV3B COMUNICACAO E EVENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 16.732.965/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 16/12/2017 à 31/12/2017
ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
161263 - 14º Festival América do Sul Pantanal
Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul
CNPJ/CPF: 15.579.196/0001-98
Cidade: Campo Grande - MS;
Prazo de Captação: 16/12/2017 à 31/12/2017
161733 - Tambo do Bando Com o pé no galpão e a cabeça na galáxia
Dinorah Araújo & Cia. Ltda.
CNPJ/CPF: 93.147.890/0001-40
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/10/2017 à 31/12/2017

PORTARIA Nº 774, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

179278 - Príncipe dos Observadores- Montagem teatral
Instituto de Artes Integradas de Blumenau
CNPJ/CPF: 06.292.251/0001-73
Processo: 01400034586201712
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 101.970,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto pretende montar e apresentar gratuitamente para crianças e adolescentes o espetáculo teatral " Príncipe dos Observadores",(,nome dado ao cientista e pesquisador Fritz Muller), que viveu em Blumeau no início da colonização da cidade. O espetáculo inclui suas poesias e pensamentos de forma lúdica para o público em geral.

179237 - Caravana das Artes - ano 3
INSTITUTO MPUMALANGA - CULTURA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
CNPJ/CPF: 15.350.954/0001-00
Processo: 01400034539201779
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.573.656,23
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Continuidade do projeto Caravana das Artes Ano 2 que se trata de um projeto itinerante desenvolvido em parceria com o UNICEF que percorre municípios com baixos índices de desenvolvimentohumano (IDH) e Infantil (IDI), promovendo atividades artísticas entre crianças e jovens, além de capacitação aos professores da rede pública de ensino. O projeto contempla também um teatro móvel e um cinema itinerante. Mais infos: http://mpumalanga.com.br/instituto/

179552 - Circulação Nacional - Mequetrefe Sorrateiro
MARCELLO AIROLDI PRODUCOES ARTISTICAS - EPP
CNPJ/CPF: 16.841.113/0001-50
Processo: 01400035079201704
Cidade: Osasco - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.578.512,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O espetáculo Mequetrefe Sorrateiro aborda o universo afetivo de um menino diante da separação de seus pais e sua transição da infância para a adolescência. Com música, poesia, animações e utilização de novas mídias, a história de Menino é contada a partir de suas tristezas e alegrias e as consequências que estas trazem em seu aprendizado e amadurecimento. O projeto visa a apresentação do espetáculo em capitais brasileiras.

179111 - Cultura na Praça
OFICINA DE ALEGRIA ENTRETENIMENTO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 17.180.270/0001-24
Processo: 01400034359201797
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 829.012,80
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Cultura na Praça compreende a mistura de oficinas, artes cênicas e música, trazendo elementos da cultura brasileira ao espaço público. Idealizado para toda a família, pretende proporcionar imersão cultural as pessoas em espaços que são pouco explorados na cidade de São Paulo. O projeto prevê 4 grandes experiências abertas ao público, integrando diferentes áreas culturais: 1) Oficinas (criação de instrumentos com material reciclável, dança, roda de capoeira e pintura), 2) Teatro (produto principal), e 3) Música. Os eventos ocorrerão em finais de semana, em praças, parques ou ruas, com duração de 6 horas, com o objetivo de espalhar a alegria pelos quatro cantos da cidade. A partir de todas estas experiências e interações num mesmo ambiente, com muita alegria, convidamos todas as famílias - dos netos aos avôs - a ocuparem os espaços públicos para desfrutar do prazer de brincar ao ar livre, interagir, aprender e curtir o teatro e a boa música presente na cultura brasileira.

179534 - Em Busca do Riso Perdido
ASSOCIACAO EXPRESSO ACAO
CNPJ/CPF: 08.450.130/0001-38
Processo: 01400034992201785
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 828.411,11
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "Em Busca do Riso Perdido" é uma ação que visa levar a arte do circo até pessoas que, por motivos de saúde, não têm acesso à cultura. Para que a ação seja realizada com êxito, propõe-se a capacitação artística de voluntários e a execução de workshops de formação de público para a rede pública de ensino. Com 35.906 mil beneficiados, o programa objetiva auxiliar na democratização de acesso à cultura nas cidades de Ribeirão Preto e Sertãozinho, interior do Estado de São Paulo, e em São Paulo, capital, bem como capacitar novos produtores culturais/palhaços.

179177 - FESTIVAL CULTURA DO RISO - 5ª EDIÇÃO
DOUGLAS RIBEIRO DE CARVALHO 75166984153
CNPJ/CPF: 26.565.964/0001-70
Processo: 01400034439201742
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 449.604,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização da 5ª edição do Festival Cultura do Riso, uma programação anual de espetáculos teatrais em teatros na cidade de Goiânia, que em 2018 contará com 6 produções nacionais (espetáculos consagrados de quaisquer partes do Brasil) e 6 produções regionais (espetáculos de companhias da região Centro-Oeste).

179389 - FESTIVAL DANÇA N DO BEM
EXPRESSAO CRIACAO & PRODUCAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 06.159.977/0001-32
Processo: 01400034725201716
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 496.915,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: FESTIVAL DANÇA N DO BEM, é um evento de Dança focado na cultura: hip hop, danças urbanas, street dance, contemporâneo e jazz. Promoveremos encontros que geram trocas, enriquecimento do saber. Escolhemos a heterogeneidade dentro do universo da dança por acreditarmos que o respeito, o conhecimento e o amadurecimento do pensamento se faz pelo convívio com a diversidade de linguagens. O FESTIVAL DANÇA N DO BEM, no entanto, segue o seguinte formato: Duração de dois dias de Apresentações; 20 apresentações, sendo: 10 grupos, 3 trios, 3 duos e 4 solos de dança do país e da cidade de Curitiba-PR; A seleção dos vinte espetáculos serão feitas por convocatória; Oito workshops de dança com: 4 profissionais brasileiros, sendo 1 deles residente europeu. O Workshop é gratuito para dançarinos participantes do evento e, R$60,00 por aula, para inscrições de público externo; O ingresso será um brinquedo. Osbrinquedos serão destinados a crianças de instituições;

179133 - Festival de Teatro de Campo Largo
LUIZ GUSTAVO TORRES
CNPJ/CPF: 007.738.769-44
Processo: 01400034383201726
Cidade: Campo Largo - PR;
Valor Aprovado: R$ 309.812,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Festival de teatro do município de Campo Largo é um projeto que contempla a inclusão e a democratização de acesso, potencializa o impacto no desenvolvimento cultural da cidade por meio das contrapartidas propostas, interagindo com o setor público, privado e social. É uma Mostra Teatral com duração de 1 mês, que se dividide em:Mostra Oficial com apresentações diárias aberta ao publico em geral, apresentações de rua e apresentações em espaços publicos; e uma Mostra Teatral Escolar que realiza apresentações gratuitas para todas as escolas públicas e CMEIs do município, escolas que atedem crianças com deficiência e atende ainda os alunos dos CEBEJA, escolas estaduais e grupos da terceira idade.

179327 - FESTIVAL DE TEATRO PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CIDADE DE GOIÂNIA
ANTHROPOS COMPANHIA DE ARTE
CNPJ/CPF: 37.426.913/0001-84
Processo: 01400034643201763
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 887.520,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar na cidade de Goiânia um festival de teatro direcionado para a cultura da infância e juventude, desenvolvendo atividades de democratização cultural para estimular a participação da comunidade infanto-juvenil na vida artística da cidade. O Festival é organizado em duas ações articuladas e integradas sendo elas: 1º) Programa de Ações educativas e formação de platéia 2º) Programação Artística envolvendo apresentações de espetaculos.

179153 - Festival Infantil Cirandar
Elizabete Capponi
CNPJ/CPF: 717.596.979-15
Processo: 01400034403201769
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 342.355,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: 1. RESUMO: O Festival Infantil Cirandar acontece desde de 2012 na cidade de Curitiba. No primeiro ano, nosso espetáculo foi montado no Teatro Guaíra numa ação voluntária entre produtores, artistas e empresários. A partir do ano de 2013, nossas ações passaram a acontecer no Parque Barigui para um público de mais de 50 mil pessoas numa parceria do projeto com a Prefeitura Municipal de Curitiba através da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude e Fundação Cultural de Curitiba. Sempre com incentivo direto da Mondelez Brasil. Em 2014, obtivemos uma parceria da Evoluir Sustentável de SP onde realizamos diversas oficinas de arte e sustantabilidade gratuitas no Parque, voltada para atender crianças da Rede Pública Municipal de Ensino junto com a Fundação de Ação Social. Nossas ações com oficinas em parelalo ao grande show, deram ao evento o status de festival. Para a edição de 2018, pretendemos fazer a circulação do evento pelo Estado.

179231 - Festival Internacional de Dança de Porto Alegre
BALLET VERA BUBLITZ-ESCOLA DE DANCAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 91.754.184/0001-30
Processo: 01400034531201711
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 501.475,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de um festival competitivo "Festival Internacional de Dança de Porto Alegre - FIDPOA", direcionado a escolas de Dança, com uma mostra inclusiva e a categoria Fid Kids, além da realização de doze oficinas e uma exposição, por durante quatro dias, no primeiro semestre de 2018, em Porto Alegre - RS. O projeto terá a duração de dez meses.

179333 - FIDA - Festival Internacional de Dança da Amazônia
COMPANHIA DE DANÇAS CLARA PINTO
CNPJ/CPF: 22.989.701/0001-38
Processo: 01400034654201743
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 632.827,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O FIDA - Festival Internacional de Dança da Amazônia, realizou a sua 1ª edição em 1994. Em 23 anos, pautados por momentos difíceis, mas principalmente por muito sucesso, nossos esforços têm sido largamente recompensados! Conhecido hoje em todo o País e no Exterior, o Festival desfruta de elevado conceito, graças à sua formatação que atende a todos os requisitos de modernidade e eficácia. É uma troca continuada de experiência entre aprendizes e especialistas que tem promovido o crescimento da Dança, como alavanca do desenvolvimento cultural em nossa terra. Projeto pioneiro, audacioso para as limitações de nossa região, que já mapeou Belém na rota dos grandes festivais do gênero dentro e fora do País. Impulsionador do turismo que urge desenvolver mais e mais em nosso Estado, com nossos costumes e nossa gente no Brasil e no Exterior. O FIDA será realizado no período de 17 a 21/10/18 pela manhã, tarde e noite no Teatro Estação Gasômetro, Shopping, Polo São José Liberto e Teatro da Paz.

179154 - FOLIA DOS CARETAS
ADCE Produção Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 01.279.950/0001-60
Processo: 01400034404201711
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 1.699.320,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar o Carnaval na cidade de Triunfo/Pernambuco, a "FOLIA DOS CARETAS, durante cinco dias de folia com três polos de animação.

179122 - Fractal
VOLEIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.998.684/0001-25
Processo: 01400034372201746
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.124.229,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O espetáculo "Fractal" nasceu do desejo de obtermos um cenário que de vazão a imaginação cênica através de videográfia. Serão imagens desenhadas para o espetáculo, sendo assim os atores estarão ao vivo no palco e toda a estrutura teatral, camareira, contrarregra, operador de som, luz etc permanece mas com um cenário que permite viajar por espaços que o teatro limita. Casal vive bem até que o marido comete uma traição e ela não o perdoa, ele cai em depressão. Um amigo de escola estudioso de ciência o transporta para outra realidade, onde nela o casal volta a se amar, só que tudo é irreal, na verdade o "amigo" sempre foi apaixonado pela mulher e estava lutando para tomar ela para si.

179138 - Francesco
VENEZIANO PRODUCOES TEATRAIS E CINEMATOGRAFICAS LTDA - ME - ME
CNPJ/CPF: 08.298.098/0001-17
Processo: 01400034388201759
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 830.225,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Montagem e temporada teatral do espetáculo "Francesco" de Dario Fo, com o ator Marcos Frota e direção de Neyde Veneziano. A temporada será de 03 meses de quinta a domingo (48 apresentações), em teatro com capacidade para até 300 pessoas, na cidade de São Paulo.

179175 - FRANKENSTEIN - A Opera
Associação Flilarmônica Camerata Florianopolis
CNPJ/CPF: 01.962.610/0001-39
Processo: 01400034432201721
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.512.385,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar a premiére e cinco récitas da ópera Frankenstein, composta por Alberto Heller a partir da adaptação do livro homônimo de Mary Shelley.

178971 - GORGOPANTERÉIAS
ARTERIA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 06.015.397/0001-71
Processo: 01400034181201784
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 699.487,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto GORGOPANTERÉIAS é a montagem de espetáculo teatral com texto de Milton Morales Filho, direção de Otavio Muller e atuação de Romulo Arantes Neto e Daniel Infantini. O espetáculo faz um paralelo entre a representatividade de uma vitrine, um quarto e uma porta e a reflexão de três forças motrizes da sociedade: poder, fé e sexo. Evocados por três seres femininos da mitologia grega, os questionamentos vão sendo inseridos em conversas masculinas, mas não teremos respostas, desapareceremos no tempo e as perguntas permanecerão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179112 - Grand Toilet
LEANDRO HENRIQUE BRASILIO DOS SANTOS 38036108852
CNPJ/CPF: 19.993.283/0001-48
Processo: 01400034361201766
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 351.958,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a montagem e uma temporada de 24 apresentações, as sextas, sábados e domingos, do espetáculo teatral GRAND TOILET, de Leandro Nunes, com Leopoldo Pacheco, dirigido por José Roberto Jardim, com ingressos comercializados a R$ 40,00 inteira e R$ 20,00 meia entrada, em um teatro na cidade de São Paulo.

179038 - Grandes Músicos para Pequenos (circulação)
ENTRE EXPERIÊNCIA, CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA.
CNPJ/CPF: 13.051.150/0001-76
Processo: 01400034270201721
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 250.380,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto contempla a circulação dos espetáculos que fazem parte do projeto GRANDES MÚSICOS PARA PEQUENOS: "Luiz e Nazinha - Luiz Gonzaga para Crianças", "O Menino das Marchinhas - Braguinha para Crianças" e "Bituca - Milton Nascimento para Crianças". Serão 30 apresentações neste projeto, sendo 6 gratuitas e exclusivas para estudantes da rede pública de ensino.

179352 - Histórias de Pinda - Contos Caipiras nas Escolas
Maíra Fonseca dos Santos Lopes Niaradi
CNPJ/CPF: 369.062.038-43
Processo: 01400034677201758
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 150.183,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Histórias de Pinda - Contos Caipiras nas escolas consiste em realizar a circulação da peça teatral Histórias de Pinda - Contos Caipiras, gratuitamente, em diversas escolas da rede pública da cidade de Campinas, direcionada ao público de educação infantil e ensino fundamental 1, mais especificamente entre a faixa etária de 04 a 10 anos de idade. Serão ao todo 50 (cinqüenta) apresentações. O projeto prevê também a distribuição do livreto educativo Histórias de Pinda aos alunos que assistirem à apresentação, assim como, a distribuição de um exemplar do DVD da peça para cada escola.

179100 - Histórias nos Trilhos
EDERSON JOSE DE SOUZA
CNPJ/CPF: 281.296.788-96
Processo: 01400034347201762
Cidade: Franca - SP;
Valor Aprovado: R$ 390.462,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Histórias nos Trilhos" é um projeto de circulação do espetáculo infantil "TIC TAC Era uma vez", da Cia Vovó Cachola, que busca enriquecer o imaginário do público infantil com contos da cultura popular brasileira. O projeto tem como objetivo promover o acesso, a educação para a cultura e a formação da identidade cultural das crianças do interior paulista e mineiro, em cidades que possuem uma ligação, as histórias que passeavam nos trilhos da antiga estrada de ferro da Cia. Mogiana.

179479 - Inclusão através do Teatro
COOPERATIVA DE TRABALHO DE ARTISTAS TECNICOS E PRODUTORES EM ARTES CENICAS E AUDIO VISUAIS DO ESTADO DE SAO PAULO
CNPJ/CPF: 07.406.375/0001-03
Processo: 01400034868201710
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 378.122,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Continuidade ao Curso Livre de Teatro para Pessoas com deficientes fisica, visuais, síndrome de down, deficiências múltiplas, paralisia cerebral e pessoas interessadas; com montagem de espetáculo ao final do curso (02 meses em cartaz) O curso vem sendo realizado há 15 anos,visando à formação teatral para cidadãos com deficiência mesclando com indivíduos sem nenhuma dessas características e também objetivando integra-los na área de artes cênicas, promovendo e estimulando a convivência no meio teatral.

179244 - Instituto Padre Haroldo - Plano Anual 2018
INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM
CNPJ/CPF: 50.068.188/0001-88
Processo: 01400034547201715
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.372.277,41
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto prevê a manutenção e ampliação das atividades culturais desenvolvidas pela Instituição Padre Haroldo Rahm, entidade sem fins lucrativos, fundada em 1978 e que desde então já atendeu e auxiliou mais de 80.000 pessoas. A Entidade desenvolve programas culturais que atendem crianças, jovens e adultos. O projeto visa também levar atividades culturais a espaços comunitários , ocupar os auditórios da instituição com apresentações gratuitas de artes cênicas, música instrumental e erudita para toda a comunidade de Campinas e levar os atendidos a vivenciar espaços de cultura.

179102 - Invernadas Artísticas CTG Laço da Amizade
CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS LACO DA AMIZADE
CNPJ/CPF: 92.409.176/0001-10
Processo: 01400034349201751
Cidade: Casca - RS;
Valor Aprovado: R$ 223.236,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Invernadas Artísticas CTG Laço da Amizade" pretende promover a criação e desenvolvimento do novo espetáculo de danças tradicionais gaúchas para as 04 Invernadas do CTG Laço da Amizade da cidade de Casca RS. Ao todo 80 crianças e adolescentes participam dos quatro grupos. Serão criadas duas músicas e duas coreografias para cada Invernada, sendo uma de entrada e uma de saída e após serão realizados ensaios com a presença de instrutor, coreógrafo, professor de interpretação e grupo vocal, proporcionando condições de qualificação artística dos dançarinos. Também serão adquiridos figurinos e cenário em contexto com a temática dos espetáculos. Posteriormente os grupos estarão realizando apresentações de forma gratuita na cidade de Casca, bem como participando de festivais, rodeios artísticos e encontros culturais em outras cidades do Estado do RS.

179073 - Jackson do Pandeiro
SARAU AGENCIA DE CULTURA BRASILEIRA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 00.185.247/0001-20
Processo: 01400034316201710
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 5.033.882,82
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar uma peça de teatro musical, para celebrar um dos maiores ícones da música brasileira: Jackson do Pandeiro.

179315 - Juventude em Cena
Violeta Vaz Penna 03257906633
CNPJ/CPF: 18.646.710/0001-59
Processo: 01400034627201771
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 709.163,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival Juventude em Cena é um projeto de discussão, encontro, formação e difusão de trabalhos e grupos que atuam com a questão da juventude na dança, visando a visibilidade de novos artistas jovens e a formação de público jovem para a dança. A 1º Edição do Festival na cidade de Belo Horizonte com data prevista entre os 18 e 28 de outubro de 2018. O Festival nesta 1º Edição envolve a execução de 20 apresentações de 16 grupos/cias diferentes de atuação estadual, nacional e internacional; 4 oficinas; 4 debates e 1 espaço de troca de experiências entre os grupos envolvidos e interessados em geral. A grade de programação do Festival Juventude em Cena será selecionada por uma comissão curadora composta por 3 curadores artísticos que tenham experiências com açoes culturais para jovens e 3 curadores jovens (entre 16 e 24 anos). Essa composição visa trazer para a programação a perspectiva do olhar profissional garantindo a qualidade das produções, assim como garantir o olhar do "gosto" do público jovem na atualidade.

179093 - LA CHURRERA E EL TAXISTA
RODA Produções Artísticas S/S Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 13.429.948/0001-09
Processo: 01400034339201716
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 459.700,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção e realização do espetáculo lírico teatral "LA CHURRERA E EL TAXISTA". Espetáculo cênico para canto e piano em I ato. Duetos e arias de Zarzuelas famosas delineiam a história de Guadalupe, uma vendedora de churros madrilenha que tem seu coração fisgado pelo taxista-toreiro Jacinto. O aparecimento do bicheiro Anselmo muda o rumo da história: de um trágico para um inusitado e cômico fim. Tudo se passa no ambiente da Corrala, onde acontecem as Zarzuelas em Madrid.

179158 - Lajeado Brilha 2018
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE LAJEADO
CNPJ/CPF: 91.166.801/0001-87
Processo: 01400034408201791
Cidade: Lajeado - RS;
Valor Aprovado: R$ 323.610,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Lajeado Brilha 2018, em mais uma edição, objetiva realizar o espetáculo teatral "Miguel e A Lenda do Natal". Um espetáculo encenado ao ar livre e que marca o início da programação natalina da cidade de Lajeado/RS. O projeto ainda conta com apresentações de um cortejo pelas ruas da cidade, onde artistas interagem com o público utilizando técnicas de teatro e música, proporcionando através dessas manifestações artísticas reflexões e sentimentos sobre o verdadeiro espírito natalino e como podemos melhorar a convivência humana.

178984 - Lua de Chocolate
PATRICIA FRANCO DE ANDRADE 16542727876
CNPJ/CPF: 15.092.468/0001-20
Processo: 01400034199201786
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.614,12
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e realização do espetáculo Lua de Chocolate, destinado a ensinar a cultura de diversos povos através da história de um alimento adorado pelas crianças: o chocolate. Recheada de humor, magia e poesia para cativar o público infantil, a peça traz aspectos da civilização asteca, a invasão das Américas pelos espanhóis, a viagem desse alimento pela Europa Medieval e suas transformações através do tempo. Uma verdadeira aventura com a doçura de um espetáculo infantil.

179084 - Marcas da Infância e Fiando e Tecendo o Universo Feminino
Patrícia das Graças Honório Torres
CNPJ/CPF: 309.783.758-23
Processo: 01400034330201713
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 299.904,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto pretende apresentar duas peças teatrais do repertório da Cia "Narrar - Histórias Teatralizadas" que pesquisa o universo dos contos e da poesia das histórias reais de vida! Através da montagem inédita da peça teatral "Fiando e Tecendo o Universo Feminino" que aborda as histórias reais de mulheres, destinada ao público adulto com a realização de doze apresentações. E a realização da primeira montagem do Grupo da peça teatral infantil "Marcas da Infância" que aborda histórias reais recolhidas de violências fisicas e sexuais que infelizmente ainda ocorrem em nossa sociedade, também realizaremos doze apresentações. Todas as atividades culturais serão realizadas na cidade de São Paulo e serão oferecidas gratuitamente para população através de parcerias com centros culturais. Após cada espetáculooferecereremos um debate para refletirmos junto com público sobre os temas abordados.

179061 - Mazzaropi, o musical
T. DE TOLEDO ROSA - ME
CNPJ/CPF: 16.307.196/0001-00
Processo: 01400034302201798
Cidade: Bragança Paulista - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.769.089,41
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto visa a captação de recursos para o musical "Mazzaropi, o musical" obra inspirada ma vida do grande ator brasiliero, com texto e direção de Gabriel Chalita o espetáculo tem sua estreia prevista para 2018 em São Paulo em uma sala a ser definida com 700 lugares aproximadamente, 3 meses, 36 apresentações.

179354 - Menopauzas
CARLOS ALBERTO CAPELETTI
CNPJ/CPF: 052.372.628-72
Processo: 01400034679201747
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 673.672,63
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Menopauzas trata da história de Marta (50 anos), mãe de Laura (25 anos), que vai se casar com o filho de Sara (60 anos); Marta é amiga de Sara, mas não aprova o casamento da filha, até que Laura diz que se ela se casar ela terá um apartamento de cobertura com três quartos e três vagas na garagem. Começa então os atropelos entre elas, até a chegada da amiga Paula (40 anos), uma mulher um pouco mais jovem do que elas com porte atlético e que provoca nas duas uma certa rivalidade. Paula quer ter um filho antes que a menopausa chegue, coisa que já aconteceu as outras duas. Para isso faz uma inseminação artificial. Temos então o conflito do espetáculo armado, o casamento de Laura a traição do marido de Sara e Marta e a gravidez de Paula. Depois de muitas brigas e discussões sobre o mundo feminino e masculino temos um final surpreendente.

179517 - Mentira tem perna curta
Felício S Mafra Produções ME
CNPJ/CPF: 22.604.211/0001-76
Processo: 01400034930201773
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.614,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A história é uma comédia romântica modernizada, formada por cinco personagens que estão envolvidos na trama do término de namoro de Carlos, melhor amigo de João.apresentamos um anão (interpretado por Gigante Leo) em um papel cômico totalmente fora do tradicional. O projeto contempla 1 temporada de 1 mês no Rio de Janeiro e 1 temporada de 1 mês em São Paulo. totalizando no mínimo 16 apresentações.

179106 - Merrily We Roll Along (titulo ainda sem tradução)
SILHUETA PRODUCAO CULTURAL LTDA
CNPJ/CPF: 18.984.379/0001-87
Processo: 01400034353201710
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.240.463,41
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Estreia latino-americana de MERRILY WE ROLL ALONG, musical de Stephen Sondheim. Estreou em 1981 na Broadway e recentemente teve uma montagem em Londres que foi sucesso de crítica e de público. Durante a temporada, além das sessões, promoveremos palestras, debates e workshops. Teremos sessões especiais para formação de plateia e uma cota de de convidados de ongs, grupos e instituições assistência social. Uma parceria entre Silhueta Produções e AMAVILLA que produzirá uma temporada de 3 meses do espetáculo.

179217 - Mes da Diversidade
FOUR X PRODUCAO DE EVENTOS E CONSULTORIA LTDA
CNPJ/CPF: 15.356.941/0001-30
Processo: 01400034508201718
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.262.845,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Mês da Diversidade é um projeto que será realizado com a intenção de unir as diversas atividades e manifestações culturais com a tematica LGBT, incluindo as Paradas do Orgulho LGBT. Os desfiles, que contam com musica, dança e per-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

formances artísticas tem como objetivo o respeito a diversidade e a luta contra a homofobia. O olhar a partir da ótica LGBT será traduzido em ações que abordem a diversidade de manifestações culturais com a realização de ações que ocuparão espaços distribuídos pelos eventos, trazendo: moda, culinária, música e performances de diversas manifestações artísticas.

179478 - MINHA VIDA É ANDAR POR ESTE PAÍS | CIRCULAÇÃO DO ESPETÁCULO LUIZ LUA GONZAGA
Grupo Teatral Magiluth
CNPJ/CPF: 10.814.688/0001-05
Processo: 01400034866201721
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 199.152,38
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Esta proposta visa à realização de circulação do espetáculo teatral "Luiz Lua Gonzaga" por doze cidades de cinco diferentes estados da Região Nordeste, com apresentações integralmente gratuitas, executadas em espaços públicos, abertas a toda a população e com classificação etária livre. O espetáculo, criado em 2012 pelo Grupo Magiluth, de Recife, transita por campos diversos da memória identitária do Nordeste brasileiro e percorre com sincero lirismo uma parte do repertório composto pelo autor pernambucano, por meio do qual constrói múltiplas referências aos costumes e hábitos da população regional. Constituído integralmente por artistas pernambucanos, o elenco procura, com autenticidade, estabelecer uma dinâmica de compartilhamento de memórias com o público e construir com seus espectadores vínculos concretos através dos quais, em uma experiência artística, estética e afetiva, é trilhado um caminho coletivo em direção à reafirmação da identidade cultural do Nordeste.

179218 - MINI MUNDO- 1° FESTIVAL DE ARTES PARA PEQUENOS
ART CONNEXION PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 29.108.329/0001-52
Processo: 01400034510201797
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 735.462,40
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização da edição do "Mini Mundo-1° Festival de Artes para Pequenos" que contará com atrações culturais nas áreas de teatro, música, dança, circo, cinema, literatura e artes visuais além de oficinas artísticas de diferentes estados do país. O evento terá ações direcionadas principalmente às crianças (de 6 meses à 12 anos) e será realizado em 1 final de semana na cidade de Curitiba.

179318 - Miscelânea Popular
Rafael Abreu dos Santos
CNPJ/CPF: 13.659.328/0001-66
Processo: 01400034629201760
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 502.324,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Miscelânea Popular é uma mostra de artes que será realizada na região das Praias da Baía, no bairro do Centro de Niterói, no Rio de Janeiro, com programação nas linguagens de teatro, dança, música e circo. Durante um período de 4 meses, sempreaos sábados e domingos, o público contará com programações variadas, para crianças e adultos,inteiramente gratuitas. As atividades serão selecionadas por uma equipe de curadores, buscando mesclar artistas niteroienses e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

179179 - Mostra Cênica 2018
F L R OLIVEIRA PRODUÇÕES E EVENTOS ME
CNPJ/CPF: 07.460.337/0001-20
Processo: 01400034443201719
Cidade: São José do Rio Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 96.052,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A Mostra Cênica 2018 será realizada na cidade de São José do Rio Preto, ocupando um importante papel na difusão, experimentação e democratização de acesso ao teatro no interior do Estado de São Paulo. Em sua 3ª edição, a Mostra Cênica 2018 propõe a realização de uma programação que contemplará a apresentação de espetáculos de artes cênicas e rodas de discussão.

179320 - MOSTRA SUL AMERICANA DE DANÇA, MUSICA INSTRUMENTAL E GASTRONOMIA
IQD-INSTITUTO QUALITHY DE DESENVOLVIMENTO
CNPJ/CPF: 03.377.636/0001-45
Processo: 01400034634201772
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 3.091.977,40
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Mato Grosso, devido sua grande diversidade cultural sempre teve uma tradição de Encontros da Cultura popular. Porem nos últimos anos somente apresentações de Dança e Música não eram mais suficientes, pois o grande público queria algo mais para participar deste tipo de evento. Foi assim que surgiram os espaços gastronômicos que complementam e completam os eventos desta natureza.MOSTRA SUL AMERICANA DE DANÇA, MUSICA INSTRUMENTAL E GASTRONOMIA, também teria que ser com o mesmo tema. Assim sendo, a mostra cultural, que visa o intercâmbio das culturas, não só do Estado, mas também do Brasil e dos Países Sul Americanos, interligando estes países por meio da cultura popular, também abriu possibilidades para gastronomia sul americana integrar-se ao evento, com o que há de mais gostoso e de identidade gastronômica, na nossa América do Sul, fazendo com que o público presente, consiga fazer uma viagem pelos países sul americanos, por meio da dença, da musica instrumental e da gastronomia.

179012 - Naquele Ponto
Ginja Filmes & Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 10.144.873/0001-21
Processo: 01400034236201756
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 295.245,99
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Apresentações da peça Naquele Ponto, do grupo Pulso Teatro, em seis cidades da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. A peça Naquele Pontoé o primeiro trabalho autoral do Pulso Teatro, grupo de artistas com experiência em circo e teatro, além de outros segmentos criativos. O grupo afirma-se na troca horizontal de experiências e na direção coletiva. Todos os elementos cênicos são autorais. Naquele Ponto convenciona o espaço do ônibus. Com diálogo direto aos centros urbanos e em busca da experimentação do coletivo em novos espaços, a circulação da peça será realizada em seis municípios metropolitanos fluminenses. Durante quatro meses do ano de 2018, totalizando o mínimo de 18 apresentações. A pesquisa do grupo sobre relações sociais e subjetivas nos espaços de trânsito brasileiros se desdobrará neste processo de circulação da peça.

179363 - Natal Felicidade 2018 - Artes Cênicas e Música Instrumental nos Campos da Serra
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS
CNPJ/CPF: 84.958.248/0001-50
Processo: 01400034693201741
Cidade: Lages - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.498.675,60
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Promover, gratuitamente, durante nos meses de novembro e dezembro de 2018 e início de janeiro de 2019, apresentações de artes cênicas, concertos de música instrumental e erudita, cantatas, corais, intervenções de teatro e dança. Apresentar a montagem de espetáculos inéditos de artes cênicas e música instrumental e erudita, com cenários de projeção mapeada, águas sincronizadas, luzes, sons e efeitos. Em uma programação cultural distribuída para o grande público, em diversos pontos da cidade de Lages, Santa Catarina.

179037 - NO PAPEL DA VÍTIMA
DENDILEÃO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.049.420/0001-04
Processo: 01400034269201704
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.673.662,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Produção, realização e manutenção do espetáculo "No Papel da Vítima" e versa sobre a oportunidade de superar o medo da liberdade.

179214 - Nossa Via 2018
Idem Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 29.150.501/0001-36
Processo: 01400034504201730
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.487.651,25
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto prevê a criação, montagem e itinerância de um espetáculo de teatro de mamulengos, que dê vida aos personagens da Turma do Pererê, criados pelo artista plástico Ziraldo, e que apresente conteúdo acessível sobre folclores, cultura tradicional brasileira e cidadania de forma integralmente gratuita. A trupe viajará numa Kombi, que servirá de cenário teatral e passará por doze municípios do interior de Minas Gerais e de São Paulo, onde fará as apresentações artísticas em escolas públicas de ensino e praças públicas. Como produto secundário o projeto distribuirá 50.000 livros da Turma do Pererê a alunos e 3.000 livros de atividades educativas para professores.

179445 - O BLÁ BLÁ BLÁ
CONCHAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.905.731/0001-25
Processo: 01400034821201756
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 119.004,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização da temporada do espetáculo teatral O BLÁ BLÁ BLÁ. Uma mulher vive intensamente em busca de suas plenassatisfações biológicas e tenta através do seu espírito contar ahistória de sua saga vivida no seu mundo material; antes dedesembarcar totalmente de sua vida a personagem conta suahistória ao viver o conflito entre o biológico e o social.Um texto despretensioso de Eugênio Soares.

178977 - O COLONO E A CULTURA
Lucio Mauro Brasil Vasconcellos
CNPJ/CPF: 11.940.062/0001-08
Processo: 01400034192201764
Cidade: Pelotas - RS;
Valor Aprovado: R$ 170.040,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente evento cultural trata de um circuito itinerante de cutura (artes cênicas dança como objeto principal). No qual, em três municípios do Rio Grande do Sul, se realizam apresentações culturais contemplando o tema ´´O COLONO´´, que é um dos afluentes da raiz do Rio Grande do Sul e do Gaúcho. Trata da homenagem ao homem e a mulher (que colonizaram o RS vindos de países diversos) que, desde os primórdios, desbravaram áreas virgens do Estado, dando seu sangue, suor e força vital em prol da sobrevivência mediante a produção do alimento que até hoje supre as necessidades vitais básicas dos gaúchos (e demais locais do Brasil). É um evento que, além de ofertar a cultura, realiza um total de três dias com oficina que ensina noções básicas de Libras ao público em geral (foco nas escolas locais).

179281 - O Delito
Jorge Ivan Sada de Almeida
CNPJ/CPF: 541.729.429-20
Processo: 01400034590201781
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 243.417,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto cultural O Delito visa a montagem de um espetáculo teatral de temática homoafetiva, no qual, a impunidade dos crimes que são aferidos sobre esse grupo social tem destaque. A linha de criação artística está fundamentada na estética de drama policial, onde será desvendado junto com o público que é ou quem são os assassinos. Para que esse jogo seja potencializado o espetáculo será realizado em um espaço alternativo, promovendo uma imersão dos expectadores no mundo artístico criado. Ao todo serão 20 apresentações, feitas na cidade de Curitiba-PR, com classificação indicativa de 16 anos. A contrapartida será realizada gratuitamente através de um evento em parceria com a rede publica de ensino de Curitiba. Um dia de programação com palestras, roda de conversas e debates entre os criadores desta proposta, grupos que defendem a causa LGBT, estudantes e professores. Portanto, o produto cultural apresentado aborda de maneira artística a defesa de uma causa social.

179422 - O Jornal - The Rolling Stone - circulção
Radamés Bruno Produção Cultural, Marketing e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 08.003.561/0001-56
Processo: 01400034763201761
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.068.250,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto busca captar recursos para circulação do espetáculo inédito no Brasil "O Jornal - The Rolling Stone" de autoria de Chris Urch, jovem dramaturgo britânico apontado pela crítica especializada como uma das grandes promessas da dramaturgia contemporânea inglesa. Com tradução de Diego Teza, o espetáculo conta com direção de Kiko Mascarenhas e codiração Lázaro Ramos. Na primeira etapa do projeto foi criada uma oficina de formação para jovens atores em busca de formação e espaço no mercado de trabalho. Desse processo, foram selecionados 6 atores que, atualmente, integram o elenco da peça. A proposta de circulção visa cumprir 04 meses de temporada na cidade de São Paulo-SP e três apresentações nas cidades de Campinas-SP, Salvador-BA, Vitória-ES e Porto Alegre-RS em teatros com capacidade média de 500 lugares. O espetáculo estreou no dia 03/11/2017 no Teatro Poeira no Rio de Janeiro.

179387 - O SANTO E A PORCA
CRIO DESIGN TECNOLOGIA INOVAO LTDAME
CNPJ/CPF: 06.871.595/0001-37
Processo: 01400034722201774
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 381.190,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Santo e a Porca é uma adaptação da peça homônima de Ariano Suassuna

179213 - O Tribunal da Quinta-Feira
Odeon Companhia Teatral - EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 21.673.971/0001-72
Processo: 01400034501201704
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 653.844,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto consiste na montagem da peça teatral "O Tribunal da Quinta-Feira", que transcorrerá por três cidades brasileiras e terá duração de nove meses. Em cada cidade proposta haverá ações de formação de plateia, um bate papo que abordará a importância do Teatro como instrumento transformador na sociedade. A circulação do espetáculo "O Tribunal da Quinta-Feira" traz à luz um tema atual e pertinente nas relações contemporâneas- a chamada "pós-verdade". Pretende-se mostrar com o espetáculo o questionamento da moral tanto de quem julga tanto de quem é julgado, o que distancia um de outro e as graves consequências na vida de uma pessoa que tem sua vida exposta na grande rede.

179328 - OCUPAÇÃO TEATRAL - 2018/2019
MM & ETF PROMOÇÃO E PUBLICIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 09.608.239/0001-13
Processo: 01400034646201705
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.152.414,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Programação gratuita de atividades culturais para ocupação de espaço teatral na cidade de São Paulo, via desenvolvimento de uma programação anual de fomento a difusão cultural, artistica de revelancia e pluralidade. Programação formada por mostras de teatro para o público infanto junivil, oficinas de interpretação, jogos dramáticos, dramaturgia e palestras relacionadas a artes cênicas. Publico previsto por ano: 20.760 pessoas. Atividades Gratuidas.

179507 - Oigalê - 20 anos - O ABC dos pampas
Oigalê Cultural
CNPJ/CPF: 12.750.818/0001-00
Processo: 01400034913201736
Cidade: Viamão - RS;
Valor Aprovado: R$ 870.090,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto Oigalê - 20 anos de Teatro de Rua - O ABC dos Pampas será desenvolvido de julho de 2018 a dezembro de 2019 em duas etapas: A primeira de pesquisa de campo e circulação de espetáculo teatral por 14 cidades do RS, das quais 13

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fazem fronteira com Argentina e Uruguai, com apresentações do espetáculo teatral O Baile dos Anastácio, resultado de pesquisa iniciada em 2010 nessas mesmas cidades na busca de um teatro de rua pampiano. Essa etapa se chamará - Eu indo ao pampa, o pampa indo em mim. Nesse retorno, além das apresentações gratuitas será aprofundada e verticalizada a linguagem e pesquisa de campo de um teatro de rua - gaucho -, latino-americano, regional. A segunda - Mais um causo eu vou contar - com lançamento do DVD dos 20 anos da Oigalê e produção, montagem e circulação com 20 apresentações em Porto Alegre do segundo espetáculo da nova trilogia de teatro de rua no ano de Aniversário de 20 anos da Oigalê.

179284 - Ópera A Compadecida
Gárgula Produções
CNPJ/CPF: 17.542.197/0001-93
Processo: 01400034594201769
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 690.690,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto prevê a montagem, ensaios, encenação e realização de um ensaio geral, mais quatro apresentações gratuitas ao público em geral da Ópera "A Compadecida" no Teatro de Santa Isabel, na cidade do Recife (PE). A obra é baseada no livro de Ariano Suassuna "O Auto da Compadecida" e foi composta pelo Maestro José Siqueira, tendo tido apenas uma apresentação em 1961, no Rio de Janeiro. Este é uma ópera, que é totalmente impregnada de simbolismos nordestinos e integralmente cantada em português, será agora finalmente apresentada no Nordeste pela primeira vez.

179346 - Ópera do Futebol
SARAU AGENCIA DE CULTURA BRASILEIRA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 00.185.247/0001-20
Processo: 01400034668201767
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 5.035.287,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Montagem do espetáculo "Ópera do Futebol" música composta por Francis Hime e criação e libreto de Silvana Gontijo. As apresentações acontecerão nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba.

179085 - Os Anônimos
Ivam Cabral
CNPJ/CPF: 460.148.379-49
Processo: 01400034331201750
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 525.350,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto pretende produzir e realizar apresentações do espetáculo "Os Anônimos". "Os Anônimos" é um espetáculo performativo baseado na obra de Michael Hardt, Antonio Negri, e nas observações pessoais dos próprios artistas participantes do projeto. A experiência de vida do homem contemporâneo, suas angústias diante de uma estrutura social ultra-tecnológica onipresente e onisciente são os principais temas do trabalho. O espetáculo discutirá os novos caminhos da humanidade, a incorporação da tecnologia às manifestações humanas e suas implicações éticas e morais.

179238 - OS VILÕES DE SHAKESPEARE - circulação
RIO MS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.111.428/0001-08
Processo: 01400034540201701
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 852.834,49
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A nova proposta do espetáculo "Vilões de Shakespeare - circulação" prevê a continuidade da peça em cartaz a partir do encerramento do PRONAC (1510299) atual. A intençãoé manter a peça em execução, para realizar circulação por cidades onde ainda não se apresentou, desta forma promovendo o acesso para mais cidadãos brasileiros. O texto é do autor inglês Steven Berkoff tem como característica de linguagem em seus textos e encenações, a utilização do teatro físico. Vilões de Shakespeare é um monólogo que retrata de maneira irreverente as tramas dos mais conhecidos vilões do bardo inglês, com um olhar contemporâneo e divertido.

179193 - Ovo
MOIRA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.986.106/0001-18
Processo: 01400034471201728
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 701.913,60
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto viabiliza a montagem inédita do espetáculo "Ovo", do jovem e premiado dramaturgo Rafael Primot. Um espetáculo que mostra os conflitos humanos, suas questões e dilemas sobre família e seus diferentes formatos. Um espetáculo que fala sobre mulheres, suas questões e dilemas, sobre o desejo de se tornar mãe e o real sentido que envolve a gestação e a criação de um filho nos dias de hoje. Um espetáculo feito para todo tipo de plateia, escrito por Rafael Primot.

179046 - Paixão e Morte de um Homem Livre - 22ª Edição
ASSOCIACAO ARTISTICA CULTURAL SAO PEDRO
CNPJ/CPF: 95.785.382/0001-12
Processo: 01400034280201766
Cidade: Guabiruba - SC;
Valor Aprovado: R$ 389.760,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Montar, ensaiar e realizar o espetáculo Paixão e Morte de Um Homem Livre, na cidade de Guabiruba/SC, com a participação de mais de 350 pessoas da comunidade, na sua grande maioria atores voluntários. A montagem contará ainda com ator(es) profissionais convidados. O projeto contempla, confecção de palco, cenografia, figurino especialmente projetados para o espetáculo. Sendo feitas duas apresentações na Páscoa/2019.

179215 - Peça João e Maria
EDUARD TOVALD ROESSLER
CNPJ/CPF: 413.232.117-72
Processo: 01400034505201784
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 437.084,49
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Espetáculo teatral infantil, adaptado do clássico dos Irmãos Grimm "João e Maria".Essa divertida montagem procura desmistificar a figura da madrasta como sendo sempre uma pessoa má, que tenta substituir a figura materna. Como uma forma de descentralizar a cultura, serão feitas apresentações em 5 cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro, oferecendo ao grande público a oportunidade de interagir com adaptações contemporâneas de obras clássicas infantis. Como ação de Formação de platéia, será realizada uma palestracom os professores e alunos da rede pública e privada sobre o objetivo daadaptação da peçapara que proporcione aos beneficiários um estímuloà apreciação do espetáculo.

179186 - PEDRO E O LOBO E O LOBO CIRCULA SANTA CATARINA
Joel Henquemaier
CNPJ/CPF: 051.046.559-54
Processo: 01400034461201792
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 500.880,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto Pedro e o Lobo Circula SC, pretende realizar 60 (sessenta) apresentações do conto musical Pedro e o Lobo em escolas públicas do estado de Santa Catariana, para um público onde a faixa etária é de 6 a 12 anos, o projeto vai percorrer 30 cidades de todas as regiões do estado.

179294 - Plano Anual de Atividades 2018
Instituto Circênico de Promoção Cultural e Artística
CNPJ/CPF: 08.719.580/0001-83
Processo: 01400034604201766
Cidade: Jaú - SP;
Valor Aprovado: R$ 593.451,60
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Suprir necessidades básicas para a manutenção e funcionamento da entidade e gerar condições para que esta possa continuar a atuação nos eixos: Formação artística e cultural, através de oficinas de difusão e formação artística. Produção cultural e formação de platéia, através de temporadas de espetáculos. Capacitação profissional, através de bolsas de pesquisa para artistas e professores. ¸Integração cultural através de exposição e apresentações dos alunos nas comunidades.

179255 - Plano Anual Fábricas de Cultura Norte e Sul 2018
POIESIS - INSTITUTO DE APOIO A CULTURA, A LINGUA E A LITERATURA
CNPJ/CPF: 00.894.851/0001-25
Processo: 01400034558201703
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.083.232,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Plano Anual para o programa Fábricas de Cultura prevê a realização de atividades de formação e difusão cultural nas unidades da Zona Norte e Sul de São Paulo (unidades administradas pela Poiesis), o aluguel de ônibus para a realização de saídas pedagógicas e para assegurar a presença decrianças e jovens do entorno das unidades nas atividades das Fábricas, a aquisição de livros para as bibliotecas e serviços de manutenção e apoio às atividades do Programa. Fábricas de Cultura é um Programa SocioCultural que atua em regiões de grande vulnerabilidade juvenil nas periferias de São Paulo como uma política pública da Secretaria da Cultura do Estado e 5 das suas 10 unidades são administradas pela Poiesis.

179518 - Por Amor ao mundo - Um encontro com Hannah Arendt
TRANSA ARTE E CONTEÚDO
CNPJ/CPF: 16.985.187/0001-60
Processo: 01400034931201718
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 378.925,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O espetáculo teatral Por amor ao mundo - um encontro com Hannah Arendt marca os 40 anos de morte de uma das maiores pensadoras do mundo e traz à cena a contundência do seu pensamento. Com texto inédito de Marcia Zanelatto, direção de Isaac Bernat e Kelzy Ecard no papel de Hannah Arendt, a peça recebeu o Prêmio Myriam Muniz/FUNARTE 2014 e teve apoio institucional do CCBB Rio, no qual realizou temporada de seis semanas, em 2015, no Teatro I. Após diversas temporadas no Rio de Janeiro, a proposta para 2018 é realizar a temporada de 1 (um) mês, na cidade de São Paulo, totalizando 16 (dezesseis) apresentações; Realizaremos debates em todas as apresentações, após o espetáculo, sobre temas que abordam o pensamento de Hannah Arendt. Realizaremos 1 oficina para atores,1 encontro/intercâmbio com companhia local. O objetivo é exercitar o pensamento através do espetáculo, promover o diálogo e discussões acerca de temas essenciais da atualidade, realizar oficina gratuita para atores, e troca de experiências artísticas através do intercâmbios com companhia teatral da periferia de São Paulo. As ações concentradas na cidade de São Paulo, tem com o objetivo difusão de conhecimentos, diálogos e interseção com o público da capital paulista.

179243 - Prêmio Protagonistas da Cultura
BERTHA STEINER EPP
CNPJ/CPF: 10.324.089/0001-03
Processo: 01400034546201771
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.982.455,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo realizar o Prêmio Protagonistas da Cultura, para promover e premiar iniciativas culturais de novos nomes que estão fazendo a diferença em suas comunidades, nas áreas de Artes Cênicas, Música, Audiovisual e Artes Visuais. Serão realizados: evento com apresentação do vencedor do segmento de Artes Cênicas, apresentação do vencedor da área de Música e projeção digital das obras/projeto do vencedor da área de Artes Visuais; bem como sessão de exibição do conteúdo audiovisual vencedor da área Audiovisual. O projeto envolve, ainda, a criação de plataforma e acervo digitais.

179359 - Programa Despertar - Fundação Vicintin
Fundação Vicintin
CNPJ/CPF: 21.507.934/0001-94
Processo: 01400034687201793
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 633.931,10
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo promover a manutenção das ações socioculturais desenvolvidas pela Fundação Vicintin na cidade de Belo Horizonte, na perspectiva de contribuir com o acesso à arte e à cultura como um direito social básico e pressuposto para o pleno exercício da cidadania. Considerando as artes cênicas, visuais e a preservação do patrimônio cultural como pilares das ações planejadas, ofertaremos gratuitamente atividades e oficinas culturais para crianças, adolescentes e jovens atendidos em 03 diferentes espaços onde a proponente atua.

179011 - PROJETO CULTURAL DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA DE LONDRINA - EDIÇÃO 2018
Associação Integração Sócio-Cultural de Londrina
CNPJ/CPF: 09.675.377/0001-15
Processo: 01400034235201710
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.500.125,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Promover o Desfile de Escolas de Samba de Londrina - Edição 2018, entre os dias 10 a 11 de fevereiro de 2018. E realizar uma programação de pré-carnaval com um amplo painel artístico-cultural voltado às raízes da cultura afro-brasileira e com foco na cultura de carnaval valorizando expressões como a dança, a música, a culinária, a moda e as artes visuais em uma experiência sensorial, no período de 10 de janeiro a 09 de fevereiro em espaços como o Museu de Arte de Londrina, concha Acústica e o Autódromo Ayrton Senna, em Londrina, Paraná para um público aproximado de 10 mil pessoas.

179497 - Projeto Multi-cultural de Educação e cidadania: Uma vida plena e mais feliz para a cidade de Lages-SC
Graciela Alessandra Dela Rocca
CNPJ/CPF: 763.383.989-91
Processo: 01400034897201781
Cidade: Lages - SC;
Valor Aprovado: R$ 167.514,75
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O objetivo do projeto é trabalhar a educação cultural, artística e física com adolescentes em situação de vulnerabilidade social que residem nas comunidades dos bairros Petrópolis e Guarujá, da cidade de Lages- SC, utilizando como instrumentos o ensino das artes (com o uso de materiais recicláveis e lúdicos), atividades de dança (clássica, gaúcha, street dance) e esporte de formação sólida como a arte marcial do jiu-jitsu. Irá se desenvolver atividades de ensino extra-curriculares com adolescentes, de 12 a 17 anos, através de oficinas estruturadas que acontecerão uma vez por semana nas associações de moradores dos bairros selecionados. Far-se-ão palestras complementares ao longo do ano, e apresentações ao grande publico, trabalhando-se na formação da auto-estima e caráter do nosso público-alvo.

179311 - Querida Quitinete
OITO GRAUS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 26.886.322/0001-73
Processo: 01400034623201792
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 761.984,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Montagem e Temporada do espetáculo Querida Quitinete. A historia se passa em um subúrbio dentro de uma quitinete localizada em alguma cidade grande do Brasil. Três amigos: PERECO, JORGE WILSON E DALTO, na faixa dos seus 20 e poucos anos, resolvem sair de suas cidades, dividir seus sonhos e suas realidades em busca de um ideal. A arte. Poderia ser só mais uma historia sobre obstáculos, superação, etc. No entanto, é mais que isso: É uma historia sobre o ser humano como ele é. Independente de ganhos e perdas. Conquistas e frustrações. Uma historia sobre a sobrevivência em todos os sentidos, vista por um angulo absolutamente corajoso e inevitavelmente cômico, por que não?

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179216 - Raulzito Beleza - Raul Seixas para Crianças
ENTRE EXPERIÊNCIA, CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA.
CNPJ/CPF: 13.051.150/0001-76
Processo: 01400034507201773
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 395.363,70
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e temporada de 3 meses de espetáculo de teatro musical voltado para o público infantil, com duração de 60 minutos. Ações de democratização do acesso e formação de plateia também estão previstas neste projeto.O musical infantil "Raulzito Beleza - Raul Seixas para Crianças" mostra a jornada deste menino em uma tentativa de se inserir nos padrões desejados pela sociedade. O espetáculo faz parte do premiado projeto "Grandes Músicos para Pequenos". Serão 33 apresentações neste projeto, sendo 7 gratuitas e exclusivas para estudantes da rede pública de ensino.

179482 - Residências Casa Pipa
Associação Cultural e Ambiental
CNPJ/CPF: 04.321.119/0001-17
Processo: 01400034873201722
Cidade: Matão - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.015.298,07
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Residências Casa Pipa é uma ação que contempla, em um primeiro momento, a reforma estrutural da Casa PIPA (Plataforma Internacional de Produção Artística), prédio histórico localizado noEstado de São Paulo, que é utilizado como sede das ações culturais da Ong Ocara, proponente deste projeto. No segundo momento, o projeto visa a produção cultural dentro do espaço que receberá a reforma, com residências artísticas, festivais e mostras.

179033 - RODEIO DO PRATA
Centro de Tradições Gaúchas Querência do Prata
CNPJ/CPF: 91.566.521/0001-66
Processo: 01400034263201729
Cidade: Nova Prata - RS;
Valor Aprovado: R$ 111.142,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Através deste projeto, pretendemos realizar mais uma edição do Rodeio do Prata, que acontecerá no Parque de Eventos da entidade e que contará com concursos artísticos de danças folclóricas nas categorias pré-mirim, mirim, juvenil, adulta e xiru, além de concursos individuais como declamação, chula e interpretação vocal.

179510 - Rota Convida 2018
Escola de Dança Noara Beltrami LTDA
CNPJ/CPF: 04.194.433/0001-86
Processo: 01400034917201714
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 616.784,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Consiste em uma mostra cultural competitiva que envolve a estética HIP HOP em todas as suas manifestações: dança, música e artes plásticas. Com dezesseis anos consecutivos de atuação e grande sucesso local e nacional, a mostra tem garantido ampliação de mercado e de intercâmbio cultural aos participantes, tanto aqueles que produzem, como à comunidade envolvida, aos profissionais que veem de fora e aos participantes locais que divulgam o seu trabalho em nível nacional e internacional. São premiadas várias categorias das manifestações do HIP HOP: 1º 2º 3 º nas categorias avançado, sênior, solo, duo, trio, b-boy, b.girl, HIP HOP, além de melhor bailarino, melhor bailarina, melhor grupo, melhor coreógrafo, tela de grafitti mais votada. A Mostra acontecerá em uma semana, aberta ao público com acesso gratuito.

179522 - Salvando risos - 3a. edição
Organização Doutores Palhaços SOS Alegria
CNPJ/CPF: 13.311.763/0001-03
Processo: 01400034935201704
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado: R$ 218.368,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Salvando Risos - 3ª. edição leva intervenções cênicas da Organização Doutores Palhaços - SOS Alegria aos hospitais de Ponta Grossa/PR com a proposta de ressignificar o ambiente hospitalar através da arte, bem como a apresentação em teatro dos espetáculos "Contos de Páscoa" e "O papai Noel sumiu".

179250 - SALVE LUA - o musical
BARRA DA SAIA PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.145.515/0001-33
Processo: 01400034553201772
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 969.912,95
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e encenação do espetáculo cênico teatral "SALVE LUA - o musical" com dramaturgia a ser produzida e inspirada nas letras das músicas de Luiz Gonzaga e seus personagens. Uma alegoria para as belas histórias e composições que lançaram um novo olhar sobre o sertão e suas tradições para todo o pais, cantadas por Gonzagão.A peça nos fala sobre as diversas fases do Rei do Baião: a vida do retirante, a seca, as festas, a alegria do sanfoneiro, o amor e a poesia. O retirante que deixa sua terra natal em busca de melhores condições de vida entregue à sorte e aos perigos da cidade grande até se reencontrar com as suas origens.

179006 - São João do Ceará
FEDERAÇÃO DAS QUADRILHAS JUNINAS DO CEARÁ
CNPJ/CPF: 69.697.795/0001-35
Processo: 01400034229201754
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 885.181,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Federação das Quadrilhas Juninas do Ceará - Fequajuce, considerando que o movimento junino ganhou ares de grande espetáculo, pois mobiliza uma complexa organização econômica, social, política e cultural, proporciona aos representantes, brincantes e colaboradores das quadrilhas juninas, aos promotores de eventos juninos, aos gestores culturais e aos amantes do movimento uma oportunidade única que é a de "construir" o São João do Ceará, participando ativamente do seu planejamento, por meio dos fóruns culturais, da sua execução, através das oficinas de capacitação, do resultado do trabalho construído ao longo dos seis meses, que é o evento junino, e com o desfecho, no Seminário de Avaliação.

179034 - Sede
Quadrilha da Arte Ltda - ME
CNPJ/CPF: 14.009.027/0001-50
Processo: 01400034266201762
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.192.730,28
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto destina-se à Produção e temporada do espetáculo "Sede", texto de Wajdi Mouawad, direção: Roberto Alvim, com Felipe De Carolis, Eduardo Sterblitch e Louise D"Tuani.

179040 - Serra Valente da Terra de São Bento
N S Cordeiro
CNPJ/CPF: 18.112.248/0001-00
Processo: 01400034272201710
Cidade: Natal - RN;
Valor Aprovado: R$ 280.610,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na montagem e duas apresentações do espetáculo cênico "Serra Valente da Terra de São Bento" com direção e roteiro de João Marcelino. O espetáculo é inspirado na história da cidade de São Bento (RN), munícipio localizado na microrregião da Borborema Potiguar do Rio Grande do Norte, e tem aproximadamente 5.746 habitantes. O espetáculo tem como objetivo celebrar a memória da cidade.

179069 - Sisters O Musical
Andraos Produçoes Artísticas & Marketing Ltda
CNPJ/CPF: 04.865.908/0001-19
Processo: 01400034312201723
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 4.446.228,56
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Criar, Montar e cumprir temporada do Musical intitulado SISTERS O MUSICAL, com direção de Charles Moeller e Claudio Botelho em um teatro com capacidade de aproximadamente 500 espectadores, tendo em vista uma temporada que compreende de sexta à domingo nas cidades do Rio de Janeiro durante 3 meses e na cidade de São Paulo durante 3 meses, totalizando uma temporada de 6 meses. Como a capacidade do teatro é baseado em 500 pessoas e tendo em vista que podemos alcançar 70% desta capacidade, podemos ter uma média de 13.650 pessoas em cada cidade, totalizando 27.300 durante toda temporada.

179058 - Sonho de Papel
JENNIFER AFFONSO 10020221770
CNPJ/CPF: 19.441.612/0001-48
Processo: 01400034298201768
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 560.805,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Sonho de papel" é um espetáculo de artes cênicas inédito com previsão de estreia para o primeiro semestre de 2018. O musical infanto juvenil, aborda a trajetória de um menino de rua que sonha vencer na vida como artista. Papel, o corajoso protagonista desta história, sonha com um lugar ao sol e para isso ele contará com a ajuda do seu fiel amigo escudeiro. De forma lúdica e poética, o espetáculo pretende transmitir uma mensagem de superação dos obstáculos e de esperança de um futuro melhor. Este projeto prevê a montagem e a temporada inédita na cidade do Rio de Janeiro. Serão 3 meses de temporada e a realização de 26 sessões sempre aos sábados e domingos.

178963 - Teatro da Tapera das Artes
Associação Tapera das Artes
CNPJ/CPF: 07.296.486/0001-04
Processo: 01400034168201725
Cidade: Aquiraz - CE;
Valor Aprovado: R$ 1.110.534,96
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa a manutenção e modernização do Teatro da Tapera das Artes juntamente com aquisição de equipamentos, o que viabilizará melhores condições técnicas e também de segurança para a programação contínua do equipamento cultural.

179448 - Teatro e Música em Movimento - Plano Anual 2018
Instituto de Pedagogia Terapêutica Professor Norberto de Souza Pinto
CNPJ/CPF: 46.099.891/0001-86
Processo: 01400034825201734
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 461.071,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto pretende dar continuidade às atividades de arte-educação voltadas para educandos com deficiência intelectual desenvolvidas pelo Instituto Norberto de , de Campinas. As oficinas resultarão na remontagem e apresentação para o público e um espetáculo teatral e um espetáculo musical desenvolvidos conjuntamente com os educandos. O projeto contempla também: três apresentações de grupos profissionais, que serão convidados a se apresentar para os alunos, familiares e comunidade.

179178 - TEATRO ITINERANTE NA VIA 2018
LEANDRO CARLOS DE ALMEIDA EVENTOS - ME
CNPJ/CPF: 27.949.861/0001-77
Processo: 01400034441201711
Cidade: São Bernardo do Campo - SP;
Valor Aprovado: R$ 251.720,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar junto aos núcleos populacionais carentes e escolas públicas, fixado às margens da Rodovia dos Imigrantes, Via Anchieta, BR 101 e também Ponte Rio-Niterói atividades e ações culturais através de 120 apresentações teatrais , para crianças e adolescentes, estabelecendo o bom convívio e harmonia entre pessoas destas comunidades, despertando e criando novos públicos para a arte, desenvolvendo programa integrado que permite relacionar o cotidiano da criança com a representação ativa da arte do teatro e do circo

178882 - Telhado de Ninguém
COMPANHIA DO POLVO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 20.403.098/0001-35
Processo: 01400034018201711
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.649,82
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Telhado de Ninguém" é um espetáculo circense infantil, que conta a história de duas pessoas que se abrigam no telhado de uma casa submersa após uma enchente, e são obrigados a conviver juntos para sobreviverem. Com direção de Mark Bromilow, vai realizar 16 apresentações em Recife-PE (04 apresentações), João Pessoa-PB (04 apresentações), Natal-RN (04 apresentações) e Fortaleza-CE (04 apresentações). Todas as apresentações serão gratuitas.

179483 - Temporada de Apresentações Grillo e Testa
Matakiterani Associação Cultural
CNPJ/CPF: 04.844.827/0001-32
Processo: 01400034876201766
Cidade: Lages - SC;
Valor Aprovado: R$ 166.995,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto pretende realizar uma temporada com 60 apresentações dos espetáculos de repertóriodos "Causos da Serra", "De Mala e Cuia" dos personagens Grillo Seco e Testa de Lampião, nas escolas de rede estadual de ensino no município de Lages/SC, atendendo cerca de 8.000 mil estudantes do ensino fundamental e ensino médio, com entrada franca em 10 meses de circulação.

178866 - The Soul Powe
ALEXEY RODRIGO FRANCA DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 221.543.608-58
Processo: 01400034002201717
Cidade: São Carlos - SP;
Valor Aprovado: R$ 299.700,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e apresentação de espetáculo cênico musical que ira apresentar através de ambiente, entremeado por projeções mapeadas por todo espeço do show, a história da música soul, desde suas raízes africanas até o dia de hoje. O espetáculo é um convite a uma viagem histórica em forma de teatro musical. Esse espetáculo será montado na cidade de São Carlos (SP) e ira ser apresentado também em Ribeirão Preto, Campinas e também na cidade de São Paulo.

179386 - TODA CHIC
CRIO DESIGN TECNOLOGIA INOVAO LTDAME
CNPJ/CPF: 06.871.595/0001-37
Processo: 01400034721201720
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 302.120,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto irá organizar e realizar a turnê da peça teatral "Toda Chic". Trata-se de uma comédia de costumes e será exibida durante dois meses na cidade do Rio de Janeiro.

179299 - TOQUE CULTURAL
Rever Produções Culturais Ltda ME
CNPJ/CPF: 20.911.352/0001-06
Processo: 01400034610201713
Cidade: Olinda - PE;
Valor Aprovado: R$ 1.298.566,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A proposta trata da realização de apresentações de teatro e espetáculos de bonecos (mamulengos) entre as cidades de Recife, Fortaleza e Salvador, em suas praças públicas, hospitais e praias em um circuito alternativo. Os espetáculos serão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

dirigidos ao público excluído do circuito tradicional. O espetáculo de bonecos será produzido especialmente para o evento e tratará sobre o tema da importancia da arte e cultura na vida do indivíduo, visando a formação de plateia. O projeto exibirá produção de espetáculo próprio denominado "Um Toque de Vida" que bai abordar as formas de prevenção ao câncer de maneira lúdica e interativa, junto a apresentações locais de boa qualidade artística; além de apresentações de espetáculos de teatro de intervenção junto a um público com acesso gratuito.

179029 - TURMA ZURETA
PONTO DE BALA PRODUÇÕES E EDITORA MUSICAL EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 02.666.289/0001-08
Processo: 01400034258201716
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.659.823,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: " TURMA ZURETA" é um projeto de montagem e temporada de espetáculo teatral musical baseado no CD Zoró - Bichos Esquisitos, de Zeca Baleiro.O musical consiste em um programa feito por uma turma de amigos em que as músicas defendidas têm que ter por tema obrigatório a esquisitice dos bichos. O espetáculo apresenta o mundo lúdico dos bichos, onde os animais ganham atributos humanos gerando personagens divertidos e delirantes.

179232 - Um Sarau Imperial
Mauricio J Figueira Araujo ME
CNPJ/CPF: 20.233.182/0001-58
Processo: 01400034533201700
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 192.840,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar 80 apresentações da dramatização interativa "Um Sarau Imperial", texto baseado em trechos da correspondência particular da família imperial. As apresentações vão ser realizadas no Cineteatro do Museu Imperial em Petrópolis - RJ. Estima-se atingir uma média de 8.400 espectadores totais com apresentações cinco vezes por semana, sendo: quintas às 15h e 18h30, sextas às 15h e às 18h30 e sábados às 18h30 nos meses de agosto a novembro de 2018.

178941 - Uma noite no Lírico
ASSOCIACAO CIA TEATRAL LINGUA DE TRAPO
CNPJ/CPF: 05.011.600/0001-79
Processo: 01400034131201705
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 485.380,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Após comemorar seu centenário, Lima Barreto, um dos maiores contistas do Brasil, continua a ser homenageado pela Cia Língua de Trapo na montagem de uma de suas mais primorosas obras - "Uma noite no Lírico". O projeto pretende trazer o tributo literário deste nosso grande escritor, ainda pouco conhecido pelos leitores, para os palcos brasileiros, difundindo, incentivando e valorizando a arte e a cultura tanto em nosso país como internacionalmente, já que ele é considerado pela crítica literária como o nosso "Dostoiévski dos trópicos".

179137 - URBANUS
Grupo Cultural Afro Reggae - GCAR
CNPJ/CPF: 73.322.240/0001-86
Processo: 01400034387201712
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.102.320,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto se destina a promover o espetáculo URBANUS em comemoração aos 25 anos de atividades culturais do AfroReggae. Trata-se de um espetáculo de Artes Integradas, conciliando música, dança e circo. O espetáculo será realizado de forma itinerante em 25 municípios do Estado do Rio de Janeiro, e será apresentado em espaços e praças públicas de forma gratuita para o público espectador. Serão também oferecidas oficinas experimentais de música, dança e circo horas antes das apresentações do espetáculo.

179160 - VaiqueuVoo
SABATINO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 21.401.572/0001-52
Processo: 01400034411201713
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.037.835,90
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "VaiqueuVoo" tem como proposta a manutenção do espetáculo de mesmo nome e circulação pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Serão ao todo 26 apresentações sendo 8 em teatro na cidade de São Paulo e 6 em praças e parques em cada uma das cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

179503 - Valorizarte
Ari Rodrigues
CNPJ/CPF: 054.708.689-07
Processo: 01400034908201723
Cidade: Paranaguá - PR;
Valor Aprovado: R$ 388.592,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "Valorizarte - valorizando a arte e os nossos talentos" é composto por 10 (dez)apresentações teatrais da série teatral "Os Silvas", escrita e dirigida pelo autor e diretor da Cia Novah de Teatro, Ari Rodrigues. Essas apresentações serão divididas em cinco meses, iniciando no mês de junho e finalizando no mês de outubro, sendo duas por mês. Ao término de cada apresentação o público presente poderá participar da "Roda Cultural" onde o elenco do espetáculo desenvolverá um bate papo relatando os processos de uma produção artística e seus desafios. Compondo o projeto, paralelamente, a direção do espetáculo oferecerá uma oficina de iniciação teatral, aberta para comunidade em geral, com duração de três meses, com carga horária total de 48 horas onde serão aplicados exercicios teatrais e falaremos sobre a história do teatro e a história do teatro em Paranaguá.

179203 - Vilarejo de Oidó
Felício S Mafra Produções ME
CNPJ/CPF: 22.604.211/0001-76
Processo: 01400034484201705
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.769,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto consiste na montagem e na temporada do espetáculo teatral musicado "Vilarejo de Oidó" - uma criação coletiva da Cia. Os Brincantes - na cidade do Rio de Janeiro. O espetáculo conta uma história de amor entre dois homens, a qual é tragicamente destruída pelos moradores do vilarejo. A Cia. pretende construir a encenação dando continuidade à sua pesquisa sobre o teatro gestual, que se baseia na tríade fisicalidade, sonoridade e espaço cênico como motores para o desenvolvimento da cena. A partir da corporeidade, os atores representam não só os personagens, como também criam a ambientação de diferentes cenários. Além disso, a Cia. pretende fazer uso de objetos cenográficos que possam ser manipulados e ressignificados. O espetáculo contará com a trilha sonora original de Geraldo Júnior, que além de fortalecer a ambientação das cenas, será um forte elemento dramatúrgico. As músicas serão cantadas pelos atores e acompanhadas por músicos que tocarão ao vivo diversos instrumentos..

179188 - Viva África
COMPANHIA LAMPEJO DE ARTE E CULTURA
CNPJ/CPF: 23.882.302/0001-36
Processo: 01400034463201781
Cidade: Rio Formoso - PE;
Valor Aprovado: R$ 268.746,40
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto é um método e formato de ensino para desenvolver na comunidade social envolvida a cultura afro-brasileira tanto na dança quanto na luta, expressão corporal, e musicalidade. Dentro deste contexto será oferecido oficinas como formato de capacitação e formação.

179393 - X Festival Nacional de Humor de Maranguape
ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE MARANGUAPE
CNPJ/CPF: 03.864.654/0001-51
Processo: 01400034732201718
Cidade: Maranguape - CE;
Valor Aprovado: R$ 283.417,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Em sua décima edição, o Festival Nacional de Humor de Maranguape se renova a partir de uma programação diferenciada, ampliada e gratuita durante seis dias na cidade de Maranguape/CE. Trazendo não só espetáculos do melhor do teatro humorístico local e nacional, o Festival proporciona ao público o acesso a oficinas e a minicursos, além de promover mostras cênicas itinerantes e intervenções artísticas em diversos espaços da cidade e seus distritos. A cada ano, o Festival Nacional de Humor de Maranguape vem superando expectativas, reunindo cerca de 30 mil pessoas na Praça Capistrano de Abreu, onde é montado seu palco principal e demais localidades de Maranguape. Criado em homenagem ao mestre Chico Anysio, ator maranguapense, - que brilhou para o mundo a partir da arte de fazer rir -, o festival consagra-se como um evento cultural de destaque no Estado.

179307 - XIII Edição do Festival Internacional de Dança de Cabo Frio
MARCIA CRISTINA DA COSTA SAMPAIO
CNPJ/CPF: 876.351.277-72
Processo: 01400034619201724
Cidade: Cabo Frio - RJ;
Valor Aprovado: R$ 364.760,97
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização da 13ª Edição do Festival Internacional de Dança de Cabo Frio com apresentação de 500 coreografias. Programação competitiva das seguintes modalidades: ballet clássico, dança contemporânea, danças populares, dança de salão, dança de rua, estilo livre e jazz, e realização de 6 cursos de aperfeiçoamento com profissionais de reconhecimento nacional e internacional.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

179545 - Aprendendo Música - Plano Anual 2018
INSTITUTO COCAIS
CNPJ/CPF: 11.374.785/0001-89
Processo: 01400035043201712
Cidade: Timon - MA;
Valor Aprovado: R$ 736.123,64
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto tem como finalidade a manutenção da Escola de Música e do Projeto Aprendendo Música no ano de 2018. Este foi pensado pelo Instituto Cocais, como forma de continuar desenvolvendo a cultura musical nos alunos das escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio da cidade de Timon, envolvendo crianças de sete a dezessete anos, durante um ano. No Projeto serão envolvidos profissionais de música, assistente social, pedagogos e fonoaudiólogo, trabalhadores da educação, com apoio de diversos seguimentos sociais.

179131 - Festival Aldo Baldin
PRO MUSICA DE FLORIANOPOLIS
CNPJ/CPF: 82.956.764/0001-10
Processo: 01400034381201737
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 255.616,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar O Festival de Canto Aldo Baldin na cidade de Florianópolis com a seguinteprogramação:Concerto de Abertura do Festival precedido da entrega do Troféu Aldo Baldin auma personalidade do canto lírico;Concurso de Canto Aldo Baldin, destinado a cantores detodo país e do exterior até a idade de 45 anos, com repertório dirigido ao gênero operístico;Master Class com o tenor Fernando Portari com objetivo de oferecer aos participantes umavisão completa e abrangente do processo de criação interpretativa do repertório operístico;Concerto de Encerramento do Festival com a premiação dos vencedores do Concurso AldoBaldin, e a apresentação dos mesmos acompanhados da orquestra da Cia Ópera de SC. Todos os eventos serão com entrada gratuita.

179054 - Festival Cultural Mulheres do Mundo - WOW / Rio de Janeiro
CARDAPIO DE IDEIAS COMUNICACAO E EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 09.368.780/0001-00
Processo: 01400034292201791
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.795.323,40
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Festival Cultural Mulheres do Mundo (Women of the World) - WOW foi criado em Londres, 2010, por iniciativa de uma grande instituição cultural britânica chamada Southbank Centre. Seu objetivo era promover o encontro cultural entre mulheres, buscando criar espaços de diálogos sobre suas potencialidades, realizações e desafios contemporâneos. Desde então, o Festival foi realizado em mais de 20 cidades ao redor do mundo. O presente projeto consiste desenvolvimento e execução da edição de 2018 deste Festival no Rio de Janeiro,contribuindo para a inserção da mulher brasileira nesta rede cultural global, estendendo-a tanto no plano nacional quanto local. Como cidade sede o Rio acolherá um conjunto variado de eventos de literatura, artes plasticas, cinema, teatro, dança, música e circo, protagonizados por mulheres, com o objetivo de construir uma ampla plataforma cultural, colhendo como resultado reflexões e subsídios para as questões de gênero enfrentadas atualmente.

179323 - Festival de Jazz & Blues Orium Planet
SUELI RIBEIRO DE SOUZA - ME
CNPJ/CPF: 14.443.997/0001-69
Processo: 01400034636201761
Cidade: Duque de Caxias - RJ;
Valor Aprovado: R$ 588.746,40
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização do Festival de Jazz & Blues Orium Planet. A proposta é levar música de qualidade à população de Duque de Caxias, resgatar as origens da cultura negra, o reconhecimento e respeito às identidades culturais do povo brasileiro com a valorização das manifestações afro-americanas. O festival contará com atrações nacional, regional e novos talentos.

179458 - FESTIVAL DE JAZZ DO CAPÃO
Rowney Archibald Scott Junior
CNPJ/CPF: 321.019.295-20
Processo: 01400034838201711
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 124.470,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O FESTIVAL DE JAZZ DO CAPÃO é considerado um dos principais festivais de música instrumental do Brasil. Já tendo realizado 6 edições de grande sucesso de público e crítica. Toda a programação do Festival é gratuita e acontece no Vale do Capão, município de Palmeiras - Chapada Diamantina - Bahia. As atividades acontecem em 2 espaços, no Circo do Capão, com 4 workshops dos músicos convidados e 2 apresentações musicais; e na Vila do Capão, com palco montado para receber 6 apresentações musicais, em 2 dias de Festival.

179014 - FESTIVAL PENALVA
Elisabeth Müller Seraphim Prosser
CNPJ/CPF: 318.325.399-20
Processo: 01400034238201745
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 67.425,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar um Festival de Música Erudita

179456 - Festival Puerto Latino in Concert Brasília 2018
HEFZIB Yolanda Eventos
CNPJ/CPF: 23.434.315/0001-42
Processo: 01400034836201714
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 4.624.498,47
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A proposta cultural Festival Puerto Latino in Concert Brasília 2018 é espaço cultural aberto em vibrante laboratório de integração e fusão das principais vertentes da músicaintrumentaldo universo musical africano-latino- americano-caribenho e ocorrerá na cidade de Brasília/DF.

179390 - Gabriel Grossi - Em Movimento
Gabriel de Araújo Grossi
CNPJ/CPF: 701.250.661-04
Processo: 01400034726201752
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 698.553,60
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Uma das grandes revelações da música instrumental brasileira, Gabriel Grossi apresenta o projeto #EmMovimento, contemplando turnê e série documental que celebra os seus 20 anos de carreira. O projeto reúne convidados ilustres da música brasileira a cada apresentação, totalizando 11 encontros musicais inéditos por todo o país. Para tanto, Gabriel estará acompanhado de um quinteto com alguns dos mais inovadores músicos de sua geração: Eduardo Farias (piano), André Vasconcellos (Baixo), Rafael Barata (Bateria) e Sérgio Coelho (trombone). Muito além dos shows, #Em-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Movimento prima pelo registro do bastidor, da construção e da celebração da arte, através de webserie baseada em cenas de ensaios, corredores e cochias, compartilhando com o público a essência da criação e do encontro. Esta atmosfera orgânica predominará em todo o processo, tendo na execução um comprometimento ambiental, considerando recursos e atitudes sustentáveis para o cenário, figurino, alimentação e material promocional.

179331 - Guitarra Santista
RICARDO MARTINS BISAN
CNPJ/CPF: 086.626.008-08
Processo: 01400034651201718
Cidade: Praia Grande - SP;
Valor Aprovado: R$ 204.451,45
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este Porjeto tem como Finalidade, trazer ao publicoda região "Baixada Santista" a qualidade e excelência dos musicos da Baixada Santista, bem como, propagar e difundir o instrumento "guitarra", ou seja, a Guitarra em seus mais variados estilos. Este Projeto visa levar par todos os publicos os estilos variados deste instrumento bem como fomentar seu estudo aprofundado. As apresentações serão gravadas e disponibilizadas em plataformas digitais com custo acessivel a todos, prevê ainda um site onde o publico poderá consultar e aprender com seus mais variados mestres da região. Este projeto terá circulação nas 5 principais cidades de nossa região (Santos / Praia Grande / Peruibe / São Vicente) podendo até ser apresentado na Região Metropolitana de São Paulo. Os custos poderão ser divididos por patrocinadores de cada Região.

179347 - I CIRCUITO INSTRUMENTAL GASTRONÔMICO DE MG
DANIEL HELUY CARAM
CNPJ/CPF: 115.308.086-93
Processo: 01400034670201736
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 341.297,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto consiste na realização de apresentações de musical instrumental, em praças públicas, na Grande Belo Horizonte, como atividade complmentar da feira de gastronomia FEITO EM CASA.

179030 - I ENCONTRO DE MÚSICA INSTRUMENTAL DE MINAS GERAIS
GERALDO MAGELA ALVES FIGUEIREDO
CNPJ/CPF: 028.077.676-48
Processo: 01400034259201761
Cidade: Contagem - MG;
Valor Aprovado: R$ 553.030,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto consiste no primeiro encontro de música instrumental de Minas Gerais.

179080 - I Semana Internacional do Piano de Volta Redonda
Melos Empreendimentos Culturais
CNPJ/CPF: 15.268.432/0001-55
Processo: 01400034323201711
Cidade: Volta Redonda - RJ;
Valor Aprovado: R$ 291.414,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Levar para Volta Redonda uma atividade cultural de alta relevância artística, visando consolidar a cidade como líder no panorama de entretenimento da região.Os recitais acontecerão de forma a oferecer a Volta Redonda uma verdadeira maratona em torno da música para piano e dos maravilhosos mestres da música.

179377 - II - TEMPORADA DE CONCERTOS - OSP
ORQUESTRA SINFÔNICA DE PIRACICABA
CNPJ/CPF: 96.511.266/0001-78
Processo: 01400034711201794
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.114.510,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto " II - TEMPORADA DE CONCERTOS - OSP", tem por objetivo realizar 07 Concertos da Orquestra Sinfônica de Piracicaba, com o repertório de músicas instrumental de qualidade, diversificando música classica e erudita, mantendo um quadro com mais de 60 Músicos, para promover a Cultura e a formação de público. As apresentações tem entradas gratuitas, dando amplo acesso a todos. E também Contemplar as crianças das Escolas Públicas de Piracicaba, oferecendo aulas de Violino e Viola.

179000 - INSTITUTO ENCANTOS - PLANO ANUAL 2018
ENCANTOS INSTITUTO SOCIO CULTURAL E BENEFICENTE
CNPJ/CPF: 13.315.822/0001-03
Processo: 01400034222201732
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 299.662,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Projeto de manutenção do Instituto Encantos durante o exercício de 2018, com aulas de Música, Teatro e Ballet, atendendo o público de baixa renda na Zona Norte de São Paulo.

179316 - IntegrAção Cultura e Arte
PULSAR CULTURA E ESPORTE EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 23.377.031/0001-61
Processo: 01400034628201715
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 989.190,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto realizará 05 eventos artístico-culturais em 5 praças públicas de diferentes cidades do estado de Minas Gerais, possibilitando o acesso da população mineira com os mais variados produtos artísticos desenvolvidos local e regionalmente, tendo como foco a música instrumental e as artes cênicas. Todas as ações elencadas por este projeto serão gratuitas à todos os públicos e de todas as camadas sociais e haverá todo o acesso para recepção/participação do público PNE (Portadores de Necessidades Especiais).

179047 - IV FESTIVAL DE VIOLA DAS GERAIS
GILBERTO VIANA DE SOUZA
CNPJ/CPF: 039.558.106-07
Processo: 01400034282201755
Cidade: Pedro Leopoldo - MG;
Valor Aprovado: R$ 572.425,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O objetivo de projeto é promover o IV Festival de Viola das Gerais. Este festival é tradicionalmente instrumental e escolherá os 3 melhores candidatos/grupos que receberão prêmios em dinheiro.

179146 - Jam no MAM com transmissão ao vivo na internet
Huol Criações e Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 02.371.838/0001-17
Processo: 01400034396201703
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 842.426,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto visa a continuidade da Jam no MAM e a realização do programa Jam no MAM ao Vivo. Realizada há dez anos seguidos, pela Huol Criações, no Museu de Arte Moderna da Bahia, a Jam no MAM é um encontro de músicos para o exercício da arte da improvisação em música instrumental. Seguindo a tradição das jam sessions que acontecem mundo afora, a Jam no MAM tem uma banda base, Geleia Solar, que inicia a sessão tocando, antes de abrir o palco para as canjas, que na linguagem musical significa uma participação não programada de um músico que esteja na plateia. Essa jam session com sotaque baiano tem atraído músicos e público em geral do Brasil e do mundo, constituindo-se em um importante programa fixo na agenda cultural de Salvador e colaborando para dinamizar este importante equipamento cultural, o MAM-BA. Estamos propondo aqui a realização de 44 apresentaçõesda JAM no MAM, com dez transmissões ao vivo na internet, configurando-se no programa Jam no MAM ao Vivo.

179135 - JOVENS MÚSICOS CONCERTISTAS III
COPERARTE - COOPERATIVA DE ARTE E CULTURA DO SUDOESTE DO PARANA
CNPJ/CPF: 21.849.448/0001-54
Processo: 01400034385201715
Cidade: Francisco Beltrão - PR;
Valor Aprovado: R$ 167.484,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Circuito de música instrumental,com apresentações de grupo de câmara, formada por jovens professores\concertistas, executando violino, viola, violoncelo e contra baixo. Será ministrado cursos de teoria e solfejo musical, história da música, violino, viola, violoncelo, contra baixo sinfônico, (durante 32 semanas, dois dias por semana). Todos os eventos gratuitos.

178996 - Kartoffelfest
Associação Cultural Teewald
CNPJ/CPF: 11.781.237/0001-73
Processo: 01400034217201720
Cidade: Santa Maria do Herval - RS;
Valor Aprovado: R$ 149.760,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização da da Kartoffelfest,um evento típico da cultura germânica com apresentações de bandinhas instrumentais, grupos folclóricos de dança, apresentações de corais, espetáculos teatrais, gastronomia e oficinas de dança e de jogos germânicos para estudantes de escolas públicas do município e da região.

179209 - Left produções "músicas e músicos"
JONATHAS ALVES FERREIRA
CNPJ/CPF: 448.922.038-31
Processo: 01400034490201754
Cidade: Ferraz de Vasconcelos - SP;
Valor Aprovado: R$ 249.675,39
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto consiste na instrumentalização e ensino de música instrumental para pessoas de baixa renda e na apresentações das turmas formadas.

179225 - Lençóis Jazz e Blues Festival - Palco Mundo - Edição 2018
R.VIANA NETO
CNPJ/CPF: 12.211.683/0001-05
Processo: 01400034519201706
Cidade: São José de Ribamar - MA;
Valor Aprovado: R$ 163.387,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Esse projeto é para realização da edição 2018 do Lençóis Jazz e Blues Festival- Palco Mundo.

179272 - Luthier - Arte Ofício Cidadania - 12ª. Edição
GAE ENERGY SYSTEMS E CULTURA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 24.877.187/0001-74
Processo: 01400034577201721
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 395.808,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto LUTHIER, a 11 anos, ensina adolescentes de baixa renda e ou em vulnerabilidade social, a construir instrumentos musicais e a tocar estes instrumentos, e já atendeu até o momento 1347 jovens da Cidade de Barão de Cocais - MG e região. Propomos a continuidade das atividades na cidade de Barão de Cocais e, além disso, devido a grande procura, para esta 12° edição, estenderemos o projeto para mais duas Cidades, sendo elas, Nova União - MG, cidade às Margens da BR 381, com 5 mil habitantes, e a Cidade de Catas Altas - MG, com uma população de 5.512 mil habitantes, estas cidades nunca receberam um projeto da Lei Rouanet. O perfil do público será de Jovens de baixa renda ou em vulnerabilidade social, entre 12 a 18 anos e tem como prioridade atender às comunidades rurais e de periferia. O critério para a seleção dos inscritos será uma entrevista prévia com os educadores e a produção do evento.

179087 - Mostra Cultural de Porto Alegre
SKENE - ADMINISTRACAO E PRODUCAO DE PROJETOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.403.160/0001-03
Processo: 01400034333201749
Cidade: Santa Cruz do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 66.156,25
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Mostra de música instrumental em sintonia com diversas expressões artísticas produzidas em Porto Alegre. O evento será em espaço único e terá uma intensa programação com diversas manifestações artísticas como o teatro, dança, cartum, fotografia, artesanato, curta metragens e mais. Todos os artistas envolvidos no evento são profissionais reconhecidos no cenário cultural da cidade.

179452 - Mostra Musical Internacional - Turnê China 2018 da Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás
ASSOCIACAO DE AMIGOS DA ORQUESTRA SINFONICA JOVEM DE GOIAS - AAOSJG
CNPJ/CPF: 09.332.618/0001-23
Processo: 01400034831201791
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 48.300,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A presente proposta visa a realização de Mostra Internacional da Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás na China para consolidar uma tradição que visa a promoção de talentos nacionais, de modo a difudir no Brasil à fora toda a potencialidade artística nacional e inserir no âmbito internacional uma instituição que há 15 anos vem proporcionando grandes e positivos resultados para a cena cultural brasileira. Além de proporcionar a divulgação da música brasileira, a turnê porporcionará aos jovens membros da orquestra perspectivas de trabalho e experiências intercambiais, de modo a estreitar as relações entre cidadãos brasileiros e chineses. Nessa perspectiva, serão executadas apresentações de lançamentono Brasil e em cidades chinesas.

179099 - Música é Cultura
APP DO COLEGIO ESTADUAL FREDERICO HARDT
CNPJ/CPF: 83.496.497/0001-08
Processo: 01400034346201718
Cidade: Indaial - SC;
Valor Aprovado: R$ 130.800,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto pretende oportunizar oficina de música e canto gratuitas, aos alunos da EEB Frederico Hardt, oriundos de vários bairros da cidade de Indaial/SC, estimulando o interesse pela música e apropriação da linguagem musical.

179251 - Música e Vida no São Miguel Ano 2
Associação São Miguel Arcanjo
CNPJ/CPF: 00.961.304/0001-15
Processo: 01400034554201717
Cidade: Barbacena - MG;
Valor Aprovado: R$ 287.256,70
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto trata-se da segunda temporada do exitoso projeto Música e Vida no São Miguel. Visa continuar beneficiando jovens e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, diretamente, por meio do estudo da música e composição da Orquestra e Coral Mirins São Miguel Arcanjo. Nesta nova edição o projeto inova ampliando sua atuação para jovens com deficiência física, auditiva, visual e cognitiva, promovendo a inclusão social e a democratização do acesso ao universo musical.

178990 - Música no ling 2018
MATEUS STANISCUASKI - ME
CNPJ/CPF: 03.411.629/0001-12
Processo: 01400034207201794
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 601.040,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar apresentações no instituto ling na cidade de Porto Alegre -RS

179444 - Musica para Crescer
INFINIT PRODUCOES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 01.746.133/0001-74
Processo: 01400034820201710
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 536.920,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Criação e implantação de um programa de ensino gratuito de instrumentos musicais em escolas públicas. Promovendo a capacitação artística para desenvolvimento acadêmico e profissional em especialidades musicais centradas na prática orquestral, canto coral e do Choro. Além dos professores de música, Assistente Social e Fonoaudiólogo fazem parte do projeto.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179198 - NATAL NA PRAÇA
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUSEU DE HISTORIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL
CNPJ/CPF: 08.936.195/0001-98
Processo: 01400034478201740
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 407.877,28
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Natal na Praça consiste na realização de dois concertos natalinos: hospital da Criança Santo Antônio e Complexo Hospitalar Conceição, além de eventos itinerantes de músicas natalinas em outros 4 hospitais, dente os quais o Hospital Psiquiátrico São Pedro - em sua terceira edição, envolvenfo comunidade local, pacientes e acompanhantes oferecendo programção gratuíta.

179151 - Notas do futuro
Associação Instituto Relfe
CNPJ/CPF: 12.947.128/0001-46
Processo: 01400034401201770
Cidade: Peruíbe - SP;
Valor Aprovado: R$ 388.056,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Notas do Futuro tem como objetivo garantir e promover o acesso à cultura, por meio de oficinas de música, à 350 crianças e adolescentes, entre 06 e 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, oriundos de famílias do bairro Caraguava e Vila Erminda - dois dos bairros mais vulneráveis da cidade, onde a escassez de oportunidades contribui para um cenário de risco. Uma das características mais marcantes dessa população é a falta de perspectivas, de um projeto de vida que rompa com o ciclo de pobreza e marginalização. Crianças e adolescentes são os principais afetados por esta realidade, pois vivem expostos às ofertas do crime, do tráfico de drogas, da exploração do trabalho infantil e da prostituição. Além da promoção da cultura, o projeto garantirá direitos básicos da criança e do adolescente, como convivência comunitária, dignidade, respeito, lazer, segurança, proteção à infância e alimentação.

179419 - O Choro reinventa a Roda e a Roda reinventa o Choro
MUSI CAZES PRODUCOES E EXPORTACAO LTDA ME
CNPJ/CPF: 31.268.022/0001-60
Processo: 01400034758201758
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 624.378,75
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Choro reinventa a Roda e a Roda reinventa o Choro traz como proposta a organização de acervo e memória, construção de multiplataforma, exposição, apresentações musicais e oficinas. Nasce do desdobramento da pesquisa Os chorões e a roda: ambiência, práticas musicais e repertório nas rodas de choro, desenvolvida por Henrique Cazes no Programa de Pós-Graduação em Música - PPGM da Escola de Música da UFRJ. O trabalho retrata a roda de choro a partir dos três aspectos aferíveis que emergem desse evento: ambiência, repertório e práticas musicais. No centro da pesquisa a "roda de choro". O estudo de caso escolhido foi o Choro em Casa, rodas de choro na casa do arquiteto Alfredo Britto, que ocorreram ininterruptamente no primeiro sábado de cada ano desde 1980 até 2015. De Abel Ferreira, Paulinho da Viola e Joel Nascimento a Rafael Rabello e Hamilton de Holanda, praticamente não houve nome importante do gênero que não tenha passado por lá.

179159 - OFICINAS DE CANTO - ANO I
JOSIEL ANTONIO DE ALMEIDA
CNPJ/CPF: 073.470.316-30
Processo: 01400034409201736
Cidade: Ribeirão das Neves - MG;
Valor Aprovado: R$ 175.976,65
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a realização de uma oficina de canto coral, na cidade de Belo Horizonteetrês apresentações abertas ao público.

178992 - Oficinas de música Instrumental MaxDaxter
Plinio Voigt Komonski
CNPJ/CPF: 056.678.169-70
Processo: 01400034211201752
Cidade: Pato Branco - PR;
Valor Aprovado: R$ 235.569,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto irá realizar oficinas de musica para criancas e adolescentes de comunidades do Paraná. Todas asoficinas instrumentais serão gratuitas. O projeto também prevê apresentações musicais que serão realizadas pelos participantes do projeto e ação de formação de plateia para professores e alunos de escolas públicas da região.

179043 - Orquestra de Sopros de Novo Hamburgo - Temporada 2018
ASSOCIACAO DOS PROFISSIONAIS DAS ARTES E TECNICOS AFINS - APRATA
CNPJ/CPF: 02.313.296/0001-26
Processo: 01400034276201706
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Aprovado: R$ 779.557,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de uma série da apresentações da Orquestra de Sopros de Novo Hamburgo (OSNH) com a participação de artistas convidados. Estão programadas oficinas de música instrumental.

179149 - Orquestra Experimental de Avaré - Concerto na praça
GOMEZ BRASIL PRODUCOES EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 19.624.719/0001-21
Processo: 01400034399201739
Cidade: Avaré - SP;
Valor Aprovado: R$ 644.155,25
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto "Orquestra Experimental de Avaré - Concerto na praça" visa realizar apresentações de música instrumental através da interpretação da Orquestra Experimental de Avaré, sob a regência de Luiz Henrique Scudeler. Os shows serão apresentados em cidades do interior de São Paulo, totalizando 08 apresentações com repertório eclético com músicas eruditas e populares. A cada mês uma cidade diferente sediará os concertos, realizados aos domingos, em local público.

179457 - Plano Anual de Atividades OCTSP 2018
ASSOCIAÇÃO PRÓ MÚSICA DE PORTO ALEGRE
CNPJ/CPF: 90.366.311/0001-61
Processo: 01400034837201769
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 3.233.825,19
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Plano Anual de Atividades 2018 tem como objetivo realizar as ações regulares da Orquestra de Câmara Theatro São Pedro (OCTSP) através de, primordialmente, dois produtos culturais: Concertos Oficiais e Concertos para a Juventude. Além destes produtos estão previstas as realizações dos seguintes novos produtos: Música boa, inclusive pra cachorro, Concerto para Família, Orquestra em Movimento, Flash mob OCTSP, Balé de repertório, OCTSP convida e OCTSP celebra, além do Plano Anual.

179466 - Plano de Estruturação da Orquestra Infanto Juvenil do Instituto Core de Música
INSTITUTO CORE
CNPJ/CPF: 24.447.148/0001-37
Processo: 01400034848201749
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 140.393,75
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Instituto Core é uma associação sem fins lucrativos, dedicada a ações educacionais e culturais. O Instituto Core de Música surgiu com a missão de formar musicistas de alto desempenho que irão integrar as orquestras infantojuvenil e jovem, compondo a base de uma futura orquestra filarmônica profissional. Este projeto visa possibilitar uma melhor estruturação das aulas de música, cuja composição dará origem a orquestra infantojuvenil do Instituto, por meio da aquisição de instrumentos musicais. A instituição promove a inclusão social por meio da formação musical na infância, adolescência e juventude, atualmente os atendidos se concentram na faixa etária de 04 e 11 anos.

179370 - Por cravos, flautas e mares - projeto de DVD musical
Instituto Musica Brasilis
CNPJ/CPF: 11.024.672/0001-53
Processo: 01400034702201701
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 248.930,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Gravação de de DVD musical com obras de compositores clássicos portugueses e brasileiros ambientado em igrejas barrocas do Rio de Janeiro. Os repertórios incluem obras de Afonso X (1221 - 1284), Domenico Scarlatti (1685 - 1757) e compositores clássicos brasileiros. Serão executados por Rosana Lanzelotte (cravo e órgão), Clea Galhano (flauta doce) e Tulio Rondon (violoncelo). As locações do DVD são as igrejas do Mosteiro de São Bento, Outeiro da Glória e Imperial Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, situadas na cidade do Rio de Janeiro. A produção do DVD fica a cargo da Visom Digital.

179103 - Prêmio Keyboard Brasil
INSTITUTO DOMINUS DE ARTES, OFICIOS E CIDADANIA
CNPJ/CPF: 09.229.254/0001-50
Processo: 01400034350201786
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.642,31
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Prêmio Keyboard Brasil - é um projeto desenvolvido que visa o encontro de músicos, promovendo premiação aos classificados de cada segmento. A votação será on-line no site do projeto e a premiação será em local a definir pela produção na cidade de Campinas - SP com transmissão on-line para o Brasil.

179171 - Programação do Centro Cultural da Música Instrumental/JazzNosFundos e do JazzB
JAZZ NOS FUNDOS PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.951.267/0001-43
Processo: 01400034425201729
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.904.701,16
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa realizar uma série de programações especiais e regulares nos espaços do Centro Cultural da Música Instrumental / JazzNosFundos e do JazzB, incluindo a realização de shows de grupos iniciantes e consagrados e atividades de reflexão, sempre considerando preços populares.

178360 - Projeto Banda Interação Cultura e Lazer
ASSOC DE PAIS E PROF DO C EST PROF GIOVANI TRENTINI
CNPJ/CPF: 83.546.283/0001-07
Processo: 01400033302201771
Cidade: Rio dos Cedros - SC;
Valor Aprovado: R$ 129.195,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende oportunizar vivência cultural musical através da formação de uma banda interação, cultura e lazer composta de 45 integrantes, com acesso gratuito, beneficiando os adolescentes e jovens da escola de Educação Básica Giovani Trentini, trazendo a música e o canto como oportunidade de aprender a tocar um instrumento, desenvolver o canto, e através dos encontros do grupo e apresentações culturais interagir com os alunos da comunidade, de forma prazerosa, convivendo socialmente e trocando experiências.

178983 - Projeto Canto Coral
TANIA FIGUEIREDO PACCA PERTICARRARI ME
CNPJ/CPF: 17.836.528/0001-06
Processo: 01400034198201731
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 115.326,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A proposta é criar um Coral com Funcionários da Empresa Oji Papéis Especiais e um Coral com a Comunidade do Bairro Monte Alegre, onde ela está inserida, possibilitando um intercâmbio entre os funcionários da empresa e os moradores do bairro. A proposta se estende para um trabalho de "Facilitação Musical" com ambos os grupos.

179342 - Projeto Elite Musical
MARIO ALEXANDRE D"ANGELO MESQUITA
CNPJ/CPF: 805.510.847-15
Processo: 01400034664201789
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 86.372,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto de desenvolvimento de atividade na área de música Instrumental e na valorização da música, através da promoção de 4 espetáculos musicais nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. A Banda Marcial Prof. Amadeu Guimarães visa à realização destes eventos ao longo de 2018, possibilitando a divulgação de trabalho consagrado no exterior por diversas vezes pela Banda. Através da realização de espetáculos em escolas públicas e desfiles e com a participação de jovens no aprimoramento da música, proporcionará o crescimento do projeto musical como um todo á medida que circulará com apresentações em algumas cidades do interior destes estados e também na capital do Rio de Janeiro.

179424 - Projeto Meninos de Minas ano 2018
CLEBER CAMARGO RODRIGUES
CNPJ/CPF: 523.158.946-20
Processo: 01400034773201704
Cidade: Itabira - MG;
Valor Aprovado: R$ 560.232,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto Meninos de Minas realiza oficinas de construção de instrumentos musicais e musicalização, utilizando repertório de músicas de raiz afro mineira, oriundas do congado e marujada. Trabalha com crianças e jovens de 07 a 17 anos que estejam estudando. Abrange além da educação 3 vertentes: social, na inclusão de jovens; cultural, resgatando a cultura mineira e ambiental, construindo instrumentos com material reciclado. Formou-se um Grupo que realiza apresentações e já participou de eventos culturais em diversas cidades do Brasil, além de eventos em Portugal, Espanha, Alemanha e EUA. Atualmente o projeto tem um total de 130 participantes, em Itabira e Betim. Totalmente Gratuito.

179411 - PROJETO SAPATO PRETO
CENTRO CULTURAL EGON FREY
CNPJ/CPF: 02.220.027/0001-15
Processo: 01400034750201791
Cidade: Fraiburgo - SC;
Valor Aprovado: R$ 88.469,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção do CD Black shoes do Duo Sapato Preto de música instrumental, pelos músicos Gabriel Schwartz na flauta transversal e Márcio Schuster no Saxofone, show de lançamento do CD e workshop de música instrumental como formação de plateia.

179035 - PROJETO SOM DA VIOLA
WILLYAN RIBEIRO DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 041.880.429-07
Processo: 01400034267201715
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 621.860,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto de musica instrumental que visa o resgate da viola caipira, apresentada por orquestra de violeiros.

179157 - Projeto Sons da Maré
Instituto Vida Real
CNPJ/CPF: 08.077.747/0001-50
Processo: 01400034407201747
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 619.258,71
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Sons da Maré tem por objetivo trabalhar durante 12 meses o ensino de música para crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social do Complexo da Maré, despertar o gosto pela arte musical e suas ex-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

pressões. O projeto consiste na inclusão social e no desenvolvimento de crianças adolescentes e jovens às práticas musicais que envolvem; aulas de teoria musical, instrumentos (violão, teclado, flauta doce, flauta transversal, saxofone, clarinete, contra-baixo, violino, prática vocal, percussão, pratica de banda e canto coral). As aulas acontecerão em nossa sede, bem como nas Escolas do Amanhã Campus Maré, tendo a previsão de 400 beneficiários diretos atendidos, haverá passeios a espaços culturais ligados a musica, e durante o projeto acontecerão 3 recitais dos alunos em locais a serem definidos. Em virtude de nossa localização ser em uma localidade onde o tráfico de drogas domina e os poderes públicos são deficitários, ofereceremos o apoio de uma equipe Psicossocial para atender as diversas demandas dos beneficiários, buscando despertar e motivar a educação para a cidadania, utilizando como veículo a cultura e a arte.

179162 - Raízes de São José do Rio Pardo
3D3 COMUNICACAO E CULTURA LTDA
CNPJ/CPF: 00.539.373/0001-35
Processo: 01400034416201738
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 617.409,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Festival de valorização das raízes culturais da cidade e da comunidade de São José do Rio Pardo, através da música instrumental e da culinária, com 4 dias de duração. A partir da detecção de que a música caipira e a gastronomia possuem forte ligação com a população da cidade e que elas promovem o pertencimento à comunidade, foram elaboradas atividades que contemplam Apresentações musicais instrumentais, Exposição, Feira gastronômica da cozinha riopardense e Oficina gastronômico-musical, em uma experiência conduzida por um musicista que proporciona aos participantes a intersecção da música com o modo de preparo de receitas da culinária da cidade.

179308 - Recôncavo Jazz Festival - 4ª edição
GPEG EVENTOS CULTURAIS IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA ME
CNPJ/CPF: 06.186.922/0001-11
Processo: 01400034620201759
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 868.140,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Esta proposta visa a realização da 4ª edição do Recôncavo Jazz Festival (RJF), impulsionando a produção musical da Bahia e fortalecendo o potencial artístico e cultural do Recôncavo Baiano.

179310 - SALA DE CONCERTOS - 2ª edição
CHILI PRODUCOES CULTURAIS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 09.110.918/0001-68
Processo: 01400034622201748
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Aprovado: R$ 155.263,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto envolve uma apresentação da Orquestra da ULBRA e convidados especiais com o show TOCA RAUL e pelo menos 6 apresentações musicais da orquestra de cordas e sopros Orquestrando Arte. Os eventos acontecerão em Santa Maria, Rio Grande do Sul no mês de junho de 2018, todos com entrada franca.

179108 - Sanfona - o Fole Cria Asas
Instituto Origami
CNPJ/CPF: 08.469.619/0001-51
Processo: 01400034355201717
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 838.926,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Durante os 30 dias na cidade de Campina Grande - PB, será realizado um verdadeiro tributo à sanfona. O evento irá proporcionar ao publico em geral, apresentações com renomados instrumentistas, como também oferecer palestras e oficinas sobre o instrumento direcionando principalmente ao público jovem . Desta forma o evento irá fomentar o desenvolvimento de novas plateias para o maior simbolo nordestino- a Sanfona.

179062 - Semana Brasil - Australia
INFINIT PRODUCOES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 01.746.133/0001-74
Processo: 01400034304201787
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 853.085,99
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A semana Brasil, e um festival cultural itinerante que levará para Austrália uma parte de nossa cultura através de musica: instrumental com a Historia do Choro; Exposição fotográfica: Paisagens brasileiras tratada com técnica em HDR; A Arte do Grafite: Artistas brasileiros premiados na Copa Grafitti, criarão painéis exclusivos para o evento. Na gastronomia, feijoada, vatapá, bobo de camarão, frango caipira, viradinho paulista, arroz de carreteiro, feijão tropeiro e até mesmo acompanhamentos de boteco como aipim com carne seca, feijão amigo, escondidinho de berinjela. Sobremesas devastadoras como brigadeiro, baba de moça, bombom de castanha do Pará, de paçoca, de coco, cuscuz entre outras. O Turismo não poderia faltar, Stand com informações turísticas e curiosidades sobre cidades famosas e outras nem tanto. Oficinas gratuitas de percussão e de alguns acompanhamentos de boteco citados anteriormente.

179296 - Sinfonia das Águas 2018
RIBEIRO & MACHADO PRODUÇÃO, PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ESPETACULOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.480.400/0001-65
Processo: 01400034606201755
Cidade: São José do Rio Pardo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.273.539,25
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar 5 apresentações da Sinfonia das Águas, espetáculo que apresenta peças sinfônicas, árias de opera, trilhas de filme e clássicos populares executadas pela Orquestra Sinfônica de Poços de Caldas encenadas ao ar livre com dança, teatro e projeções e efeitos luminosos.

179204 - Sumaúma Jazz Band
Kellython Alves de Oliveira
CNPJ/CPF: 864.152.472-04
Processo: 01400034485201741
Cidade: Dourados - MS;
Valor Aprovado: R$ 420.790,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto consiste em apresentações da banda Sumaúma Jazz Band.

179334 - TAMBORES E CIA
ASSOCIACAO CULTURAL GRUPO RAIZES DE VILA NOVA
CNPJ/CPF: 15.572.039/0001-50
Processo: 01400034656201732
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado: R$ 422.022,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto visa promover uma oficina de capacitação em montagem de instrumentos musicais. Com o objetivo de se tornar uma cooperativa, ou seja, um projeto cultural autosustentável. Está inserido nesse contexto, grandes encontros, com rodas de capoeira e apresentação do Maculelê e puxada de Rede, com o objetivo de apresentar a qualidade sonora e artística dos instrumentos para o público em geral. Essas apresentações estão previstas para acontecer no interior de Cruzeiros turísticos de diversas embarcações no Porto de Santos e demais portos no Brasil, em espaços públicos e privados da região da Baixada Santista e na cidade de São Paulo. Com o objetivo de promover o intercambio cultural, levando a nossa cultura para diferentes pólos de negócios. O objetivo é associar a imagem da capoeira (patrimônio brasileiro) com o empreendedorismo cultural de alta qualidade.

179309 - Temporada Camerata Latino Americana
ORQUESTRA CULTURAL PRODUCOES E EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 23.472.564/0001-22
Processo: 01400034621201701
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 581.647,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto consiste em uma temporada de itinerância da Camerata Latino Americana em quatro cidades do interior do estado de São Paulo - São José dos Campos, Ribeirão Preto, Piracicaba e Sorocaba - e sua Capital. Em cada concerto, a Camerata levará um repertório que misturará a música clássica, com a de raiz e a popular brasileira, divulgando e valorizando o patrimônio musical brasileiro. O projeto prevê ainda ações educativas para crianças estudantes da rede pública de ensino, com ensaios abertos para este público nas cidades do interior do estado de São Paulo.

178903 - Tenor Ezio Bonini & Orquestra em Tributo a Pavarotti
EZIO BONINI
CNPJ/CPF: 236.939.448-06
Processo: 01400034042201751
Cidade: Diadema - SP;
Valor Aprovado: R$ 137.175,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto consiste em duas apresentações , que acontecerão na cidade de São Paulo , com performance do Tenor Ezio Bonini acompanhado do Coro Lírico e Orquestra , onde o publico poderá apreciar os grandes sucesso do Tenor LucianoPavarotti, inclusive com áreas apresentadas pelos famosos Três Tenores

178846 - The Food Of Love
Geisa Cássia Romani de Abreu
CNPJ/CPF: 518.131.300-00
Processo: 01400033978201764
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 149.528,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto consta da gravação de álbum CD de músicas eruditas do teatro Shakespeariano com respectivo recital de lançamento. Pretende-se trazer para o os dias atuais a experiência da música de câmara que era praticada no período elisabetano, no século XVI, nos tempos de Shakespeare.

179293 - Travessia Música Instrumental III
LUME-ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.142.121/0001-42
Processo: 01400034603201711
Cidade: Encantado - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.369.810,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Em sua terceira edição, o presente projeto visa dar continuidade ao Projeto Travessia Música Instrumental, que busca estimular e aproximar este estilo musical das comunidades do interior do estado do Rio Grande do Sul, aproveitando os principais eventos para incentivar a evolução cultural de músicos e público espectador. O projeto quer realizar uma verdadeira Travessia Cultural com moradores de cidades distantes dos grandes eventos, proporcionando acesso a espetáculos de qualidade, através de artistas talentosos, incentivando ambos, músicos e plateia ao crescimento social e pessoal através da música.

179453 - Turnê de choro Canhotinho e Marco Bernardo
MARIPOSA PRODUCAO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 26.769.594/0001-93
Processo: 01400034833201781
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.509,34
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto apresentado tem como objetivo a valorização do gênero musical do choro, proporcionando acesso público à música do estilo através da realização de uma turnê nacional.

179125 - Turnê Orquestra Sinfônica de Jerusalém
INTERLUDIO EVENTOS E SERVICOS ARTISTICOS E CULTURAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 02.942.976/0001-09
Processo: 01400034375201780
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.290.924,32
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização de três concertos da Orquestra Sinfônica de Jerusalém sob regência do maestro Yeruham Scharovsky, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, em comemoração aos 70 anos do Estado de Israel.

179313 - UNIARTE ANO 3
Fundação Cultural de Araxá
CNPJ/CPF: 17.806.696/0001-40
Processo: 01400034625201781
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 310.225,52
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto pretende viabilizar a terceira edição do Uniarte, priorizando as oficinas artísticas de música, dança, teatro, literatura e arte digital, assim como demonstrar resultados das oficinas na fase final do projeto. Todas as ações de capacitação e apresentações serão oferecidas gratuitamente na cidade de Araxá (MG). Haverá medidas de acessibilidade e ação de formação de plateia.

178939 - V Encontro de Flauta Doce da Barra do Sahy, São Sebastião
Cesar Marino Villavicencio Grossmann
CNPJ/CPF: 124.959.918-07
Processo: 01400034127201739
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 301.816,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto " V Encontro de Flauta Doce da Barra do Sahy, São Sebastião" é a quinta edição de uma programação local em música clássica tendo como principal difusão o instrumento flauta doce, despertando o público local do municipio litoranio de São Sebastião, para a apreciação de música clássica de uma região carente em eventos culturais. Realizando quatro concertos comentados e uma Concerto didático para formação de plateia.

179248 - Vaneira Gaúcha
Rudimar Heerdt
CNPJ/CPF: 675.100.279-34
Processo: 01400034551201783
Cidade: Erechim - RS;
Valor Aprovado: R$ 509.490,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização de 8 apresentações de músicas instrumentais da música tradicionalista gaúcha, em especial do ritmo de vaneira, com os instrumentistas de grupos tradicionalistas gaúchos, como o Grupo Chiquito e Bordoneio, Manotaço, e outros instrumentistas convidados.

179427 - ViaClássica
LARISSA CARNECINE DE OLIVEIRA 40769293816
CNPJ/CPF: 20.363.703/0001-91
Processo: 01400034778201729
Cidade: Rio Claro - SP;
Valor Aprovado: R$ 948.076,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Uma boa sala, bons instrumentos e bons instrumentistas são os componentes necessários para oferecer ao público uma "experiência inesquecível". E para brindar um público maior é que o solista Lucas Penteado convida o Quarteto de Cordas da Sinfônica de Rio Claro- SP para uma fusão peculiar que uni instrumentos de origem clássica com o instrumento mais popular do brasil: o violão. Busca-se valorizar a música de câmara didática e seus artistas, através da produção de 20 espetáculos, em diferentes cidades do interior do Estado de São Paulo, com o intuito de apresentar sua rica expressividade artística e cultural nas vertentes erudita e popular, estimulando o pluralismo e a difusão da produção contemporânea em diálogo com a diversidade histórica da cultura nacional e as suas influências no mundo. Gratuito e com indicação livre para todos os públicos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179185 - Violin Festspiele Brazil
Wisnton Marquesi Ramalho Junior
CNPJ/CPF: 026.977.849-77
Processo: 01400034460201748
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 199.662,14
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar o II Violin Festspiele Brazil na cidade de Curitiba- Paraná com duração de 09 dias. O festival sob a direção artístisca do violinista Winston Ramalho, conta com a presença de músicos de renome nacional e internacional como Alvaro Siviero e Cristian Budu, agregando conhecimento de altissimo nível na Programação Artística Pedagógica centrada no aprimoramento técnico artístico com foco na carreira dos futuros musicos profissionais. A abertura do festival será com a Orquestra da cidade de Curitiba e solistas na Capela Santa Maria e ao longo da semana a programação artistica também terá grupos locais e professores se apresentando. O encerramento será no Teatro Guaíra com a Orquestra Sinfônica do Paraná tocando o célebre concerto Tríplice de Beethoven com solistas renomados. As aulas serão na Capela Santa Maria, uma das cinco melhores salas de concerto do país. Dessa forma, 8 horas diarias de programação pedagógica mais palestras, concertos e workshops.

179081 - VR Festival
Melos Empreendimentos Culturais
CNPJ/CPF: 15.268.432/0001-55
Processo: 01400034324201758
Cidade: Volta Redonda - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.197.024,80
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Através do Projeto "I VR Festival", pretendemos realizar apresentações de música com grandes e conceituados artistas, visando assim a inserção cultural da população em geral, e propagar a música instrumentla através de apresentações. Também pretende provover o compositor local através um concurso de música instrumental.

178980 - XXIX Festival de Música Colonial Brasileira e Música Antiga
FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOL AO ENS PESQ E EXTENSÃO
CNPJ/CPF: 00.703.697/0001-67
Processo: 01400034195201706
Cidade: Juiz de Fora - MG;
Valor Aprovado: R$ 885.857,40
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga de Juiz de Fora ocupa lugar de destaque no calendário cultural do País. Recebeu a premiação Rodrigo Melo Franco de Andrade, na edição de 2000; a Comenda Cultural da Casa Civil da Presidência da República, em 2002; e o Troféu Guarany da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, em 2004, além de ter sido tombado pela Prefeitura de Juiz de Fora como PATRIMÔNIO IMATERIAL do Município, em 2009.Esta edição prevê a realização de oficinas, concertos, palestras e apresentações públicas ao ar livre, sempre abordando o tema principal do projeto. Na vertente da pesquisa, o evento contará com o XII Encontro de Musicologia Histórica, um dos principais espaços para debate e apresentação de pesquisas na área da musicologia histórica no Brasil. A longa trajetória deste evento alcançou êxito em popularizar a música de concerto e formar novas gerações de jovens músicos que frequentam as oficinas oferecidas no Festival.

179150 - Yellow Sax Marine
LG Empreendimentos Culturais e Artísticos Ltda
CNPJ/CPF: 31.604.598/0001-51
Processo: 01400034400201725
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 266.437,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Gravação, prensagem e show de lançamento do CD "Yellow Sax Marine", de Leo Gandelman com participação especial de Julio Bittencourt Trio.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

179136 - Exposição Planeta para Todos
Noeli Fernandes Feijão ME
CNPJ/CPF: 17.002.109/0001-60
Processo: 01400034386201760
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 298.351,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto trata de uma exposição interativa de artes visuais que contém de 10 obras compostas por um artista convidado, tendo sua sonorização desenvolvida por diferentes artistas da cena Hip-Hop, Rap e MPB. O projeto também contará com um workshop/workshow de lançamento que será gravado e disponibilizado gratuitamente nas redes sociais e canais de divulgação do projeto. Esse evento secundário tem como objetivo aprofundar ainda mais o debate sobre a criação de cada obra. A exposição terá como temática central a questão do meio-ambiente, dos povos nativos e da ação do homem no planeta. Cada uma obra e terá sua sonorização desenvolvida por um compositor diferente. O que se busca com esse projeto é, através da cultura e da arte, tratar de temas essenciais para a convivência, sobrevivência e desenvolvimento do ser humano no planeta.

179098 - exposição Roberto Hotte
LUIS PELLEGRINI EDITORA - EPP
CNPJ/CPF: 06.310.531/0001-67
Processo: 01400034344201729
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 234.375,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto Trata-se de uma ateliê colaborativo entre o artista Roberto Hötte e seis estudantes de artes plásticas que tenham interesse em sua pesquisa e processos de criação. O projeto se inicia com uma comunicação dirigida a escolas de arte e processo seletivo de seis alunos, de perfis de alunos que se interessarem pela pesquisa, processo de criação e processos construtivos da obra de Roberto Hötte, com a colaboração de uma comissão julgadora. O trabalho resultara em uma exposição, uma mesa-redonda e um mini doc.

179462 - Festival Internacional de Fotografia Ceará - FIF CEARÁ - título provisório
Patricia Veloso ME
CNPJ/CPF: 12.306.262/0001-68
Processo: 01400034843201716
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 545.227,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Partindo da herança do Festival Encontros de Agosto e, tendo em conta o impacto e as conquistas já realizadas, o FIF - CEARÁ tem como propósito a renovação e internacionalização da anterior estrutura. A edição de 2018 traz como proposta, o intercâmbio com o Photolux Festival - na região da Toscana http://www.photoluxfestival.it/it/, e outros eventos congêneres com parceiros na Itália, firmando um canal de troca entre autores e público de ambas as nacionalidades. Propomos ao MinC a realização de parte da programação do Festival constando de: exposições de fotógrafos cearenses e estrangeiros, mostra de rua em grandes formatos, debates/palestras, projeções em espaços públicos, workshops, chamada aberta para apresentação de fotolivros, além de instituir um Prêmio para as leituras de portfolios contemplando os melhores trabalhos inscritos no Festival. Os resultados serão apresentados por meio de uma revista/catálogo, site e espaços nas redes sociais.

178976 - Grafitarte - Arte Urbana no Grafite
C.M.A DE FIGUEIREDO – ME
CNPJ/CPF: 10.292.875/0001-68
Processo: 01400034191201710
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 350.235,60
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto Grafitarte - Arte Urbana no Grafite é uma ação cultural de intervenção urbana, cuja proposta consiste na realização de um circuito artístico à céu aberto. O produto cultural do projeto serão as intervenções artísticas, realizadas pelos grafiteiros com o auxílio dos moradores, colorindo as ruas com mensagens que transformam o cotidiano das comunidades periféricas no Rio de Janeiro. Para concretização desta ação os grafiteiros convidados realizarão, como contrapartida, uma oficina de grafite para os moradores das comunidades contempladas.O projeto pretende ainda, valorizar esta arte urbana como manifestação artística e estimular novos participantes à pratica do grafite. O projeto Grafitarte quer dar uma cara diferente para os diversos espaços das comunidades contempladas, e contará com a participação de vários artistas cariocas consagrados nacional e internacionalmente no cenário da arte urbana.

179500 - JA.CA - Ano 09
JA.CA - Centro de Arte e Tecnologia
CNPJ/CPF: 18.658.976/0001-11
Processo: 01400034899201771
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 690.391,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Com esta proposta pretende-se dar continuidade ao programa de exposições de trabalhos de artes visuais, resultantes de residências artísticas. O JA.CA foi implantado em 2010, em Nova Lima-MG, e agora propõem programação para o seu nono ano. Em 2018, propõem-se a realização de 3 ciclos envolvendo, ao todo, 09 artistas (brasileiros ou estrangeiros). Cada ciclo será acompanhado por um curador/crítico e apresentará, ao final, uma exposição com as obras produzidas no âmbito da residência. Também será publicado um catálogo com o registro dos processos criativos e reflexivo das pesquisas.

179291 - Limpa Brasil - Let"s Do It! - Intervenção Artística Urbana
INSTITUTO LIMPA BRASIL
CNPJ/CPF: 19.263.992/0001-78
Processo: 01400034601201722
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.933,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O que se pretende realizar com o Projeto Limpa Brasil Let"s do It - Intervenção Artística Urbana - é uma intervenção artística de alto impacto, concebida e projetada em projeção mapeada em 3D, de autoria do artista visual Thiago Cóstackz. A intervenção terá Classificação Indicativa Livre e será realizada em um dia, na parede de um edifício a definir, na cidade de São Paulo.

179088 - Mazeredo - Arte no Meio Ambiente
IMAN - Instituto Mazeredo de Arte Nova
CNPJ/CPF: 04.238.837/0001-24
Processo: 01400034334201793
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 623.420,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de um livro de arte e uma exposição retrospectiva da artista plástica Mazeredo. Uma exposição com pinturas, esculturas, instalação e vídeo, complementarão o projeto. O livro com tiragem de 2.000 exemplares deverá ser distribuído em escolas públicas, escolas de artes, ONGS e Secretarias de Cultura.

179027 - Memória de Conquistas - Exposição Interativa do Acervo Guga Kuerten
RAPSODIA EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.825.085/0001-14
Processo: 01400034256201727
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.385.670,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Uma exposição interativa e inclusiva com museografia que apresentará ao público a vitoriosa trajetória de Guga Kuerten contada a partir de seu acervo contendo fotos, vídeos e objetos, mostrando como influenciou toda uma geração de brasileiros.

179036 - No Giro do Click da Arte
Instituto Vida Real
CNPJ/CPF: 08.077.747/0001-50
Processo: 01400034268201751
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 551.950,01
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto No Click da Arte tem como meta realizar uma exposição fotográfica sobre a comunidade do Complexo da Maré, como resultado do trabalho realizado pelos adolescentes e jovens, a fim de proporcionar um evento culturalno final da oficina. Utilizar a fotografia como meio de expressão, comunicação e cidadania e assim aprender o processo técnico de captação de imagens através das técnicas de formação de jovens. Portanto, o projeto tem o objetivo de atender cerca de 100 (cem) alunos do Complexo da Maré, visando à capacitação desses jovens na área da fotografia e artes visuais, no periodo de 12(doze) meses e depois mais 6 (seis) meses para a organização da exposição final, com o objetivo de resgatar e deixar registrado a memória e atividades culturais das comunidades da Maré através de imagens fotográficas, e estimularem a percepção do jovem nas suas diferentes formas de olhar o mundo a sua volta.

179481 - NorteArte
ACUPUNTURA URBANA ARQUITETURA LTDA.
CNPJ/CPF: 19.337.628/0001-05
Processo: 01400034871201733
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 289.169,37
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O NorteArte consiste na realização de diversas ações culturais nas comunidades ribeiras residentes na Prainha Branca (Guarujá/SP), Ilha do Montão de Trigo (São Sebastião/SP), e Aldeia Guarani Rio Silveiras - praia de Boracéia (Bertioga/SP) e tem, como produto principal do projeto, uma exposição de artes visuais com os conteúdos/produtos (legados) produzidos por cada comunidade, expondo-os para consulta/apreciação gratuita, com curadoria e duração escolhida pelos próprios participantes. Com duração total de 6 meses, a presente proposta prevê a realização de um conjunto de ações formativas e de fruição nas áreas de Sustentabilidade, Conscientização, Resgate e Valorização da Cultura Local e Meio Ambiente. Todas as ações serão gratuitas e com faixa etária livre.

178388 - Novos Olhares
Felipe Fiori Bertazzoli
CNPJ/CPF: 289.460.058-58
Processo: 01400033343201767
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 269.185,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto busca criar gratuitamente uma proposta de discussão e experimentação da fotografia voltado a amadores de forma a estimular a prática e o conhecimento formal sobre fotografia artística. Para tanto será realizada uma instrução teórica seguida de um momento para experimentação prática. As fotos geradas a partir desses encontros se tornarão parte de uma exposição que ficará a disposição do público em um espaço de grande circulação por duas semanas.

178961 - O CORPO DO SOPRO
KIOLO PHOTO SERVICOS ARTISTICOS E FOTOGRAFICOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 24.715.068/0001-15
Processo: 01400034163201701
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 449.234,80
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização da exposição do fotógrafo Kiolo, intitulada O CORPO DO SOPRO, com registros do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. O projeto inclui também a publicação de um livro com as obras expostas na exposição, bem como fotos de ambientes com obras impressas e emolduradas usadas ornamentalmente em projetos arquitetônicos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179101 - O Rio e o Riso em Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta

Le Toon Studio Ltda
CNPJ/CPF: 05.946.493/0001-70
Processo: 01400034348201715
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 784.185,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto de exposição sobre o cronista carioca Sérgio Porto (1923-1968), criador do Stanislaw Ponte Preta. A produção propõe uma abordagem poética dos múltiplos aspectos da trajetória do escritor, nos diferentes contextos de sua época, e irá ocupar 300 metros quadrados divididos em seis módulos: "A Casa Demolida"; "De Getúlio à JK: quando o Brasil era aqui"; "Noites cariocas"; "A Máquina de Fazer Doidos"; "Boca do Mato: o território dos Ponte Preta"; e "Febeapás". Numa linguagem própriados Almanaques da época, o projeto cenográfico propõe uma colagem com referências do imaginário de então, por meio de textos, iconografia e imagens em movimento. A entrada é gratuita e acessível a portadores de deficiência e pessoas idosas.

179211 - POESIA: Substantivo Feminino
THAIS DE CARVALHO GUIMARAES
CNPJ/CPF: 415.176.956-00
Processo: 01400034494201732
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 682.637,70
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto da exposição POESIA: Substantivo Feminino integra a poética de 40 artistas mulheres - 20 poetas e 20 artistas visuais -, prestando homenagem à mineira Laís Corrêa de Araújo. Seu nome é referencial da poesia contemporânea brasileira e terá lugar de destaque na mostra, constituída pela conjugação de trabalhos de artes visuais com poemas. Com duração aproximada de 70 dias, a exposição será realizada na Galeria de Arte do Centro Cultural Minas Tênis Clube, em Belo Horizonte. A partir da curadoria de Thais de Carvalho Guimarães e Claudia Tamm Renault, POESIA: Substantivo Feminino também irá promover ações educativas, encontros com as artistas e catálogo gratuito.

179022 - Rio Paraíba, fauna e flora
WILSON JOSE ANASTACIO FILHO
CNPJ/CPF: 079.774.684-68
Processo: 01400034249201725
Cidade: Resende - RJ;
Valor Aprovado: R$ 450.058,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "Rio Paraíba, fauna e flora" foi modelado para realizar a concepção, produção e exposição de obras do artista plástico "Wilson Anastácio", incluindo também workshops e impressão de catálogo nas exposições. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através das artes plásticas de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

179060 - Rio Photo Festival
PROJETO LYGIA PAPE CENTRO DE DIVULGACAO LTDA

CNPJ/CPF: 19.777.197/0001-06
Processo: 01400034300201707
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 729.121,73
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização de festival de fotografia sobre a cultura dos esportes aquáticos com prancha, em especial o surf, composto por concurso fotográfico, exposição, oficinas e workshops de fotografia. A inscrição no concurso, acesso à exposição e participação nas oficinas e workshops são gratuitas. As atividades acontecem na cidade do Rio de Janeiro.

179340 - Sob as Estrelas
CAMILA ORNELLAS CAGGIANO
CNPJ/CPF: 275.133.548-98
Processo: 01400034662201790
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 278.775,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Sob as Estrelas é uma exposição fotográfica e catalogo da escaladora e fotógrafa brasileira Camila Caggiano, dos registros da viagem que fez de Sao Paulo a Terra do Fogo. A exposição contará com fotos da Patagonia Argentina e Chilena, dos espertos radicais praticados por ela, além de registros de making of dessa aventura protagonizado por uma mulher. Camila fez todo o trajeto da viagem sozinha, por terra, a bordo de um motorhome adaptado por ela mesma

179464 - SP-Arte/2018
SP Arte Eventos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 06.984.260/0001-25
Processo: 01400034845201713
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.586.370,72
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A SP-Arte é um festival anual de artes visuais que se dedica a educação, reflexão, formação de público, curadoria, promoção e divulgação da produção artística brasileira. Apresenta mais de 100 expositores, do Brasil e do exterior e exibe mais de 2500 artistas. O evento realiza ainda seminários e palestras gratuitas, visitas educativas também gratuitas e abertas ao público, promove exposições curadas por especialistas no Pavilhão da Bienal, articula e colabora com exposiçõespela cidade de São Paulo e promove o Gallery Nights. A SP-Arte concede ainda prêmios de residência a artistas brasileiros.

178982 - TEATRO DE GESTOS - Bibi em exposição
IMAN - Instituto Mazeredo de Arte Nova
CNPJ/CPF: 04.238.837/0001-24
Processo: 01400034197201797
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 793.195,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar uma exposição, com duração de dois meses, contendo obras criadas pela artista Mazeredo que tenham como foco, ponto de referência e inspiração, a carreira da atriz Bibi Ferreira. Na exposição teremos os seguintes itens dispostos à apreciação do público: esculturas, pinturas, painéis fotográficos (dados históricos), instalações conceituais (audiovisual), escultura monumental e um documentário de cerca de 30 minutos de duração, filmado digitalmente, a ser exibido durante a exposição. Todas as peças serão inéditas e feitas especialmente para a exposição, que será montada no Rio de Janeiro, preferencialmente na Casa França Brasil ou no Museu Histórico Nacional, com a presença da artista Bibi Ferreira na abertura. O documentário sobre a vida da atriz será produzido e dirigido por seu neto, Félix Ferreira.

179259 - Trajetória de Jesus de Nazaré sob o olhar de Wandecok

WANDECOK CAVALCANTI DE ALMEIDA
CNPJ/CPF: 412.006.594-49
Processo: 01400034563201716
Cidade: Tracunhaém - PE;
Valor Aprovado: R$ 239.552,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Utilizando-se de 20 cenas da trajetória de Jesus, da Anunciação até a Ascensão, o artistaWandecok Cavalcantiapresenta esculturas que contam de forma cronológica o recorte da história. Número de obras: 174 Dimensões:variadas Técnica:Terracota e argila de cores variadas

179257 - Vintage & Retrô Fest
Instituto Cidadania Corporativa
CNPJ/CPF: 14.781.129/0001-99
Processo: 01400034560201774
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.348.965,81
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A Vintage & Retrô Fest é um evento dedicado à fruição e circulação da produção artística no segmento de designer enfocando um estilo de vida dos anos 20 aos 80 e sua aplicação em moveis, carros, moda, arte e decoração. O evento apresenta cerca de 100 expositores que irão executar seus próprios projetos curatoriais, exibindo mais de dez mil objetos entre outros. O evento promove workshops e palestras gratuitas, exposição de carros, móveis, brinquedos, concurso de Pin-up, shows e tudo relacionado a um estilo de vida.

179527 - Visoes da Arquitetura Moderna e Contemporanea brasileiras

LUIS PELLEGRINI EDITORA - EPP
CNPJ/CPF: 06.310.531/0001-67
Processo: 01400034944201797
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.010.197,38
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo efetuar uma exposiçao fotografica itinerante com cerca de200imagens mostrando as obras mais iconicas e representativas obras da arquitetura moderna e contemporanea brasileiras de todas as regiões do pais interpretadas por arquitetos renomados como Lamberto Scipioni, Romulo Fialdini, ValentinoFialdini, Lucas Lenci, Cassio Vasconcelos, Tuca Reines e Salvino Campos. Sera feito um catalogo da mostra.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

179435 - Memorial da Academia Cearense de Letras
Academia Cearense de Letras
CNPJ/CPF: 07.369.952/0001-26
Processo: 01400034791201788
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 399.580,15
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: 1. OBJETIVO GERAL: Instalação do Memorial da Academia Cearense de Letras criando um Centro de Referência documental com bando de dados e acesso disponível à população para pesquisa em toda a história da entidade. 1.1 OBJETIVOS ESPECIFICOS 1) Reunir, reproduzir, organizar e catalogar a documentação sobre a ACL: 2) Consolidar um espaço adequado e permanente para preservar esses documentos; 3) Instituir um centro de referência documental para pesquisas sobre a história e cultura da ACL; 4) Disseminar, multiplicar e democratizar o acervo do Centro de Documentação da ACL através da digitalização gradual dos documentos; 5) Incentivar o interesse pela história da ACL garantindo informação de qualidade para estudantes, pesquisadores e interessados em geral.

178991 - PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÔNICA DE IMÓVEL TOMBADO - FUNDAÇÃO EVA KLABIN

FUNDAÇÃO EVA KLABIN RAPAPORT PARA FINS CULTURAIS F.E.K.R.
CNPJ/CPF: 40.390.429/0001-57
Processo: 01400034210201716
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.639.971,23
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Requalificação dos espaços da Fundação Eva Klabin - casa-museu, garantindo maior acessibilidade (instalação de elevador e plataformas e construção de rampas e banheiros acessíveis) e melhor acolhimento aos visitantes e frequentadores. Visando garantir maior tempo de fruição e oferecendo à cidade um espaço de convivência mais equipado, a proposta de qualificação dos espaços inclui, para além da acessibilidade, a criação de estrutura para implantação de área de alimentação.

179382 - RESTAURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE USO DAS TRÊS CASAS DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL

INSTITUTO CULTURAL FLAVIO GUTIERREZ - ICFG
CNPJ/CPF: 02.930.235/0001-08
Processo: 01400034716201717
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 4.146.106,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Esta proposta prevê a restauração e adaptação de três casas históricas, que são contempladas pelo tombamento municipal e estadual do Conjunto Urbano da Praça Rui Barbosa - Belo Horizonte/MG, para sediarem curso de qualificação para jovens, na área de conservação e restauração; e um centro de documentação, integrado por biblioteca especializada e arquivo.

179502 - Restauração e recuperação da Igreja Nova das Romarias - Serra da Piedade - Caeté-M.G.

Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte
CNPJ/CPF: 17.505.249/0001-51
Processo: 01400034902201756
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 5.523.981,85
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Projeto contempla ações de engenharia e de restauro visando a recuperação da Igreja Nova das Romarias, que integra o conjunto arquitetônico e paisagísticodo Santuário de Nossa Senhora da Piedade, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 26 de setembro de 1956.

179236 - XX Festa do Café-com-Biscoito

Fórum Cultural e de Empreendimentos de São Tiago - FOCEST
CNPJ/CPF: 05.149.504/0001-91
Processo: 01400034538201724
Cidade: São Tiago - MG;
Valor Aprovado: R$ 331.230,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar a XX Festa do Café-com-Biscoito em 7, 8 e 9 de setembro de 2018, em São Tiago/MG, conhecido regional e nacionalmente pela tradição e costumes de produzir biscoitos artesanais. A festa, patrimônio imaterial registrado em livro próprio do Município desde 2010, objetiva a consolidação e divulgação das tradições e dos costumes da cidade. Com a produção artesanal de biscoitos, promovemos durante a Festa a exposição das mais de 100 variedades do produto na praça central do Município, com degustação gratuita, realização de atividades artísticas, shows culturais, e muito mais.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

179447 - 11a Mostra Cultural da Cooperifa

PENSAMENTOS VADIOS COMERCIO, PRODUCOES E SERVICOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.852.811/0001-74
Processo: 01400034824201790
Cidade: Taboão da Serra - SP;
Valor Aprovado: R$ 346.547,68
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar a 11ª Mostra Cultural da Cooperifa, evento lítero-artístico, com apresentações baseadas ou inspiradas em textos poéticos, letras de músicas, histórias, discussões teóricas envolvendo questões da periferia, produção de textos, etc. O projeto busca ampliar os limites da criação poética em uma região periférica e carente, cultivando formas artísticas comprometidas com a cidadania e abordando a cultura como direito humano fundamental de todos os cidadãos brasileiros.

178851 - A Menina E O Plátano
Instituto Artefato Cultural
CNPJ/CPF: 11.043.826/0001-54
Processo: 01400033984201711
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado: R$ 142.445,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Editar e distribuir em escolas e bibliotecas públicas o livro da escritora Laurete Godoy, A Menina e o Plátano, com ilustrações da artista Nice Lopes. E ainda oferecer cinco sessões de contação de história. Ao final de cada sessão, distribuiremos uma mudinha de plátano para os alunos, simbolizando o comprometimento de cada um com a mensagem do livro.

179049 - Festival Internacional de Literatura Infantil de Garanhuns - Filig 2018

PROA CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.705.052/0001-42
Processo: 01400034285201799
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 786.982,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar em Garanhuns a 4ª edição do projeto Festival Internacional de Literatura Infantil de Garanhuns - Filig 2018, com ações artístico-educativas com foco em Literatura Infantil, para crianças, jovens e adultos, envolvendo a rede municipal de ensino, bibliotecas, salas de leitura, Serviço Social do Comércio (Sesc), Academia de Letras de Garanhuns, artistas e comunidade literária para construir em conjunto uma cidade leitora. Além do festival, o Filig também trabalha com as formações de profissionais que atuam com a literatura infantil como, mediadores, contadores de histórias, livreiros e distribuidores de livros. Será realizado também uma feira com venda de livros infantis, durante o festival, possibilitando o acesso aos livros dos autores trabalhados no festival.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178998 - FLIARAXÁ - Festival Literário de Araxá - 7ª Edição
Associação Cultural Sempre Um Papo
CNPJ/CPF: 04.823.354/0001-97
Processo: 01400034219201719
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 3.977.013,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival Literário de Araxá - FLIARAXÁ - que tem por objetivo o incentivo ao hábito da leitura, chega à setima edição e promoverá no município mineiro de Araxá, uma serie de eventos literários: 10 conferências, 10 mesas-redondas, 1 Feira do Livro, 10 lançamentos de livros, sessões de autógrafos, concurso literário entre estudantes, 5 apresentações de música instrumental, 4 espetáculos teatrais, e contação de estória.

179381 - GOIÂNIA FOTO - Relato Fotográfico do Surgimento de Goiânia
ELIEZER BILEMJIAN RIBEIRO
CNPJ/CPF: 903.991.021-91
Processo: 01400034715201772
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 208.114,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto trata-se do livro artístico "GOIÂNIA FOTO - Relato Fotográfico do Surgimento de Goiânia", um livro de arte com fotos e textos que vão resgatar a tradição histórico-cultural de Goiânia-GO.

179514 - Imagens da Alma (nome provisorio)
CRISTIANE BORGO FRANCOIS PRODUCAO CULTURAL - ME
CNPJ/CPF: 20.227.772/0001-78
Processo: 01400034925201761
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 945.732,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Imagens da Alma propõe a edição de um Livro de Arte e 03 Exposições de Imagens. O livro e a exposição mostrarão imagens e histórias de brasileiros retratados por fotógrafos brasileiros. Estes fotógrafos e uma equipe irão para diversas cidades do Brasil em busca das histórias e imagens. Além disso, em cada local que será visitado haverá pequenas exposições de imagens com o proposito de divulgar o projeto com suas manifestações artísticas para as comunidades.

179164 - Lava-pés: Crônicas do Cerrado por William Henrique Stutz
WILLIAM HENRIQUE STUTZ
CNPJ/CPF: 278.805.406-87
Processo: 01400034418201727
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 93.513,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto é a realização da primeira edição do livro de crônicas "Lava-pés - Crônicas do Cerrado" escritas pelo autor, William Henrique Stutz.

179074 - Livro Chico Fortunato
Blah! Comunicação e Produção LTDA - ME
CNPJ/CPF: 22.748.994/0001-61
Processo: 01400034317201756
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 197.954,25
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção, edição, impressão e lançamento do livro que reunirá, pela primeira vez, os trabalhos de design e de pintura do artista carioca Chico Fortunato, marcando seus 40 anos de carreira. O livro apresentará imagens de obras realizadas entre os anos de 2000 e2018 e textos do curador e director do MAM-RJ Fernando Cocchiarale, do curador de design do MAM-RJ Tulio Mariante e do crítico de arte e professor Felipe Scovino. O livro será o mais completo registro da obra de Fortunato já realizado. O livro terá 200 páginas, com formato fechado de 22,7 x 27,8 cm, costurado, com capa mole (orelha grande), páginas de papel couché mat 170g e será bilíngue (português/inglês). A tiragem prevista é de 1000 exemplares. O preço de venda nas livrarias será de R$ 50,00 (preço popular) e 30% da tiragem será distrbuída gratuitamente. O lançamento está previsto para o final do segundo semestre de 2018 durante uma grande retrospectiva do artista no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

178997 - Livro Então, foi assim? Os bastidores da criação musical brasileira - Compositores nordestinos
ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE APOIO AO VÍDEO NO MOVIMENTO POPULAR
CNPJ/CPF: 26.964.585/0001-53
Processo: 01400034218201774
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 240.860,88
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se da edição de um livro com o nome "Então, foi assim? Os bastidores da criação musical brasileira - Compositores nordestinos" e dá sequência à série de livros, derivada da pesquisa iniciada em 1997, de autoria de Ruy Godinho, e que possibilitou a publicação dos Volumes I, II e III, em 2008, 2010 e 2013. Este volume trará histórias da gênese de músicas de autores nordestinos, assim como o processo de criação e relação de parceria. O conteúdo revela os sentimentos, emoções e situações vivenciadas pelos autores e compositores de nossa rica música, no momento exato da feitura das obras; dá voz a compositores, neste tomo, especificamente os nordestinos e sistematizar a história da música brasileira, por intermédio de relatos sobre as gêneses de sucessos musicais, de diferentes autores, diversos gêneros, variadas épocas e movimentos.

179484 - LIVRO: A OBRA DE MARAMGONI
Pit Cult Produções Ltda
CNPJ/CPF: 09.262.039/0001-51
Processo: 01400034877201719
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 295.642,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Documentar em livro a obra do artista plástico Maramgoní . Será o seu primeiro livro, para comemorar 30 anos de carreira. O objetivo é cobrir os 30 anos de sua trajetória, documentando os vários momentos, linguagens e estilos que o artista teve ao longo de sua carreira. Do academicismo inicial a sua atual fase, onde trabalha com conceitos de cores, luzes e sombras de maneira única e autentica. Além de retratar mais de 100 obras de Maramgoni, o livro apresentará sua biografia, sua carreira, e as exposições e os prêmios conquistados em 30 anos de trabalho. Um documento completo de sua história.

179013 - Livro: Aventuras em Série - Volume 1 e 2
VANIA GONCALVES RODRIGUES
CNPJ/CPF: 932.544.239-68
Processo: 01400034237201709
Cidade: Palhoça - SC;
Valor Aprovado: R$ 48.308,40
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Publicação do livro Aventuras em série - Volumes 1 e 2. É uma obra literária de um autor mirim. O Volume 1, é uma coletânea das melhores histórias em quadrinhos. Já o Volume 2 traz as melhores histórias ilustradas, mais elaboradas com um conteúdo cativante, sempre contando aventuras onde a amizade é o ingrediente principal. O autor tem um imaginário muito fértil, criando histórias curiosas e instigantes com personagens incríveis. Seu talento inclui ainda a arte de desenhar seus personagens que são inéditos. Em cada história o leitor irá encontrar uma nova aventura e se envolver em um mundo imaginário agradável, incrível e muito divertido! A arte, em todas as suas nuances, é um importante instrumento do desenvolvimento integral das crianças, que ressaltamos, atingirá também o seu nível cultural e servirá de alicerce para uma vida estudantil plena e realizada. Nós, educadores, temos sempre que utilizar os recursos disponíveis - e imaginar outros - para que a arte na escola não fique reduzida às atividades de coordenação motora, decorativa ou um mero passatempo.Vale ressaltar que as artes fazem parte do cotidiano das crianças, e, quando bem empregadas, auxiliam no seu processo de ensino-aprendizagem. Agregando valor à educação para que as crianças se reconheçam como construtores e participantes dos seus próprios saberes e suas próprias aprendizagens tão importantes na formação de cada ser humano.

179362 - LIVRO: ROTA DO CAFÉ - FAZENDAS DE MINAS GERAIS
Clésio Barbosa
CNPJ/CPF: 049.569.968-37
Processo: 01400034692201704
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 266.850,60
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na publicação de um livro, sobre a história do café, desde o descobrimento na África até a chegada em Minas Gerais e a cultura e produção das fazendas cafeeiras no Estado.

179169 - MAB 100 anos de história
Corrupio Edições e Promoções Culturais
CNPJ/CPF: 58.427.907/0001-11
Processo: 01400034423201730
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 498.858,10
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto pretende realizar livro bilíngue (português e inglês) intitulado "MAB 100 anos de historia" em comemoração aos 100 anos do Museu de Arte da Bahia/MAB, que retratará a história do museu mais antigo do Estado da Bahia, desde sua criação até os dias atuais, suas reformas, seu acervo (o maior de todo o estado) e sua importância no cenário cultural.

179152 - Maringá, sua história e sua cultura esportiva
FABIO AUGUSTO CASTALDELLI
CNPJ/CPF: 060.947.179-10
Processo: 01400034402201714
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 54.536,06
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto trata de publicação de um livro que resgata, por meio da história a contribuição cultural, social e esportiva. Publicação com distribuição gratuita.

179176 - Minérios estão em toda parte (título provisório)
SOLANGE SANTOS SILVA SANCHEZ
CNPJ/CPF: 089.318.158-75
Processo: 01400034434201710
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 160.986,80
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Edição de livro que apresenta os principais recursos minerais, sua origem e suas aplicações, para a faixa etária de 11 a 13 anos. São 12 histórias sobre 12 minérios, em forma de aventura, com perguntas e respostas, e ilustrações (fotografias, desenhos, mapas). Tiragem: 3.000 exemplares.

179003 - Mùsica e Sentimento
Claudio Santos de Jesus
CNPJ/CPF: 013.941.965-98
Processo: 01400034225201776
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 247.456,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção de um livro cujo conteúdo explora e expõe a forma com que emoções e sentimentos podem ser provocados por construções musicais específicas. Trinta músicas, compostas previamente pela equipe para o projeto, farão parte da publicação, terão seus os arranjos especialmente desenvolvidos e serão submetidas à gravação. O áudio das canções apresentadas será armazenado em plataforma digital e disponibilizado aos leitores através de "QR Code", acessível através de "smartphones". Serão realizadas também palestras sobre o processo de criação, expondo a correlação entre as estruturas musicais e as emoções e sentimentos propostos em cada canção. Serão produzidos 1.000 exemplares do livro.

179414 - Mutações - A outra margem da política
ARTEPENSAMENTO SERVIÇOS LTDA.
CNPJ/CPF: 04.528.939/0001-84
Processo: 01400034753201725
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 793.488,72
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O ciclo de conferências de 2018 - "Mutações - A outra margem da política" - prevê a realização de 22 conferência distribuídas em 4 capitais (Rio deJaneiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília), totalizando 65 conferências com a participação de pensadores brasileiros e do exterior.

179096 - O SEBASTIANISMO NO NORDESTE DO BRASIL
Cândido Couto Filho
CNPJ/CPF: 018.147.613-49
Processo: 01400034342201730
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 580.380,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto - O SEBASTIANISMO NO NORDESTE DO BRASIL, visa efetuar em livro o registro de manifestações culturais e místicas acontecidas no nordeste do brasil e que teve sua origem na segunda metade do século XVI, surgindo da crença na volta de Dom Sebastião, rei de Portugal, que desapareceu na batalha de Alcácer-Quibir, na África, no dia 4 de agosto de 1578, enquanto comandava tropas portuguesas. Como ninguém o viu tombar ou morrer, espalhou-se a lenda de que El-Rei voltaria. Alimentado por lendas e mitos, sobreviveu no imaginário português até o século XVII. Esse mito foi trazido pelos colonizadores portugueses ao nordeste brasileiro e as manifestações aconteceram em Pernambuco: o da Serra do Rodeador, no município de Bonito, em 1819-1820, e o da Serra Formosa, em São José do Belmonte, no período de 1836 a 1838. Além do livro será efetuado um concurso de literatura de cordel sobre o tema e publicado os produtos dos três primeiros vencedores do concurso.

179201 - Olhares sobre Madre
MULTI PLANEJAMENTO CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.502.960/0001-39
Processo: 01400034481201763
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 125.135,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A série de fotolivros "Olhares sobre Madre" retrata as manifestações culturais espontâneas da cidade de Madre de Deus, município formado por três ilhas, localizado a 60km de Salvador-BA. O livro de estreia da série traz uma perspectiva diferente sobre o Carnaval do município. Momento efervescente para a criatividade, o período carnavalesco revela muito sobre a cidade e seu povo. Neste primeiro livro, com tiragem de 1.000 exemplares, o olhar do fotógrafo baiano Tiago Lima se debruça sobre o Bloco das Latinhas, manifestação que surgiu em 2010, do encontro de dois amigos pescadores que passaram a elaborar suas fantasias carnavalescas a partir de uma composição com latas de bebidas. O impacto visual da roupa, sua sonoridade, e o contexto no qual o bloco se insere despertou a vontade de registrar o processo de montagem e desfile dos "enlatados". O grupo é formado por exímios criadores que através da brincadeira do carnaval propõem peças singulares de design/moda, chamada por eles de "pierrot". A pesquisa do fotógrafo iniciou 2015, quando tomou conhecimento sobre a existência do bloco através de um registro em vídeo informal que viralizou pela internet através de plataformas digitais como facebook e youtube, mostrando um trecho do desfile do grupo pelas ruas de Madre de Deus durante o carnaval.

179050 - PALAVRA VIVA 2018
L & K PROJETOS CULTURAIS S/S
CNPJ/CPF: 19.352.930/0001-32
Processo: 01400034286201733
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 127.962,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Através deste projeto se pretende realizar a edição de um livro de literatura infanto-juvenil, agregando os trabalhos literários de autoria dos alunos do Ensino Fundamental I e II do Colégio Positivo de Curitiba/PR. Ao todo serão impressas 3.000 cópias da obra, que terá em torno de 385 páginas. Serão selecionados 120 textos, cujos temas são livres e abrangerão as mais diversas formas de expressão escrita, tais como poesia, crônica, conto, etc. Haverá um evento oficial de lançamento da obra.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179521 - Pindamonhangaba: A Capital da República Brasileira da Mantiqueira
ACADEMIA PINDAMONHANGABENSE DE LETRAS
CNPJ/CPF: 04.360.419/0001-05
Processo: 01400034934201751
Cidade: Pindamonhangaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 491.430,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto cultural "Pindamonhangaba: A Capital da República Brasileira da Mantiqueira" buscará tornar-se um amplo compiladoartístico-cultural da cidade do Vale do Paraíba. A iniciativa visa ser um instrumento de registro e divulgaçãoda produção cultural contemporânea de Pindamonhangaba, ressaltando o trabalho dos artistas locaisnas mais diversas áreas artísticas como artes plásticas, literatura e música.

179023 - PIRAQUARAS
FABIO RUBINATO
CNPJ/CPF: 053.856.758-90
Processo: 01400034251201702
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 464.338,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Uma das manifestações culturais mais importantes do vale do rio Paraíba do Sul advém dos Piraquaras, população de pescadores que habitam as margens do rio Paraíba do Sul desde o século XVII. A cultura Piraquara foi formada como herança da convivência com tribos indígenas ao longo dos séculos. O Piraquara inspirou a figura do caipira, sendo personagem fundamental da cultura brasileira, tendo servido de motivação intelectual e artística para o estudo do naturalismo e de temas populares de trabalhadores rurais. Remanescentes Piraquaras que o vale do rio Paraíba do Sul mantém os conhecimentos e cultura transmitidos ao longo de várias gerações. Apesar de sua importância para o conhecimento da Cultura Brasileira, a cultura Piraquara tem sido raramente difundida. Este projeto visa resgatar, por meio de documentário, livro e ensaio fotográfico, a cultura popular Piraquara do vale do rio Paraíba, visando sua valorização frente à sua forte contribuição na história cultural brasileira.

179240 - Ponte Hercílio Luz - uma ligação de amor
Joel Pacheco
CNPJ/CPF: 342.540.489-04
Processo: 01400034543201737
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 153.842,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Livro sobre a Ponte Hercílio Luz, com 236 páginas, texto bilíngüe em português e inglês, contendo desenhos do projeto original da Ponte, fotos da época da sua construção e mais de 500 fotografias coloridas e P&B produzidas pelo autor.

179249 - Por um Mundo de Virtudes 2018
Embaixadores da Prevenção - EP
CNPJ/CPF: 14.703.545/0001-79
Processo: 01400034552201728
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 362.355,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Desenvolvimento de novo ciclo do projeto em mais 12 instituições da região metropolitana de Campinas ao longo de 2018, com a realização de eventos culturais e aplicação de oficinas artísticas, relacionadas principalmente à literatura e contação de histórias, para incentivar a leitura e propor a reflexão e aplicação prática das virtudes humanas no cotidiano dos participantes.

179195 - Publicação de obra literária inédita brasileira do gênero fantasia
Thainara Cristina Santos Silva
CNPJ/CPF: 130.622.836-02
Processo: 01400034474201761
Cidade: Juatuba - MG;
Valor Aprovado: R$ 79.927,89
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto se defini na publicação de 1000 (mil) exemplares da obra literária brasileira do gênero fantasia ainda inédita e a execução de 05 (cinco) palestras de incentivo à leitura deste gênero defasado no Brasil na atualidade, sendo estas realizadas em escolas públicas, universidade e comunidade quilombola. A obra "As várias vidas do âmago acurado perficiente", narra os vários pontos de vistas de personagens em um mundo fantantasio chamado Olímpia, que toma como base a cultura, história e a diversidade brasileira.

179421 - Quilombos do Brasil: Resistência, Cultura, História e Memória - Região Sudeste
NOTA MUSICAL COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.225.185/0001-81
Processo: 01400034760201727
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.173.907,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Registrar a memória de cerca de 196 comunidades quilombolas de 34 municípios dos quatro estados da região Sudeste - Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, contribuindo para preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial representado nas manifestações musicais, na dança, na gastronomia e em outras manifestações culturais e religiosas da população negra através da constituição de um acervo da história e da cultura dos descendentes de ex-escravizados no Brasil. Produzir um livro de cerca de 500 páginas, fartamente ilustrado; um documentário de 52 minutos; um almanaque para ampla distribuição em escolas; um portal com o resultado de toda a pesquisa e materiais disponíveis de manifestações culturais dessas comunidades quilombolas - como os tambores de crioula, a congada e a catira, entre uma infinidade de outros ritmos e manifestações -, além da memória, história e costumes dessas comunidades, resgatando e preservando esse valioso patrimônio imaterial.

179373 - RALLYTECA
INSTITUTO CULTURAL SABER E LER
CNPJ/CPF: 13.898.503/0001-78
Processo: 01400034706201781
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 456.512,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Distribuição de livros, em cidades que compreendem o percurso do Rally Ceará / Piauí. A distribuição será feita em locais de difícil acesso, visando entregar à população mais carente da Região. Paralelamente à competição de Rally, tradicional entre os Estados do Ceará e do Piauí, o projeto acompanhará o mesmo trajeto porém, num raio de até 30 km das localidades por onde os carros competirão, serão entregues livros e feitas ações de contação de histórias, para moradores da região, carentes do acesso ao livro e à leitura.

179191 - Reluz Reinado
SIMONE CLEICE VIEIRA
CNPJ/CPF: 798.602.736-34
Processo: 01400034468201712
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 95.199,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Publicação de um livro sobre o movimento negro no século XIX que deu origem a Irmandade dos Homens Pretos de Itapecerica e consequentemente a Associação do Reinado de Itapecerica com iniciação da Grande Festa do Congado.

179392 - Rico de Souza - o embaixador do surfe brasileiro
Estudio F Design e Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 03.925.469/0001-20
Processo: 01400034728201741
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 182.239,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Edição do livro "Rico de Souza, o Embaixador do Surfe Brasileiro" que narra a trajetória do surfista Ricardo Fontes de Souza, atleta profissional, bicampeão brasileiro e idealizador da primeira escola de surfe no Brasil, inclusive gratuita. Rico foi, e ainda é, um grande incentivador para que o surfe - considerado simples lazer e visto com preconceito até a década de 70, em plena Ditadura, quando começou - hoje seja um esporte reconhecido internacionalmente, oferecendo mais uma oportunidade de ascensão social a vários brasileiros. Pela própria geografia do nosso país, com um litoral imenso, hoje o surfe extrapola o esporte em si, tendo criado uma cultura própria, um estilo de vida na sociedade e no mercado brasileiros. Além de textos, o livro contém fotografias, mapas e gráficos.

179206 - SEMINÁRIOS DE LEITURA - O LIVRO INFANTIL NA SALA DE AULA
MARIA SÓTER VARGAS
CNPJ/CPF: 368.606.036-15
Processo: 01400034487201731
Cidade: Cataguases - MG;
Valor Aprovado: R$ 60.432,12
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar projeto de incentivo a leitura e aplicação da literatura infantil em sala de aula. O projeto é composto pela realização de oficinas pedagógicas sobre a prática da leitura e da literatura infantil em sala de aula, pela formação de platéia e pela publicação e distribuição gratuita do livro infantil "Pira-Poré e o Grande Gato da Mata" .

178925 - TUPI DE TODOS OS TEMPOS
CONECTA BRASIL CULTURA E EDITORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 66.512.765/0001-19
Processo: 01400034095201771
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 533.592,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Tupi de todos os Tempos é um projeto que contempla:a publicação de um dicionário da língua Tupi, com aproximadamente 10.000 verbetes, que traz além das palavras traduzidas para o português, informações e curiosidades sobre os índios que viveram no Brasil antes da chegada dos portugueses. Escrito por João de Souza Amorim, Xuã - nome indígena, mestiço índio dos remanescentes Tupinambás da Bahia, que durante décadas pesquisou palavras de origem Tupi, trabalho que resgata a grafia original e apresenta os fonemas como eram usados pelos povos antigos. Tiragem de 3000 exemplares. São previstos também vários eventos de promoção da língua e cultura indígena, através de palestras, intervenções artísticas e rodas de conversa. Um vídeo com declarações e entrevistas com pessoas e povos que ainda falam, estudam e promovem a língua Tupi.

179372 - Uma história de preservação: a Mata Atlântica e o Mico-Leão-Dourado
ANDREA JAKOBSSON ESTUDIO EDITORIAL LTDA – EPP
CNPJ/CPF: 04.295.246/0001-99
Processo: 01400034705201737
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 465.345,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Propomos contar, em livro trilingue, a história da ocupação da Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro a partir do caso do mico-leão-dourado. A obra será ilustrada com iconografia eensaio fotográfico atualbuscando registrar a fauna e a flora da Reserva do Poço das Antas, principal habitat da espécie do primata. Com 200 páginas, 23 x30 cm e cerca de 200 imagens a publicação propõe resgatar, conscientizar e difundir a históriada Mata Atlântica e de uma espécie que simboliza a natureza brasileira.

178937 - Viajantes do Poliverso
GILMAR DUARTE ROCHA
CNPJ/CPF: 140.938.125-00
Processo: 01400034125201740
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 139.939,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Viajantes do Poliverso" consiste em um livro de valor literário e palestras educativas na área do projeto.

179253 - Vidas Deslizantes (nome provisório)
PADIN E MONTEIRO LTDA ME
CNPJ/CPF: 20.026.351/0001-89
Processo: 01400034556201714
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 455.855,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Vidas Deslizantes" (nome provisório) é um projeto que visa a edição um livro de fotografia, com formato de texto bilíngue (português e inglês), que busca explorar a cultura do skate e a relação da cultura urbana com os praticantes deste esporte e com as artes a ele associadas, como música e grafite, entre outras. O olhar autoral da fotografia será de Flávio Samelo e contará com um importante resgate de memória de imagens de época e testemunhos de pessoas relacionadas com o tema em questão. O projeto prevê uma tiragem de 3.000 exemplares.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)

179242 - Memorial da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE
CNPJ/CPF: 26.813.123/0001-35
Processo: 01400034545201726
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.910.399,48
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Esse projeto prevê intervenções e implantação do Memorial da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. em parte do edifício da Maternidade Hilda Brandão, em Belo Horizonte/MG.

179004 - MEMORIAL DAS TRADIÇÕES GAÚCHAS TROPEIROS DE INDAIÁ
CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS TROPEIROS DE INDAIA
CNPJ/CPF: 18.421.871/0001-44
Processo: 01400034226201711
Cidade: Indaiatuba - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.994.242,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Construir no município de Indaiatuba-SP, o "Memorial da Tradição Gaúcha Tropeiros de Indaiá", como instituição permanente que terá como função promover exposições itinerantes e permanentes, a conservação de coleções, aregando sua função museal a serviço da sociedade.

179173 - MUHM Pedagógico
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUSEU DE HISTORIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL
CNPJ/CPF: 08.936.195/0001-98
Processo: 01400034429201715
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 414.823,53
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto MUHM Pedagógico consiste na ação educativa do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul, com a potencialização do atendimento gratuito a visitações de escolas públicas mediante agendamento.

179450 - Projeto Expográfico e Mobiliário do Museu Victor Meirelles
Associação dos Amigos do Museu Victor Meirelles
CNPJ/CPF: 85.321.925/0001-97
Processo: 01400034828201778
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 2.365.624,90
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Museu Victor Meirelles (MVM) é uma unidade museológica vinculada ao IBRAM/MinC, localizado em Florianópolis/SC. A presente proposta pretende executar o projeto expográfico e mobiliário para o MVM, o qual se encontra em obras de restauração e ampliação, iniciada em 2016, com entrega para março de 2018 e execução do IPHAN-SC, com recursos do PAC - Cidades Históricas. O acervo do MVM composto pelas coleções Victor Meirelles e XX-XXI necessita ser acondicionado em instalações adequadas para cumprir a função de salvaguarda e de exibição. A proposta prevê a execução do projeto expográfico para as salas de exposições permanente e temporárias, e do projeto de mobiliário para dotar: a recepção, bilheteria, espaço de convivência social com loja de artigos de referência cultural, bem como aquisição de equipamentos/mobiliários para os setores técnicos administrativos, a copa, a Reserva Técnica e a Sala de Conservação de acervos, o arquivo, a biblioteca e a sala multiuso/auditório para o MVM.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
178122 - ARTES EM CORDAS
Renato Vieira de Matos
CNPJ/CPF: 050.429.456-36
Processo: 01400033007201714
Cidade: Pirassununga - SP;
Valor Aprovado: R$ 202.120,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto que visa o resgate do cancioneiro popular e suas "modas" de viola, onde os violeiros se apresentam, levando ao público seus repertórios que remontam as origens do som da viola levando ao público seus repertórios que remontam as origens do som da terra.
179385 - CIRCULAÇÃO DO SHOW DE OSNIR ALVES
REGISTONES PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.371.977/0001-92
Processo: 01400034719201751
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 772.951,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na circulação do novo show do músico, Osnir Alves, "Sofrência Sertaneja", por 08 (oito) cidades do interior de MG, a saber: Capelinha, Francisco Badaró, Almenara, Araçuaí, Minas Novas, Diamantina, Pedra Azul e Coronel Murta.
178124 - Concerto para Pixinguinha - Vânia Bastos e Marcos Paiva - Turnê
PETTERSON DE OLIVEIRA MELLO - ME
CNPJ/CPF: 19.402.801/0001-01
Processo: 01400033009201711
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 271.306,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Vânia Bastos e Marcos Paiva Quarteto - Concerto para Pixinguinha. Disco recebeu o Prêmio Profissionais da Música 2017 e é unanimidade na crítica Uma das intérpretes mais importantes da Música Popular Brasileira. Serão 03 apresentações no Nordeste Brasileiro, à preço polulares, R$ 15 meia-entrada. Gratuidade de 20% da capacidade do Teatro para uma ONG ou Instituição de Caridade e Doação de 50% líquido da bilheteria para a mesma inntituição ou ONG.
179523 - CONCERTO PARA SILVIO CALDAS
MMP PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 61.398.780/0001-64
Processo: 01400034940201717
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 465.235,20
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Apresentar um Concerto para Silvio Caldas, nos 20 anos de sua morte, em 2018, que será executado pelo "Quinteto Bachiana" (idealizada por João Carlos Martins)em arranjos originais, resultando numa sonoridade erudita para as obras imortalizadas na voz do "caboclinho querido". Para esse projeto, o "Quinteto Bachianas" convida os seresteiros "Trovadores Urbanos", afilhados musicais de Silvio Caldas, e que com ele, fizeram muitas temporadas musicais. Haverá um telão com imagens do artista e histórias serão contadas. São 10 espetáculos em 4 Estados do Brasil. Serão escolhidas cidades de tradição seresteira. Serão elas: Rio de Janeiro (cidade Natal) e Atibaia (cidade onde faleceu), Valença(Conservatória-RJ), São Paulo e Santana de Paranaíba (SP), Belo Horizonte, Ouro Preto, Diamantina e 3 Corações (MG) e Curitiba (PR). As apresentações serão em Teatros Municipais com ingressos à preços populares
179436 - Cortejo da Zabumbada da Serra
OLE-OLA PROMOCOES, EVENTOS E EDICOES MUSICAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 10.436.779/0001-46
Processo: 01400034793201777
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 237.150,05
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de um cortejo junino interativo que promoverá o encontro de 20 percussionistas (zabumba), acompanhados de uma banda em trio elétrico, com figurino e repertório musical voltado para as manifestações culturais da Região Nordeste, a ser realizado na cidade de Gravatá (PE). A interatividade acima citada se dará através da divulgação da possibilidade de participação ativa do público no cortejo através de uma campanha do tipo "Leve sua zabumba e participe" a ser incluída nas peças de divulgação do projeto.
178663 - DVD Pixinguinha As Cinco Estações
MUSI CAZES PRODUCOES E EXPORTACAO LTDA ME
CNPJ/CPF: 31.268.022/0001-60
Processo: 01400033722201757
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 403.503,75
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Gravação do DVD do show Pixinguinha As Cinco Estações no Rio de Janeiro e itinerância pelas cidades dos principais polos do Choro: Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo com realização de oficinas. A concepção do espetáculo parte de uma descrição da realidade social em que Alfredo da Rocha Vianna Filho foi criado e de seu processo de musicalização. Marcelo Vianna e Henrique Cazes dividem a trajetória da construção de Pixinguinha em cinco etapas que vão desde sua estreia profissional até o seu centenário. A história de Carinhoso, clássico maior da música brasileira, que completou 100 anos em 2017, funciona como eixo central, estimulando uma conexão com a memória afetivo musical dos espectadores. A participação do violonista João Camarero e do percussionista Beto Cazes acrescentam uma rica sonoridade. Pixinguinha As Cinco Estações conta com o acervo e performance de músicos que continuamente pesquisam e desvendam relevantes aspectos sobre a MPB.
179451 - Festa Popular - Pipoca
Estrada Velha Produções Ltda
CNPJ/CPF: 63.217.129/0001-76
Processo: 01400034829201712
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 381.062,50
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto tem o objetivo de realizar uma apresentação do trio elétrico da Banda Eva nas ruas do Carnaval de Salvador, sem abadá e sem cobrança de ingressos, que será aberto ao público, ou seja, gratuito à população e aos turistas.
178989 - I FESTIVAL NACIONAL DA CANÇÃO DE NOVA SERRANA
UNIKA EDITORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.191.089/0001-37
Processo: 01400034206201740
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 951.363,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na realização da primeira versão do Festival da Canção de Nova Serrana. Este festival será, nesta primeira versão, nacional, ou seja, podem se inscrever candidatos de todo o Brasil. Além da realização do Concurso, teremos nos três dias de realização do Festival, um Grupo/artista mineiro de reconhecimento nacional, realizando o show âncora. O Festival pagará prêmios em dinheiro, aos 03 (três) primeiros colocados.

179024 - NOVA TURNÊ MARLUCE E LUCIANO
MARLUCE APARECIDA DE ANDRADE
CNPJ/CPF: 047.745.766-54
Processo: 01400034252201749
Cidade: Abadia dos Dourados - MG;
Valor Aprovado: R$ 696.251,40
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na realização da nova turnê da dupla MARLUCE & LUCIANO por 10 cidades, dos estados de Minas Gerais e Goiás. Em uma das cidades haverá captação de som e imagem que será finalizado em um DVD da dupla.
179181 - PROJETO BAILA COMIGO
SUI GENERIS PRODUCOES LTDA ME
CNPJ/CPF: 19.141.397/0001-60
Processo: 01400034448201733
Cidade: Nova Lima - MG;
Valor Aprovado: R$ 154.940,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Baila Comigo", já em sua segunda edição, consiste na realização de 08 bailes dançantes com música ao vivo em locais que abriguem essencialmente atividades voltadas para a terceira idade. Os bailes contarão com apresença de 05 professores de dança de salão que irão interagir com os participantes, visando promover e valorizar a cultura e a arte através da música (prioritariamente instrumental) e ainda criar uma oportunidade de lazer saudável e acessível através da dança de salão; Os presentesse surpreenderão comum repertório musical diferenciado a ser executado pelo grupo sui generis, e ainda poderão se divertir e se entregar ao prazer proporcionado pela dança: atividade saudável, democrática, acessível e estimulante, sobretudo para o público alvo desta proposta, a população de meia idade e idosos.
179271 - Shows Nacionais em Não-Me-Toque VI
JULIO CESAR GLENZEL ME
CNPJ/CPF: 03.958.438/0001-75
Processo: 01400034576201787
Cidade: Pelotas - RS;
Valor Aprovado: R$ 761.815,60
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar no total duas apresentações musicais, dois espetáculos de abrangência nacional: Um com o Grupo GDO e outro com Bruno e Marrone . A comunidade de Não-Me-Toque e região receberá estes shows de forma totalmente gratuita, ampla e de fácil acesso, proporcionando à população, o contato direto com a qualidade musical das referidas atrações, desenvolvendo inclusão social e democrática, motivando as sociedades, e valorizando profundamente a cultura brasileira.
179416 - Simili - Minha vida com Laura Pausini
DANIEL GALDINO DA COSTA BARROS
CNPJ/CPF: 600.580.642-49
Processo: 01400034755201714
Cidade: Macapá - AP;
Valor Aprovado: R$ 199.800,00
Prazo de Captação: 20/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Simili-minha vida com Laura Pausini, é um show musical teatralizado que conta como o cantor se relaciona com as musicas da cantora italiana Laura Pausini através dos anos. Mostra ,além do poder de transformação cultural que a música tem, como ela inspirou, animou e acalentou.O show promove também a importância de valorizarmos nossas semelhanças apesar de nossas diferenças, a importância de sermos unidos pelo amor, paixão e sentimento de irmandade. Também resgata a inluência da cultura italiana em nosso país e na nossa música, nas nossas tradições e modo de ver a vida. Serão ao todo 10 apresentações em quase todas as regiões do país.

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 277 de 04/05/2017, publicada no D.O.U. em 05/05/2017, Seção 1, referente ao Projeto Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes n.72 - Pronac: 16 0384

Onde se lê: Prazo de captação: 01/05/2017 a 29/12/2017

Leia-se: Prazo de captação: 01/05/2017 a 31/12/2017

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 769 de 18/12/2017, publicada no D.O.U. n.º 242 de 19/12/2017, Seção 1, página 91, referente ao Projeto PROJETO ANUAL MON 2018 - Pronac:17 6560

Onde se lê: ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (Artigo 26)

Leia se: ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (Artigo 18 , § 1º)

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

COMANDO-GERAL DO PESSOAL
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 424-T/DPL, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica do ano de 2019 (IE/EA EAGS 2019).

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 8 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o Art.10, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica do ano de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MAJ BRIG AR RUI CHAGAS MESQUITA

COMANDO DA MARINHA

SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 84/DADM, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Inscrição de Organização Militar (OM) noCadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.634, de 06 de maio de 2016, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Requisitar a inscrição no CNPJ, na condição de matriz, do Centro de

Desenvolvimento de Submarinos (CDS), Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder

Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal

Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE

- Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, sediado na Av. Professor

Lineu Prestes, Cidade Universitária, São Paulo/SP, CEP: 05508-000.

Art. 2º Designar o Contra-Almirante (EN) GUILHERME DIONIZIO ALVES,

CPF 831.027.877-20, como Agente Responsável, para administrar o CNPJ pertencente ao Centro

de Desenvolvimento de Submarinos (CDS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) LUIZ ROBERTO BASSO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 398/DPC, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem, no período diurno, a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso FAUSTO PASSANESI JUNIOR (CIR: 381P2001143716), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
FUGRO AQUARIUS	3813901548	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, no período diurno, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 399/DPC, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia o IPETEC - Instituto de Pesquisa, Educação e Tecnologia Ltda. - ME para ministrar o Curso de Familiarização de Proteção de Navio (CFPN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Credenciar o IPETEC - Instituto de Pesquisa, Educação e Tecnologia Ltda. - ME, CNPJ 08.491.483/0001-86, para ministrar o Curso de Familiarização de Proteção de Navio (CFPN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 31 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 401/DPC, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Celebra o acordo de delegação de competência firmado entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA e a Entidade Especializada ABS GROUP SERVICES DO BRASIL LTDA.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004 e de acordo com o contido no inciso X do art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Celebrar acordo, em consonância com o estabelecido nas "Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedade Classificadora para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro" (NORMAM-06/DPC Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 104, de 16 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 24, de 4 de março de 2004, entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, neste ato representada pelo Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO, Diretor de Portos e Costas, e a Entidade Especializada ABS GROUP SERVICES DO BRASIL LTDA, neste ato representada pelo Sr. LEONARDO GUIMARÃES LORITE, Gerente de Certificações, e pelo Sr. ANDRE FILIPPO DA SILVA, Gerente de Controladoria, com o propósito de delegar competência para a citada Entidade Especializada atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.

Art. 2º Os serviços para os quais são concedidos os reconhecimentos, dispostos no Acordo de Delegação de Competência anexo, devem ser executados em conformidade com o disposto na NORMAM-06/DPC e demais Normas da Autoridade Marítima que sejam pertinentes.

Art. 3º A concessão para os serviços de que trata o artigo anterior vigerá no período de 19 de dezembro de 2017 a 18 de dezembro de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Revoga-se a Portaria de nº 246/DPC, de 17 de setembro de 2012

O Anexo que acompanha esta Portaria encontra-se disponível na página da internet da Diretoria de Portos e Costas.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 402/DPC, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Cabotagem FRANCICLEBER PEREIRA DE MEDEIROS (CIR: 021P2001213593) e pelo Capitão de Cabotagem EDUARDO ALVES PEREIRA (CIR: 381P2001278476), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
SIEM ATLAS	3813889874	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 12, de 23 de janeiro de 2017, publicada no DOU de 25 de janeiro de 2017.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 403/DPC, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Cabotagem BERNARDO JOSÉ FERNANDES NETO (CIR: 021P2002001926), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
BRAVANTE VIII	381E010660	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 386, de 30 de novembro de 2016, publicada no DOU de 2 de dezembro de 2016.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 404/DPC, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem, a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso JEFFERSON DA SILVA MIRANDA (CIR: 021P2001098492) e pelo Capitão de Cabotagem KAZ CARLOS PESSOA PEREIRA DA SILVA (CIR: 021P2001213330), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO
FAR STAR	381E009271	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Vitória (ES)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada ao porto mencionado, devendo ser respeitadas as suas restrições operacionais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 62, de 20 de março de 2017, publicada no DOU de 21 de março de 2017.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.554, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 2º, inciso II e § 2º, do Decreto nº 3.644, de 30 de outubro de 2000, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23106.085423/2017-65, resolve:

Art. 1º Fica destinada, para fins de reversão voluntária, uma vaga para o cargo de Médico, com as seguintes especificações:

Unidade	Universidade de Brasília
Quantitativo de vagas para reversão voluntária	01
Código da Vaga	687241
Cargo	Médico
Nível	Superior

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.556, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 525/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201505561;

Art. 2º Fica credenciada a Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Doutor Cândido Xavier de Almeida Souza, nº 200, Bairro Centro Cívico, no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, mantida pela Organização Mogiana de Educação e Cultura Sociedade Simples Limitada (CNPJ 52.562.758/0001-17).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição, nos polos EaD constantes do anexo desta Portaria e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 8 (oito) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

ORDEM	POLO
1	Rua Emílio Ribas, Nº 132, Bairro Sítio Paredão, Município de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo;
2	Avenida Pensylvania, N° 100, Bairro Jardim Flórida, Município de Jacareí, Estado de São Paulo;
3	Rua Visconde do Rio Branco, Nº 422, Bairro Aparecida, Município de Mococa, Estado de São Paulo;
4	Rua Santo Antônio, Nº 400, Bairro Centro, Município de Piracicaba, Estado de São Paulo;
5	Avenida Wallace Simonsen, Nº 1485, de 991/992 ao fim, Bairro Nova Petrópolis, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo;
6	Rua Doutor Mário Clapier Urbinati, Nº 940, Bairro Jardim Moysés Miguel Haddad, Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo;
7	Rua das Chácaras, Nº 389, Bairro Jardim Oriente, Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo;
8	Avenida Capitão-Mor Aguiar, Nº 223, lado par, Bairro Centro, Município de São Vicente, Estado de São Paulo e,
9	Rua Missionária Sara Cooper esquina com Rua Nove de Julho, Nº 401, Bairro Jardim Santa Helena, Município de Suzano, Estado de São Paulo.

PORTARIA Nº 1.557, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 549/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201501534;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade de Tecnologia Jardim (FATEJ) para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Almirante Protógenes, nº 68, bairro Jardim, no Município de Santo André, no Estado de São Paulo, mantida pelo A.B. Instituto Internacional de Ciências Sociais Ltda. - ME (CNPJ 07.128.725/0001-09).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.558, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007; nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010 resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 596/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201506861;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Santa Rita (Unisantarita), por transformação das Faculdades de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia (Faceas), com sede na Avenida Jaçanã, nº 648, Bairro Jaçanã, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Associação de Educação Santa Rita de Cássia (CNPJ 61.405.205/0001-41).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.559, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 527/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201405062;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Pitágoras de Brumado, a ser instalada na Rua Eugênia Dantas Araújo, nº 55, Bairro Hospital, no Município de Brumado, no Estado da Bahia, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S.A. (CNPJ 38.733.648/0001-40).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.560, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 548/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201506446;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Pitágoras de Irecê, a ser instalada na Rua Maria Conceição Lordelo Nunes, nº 87, Centro, no Município de Irecê, no Estado da Bahia, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S.A. (CNPJ 38.733.648/0001-40).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.561, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 544/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201507463;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Estácio de Ananindeua, a ser instalada na Rua Sn-17, nº 181, no Bairro Cidade Nova IV, Município de Ananindeua, Estado do Pará, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. (CNPJ 03.536.667/0001-00).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.562, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 532/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201603183;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Cerrado (Face), a ser instalada na QND 14, nº 17, Taguatinga Norte, Brasília, Distrito Federal, mantida pela Faculdade Cerrado Eireli - ME (CNPJ 24.435.895/0001-55).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.563, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007; nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010 resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 519/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201607792;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário UniDeVry FBV, por transformação da Faculdade Boa Viagem, com sede na Avenida Jean Emile Favre, nº 422, Bairro Imbiribeira, Município de Recife, Estado de Pernambuco, mantida pela FBV - Faculdade Boa Viagem S.A. (CNPJ 11.405.837/0001-37).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 278/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE/CES, que conheceu do recurso interposto pela Associação de Ensino Superior São Judas Tadeu, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que, por meio da Portaria SERES nº 49, de 23 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2015, aplicou medida cautelar de suspensão de ingresso de novos alunos em cursos de pós-graduação, ofertado pela Faculdade São Judas Tadeu - FSJT, com sede na Rua Clarimundo de Melo, nº 79, bairro Encantado, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Academia Brasileira de Arte e Ciência Oriental - Abaco Sohaku e com o Instituto de Sohaku In Centro de Estudos e Pesquisa da Cultura - Cecis-Abaco, conforme consta do Processo nº 23709.000022/2015-92.

MENDONÇA FILHO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DO PARECER CNE/CES Nº 627/2017

Reunião ordinária dos dias 4, 5, 6 e 7 de dezembro/2017

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 00732.002709/2017-31 Parecer: CNE/CES 627/2017 Relator: Yugo Okida Interessado: IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. - Manaus/AM Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 454/2017 para incorporar o credenciamento do Centro Universitário CEUNI - FAMETRO, por transformação da Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO, com sede no município de Manaus, no estado do Amazonas Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário CEUNI - FAMETRO, por transformação das Faculdades Metropolitana de Manaus - FAMETRO, com sede na avenida Constantino Nery, nº 3.000, bairro Chapada, no município de Manaus, no estado do Amazonas, observando-se tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Brasília, 18 de dezembro de 2017.
ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária Executiva

SÚMULA DE PARECERES

Reunião ordinária dos dias 6, 7, 8 e 9 de novembro/2017

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Processo: 23123.003068/2017-14 Parecer: CNE/CEB 6/2017 Relator: Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti Interessado: Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal (COREN/DF) - Brasília/DF Assunto: Consulta sobre formalidades nos certificados e diplomas emitidos por instituições de Educação Superior ofertantes de cursos pelo PRONATEC Voto do relator: Manifesto-me no sentido de que as Instituições de Educação Superior ofertantes do PRONATEC estão inseridas no sistema federal de ensino e, desse modo, para a validade dos certificados e diplomas por ela emitidos, devem observar as regras aplicáveis a esse sistema Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 201609272 Parecer: CNE/CES 517/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Joaquim Nabuco - UNINABUCO, por transformação da Faculdade Uninabuco Paulista, com sede no município de Paulista, no estado de Pernambuco Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Joaquim Nabuco - UNINABUCO, por transformação da Faculdade Uninabuco Paulista, com sede na Avenida Senador Salgado Filho, s/n, Centro, no município de Paulista, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201405652 Parecer: CNE/CES 518/2017 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessado: SER Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade Joaquim Nabuco de Manaus, a ser instalada no município de Manaus, no estado do Amazonas Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Joaquim Nabuco de Manaus, a ser instalada a ser instalada na rua Tapajós, nº 200, centro, município de Manaus, estado do Amazonas, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do cursos superiores de Administração, bacharelado, Ciências Contábeis, bacharelado, Segurança do Trabalho, tecnológico, Gestão de Recursos Humanos, tecnológico, e Logística, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201607792 Parecer: CNE/CES 519/2017 Relator: Antonio de Araújo Freitas Junior Interessada: FBV - Faculdade Boa Viagem S.A. - Recife/PE Assunto: Credenciamento do Centro Universitário UniDeVry FBV, por transformação da Faculdade Boa Viagem, com sede no município de Recife, estado de Pernambuco Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário UniDeVry FBV, por transformação da Faculdade Boa Viagem, com sede na Avenida Jean Emile Favre, nº 422, bairro Imbiribeira, município de Recife, estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201602544 Parecer: CNE/CES 520/2017 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessado: Instituto de Pesquisas e Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas - Piracicaba/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade do Instituto Pecege (Ipecege), a ser instalada no município de Piracicaba, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade do Instituto Pecege (Ipecege), a ser instalada na Rua Alexandre Herculano, nº 120, Torre B, Bloco A, Sala T4, bairro Vila Monteiro, no município de Piracicaba, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º , do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, tecnólogo, com números de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201502184 Parecer: CNE/CES 521/2017 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessado: Instituto Superior de Educação de Itapipoca (ISEIT) - Itapipoca/CE Assunto: Credenciamento da Faculdade Novo Tempo de Itapipoca (FNIT), a ser instalada no município de Itapipoca, no estado do Ceará Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Novo Tempo de Itapipoca (FNIT), a ser instalada na Rua Francisco Santos Braga, nº 68, Centro, no município de Itapipoca, no estado do Ceará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de bacharelado em Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Enfermagem, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 2007757 Parecer: CNE/CES 522/2017 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessada: Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda. - Teresina/PI Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA por transformação da Faculdade Santo Agostinho, com sede no município de Teresina, estado do Piauí Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA por transformação da Faculdade Santo Agostinho, com sede na Avenida Professor Valter Alencar nº 665, bairro São Pedro, município de Teresina, estado do Piauí, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201355871 Parecer: CNE/CES 523/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Igreja Assembleia de Deus Ministério Presidente Prudente - Presidente Prudente/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Solidária do Oeste Paulista (Fasol), a ser instalada no município de Presidente Prudente, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Solidária do Oeste Paulista (Fasol), a ser instalada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 7.711, no bairro Jardim São Sebastião, município de Presidente Prudente, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Pedagogia, licenciatura; e Teologia, bacharelado; com o número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201356723 Parecer: CNE/CES 524/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Sundeten - Sociedade Universitária de Desenvolvimento Educacional e Tecnológico do Nordeste Ltda. - EPP - Codó/MA Assunto: Credenciamento da Faculdade Latino Americano de Educação - FLAED, a ser instalada no município de Codó, no estado do Maranhão Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Latino Americano de Educação - FLAED, a ser instalada na Rua João Pessoa, nº 2.270, bairro Centro, no município de Codó, no estado do Maranhão, pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração de Empresas, bacharelado; e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201505561 Parecer: CNE/CES 525/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Organização Mogiana de Educação e Cultura Sociedade Simples Limitada - Mogi das Cruzes/SP Assunto: Credenciamento da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), com sede no município de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) ,com sede na Avenida Doutor Cândido Xavier de Almeida Souza, nº 200, bairro Centro Cívico, no município de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 8 (oito) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, nos seguintes polos de apoio presencial: Rua Emílio Ribas, nº 132, bairro Sítio Paredão, no município de Ferraz de Vasconcelos, no estado de São Paulo; Avenida Pensylvania, nº 100, bairro Jardim Flórida, no município de Jacareí, no estado de São Paulo; Rua Visconde do Rio Branco, nº 422, bairro Aparecida, no município de Mococa, no estado de São Paulo; Rua Santo Antônio, nº 400, Centro, no município de Piracicaba, no estado de São Paulo; Avenida Wallace Simonsen, nº 1485, complemento: de 991/992 ao fim, bairro Nova Petrópolis, no município de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo; Rua Doutor Mário Clapier Urbinati, nº 940, bairro Jardim Moysés Miguel Haddad, no município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo; Rua das Chácaras, nº 389, bairro Jardim Oriente, no município de São José dos Campos, no estado de São Paulo; Avenida Capitão-Mor Aguiar, nº 223, lado par, Centro, no município de São Vicente, no estado de São Paulo e, Rua Missionária Sara Cooper esquina com Rua Nove de Julho, nº 401, bairro Jardim Santa Helena, no município de Suzano, no estado de São Paulo; e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201505679 Parecer: CNE/CES 526/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: UNIRB - União de Ensino Superior da Bahia Ltda. - Salvador/BA Assunto: Credenciamento de Centro Universitário Regional do Brasil por transformação da Faculdade Regional da Bahia - FARB, com sede no município de Salvador, estado da Bahia Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Regional do Brasil por transformação da Faculdade Regional da Bahia (FARB), localizada na avenida Tamburugy, nº 474, bairro Patamares, no município de Salvador, estado da Bahia, pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201405062 Parecer: CNE/CES 527/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S.A. - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Brumado, a ser instalada no município de Brumado, estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Pitágoras de Brumado, a ser instalada na Rua Eugênia Dantas Araújo, nº 55, bairro Hospital, no município de Brumado, estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Engenharia Mecânica, bacharelado; Engenharia Civil, bacharelado; e Engenharia de Produção, bacharelado; com o número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201414876 Parecer: CNE/CES 528/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Juiz de Fora, a ser instalada no município de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Pitágoras de Juiz de Fora, a ser instalada na Avenida Barão do Rio Branco, nº 499, bairro Manoel Honório, no município de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Engenharia Civil, bacharelado; Engenharia de Produção, bacharelado; Engenharia Elétrica, bacharelado; e Engenharia Mecânica, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507705 Parecer: CNE/CES 529/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Associação Educacional de Votorantim (ASSEVO) - Votorantim/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade de Campos Giglio (FCG), a ser instalada no município de Votorantim, Estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Campos Giglio (FCG), a ser instalada na Rua Albertina Nascimento, nº 132, Centro, no município de Votorantim, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso superior de Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201607791 Parecer: CNE/CES 530/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Devry Educacional do Brasil S/A Assunto: Credenciamento do Centro Universitáio UniDeVry - FANOR por transformação da Faculdade Nordeste, com sede no município de Fortaleza, estado do Ceará Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário UniDeVry - FANOR por transformação da Faculdade Nordeste - FANOR, com sede na rua Antônio Gomes Guimarães, nº 150, bairro Dunas, no município de Fortaleza, no estado do Ceará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201602236 Parecer: CNE/CES 531/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: R A Freire Ensino - ME - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Freire de Ensino (FFE), a ser instalado no município de Francisco Morato, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Freire de Ensino (FFE), a ser instalada na Rua Otávio Mendes, nº 147, bairro Jardim Professor Morato, no município de Francisco Morato, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir de oferta do curso superior de Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201603183 Parecer: CNE/CES 532/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Faculdade Cerrado Eireli - ME - Brasília/DF Assunto: Credenciamento da Faculdade Cerrado (Face), a ser instalada em Taguatinga Norte, Brasília, Distrito Federal Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Cerrado (Face), a ser instalada na QND 14, nº 17, Taguatinga Norte, Brasília, Distrito Federal, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de graduação em Gestão Pública, tecnológico, e Secretariado, tecnológico, com o número de vagas anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201415539 Parecer: CNE/CES 533/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Faculdade de Gestão e Negócios de Salvador Ltda. - Salvador/BA Assunto: Credenciamento da Faculdade de Gestão e Negócios de Recife (FGN Recife), a ser instalada no município de Recife, estado de Pernambuco Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Gestão e Negócios de Recife (FGN Recife), que seria instalada na Avenida Doutor José Rufino, nº 337, bairro Estância, no município de Recife, no estado de Pernambuco, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 5.773/2006 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201403082 Parecer: CNE/CES 534/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Faculdade 24 de maio Ltda. - EPP - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade 24 de maio - F24Maio, a ser instalada no município de São Paulo, estado de São Paulo Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade 24 de Maio (F24Maio), que seria instalada avenida Deputado Cantídio Sampaio, nº 1248, bairro Vila Rica, município de São Paulo, estado de São Paulo, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 5.773/2006 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: Luiz Roberto Liza Curi Parecer: CNE/CES 535/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi Ltda. - Guanambi/BA Assunto: Credenciamento do Centro de Educação Superior de Guanambi - CESG, por transformação da Faculdade de Guanambi (FG), com sede no município de Guanambi, no estado da Bahia Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro de Educação Superior de Guanambi - CESG, por transformação da Faculdade de Guanambi (FG), com sede na Avenida Governador Nilo Coelho, nº 4.911, bairro São Sebastião, no município de Guanambi, no estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201502401 Parecer: CNE/CES 536/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: CEN - Centro de Ensino Superior e Capacitação Ltda. - EPP - Horizonte/CE Assunto: Credenciamento da Faculdade Metropolitana de Horizonte, a ser instalada no município de Horizonte, estado do Ceará Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Metropolitana de Horizonte, a ser instalada na Rua Ciro Bilhar, nº 1.205, Centro, no município de Horizonte, estado do Ceará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; e Pedagogia, licenciatura; com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201505727 Parecer: CNE/CES 537/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Instituto do Câncer do Ceará - Fortaleza/CE Assunto: Credenciamento da Faculdade Rodolfo Teófilo (FRT), a ser instalada no município de Fortaleza, estado do Ceará Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Rodolfo Teófilo (FRT), a ser instalada na Avenida Imperador, nº 1360, bairro Farias Brito, no município de Fortaleza, no estado do Ceará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Enfermagem, bacharelado, e Serviço Social, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507417 Parecer: CNE/CES 538/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Instituto Laudetis Dominis de Ensino Superior Ltda. - Horizonte/CE Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia de Horizonte (FATHOR), a ser instalada no município de Horizonte, estado do Ceará Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia de Horizonte - (FATHOR), a ser instalada na avenida Presidente Castelo Branco, nº 6700, bairro Cajueiro da Malhada, município de Horizonte, no estado do Ceará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir de oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; Segurança no Trabalho, tecnológico; e Redes de Computadores, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201304743 Parecer: CNE/CES 539/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: União de Educação e Cultura do Oeste do Rio Grande do Norte Ltda. - Pau dos Ferros/RN Assunto: Credenciamento da Faculdade do Oeste do Rio Grande do Norte, a ser instalada no município de Pau dos Ferros, no estado do Rio Grande do Norte Voto da relatora: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade do Oeste do Rio Grande do Norte, que seria instalada na Rua Alexandre Pinto, nº 246, bairro Princesinha do Oeste, no município de Pau dos Ferros, no estado do Rio Grande do Norte, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 5.773/2006 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201305406 Parecer: CNE/CES 540/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: Desenvolvimento Serviços Educacionais Ltda. - EPP - Poços de Caldas/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade ENAF, a ser instalada no município de Poços de Caldas, no estado de Minas Gerais Voto da relatora: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade ENAF, que seria instalada na Praça Getúlio Vargas, nº 4, Centro, no município de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 5.773/2006 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201406062 Parecer: CNE/CES 541/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. (CESUMAR) - Maringá/PR Assunto: Credenciamento da Faculdades Integradas CESUMAR de Londrina, a ser instalada no município de Londrina, estado do Paraná Voto da relatora: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdades Integradas CESUMAR de Londrina, a ser instalada na Avenida Celso Garcia Cid, nº 1523, bairro Vila Siam, no município de Londrina, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Logística, tecnológico; Automação Industrial, tecnológico e Segurança no Trabalho, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507001 Parecer: CNE/CES 542/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Fundação Cidade Viva - João Pessoa/PB Assunto: Credenciamento da Faculdade Internacional Cidade Viva - FICV, a ser instalada no município de João Pessoa, estado da Paraíba Voto da relatora: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Internacional Cidade Viva (FICV), a ser instalada na rua Luzia Simões Bertolini, 1º andar, nº 50, bairro Aeroclube, no município de João Pessoa, estado da Paraíba, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso superior de Teologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507812 Parecer: CNE/CES 543/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: SER Educacional S.A - Recife/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de Patos - FMN Patos, a ser instalada no município de Patos, no estado da Paraíba Voto da relatora: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de Patos - FMN, a ser instalada na Rua Vandy Alves, s/n, bairro São Sebastião, no município de Patos, no estado da Paraíba, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do cursos superiores de Administração, bacharelado; e Ciências Contábeis, bacharelado, com o número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507463 Parecer: CNE/CES 544/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. - Boa Vista/RR Assunto: Credenciamento da Faculdade Estácio de Ananindeua, com sede no município de Ananindeua, estado do Pará Voto da relatora: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Estácio de Ananindeua, a ser instalada na Rua Sn-17, nº 181, no bairro Cidade Nova IV, município de Ananindeua, estado do Pará, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; Pedagogia, licenciatura; e Sistemas de Informação, tecnológico; com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201507848 Parecer: CNE/CES 545/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Federal Educacional Ltda. - Taboão da Serra/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Capital Federal (FECAP), com sede no município de Taboão da Serra, estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da relatora: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Capital Federal (FECAP), com sede na Avenida Vida Nova, nº 166, bairro Jardim Maria Rosa, no município de Taboão da Serra, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, no polo de apoio presencial localizado na Avenida Quinze de Novembro, nº 1133, Centro, no município de Itapecerica da Serra, no estado de São Paulo, e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; Processos Gerenciais, tecnológico; Marketing, tecnológico; e Logística, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201602059 Parecer: CNE/CES 546/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: SER Educacional S.A - Recife/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de Joinville - FMN Joinville, a ser instalada no município de Joinville, estado de Santa Catarina Voto da relatora: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de Joinville, a ser instalada na avenida Juscelino Kubistchek, nº 440, centro, no município de Joinville, estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do cursos superiores de Ciências Contábeis, bacharelado, e Administração, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201607765 Parecer: CNE/CES 547/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo - Sebrae/SP - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Escola de Negócios Alencar Burti Sebrae/SP - En Sebrae/SP, a ser instalada no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto da relatora: Voto favoravelmente ao credenciamento da Escola de Negócios Alencar Burti Sebrae/SP - En Sebrae/SP, a ser instalada na Alameda Nothmann, nº 598, bairro Campos Elíseos, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observados tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso superior de graduação em Administração, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201506446 Parecer: CNE/CES 548/2017 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S.A. - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Irecê, a ser instalada no município de Irecê, estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Pitágoras de Irecê, a ser instalada na Rua Maria Conceição Lordelo Nunes, nº 87, Centro, no município de Irecê, estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Engenharia Civil, bacharelado; Engenharia Elétrica, bacharelado; e Engenharia de Produção, bacharelado; com o número de vagas totais anuais a ser

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201501534 Parecer: CNE/CES 549/2017 Relator: Yugo Okida Interessado: A.B. Instituto Internacional de Ciências Sociais Ltda. - ME - Santo André/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia Jardim (FATEJ), com sede no município de Santo André, estado de São Paulo, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Tecnologia Jardim (FATEJ), com sede na Rua Almirante Protógenes, nº 68, bairro Jardim, no município de Santo André, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior tecnologia em Gestão de Segurança Privada, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201601000 Parecer: CNE/CES 550/2017 Relator: Yugo Okida Interessado: Colégio Espaço Criança Ereli - EPP - Cotia/SP Assunto: Credenciamento da Faculdades Integradas Potencial (FIP), com sede no município de Cotia, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdades Integradas Potencial (FIP de Cotia), a ser instalada na rua José Augusto Pedroso, nº 44, bairro Vila São Francisco de Assis, município de Cotia, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado, Letras - Português e Inglês, licenciatura, Logística, tecnológico; e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201602973 Parecer: CNE/CES 551/2017 Relator: Yugo Okida Interessada: Fundação Cultural de Araxá - Araxá/MG Assunto: Credenciamento do Centro Universitário do Planalto de Araxá (Uniaraxá), com sede no município de Araxá, no estado de Minas Gerais, para oferta de cursos lato sensu na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário do Planalto de Araxá (Uniaraxá), com sede no município de Araxá, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200815389 Parecer: CNE/CES 552/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessado: Centro de Educação Tecnológica de Teresina - CET Francisco Alves de Araújo Ltda. - Teresina/PI Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria SERES nº 821, publicada no Diário Oficial da União de 19/12/2016, indeferiu o pedido de autorização do curso de Ciências Biológicas, Licenciatura, na modalidade a distância (EAD), da Faculdade de Tecnologia de Teresina, com sede no município de Teresina, estado do Piauí Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da Portaria SERES nº 821, publicada no Diário Oficial da União de 19/12/2016, que indeferiu o pedido de autorização do curso de Ciências Biológicas, licenciatura, na modalidade a distância (EAD), que seria ministrado pela Faculdade de Tecnologia de Teresina, localizada na rua Firmino Pires, nº 527, centro, no município de Teresina, no estado do Piauí Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23709.000086/2016-74 Parecer: CNE/CES 553/2017 Relator: Antônio Carbonari Netto Interessada: IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho nº 118, publicado no DOU de 30 de maio de 2017, determinou o descredenciamento do Instituto Superior de Educação Interlagos - ISE Interlagos Voto do relator: Nos termos do inciso VIII, do artigo 6º, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, transferindo a guarda do acervo existente à entidade IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., e que a publicação do descredenciamento da IES em jornais da região seja transformada em publicação do fato no site da entidade mantenedora para informação aos interessados, por um período mínimo de 90 (noventa) dias Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23709.000063/2016-60 Parecer: CNE/CES 554/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessado: Liceu Coração de Jesus - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho nº 79, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de abril de 2017, determinou o descredenciamento da Faculdade Salesiana de Pindamonhangaba (FASP) Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, transferindo a guarda do acervo acadêmico existente da Faculdade Salesiana de Pindamonhangaba à mantenedora, Liceu Coração de Jesus, e que a publicação do descredenciamento em jornais da sua região seja transformada em publicação do fato no site da entidade mantenedora, para informação aos interessados, por um período mínimo de 90 (noventa) dias Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201360089 Parecer: CNE/CES 555/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: Instituto de Ensino Superior de Candeias Ltda. - Candeias/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho nº 209, de 5 de dezembro de 2013, publicado em 6 de dezembro de 2013, aplicou medida cautelar de suspensão de ingresso de novos alunos no curso de Administração, bacharelado, da Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias, com sede no município de Candeias, estado da Bahia Voto da relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 209, de 5 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 6 de dezembro de 2013, que determinou aplicação de medida cautelar de suspensão de ingresso de novos alunos no curso de Administração, bacharelado, da Faculdades Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias, com sede na Rodovia BA 522, Km 8, s/nº, Fazenda Caroba, no bairro Caroba, município de Candeias, estado da Bahia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000121/2013-70 Parecer: CNE/CES 557/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS - Aracaju/SE Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria SERES nº 119, de 15 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 18 de março de 2013, autorizou o curso superior de Marketing, tecnológico, da Faculdade Tobias Barreto, atualmente denominada por Faculdade Uninassau Aracaju, reduzindo o número de vagas pleiteado Voto da relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação, expressa na Portaria SERES nº 119, de 15 de março de 2013, publicada no Diário Oficial de União de 18 março de 2013, para manter as 240 (duzentas e quarenta) vagas do curso superior de Marketing, tecnológico, da Faculdade Uninassau Aracaju, com sede na Rua Riachuelo, nº 1.071, bairro São José, no município de Aracaju, estado de Sergipe Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Parecer: CNE/CES 558/2017. Revogado, com fulcro no Artigo 53 da Lei nº 9.784, de 29 de junho de 1999.

e-MEC: 201607118 Parecer: CNE/CES 559/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Unidade Regional Brasileira de Educação Ltda. - Alagoinhas/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.029, de 29 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 3 de outubro de 2017, autorizou o curso de Farmácia, bacharelado, da Faculdade Regional Brasileira - Natal (FARB-Natal), com sede no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte, reduzindo o número de vagas pleiteado Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 1.029, de 29 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 3 de outubro de 2017, que autorizou o funcionamento do curso de Farmácia, bacharelado, reduzindo o número de vagas pleiteado, de 200 (duzentas) para 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, da Faculdade Regional Brasileira - Natal (FARB-Natal), com sede no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201608471 Parecer: CNE/CES 560/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Sociedade Educacional Mater Christi Ltda. - Mossoró/RN Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria n° 1.030, de 29 de setembro de 2017, publicada no DOU de 2 de outubro de 2017, autorizou o curso de Odontologia, bacharelado, da Faculdade UNIRB - Mossoró, com sede no município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte, contudo determinou redução no número de vagas solicitado de 120 (cento e vinte) para 95 (noventa e cinco) vagas anuais Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria n° 1.030, de 29 de setembro de 2017, que deferiu o pedido de autorização do curso de Odontologia, bacharelado, com 95 (noventa e cinco) vagas totais anuais, que será ministrado pela Faculdade Unirb - Mossoró , localizada na rua Ferreira Itajubá, nº 745, bairro Santo Antônio, no município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte Decisão da Câmara: APROVADO por unianimidade.

e-MEC: 201406674 Parecer: CNE/CES 562/2017 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessada: Associação Brasileira de Educação Familiar e Social - Salvador/BA Assunto: Recredenciamento da Faculdade Social da Bahia, com sede no município de Salvador, estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Social da Bahia, com sede na Avenida Oceânica, nº 2.717, bairro Ondina, no município de Salvador, estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200803262 Parecer: CNE/CES 563/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessado: CEMES Centro Mineiro do Ensino Superior - Campo Belo/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Administração de Campo Belo, com sede no município de Campo Belo, estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Administração de Campo Belo (FACAMP), com sede na rua Professora Lady Alvarenga Neves, nº 30, bairro Jardim Europa, no município de Campo Belo, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201408202 Parecer: CNE/CES 564/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Instituto Ensinar Brasil - Belo Horizonte/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdades Doctum de Guarapari, com sede no município de Guarapari, estado do Espírito Santo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdades Doctum de Guarapari (Doctum), com sede na Rodovia Jones dos Santos Neves, nº 3.535, bairro Muquiçaba, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201503358 Parecer: CNE/CES 565/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Núcleo Integrado de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. - ME - João Pessoa/PB Assunto: Recredenciamento da Faculdade Anglo-Americano de João Pessoa - FAAJP, com sede no município de João Pessoa, estado da Paraíba Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Anglo-Americano de João Pessoa - FAAJP, com sede na Ladeira de São Francisco, nº 16, centro, no município de João Pessoa, no estado da Paraíba, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201211148 Parecer: CNE/CES 566/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão de Riachão do Jacuípe Ltda. - EPP -Riachão do Jacuípe/BA Assunto: Recredenciamento da Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe, com sede no município de Riachão do Jacuípe, estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe, com sede na Avenida Lomanto Júnior, nº 3.939, no bairro Bela Vista, município de Riachão do Jacuípe, estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201408276 Parecer: CNE/CES 567/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Saint Paul Educacional Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Tecnologia Saint Paul, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia Saint Paul, com sede na rua Pamplona, nº 1616, bairro Jardim Paulista, no município de São Paulo, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20078763 Parecer: CNE/CES 568/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Unibahia - Unidade Baiana de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda. - Lauro de Freitas/BA Assunto: Recredenciamento da Faculdade Integradas Ipitanga, com sede no município de Lauro de Freitas, no estado da Bahia Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdades Integradas Ipitanga (Faciip), com sede à Avenida Luiz Tarquínio, s/n, Pitangueiras, município de Lauro de Freitas, estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201418077 Parecer: CNE/CES 570/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Anhanguera Educacional Participações S/A - Valinhos/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade União Bandeirante, com sede no município São José, estado de Santa Catarina Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade União Bandeirante com sede na Rua Luiz Fagundes, nº 1.680, bairro Picadas do Sul, no município de São José, estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201418147 Parecer: CNE/CES 571/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Anhanguera Educacional Participações S/A - Valinhos/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade Anhanguera de Tecnologia de Jundiaí - FATJ, com sede no município Jundiaí, estado de São Paulo Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Anhanguera de Tecnologia de Jundiaí- FATJ, situada à rua Senador Fonseca, nº 1181, centro, no município de Jundiaí, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e-MEC: 201117448 Parecer: CNE/CES 573/2017 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: QI Escolas e Faculdades Ltda. - Porto Alegre/RS Assunto: Recredenciamento Faculdade de Tecnologia de Porto Alegre - Faqipoa, com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia de Porto Alegre - Faqipoa, com sede na Avenida Júlio de Castilhos, nº 435, bairro Centro, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201510314 Parecer: CNE/CES 574/2017 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Organização Educacional Araucária Ltda. - Curitiba/PR Assunto: Recredenciamento da Faculdade Educacional Araucária - (Facear), com sede no município de Curitiba, estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Educacional Araucária (Facear), com sede na Rua Doutor Levy Buquéra, nº 589, bairro Sitio Cercado, no município de Curitiba, estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201504816 Parecer: CNE/CES 575/2017 Relator: Antonio de Araújo Freitas Junior Interessado: MEC/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Recife/PE Assunto: Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, com sede no município de Recife, estado de Pernambuco Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, com sede no município de Recife, estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 8 (oito) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201604793 Parecer: CNE/CES 576/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas - Varginha/MG Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário do Sul de Minas, com sede no município de Varginha, estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS-MG), com sede na Avenida Alzira Barra Gazzola, nº 650, Aeroporto, no município de Varginha, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de dezembro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201417078 Parecer: CNE/CES 577/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessado: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Recredenciamento do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca RJ (CEFET/RJ), com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, para a oferta de cursos na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao recredenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, observando-se tanto o prazo de 8 (oito) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201417189 Parecer: CNE/CES 578/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Ministério da Educação/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - Brasília/DF Assunto: Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com sede no município de Porto Velho, estado de Rondônia Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com sede à Avenida Calama, nº 994, de 4753 a 5143, lado ímpar, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no município de Porto Velho, estado de Rondônia, observando-se tanto o prazo de 8 (oito) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201503281 Parecer: CNE/CES 579/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Fundação Universidade Federal de Rondônia - Porto Velho/RO Assunto: Recredenciamento da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) com sede no município de Porto Velho, no estado de Rondônia, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da relatora: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao recredenciamento, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), BR 364, Km 9,5, s/n, no município de Porto Velho, estado de Rondônia, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201503355 Parecer: CNE/CES 580/2017 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessado: Ministério da Educação/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Brasília/DF Assunto: Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG, com sede no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, com sede na avenida Professor Mário Werneck, nº 2590, bairro Buritis, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo máximo de 8 (oito) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000049/2017-12 Parecer: CNE/CES 584/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Procuradoria da República em Rondônia (Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão)/MPF - Porto Velho/RO Assunto: Consulta sobre normatização para que Instituições de Ensino Superior não utilizem questões repetidas no processo seletivo para ingresso de discentes em Faculdades e Universidades Voto do relator: Voto pelo encaminhamento de resposta, via ofício, à Procuradoria da República em Rondônia (Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão)/MPF, nos termos deste Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201506359 Parecer: CNE/CES 585/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessado: Dom Bosco Ensino Superior Ltda. - Curitiba/PR Assunto: Credenciamento de Centro Universitário UNIDOMBOSCO, por transformação da Faculdade Dom Bosco, com sede no município de Curitiba, estado do Paraná Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário UNIDOMBOSCO, por transformação da Faculdade Dom Bosco, localizada na avenida Presidente Wenceslau Braz, nº 1.172, bairro Lindóia, no município de Curitiba, no estado do Paraná, observando-se o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Processo: 23001.000034/2015-84 Parecer: CNE/CES 586/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Única Educacional Ltda. - Brasília/DF Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 612, de 30 de outubro de 2014, indeferiu o pedido de autorização do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios da Faculdade Kennedy de Belo Horizonte (FKBH), com sede no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação, expressa na Portaria SERES nº 612, de 30 de outubro de 2014, para autorizar o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios, a ser oferecido pela Faculdade Kennedy de Belo Horizonte (FKBH), com sede na Rua José Dias Vieira, nº 46, no bairro Rio Branco, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201607104 Parecer: CNE/CES 588/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Centro Universitário da Bahia Ltda. - Alagoinhas/BA Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que, por meio da Portaria SERES Nº 1.020, de 27 de setembro de 2017, publicada no DOU em 28 de setembro de 2017, autorizou o Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, tecnólogo, da Faculdade Regional da Bahia (FARB), reduzindo o número de vagas pleiteadas, de 200 (duzentas) para 90 (noventa) vagas totais anuais Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão (SERES), do Ministério da Educação, expressa na Portaria SERES nº 1.020, de 27 de setembro de 2017, publicada no DOU em 28 de setembro de 2017, para autorizar o funcionamento do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, tecnólogo, a ser oferecido pela Faculdade Regional da Bahia (FARB/UNIRB), instalada na Avenida Deputado Luís Eduardo Magalhães, s/n, bairro Subaé, no município de Feira de Santana, no estado da Bahia, com 200 (duzentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201502139 Parecer: CNE/CES 589/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: União Maringaense de Ensino Ltda. - EPP - Maringá/PR Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria SERES nº 646, de 29 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 30 de junho de 2017, indeferiu o pedido de autorização do curso superior de Pedagogia, licenciatura, na modalidade a distância, da Faculdade Cidade Verde, com sede no município de Maringá, estado do Paraná Voto da relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação, expressa na Portaria SERES nº 646, de 29 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 30 de junho de 2017, para autorizar o funcionamento do curso de Pedagogia, licenciatura, na modalidade de Educação a Distância (EaD), a ser oferecido pela Faculdade Cidade Verde (FCV), com sede na Avenida Advogado Horácio Roccanello Filho, nº 5.950, sobreloja, bairro Zona 7, no município de Maringá, estado do Paraná, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela SERES, mantendo a decisão proferida pela Câmara de Educação Superior no Parecer CNE/CES nº 107, de 15 de março de 2017, homologada pelo Ministro de Estado da Educação por meio da Portaria MEC nº 635, de 17 de maio de 2017, publicada no DOU do dia 18 de maio de 2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000021/2014-24 Parecer: CNE/CES 590/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Gustavo Alpoim de Santana - Salvador/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que indeferiu o pedido de reconhecimento do diploma de mestrado em Marketing e Gestão Empresarial, obtido na Universidade Internacional, em Lisboa, Portugal Voto do relator: Conheço do recurso para, no mérito negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que indeferiu o pedido de reconhecimento do diploma de mestrado em Marketing e Gestão Empresarial, obtido por Gustavo Alpoim de Santana, portador da cédula de identidade RG 2.368.719-35 - SSP/BA, inscrito no CPF: 464.217.345-53; na Universidade Internacional, na cidade de Lisboa, Portugal. Recomendo ao interessado, no entanto, que ingresse, de acordo com a legislação vigente, com novo pedido de reconhecimento de diploma em outra Universidade que possua programa na mesma área de conhecimento, em nível equivalente ou superior, do curso realizado Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201307760 Parecer: CNE/CES 592/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Fundação Universidade do Contestado - FUNC - Mafra/SC Assunto: Recredenciamento da Universidade do Contestado - UnC, com sede no município do Mafra, estado de Santa Catarina, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao recredenciamento, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Universidade do Contestado - UnC, com sede à Avenida Presidente Nereu Ramos, nº 1.071, no bairro Jardim do Moinho, município de Mafra, estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 8 (oito) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201417990 Parecer: CNE/CES 593/2017 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Escola de Enfermagem Nova Esperança Ltda. - EPP - João Pessoa/PB Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Medicina Nova Esperança, com sede no município de João Pessoa, estado da Paraíba Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Medicina Nova Esperança, com sede à Avenida Frei Galvão, nº 12, no bairro Gramame, município de João Pessoa, estado da Paraíba, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507572 Parecer: CNE/CES 595/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. Assunto: Credenciamento da Faculdade Estácio de Maringá (Estácio Maringá), a ser instalada no município de Maringá, no estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Estácio de Maringá (Estácio de Maringá), a ser instalada na rua Vereador Basílio Sautchuk, nº 387, Zona 01, no município de Maringá, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; Marketing, tecnológico; Gestão Financeira, tecnológico; Ciências Contábeis, bacharelado e Administração, bacharelado, com número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201506861 Parecer: CNE/CES 596/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Associação de Educação Santa Rita de Cássia - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento de Centro Universitário Santa Rita (Unisantarita), por transformação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia (Faceas), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Santa Rita (Unisantarita), por transformação das Faculdades de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia (Faceas), com sede na Avenida Jaçanã, nº 648, bairro Jaçanã, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201353107 Parecer: CNE/CES 597/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Associação Educacional de Rondônia - Cacoal/RO Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que, por meio da Portaria nº 868, de 11 de agosto de 2017, publicada no DOU em 14 de agosto de 2017, indeferiu o pedido de autorização do curso superior de graduação em Engenharia Civil, bacharelado, da Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena (FAEVE), com sede no município de Vilhena, no estado de Rondônia Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efei-

tos da Portaria SERES nº 868, de 11 de agosto de 2017, publicada no DOU em 14 de agosto de 2017, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de graduação em Engenharia Civil, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena (FAEVE), localizada na Rua Cléber Mafra de Souza, nº 8735, bairro Residencial Orleans, no município de Vilhena, no estado de Rondônia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

PUBLIQUE-SE

Brasília, 19 de dezembro de 2017.
ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária Executiva

SÚMULA DO PARECER CNE/CP 15/2017

Reunião ordinária dos dias 4, 5, 6 e 7 de dezembro/2017

CONSELHO PLENO

Processo: 23001.000201/2014-14 Parecer: CNE/CP 15/2017 Comissão: Antonio Cesar Russi Callegari (Presidente), Joaquim José Soares Neto (Relator), José Francisco Soares (Relator), Alessio Costa Lima, Antonio Carbonari Netto, Antonio de Araujo Freitas Junior, Arthur Roquete de Macedo, Aurina Oliveira Santana, Eduardo Deschamps, Francisco César de Sá Barreto, Gersem José dos Santos Luciano, Gilberto Gonçalves Garcia, Ivan Cláudio Pereira Siqueira, José Loureiro Lopes, Luiz Roberto Liza Curi, Malvina Tania Tuttman, Márcia Angela da Silva Aguiar, Maurício Eliseu Costa Romão, Nilma Santos Fontanive, Paulo Monteiro Vieira Braga Barone, Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti, Rossieli Soares da Silva, Suely Melo de Castro Menezes e Yugo Okida Interessado: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - Brasília/DF Assunto: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Voto da Comissão: À vista do exposto, a Comissão Bicameral submete à apreciação do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação o posicionamento favorável à aprovação deste Parecer, seu Projeto de Resolução e anexos, que instituem e orientam a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), explicitando os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a ser observada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por maioria.

Brasília, 18 de dezembro de 2017.
ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária Executiva

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CENTRO DE TECNOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na publicação do DOU nº 242, de 19-12-2017, Seção 1, página 97, 2ª coluna, na identificação, onde se lê: Portaria nº 2, de 18 de dezembro de 2017, leia-se: Portaria nº 27, de 18 de dezembro de 2017.

(p/Coejo)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

CAMPUS CUIABÁ - OCTAYDE JORGE DA SILVA

PORTARIA Nº 419, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO CAMPUS CUIABÁ - OCTAYDE JORGE DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT nº. 860, de 19.04.2017, publicada no D.O.U. de 20.04.2017 e considerando a Portaria nº 1.729, de 09.09.2014 de delegação de competências aos Diretores Gerais de designação e dispensa de função; resolve:

I - Alterar a nomenclatura da função de Coordenação de Campus, código FG-04; para Coordenação de Projetos código FG - 04;

II - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

III - Cientifiquem-se e cumpram-se.

CRISTOVAM ALBANO DA SILVA JÚNIOR

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 980, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no exercício de suas atribuições, conforme estabelece o inciso VI, do art. 16, do Anexo I, do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007 e tendo em vista o disposto na Portaria do Ministério da Educação nº 1350, de 25 de novembro de 2010, bem como no Edital nº 45, de 04 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1° Tornar público o resultado do exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros - Celpe-Bras, realizado nos dias 17 a 19 de outubro de 2017, na forma constante no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2° As comprovações da certificação, com respectivo nível de proficiência obtido, poderão ser acessadas na página do Inep na internet (http://celpebras.inep.gov.br/certificacao/), a partir do dia 20 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

ANEXO

POSTOS NO BRASIL
Nível Avançado Superior

ADDINSON DIAZ HERNANDEZ, 201702000270; ALEXANDRA MARCELA CASTRO CARDONA, 201702002311; ALVARO ANDRES RAMIREZ PALACIO, 201702001660; AMAURY MUÑOZ OLIVA, 201702000070; ANTÔNIO GONÇALVES FORTES FORTES, 201702002234; ARMAN YELTAY, 201702001890; AZUCENA CITLALLI JASO GALVÁN, 201702002872; CARLOS SEBASTIÁN CERÓN, 201702004595; CAROLINA ANDREA FREDES ACEVEDO, 201702000059; CECILIA FERNANDA SOSA SANTOS, 201702000807; CLAUDIA MARICELA GOMEZ MUNETON, 201702002988; COHOVI EUDES NANDJO, 201702000377; CORINA EVELIN DEMARCHI VILLALÓN, 201702004878; CYNTHIA CLAUDIA ROMERO, 201702000436; EGLANTINE GUELY COSTA, 201702004435; FEDERICO GARRIDO, 201702002868; FERNANDO JAVIER VILCHEZ DELGADO, 201702001681; FRANCESCA SPREAFICO, 201702000004; GBÈNOUKPO GÉRARD NOUATIN, 201702002002; GEDMA ALEJANDRA SALAMANCA RODRIGUEZ, 201702000553; HANNA KNAPP, 201702003300; JACKLIN SOO PAE, 201702001322; JAVIERA CRISTINA HERNÁNDEZ ARRIAGADA, 201702004804; JESUS MACIAS ESPINOSA, 201702000196; JONAS VETS, 201702003781; JORDI SANCHEZ CUENCA ALOMAR, 201702005664; MAJELA PENTÓN MACHADO, 201702001156; MARIA DEL CARMEN SOLANA QUINTANA, 201702000220; MAURICIO ALEJANDRO FERNANDEZ CASTILLO, 201702001402; MIN JEONG BAG, 201702000370; ODALYS GARCIA CABRERA, 201702002999; PRISCILLA AMARACHI ODINMAH, 201702000038; ROCIO ESTHER GONZALEZ FARINA, 201702001985; SAMANTHA BEATRÍZ ESPARZA NARANJO, 201702000838; SIEON LEE, 201702001767; SILVANA PAOLA MOREIRA IFRAN, 201702001359; TATIANA ESCOBAR ESCOBAR, 201702004279; TULIO ALEXANDER BENAVIDES FRANCO, 201702005735; UMBERTO RIVIECCIO, 201702001828; YANET MARIA REIMONDO BARRIOS, 201702000072.

Nível Avançado

ADDA SOFÍA BARCO VELÁSQUEZ, 201702002527; ADRIAN GONZÁLEZ MASSÓN, 201702001737; ADRIANA FERNÁNDEZ CAMPOS, 201702001332; ALEJANDRO ESPINOSA, 201702004169; ALEJANDRO LUIS FERNANDEZ FERNANDEZ, 201702003251; ALEJANDRO SALAZAR GUERRA, 201702002629; ALFREDO NAVA SÁNCHEZ, 201702004028; ANA MARIA RIVERA FELLNER, 201702002308; ANASTASIYA GOLETS, 201702003773; ANDREA GABRIELA ZUNIGA PONCE, 201702000505; ANDRES RICARDO QUINTERO GARCIA, 201702002355; ANEYQUEL RICARDO GAITAN HERNANDEZ, 201702002083; ANNA SMIRNOVA HENRIQUES, 201702004321; ARIANA VALERIA CACERES BARRIENTOS, 201702003643; ARTURO MAGALLO FULDAIN, 201702000612; ASHLEIGH PAIGE HARVEY ANN BEERSINGH, 201702001415; AUDREY YVONNE EMMANUELLE CONJAT OREFICE DE SOUZA, 201702000727; AXCELLE PHAROZIA NTSAME BE, 201702000083; AYELÉN SILVANA GÓMEZ, 201702002569; BARBARA ELENA SIS OREGON, 201702002300; BELEM VANESSA JIMÉNEZ GARCÍA, 201702000884; BENJAMIN JOSEPH MAILHE, 201702002450; BERNARD KWAKU OSEI, 201702000877; BETTY SALAZAR MAYTA, 201702001605; BRAWN ANTÓNIO GUERRA, 201702000889; BRENDA MARIBEL PINEDO MACEDO, 201702000429; CAMILO ANDRÉS GUERRERO MARTIN, 201702000225; CANDELA MENEGUZZI LAVIN, 201702001750; CARIDAD VEGA PUPO, 201702001844; CARL ALFONZO BRICENO MADERA, 201702001739; CARLOS ANDRES MARTINEZ RODRIGUEZ, 201702001296; CARLOS DAVID MORALES PEÑA, 201702005025; CARLOS NAZARENO AYALA, 201702002086; CARMEN TERESA GARAY DIAZ, 201702000603; CAROLINA GIANELLA COBO CHANTONG, 201702000121; CATINE ANTONIO CHIMENE, 201702000319; CAVERY GOBALAKICHENANE OSTYN, 201702000799; CHRISTIAN DAMIAN AVOLIO, 201702004883; CHRISTIAN ROBERTO MENDOZA MARADIAGA, 201702002831; CHRISTINA CHABALI, 201702000050; CIDNA PLACIDIA MEDESSE GBETIE, 201702000450; CILIANA LIMA, 201702000321; CLARA HIDALGO CASTRO, 201702004516; CLARA LORENA PAEZ GONZALEZ, 201702002685; CLAUDIA PATRICIA CAMACHO URIBE, 201702004691; CLAUDIA YOLIMA INÉS DEVIA ACOSTA, 201702001861; CORENTIN BERENGER GILLES LOUIS, 201702005155; CRISTINA LIZANA ARANEDA, 201702000060; DANIEL AGYEMANG ASARE, 201702001235; DANIELA PATRICIA ARREGUI, 201702000678; DAVID IBAÑEZ GRANELL, 201702001189; DAYADIA OTAMENDI FROMETA, 201702000784; DEEPAK CHANDRA, 201702002100; DENNIS KIRII NYAGA, 201702000579; DEYANIRA YASMIN SANCHEZ FUENTES, 201702005700; DIANETH SARA LIMA BEJAR, 201702001410; DIMARIS ANAIKA GOMEZ RAMIREZ, 201702001519; ELIAS ALVIZURI HERNANDEZ, 201702000407; ELIMAY FERNANDEZ ESPINOSA, 201702000013; EMILY GORRICHO DO NASCIMENTO, 201702004060; ENDERSON ALEJANDRO MAYORGA VILLACIS, 201702000092; ERICK RENE CERDA RIZO, 201702002728; ERIKA PERALTA, 201702003418; ESTHER JANNET BAUTISTA GABRIEL, 201702001381; EVA DE LAS MERCEDES HECHAVARRIA IZQUIERDO, 201702002513; FEDOR ANDRES SPADAFORA ALARCON, 201702000543; FELIPE ANDRES MARTINEZ ARISTIZABAL, 201702001639; FERNANDO IDANEZ NINEROLA, 201702001679; FIDEL ENRIQUE OLIVERA SORDO, 201702002938; FRIEDERIKE VIKTORIA MORGENSTERN, 201702002712; GABRIEL ERNESTO JARA, 201702003968; GABRIELLA BIANCA MIUTA CAVALLI, 201702001050; GAETAN PIERANTONIO RAYMOND SCHOENTGEN, 201702004849; GIORGIA GABBRICCI, 201702002259; GIOVANNI JAN GIUBILATO, 201702004969; GLEIDY VANNESA ESPITIA ROJAS, 201702000844; GLORIA GORNES JOVER, 201702000494; GUILLERMINA ANDREA PENALOZA, 201702001555; GUISELLA CLARA ANGULO ARMIJO, 201702002486; GUSTAVO JALDIN OCHOA, 201702001158; GUSTAVO LEONEL HUTWERT, 201702003405; HECTOR ANDRES BURBANO CAICEDO, 201702003996; HECTOR PEREZ GEORGE, 201702000668; HENDER LARRY PRATO CABALLERO, 201702002222; HENRI JOEL OLATOUNDJI OUSSOU, 201702001238; HOLMES ABEL RIPOLL SIERRA, 201702002892; IGNACIO CERVELLO, 201702002310; IRINA DORABIATO CAVALCANTE, 201702000929; IRIS FABIOLA MONTAÑO CASTELLON, 201702001976; IRVING JORHANY PIZARRO MARCHENA, 201702000906; ISAAC MURILLO SIERRA, 201702000034; ISABELLE SAWETZ, 201702002933; ISAC XAMIR LOPES DE CARVALHO, 201702001406; ISEL DE VARONA MIYARES, 201702000465; ISIS MANUELA CEDENO NESSY, 201702004829; IULIANA MARIA COTA, 201702002046; IVAN LUIS MANUEL HIDALGO CORNEJO, 201702001701; IVANA CHIRI PORCEL, 201702000298; JAIME LEVY MORENO, 201702001317; JAMES JEAN BAPTISTE, 201702002013; JEAN VICTOR MARTIN, 201702001944; JENIFFER ANDREA SANCHEZ ANCI, 201702000846; JENNIFER RUIZ MESA, 201702003154; JHON WILMAR MONTOYA ZULUAGA, 201702002342; JOAN JOSEP MIRO ORTEGA, 201702005680; JOEL BAYA KAZADI, 201702000671; JOEL NDALA MAKANGILA, 201702000632; JOHANNA CAROLINA PICON PEREZ, 201702001428; JOHN JAIRO QUIROGA OROZCO, 201702001748; JOSE ALEJANDRO RESTOM CORRALES, 201702002122; JOSE LUIS BRENES ANDRADE, 201702003323; JOSE LUIS TITUANA GUALOTO, 201702002026; JOSÉ NICOLÁS ALBORNOZ, 201702002080; JUAN CARLOS FABREGAS MANTILLA, 201702000605; JUAN FELIPE SUESCUN ESPINAL, 201702002810; JUAN MARCELO CARPIO ARÉVALO, 201702001287; JUAN SEBASTIAN ZULETA MARIN, 201702000212; JULIO CESAR MORALES FERNANDEZ, 201702001684; KATERYNA FRYGA, 201702002361; KEVIN MISAEL ANGEL REYES, 201702000598; KSENIA KHORKOVA, 201702000811; LADY ALEXANDRA DÍAZ RODRÍGUEZ, 201702002084; LAPO GORI, 201702004112; LAURA NAVARRETE, 201702003388; LAURA VERONICA FRESNEDA, 201702000551; LAURA VIVIANA ANGARITA PINZON, 201702000424; LAZARO GONÇALVES CUINICA, 201702000182; LEANDRO LEYSDIAN ORO CARRALERO, 201702000387; LEANDRO MARIO AVILA RANGEL, 201702001144; LEONARDO VITALE, 201702001816; LILIANA CRISTINA CRUZ SALVADOR, 201702002592; LILIANA ESCUDERO, 201702001752; LISA HOLLENBACH, 201702000462; LISA MARIA BECKER, 201702005512; LJUBICA TODOROVA, 201702003828; LONE HANSEN, 201702001613; LORENA STEFANIA ACOSTA ZUÑIGA, 201702002029; LOUANN MARIE ALIX GIOIA SCHOENTGEN, 201702004865; LUCIA FERNANDA PARRA CEVALLOS, 201702002523; LUCY COLE, 201702000427; LUEJI PESTANA, 201702001496; LUIS CARLOS PEREZ MARTINEZ, 201702003215; LUIS EDUARDO JARAMILLO BUSTAMANTE, 201702001674; LUIS FERNANDO IRUSTA RODRIGUEZ, 201702002654; LUíS FRANCISCO MOREIRA GONÇALVES, 201702000158; LUIS JAIME PEREZ CORDOBA, 201702002229; MAGDALENA MARIA RAKOWICZ MARTINS, 201702001680; MAHUGNON ULRICH GERARDO AGBOTAN, 201702000876; MANUEL MENDOZA VALVERDE, 201702004701; MARCIAL HUMBERTO SAAVEDRA CASTRO, 201702005705; MARGARITA ISABEL MALDONADO BRITEZ, 201702001350; MARIA ALEJANDRA MARSIGLIA CHAMS, 201702000501; MARIA ALEJANDRA MORALES MORALES, 201702002174; MARIA ALEJANDRA RODAS MEJIA, 201702003325; MARIA BUTRON SEVILLANO, 201702001833; MARIA ELEONORA GONZALEZ, 201702000102; MARIA FAUSTINA PINEYRUA, 201702001032; MARIA JEANNINE BONILLA LAGOS, 201702001601; MARIA PIA SEMINARIO YARLEQUE, 201702001643; MARIA SOLEDAD GALIMBERTI OLIVEIRA, 201702001728; MARIAN PATRICIA BALDERAS GALLO, 201702000775; MARIANELA ZÚÑIGA ES-

COBAR, 201702003315; MARIBEL DEICY VILLOTA ENRIQUEZ, 201702001252; MARICEL RODRIGUEZ SANCHEZ, 201702001683; MARIO SPEZZAPRIA, 201702000064; MARIUS LEVIN REDIGER, 201702003178; MARTHA LIZETH PAREDES SUAREZ, 201702002119; MARTIN UWE, 201702000576; MARTINA DELFINO, 201702002255; MAURICIO JOSE AVILEZ ALVAREZ, 201702002123; MAYUKO SHIDO, 201702004039; MELANIO SERAPIO ANCARI ALCAZAR, 201702003308; MELBA ALI VELAZQUEZ MABARAK SONDEREGGER, 201702002074; MELISSA ARISTIZABAL PEREZ, 201702002834; MEYLRIADE HUXLEY SÈMONDÉ GUEDOU, 201702000299; MICHAEL ALBERTO GUTIERREZ SANCHEZ, 201702002201; MIKAR NOHELY LOPEZ, 201702002695; MIRJAM INCHINGOLO, 201702000322; MISAKI SITTONI, 201702001651; NANCY ENELIA FAJARDO URAZAN, 201702001942; NESTOR FABIAN AYALA, 201702002402; NIKITA ALENTEV, 201702001862; NINFA MARLEN CHAVES TORRES, 201702001881; NORGE LUIS SOSA BELTRÁN, 201702004339; NORMA PATRICIA DURAN OSORIO, 201702004537; OLGA ONYUSHEVA, 201702002741; OLIVIA YEEUN KIM, 201702000274; ORLANDO YESID ESPARZA ALBARRACIN, 201702001876; PAOLA ANDREA MORENO ESPINOZA, 201702001971; PASCOA RAIMUNDO TIAGO, 201702002149; PATRICK COMLAN MAHOUGNON AHOTONDJI, 201702000091; PAULO FRANCO AGUIRRE SANCHEZ, 201702003845; PEDRO ALEXANDER VELASQUEZ VASCONEZ, 201702002883; PEDRO PABLO FERMIN MAGUIRE, 201702004761; PETER CHARRIE JANAMPA SARMIENTO, 201702000520; RAUL EDISON LUNA LAZO, 201702002441; RAÚL SANDOVAL PÉREZ, 201702002745; RICARDO APONTE FERNANDEZ, 201702000614; ROBERTA DEFAZIO, 201702002248; ROMAN ENRIQUE MAZA ORTEGA, 201702002823; RONY GIORDANO SOSA DA SILVA, 201702005239; SAMARYS LYNETTE CRUZ BAEZ, 201702003538; SANTIAGO VALDES RAVELO, 201702001602; SARA GONZÁLEZ BERRIO, 201702004107; SARA GRAJALES MORALES, 201702005341; SARA JOHANNA SANCHEZ GUERRERO, 201702004077; SARA ZAMPIERI, 201702001113; SARAY VANESSA CHAVARRIA CAMPOS, 201702004903; SEBASTIAN FRANCISCO LUPERA VALENCIA, 201702003608; SERGIO VIEIRA NIUAIA NIUAIA, 201702003989; SILVIA ALBERTINI, 201702004034; SONIA INES VARELA, 201702000055; TAIMY CANTILLO PÉREZ, 201702003181; TANIA AYLLON SANTIAGO, 201702002618; THOMAS HARVEY LORD, 201702000899; TOMAS VALDES, 201702001329; UELI SONDEREGGER SONDEREGGER MATOS, 201702002069; VALENTINA PASTORELLO, 201702000263; VANESSA DEL CARMEN HUAMAN ARAOZ, 201702004087; VERENA SIMONE NETH, 201702004101; VICTOR EDUARDO MARTINEZ ABAUNZA, 201702001152; VICTOR RAUL SOSA GONZALEZ, 201702002076; VICTORIA DOMMY ORTIZ FLOREZ, 201702001336; VIVIANN MOANA WILMOT, 201702003661; VLADIMIR ANGULO CASTILLO, 201702001547; WANPING XIONG, 201702005498; YAIMARA MUGUERCIA HIERREZUELOS, 201702001019; YERUVIA ORTIZ JANCO, 201702001508; YILIEN ELIZABET PANTOJA PEREZ DA SILVA, 201702001566; YOAV GOLDRING, 201702003058; YOSHIN EFRAIN CONTRERAS OSCCO, 201702002907; YOSHITAKA YAMAMOTO, 201702004953; YUNIER ARRÓ MARTÍNEZ, 201702000264.

Nível Intermediário Superior

ABDUL KEVIN ALEXIS, 201702002139; ADAM TERRENCE MACMILLAN, 201702005438; ADRIAN ARMANDO CORBALAN, 201702002225; AIDA LUZ SALDANA GARCIA, 201702002048; ALAN DREW ROCA, 201702004964; ALBERTO GONZALEZ CUBILLO, 201702000290; ALEJANDRA DAYANA VERGARA ZEGARRA, 201702003294; ALEX SIERRA, 201702005511; ALEXIS ARTEAGA QUINTERO, 201702000003; ALI NASRALLAH, 201702000577; ALICIA DE LA CARIDAD FONSECA ALONSO, 201702002508; ALICIA SILVIA ARIAS USI, 201702002808; ALIUSKA TIZON PEREZ, 201702002102; ALLAN EDGARDO MERCADO ZAMBRANO, 201702001170; ALMA CONCEPCION MONGES, 201702002782; ALTAGRACIA QUINTERO QUINTERO, 201702004685; AMIR MAHDI ARAGHI, 201702001805; ANA CAROL ALDAPI VAQUERA, 201702000931; ANA DE LOS ANGELES URBINA VALDIVIA, 201702000232; ANA JULIETH CALDERON MARQUEZ, 201702000528; ANDREA LIZBETH GUZMAN LIMA, 201702005510; ANDREA MIRELDY ROQUE GALARZA, 201702001069; ANDREA RAQUEL ORBE JATIVA, 201702000718; ANDRES CAMILO ACOSTA ACEVEDO, 201702002277; ANGEL RAUL JIMENEZ GONZALEZ, 201702003361; ANGELA ETHELIS JIMENEZ MARTINEZ, 201702001499; ANGELA MUÑOZ, 201702005711; ANGELA NATALIA AGUIRRE BRAVO, 201702004743; ANGELA PAREDES SALAVALDEZ, 201702002095; ANGELY VANESSA RODRIGUEZ ALVARADO, 201702000265; ANIA LUSSON CERVANTES, 201702001714; ANOUK ROOIJERS VAZQUEZ, 201702003369; ANTOINE PASCAL JEAN BEUVAIN, 201702003291; ANTONIO JOSE LINARES RUIZ, 201702003594; ARIANNY NUNEZ LAMELA, 201702001307; ARIEL IBAÑEZ RODRIGUEZ, 201702002981; ARIEL ROGELIO VELAZCO CARDENAS, 201702004523; ARNALDO DEL RISCO SÁNCHEZ, 201702002270; ARTURO FAJARDO JAIMES, 201702001960; ASTRID AYALA ABURTO, 201702000921; ASTRID YANET AGUILERA CAZALBON, 201702000139; BARRY MALICK BARQUE, 201702001393; BEATRIZ AVILA FERNANDEZ, 201702000199; BOAZ MUKUNA KAPUKU, 201702000584; BRADLEY JOSEPH SMITH, 201702005419; BRAYAN ALEJANDRO ROMERO FIGUEROA, 201702004300; BREIDY MERCADO PIZARRO, 201702000391; BRIAN JORGE CESPEDES COIMBRA, 201702003623; BRISA LUZ CASTILLO LANDA, 201702003540; BROLIN ALVAREZ PANIAGUA, 201702003738; BRYANA NICHOLLE SHOOK, 201702000403; CALAWIA SALIMO, 201702000684; CALISTO DAVID COME, 201702001792; CARLA ALICIA BERENGUER, 201702005252; CARLOS ANDRES VALDES RUBIO, 201702002600; CARLOS DAVID RAUDALES BANEGAS, 201702000621; CARLOS OSWALDO AÑEZ RODRIGUEZ, 201702004281; CARLOS RAGHU MAMANI SOSA, 201702005455; CARLOS ROBERTO CALDERÓN DEL CID, 201702002296; CARLOTTA BRIGANTI, 201702004225; CAROLINA ALISON TORRICO DOMINGUEZ, 201702003706; CECILIA NAID ZENTENO LAWRENCE, 201702002839; CÉSAR ALEXANDER ORTÍZ ROJAS, 201702005036; CESAR AUGUSTO FLOREZ HERNANDEZ, 201702003718; CESAR ROBAINA GALVEZ, 201702000624; CHESNEL VALENTINE, 201702003042; CHIARA ROSSETTI, 201702005046; CHRISTINA LESLINE ARIELLE MCKOY, 201702001173; CHRISTOPHER ANTHONY FITZGERALD, 201702003057; CITLALLY DELGADO, 201702000305; CONAN ALICE, 201702003064; CRISTIAN CAMILO ESPITIA MORILLO, 201702005559; CRISTINA ALEJANDRA GIGENA, 201702004286; CYMTHIA GUEDENON, 201702000147; DAESEOK GO, 201702004080; DANELIN PEÑA REYES, 201702000814; DANIEL FERNANDO SANCHEZ NAVARRO, 201702005542; DANIEL GUSTAVO RIVERA SUAREZ, 201702002190; DANIEL JOSÉ MARTÍNEZ GOITÍA, 201702003050; DANIEL MAURICIO RINCON FERNANDEZ, 201702001104; DANIEL SILVESTRE SALAZAR WATANABE, 201702003993; DANIELA TERESA MOYA FARIÑAS, 201702001995; DANTE EDSON SIFUENTES QUIROZ, 201702000842; DANTE MAXIMO VELASQUEZ CHAINA, 201702002574; DAVID RIVERA BATISTA, 201702000997; DERLY JUDAISSY DIAZ RODRIGUEZ, 201702000710; DIANA NOEMI CORTEZ PALOMO, 201702000080; DIANELIS VILLAR POMARES, 201702001364; DIEGO ANTONIO OTAROLA CORREA, 201702000219; DIEGO ARMANDO CABEZAS GARCIA, 201702003943; DIEGO ORESTES JIMÉNEZ MARTÍNEZ, 201702000891; DIGNE BOUSSOYI, 201702000107; DOMINGO LAGO BARCIA, 201702001048; DOMINIQUE IACCONI, 201702003056; EDI EFRAIN BÁMACA LÓPEZ, 201702001142; EDIT ABREU SENARIS, 201702001894; EDITH NATALIA MONTAÑA RODRIGUEZ, 201702001583; ELISABETH ZWIMPFER, 201702005585; ELOISE LUCIE KLARA SCHOENTGEN, 201702005276; ELVIS BOLANLE DORITCHAMOU, 201702001214; EMIR JOSE MIGOYA MEDINA, 201702003139; ENOCK AKODEDJRO, 201702000359; ERIKA GABRIELA LATORRE HURTADO, 201702003951; ERIKA ILEANA JOVEL DE ESCOBAR, 201702001783; EUGENIA GALICIA GONZALEZ, 201702004587; EUGENIA MURIEL GARCIA, 201702001798; EVANDRA CRISTINA GONÇALVES MOREIRA, 201702001446; F. MAGNIFICAT ZINSOU, 201702000311; FAUSTINO EMILIO ARENCIBIA JAIME, 201702004118; FELIPE ANDRES SALINAS VASQUEZ, 201702002451; FELIX GONZALES VERA, 201702002453; FELIX JORGE ROBINSON SAMUELLS, 201702002466; FELIX TWUM BARIMAH, 201702002227; FERNANDA JOSE RODRIGUEZ RAMOS, 201702000873; FERNANDO GARRIDO TOME, 201702004661; FIORELLA MICHELLE PONCE DE LEON MAUNY, 201702001743; FIWA DEBORAH EMMANUELLA CHRISTELLE TCHEGNONHOU, 201702001201; FRANCESCO VITTORI, 201702002016; FREDDY JOSE NORIEGA CABELLO, 201702002071; FRÉDÉRIC WALTHÈRE JOACHIM PILI, 201702002756; GABRIEL MAURICIO GUEVARA TALAVERA, 201702002212; GAELLE BRAULT, 201702003040; GARY ALAN MAGNE PAGUASI, 201702002223; GEMA STEPHANY GARCIA RODRIGUEZ, 201702001606; GEORGE TELA, 201702000017; GERMAN ACOSTA, 201702002436; GIGIOLA SUCET GONZALEZ DURAN, 201702000793; GISELA MARGARITA MOLINA ESPINOZA, 201702002283; GISELLE NAIBY SAMAYOA MORALES, 201702000132; GISELLE SOSA LIZANA SILVA, 201702000419; GISETT LARA, 201702002819; GISSELA MICHELL CHANG CALLUPE, 201702002913; GLADYS VANESSA YSLA RAMIREZ, 201702002469; GLORIA KEVINE HOUEFFA HOUEDEHOU, 201702001124; GLORIA NADITH JARABA VILLANUEVA, 201702000535; GODFRED ASSAN, 201702000583; GRACE ALEJANDRA CABEZAS CANTOS, 201702005056; GREIS YVET OROPEZA QUESQUEN, 201702002804; GREISY HECHAVARRIA MUCHULI, 201702001209; GRETEL FARALINA MIRANDA PÉREZ, 201702002836; GUILLERMO ENRIQUE ESCOBAR PADILLA, 201702004440; GUSTAVO ADOLFO ALMENDARES PALACIOS, 201702001991; GUSTAVO ANDRES CAMELO ACEVEDO, 201702001061; HEIDY LORENA FERRARI AUDIVERTH, 201702002967; HENDRIK SCHULZE DUELLO, 201702005497; HENRIQUE NORTE, 201702000521; HUGO EDUARDO GARCÍA SOSA, 201702000253; IKER KORTAJARENA BLANCO, 201702005618; ILSEN MAGALI CHOQUE GARECA, 201702004989; ILYA MARIA ESPINO CRUZ, 201702001003; INACIO MATEUS ASSANE, 201702002739; IRIS VERONICA RESTREPO LOPEZ, 201702002348; ISABELLE SASSIN, 201702002925; ISSEL DESPAIGNE BURON, 201702000042; IVAN MAURICIO CELY TORO, 201702000532; JACQUES FACON, 201702000022; JAEL TAWABA TONDA, 201702000224; JAEYONG KIM, 201702002798; JAIME ORLANDO ROBAYO BOLAÑOS, 201702000586; JAIME RODRIGO GAZMURI MUJICA, 201702003526; JAINETH STEFANIA PINERES CERPA, 201702002244; JAMILIO KRANEBITTER, 201702002501; JATSON ROJAS, 201702005601; JAVIER ERNESTO LADRON DE GUEVARA MARZAL, 201702004342; JAVIER ESNEIDER MÉNDEZ ALFONSO, 201702004748; JAVIER PINO CABALLERO, 201702000008; JEAN AGUSTIN VELÁSQUEZ PIÑAS, 201702000283; JEDIDIAH NYARKO, 201702000835; JESUS FERNANDO MONTOYA RIVERA, 201702000002; JHANIRA MAYRA CONDE OSCO, 201702002781; JHOAN SEBASTIAN MORA RAVE, 201702003200; JIAHUI YAO, 201702004949; JIEUN KIM, 201702003038; JIRI GIRCAK, 201702000151; JOCABETH RAMOS CASTILLO, 201702001361; JOHANNY JUANIRCYS SANTIAGO PACHECO, 201702001497; JOHANNYS ANA FERNANDEZ SEDRES, 201702000763; JOHN GOULD, 201702000033; JOICE SANCHEZ LOPEZ, 201702001635; JONATHAN DUPRE, 201702001411; JONATHAN MARK ELAM, 201702003013; JORGE ALBERTO BORREGO CABRERA, 201702001095; JORGE ANDRÉS ARROYAVE ORTEGÓN, 201702005562; JORGE CARLOS CARRASCO GONZÁLEZ, 201702001147; JORGE DANIEL SAUCEDO, 201702002900; JORGE GONZALO SILVA YZAGUIRRE, 201702001078; JORGE LUIS ABRIL BENJUMEA, 201702000847; JORGE RICARDO SANCHEZ VILORIO, 201702001216; JOSE ANTONIO GARCIA MORENO, 201702001751; JOSE ANTONIO RODRIGUEZ BLANCO, 201702002332; JOSÉ ENRIQUE ECHEMENDÍA BATISTA, 201702000999; JOSE FRANCISCO VELASQUEZ SIERRA, 201702000098; JOSÉ GIL VICENTE, 201702004008; JOSE HERNANDEZ, 201702000386; JOSE LUIS SAENZ GARCIA, 201702001852; JOSÉ MANUEL ALVAREZ SEARA, 201702004378; JOSE MARIA DUARTE ZACARIAS, 201702002103; JOSE RODOLFO CHAVEZ CALVINISTI, 201702000024; JOSE WANDJI NYANDA, 201702004593; JUAN ALEJANDRO PEDROZA RODRIGUEZ, 201702000750; JUAN ALVAREZ HERNANDEZ, 201702001857; JUAN JOSE BARRIOS GONDELLES, 201702000317; JUAN MANUEL CUBILLOS ANGULO, 201702001832; JUAN MATEO OLIVEROS GODOY, 201702002692; JUAN PABLO AITKEN SAAVEDRA, 201702001297; JUAN SEBASTIAN VARGAS CURA, 201702000815; JULIAN DANILO VARGAS CUBILLOS, 201702002528; KAREN ANDREA VINUEZA DELGADO, 201702002463; KAREN EVELIN RODRIGUEZ CONDORI, 201702001337; KARLA TERESA GALINDO GONZALES QUINT, 201702004111; KARLA YSOLINA URIARTE TORRES, 201702000627; KAROL ALEJANDRA VALDIVIA LOPEZ, 201702003646; KASSIRA SOULE, 201702000286; KATERINE VANESSA FLOREZ MEDINA, 201702001780; KATHRYN OSHAUGHNESSY, 201702000562; KE ZHONG, 201702004371; KENIA GARCIA FLEITES, 201702003529;

KENICHI SUZUKI, 201702001150; KENNETH DELE, 201702000115; KESTA SAINT VAL, 201702001853; KEVIN DANIEL RAMIREZ SOLANO, 201702002507; KIM KLEY VALLADARES DIESTRA, 201702001534; KOMI JUBILE KPITCHI, 201702000161; KOSSI SEDJRO MAWULI DOMINIQUE HOUESSOU, 201702000152; LADIA KIKA LUNGILI, 201702000590; LAMBRINI KOLIOS, 201702003333; LAURA NATALY GARCIA OLIVEROS, 201702001706; LEIDY JOHANA RIVERA ALZATE, 201702005037; LEONARDO FABIO LEÓN MARENCO, 201702000690; LEOPOLD HERMAN OTTO BUCHTA, 201702002619; LESLY OLIAS, 201702002004; LETICIA DE LA CARIDAD LUIS LOPEZ, 201702002887; LETICIA RIOS DIAZ, 201702000524; LICET FERNANDA CALAMBAS TROCHEZ, 201702001441; LIDIA MERCEDES AROTINCO VELASQUEZ, 201702005325; LIDIA SOTO, 201702004226; LIONEL LIDVIN HOUEGNON AHISSOU, 201702000148; LISBET LOPEZ LORENZO, 201702004100; LIZETTE ARAKAKY DEL RIO, 201702002210; LOLENY TAVARES, 201702004248; LOUDMIA AMICIA PIERRE LOUIS, 201702002738; LOURDES AMALIA GUTIERREZ OJEDA, 201702001316; LUCIANO IVAN BRANCA PERALTA, 201702000740; LUCIEMIRETH URANGA LEYVA, 201702001726; LUIS AMADO BARAHONA ESPINAL, 201702000392; LUIS FERNANDO QUEJADA, 201702005081; LUIS FERNANDO RODRÍGUEZ BOHÓRQUEZ, 201702002679; LUIS MIGUEL SANTOS TOBIAS, 201702003379; MAGDALENA RAQUEL TORRES REYES, 201702002325; MAGGIE MILAGROS JORGE MENDEZ, 201702002785; MAIALEN IGLESIAS ERAUSQUIN, 201702002717; MAILITH JOAN RODRIGUEZ MARQUEZ, 201702001167; MAMADOU GNING, 201702000622; MANUEL ELOY MADRID, 201702000636; MANUEL HENRIQUES MATINE, 201702002104; MARCELLIN KOFFI DAGUE, 201702000296; MARCIANA MARIA CORDOBA MERCADO, 201702004263; MARIA ALEJANDRA AGAMEZ HERAZO, 201702003375; MARIA ANNA WOLANIUK BARROS, 201702001910; MARIA DORIS ESCOBAR LIZARAZO, 201702001535; MARIA ESCOBAR SANABRIA, 201702004072; MARIA ESTHER SALAZAR LOPEZ, 201702002278; MARIA EUGENIA ALCONCHEL, 201702002221; MARÍA JOSÉ MOTA HERNÁNDEZ, 201702000785; MARIA MARGARITA NARVAEZ MONTERROZA, 201702000683; MARIA TERESA MADRID MORALES, 201702000366; MARIANA MARTINS FRANCO DA CUNHA, 201702004952; MARIANA SOLEDAD MONDAQUE, 201702002280; MARIANELA VERDECIA ALDANA, 201702000518; MARIANNE GELLERT, 201702004099; MARIO ALBERTO ZARUR PEREZ, 201702000258; MARIO FIORE, 201702000385; MARIO JUSTINIANO ARAUZ, 201702000818; MARISOL LEÓN CABRERA, 201702000157; MARTA DA GRACA ZACARIAS SIMBINE, 201702001026; MAYELIN ARMAS MUNOZ, 201702000866; MEGHAN CIOCI, 201702000032; MELANIE DIANA BUSCHMANN, 201702004852; MICHAEL JONATHAN JORDAN RIVERO, 201702004995; MICHAIL CHATZIDIMITRIOU, 201702004415; MICHEL GOMEZ MILIAN, 201702002075; MIGUEL ANGEL LIJERON ANEZ, 201702000061; MIKEL MENDOZA GONZÁLEZ DE ZÁRATE, 201702001203; MILTON IGNACIO CARVALHO TUBE, 201702001799; MINHYANG KIM, 201702001168; MINSOO BYUN, 201702005372; MINSOO SUNG, 201702002797; MONICA MARIA ZAMUDIO IBARRA, 201702000578; NADIA ETHEL BASANTA BRACCO,

201702000723; NATALIA AYELEN MOLEON TORRES, 201702001180; NATALIA CÁRDENAS VÉLEZ, 201702004781; NATALY XIMENA PABON BARROS, 201702000875; NEIBYT DEL CARMEN CHACON CALDERAS, 201702001826; NIAMKE OSEE BOGNINI, 201702000113; OLIVIA GILLESPIE, 201702000527; OMAR ELRIFAI, 201702003236; ORIANA FUSCO, 201702004229; ORLANDO ANTONIO DUARTE HERNANDEZ, 201702002860; OSCAR ALEJANDRO SILVA ZARATE, 201702000172; OSCAR DIAZ PI, 201702000848; OSCAR GEOVANNY ENRIQUEZ MARTINEZ, 201702001045; OSVALDO JORGE BRITO RUPIAS, 201702001450; OTOE AKABOSHI, 201702002873; OUOROU GANNI MARIEL GUERA, 201702000446; PAMELA ADELIZ ACHATA VILTE, 201702003638; PATRICIA MARTINEZ MENDEZ, 201702003681; PAUL ANICET KONAN, 201702000128; PAUL BIOH, 201702002165; PAULA ANDREA UGARTE RALDEZ, 201702002553; PAULA MARIANELA GUERRA, 201702002568; PEDRO MATEO ARCINIEGAS SANMARTIN, 201702002583; PENIEL KIAKU MBUTA, 201702000021; PERCY OWUSU ANSAH MANU, 201702001229; PERES RICARDO SONGBE, 201702000874; PHILIPP ALTENDORF, 201702004033; QIONG CHEN, 201702004109; RACIEL HERNANDEZ NUNEZ, 201702004012; RAFAEL ROBERTO JACOBO GIL, 201702001956; RAMIRO RODRIGUEZ AVILA, 201702003186; RAMONA MABEL GONZALEZ PEREZ ALVES, 201702002514; RAUL ENRIQUE PIRELA PEREZ, 201702000464; RAYNER DE ARMAS ARBOLAY, 201702005589; REBECCA SORAGNI, 201702002447; REGINA STRONCEK, 201702000667; REMKE LEANDER VAN DAM, 201702004700; RICARDO ALCÁNTARA DE LA CRUZ, 201702000073; RICHARD ALCIDES MOLINA ALVAREZ, 201702002314; ROBERTO ALVAREZ GONZALEZ, 201702000620; ROBERTO BLASCO DILLA, 201702002722; ROCIO GUADALUPE ZERNA PÉREZ, 201702004451; ROCIO NOEMI VILA ROMERO, 201702005260; RODOLFO RODRIGUEZ GRILLO, 201702002647; RODRIGO ESTEBAN GUTIÉRREZ HERRERA, 201702005347; RODRIGO MAURICIO VARGAS ZAPANA, 201702001395; ROGER ORLANDO JIMENEZ COLLADO, 201702002971; ROMINA SOLEDAD OJEDA NUNEZ, 201702003838; ROSARIO DEL PILAR DE LA CRUZ VILA, 201702004575; ROSCHEL RENEE WRIGHT, 201702000291; RUBIEL ZALDIVAR OCHOA, 201702000709; RUTH MARIA SAMANIEGO VALDEZ, 201702001700; SAILYN ORALIA MEDINA LOPEZ, 201702000607; SALOMEY BAMPOE OFORI, 201702000587; SAMUEL JARAMILLO, 201702001016; SAMUEL KYEI, 201702000909; SANDRA ANALIA BARBOZA ACOSTA, 201702002680; SEBASTIAN PULIDO RODRIGUEZ, 201702004227; SEDJRO ELIOTH AMOUR ALAPINI, 201702000280; SENA YAOVI GILCHRIST NOUATIN, 201702000078; SENLY CASTELLÓN ROQUE, 201702003309; SERGIO CLEGER TAMAYO, 201702002593; SERGIO MARIO ORELLANO NARVAEZ, 201702004982; SERIGNE ABDOU AHAD MBACKE DIOP, 201702001593; SHIRLEY ELIZABETH RANGEL GONCALVES, 201702000318; SHIRLEY MARIA RUEDA SALINAS, 201702001704; SILIYIZETH GOMEZ RESTREPO, 201702002855; SOOBIN LEE, 201702003010; SUNJUNE LEE, 201702000456; TAE HUN LEE, 201702004097; TAKIYAH GRAY, 201702005690; TAYMICIA D ASSIS BARROS LICONGA LICONGA, 201702002620; TEÓFILO TRIFÓN FLORES MEDINA, 201702005148; THOMAS FRANÇOIS PIERRE THIBAULT, 201702002742; TOMAS ANDRES BORGES BARRERA, 201702001532; TOMÁS MÁRIO PEQUENINO, 201702004648; TOMÁS PITA CEBOLA, 201702000454; TOMOHIRO YANAGISAWA, 201702001849; TOSHIOKI AOKI, 201702001685; TOUNDE JUDES ELEZAIRE OLOKE, 201702000208; TULIO FIDEL ORREGO RODRIGUEZ, 201702000363; TURNER HUME, 201702003080; URIEL JOSE CASTELLANOS AGUIRRE, 201702002124; VANESA SOLEDAD ROLDAN, 201702002491; VERONICA DANIELA NAVARRO VERO, 201702001824; VIRGINA SOUSA, 201702004703; VIVIANA ALEXANDRA QUIROGA CENTENO, 201702000973; WALIS DJINADOU, 201702000741; WALTER SEPULVEDA, 201702005535; WESSEOU ESTELLE OMOBONI G. DIMON, 201702001232; WILLY ZAMBRANO, 201702002598; WILMER RAMON GONZALEZ LASTRE, 201702001840; XINWEI ZHOU, 201702003481; XIOMARA AGUIRRE ANTELO, 201702003503; XIOMARA ESTHER VAZQUEZ CARRAZANA, 201702002191; YADEMIS PEREZ CASTELLANOS, 201702000375; YAIMAR MONTOYA, 201702001842; YALU XU, 201702001781; YANELYS TAVIO PINO, 201702002266; YANN ANDRE MICHEL GILLET, 201702002987; YENNY IGLESIA OCHOA, 201702001631; YESSICA MARIA TOLOZA CUELLO, 201702002038; YI CHAI, 201702004447; YOHANS JOSE MARTINEZ MONCADA, 201702000045; YUKI SHIOMI, 201702003225; YUKIKO AOKI, 201702003344; YULIETH PEREZ HERNANDEZ, 201702001848; YUNIOR HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 201702002551.

Nível Intermediário

ABAYOMI TOLULOPE OGUNJIMI, 201702000509; ABDOULSALAM ABOUBAKAR, 201702000117; ABUNDANCE FINEMAN, 201702002065; ADRIANA NIRVANA ARCE SALAZAR, 201702004205; AKIHIDE HASHIMOTO, 201702001085; ALESSANDRO MALPASSO, 201702001080; ALEX MASSARENTI, 201702000201; ALEX MIDWAR RODRIGUEZ RUELAS, 201702004704; ALEX OBIRI YEBOAH ANTWI, 201702001227; ALEX SADAN PARDO VIDES, 201702001830; ALEXEIS PEREZ NOGUEIRA, 201702005603; ALEXIS ALI ADONIS MARTINEZ, 201702001360; ALVARO JAVIER MOYANO SALCEDO, 201702001897; AMANDA BETANCOURT SMALBACH, 201702002378; AMAURY LLANES CURBELO, 201702002865; ANA LUCIA CRUZ RIERA, 201702000358; ANA LUISA FLORES MARANON, 201702002465; ANA OLALLA, 201702000491; ANDERSON RAMIREZ QUINTERO, 201702003350; ANDREA CORREA, 201702002566; ANDREA GOMEZ CALDERON, 201702001183; ANDREA JIMENA GUTIERREZ PEREDO, 201702004116; ANDREE SHELSEA YETONDE LAURE DAKPOGAN, 201702002159; ANKE MARIA KOHLER, 201702003550; ANNE CHRISTINE HEIKVAM, 201702000829; ANTHONY RENE RAMOS REDONDO, 201702000020; ARIEL DANIEL VELASCO ZAMORANO, 201702001121; ARMELLE MURIEL AWONO NKE, 201702000162; ASTRID VANESSA PEREZ SEGURA, 201702000604; AURA MARIA PATERNINA DE LA OSSA, 201702001874; AURIMAR DEL VALLE RODRIGUEZ DE REBOUCAS, 201702005693; AYA NOGUEIRA, 201702002153; AYAKO NISAWA, 201702003567; AYLIN LAZO PEREZ, 201702004047; AYNETH BELEN AEDO CHAVEZ, 201702001920; AZZEDINE TUMONA KIATIMUA, 201702000860; BARBARA CRISTINA ESCOBAR IZAGUIRRES, 201702005284; BELEN SALVATIERRA AMEZAGA, 201702000640; BELIUS AUGUSTIN, 201702001282; BEOMGAK CHAE, 201702002591; BERNARD CHEMITOUA MIBANKANINA, 201702001160; BERNICE BELINDA AIDOO, 201702001159; BILOVENIE ETIENNE, 201702000130; BIRGIT MARIA WEBER, 201702003002; BLESSED HENRY KWABI, 201702000619; BLESSING ADOMA YEBOAH, 201702001223; BORIS TEJEDA SUNOL, 201702005306; BRICE GAELFIE N GOUAKA BOUAHA, 201702002167; BRIGHT AMENU, 201702001357; BRITTA RÖSENER, 201702001387; CALEB LARBI PIMPONG LARBI, 201702000887; CANDY CHRISTIE BELLIDO MORE, 201702005023; CANIZIA CASTELA RIBEIRO, 201702001809; CARLOS EDUARDO RIVERA GARCES, 201702002079; CARLOS ENRIQUE IBARRA PEREZ, 201702002414; CARLOS ENRIQUE RAMIREZ SOTO, 201702004736; CARLOS FAURE REYES, 201702000421; CARLOS MANUEL ESPINOSA RONDA, 201702003563; CARLOS MANUEL GUZMÁN JIMÉNEZ, 201702004941; CARMEL MARIANO HOUNKPATIN, 201702000313; CARMEN ROSA PINEDO CARMONA, 201702004462; CAROLINE MARTINS, 201702003610; CATALINA DELGADO PRADO, 201702002889; CECIL BROADY PETERSON, 201702003211; CÉLCIO MANUEL CARVALHO MARTINS SEQUEIRA, 201702000333; CESAR AGUSTIN ACOSTA PAREDES, 201702003648; CESAR ANDRES GONZALEZ CETINA, 201702004113; CESAR ARTURO SALAS GRANADILLO, 201702000471; CESAR AUGUSTO VASQUEZ BARROS, 201702004983; CÉSAR OSMÍN HERNÁNDEZ GÁMEZ, 201702001165; CHANBIN KIM, 201702001735; CINTIA ROMERO PICHA, 201702004477; CRISTIAN EFRAIN CASTRO ORTIZ CASTRO, 201702001330; CRISTOBAL RAMIREZ YAVE, 201702002858; CYRIL OSEI BONSU, 201702001221; DABEEN JUNG, 201702004330; DAFNE CARO LLANOS, 201702002181; DANA FAYE MILLER, 201702001224; DANIA MARIA FRANQUEIRO RODRIGUEZ, 201702002973; DANIEL FLORES VALLEJOS, 201702004133; DANIELA LIZZY BALCAZAR MERCADO, 201702003147; DANIELA TARAZON BOLIVAR, 201702005187; DAREL CHRIS DAUDET MAVOUNGOU, 201702000160; DARIO ALBERTO ZAMORA NOLE, 201702000613; DAYAMI MOREIRA LORES, 201702000235; DAYANA GUADALUPE OLIVAS NAJERA, 201702004144; DAYERLING CAROLINA MARCANO VASQUEZ, 201702003195; DEDEHA ANGE LAURAINE BLE, 201702000252; DEINIS SIRLEY MUNOZ MUNOZ, 201702002799; DEMBA NDIAYE, 201702000779; DIANA CANALES ARANA, 201702002275; DIANA VERA RIQUELME, 201702000674; DIANNE DOMINGUEZ FORMOSO, 201702000368; DIEGO IVAN GALVEZ SÁNCHEZ, 201702002073; DIYANATH ULLAH SHAREEF, 201702002364; DONGYUB KIM, 201702003422; DOOHO DO, 201702004571; DORINDA DORA APOMA NTIAMOAH, 201702000849; EDERSON VALENZA TRUJILLO, 201702003393; EDISBEL VALDES MENDEZ, 201702001385; EDWARD ADALID ESCOBAR GARCIA, 201702002953; EDWIN MANUEL ALVAREZ MIDENCE, 201702000244; ELDAD TSHIEFU KAYEMBE, 201702000332; ELDER DANIEL CARCAMO GONZALES, 201702000103; ELIANA SONIA ZURITA SOLIZ, 201702003678; ELIANA VILLCA MENDEZ, 201702000992; ELIZABETH QUISBERTH RAMOS, 201702004454; ELOY PONCE SILES, 201702000924; ELSNER VICO VEGA TINTA, 201702003232; ELVIA VIQUE VALERIANO, 201702004832; ELVIS AMBROSIO PORTAL SALAZAR, 201702001358; EMMANUEL DICKSON TEYE, 201702001703; EMMANUEL KWABENA MENSAH JOHNSON, 201702000691; ENDEL E CHRISTIAN ACHELUS, 201702003944; ERICK ZUNA SANDOVAL, 201702003285; ESTHER KEILA GARCIA SARMIENTO, 201702001334; EYDYELIANA MONTH JURIS, 201702005439; FABIAN MANUEL GUERRERO PAREDES, 201702002045; FABIANA CAROLINA FERNANDEZ SAAVEDRA, 201702000289; FABIANA GIUSEPPINA DI CAMPLI REGNAULT, 201702001199; FANNY MARTINEZ BORBA, 201702002909; FERNANDO ACUÑA REYNOSO, 201702000090; FRANCISCO FERNANDO FERRIER SANGUINO, 201702004739; GAEJUNG LEE, 201702004140; GALATHE FARIDA AHOCAME ALLOTONGNON, 201702000879; GEDEON CHABI CHADRAC MATHIAS, 201702001436; GEDEON ZOUNMETCHI, 201702000354; GEJI E OVAHR ACHELUS ACHELUS, 201702003952; GENESIS GREYMAR MONCADA CANAS, 201702000855; GENESSIS GABRIELA COLMENARES CEDENO, 201702002113; GEORGE AGYEKUM KUFFOUR, 201702001284; GHISLAIN CLOVIS HOUNWANOU, 201702000241; GLENDY ROXANA FERNANDEZ FRANCO, 201702003120; GLODY TSHISUAKA KABEYA, 201702000919; GOWOON CHOI, 201702003634; GUISELA TORREZ QUIROGA, 201702001149; GUISSELY CORINA LOPE ROJAS, 201702001986; GUSTAVO ADOLFO PERDOMO GOMEZ, 201702003518; HAMID BEN YAHYA, 201702001900; HAMZAH NUHU, 201702000617; HANSSEL OSMEL PARDO ROCHA, 201702002405; HASSAN HASSAN GHARIB, 201702004273; HAZUKI YAMAMOTO, 201702000497; HECTOR ALEXANDER HERNANDEZ CHACON, 201702003437; HENRI MAKIKA, 201702003122; HENRY TAMEKLOE, 201702001231; HERIBERTO BAILABA YPI, 201702000956; HERMAN ALEX SUAREZ LUDUEÑA, 201702005021; HILDA SOLEDAD BARRIOS VILLA, 201702003137; HOLMAN JIOVANNY MESA MESA, 201702001260; HOUEFA EGIDIA FALLON ADIDO, 201702001014; HUAIFENG WANG, 201702000231; HUGO FERNANDO RIOS ULLOA, 201702002237; HYOJEONG SEO, 201702000309; IBIKUNLE BENOIT ODOUNTAN, 201702000233; ILIANA CATALINA YEPEZ AGUIRRE, 201702001987; ILUNGA DIEX KABEYA, 201702002166; INGRID VICTORIA SANCHEZ MADRID, 201702000434; IRELA HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 201702003385; IRENE BORNYAKIE, 201702001241; IRENE GISSEL VIERA TEODORO, 201702001690; IRMA ROSA VECINO MARTIATU, 201702001377; IRVIN BENITO ISMANTO MARTOREDJO, 201702000581; IVETTE CANO SANCHEZ, 201702000001; JACKIE LIZETT ACSAMA AMURRIO, 201702005010; JACQUELINE VERONICA ALTAMIRANO IRIARTE, 201702001452; JACQUES BEN BILOMBE, 201702000596; JAEL MUTOBA BOHIMANGA, 201702002161; JAIME ANDRES BENITEZ DOMINGUEZ, 201702002367; JAIME MARCELO MENDEZ ATTALA, 201702001314; JAMES AMENOPHIS MBOE MOUNGOU, 201702000019; JAVIER ANTONIO MARÍN MARTÍNEZ, 201702002957; JAVIER DAVID MENDOZA DIAZ, 201702001803; JEAN BAPTISTE JUDETTE, 201702002433; JEAN KENOLD DORCE, 201702000142; JEFFERSON EFRAIN GONZALEZ ISAZA, 201702002125; JENIFER MARÍA CORONA SÁNCHEZ, 201702001366; JEONGIN CHOI, 201702002540; JERLY RUTH YUMBATO YEPEZ DE LOPEZ, 201702000301; JESUS DAVID AZAMBUJA JAIME, 201702000027; JHENNY FABIOLA CARY ESPINOZA, 201702003346; JHOMARA VALLEJOS PONCE, 201702000701; JHOSELIN JIMENEZ, 201702004657; JIANGNAN HE, 201702000409; JIHYUN LEE, 201702002228; JIMMY FLORES REYNA, 201702002031; JINFANG WANG, 201702004446; JOAN ENRIQUE RICHARD SOARES, 201702000012; JOEL ANYO BOMBOLO, 201702000320; JOEL WILFRIDO OLMEDO ROMAN, 201702000934; JOHN AMEC ADJALO, 201702000411; JORDA KIKEBA KISIWUMESO, 201702000549; JORGE FRANCISCO PAEZ ARMOA, 201702002744; JORGE MIGUEL GARBEY REYNA, 201702001553; JORGE OMAR RIOS, 201702004628; JORGE ROMERO ORTIZ, 201702004083; JORGE SEVILLA, 201702001372; JOSANI ENEIDA REBOLLEDO, 201702001054; JOSE ALEXANDER RODRIGUEZ, 201702002607; JOSE CLAIRE SARAI NATHALIE GRANDOIT, 201702001089; JOSE DANIEL RUIZ IBANEZ, 201702000043; JOSE JOAQUIN PORTILA RAMOS PORTILLA RAMOS, 201702003627; JOSE LUIS ARISPE SILVA, 201702002746; JOSE MIGUEL GANDARILLAS ROCHA, 201702005491; JOSE RICARDO LOVELLE SALDANA, 201702004524; JOSE SANTIAGO CAHUANA GIL, 201702005737; JOSEPH FRANK KWAMINA ABIW, 201702000816; JUAN CARLOS GARCIA ORTEGA, 201702000124; JUAN CARLOS RODRIGUEZ MIRANDA, 201702000786; JUAN DIEGO MUÑOZ CACERES, 201702000351; JUAN JOSE DAVILA MONTOYA, 201702002863; JUAN MANUEL ZAPANA ARANIBAR, 201702001001; JUAN PABLO SANDOVAL TERRAZAS, 201702000470; JUAN PAULO CORDERO PEÑA, 201702001628; JUANA FLORES, 201702000734; JUDICAEL GBEWANOU ALLOTONGNON, 201702001418; JUDIT BORRAS BERTOMEU, 201702002816; JUDITH KARINA AGUDELO FERNANDEZ, 201702002852; JULIA MARIANA BARBOZA GAMBETTA, 201702004046; JULIO CESAR SERRANO HUINOCANA, 201702001103; JULIO CESAR ZARCILLO GARCIA, 201702004905; JULIO FRANCISCO SANTILLÁN ALDANA, 201702004823; JUNIOR MUSAFIRI LUFANKA, 201702000177; KAORI SHIRAISHI, 201702002624; KAREN GUZMAN BELTRAN, 201702001677; KARINA BARRERA GARCIA, 201702001172; KARINA NAVARRO GONZALEZ, 201702002736; KAROL EDITH CHAMBI IBANEZ, 201702002581; KATHERINE SOLEDAD ALEXANDRA ALARCÓN FERRUA, 201702002110; KELLY YURANNY MESA PAREDES, 201702000601; KEVIN ALBERTO MORA FLOREZ, 201702004299; KEVIN LUIS MORALES, 201702000184; KLÉBER EDUARDO GONZÁLEZ ECHEVERRÍA, 201702002384; KYONG ROK OH, 201702003082; LAIS FERNANDEZ DE BULNES CASTILLO, 201702000026; LALY MOZOMBITE RENGIFO, 201702000548; LAURA GABRIELA SEJAS QUIROGA, 201702003187; LAUREN SYSSY GUZMAN MALDONADO, 201702003197; LEANDRO ARISTIDES DA ROSA ABI, 201702001392; LEIVIS RAUL NAVARRO QUINTERO, 201702002344; LEONARDO CAMPOS RAMIREZ, 201702000537; LESLI HERRERA SOBRINO, 201702003226; LESLIE SKARLEY CESPEDES GAMARRA, 201702002541; LIDIA BEATRIZ FLOJ, 201702002578; LIDWINE IMMACULE LAURITA DELAI BAH, 201702000466; LILIANA PAREDES MORENO, 201702003121; LILIANA RAQUEL ARANDA RIQUELME, 201702002272; LINY ESMERALDA TENORIO, 201702004223; LISSET ORTIZ ZAMORA, 201702004669; LIZARDA REATEGUI RIOS, 201702002837; LORENA SILVANA CASCALLANA, 201702001413; LOUISE CATHERINE CONNELL MOUTINHO, 201702004063; LUCAS ARIEL RETAMOZO GONZALEZ, 201702001879; LUCE CHELJEA BINIAKOUNOU MAKAYA, 201702001212; LUCIEN AYOMBO MOKILI, 201702000312; LUCINDA ELENA TORRES AVENDAÑO TORRES AVENDAÑO, 201702005312; LUCY FERNANDEZ FRANCO, 201702003127; LUIS CARLOS UCROS BERRIO, 201702002665; LUIS ENRIQUE ROMERO ASTUDILLO, 201702001640; LUIS FERNANDO PÉREZ FALCÓN, 201702002196; LUIS FRANCO GUARABIA CHAPARRO,

201702003077; LUIS JOSE DAVID DESJARDINES, 201702000119; LUZ AMALIA HUANSI PANDURO, 201702002630; LUZ JEANNETTE GOMEZ CADAVID, 201702003513; MAFALL MBODJ, 201702000101; MAHUGNON PIO BENJAMIN CAPOCHICHI, 201702000408; MAITE ALMIRA SANCHEZ, 201702002876; MALICK DIOP, 201702000645; MAME DIARRA DIOP, 201702000097; MANAL AREF MEZHER, 201702002202; MARC DONALD JEAN BAPTISTE, 201702002790; MARCELO NELIO MIRANDA VASQUEZ, 201702002250; MARCO ANTONIO GUEVARA BECERRA, 201702002731; MARIA CAMILA SILVA ZARATE, 201702000372; MARIA EMILIA SALVIDIO, 201702003783; MARIA LORENA ALVAREZ MARTINEZ, 201702001934; MARIANA IBARRA MARRUFFO, 201702003463; MARIELA SERRUDO CRUZ, 201702004309; MARIO ARTURO ACERO SANDOVAL, 201702002207; MARISELA OBERHOLZER, 201702000198; MARITZA DANIELA DURAN ALEMAN, 201702001924; MÁRK LEVENTE VARGA, 201702002326; MARLEN PERDOMO BATISTA, 201702004777; MARTA RUIZ DAFONTE, 201702004549; MARTHA LUCIA RUIZ BENITEZ, 201702000712; MARTHA MERCEDES MACHADO RODRIGUEZ, 201702001010; MARTHA YAIMA SANTOS MIRANDA, 201702003444; MARTINA IORIO, 201702001017; MARY NAGEL, 201702000552; MASAKI KATATA, 201702003337; MATEUS ROMARIO DA SILVA LOPES, 201702002878; MAURICIO ALEJANDRO DIAZ URIBE, 201702005374; MAYERLI GARCÍA SAAVEDRA, 201702001609; MAYRA ALEJANDRA CONTRERAS MADRIGAL, 201702002544; MEILING LI, 201702004272; MELANIE POSTEC, 201702004401; MIGUEL ANGEL BAPTISTA CAMPOS, 201702005226; MIGUEL ANGEL MORENO CARDENAS, 201702004274; MIGUEL ANGEL SUZANO COLQUE, 201702005113; MIKE KITENGE MEKO, 201702001021; MIKHAIL NEKLYUDOV, 201702000515; MILENYS CARDOZA CLAPÉ, 201702001380; MILTON JAMES JIMENEZ VALDIVIEZO, 201702005544; MIRNA AGRIPINA GAYTAN MARTINEZ, 201702002687; MISAEL VARGAS ESCOBAR, 201702001883; MIYABI ICHIMURA, 201702000566; MOISES ERNESTO DE JESUS XAVIER ERNESTO, 201702001797; MONICA CELESTE OSSAMBU DJU, 201702002158; MONICA NYAMBURA MIGWI, 201702000885; MOUMOUNI ATCHADE ABDOULAYE, 201702002173; MOUSSA DIABATE, 201702001030; NANA YIMGA, 201702000040; NAOMI SUZUKI, 201702005121; NELSON AFANADOR GARCÍA, 201702001248; NELSON RENIERY RECARTE BAHR, 201702000238; NEVIS MERCEDES QUINTANA GOYANES, 201702002034; NICCOLA SOMERS, 201702000054; NICOLE SOPHIE SOARES BADENT, 201702004266; NIVETTE CHRISMANE ACHELUS, 201702003953; NONO KUKIMUNU MATONDO, 201702000228; OLATOUNDE REYNALDO EZECHIEL AGBANRIN, 201702002164; ORLANDO FERNÁNDEZ NODARSE, 201702002845; ORNELLA PAOLA WIEBBELING, 201702002220; OSCAR ANDRES ORTIZ LARA, 201702002024; OSCAR HAROLD TORRICO LIZARRAGA, 201702003630; OSWALDO VICENTE QUIROZ ANCHUNDIA, 201702001563; PABLO MAURICIO ROMAN CACERES, 201702002886; PAMELA ANDREA MONTERO NAVIA, 201702004569; PAOLA ANDREA CAILLARES FERNANDEZ, 201702002554; PAOLA CLAUDIA MONTALVO TORRES, 201702004578; PAOLA GUILLERMINA ROMERO LOPEZ, 201702001383; PAOLA MARIA ORTIZ MONTERO, 201702002467; PAOLA MARISSA ZEA JARA, 201702002891; PAOLA TIQUISARA SARAVIA, 201702002428; PATRICE JACOB SAVI, 201702004264; PATRICIA MARIA SAEZ MONTES, 201702002699; PAULA CLARENA PANESSO HERNANDEZ, 201702001909; PEDRO CARDENAS MAMANI, 201702000982; PEGUY FILS AIME, 201702001505; PENIEL ETEMANA DESIREZJESUS ZANNOUKOU, 201702000123; PIETER CORNELIS EUSER, 201702001705; POPLY ADJOUA MARIE DE RUSSIANE KOUAKOU, 201702001118; PRADEEP RAMDAS TAWADE, 201702002461; PRECIEUSE TRIOMPHE GRACIAS BILANDI BATCHI, 201702000331; PRINCE YAW DELALI AGBODZA, 201702001370; RAFAEL REYES PENA, 201702002940; RAMY SCHOUCAIR, 201702001753; RAYCHEL HERNANDEZ RODRIGUEZ, 201702003449; REBECCA BERNARD, 201702003698; REBECCA KANTER, 201702000030; RENÉ FELIX CONDE CANASI, 201702002531; REO HASHIMOTO, 201702005398; REYES DAVID ACSAMA AMURRIO, 201702005033;

RICARDO CANO PANCIERA DI ZOPPOLA, 201702000752; RICHARDSON YONEL CIVIL, 201702000336; RITA MARIA GONZALEZ GARCIA, 201702001188; ROBERT PARDO GUIBERT, 201702001818; ROCIO MARIA BERREDO, 201702004503; ROGER URGEL PINTO, 201702004213; ROMÁN ALBERTO LÓPEZ MUÑOZ, 201702002458; RONAL RUMER CARDENAS VASQUEZ, 201702001458; ROSARIO MAMANI BARRI, 201702003507; RYUJI BANDO, 201702003374; SAGBO GAUTIER REGIS KAKPO, 201702000569; SALOMON RICARDO BIGNON NAGNONHOU, 201702001211; SAMUEL KORGI, 201702001101; SAMUEL MICHAEL KOTEY, 201702000589; SANAE YAMAGUCHI, 201702004065; SANDRA MARCELA RENDEROS REYES, 201702005245; SARAH LIZ URENHA VASQUEZ, 201702003363; SATIRATH DIANE ABEKE LIAMIDI, 201702001523; SATORU SEKI, 201702001968; SCARLETT ALEJANDRA SALAZAR RDRIGUES, 201702002724; SEBASTIAN RODA ANTELO, 201702002240; SEDJRO BENOIT AKONDE, 201702000189; SENA SANDRINE DOSSOU, 201702000046; SERGIO ALEJANDRO YAPUR RUIZ, 201702005319; SERGIO CORDERO CALVIMONTES, 201702004238; SHADAE JAMALLIA WRIGHT, 201702001264; SHOMA OGAWA, 201702004840; SIEUN PARK, 201702003184; SILVANA ALEJANDRA ZUNIGA ELIO, 201702000104; SIMÉUS MARC ROBERT DONN, 201702001596; SIMON COURIVAUD, 201702004683; SOLEDAD QUISPE CHOQUE, 201702004167; SOLTAN GALANO, 201702003143; SORAM OH, 201702000692; SOSUKE KOBAYASHI, 201702001939; SOUROU CREDO FRANCISCO JUSTUS ZINSOU, 201702000186; STEFON KAREEM DE COTEAU, 201702002157; STEVE RODDY HABIT, 201702001230; SUYEON CHUNG, 201702002806; SYLVIE PETTER, 201702002180; SYNNTOVIC TOUSSAINT, 201702001424; TAKETO NEZU, 201702001013; TAKUYA NASHIMOTO, 201702005521; TANIA AJO PUPO, 201702001396; TARIQ JARBOU, 201702004909; THEODORE FRUITHIER AIHADJI LIGAN, 201702000481; THÉOPHILE JÉSUHOUNKO HOUESSOU, 201702000380; THOMAS FRIEDRICH BRYSON, 201702000593; THOMAS OBENG BIOH, 201702001422; VALENTINA VASQUEZ, 201702002854; VALÉRIE ROLLINET, 201702002267; VIANKA RAMIREZ ROJAS, 201702004269; VICENTE LEONIDES PRADO JUNCO, 201702000653; VICTOR ALEJANDRO MORAES AGUILERA, 201702000610; VICTOR HUGO IRIARTE UNZUETA, 201702002081; VIRGILIO EDILBERTO SANCHEZ BARTUREN, 201702002726; VIWANOU PATERNE LEGENDE AGOSSOU, 201702000369; WALELO GRACE MUTOMBO, 201702001931; WASSI KAMAL AMOUSSA, 201702000702; WILDER GUTIERREZ FLORES, 201702002564; WILLIAM MUTOMBO WA MUTOMBO, 201702000437; XUE MI, 201702000394; YANEISY PABLO NODAS, 201702004337; YANET CASTELLANOS ARGUELLES, 201702002708; YANETT UGARTE RALDES, 201702001836; YANG LI, 201702002706; YARITZA FUENTES WALTER, 201702002866; YASUYUKI NAGAI, 201702002136; YEIMY CAROLINA ESPITIA VILLAFAÑE, 201702002644; YENNY PINEDA REDONDO, 201702004923; YERIN JEON, 201702002997; YEYMY YOHANA CAROL CRUZ AGUILAR, 201702001721; YIHUI CHEN, 201702004085; YOAN MANUEL ARCE REGALADO, 201702001946; YOAN WILFRIED WAGNA LEWE, 201702000053; YOANDRIS SANCHEZ SANCHEZ, 201702002356; YOONSEO SEOL, 201702003169; YORDANY DÍAZ DÍAZ, 201702002369; YOUSSEF YATEM, 201702002182; YUDI LORENA GOMEZ BRAVO, 201702001806; YUFEI WU, 201702003722; YUJI IWAI, 201702002323; YUJIN JEONG, 201702002435; YUKI HARA, 201702004971; YUKI NAITO, 201702002206; YULDOR WOLFGANDG GANDARA CADAVID, 201702004997; YULIANA DEL PILAR VEGA CHACON, 201702001709; YULIET GALAN LIMONTA, 201702002357; YUNALKI GÓMEZ MARTINEZ, 201702003098; YUNAYDIS RODRIGUEZ PLUTIN, 201702001668; YUNGEUN LEE, 201702003945; YUSNEI CHAVEZ RIVERO, 201702000575; ZACH URAM, 201702002702; ZÉLIA MATOS LEMOS, 201702002700; ZOE MUNDABA NTUMBA, 201702000554; ZULEMA MAYTA SUSANIO, 201702005430.

POSTOS NO EXTERIOR

Nível Avançado Superior

AGUSTINA LOJOYA FRACCHIA, 201702004084; ALBA GÓMEZ GIL, 201702002147; ANA MARIA GONZALEZ AMADOR, 201702004476; ANDREA ALEJANDRA PEREIRA, 201702003711; ANDREA DO CANTO DIAS DA FONSECA, 201702004173; ANE SESMA GRACIA, 201702001858; ANGELA CECILIA CABRERA PERA, 201702002282; ANTOINETTE CECILE ALICE KUIJLAARS, 201702003580; AUGUSTO PABLO RIVA, 201702004369; BENJAMIN BRUNO ORELLANO, 201702003583; BJORN LIND, 201702002142; CAMANE JOSE MANUEL, 201702003916; CHARLES PRATT, 201702005077; CHRISTIAN JUNGHANS, 201702003571; CLAUDIA LOZANO BERMEJO, 201702002134; CLAUDIA MARCELA GARCÍA ACEVEDO, 201702002754; CRISTÓBAL ANDRES LECAROS CORNEJO, 201702004136; DANIEL AYALA CONTRERAS, 201702002791; DANIELA BELLO, 201702002580; DANIELA CUBILLOS ROJAS, 201702004882; DANIELA TUDARES, 201702004853; DIEGO ALEJANDRO BATISTA, 201702003666; EMILIANO PATRICIO SANCHEZ, 201702004029; ENYA GEMARD, 201702005566; FEDERICO EDUARDO URTUBEY, 201702003487; GABRIEL EDUARDO TORRES MONCADA, 201702000282; GIULIA NEMEYE GIUBERTONI, 201702002476; GUILLERMO RODRIGUEZ, 201702002817; GUSTAVO ALBERTO BADILLO VILLALOBOS, 201702004301; JAVIER CURTO RAMOS, 201702000202; JÉSICA LORENA MLACAK, 201702001295; JOAQUIN FERNANDO BUSTOS RAMIREZ, 201702001622; JONAS REIMANN, 201702002930; JORGE IGNACIO FRECHERO, 201702004940; JORGE LEONARDO TORREZ, 201702005604; JORGE LUIS VARGAS PINTO, 201702004259; JOSÉ ADRIÁN LÓPEZ SOSA, 201702002498; JOSE CHRISTIAN MATOS PIPA, 201702000484; JUANITA MEJIA, 201702005492; LEANDRO RODRIGO CONCHA PAULA, 201702002377; LEONARDO DAVID GUERRERO VILLAVICENCIO, 201702004054; LUIS JAVIER SIERRA BERROCAL, 201702003432; MARC VARGAS REYES, 201702004062; MARIA CECILIA SORIA, 201702003125; MARÍA CRISTINA PÉREZ, 201702002372; MARIA DE LA PAZ MADARIAGA, 201702003667; MARIA DE LOS MILAGROS MENDOZA, 201702003140; MARIA JOSEFINA ROSSI, 201702004068; MARIANA WERNER, 201702003008; MARISOL SOLTERO SOTO, 201702005470; MARTINA YAEL ALTALEF, 201702004375; MATTHEW BOSLEGO, 201702001093; MAURICIO GERMÁN MUÑOZ, 201702004979; MICAELA CARRASCO MARTÍNEZ, 201702001856; NAHOMY MADELEYNE DE ANDRADE GASTIER, 201702000254; NAHUEL AGUILAR, 201702004620; OSVALDO LANDAVERDE MORENO, 201702005266; PAOLA RUIZ PUENTES, 201702003166; PAULA CHIARINO ARAUJO, 201702003112; PILAR ADARO, 201702002822; REMIGIO DIEZ GUIMERA, 201702005125; ROBERT PITZL REINBACHER, 201702003685; ROCIO SERRANO, 201702002835; ROSA LORENA WASERMAN, 201702002362; SARA LUCÍA COLMENARES TREJOS, 201702001273; SOFÍA BETSABÉ ESPINOZA RAMÍREZ, 201702000005; SZYMON MICHALSKI, 201702003822; VALERIA MORENO OCHOA, 201702004007; VERONIKHA TRUJILLO JARA, 201702000602; YUN LIU, 201702000949.

Nível Avançado

ABRIL MAGDALENA BASTIDA NIÑO, 201702004233; ADAN HUANCA ALEJANDRO, 201702002648; ADRIÁN VENTIMIGLIA, 201702005210; ADRIANA BARROS, 201702003618; ADRIANA ROCIO URIBE IBANEZ, 201702005283; ADYURI NADESHA TORRES VIVAR, 201702005596; AGUINALDO CESAR BARROS AMANTE DA ROSA, 201702001352; AGUSTIN GABRIELLI, 201702001044; AGUSTIN NICOLAS KUPERMAN, 201702002305; AILEN ACEBEY, 201702002411; AILIN MARINA DIAZ LESCANO, 201702005274; ALBERTO GINESTE LLOMBART, 201702001153; ALBERTO PAOLILLO, 201702005221; ALDÉE CHARBONNIER, 201702003914; ALDOMARIO ESTRADA MARROQUIN, 201702003427; ALEJANDRO DALY, 201702005531; ALEJANDRO MOLINA BERMÚDEZ, 201702004985; ALESSANDRO FERNI, 201702001554; ALEXANDER PIEDRA, 201702005201; ALICIA ANDREA PAEZ PEREA, 201702000445; ALICIA CRISTINA LIMA ALVES, 201702004558; ALISU JOSELIN MARCOS BELLIDO, 201702001543; ALVARO ROBERTO PEREZ QUELALI, 201702005085; AMARANTA URSULA MIERES QUIROGA, 201702003193; AMERICO ALBERTO ZANDAMELA, 201702003092; AMISSE ALBERTO ALBERTO, 201702003255; AMISSE ANTONIO MUROTO, 201702004275; ANA BEATRIZ BERTUCCI CONDE, 201702003736; ANA BELEN GUTIERREZ RODRIGUEZ, 201702000058; ANA CLARA SIMONE BROGLIA, 201702004219; ANA KARINA DE PONTE DE PONTE, 201702000399; ANA KARINA FERNANDEZ BLANCO, 201702005692; ANA LOURDES VIVANCO OBLITAS, 201702003061; ANA LUCIA BOSQUE LEMA, 201702005351; ANA MARIA MENDOZA, 201702004380; ANA MARIA SANDOVAL, 201702004795; ANA MARIA SILVERIO JUMBE, 201702002653; ANA MILENA ANGEL GUTIERREZ, 201702004189; ANA MILENA CASTRO FAJARDO, 201702003913; ANA PAOLA TERZANO GUSTÁ, 201702004506; ANABELA MARIANA MENGONI, 201702002991; ANAELLE NEFFA, 201702004929; ANDREA CAROLINA NAPOLI FERNANDEZ, 201702004153; ANDREA DE JESUS ROMERO MONTES, 201702000088; ANDREA NATALY GALARZA AREVALO, 201702004830; ANDRES DAMIAN ORTEGA HEREDIA, 201702004794; ANDRES GUZZO LUCCHI, 201702000600; ANDREU MAHIQUES ALTABERT, 201702003253; ANDREY SEBASTIÁN CASTIBLANCO PRIETO, 201702003220; ANELLY MENDOZA DIAZ, 201702002445; ANGELA JASMIN FONSECA REYES, 201702002003; ANGELICA MARIA PEÑA CAÑAS, 201702004632; ANGÉLICA VICTORIA DÍAZ CÁRDENAS, 201702000933; ANITA ARANHA BORBA, 201702001492; ANNA MARIA POLANIA RIVERA, 201702002289; ANTONELLA RICCI, 201702002529; ARIANNA CATALANO, 201702003670; ASTRID STEPHANIE CHAFLOQUE CÁRDENAS, 201702000284; AXEL PEREZ TRUILLO, 201702003065; BACIGALUPE ARIAS SCHREIBER PATRICIA MARIA, 201702004564; BÁRBARA LIZETH CABRA RODRÍGUEZ, 201702001465; BARBARA MARRACINO, 201702000657; BEATRIZ ELIZABETH DURÁN ARISTA, 201702000585; BENEDETTA CIAPPINI, 201702003015; BENEDICT NICHOLAS YHAP, 201702002485; BENJAMIM MIGUEL GOMES DE BARROS, 201702001763; BIANCA ROCIO ORNA URIARTE, 201702000836; BRAYAN ARMANDO RAMIREZ MORENO, 201702004438; BRENDA LUCIANA MAFFEI, 201702002404; CADI BALDÉ, 201702000572; CAMILA AGUIRRE, 201702001768; CAMILA FERNANDEZ TOVAR, 201702000923; CAMILA RUIZ RODRIGUEZ, 201702004268; CAMILO ANDRES HERNANDEZ CUELLAR, 201702004433; CAMILO MAYA MEJIA, 201702002723; CARINA FLORENCIA TOIBERO, 201702001973; CARL EUGENE COMPTON, 201702001444; CARLA ESTEFANIA MARTINEZ BENITEZ, 201702005656; CARLA MARIELA PUSINERI, 201702001300; CARLOS ENRIQUE SUÁREZ HERENCIA, 201702002360; CARLOS JOSÉ DOMINGOS ALFACE, 201702005303; CARLOS RODRIGUEZ, 201702002294; CARMEN YOMIRA CAMBAR GOMERO, 201702001243; CAROL MIROSLAVA CASTAÑEDA MARTINEZ, 201702001839; CAROLINA BELEN LEON, 201702003165; CAROLINA BLANCO, 201702003588; CAROLINA HERNANDEZ, 201702004459; CAROLINA RUIZ, 201702002328; CAROLINA TRUJILLO, 201702003901; CECILIA LORENA SPESOT, 201702002749; CECILIA PRECIOSA CABSELA, 201702005128; CECILIA RAMIREZ ALCAZAR, 201702004925; CÉLSIO ASSANE, 201702000954; CÉSAR AUGUSTO MARTÍNEZ GARCÍA, 201702004639; CHARLES HAN, 201702005508; CINTIA EVELYN ROSCHER, 201702000087; CITLALLI GONZÁLEZ CONTRERAS, 201702003074; CLARA MARIA BENAICHA, 201702004843; CLARA MARIA REYES BUENAVENTURA, 201702003653; CLARA PAVON ESTRADE, 201702004242; CLAUDIA CRISTINA PAREDES TORRES, 201702000221; CLAUDIA DANIELA ALAMA TORRES, 201702000352; CLAUDIA SOLANGE LIVIGNI, 201702005545; CLAUDIA XIMENA RANGEL GARZON, 201702001908; CRISTHIAN CAMILO RODRIGUEZ PRADO, 201702003817; CRISTIANE FONTES TRINDADE, 201702000129; CRISTÓBAL GONZÁLEZ BUSCHIAZZO, 201702000822; DALIA CASTILLO ANDRADE, 201702000716; DANIEL ANDRES HIDROBO UNDA, 201702000599; DANIEL CANDELAS, 201702003221; DANIEL MATIAS RESNIKOF, 201702001800; DANIELA ALEJANDRA GONZÁLEZ CORRALES, 201702005102;

DANIELA ANDREA ARCINIEGAS CARDENAS, 201702001245; DANIELA BETANCOURT, 201702005289; DANIELA CORREA REGUEIRO, 201702000539; DANIELA JARA RODRÍGUEZ, 201702001722; DANIELA LUNA GONZÁLEZ, 201702000418; DANIELA MARÍA GAVIRIA RIVERA, 201702002118; DANIELLA MARGARITA PAULINA TERREROS, 201702001650; DANILO MACRI, 201702003456; DANNY LESLIE BASTIDAS CONDEZO, 201702000031; DARIO REYES REINA, 201702002796; DAVID FARFAN PINDAY, 201702000234; DAVID LOPEZ HIGUERAS ESCOBAR, 201702001958; DEBORA YANINA CORDOBA, 201702000864; DEIDRA OROZCO SANCHEZ, 201702003920; DEINY LISSETH RODRIGUEZ BERNAL, 201702005165; DENISE ANA PREGUICA BOZIC, 201702005126; DENISE LUJAN CARRASCO, 201702004395; DIANA CAROLINA MUÑOZ GUERRA, 201702003041; DIANA ESTEFANIA COELLO BONILLA, 201702004108; DIANA PATRICIA PESOLE FALCON, 201702004442; DIANA PATRICIA YASELGA CUEVA, 201702005065; DIANA PAULINA CASTAÑEDA RODRIGUEZ, 201702004480; DIEGO LUIS SANCHEZ VINASCO, 201702003840; DOMINGOS MONTEIRO CORREIA, 201702000016; DULCE ROMINA SEMEDO BETTENCOURT, 201702003523; EDNA ARGENTINA ALBERTO, 201702003231; EDUARDO ORTEGA GUILLÉN, 201702000273; EDWIN ANDRES TORRES CORTES, 201702004892; EFRÉN DARÍO LÓPEZ MORALES, 201702004106; ELENA ARAMENDI SAMANIEGO, 201702000654; ELENA FERNANDEZ CUBILLO, 201702005569; ELENA TORRES MAESTRO, 201702005153; ELISA MARÍA GARI BARBÉ, 201702003279; ELISABETH RAQUEL SOLIS PARI, 201702000361; ELMA EVELIN MURILLO DAZA, 201702004324; EMILIA FERREYRA, 201702005034; EMMA CAROLINA GUERIN MORINIGO, 201702005684; ERICKA MELINA DE LOS RIOS FACHIN, 201702000646; ERIKA PRISCILA KWON ORDOÑEZ, 201702001938; ÉRIKA YASMÍN AGUADA, 201702004327; ESTER MONSONIS FERRER, 201702003399; ESTEVAO SALVADOR LANGA, 201702002376; EUGENIA MARIA DA GLORIA MUCHANGA, 201702005112; FABIAN EDMUNDO CASTRO PAREDES, 201702002917; FABIO ISAR ORTIZ DE URBINA, 201702004599; FEIYAN YE, 201702000944; FELIPE PEREZ HEREDIA, 201702002401; FERNANDO DURAN, 201702003664; FILIPPO ROMEO, 201702002931; FIORELLA MARGORYTH RAMIREZ ARANZAMENDI, 201702001354; FLOR KARINA LEAL JAIME, 201702002698; FLORENCIA ANIA MILMAN MARQUEZ, 201702003238; FLORENCIA DE SENSI, 201702005462; FRANCISCA ANDREA MARON PEREZ, 201702002850; FRANCISCO DANIEL OCAMPO VILLA, 201702002577; FRANCO MIGUEL MICHATI, 201702004684; FRANCO SIDONIO, 201702004521; FREDDY DANIEL LLEMPEN CONCHE, 201702000037; GABRIEL HORACIO GALVAN, 201702002862; GABRIELA GAVILAN HADID, 201702003565; GABRIELA PEREYRA MARQUEZ, 201702003752; GABRIELA SANCHEZ CARVALLO, 201702001567; GABRIELA SUAREZ, 201702000339; GERARDO ENRIQUE CUÉLLAR CUESTAS, 201702003724; GINNA MARCELA GARCIA RODRIGUEZ, 201702004473; GISELA NATALIA MATTIO, 201702004879; GIULIA GOVERNALE, 201702000192; GLASSER FERNANDO PAULO, 201702000138; GRINALDA D"ABREU DE CEITA SOARES, 201702005144; GUIDO AGUSTIN ADABBO GONZALEZ, 201702005461; GUIDO STUART EGÚSQUIZA PASTRANA, 201702001331; GUILLERMO DAVID GERBAUDO, 201702002769; GUZMÁN ALEJO CRAVEA KLARIC, 201702003520; HECTOR CAMILO RODRIGUEZ CIFUENTES, 201702005343; HELENA PATRICIA GONÇALVES DOS SANTOS, 201702000985; HENRY ANDRES SANCHEZ SUAREZ, 201702001835; HERRLICH JENNIFER NORIEGA MUÑOZ, 201702000227; HILDA MARICIELO MONTES DE LA CRUZ, 201702000112; HUILIN HUO, 201702001524; IAN CHONG, 201702004104; IDALENCIO DINIS SITOE, 201702001476; IGNACIO ROSATI CABRERA, 201702005097; IGNACIO SURIANI VARESI, 201702004374; INGRID YOSHARA VILLADA AMAYA, 201702002037; IRINA BABAEVA, 201702004498; IRINA ROSARIO DIAZ DAZA, 201702003605; JACQUES COSTE CACHO, 201702004021; JAIME ANDRES ARREDONDO CARDONA, 201702004776; JANCARLA SELENE GUZMAN, 201702001969; JANIS GIRALDI DELGADO, 201702004201; JASON CHARLES REMI GASTAUD LAMY, 201702004018; JAVIER ANTONIO ALVAREZ GELVEZ, 201702001880; JAZDIL POUPART FELICIANO, 201702005441; JENNIFER ALEXANDRA PINTO CASTELLANOS, 201702002604; JENNY ROXANA SOBENES GUTIERREZ, 201702003714; JEREMIAS JONAS NHACA, 201702005106; JESÚS ALBERTO FERREIRA JIMÉNEZ, 201702001528; JESUS DANIEL QUICENO CAPTO, 201702003973; JHONNY ISAAC VERGARA ADRIAN, 201702000243; JHORDAN ANIBAL HERRERA ALDANA, 201702003790; JIAYU LIU, 201702003803; JIMENA LUCIANA MARTINEZ, 201702004022; JOANA STAGGINI, 201702003508; JOAO ROY POMAJAMBO NUÑEZ, 201702001875; JOHANA CAROLINA VALENCIA CASTAÑO, 201702003206; JOHANNA BREITHAUPT, 201702004294; JORGE ADRIAN URBINA SANCHEZ, 201702005051; JORGE ALFREDO ROJAS RONDAN, 201702000795; JORGE LUIS ARROYO ESQUIVES, 201702000917; JORGELINA DEL VALLE ARGUELLO, 201702003106; JOSÉ ANTÓNIO LELO CHIMPANZO, 201702004509; JOSÉ ANTONIO MORA CASTRO, 201702001638; JOSE CAMILO BOTERO SUAZA, 201702002990; JOSE CARLOS PANTALEÓN SILVANO, 201702005115; JOSE JOAQUIN ROMERO BASALLO, 201702005237; JOSE JULIAN AGUILAR SANCHEZ, 201702003160; JOSÉ LITO MONTEIRO MIRANDA, 201702003533; JOSÉ MANUEL AUGUSTO CARRETO FERNÁNDEZ, 201702003007; JOSE MANUEL VAZQUEZ, 201702005686; JOSE MARIA MIGUEL LOYOLA ROMERO, 201702000516; JUAN CARLOS CARRION ARIAS, 201702002353; JUAN CARLOS PETRO HERNANDEZ, 201702001151; JUAN DAVID OSPINA ALCARAZ, 201702005563; JUAN ESTEBAN PANESO ECHEVERRY, 201702004069; JUAN FELIPE VASQUEZ RINCON, 201702005048; JUAN GABRIEL ROSSI, 201702005475; JUAN PATRICIO PUPI, 201702001850; JUANITA SIERRA GIRALDO, 201702004326; JULIA LUCAS ROVIRA, 201702003247; JULIANA ESCOBAR LOZANO, 201702001512; JULIANA ORTEGA CAMELO, 201702005452; JULIETA SELAYARAN POSTIGLIONI, 201702004182; JULIO CÉSAR GÓNGORA LEÓN, 201702004607; JULIO IVAN TORRES HOYOS, 201702001575; JULIO MARIO CASTRILLON IDARRAGA, 201702004035; KAREN FABIOLA CACERES SILVA, 201702004386; KARLA MARIANA OCHOA BAHENA, 201702002452; KATHERINE BAUTISTA YARLEQUE, 201702000304; KATHERINE TERESA HUACAMAYTA LARA, 201702000069; KEJIA ZHAO, 201702000941; KENNETH SOREN VEGA CATAÑO, 201702002890; KRISTEL NICOLE LAZARO RUGEL, 201702003705; LAINESSE BENJAMIM SAMUSSONE, 201702004507; LARA SABINO, 201702002321; LAURA CARDONA, 201702003455; LAURA DANIELA ORTIZ RAMIREZ, 201702003037; LAURA ELIZABETH GOMEZ VALDEZ, 201702004469; LAURA LEGARDA LÓPEZ, 201702004727; LAURA LUCIA PANOZO KIM, 201702004474; LAURA MARCELA RIVERA HERNANDEZ, 201702004383; LAURA MARGARITA RAMOS MONTERROSA, 201702004608; LAURA VILLAMARIN, 201702001871; LENNY ESTHER URBINA DIAZ, 201702000347; LETICIA MARGARITA LOPEZ CAMACHO, 201702000951; LIA CLARISSA GUARTECHE BARRIOS, 201702004650; LILIANA GALLEGO DUQUE, 201702005291; LIZETH MANUELA PEREZ ACEVEDO, 201702001947; LORENA MARILU RODRIGUEZ REY, 201702000927; LORENA PAOLA VEGA PEREZ, 201702003702; LOURDES BETSABE VENTOCILLA MENESES, 201702001454; LOURDES MARIA CAMPOS MEZA, 201702000625; LU FON CHEN SHIH, 201702005716; LUANA BATANERO ARMSTRONG, 201702001672; LUCAS MATEO ESPINOLA GONZALEZ, 201702000697; LUCIA JIMENA SALAS LAZO, 201702003212; LUCIA MICAELA PETRELLI, 201702004896; LUCIA MILAGROS NEYRA ROMERO, 201702003496; LUCIANA CARRILLO BARBA, 201702003972; LUCIANO GUTIERREZ, 201702004416; LUIS FELIPE CESPEDES REYES, 201702005696; LUISA GOMEZ, 201702004729; LYZBETH OCHOA BAHENA, 201702002587; MACARENA BELTRAME ROVETA, 201702002386; MACHAIA MUHAMMADE MUALACA MUALACA, 201702002983; MAGALY YURIKO MELGAREJO KATSUREN, 201702000275; MAGDALENA ROHATSCH, 201702003791; MANUEL DAVID CHIANG, 201702001035; MANUELA MEJIA POSADA, 201702004289; MARCELO OSCAR DEMERGASSI, 201702003977; MARIA AGUSTINA MIGNONE, 201702005176; MARIA ALEJANDRA GARCIA VACA DIEZ, 201702002459; MARIA ANDREA MIRANDA VASQUEZ, 201702003865; MARIA CLARA VIDAL, 201702004048; MARIA CONCETTA CARDINALE, 201702000882; MARIA DEL CARMEN RIOJAS GONZALEZ, 201702000580; MARIA ESTEFANIA HERNANDEZ VASQUEZ, 201702003909; MARIA ESTEFANIA ROMERO, 201702002625; MARIA EUGENIA LOPEZ, 201702005538; MARIA FERNANDA LINARES CEBALLOS, 201702005373; MARIA FERNANDA TORRES BUENO, 201702000703; MARIA FLORENCIA BARSAMIAN ARRAGA, 201702003240; MARIA FLORENCIA PACIARONI, 201702005108; MARIA IDA DE JESUS FIGUEIRA, 201702004881; MARIA JOSE CAMPO LINARES, 201702002538; MARIA JOSE ESCOBAR PULIDO, 201702003076; MARIA JOSE NIESCIEROWICZ, 201702004497; MARIA LAURA ESPER, 201702005135; MARIA LAURA OLHABERRIET DE SOUZA, 201702004061; MARIA LEONOR OCTAVIANI, 201702004349; MARÍA PAOLA VENECIA FERRARO ARCE, 201702002427; MARÍA PAULA ANGEL ARANGO, 201702004689; MARÍA PAULA FRANCO LOZANO, 201702000886; MARIA PAULA PARDO RODRIGUEZ, 201702004220; MARÍA PAULA VILLAVERDE, 201702002829; MARÍA ROSÓN SÁNCHEZ, 201702003250; MARÍA SALOMÉ CAJAS GARCÍA, 201702005429; MARIA TRINIDAD MARTÍ, 201702002246; MARIA VICTORIA DEGUER, 201702002824; MARIA VICTORIA GODOY, 201702002519; MARIA VIRGINIA LAUBER SOSA, 201702004338; MARJAN ROSALES, 201702002912; MARIANA CIELO SANCHEZ, 201702000337; MARIANA CRISTINA DELGADO RAMOS, 201702000315; MARIANELA MENDOZA RIOS, 201702003501; MARIANNA LAURA ELÍS CHOCOBAR, 201702002014; MARIANNE CLAIRE WEIBEL, 201702000362; MARINA FARIZ, 201702004449; MARIO JARED ARAVENA PEREZ, 201702004295; MARLENE ROSARIO JULCA RUPAY, 201702000865; MARTA MAS, 201702000015; MARTHA LUCIA CEBALLOS PEÑAFIEL, 201702003801; MARTIN JOSE RACCA, 201702005256; MARTINA CAAMAÑO, 201702004627; MATIAS DANIEL JALIFF PEREZ, 201702002616; MATTHEW SINISE, 201702005009; MAURICIO HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 201702004538; MAURICIO VIANA FERREIRA, 201702002922; MAXIMILIANO DE FILIPPI, 201702004890; MAYLIG ANNET PEINADO LEON, 201702004519; MAYRA ALEJANDRA CABEZAS HUARACA, 201702004855; MAYRA MORALES, 201702005086; MBALALENDELE BRIGHT PASCOAL, 201702001240; MELISSA LINDLEY NAVASCUES, 201702000665; MELISSA SCARLETT GARIBAY GARIBAY, 201702000276; MICAELA PINTOS CASCALLARES, 201702003243; MICHAEL CASCIATO, 201702000109; MICHAEL DARIO LOPEZ CASTRO, 201702004582; MIGUEL ANGEL ORTIZ HERNANDEZ, 201702005677; MIGUEL ANTONIO RAMIREZ RINCON, 201702003434; MIGUEL PEDRO MORALES OJEDA, 201702002915; MIKI ADRIANA OKANAN, 201702003403; MILENA SUAREZ MOJICA, 201702004042; MONICA ALESSANDRA VILLAMAYOR DE ALVAREZ, 201702004407; MONICA FONSECA, 201702005434; MONICA MARIANA CASTAÑEDA VELIZ, 201702000348; NATALIA CRISTINA AHLGREN, 201702004961; NATALIA TORRES CASTRO, 201702005747; NAYELI GARCIA PEREZ, 201702004285; NELSON LIMA VAZ PEREIRA, 201702001841; NICOLAS ALBERTO VILCA CAMPANA, 201702004038; NICOLAS ARIAS HERRERA, 201702002443; NICOLAS FABIAN SILVERA GUASQUE, 201702002334; NIYIRETH ROZO LOPEZ, 201702003774; NOELIA ESTEFANI ROJAS ORTIZ, 201702000499; NOELIA NATHALY SOMOCURCIO DOMINGUEZ, 201702000346; OKLA LIMA, 201702005530; OLIVIA MIGUEL CHAMBULE MOÇAMBIQUE, 201702003246; ORIANA ALEJANDRA SÁNCHEZ LATÁN, 201702000086; ORLANDO CASTILLO HURTADO, 201702000628; OSVALDO BARRENECHE, 201702002042; PAOLA DEL CARMEN ALFARO QUINTANA, 201702002901; PAOLA LUCIANA FALETTO, 201702004598; PATRICIA DELGADO CORDOBA, 201702005647; PAUL ALEXANDER COAGUILA ARIAS, 201702005091; PAUL DE LA HOZ, 201702004583; PAULA ALEXANDRA CABEZAS GARCÍA, 201702003244; PAULA ANDREA GONZÁLEZ CAICEDO, 201702004441; PAULA ANDREA PEREZ BECERRA, 201702001208; PAULA CAMPOS CERRILLO, 201702002579; PAULA GISELA ARZAMENDIA, 201702002322; PEDRO ARTHURO SANTA CRUZ PERALTA, 201702002582; PEDRO GUTIERREZ OLARTE, 201702002599; PEDRO PRIETO VARGAS, 201702004846; PERFECTO SALVADOR CASTILLO QUIROZ, 201702003410; RAFAEL GONZALO SEGOVIA CASTRO, 201702000007; RAISA LÓPEZ LOPES, 201702004162; RAÚL ESTEBAN GÓMEZ POSADA, 201702004576; REBECA BAEK, 201702002096; RICARDO POYATOS GARCIA, 201702004142; ROBERTO JOSÉ BUITRAGO BEJARANO, 201702004772; ROCÍO ANTONELLA PLOSCHUK, 201702004714; ROCIO NOCELLI, 201702004935; RODRIGO JESÚS LOVERA VERDÚN, 201702002958; RODRIGO MILLARES, 201702002108; RODRIGO PÁRAMO ATENCIA, 201702001915; RODRIGO PÉREZ TEJADA FUENTES, 201702005457; ROGER ALEJANDRO HENRIQUEZ CASANOVA, 201702000758; RÓGER JOSÉ GÓMEZ SANDOVAL, 201702004775; ROSA ANA PEREZ GONZALEZ, 201702002309; ROSARIO MARTINHO SUNDE SUNDE, 201702002932; RUDI CHRYSTIAN LOPEZ LUCAS, 201702002510; SABINE REIMANN, 201702000410; SANTIAGO CASTRILLON, 201702005249; SANTIAGO GARCIA RENDON, 201702004585; SARA AURORA PELLIZZARI, 201702000995; SEBASTIAN MEDINA NUÑEZ, 201702000269; SERGI PRAT LLORENS, 201702005503; SHEILA JUNAIDE RAFAEL SENETE, 201702005107; SILVIA FERNANDA MONTOYA FONSECA, 201702001386; SILVIA SOLEDAD SALDIVAR BELLASSAI, 201702004502; SOFIA BELEN ROJAS CABALLERO, 201702004222; SOFIA GARCIA DA CUNHA, 201702003639; SONIA ASTRID ESTEPHANYE LUNA MEGO, 201702001236; STEFANIE LOOSLI PESSOA DE ALBUQUERQUE, 201702003684; TÁBITA MACABUR, 201702004499; TATIANA GAITAN AMORTEGUI, 201702004187; TATIANA MARÍA ITHURBIDE MARRERO, 201702002526; TOMÁS BERASTEGUI, 201702002879; TOMAS ENRIQUE GIBSON, 201702003132; TOMAS GALLUZZI, 201702004232; VALENTINA ROZO, 201702002032; VALERIA ANDREA NAVA AUZA, 201702005069; VERONICA LUJAN RESTREPO, 201702004071; VERÓNICA NATALIA CASATI, 201702003376; VICTOR SALVADOR HERNANDEZ SERMEÑO, 201702002906; VICTORIA ELIZABETH CHÁVEZ, 201702004461; VICTORIA SIMONIN, 201702005404; VIVIANA INFANTE CANGREJO, 201702003917; VIVIANA MARTINI TORTONE, 201702005632; VIVIANA XIMENA CONTRERAS CASTAÑEDA, 201702001327; WERONIKA LISEK, 201702001382; WILLIAM ENRIQUE PERTUZ GENES, 201702002066; WILLIAM LEONARDO GOMEZ LOTERO, 201702004405; WILLY STEVENSON NEVILH SIFUENTES AGUIRRE, 201702003631; WILLY VLADIMIR MARZANA MORALES, 201702003924; WILSON ANDRES MENA SILVA, 201702005552; WILYAM DAVID TORRES MEZA, 201702001384; WOLFGANG ALEXANDER HOLLMAN MUNERA, 201702003691; YANET CRISTINA DA SILVA MONTADO, 201702003021; YAPUR DUMIT GOMEZ, 201702003391; YERALDIN QUIMBAYO LOZANO, 201702005385; YESICA ELIZABETH YORNET, 201702005008; YOHANA SILVANA URQUÍA BAZÁN, 201702005354; YRIS YAMILETH RODRIGUEZ RODRIGUEZ, 201702001804; YU TING LI, 201702000216; YUBICA NICOLE MONSALVES ESCALONA, 201702002546; YUDIT ANGELICA RINCON QUICENO, 201702005474; YUKUN XU, 201702000903; YUN JIN ANNA JO, 201702000431.

Nível Intermediário Superior

ABRAHAM DAVID CAMPOS MORA, 201702005271; ABRIL MONSERRAT CASTILLO SERRANO, 201702004709; ADABEL MARAÑON LIMON, 201702004555; ADÉLCIA MANUELA SILVA FERNANDES, 201702002374; ADELINO CARLOS HANDA, 201702004288; ADRIAN ESTEBAN TROYA PROAÑO, 201702004373; ADRIANA CAROLINA ESTEVEZ ERAZO, 201702005255; ADRIANA MARIA JURADO MONTES, 201702002481; ADRIANO PONTILLI, 201702004712; AGOSTINA FABIANA COMPARIN GAUNA, 201702002187; AGOSTINHO DJATA, 201702000082; AGUINELA ALFEU FAIELA, 201702005142; AGUSTÍN EMILIO DEL CORAZÓN DE JESÚS OSSÉS FIORENTINO, 201702003558; AGUSTÍN RICARDO VIERA CUADRADO, 201702003149; AITANA SALGADO CARMONA, 201702004589; AKIMI JOSELIN CABRERA MIYAZONO, 201702003842; AKIRA SHIMANE, 201702004495; ALAN ARNALDO DAVALOS RODRIGUEZ, 201702003394; ALBERT GABRIEL TURPO PEQQUEÑA, 201702000357; ALBERTO CONSTANCIO LANGA, 201702004690; ALBERTO NIETO, 201702003134; ALEJANDRA FABIANA RODIÑO, 201702001749; ALEJANDRA GUZMAN RUIZ, 201702004489; ALEJANDRA MARISA GONZÁLEZ GONCALVES, 201702004058; ALEJANDRA NIÑO ALARCON, 201702001921; ALEJANDRA OCHOA RODRIGUEZ, 201702005027; ALEJANDRA SABINA PEÑA HURTADO, 201702001097; ALEJANDRA VALERIA SALGUERO ROSALES, 201702004335; ALEJANDRO ARTURO BELTRÁN DUARTE, 201702002400; ALEJANDRO GIRALDO GARZON, 201702004863; ALEJANDRO UNDERY, 201702005257; ALEJANDRO URIBE NARANJO, 201702004584; ALESSANDRA MILAGROS ASCENZO BATTISTINI, 201702000067; ALESSANDRA STEFHANIA BRICEÑO DE LA SOTTA, 201702001076; ALEX

LUIS FLORES HIDALGO, 201702000453; ALEXANDRE DE FÁTIMA COBRE, 201702003510; ALEXIS SANTIAGO PATIÑO GONZÁLEZ, 201702005621; ALFONSO ENRIQUE URIBE LEON, 201702000297; ALICIA LORENA AGUILAR GARCÍA, 201702001455; ALLISON STEFANNY MORENO HUAMANI, 201702004741; ALMA FLORENCIA ARANDA BENITEZ, 201702003589; ALVARO GABRIEL BUSTAMANTE GONZALEZ, 201702004428; ALVARO NICOLAS GONZALEZ RECAREY, 201702003990; ALVARO NICOLAS PEREIRA ZILLICH, 201702003280; AMANDA CATALINA GONZALES MARTINEZ, 201702001226; AMANDA JOSEFINA GERLINGER MATEO, 201702004543; AMANDIO ANGELO SABELA, 201702002299; AMELIA BARRY, 201702002245; AMILCAR GABRIEL LIASSE, 201702003144; AMPARO MARIA DEL CARMEN LAZOS CHAVEZ, 201702000246; ANA CAROLINA FLORES FIGUEROA, 201702002230; ANA CRISTINA DELGADO PALACIOS, 201702001665; ANA GIMENA VARGAS CARBALLO, 201702004444; ANA GUGLIELMUCCI, 201702005610; ANA JOSEFINA GAZAL CHALHUB, 201702004414; ANA MARGARITA BARTABURU OLARREAGA, 201702002319; ANA MARIA CHANGO MACAS, 201702005583; ANA MARIA GALLEGO RESTREPO, 201702004556; ANA MARIA MIRANDA VARGAS, 201702003593; ANA PAULA DE BARROS BARRETO MAZO, 201702004208; ANA PAULA GUERRERO CISNEROS, 201702001280; ANA RUTH DELGADO SOTO, 201702004002; ANABELLA AGUILAR CORZO, 201702000529; ANASTASIA FIORELLA ARAYA VÁSQUEZ, 201702004921; ANDER ESTRUCH SANTAMARIA, 201702005270; ANDRE LEONCIO MUJICA VASQUEZ, 201702000114; ANDREA ACCINI DIAZ, 201702001109; ANDREA ALEXANDRA JARA JACOME, 201702004037; ANDREA BARRIOS INTHAMOUSSU, 201702000833; ANDREA ESTEFANIA TIGSELEMA MAQUIZACA, 201702004354; ANDREA FIORELLA LOBATON POLAR, 201702000075; ANDREA GONZÁLEZ MEDINA, 201702004464; ANDREA LARISSA AYALA TORALES, 201702000745; ANDREA MARINA FERRANDO, 201702003072; ANDREA SÁNCHEZ GÓMEZ, 201702005643; ANDREA SOLIS MONTAÑO, 201702001664; ANDREA XIMENA MARROQUIN MORENO, 201702002226; ANDRES DAVID BARON CUBILLOS, 201702005450; ANDRES DAVID CELIN RODRIGUEZ, 201702002715; ANDRES EDUARDO ROJAS CRUZ, 201702004553; ANDRES MINABERRIGARAY, 201702002315; ANDRES RODRIGO MOREANO LASSO, 201702001266; ANDRÉS SEBASTIÁN CALERO CALERO, 201702002422; ANGEL DAVID ROLDAN BAUTISTA, 201702003982; ANGEL GUSTAVO DALMAZZO, 201702005017; ANGELA CRISTINA VARGAS BURBANO, 201702005698; ANGELA VICTORIA CORDOVA GONZALES, 201702000857; ANGELA YADIRA ROJAS RODRIGUEZ, 201702001623; ANGELICA ROCIO PAZ ZABALA, 201702004618; ANGELO BENEDETTI, 201702003234; ANGELO JOSE SOCRATES TORRES CARRILLO, 201702001249; ANIBAL BENJAMIN CARRASCO ALBURQUEQUE, 201702003899; ANNA MARIELLA INSFRAN GOMEZ, 201702001775; ANNELIESE VARAS GARDEAZABAL, 201702003109; ANNY PAOLA CALDERON GARCIA, 201702002412; ANTONELA MAITE VELAZQUEZ, 201702002145; ANTONELLA AYELEN ROBLES, 201702004567; ANTONELLA ESPINO AYALA, 201702004422; ANTONIO RAUL SITOE, 201702002413; ANYELY JISSEL SANTIAGO MÁRQUEZ, 201702003645; ARACELI PATRICIA SEGOVIA VELA, 201702005209; ARCANGELA VARLOTTA, 201702000957; ARIANA ANDREA RIQUELME TRONCOSO, 201702003390; ARIANNA MONTERO OCON, 201702004404; ARLINDO NASCIMENTO BENTO, 201702003254; AUGUSTO SANTIAGO TORRES SALAS, 201702000872; AURORA ISABEL RODRIGUEZ PINTO, 201702003888; AURORA SOFÍA ACEVES MARTÍNEZ, 201702001011; AXEL PATRICIO ARAVENA ARAVENA, 201702005212; BAPTISTA JOSE MANGORROMBANE MACHAVA, 201702001565; BARBARA ESPINOZA FLORES, 201702005003; BEATRIZ JIMENEZ POVEDA, 201702004197; BELÉN AYALA CORBO, 201702002260; BELEN MARIA CAVANAGH, 201702004392; BENJAMIN CORONA LOPEZ, 201702001923; BERNARDITA JACQUELIN, 201702005157; BERNARDO DANIEL LAUREANO, 201702004626; BERTILDA ÑUNGO, 201702003932; BERYL YOW, 201702003371; BORIS ARNALDO SÁNCHEZ ROMERO, 201702002154; BRENDA GARCÍA MARTELL, 201702005447; BRENDA NAYELLI BECERRIL HERNANDEZ, 201702000052; BRUNELLA YZU ROSSINI, 201702000637; BRUNO NICOLAS ADABBO GONZALEZ, 201702004340; CADIJATO BOI DJALÓ, 201702000127; CAMILA AYELEN FELLA, 201702002393; CAMILA BELEN VICENTE CANDIA, 201702003447; CAMILA MEDINA IRIARTE, 201702001591; CAMILA SAMANTHA LOPEZ BENANCIO, 201702001339; CAMILA SOFIA BARBERA VAZQUEZ, 201702004955; CAMILA VICTORIA SPALDING, 201702001592; CAMILO ANDRES FERNANDEZ, 201702003118; CANDELA MEALHA, 201702002009; CARCIDIO ARMANDO SENDELA, 201702002966; CARLA MARCHESI, 201702005558; CARLA RAFAELA YRIGOYEN ZAPATA, 201702001399; CARLINE SOLANGE SANCHES DE ANDRADE, 201702003362; CARLO SAMBATARO, 201702001814; CARLOS ADOLFO VALDEZ GUTIERREZ, 201702000441; CARLOS DANTE COCOCCIONI, 201702003088; CARLOS EDUARDO GUARDADO HERNANDEZ, 201702002055; CARLOS EMERSON HURTADO GOMEZ, 201702003889; CARLOS MARCELO MALDONADO NÚÑEZ, 201702002464; CARLOS RODRIGO MANCÍA SALES, 201702003412; CARLOS RONY RECALDE VITONERA, 201702005695; CARLOS STEPHANO RUILOWA CESPEDES, 201702005478; CARLOS STEVEN ALVAREZ ANCHIVILCA, 201702000530; CARMEN GISSELLE VARGAS VAZQUEZ, 201702002552; CARMEN MARÍA URCHOEGUÍA LÓPEZ, 201702002690; CAROLANI ANDREA ESCALANTE MENDEZ, 201702003495; CAROLINA MERCHÁN ALVEAR, 201702003587; CAROLINA OBANDO ACUÑA, 201702005660; CATALINA GAITAN MARIN, 201702002177; CATALINA MAYA PERDOMO, 201702004746; CATHERINE CHAVEZ GARCIA, 201702001887; CATHERINE NICOL ARAVENA VALERO, 201702001608; CATHERINNE NATHALY LEVEAU VEINTEMILLA, 201702001143; CATRIELA EDEL GAVINSKI, 201702003607; CECILIA CRIVELLI, 201702004651; CECILIA IVANA ARGUELLO MERLIN, 201702002765; CÉSAR IVÁN NÚÑEZ LUNA, 201702005133; CHAO LIANG, 201702000895; CHIARA SACCHI, 201702004603; CHIN WING HIN JAO JAO, 201702005231; CHRIS WALL, 201702001283; CHRISTIAN DANIEL VÁSQUEZ RIVEROS, 201702003136; CHRISTIAN DAVID LOPEZ DE LARA SANCHEZ, 201702004303; CHRISTIAN RUDDY JIMENEZ BAOZ, 201702004418; CHRISTOPHER SALAZAR SANCHEZ, 201702005679; CLARA BERTONI, 201702004053; CLARISA LIONE, 201702002455; CLAUDIA ALEJANDRA BATISTA MENEZES, 201702003611; CLAUDIA ALEJANDRA SANCHEZ ARANDA, 201702000079; CLAUDIA ELENA CAJIGAS CABRERA, 201702002984; CLAUDIO LUIS MORETTI, 201702001239; CLAUDIOSON MUÑOZ DE LIMA, 201702003613; CONSTANZA SOFIA RODRIGUEZ TORRES, 201702004956; CRISTHIAN JHONN PALOMINO OCHANTE, 201702000242; CRISTIAN DANIEL OTTERO, 201702005195; CRISTIAN DAVID SANCHEZ LEON, 201702003707; CRISTIAN GIOVANI PAZ MACHADO, 201702005095; CRISTIAN NORBERTO GIL AYALA, 201702005082; CRISTIANA AILINE DOS REIS SILVA, 201702004565; CRISTINA HITCE, 201702005453; CRISTINA MANTECÓN, 201702003956; CYNTHIA ALEXANDRA ANDRADE LIMA, 201702003319; CYNTIA KATERINE PORTA PEREZ, 201702000355; DAMNY ALEXANDER LAYA RODRIGUEZ, 201702004827; DANIEL ANTONIO DOMÍNGUEZ DÍAZ, 201702001518; DANIEL DE LA SOBERA, 201702001571; DANIEL EMILIO ORELLANA SAMPEDRO, 201702002605; DANIELA AYELEN CORREA, 201702003535; DANIELA DIAZ SULBARAN, 201702005070; DANIELA KATHERINE GALINDO MARTINEZ, 201702003597; DANIELA PADILLA LÓPEZ, 201702001378; DANIELA URIBE MOSQUERA, 201702003046; DANIELA ZUÑIGA RUIZ, 201702005642; DANNA ANTONELLA NISIVOCCIA DALFONSO, 201702002390; DANNY ENRIQUE CANTOS CANTOS, 201702003420; DANTE LUCIANO FERNANDEZ FLORES, 201702005543; DARIO ENRIQUE FLORES MARIN, 201702000939; DAVID BENJAMIN CORONEL COBOS, 201702002735; DAVID ELIAS JORGE OBLITAS, 201702003128; DAVID FELIPE LEDEZMA RAMIREZ, 201702005042; DAVID NOBRE MARTINS, 201702001955; DAYANA PAULINA CORONEL PICHUCHO, 201702005710; DEISY BRIGITT HERRERA MORA, 201702001341; DEMIAN OLISES CHAVEZ LOYOLA, 201702005047; DENISSE ABIGAIL CAMARGO CARHUALLANQUI, 201702001427; DIANA ALEGRÍA ITURRALDE DURÁN, 201702001274; DIANA ESTEFANIA RAMOS PEÑA, 201702003688; DIANA MARCELA LOPEZ GALLEGO, 201702003979; DIANA MILENA BUITRAGO NUÑEZ, 201702005030; DIANA SOFIA REVILLA VALDIVIA, 201702001453; DIANNE SHENA VANESSA BLENMAN, 201702003233; DIEGO ALBERTO FERNÁNDEZ PÉREZ, 201702002851; DIEGO ALEJANDRO SATIZÁBAL ALARCÓN, 201702002898; DIEGO ANDRES SOLANO, 201702005550; DIEGO ARMANDO FRANCO CUERVO, 201702004545; DIEGO DAVID PALMEROLA VILLAGRA, 201702002426; DIEGO DE LOS RIOS ANTELO, 201702002020; DIEGO EDDY MORALES VILLARROEL, 201702001656; DIEGO EDUARDO SAEZ CHAHUD, 201702000440; DIEGO ENRIQUE PORTALANZA PERALTA, 201702000094; DIEGO EUSEBIO QUISPE ZAMBRANA, 201702000930; DIEGO FERNANDO HURTADO LOMAS, 201702004306; DIEGO HERNÁNDEZ REYES, 201702002381; DIEGO MANUEL FLORES RODRIGUEZ, 201702002216; DIEGO MARTIN PEREIRA RIOS, 201702004001; DINA GUADALUPE TRUJILLO GODOY, 201702004277; DIONICIO TORRES MEZA, 201702001310; DIRLEY HELANY SPÍNOLA LEVY, 201702005334; DONGHYEON HWANG, 201702001082; DOUGLAS JUAN PADILLA HUAYTA, 201702000271; DULCE BETHZY GONZALEZ VELASCO, 201702005528; DULCE MARCELA CORTES FERNANDEZ, 201702000260; EDDA ANALIA DE LEON MUIÑO, 201702004174; EDGAR ENRIQUE HERRERA LLANOS, 201702002358; EDGAR IVAR ARIEL CABALLERO LEZANA, 201702004922; EDGAR RAFAEL JULIAN LAIME, 201702000792; EDSON DE ANDRADE NHAMUAVE, 201702003321; EDUARDO FABIO APARI COSSIO, 201702000482; EDUARDO HECTOR ADAMS HURTADO, 201702000840; EDUARDO MARCELO MARTINEZ, 201702005075; EDWAR ENRIQUE ALCALDE RODRIGUEZ, 201702003156; EFFREN ANTHONY PEÑA SANCHEZ, 201702004410; ELCIDIO RUI MACUACUA, 201702001568; ELENA ISABEL PARADA COIMBRA, 201702001667; ELIANA MARISOL MARTINS, 201702005600; ELIANA XIMENA VELASQUEZ SANCHEZ, 201702002346; ELIAS JUAN JORGE PEREZ ARIAS, 201702004705; ELIDA DUQUE FLOREZ, 201702003668; ELIECER JACOB MATA GONZÁLEZ, 201702004413; ELISA LO, 201702003937; ELISA NATALY JARRIN HARO, 201702005577; ELISABETTA BOSCO, 201702000300; ELIZABETH ANABEL MILAGROS ALCANTARA HONORES, 201702001309; ELIZABETH CRISTINA TRYON VARGAS, 201702000417; ELIZABETH HOFFMANN, 201702003073; ELIZABETH JOHANNA GOMEZ CALA, 201702005342; ELSA LOURDES HINCAPIE ARIAS, 201702001351; ELSY VERONICA ATACHAGUA ARIAS, 201702001291; EMANUEL MONTERO ESPAILLAT, 201702005553; EMERSON BARRIOS MOGOLLÓN, 201702003651; EMILIO BREZICKI, 201702002838; EMILY ANDRADE LIVRAMENTO, 201702005377; EMMANUEL SIERRA LAMPON, 201702001176; ERÉNDIRA GÁLVEZ OCHOA, 201702002733; ÉRICA DANTY VAZ MANGO DA SILVA, 201702000442; ERICA KAREN DEXTRE TORRES, 201702000767; ERICA LORENA DI CORRADO, 201702004147; ERICK PEÑA PEREZ, 201702002515; ERICK RAUL NUÑEZ DEL PRADO RONCAL, 201702000141; ERIKA MARIBEL PAVÓN VALLEJOS, 201702003392; ERIKA MILADY GONZALEZ MONTERO, 201702002432; ERIKA PAOLA AVILA CONEO, 201702002645; ERNESTO GERVASIO DOGLIO FONTOULA, 201702004234; ERWIN EUGENIO GUZMÁN CRUZ, 201702002251; ESTEFANI CAROLINA ALBUJA RIVADENEIRA, 201702003578; ESTEFANIA ASENCION SANTA MARIA CASTRO, 201702000457; ESTEFANIA CHIOLO, 201702003935; ESTEFANY MILAGRITOS PARIONA OSORIO, 201702000592; ESTHER BRAVO GOVEA, 201702005309; EUGÊNIA NANGI LUÍS LUÍS, 201702005197; EURICO MANUEL MATORO, 201702005156; EVA VIRGINIA RODRIGUEZ DE MARCHENA, 201702005681; EVELYN EDITH VANEGAS VASQUEZ, 201702005410; EVERTH GUSTAVO PANIAGUA CHOQUE, 201702003882; EVILICE LUCIA FERNANDO SOQUIR, 201702004336; FABIOLA ROCIO BURGOS LIMON, 201702002980; FABRIZIO MATEO HECK, 201702005296; FACUNDO BACIGALUPO, 201702003998; FACUNDO DANIEL GALETTI, 201702004350; FACUNDO IGLESIAS BADO, 201702003262; FACUNDO MINUTO, 201702004665; FANNY DIANELA SANTIAGO, 201702002128; FANY KARIME GONZALEZ MARTINEZ, 201702005746; FATIMA BERENICE GODINEZ TORRES, 201702005399; FAVIO ANDRES SAUCEDO ROSAS, 201702002780; FEDEÃO BERNARDO FERRAZ NGOLA NGOLA, 201702003570; FEDERICO HERTZULIS, 201702003173; FEDERICO MARTÍNEZ LENZI, 201702004115; FEDERICO OSCAR DE LA VALLINA, 201702003135; FEDERICO ROMERO PINTOS, 201702003409; FELIPE RAFAEL SALMERON MACHADO, 201702003306; FERNANDA LEÃO CEZERILO, 201702004209; FERNANDA LOURDES CARRIÓN ANTÚNEZ, 201702003709; FERNANDA PEREZ DIAZ, 201702003286; FERNANDO ARIEL ESCOBAR CANDIA, 201702004946; FERNANDO CHAVEZ CARMEN, 201702000011; FERNANDO FLORINDO CAETANO, 201702001049; FERNANDO MARIO DIAZ CARDENAS, 201702001242; FERNANDO SANDOVAL GARDUNO, 201702004302; FIDEL ALEJADRO AGUILAR AGUILAR, 201702002236; FLAVIA ANTONELLA MENDOZA ROBLES, 201702004196; FLORENCIA LILIAN CARBONELL LUCERO, 201702001903; FRANCESCO BENEDETTO, 201702002941; FRANCISCA BELEN RIVADENEIRA ROJAS, 201702004332; FRANCISCO IGNACIO ACUÑA POLANCO, 201702002827; FRANCISCO JAMBA TOMAS TOMAS, 201702001878; FRANISCO VINON, 201702004239; FREDDY BAUTISTA, 201702002847; FREDDY RODOLFO LOUSTAU BARRETO, 201702003985; FRENEY ALEJANDRO URIBE GARCIA, 201702004695; GABRIEL DE JESUS FONSECA, 201702001821; GABRIEL NASSAR SUAREZ, 201702001930; GABRIEL PEREYRA, 201702003778; GABRIELA HUARACA CHOQUEHUANCA, 201702001625; GABRIELA VALENCIA GALEANO, 201702001440; GAIA MANELLI, 201702004751; GAIA MARIA GIOVANNA SCRIMA, 201702004870; GALO ANDRÉS LOZANO BURBANO, 201702005701; GARICELA RODRÍGUEZ VIERA, 201702005485; GAUDENCIO DE JESUS LUCIANO SILOTA, 201702000451; GEORGELINA INES RODRIGUEZ PARRA, 201702001982; GEOVANNA JACKELINE TOBAR MENESES, 201702004311; GERARDO JAVIER GUIZA VARGAS, 201702003459; GERARDO JOSUÉ CABRERA BECERRIL, 201702004566; GERARDO MARTINEZ AGUIÑAGA, 201702004656; GERMAN HUMBERTO DIAZ VILLALBA, 201702004577; GERSON IGNACIO AGUIRRE PAVEZ, 201702003087; GERSON JONATAN SANCHEZ RAMIREZ, 201702004411; GERSON ZACARIAS MASSINGUE, 201702003301; GIANCARLO VILLENA PRADO, 201702004738; GIULIA DANTIMI, 201702003155; GLORIA ELIZABETH ROJAS NUÑEZ, 201702003704; GLORIA MARÍA FERNÁNDEZ BAYÓN, 201702000955; GLORIANNY IBAÑEZ SALAZAR, 201702003825; GRACE KELLY ROJAS ZEGARRA, 201702000878; GRACIANA OLESEN, 201702002572; GRACIELA ITZAYANA DORANTES MARTÍNEZ, 201702000193; GRECIA JIMENA WALL CALLATA, 201702000571; GRECIA JULEMY ENCINA BEJAR, 201702002573; GUADALUPE BOTERO JARAMILLO, 201702003031; GUILLERMO ANTONIO AVILA CAMPOS, 201702004560; GUILLERMO RAUL HALI SAPAG, 201702001720; GUSTAVO ADOLFO LOZANO COTES, 201702001744; GUSTAVO FEDERICO APABLAZA, 201702002215; GUSTAVO JAVIER VIVEROS GARCETE, 201702005729; GUSTAVO MIGUEL PEREYRA CARBAJAL, 201702004198; HAMIDA SENILDA MAZIVE, 201702003545; HECTOR CANO LLARENA, 201702004947; HÉCTOR DANIEL SIERRA CANALES, 201702001472; HECTOR FEBRINO VIANNA COLLAZO, 201702003005; HECTOR HERNAN GRAJALES MOSQUERA, 201702003604; HEIDY LEYLA MUÑOZ MATOS, 201702002219; HELENA BELÉN RIVELLI, 201702003004; HELENA DE CARLI, 201702004586; HÉLICA PINTO, 201702002968; HELIO SALOMAO PESANHANE, 201702005170; HERMARY DABREU DE CEITA SOARES, 201702004241; HERMELINDA NOEMI TOLEDO, 201702001326; HEUBERGER ANGELA, 201702004494; HILARY MONICA BERMUDEZ CAMPOVERDE, 201702005631; HILLARY VALERIA FERNANDEZ VARGAS, 201702005657; HORACIO VEGA SANDOVAL, 201702003797; HUGO FERNANDO ROMO CASTILLO, 201702005489; HUGO GUSTAVO VEGA ALCIVAR, 201702001542; HUGO MARCELO LEZCANO OLMEDO, 201702005668; IGNACIO FERNÁNDEZ, 201702002663; INÁCIO GAIO QUEMBO, 201702001112; INES RUEDA, 201702001867;

INGRID ANELIZ CHAMBI AQUINO, 201702002512; INGRID PAOLA TORRES ORTIZ, 201702003846; INGRID TATIANA NARVAEZ NETEKAMA, 201702003835; INYOUNG SEO, 201702004348; ISAAC BARRERA RODRIGUEZ, 201702005469; ISNABA BUCAL, 201702000081; ISRAEL CARLOCK URENA, 201702003357; IVAN DO CARMO LAMEQUE LAMEQUE, 201702004789; IVAN LEANDRO GRITTIS, 201702003628; IVÁN SILVA, 201702003464; IVANA DE LA CRUZ ROSADO, 201702004224; IVETTE SOLEDAD RODRIGUEZ RIVERA, 201702004262; IVO MAREX KALINOWSKI CASTILLO, 201702000426; IVONE TAMAYO BEDOYA, 201702003151; IVONNE ESTEFANIA BEDOYA HURTADO, 201702001417; JACINTO ORLANDO JOAO, 201702001855; JAIME GABRIEL MORALES HERNANDEZ, 201702000631; JAMINTON FERNANDEZ SEOANES, 201702001589; JANETE CHINHAMBA MUTUPA MUTUPA, 201702005215; JANETE MARLENE SILVA ROSALES, 201702002800; JANIELEE SCARLET VENEGAS ALARCON, 201702000907; JAVIER ALBERTO VASQUEZ CANDIA, 201702002828; JAVIER IGNACIO GAETE RODRIGUEZ, 201702003454; JAVIER IRIARTE MOJICA, 201702002589; JAVIER MALDONADO, 201702002375; JAVIER MUNOZ BURILLO, 201702002408; JAVIER ROMULO INGA MELLADO, 201702000533; JAZMIN MORALES ZAMORA, 201702003603; JEAN FRANCO SANCHEZ ROSALES, 201702001027; JEAN PAUL VILCA HUAMANI, 201702004356; JENIFER CISNEROS CCOYLLO, 201702000414; JENIFFER FAJARDO GUTIÉRREZ, 201702002567; JENIFFER SOLANGE ZAPATA ALAVE, 201702000458; JENNY PIEDAD HAYA DE LA PEÑA NORIEGA, 201702000140; JERÓNIMO MARIANO MOTTIN, 201702004623; JESICA GRECO, 201702002703; JESSICA ALEJANDRA ROSSELLO ANCHORENA, 201702002211; JESSICA ALEXANDRA CARBALLO SERRANO, 201702005473; JESSICA JOSELYN ROJAS BENAVIDES, 201702005471; JESSICA JULIET MARTINEZ QUIÑONES, 201702003855;

JESSICA PAOLA PEDROZA SILVERA, 201702000074; JESSICA VANESSA FRANCO GRANADILLO, 201702000136; JESSICA ZULEIMA PARRADO AGUDELO, 201702005241; JESÚS ALBERTO NAVARRO FUENTES, 201702005458; JESÚS FERNANDO CHÁVEZ FLORES, 201702001234; JESUS JAIME RODRIGUEZ CATACORA, 201702005024; JESUS MIGUEL VACA PORTALES, 201702001831; JESÚS MORENO CUENCA, 201702004500; JESUS ROMULO QUINTANA QUISPE, 201702000798; JHAN CARLOS AGUEDO BONILLA, 201702000065; JHESSICA AYLIN JEMIO GUTIERREZ, 201702003158; JHON FREDY CARTAGENA ECHAVARRIA, 201702004676; JHONATAN CAMILO CASTELLANOS RAMOS, 201702004014; JHONNATTAN ACOSTA GONZALEZ, 201702005093; JHONNY RENE ENCALADA PLACENCIA, 201702003695; JHOSELINE MELISA VELASCO CARLO, 201702004481; JI SANG HYUN, 201702001074; JIMENA BEATRIZ SANTOYO ALCANTARA, 201702002867; JIMENA PATRICIA CASTEDO TOLEDO, 201702003947; JING LIANG WU HE, 201702005094; JINGFEI YU, 201702001131; JISELLE STEELE, 201702000495; JOANNA YANISSA VENEGAS JUSTINIANO, 201702000307; JOAQUINA MUJICA, 201702003640; JOHANNA ELISABETH STOIBER, 201702002192; JOHANNA MILENA ROMERO RODRIGUEZ, 201702005408; JOHN ANIBAL TAPIA BACA, 201702002895; JORGE ISRAEL FIGUEROA FIGUEROA, 201702004200; JORGE MIJANGOS BLANCO, 201702004357; JOSE ADRIAN ALFONSO, 201702002337; JOSE ALEJANDRO VERGEL TORRADO, 201702002487; JOSE ANTONY ARTEAGA CHAVEZ, 201702001586; JOSÉ DAVID BLANCAS MANZANO, 201702000460; JOSE DOS SANTOS COIMBRA, 201702002254; JOSÉ GUILLERMO YOSHIO CABREL BORCHANE, 201702000630; JOSE IGNACIO QUISPE MAYTA, 201702003224; JOSÉ LUIS CRUZ VARGAS, 201702004696; JOSÉ LUIS RODRIGUEZ ROBERTTI, 201702002419; JOSE MARTIN TOTOSAO HERNANDEZ, 201702000507; JOSÉ MAURICIO CORDOBA GALEANO, 201702002961; JOSÉ MIGUEL MARTINEZ GOMEZ, 201702002298; JOSE OMAR TADASHI NAKAYAMA SANCHEZ, 201702003767; JOSÉ QUINTANA, 201702001662; JOSEPH VICTOR VERA MEDINA, 201702000469; JOYCE SEIJAS FIGUEROA, 201702000134; JUAN CARLOS CASTRO, 201702004747; JUAN CARLOS CHAHIN JORDAN, 201702004329; JUAN CARLOS MENDEZ GARCIA, 201702003863; JUAN CRUZ ORCAJO, 201702001729; JUAN DAVID CASTRO SALAZAR, 201702003168; JUAN DAVID ROMERO ROZO, 201702001561; JUAN DAVID VIVAS HERNANDEZ, 201702005282; JUAN DIEGO SANCHEZ, 201702002516; JUAN ESTEBAN BUILES RESTREPO, 201702003338; JUAN FELIPE CARDENAS CORDERO, 201702000538; JUAN JOSE GRILLO, 201702005423; JUAN MANUEL MELON GRANDAL, 201702002256; JUAN MANUEL UNGSON VELARDE, 201702000557; JUAN MARCOS AGUILAR SALINAS, 201702000544; JUAN MARTÍN VICENTE GIACOIA, 201702003976; JUAN NICOLAS PASAMAN CASTILLO, 201702004178; JUAN PABLO GONZALEZ, 201702004064; JUAN PABLO MEDINA, 201702003116; JUAN PEDRO LISTA MOREL, 201702002380; JUAN SEBASTIAN ARAMBURO GOMEZ, 201702004652; JULIA DELORENZI, 201702005364; JULIAN ALEJANDRO SABOGAL OVIEDO, 201702005568; JULIAN ANDRES ONATE MAZZILLO, 201702001570; JULIAN URIBE, 201702001863; JULIANA OTERO, 201702005743; JULIETA SOFIA GARCIA, 201702002185; JULIO CUMBE, 201702001945; JULIO NICOLÁS PÁEZ, 201702003465; JUNHUI XIANG, 201702000950; KAREN ELIZABETH HERNÀNDEZ TORO, 201702004958; KAREN MELISSA ABREGO COCA, 201702003895; KARIM TATIANA DAZA GONZALEZ, 201702001617; KARIN MILAGRITOS SEBASTIAN ANDRADE, 201702002477; KARINA BELEN FUENTES HUARACAN, 201702004792; KARINA VIVIANA MIRALLES DE LOS SANTOS, 201702001978; KARINA YIRLEY GUTIERREZ AGUILAR, 201702004913; KARLA ANDREA LLAIQUI HUARHUA, 201702003078; KATHERINE PATRICIA SOTO MEJIA, 201702001219; KATHIANA ANAIS TESEN CHANG, 201702000303; KATIA FIORELLA HUAMAN CONDO, 201702000295; KATIA KARINA LAVADO RUPAILLA, 201702001426; KÁTIA SARA HENRIQUES XAVIER ZECA, 201702004199; KELLY GABRIELA OLGUIN MORALES, 201702001699; KEVIN JAVIER FONSECA LAVERDE, 201702005733; KEVIN LOUIS PUERTAS NEYRA, 201702003241; KONRAD HOLZBAUER, 201702005101; LANLAN TANG, 201702001473; LAURA ALEJANDRA MARÍN LADINO, 201702005652; LAURA ANALÍA PEREIRA, 201702003777; LAURA CRISTINA FLOREZ VILLANUEVA, 201702000455; LAURA CRISTINA POSADA LOPEZ, 201702004568; LAURA GISSELA SALINAS FIGUEREDO, 201702004193; LAURA MARCELA PEREZ MOYA, 201702004529; LAURA RICO BUSTAMANTE, 201702004228; LAUREANA CAROLINA GRIFASI, 201702004431; LAUREEN NICOLE LOPEZ CASTILLO, 201702002439; LAYANIS MESA GARRIGA, 201702003202; LECELI BAIA DELGADO, 201702001603; LENNIS KATHERINE ZAMBRANO ROMERO, 201702001801; LEONARDO DANIEL MANZANO PASQUEL, 201702003498; LEONARDO DE JESUS GARITA ALVARADO, 201702005420; LEONARDO FABIÁN NÚÑEZ, 201702003229; LEONARDO GABRIEL PONZO GONZALEZ, 201702005736; LEONARDO SANTIAGO SIVISAKA SATAMA, 201702005015; LESLIE PRISCILA SUAREZ VERA, 201702001161; LETICIA GRISEL DIAZ SEDES, 201702004170; LICIA RAQUEL GARCIA VERGARA, 201702002761; LIDIO MARCELO MONTIEL MEDINA, 201702001096; LIGIA ALEJANDRA SANTANDER ARIAS, 201702003958; LIN YAN, 201702000345; LINA MARIA NOVOA RAMIREZ, 201702002575; LINDA KAREN RODRIGUEZ NAGUEL, 201702002786; LINDA MICHELL MONTOYA OSPINA, 201702003812; LISETH VIVIANA ECHAVEZ PACHECO, 201702001595; LISSA MARIEL PORTES BERAS, 201702004406; LISSETH JHOANNA PARRAGA VEGA, 201702002539; LIZETH ALEJANDRA SILVA REYES, 201702003655; LOURDES MARIA PUEBLA, 201702002243; LUCA CALIANNO, 201702001478; LUCAS CASTELLINI, 201702005043; LUCERO MARIBEL SONCCO PACCO, 201702003818; LUCÍA AMY TEJERA, 201702003966; LUCÍA ZARAZAGA, 201702004899; LUIS ALBERTO ROJAS PERALTA, 201702000259; LUIS ÁNGEL RODRÍGUEZ CASTILLO, 201702001391; LUIS ENRIQUE CORDOVA BERNAL, 201702003055; LUIS EVELIO PRADO PEREZ, 201702005203; LUISA FERNANDA TEJADA VILLAMIZAR, 201702005426; LUISA GONZÁLEZ HURTADO, 201702004679; LUISINA MAGALI PIZZIO, 201702002089; LUJAN GU, 201702004749; LULU LIN, 201702002133; LUZ DEL CARMEN PALOMARES RIVERA, 201702001315; LUZ EDITH SALAZAR ARCE, 201702003219; LUZ MARYNELLA VARGAS ARAUJO, 201702004011; LUZMARINA CLARAMARIA NINAHUANCA HINOSTROZA, 201702000513; MACARENA SOLEDAD GARCIA NUÑEZ, 201702002480; MACIEJ GACA, 201702003274; MAIA BELÉN ZAPOTOCZNY, 201702002650; MAITE GUADALUPE SORUCO BANEGAS, 201702003541; MAMONA JACINTO PEDRO MACONGO MACONGO, 201702004513; MANUEL ALFREDO PAZ, 201702004967; MANUEL JESUS VEGA UCHARIMA, 201702000897; MANUEL LEIVA MAGARIÑOS, 201702005380; MANUELITA NIETO RUIZ, 201702001779; MAR PANESSO QUINTERO, 201702002478; MARCELA ALENJADRA ARROYO ALARCÓN, 201702004933; MARCELA ALEXANDRA DIAZ RIVADENEIRA, 201702005092; MARCELA CAMACHO GONZALEZ, 201702004998; MARCELA LETICIA CABRERA PORTILLO, 201702005674; MARCELA MARTÍNEZ MATA, 201702004365; MARCELINO LUIS, 201702003414; MARCELO GRASSI, 201702003658; MARCELO JAIME JUANIQUINA ROCHA, 201702002194; MARCO DA CRUZ, 201702003018; MARCOS ARIEL MONTEIRO FERNANDES TAVARES, 201702004594; MARGARITA LEONARDO VELASCO, 201702003892; MARIA ALEJANDRA RAMIREZ ROJAS, 201702005567; MARIA ALEJANDRA SANDOVAL REJAS DE PANTE, 201702004347; MARIA ALEJANDRA SCHULMEYER IRIARTE, 201702004230; MARIA BELEN NARVÁEZ, 201702004544; MARIA BERONA ALARCON BURGOA, 201702004948; MARIA CAMILA ADAIME ZAPATA, 201702003903; MARIA CAMILA ALVAREZ, 201702005040; MARÍA CAMILA NÁPOLI, 201702001040; MARIA CAMILA NEIRA MATEUS, 201702003730; MARÍA CASTRO SERANTES, 201702003941; MARIA CELESTE REDRUELLO, 201702002643; MARÍA CLARA COMBÍN, 201702002415; MARÍA CREVATIN ATTWELL, 201702005396; MARÍA DE LAS MERCEDES TALAVERA, 201702003682; MARIA ELENA ITURRIAGA GOROSO, 201702005240; MARIA ELENA SANCHEZ LOPEZ, 201702004889; MARIA EMA PICAZA, 201702005595; MARIA EMILIA COFRE CORRAL, 201702005317; María Eugenia CAFURE, 201702004092; MARIA EUGENIA MELGAR SUAREZ, 201702004387; MARIA FERNANDA COLOMA, 201702004687; MARIA FERNANDA GUERRERO PARDO, 201702000374; MARIA FERNANDA IBARRA GUTIERREZ, 201702004858; MARIA FLORENCIA CELESTINO SABATIN, 201702004592; MARÍA JOSÉ ALDAY, 201702004015; MARIA JOSE GUZZO GUIÑAZU, 201702005741; MARIA JOSÉ RIVADENEIRA OBANDO, 201702004887; MARIA LAURA GOMEZ, 201702002657; MARIA LUDOVICA DI BIAGI, 201702000890; MARIA LUISINA BOZIKOVICH, 201702001864; MARÍA MACARENA ROMERO TEJEDOR, 201702002770; MARÍA MAGDALENA CURBELO DÍAZ, 201702004078; MARIA MILAGROS RODRIGUEZ AYALA, 201702004614; MARÍA PAOLA YÁÑEZ CÁRDENAS, 201702002434; MARIA PIA DEL VALLE VERON RAMOS, 201702003025; MARÍA PILAR QUINTEROS GARZUZI, 201702005605; MARÍA SILVANA BONIFAZ CHIRINOS, 201702000116; MARIA SILVINA PIANA, 201702002561; MARIA SOL TONIN, 201702001363; MARÍA SOLEDAD CORIA, 201702005725; MARIA TARTAGLIA PULCINI, 201702001730; MARIA TERESA MARCANO BETHENCOURT, 201702004908; MARIA TRINIDAD LORENTE, 201702004760; MARÍA VICTORIA GUIÑAZÚ CANÉ, 201702003164; MARIA VICTORIA GUZMAN MENDEZ, 201702000214; MARIA VICTORIA URBISTONDO, 201702004917; MARIA VICTORIA VAGGE, 201702001320; MARIA VICTORIA WEBER, 201702005358; MARIANA BURGOS, 201702003517; MARIANA CRANE RUGE, 201702003071; MARIANA DE JESUS MÉNDEZ MELÉNDEZ, 201702004803; MARIANA GUERRERO NEGRETE, 201702003997; MARIANA MARTELLITI, 201702004284; MARIANA RAVE TRUJILLO, 201702005345; MARIANA SOLEDAD DE SANTO, 201702001389; MARIANELLA NERVI FADOL, 201702005338; MARIANO FABIAN MARTINS, 201702003442; MARIANO PAGLIETTINI, 201702004962; MARIANO PEREZ VARELA, 201702003868; MARICARMEN TÉLLEZ VELÁZQUEZ, 201702003367; MARIELA SALAZAR LLANOS, 201702002051; MARIELA SANCHEZ GUTIERREZ, 201702001975; MARIO BIRIATE, 201702003590; MARIO DORANTES PAVÓN, 201702004376; MARIO MEDINA CESPEDES, 201702005267; MARISANTINA NIRCE MONTERREY VATTUONE, 201702005517; MARITZA JOHANNA ORTIZ CAYO, 201702005708; MARITZA SOFIA NASSI FARFAN, 201702001400; MARLON MARTIN PALOMINO CACERES, 201702000217; MARTA COLILLA JULIAN, 201702004708; MARTA DIANA CANTERO GONZALEZ, 201702005537; MARTHA CECILIA ZAFRA RIVERA, 201702002521; MARTÍN ALEJANDRO ZENDRÓN, 201702004550; MARTIN AUGUSTO GIL CUSIRRAMOS, 201702000144; MARTIN FINKELSTEIN, 201702004653; MATIAS ARESE, 201702004774; MATIAS DAMIAN HORN, 201702005217; MATIAS PEREZ VOLONTERIO, 201702004841; MATÍAS VALENTÍN MARCHETTI, 201702004314; MAURICIO RAFAEL PÉREZ PATIÑO, 201702003636; MAYNE ARIETNA PEREZ FERNANDEZ, 201702002018; MAYRA MACARENA PEDROZO, 201702003090; MEILYN CHAN, 201702000597; MELANIE VENDEVILLE, 201702004131; MELINA STURLESI, 201702005137; MELISSA JHOANNA NUÑEZ RIVAS, 201702005742; MELISSA PEREIRA FERNANDES GONÇALVES, 201702004145; MERITXELL MAIMI CHECA, 201702003320; MIAOFANG GUAN, 201702000942; MICHAELA SCHAUEROVÁ, 201702004237; MICHELLE ANTONELLA BENITEZ GONZALEZ, 201702003927; MICHELLE CAROLINA FLOREZ MORENO, 201702002899; MIGUEL FONTELA BULNES, 201702004573; MILAGROS DEL PILAR ALLENDE USIETO, 201702004716; MILAGROS GIOVANNA QUINTANA, 201702002394; MILAGROS JEREZ, 201702005694; MILAGROS ROCIO ROMAN PEÑA, 201702000285; MILTON ARMANDO TERESA MALAI MOCAMBIQUE, 201702002184; MINHEE KIM, 201702002610; MIREIA CARRERAS ALVAREZ, 201702002842; MIRIAN GISELLA GAMARRA NORABUENA, 201702000606; MIRNA BETTIANA ROJAS, 201702003716; MISHELLE HALL PEÑON, 201702003035; MITSUKAZU NAKANISHI, 201702000912; MONICA PATRICIA MELO HERRERA, 201702003749; MONICA PATRICIA ORTIZ ORTIZ, 201702003596; MORENA DELLA TORRE, 201702004895; NADIA EVELYN BASILIA CHAVEZ, 201702004381; NADIA MERCEDES PAZ VELÁSQUEZ, 201702000207; NAIDA BERNAL HINOJOSA, 201702001843; NALLELY TAPIA ALVARADO, 201702000277; NATALIA BEATRIZ GONZALEZ, 201702005383; NATALIA ESTEPHANIE SCARLATTE BAIZ, 201702005134; NATALIA RAMIREZ TORO, 201702004659; NATALIA RODRIGUEZ GIL, 201702004552; NATALIA VILLALOBOS VALERIO, 201702004954; NATHALIA HERNÁNDEZ YANES, 201702000051; NATHALY ANDREA RAMIREZ GAITAN, 201702003697; NATTALY YANIN MOITIÑO IFRÁN, 201702005012; NAYMA MICHELLE MARIAMO REBOCHO, 201702003044; NEDIA PEREIRA CORREIA MENDES CORREIA CORREIA, 201702004353; NELLY CAERO AVILA, 201702002502; NELLY PAOLA ENRIQUEZ ZAMBRANO, 201702005613; NEREA CELINA OLMEDO, 201702004188; NESTOR IVAN MEDINA GIRALDO, 201702003335; NICOLAS FERNANDEZ CASTAÑON, 201702002129; NICOLAS GASTON DOMINGO, 201702003663; NICOLAS PAEZ OTERO, 201702004366; NICOLAS PERALTA RAMOS, 201702003657; NICOLE ALEJANDRA ZAMBRANA BALANZA, 201702001731; NICOLE PAOLA MORA PADILLA, 201702005628; NOELIA NOEMI CANELO, 201702001091; NOEMI LOURDES TITO ALVAREZ, 201702005576; NORA REBECA MUNGUIA ALDARACA, 201702003504; NORKA NOELIA PALENQUE CESPEDES, 201702001494; NORMAN JAVIER PÉREZ SORIANO, 201702005602; NURIA DIANA HURTADO LLAMO, 201702000150; NÚRIA SERRADELL RIBÉ, 201702004496; OLIVIA SCHULTES, 201702004398; OMAR JESÚS TAYPE ACOSTA, 201702001102; OSCAR IVAN ROJAS BAQUERO, 201702005739; OSCAR MANUEL ALLENDE LEÓN, 201702001482; PABLO RACEDO, 201702002985; PAMELA LEITON CASTRO, 201702005648; PAOLA ANDREA MITTELMANN, 201702002750; PAOLA ANDREA OSPINA GIRONZA, 201702004478; PAOLA ANDREA VASQUEZ DURAN, 201702004251; PAOLA CECILIA SEGURA AGREDA, 201702000449; PAOLA DENISSE SANCHEZ SANCHEZ, 201702000340; PAOLA TATIANA VILLOTA SIERRA, 201702005477; PAOLA YOHANA FERNÁNDEZ ARRIETA,

201702004443; PATRICIA LORENA MORÁN UMAÑA, 201702004041; PATRICIO ALEJANDRO SERRANO JARAMILLO, 201702004950; PATRICK VAN DER LINDE, 201702005714; PAUL ALEJANDRO SALVADOR MORALES, 201702003417; PAUL ANDRES SALINAS FERNANDEZ, 201702003489; PAUL FERNANDO VACA MEDINA, 201702004177; PAULA EMILIA RIVAS FAREZ, 201702004981; PAULA GANHAO, 201702003124; PAULA GARCIA CHARLON, 201702003939; PAULA HERNANDEZ RODRIGUEZ, 201702005293; PAULA VALENTINA HERRERA MUÑOS, 201702004945; PAULINA NAVARRETE PAZ, 201702005490; PAULO JOAQUIM MUCAVELE, 201702004151; PEDRO EDUARDO YAÑEZ MELENDEZ, 201702002584; PEDRO GOMEZ, 201702004260; PEDRO JIMENEZ MUÑOZ, 201702004070; PEDRO JOSE MEDINA RUSO, 201702003386; PEDRO JUSTINO JÚNIOR JÚNIOR, 201702003543; PEDRO PABLO MORALES GUEVARA, 201702000486; PHILIPP HECTOR, 201702001265; PIERRE MARC RENÉ, 201702001409; PIOTR STASIUK, 201702001906; RACHEL WELLER, 201702003918; RAFAEL ALFONSO ROA CARRILLO, 201702002916; RAMA LIRA COELHO, 201702001139; RAMON GABRIEL MANIN, 201702001784; RAQUEL ANTUÑA, 201702001653; RAQUEL FLORES SEQUEIRA, 201702005655; RAUL RINCÓN, 201702000401; RAYZHA KRUZHKAYA CUELLAR CUENCA, 201702005058; REBECA EDITH ZALAZAR, 201702002370; REGINA HERNANDEZ, 201702001675; REGINA ISABEL HERRERA DOS REIS, 201702000908; REIKO SHINTANI, 201702002146; RENATTO MARCELLO YUPA VILLANUEVA, 201702004160; RENE ABEL SOSA, 201702002053; RENE PEDRO SUBIETA TAPIA, 201702005060; RENE SULCA GOMEZ, 201702000474; RICARDO ARIEL KAM VARGAS, 201702002585; RICARDO JAVIER SOLIS TOBAR, 201702001272; RICARDO ROBERTO VALCARCEL VEGA, 201702000658; ROBERT DOWER, 201702003488; ROBERTO ARTURO PAREDES BAIZA, 201702004663; ROCIO VICTORIA ESPINDOLA, 201702004016; RODOLFO ESTEBAN RONDÓN HIGUEREY, 201702000239; RODRIGO ADOLFO BENITEZ MENDES, 201702002689; RODRIGO ALEJANDRO FERRARI UGARTE, 201702001261; RODRIGO JOSE CAMPO PASOS, 201702005361; RODRIGO LÓPEZ GONZÁLEZ, 201702001599; ROMINA MARIANA EVANGELISTA, 201702004333; ROMINA PAZ CONTRERAS BOCAZ, 201702003026; ROMINA RUSSO, 201702005177; ROXANA NICOLE DÁVILA CABALLERO, 201702005390; ROXI FIORELLA OCHOA GARCÍA, 201702000236; RUBEN ALBERTO ARTUNDUAGA SOLIZ, 201702004190; RUBÉN LÓPEZ DOMÍNGUEZ, 201702005244; RUBI LUCERO LLALLICO MANRIQUE, 201702004470; RYUJI YASUMOTO, 201702002457; SALVATORE ABRESCIA, 201702000523; SAMIR CARRIL, 201702005000; SAMUEL BLACK, 201702003509; SANDRA BEATRIZ PALOMEQUE, 201702002304; SANDRA CATALINA LOPEZ LOPEZ, 201702004976; SANDRA MILENA OROBIO ARAUJO, 201702003862; SANDRA PATRICIA TRUJILLO CALDERON, 201702001794; SANTIAGO PARDO, 201702005484; SANTIAGO RESTREPO ACEVEDO, 201702002462; SANTIAGO SOTO GÓMEZ, 201702003907; SARA ALFONSO DIAZGRANADOS, 201702002635; SARA BELEN LOPEZ NARVAEZ, 201702002238; SARAI OLABARRIETA MORALES, 201702000506; SEBASTIAN GAVIRIA DUQUE, 201702003575; SEBASTIAN PINEDA ECHEVERRI, 201702005310; SELENE MARTINEZ PEREZ, 201702001648; SEO YUN KIM, 201702001500; SERGIO ANDRES MUNEVAR CADENA, 201702005019; SERGIO ANDRES PADILLA MEJIA, 201702004744; SERGIO ANDRÉS QUINTERO LONDOÑO, 201702004755; SERGIO DAVID LASSO RAMIREZ, 201702001689; SERGIO ESTEBAN RODRIGUEZ GONZALEZ, 201702004699; SHARON PRISCILLA ROSALES DURAN, 201702004768; SHIARY YINNETH MARTINEZ UMAÑA, 201702005103; SILVANA ROMINA ROCHA FIGUEREDO, 201702002902; SILVANA RUIZ FANDIÑO, 201702002701; SILVIA FATIMA BOADO QUIROGA ESPINOZA, 201702005243; SILVIA FRESA, 201702004315; SILVIA LAURA FERNÁNDEZ, 201702005100; SILVIA PAMELA MENESES QUISPE, 201702004778; SILVIA YENI BARAHONA PAREDES, 201702000704; SIMÓN VILLA ZAPATA, 201702003692; SOFIA CORVALAN AZZATO, 201702005356; SOFIA GIACUMMO LUGARO, 201702003531; SOFIA HILDA MOREIRA REYNAL O´CONNOR, 201702001491; SOFÍA MILENA MONTERO NIEVA, 201702003145; SOFIA NOELIA LEZANA, 201702003287; SOFÍA PALOMA MARTÍN REYES, 201702005013; SOL ACOSTA, 201702001495; SONJA SCHÜLE, 201702002471; STEPHANIE POLO RAMOS, 201702002869; STHEFANIE HERNANDEZ RIVERA, 201702000029; SULTAN SARANDAZ KHAN, 201702004505; SUNG MO LEE, 201702002208; SUSANNA ROSSI, 201702002138; TAMARA CRISTINA MERCHAN DUEÑAS, 201702000915; TANIA AYELEN CARNEIRO PEREYRA, 201702005487; TANIA CAROLINA ARCHILA ALFARO, 201702004344; TANIA JAZMIN LOZADA RAMIREZ, 201702004999; TATIANA ALEXA RODRIGUEZ VELASQUEZ, 201702003213; TATIANA ANDREA OSPINA ROJAS, 201702005554; TELMA GONÇALVES DA MOEDA, 201702002155; TERRY SCHMIDT COREA, 201702004456; THALÍA ALEXANDRA FEIJOO VELEPUCHA, 201702004980; TIMM KRÖGER, 201702001100; TO HONG MIN, 201702000952; TOBIAS ROITMAN, 201702004885; TOMAS DA SILVA FERNANDO BONDA, 201702003084; TOMÁS MOLLER POULSEN, 201702004942; TOMAS NABIL SADDI, 201702003179; TOYOMI ARACELY CABRERA MIYAZONO, 201702003830; ULISES QUINTO, 201702002057; URANIA LENINA GARCIA TORUÑO, 201702004005; VALDO DE JESUS JOÃO NUNES, 201702001822; VALENTINA CAMPAGNARI, 201702004287; VALENTINA ORRÙ, 201702001475; VALENTINA TORRES SANIN, 201702004621; VALERIA ARZE BARRIGA, 201702003349; VALERIA CHOQUE QUELCA, 201702003493; VALERIA MARIA BARCIA CASTILLA, 201702001225; VALERIA MARIA SOL CORREA MORENO, 201702001270; VANDA VENANCIO NHASSAVELE, 201702005208; VANESSA DURAN SANTOS, 201702000293; VANIA MAGALY CHAVEZ OCHOA, 201702001421; VICENTE ACOSTA, 201702002063; VICTORIA BOSCO AIZPURUA, 201702004757; VICTORIA MAURY BENAVIDES, 201702004547; VICTORIA SEJURO BENAVENTE, 201702003377; VIRGINIA MIRAZO VIDIELLA, 201702002160; VITÓRIA ORTOLAN RODRIGUES DA CRUZ, 201702005379; VIVIANA ANDREA SILVA GONZALEZ, 201702003048; WEI ZHANG, 201702000867; WILLIAM ANDRES RODRIGUEZ TORRES, 201702002040; XING DENG, 201702002106; XUETONG JIANG, 201702002120; YAMILA MARIEL SIMON, 201702004004; YANICK ADOLFO CORREIA LEAL SILVA, 201702000122; YASKARA SANJINES PEÑA, 201702004486; YASMINE DAKITSE, 201702002927; YESIKA NATALI FERNANDEZ ORTIZ, 201702001646; YESSENIA ROSA CARRANZA VALERIANO, 201702001125; YILIN ZHU, 201702000137; YING ZHAO, 201702000883; YLSE ANAY MAYAUTE DOMINGUEZ, 201702001468; YOEL DANIEL GARCIA TAVERAS, 201702005198; YOLANDA VERONICA FELICIANO MANGANHE, 201702001540; YOUGANG XIE, 201702002602; YOVANA CARMEN CAMPOS GARNICA, 201702005539; YUMI SUZUKI, 201702005219; YUSEF SABER, 201702004450; ZEMIN BAI, 201702001807; ZENIA CLAROS COCA, 201702003199; ZHAOBO SUN, 201702000913; ZONIA CECILIA MORA BUSTOS, 201702005616.

Nível Intermediário

ABDEL SHADID EID VARGAS, 201702001989; ABRIL CASTRO FONTANA, 201702005635; ABRIL LUCÍA SEGALERBA CABRAL, 201702004186; ADEMAR DANFA FERANDES, 201702000048; ADERITO FERNANDO MACHIANA, 201702003330; ADOLFO GIOVANNI MIERES RODRIGUEZ, 201702003904; ADRIAN ARISTIDES FERREIRA CUEVAS, 201702002775; ADRIAN JOSE DE LA BARRA VISCAFE, 201702005483; ADRIANA PAOLA DIAZ MALDONADO, 201702005161; AGUSTIN IGNACIO VERGNIAUD, 201702003049; AGUSTÍN JOSÉ GONZÁLEZ DE MORA, 201702002247; AGUSTINA CASTRO, 201702004617; AGUSTINA CASTRO LAGONEGRO, 201702004402; AGUSTINA DALESSANDRO, 201702004682; AGUSTINA DIB, 201702005314; AGUSTINA MENENDEZ, 201702004834; AIDA FAVIANA TERCEROS DELGADO, 201702004452; AIDA VARELA RAMOS, 201702004168; AIDAIMARA MIRCIA LOPES CORREIA, 201702000405; AILING GUTIERREZ NOBMAN, 201702002609; AKEMI SHINDO, 201702000900; ALBANO GABRIEL DE LA CRUZ POSTIGO, 201702003962; ALBERTO NICANOR ROSARIO MÉNDEZ, 201702003995; ALDANA ELIZABETH PLENAZZIO, 201702005625; ALDANA LÓPEZ RIBADA, 201702001882; ALEJANDRA DEL PILAR SANTILLAN RODRIGUEZ, 201702001741; ALEJANDRA STEPHANY QUISBERT VACA, 201702004308; ALEJANDRO JOSUE ZURITA CHUCA, 201702001787; ALEJANDRO PEDREROS QUINTERO, 201702005750; ALEJANDRO SEBASTIAN GRIJALVA MORA, 201702005258; ALEJANDRO YANEZ MONTOYA, 201702003359; ALEX ARBEY LOPERA SEPULVEDA, 201702003075; ALEXANDER APONTE MORENO, 201702005098; ALEXANDER FURTADO VARELA BARRADAS, 201702001186; ALEXANDER LLAMPA JUSTINIANO, 201702003431; ALEXANDRA MONTEIRO, 201702003282; ALEXANDRA NINOSKA VIDAL RAMOS, 201702000485; ALEXSANDRA GERALDINE DELGADILLO BEJARANO, 201702003175; ALFREDO BARZOLA RAMIREZ, 201702000787; ALISON ALEJANDRA PEÑA CAMACHO, 201702004773; ALVARO DAVID GONZALEZ MOREL, 201702002274; ALYSSA TIFFANI ARANA LUQUE, 201702005200; AMY TATIANA VILA TORRES, 201702005669; ANA CLAUDIA DEL CARMEN MIRANDA BARDALES, 201702001788; ANA LEITE, 201702002628; ANA LUZ TUPA QUISPE, 201702004095; ANA MARIA ORTIZ BECERRA, 201702001641;

ANA MARIA PULIDO GONZALEZ, 201702005547; ANA PAOLA LLAMOCTANTA AGUILAR, 201702000326; ANA PAULA ARCE AGUIRRE, 201702004322; ANA SROVIN CORALLI, 201702005117; ANA YULITZA REYES SALCEDO, 201702004897; ANACET YOLANDA TORRES SALCEDO, 201702000089; ANALIA CORINA PIZZI, 201702002548; ANALIA NOEMI BEDEMAN, 201702002884; ANALIA NOEMI NUÑEZ, 201702003290; ANDRE NELSON SOTOMAYOR SERRUTO, 201702005575; ANDREA CASTEDO GÓMEZ, 201702000893; ANDREA CATALINA CAMPIÑO ARANGO, 201702001892; ANDREA DAYARANA GARCIA BALDERRAMA, 201702002820; ANDREA ELIZABETH SANGUCHO CHUGA, 201702004419; ANDREA ESCALANTE LÓPEZ, 201702005229; ANDREA GOMEZ HOYOS, 201702003987; ANDREA MICCHAELLA BELTRÁN BONILLA, 201702002776; ANDREI ALFEROV, 201702002740; ANDRES CAMILO PINZÓN COBOS, 201702003679; ANDRES ESTEBAN MORA SANTAMARIA, 201702005253; ANDRES FELIPE DIAZ MUÑOZ, 201702003157; ANDRES FELIPE JIMENEZ TOVAR, 201702004612; ANDRES KALBERMATTEN, 201702004385; ANDRES LUIS MANCERO MERINO, 201702001854; ANGEL FLORES TOBON, 201702000672; ANGEL GABRIEL FRANCO, 201702003732; ANGEL GABRIEL MORALES GUTIERREZ, 201702001088; ANGELES RODRIGUEZ ALTAMIRANO, 201702003188; ANGELICA ARBOLEDA, 201702002709; ANGÉLICA MARÍA PINTO NAVARRO, 201702000859; ANGELICA VERENICE RIVERA OLVERA, 201702000324; ANGELO JONATHAN DIAZ SOTO, 201702000068; ANGELO MARCELL MENDY FERNANDEZ, 201702003981; ANGIE LORENA GUERRERO GUERRERO, 201702005536; ANGIE PAOLA MARTINEZ CRISTANCHO, 201702005159; ANGIELINA ELIZABETH ROSALES ANCA, 201702000268; ANGY CAROLINA VILLAMIL DUARTE, 201702004554; ANHAI DIMELSA ARANCIBIA PORCEL, 201702002660; ANQI ZHU, 201702000353; ANTONELLA GENTILE, 201702002677; ANTONIO FASANELLI, 201702005250; ANTONIO ROBERTO VILLARROEL TALAMÁS, 201702004192; ANVIOSKA TERESA CRUZ MENDEZ, 201702005063; ARGELIA ESTELA VILLA HERRERA, 201702005076; ARIADNA FERNANDEZ LIMA LOBO, 201702004919; ARIANA MENDES, 201702000633; ARIANNA JOSE VIVES VEGA, 201702005629; ARIANNA MARCELA SOLANO ROMERO, 201702005617; ARIEL EDUARDO GRAMAJO, 201702003723; ARIEL FERNANDO VILLARROEL AGREDA, 201702003424; ARISTELIO MIRAÑA YUCUNA, 201702003885; ARMANDO ANTONIO MUCHANGA, 201702000215; ARTURO QUISPE TTITO, 201702002874; ASSAR MARISOL TEVES CUTI, 201702000487; ATILIO CESAR ERRECABORDE, 201702003827; AUGUSTO KESSAI AGOSTINHO CHICAVA, 201702001572; AURA CAROLINA CERVANTES JIMÉNEZ, 201702000229; AZUL SERENA DANGELO EBBA, 201702005179; BARBARA SICKOR, 201702004149; BASTIEN PITTON, 201702000652; BAUER ANTONIO REINA VILLAMIL, 201702004697; BAUTISTA KERR FONROUGE, 201702003313; BELEN GIUSTINIAN, 201702004655; BEN THIAGO REIMANN, 201702002495; BENJAMIN REYES, 201702001886; BETTY OBLITAS PERALTA, 201702000616; BISMARCK ANIBAL TAVAREZ CAMINERO, 201702004211; BORDIN FRANCESCO, 201702001745; BRENDA ESTEFANIA RAMIREZ ALCALA, 201702003727; BRENDA SALVADOR GÁLVEZ, 201702000448; BRIGITTE PAOLA MAMANI CONCHA, 201702003964; BRYAN GIANCARLO MENDIETA AVELLAN, 201702004448; BYRON DAVID OJEDA, 201702004931; CAMILA ANDREA VARGAS CORREDOR, 201702003085; CAMILA AYELEN VILLARREAL, 201702003871; CAMILA BELEN AYALA, 201702004721; CAMILA LUCÌA ROCHA RAMOS, 201702004382; CAMILA PAULA BANDURA, 201702004939; CAMILA PAZ CARRASCO NUÑEZ, 201702004978; CAMILA SIMONE, 201702005138; CANDELA DE MARCO, 201702004591; CANDELA NOEL GUILLERMO CASTIA, 201702004872; CANDELA SARTOR, 201702001053; CARLA DANIELA MORUNO DELGADILLO, 201702003426; CARLA PAOLA MACRO, 201702003525; CARLOS ALBERTO GARZÓN NAVAS, 201702004854; CARLOS ANTONIO PEREZ GALEANO, 201702004850; CARLOS ANTONIO RAMIREZ AMORIN, 201702001772; CARLOS ARTURO COYOTZI HERNANDEZ, 201702003162; CARLOS AUGUSTO ACOSTA RODRIGUEZ, 201702003185; CARLOS DANIEL LOZANO GUTIERREZ, 201702004559; CARLOS ENRIQUE TEJADA BECERRA, 201702000769; CARLOS IGNACIO BUNGE, 201702004409; CARLOS JOSÉ LEÓN, 201702000135; CARLOS MORALES CHIMAL, 201702005407; CAROLINA BECERRIL CASTRO, 201702000430; CAROLINA LUDMILA ZACCATO, 201702005346; CATALINA HOUSSAY, 201702003296; CATALINA PADULA SÀNCHEZ, 201702004396; CATALINA PELELLA, 201702003934; CATALINA PORTILLO GARCIA, 201702002956; CATALINA RIOS RIOS, 201702002672; CECILIA TORRES QUIROZ, 201702001401; CELIA DURAN GUTIERREZ, 201702004631; CELINA MOINE, 201702004764; CÉSAR ALBERTO BRINGAS RURUSH, 201702000237; CESAR ANDRE DIAZ BARTRA, 201702004782; CESAR GUSTAVO POLO GOMEZ, 201702003771; CESAR YONNAHTAN IGOR ARGEL, 201702002881; CHRISTIAN ALONSO OSORIO RODRIGUEZ, 201702005028; CHRISTIAN BERNARDEZ LYNTON, 201702004471; CHRISTIAN EDUARDO FLORES ROJAS, 201702005599; CHRISTIAN GUSTAVO ALAYO SIRLUPU, 201702001290; CHRISTIAN JOSE HUARAYA CALDERON, 201702005502; CHRISTIAN LEONARDO PEÑA JASPE, 201702004907; CHRISTOPHER MENDOZA, 201702005353; CHUQIAO YANG, 201702000782; CINTIA SUSANA IÑIGUEZ FIGUEROA, 201702003133; CLAUDIA ALEXANDRA MELGAREJO BOLIVAR, 201702001467; CLAUDIA BEATRIZ SOSA MARTINEZ, 201702005340; CLAUDIA CAROLINA SALAVERRY COPAJA, 201702000766; CLAUDIA CECILIA ALCANTARA BENAVIDES, 201702000173; CLAUDIA DANIELA INZAURRALDE PETRINI, 201702001319; CLAUDIA DANIELA MORON VILARROEL, 201702003910; CLAUDIA ESTEFANY BLAS OCHOA, 201702000502; CLAUDIA GABRIELA BALTODANO CORTEZ, 201702004346; CLAUDIA GABRIELA CARVAJAL FERNANDEZ, 201702003856; CLAUDIA JIMENA CLAROS GARCIA, 201702003167; CLAUDIA SULMA COIMBRA LIMPIAS, 201702003324; CLAUDIA VALENTINA MARMANILLO PEREZ, 201702000564; CLAUDIO RAMÍREZ ESPINOZA, 201702000987; CONSTANZA DEL ROCIO FLETSCHER FERNANDEZ, 201702004122; CRISTIAN ALBERTO TORRES LONDOÑO, 201702002570; CRISTIAN ANDRES CHAGUEZA ACEVEDO, 201702003980; CRISTIAN GEOVANNY MEDINA SIGUENZA, 201702002082; CRISTINA NORA SANTIRSO, 201702004023; DANIEL DE JESÚS GARAVITO VILLARREAL, 201702003683; DANIEL MARTINEZ ESPINO, 201702000047; DANIEL PERES SASSUCO, 201702002530; DANIEL RICARDO ROMERO VARGAS, 201702005467; DANIEL RINCON GARCIA, 201702001922; DANIELA ALEJANDRA JIMENEZ GONZALEZ, 201702002743; DANIELA ALEJANDRA RODRÍGUEZ SEPÚLVEDA, 201702002253; DANIELA ANDREA QUIROS CALDERON, 201702002043; DA-

NIELA JIMÉNEZ MEJÍA, 201702002774; DANIELA LOPEZ ROCHA, 201702001999; DANIELA MARIA SAUCEDO RIVERO, 201702005038; DANIELA RODAS QUIJANO, 201702004810; DANIELA VILLAMIZAR ESCALANTE, 201702004836; DANIELA YARA CANTILLO CASTRILLÓN, 201702005018; DANIELSON MANUEL DUARTE GOMES, 201702002811; DARIO AMILCAR SANDOVALFUNES, 201702003676; DARWIN FERNANDEZ CANO, 201702005269; DAVID BIENHA CHAQUE, 201702000400; DAVID ESCOBAR BEDOYA, 201702005482; DAVID GOMEZ VELASQUEZ, 201702003389; DAVID PEÑA CASTILLO, 201702003754; DAVID VARGAS ESCOBAR, 201702004767; DAYANA MUÑOZ HERNÁNDEZ, 201702003536; DEBORA LO BELLO, 201702005391; DEBORA SAMANTA GRATZ, 201702001246; DEILENE GOMES LOPES, 201702003384; DELFINA CAMPINS, 201702001055; DENIS NEPTALI MAMANI PARICAHUA, 201702005507; DENIS ROLANDO ZAMBRANO VERA, 201702003511; DENNIS SAAVEDRA CAMACHO, 201702001993; DESIRE FARINA HUAMAN ESCUDERO, 201702002019; DIANA CAROLINA REINA TORRES, 201702005384; DIANA JACQUELINE MARTINEZ CERON, 201702005275; DIANA SOFIA RAMIREZ CASTRO, 201702005667; DIEGO ALEJANDRO VALENCIA ZULUAGA, 201702001950; DIEGO ALONSO PONCE DE LEON ZEVALLOS, 201702000496; DIEGO ANTONIO PEREA LÓPEZ, 201702000534; DIEGO CANOVAS, 201702004874; DIEGO ENRIQUE MIRANDA SEVERICHE, 201702003436; DIEGO ERNESTO LAVANDER CANEPA, 201702000713; DIEGO MARCELO MUÑOZ RODRIGUEZ, 201702005268; DIEGO SALOMON MORA CASTRO, 201702003460; DIEGO SANDOVAL COLQUE, 201702002022; DIEGO SARMIENTO NOYA, 201702005054; DMITRY BRAVO MOLYER, 201702005031; DOMINGAS FRANCISCO QUINJICA, 201702004050; DOMINGOS NHAMBOCA, 201702004488; DONGHYUN LEE, 201702002611; EDDY RENE CACERES HUACARPUMA, 201702002148; EDGAR ARTURO VERGARA VERIA, 201702003214; EDGARDO DANIEL ARIS, 201702005541; EDILMA VELEZ SINISTERRA, 201702005350; EDLINE MONGE, 201702004605; EDNILTON LOPES DJASSI, 201702000651; EDSON ARTURO APAZA CHAYÑA, 201702002399; EDUARDO CRISTHIAN LEITES ACEDO, 201702003174; EDUARDO DANIEL FLACH, 201702003105; EDWIN ALONSO QUINTERO, 201702003735; EDWIN GIOVANNI QUESADA CÁRDENAS, 201702005321; EKATERINA LANINA, 201702002318; ELBA MARIA APUD CORREA, 201702005598; ELENA BELEN GUTIERREZ ALBARRACIN, 201702002406; ELIANDRA MICAELA MARQUES ALMADA, 201702005570; ELIAS NICOLAS SAEZ, 201702005059; ELIAS SEBASTIAN CARDOZO RODRIGUEZ, 201702004417; ELMO HUMBERTO VARGAS CHACON, 201702000179; ELSA BEVERLY CASTRO ESTACION, 201702000292; EMILY JAIMES, 201702002496; EMIRO ANTONIO RAMOS ROCHA, 201702002841; ENRIQUE ALFREDO PIERAZZOLI, 201702001838; ENRIQUE MANUEL LAVIE PICO, 201702004808; ENZO MATIAS BLANCO, 201702005540; ERICK MENDOZA CHUÑA, 201702003843; ERICK RAÚL RAMOS ÁVILA, 201702003326; ERIKA CRUZ ORTIZ, 201702004455; ERIKA VANESSA CESPEDES GAMARRA, 201702004360; ERIKA ZULANY SOUZA LOPES, 201702004403; ERNESTO CALZADILLA REGALADO, 201702004862; ERNESTO YUCRA FALON, 201702004806; ESMERALDA CABRERA OLIVERA, 201702000570; ESTEBAN ALFREDO VALENCIA BARRAGAN, 201702004645; ESTEBAN ARBOLEDA, 201702002183; ESTEBAN BOADA ROBAYO, 201702001868; ESTEBAN CARREÑO SANTAMARIA, 201702005688; ESTEFANIA PEREZ DUARTE, 201702005658; EVA ALEXI MEJIA ARTEAGA, 201702001757; EVELINE MANUELA DA VEIGA MONIZ, 201702002176; EVELYN FRANCENET NEUTA CHIGUASUQUE, 201702004096; EVELYN SAAVEDRA FRANCO, 201702003908; FABIOLA ALEJANDRA JALDIN CADIMA, 201702002030; FABIOLA GUTIERREZ GARCIA, 201702004920; FABRICIA AVELINE BARROS DE PINA, 201702005560; FACUNDO EZEQUIEL GÓMEZ RUD, 201702002621; FANGXIONG WEN, 201702002615; FÁTIMA MORÁN, 201702001733; FAVIOLA JAZMIN ALVARADO GUTIERREZ, 201702005002; FEDERICO BAGNATO, 201702004216; FEDERICO MERCHAN, 201702002642; FELIPE DE LOS SANTOS DALLA ROSA, 201702001597; FELIPE GODOY HOYOS, 201702001929; FELIPE REGO VLAHUSSICH, 201702001197; FELIPE SANTIAGO COELLO MORA, 201702005593; FERNANDO DAVID SUYO LOPEZ, 201702005402; FERNANDO EMMANUEL CASTRO MENDOZA, 201702001432; FERNANDO MOSTAJO ROCA, 201702004770; FLORANGEL ITZEL CORTEZ CHARREZ, 201702001754; FRANCISCO ANTONIO HERNANDEZ MERCADO, 201702001847; FRANCISCO JAVIER VITERI TAPIA, 201702005514; FRANCISCO LABOLLITA, 201702004752; FRANCISCO MIRAZON, 201702005624; FRANCISCO TOMAS LOPEZ ELIZALDE, 201702002383; FRANK FELIPE YURINEIL MOLOCHE AGREDA, 201702000381; FRANKLIN SANHÁ NA MABA, 201702000638; FRITHWIN WAGNER LIPPOK, 201702005119; GABRIEL CARRASQUILLA, 201702001919; GABRIEL DJIBRIL CAMARÁ, 201702000635; GABRIEL GOMEZ, 201702003183; GABRIEL LANDIVAR TAMBARE, 201702003458; GABRIEL NICASIO BRICEÑO BAUTISTA, 201702000210; GABRIEL RUBEN LAMAS LLANOS, 201702000541; GABRIELA CARMEN OLIVARES MORALES, 201702003370; GABRIELA DIAZ, 201702001348; GABRIELA YASSIRA SERVELLON HUEZO, 201702004121; GABRIELE HAFNER, 201702002729; GERARDO DANIEL QUISBERT RODRIGUEZ, 201702002588; GERMAINE ELEANOR TORRES HERRÁN, 201702005071; GIL VICENTE SITOE, 201702004492; GILMA MIRLEY SINARAGUA MARIN, 201702003881; GIORDANO BRUNO HURTADO MORON, 201702003729; GIORDANO EDDY DELGADO PINTO, 201702001610; GIOVANNI GORDON, 201702004796; GIOVANNI TOCARRUNCHO MIRANDA, 201702005590; GISETH CAROLINA SARMIENTO POLO, 201702004032; GIULIA ENDRIZZI, 201702001817; GIULIANA VITTOLA, 201702003988; GIUSEPPE ORSI SALAZAR, 201702003345; GOLDEMIRA ADRIANA TABÚ DA SILVA LEMOS LEMOS, 201702005247; GONZALO ERWIN LOBO CHAVEZ, 201702003823; GONZALO HÉCTOR HERNANDEZ, 201702004842; GONZALO MACIEL BENELLI, 201702003601; GONZALO MIGUEZ, 201702005254; GRACIANO JORGE, 201702001503; GRECIA CAROLINA MILAGROS LIZZETTI MENDOZA, 201702000870; GRECIA FERNÁNDEZ DURÁN, 201702005330; GRICELDA MENDIOLA GARZA, 201702001520; GROVER DANIEL CABALLERO ARTEAGA, 201702002525; GUADALUPE CARIDE, 201702004990; GUIDO ENMANUEL GALLARDO MENDEZ, 201702005072; GUILLERMO RUSSELL, 201702004458; GUIVI JEFU CHERENE CHERENE, 201702000310; HAIBO LIU, 201702000155; HAROLD NICOLAS CASTAÑEDA PARRADO, 201702005663; HÉCTOR ÁNGEL RAMÍREZ NAVARRO, 201702003217; HECTOR ENRIQUE JESUS DAVALOS SALINAS, 201702000365; HECTOR MANUEL MORALES SERRANO, 201702005173; HEIDER DAVID PUERTA CORREDOR, 201702003624; HELEN HILDA PALMA PINEDO, 201702000181; HELENA GLAUSER DEL HIERRO, 201702003108; HELENY GOVEA LOPEZ, 201702001256; HELIANE MARÃO BUCAL, 201702000077; HENDRIX RICARDO LA TORRE NAVARRO, 201702001195; HERNAN ARIEL SAN GERMAN, 201702004141; HUGO EMMANUEL CARRASCO CRUZ, 201702004619; HUGO JOSE MORENO BASILIO, 201702003014; HUGO RENAN ANGULO LEON, 201702001851; HUMBERTO MANUEL LÓPEZ GONZÁLEZ, 201702001760; HYEJI BAE, 201702001469; HYERIM KIM, 201702005682; HYUNJIN KIM, 201702001206; IGNACIO CAMPOBASSI, 201702005311; IGNACIO CARIC SERRANO, 201702001687; IGNACIO DIAZ MUJICA, 201702001438; IGNACIO RIZZO, 201702004397; IGNACIO SANTIAGO TOBAL, 201702004825; INDIRA SAMANTHA VALLEJOS CERRATO, 201702003680; INES MILAGROS MAUVEZIN, 201702004086; INGRID CAROLINA OSORIO GUEVARA, 201702004613; INGRID HURTADO PARADA, 201702004944; INGRID MARIA SALAZAR VELASCO, 201702000146; IRNELA ZAMBRANO, 201702000335; ISABELA ALEJANDRA TORRES ANDRADE, 201702005262; ISABELLA LINARES USCHER, 201702003099; ISABELLA MARÍA ALOÉ, 201702004624; ISAEL ISAAC ROMERO SOLIS, 201702000483; ISAURA XIMENA SARZURI PACO, 201702003926; ISRAEL ROMERO VALENCIA, 201702001611; IVAN ROMUALDO RAMOS PALOMINO, 201702001666; IVANY BURGOS ALCONZ, 201702002833; IVER ALEJANDRO FLORES CHOQUE, 201702001312; IVONNE NATALIA RODRIGUEZ SOLIS, 201702002826; IZA HELENA SILVA PEREIRA, 201702001815; JACKELINE FERNÁNDEZ MENDOZA, 201702003897; JACOBO OSTROVSKY RESTREPO, 201702004572; JACOBO ROCHA, 201702003516; JACOPO CIOLI, 201702004539; JAEJIN LEE, 201702000971; JAFET STUARD MONTENEGRO LOPEZ, 201702005615; JAIME TOMÁS MEQUECENE MADENDENHE, 201702002382; JANETT QUESADA LEON, 201702005636; JAQUELINE MARGRET ALIAGA NINANYA, 201702002815; JARED LUIGHI COSSIO MONTAÑO, 201702002779; JASMIN KATERINE PIZARRO DE BULEJE, 201702001293; JAVIER ENRIQUE ANAYA VILLAMIZAR, 201702003265; JAVIER ISNARDO CARREÑO BARRERA, 201702004006; JAZMIN AYELEN MARQUEZ, 201702002391; JEAN ALBERTO FLORES RAMIREZ, 201702005623; JENIFER LUCERO CCORIHUAMAN CUSITITO, 201702002430; JENIFFER STEFANY ALVARADO CAMPOVERDE, 201702001163; JENNIFER ALISON ZARAVIA CRUZ, 201702005614; JENNIFER ROS, 201702004052; JENNIFER STEFANIA SILVA CARRANZA, 201702004667; JESICA MARTINO, 201702004408; JESSICA BIANCA ASILLANES CHOQUE, 201702002484; JESSICA ILIANA SOSA, 201702002857; JESSICA MILAGRO JERI ASMAT, 201702000106; JESSICA NOEMY CHOQUECHAMBI VILLCA, 201702002284; JESUS FRANCISCO ASPILCUETA CARNERO, 201702000153; JESUS FRANCISCO LOZADA ECHEVARRIA, 201702001343; JESUS RAFAEL GALINDO VILLALOBOS, 201702004601; JHIA VANESSA NAVARRETE VELOZ, 201702005422; JHOSY BERTHA CANEDO ARAUCO, 201702001577; JIMENA SERRANO MARTINEZ PARENTE, 201702001437; JIMENA SOLIS SAAVEDRA, 201702003804; JINGAM PARK, 201702005062; JOAN DA SILVA CARIDADE RUGGIERO, 201702003775; JOANNA FILIPOWSKA, 201702005328; JOEL LOPEZ HEREDIA, 201702000503; JOHANA MARGARITA GUERRERO, 201702005611; JOHN DAVID RENGIFO, 201702003761; JONAS HECTOR LODEIRO, 201702002794; JONATHAN ALEXANDER MUÑOZ PATIÑO, 201702003591; JONNHY CAMPUZANO GARCIA, 201702001627; JORGE ANDRES ARIAS OBANDO, 201702005234; JORGE EDWARD GUTIERREZ AZZERBONI, 201702001723; JORGE ENRIQUE CORREA BAUTISTA, 201702003614; JORGE IGNACIO LOVASI DE LEÓN, 201702003257; JORGE ISAACK MINAYA FLORES, 201702000230; JORGE LUIS ROJAS OCHOA, 201702002844; JORGE MALDONADO VILLA, 201702003912; JORGE ZAMIR ERAZO AMAYA, 201702000432; JOSE ALBERTO GARCES GUEVARA, 201702005405; JOSE AUGUSTO BENAVIDES ARANCIBIA, 201702001795; JOSE CARLOS GALLARDO RENGEL, 201702004731; JOSE DARIO CARRION ZAMBRANO, 201702000655; JOSE FERNANDO SOLARTE TOVAR, 201702004472; JOSE GREGORIO CORTES MURILLO, 201702003595; JOSE HENRIQUES MUTEMBA, 201702002307; JOSE JOAO MARQUES SUMINDILA JOAO, 201702002993; JOSE LUIS ELIZALDE ROA, 201702003551; JOSE MANUEL DAVILA ZULUAGA, 201702003396; JOSÉ MANUEL URRUTIA RENDÓN, 201702005551; JOSE MAURILIO CASTRO VALENCIA, 201702003235; JOSE MICHAEL COELLO AHUE, 201702003866; JOSE MIGUEL GUTIERREZ ROJAS, 201702003834; JOSE MIGUEL ZAMBRANO SALAZAR, 201702004638; JOSE PEDRO MONTEIRO BRITO, 201702004726; JOSEFINA ALZAMORA CABRED, 201702004718; JOSEPH CAPANI JURADO, 201702001388; JOUNGHOON LEE, 201702004511; JUAN CRUZ ALMADA, 201702004166; JUAN DAVID MENDOZA MESA, 201702004341; JUAN DIEGO DIAZ MARTINEZ, 201702003974; JUAN ESTEBAN RAMIREZ ERAZO, 201702002590; JUAN FELIPE ZAPATA ARANGO, 201702004646; JUAN FERNANDO CORREA POLANCO, 201702005465; JUAN FRANCISCO XAVIER TAPIA BURGOS, 201702002809; JUAN IGNACIO FEILECO FERNANDEZ, 201702001486; JUAN JOSE BUENO ALVAREZ, 201702000937; JUAN JOSE MARTINEZ TRUJILLO, 201702000218; JUAN JOSÉ RODRIGUEZ GRUESO, 201702004787; JUAN MANUEL CORREA LAFFERRANDERIE, 201702001487; JUAN MARTIN MALACALZA, 201702001590; JUAN PABLO BETANCUR ARTEAGA, 201702004801; JUAN PABLO HERNÁNDEZ SOTO, 201702005417; JUAN PABLO MORGADE, 201702005687; JUAN PABLO PEREZ CALDERON, 201702002418; JUAN PEDRO MAESTRONE VAZQUEZ, 201702001587; JUAN ROLANDO QUISPE BOHORQUEZ, 201702003492; JUAN SASSAROLI, 201702005394; JUAN SEBASTIAN CARDOZO ORAMAS, 201702004894; JUANITA PABA PULGARÍN, 201702003096; JULIA INES CINGOLANI, 201702005357; JULIAN ACONCHA MONTENEGRO, 201702004809; JULIANA CECILIA TANAKA CASTANO, 201702002998; JULIANA TÉLLEZ ESCOBAR, 201702003039; JULIETA BAUBETA DOMÍNGUEZ, 201702003256; JULIETA CARBONARO, 201702005202; JULIETA CARLOMAGNO, 201702001569; JULIO CARLOS MOREIRA, 201702000036; JULIO CESAR MONTORO ELESCANO, 201702003451; JULIO CESAR PORTOCARRERO GUTIERREZ, 201702000168; JULIO IVAN LOPEZ CABALLERO, 201702004542; JUSTO BOUILLIN, 201702004723; KADIR LOZANO ABED, 201702002472; KALINA MIRANDA PERKINS, 201702004432; KAREN ALEXANDRA TREJOS RODRIGUEZ, 201702004900; KAREN LISETH USMA GRISALES, 201702004906; KAREN LORENA PEREYRA SERRATE, 201702000349; KAREN LOURDES GARCÍA HERNÁNDEZ, 201702004283; KARIME PARADA VÁZQUEZ, 201702004735; KARINA BRIGIT RIVERO SUAREZ, 201702004821; KARINA CONSTANZA POBLETE MONTECINO, 201702004243; KARINA GINA PARIZACA JARA, 201702003408; KARINA ROSANA NUÑEZ, 201702004368; KARLA ANDREA PINEDO VELASQUEZ, 201702004125; KARLA IRIS RIVERA, 201702002875; KASANE SUZUKI, 201702002633; KATERIN CAROLINA ORTIZ ARIAS, 201702005079; KATERINE PAOLA GUTIERREZ PEREZ, 201702004548; KATHERINE ELIZABETH BRAÑAS, 201702002627; KATHERINE ESTEFANIA CEVALLOS JARAMILLO, 201702002725; KATHIA EVELYN CESPEDES CABRERA, 201702004436; KAYO YOSHIDA, 201702004132; KEIICHI ABE, 201702003502; KEILA FLORENCIA ANTONIO JEMUSSE, 201702002483; KEILA JAQUILINA NASCIMENTO CORREIA, 201702002986; KEILA MARCELA ANGEL REYES, 201702005191; KEIRY GUISELLE CHÁVEZ, 201702002924; KENYA GIOVANNA RIOJAS GARCIA, 201702004484; KENYI TAKASHI MATSUMOTO CONDORI, 201702000761; KEVIN ESCOBAR ARROYO, 201702001974; KEVIN JAVIER ESPINOZA VALLEJO, 201702003172; KIKEY ELIANA CALLEJAS PEREZ, 201702001629; KIWAN HUR, 201702000961; KRISTEN ARIANNY OBANDO SOLIS, 201702005678; KRISTOPHER ALONSO AGUERO OCONOR, 201702005640; LARA FLORENCIA GALLI ORELLANA, 201702004884; LARISSA DIANA CUQUEJO GOMEZ, 201702003539; LAUDIS MELISSA CONTRERAS PARDO, 201702002504; LAURA CATALINA PRADA PERILLA, 201702002669; LAURA MARCELA GAMBA RODRIGUEZ, 201702005298; LEANDRO JUAN CARDELLA, 201702002693; LEANDRO NAHUEL VALENZUELA, 201702003537; LEDYMAR FONCAULT, 201702000831; LEIDY VIVIANA OLIVEROS TOVAR, 201702004904; LENA KIENBERGER, 201702004487; LEÓN EDUARDO SANCHEZ MEJORADA ZUÑIGA, 201702004231; LEONARDO SAPORITI, 201702003902; LEOPOLDO ARMANDO GRANADOS ROJO, 201702000693; LESLYE DOMINIQUE PEREIRA PEREYRA, 201702003919; LETICIA CANO OSORNIO, 201702003784; LIDIA EUGENIA GARCIA, 201702003971; LILIAN MISHEL ALMEIDA SAA, 201702004831; LISSETT ABIGAIL MORALES CAÑENGUEZ, 201702004110; LIZ MARIEL PESOA DIEZ, 201702005506; LIZ PAOLA RUIZ CASTELVI, 201702003107; LIZA VILLARRAGA, 201702004457; LIZBETH MARIA PERALTA HUAMANI, 201702003060; LIZETH ERIKA GUZMÁN LÁZARO, 201702000226; LIZETH GONZALES CORONEL, 201702003203; LIZZIE DAMARIS CERCLE PÉREZ, 201702004082; LOHANA VIDAURRE SALVATIERRA, 201702001755; LORENZO MELE, 201702004159; LOURDES IVANNA NUÑEZ ANTELO, 201702004475; LOURDES JACQUELIN, 201702005164; LUCELY MARIA DE LA CRUZ DE CARRASCO, 201702002363; LUCÍA ARAYA, 201702004717; LUCÍA MARTÍNEZ ALZAGA, 201702005158; LUCIA PELLIZA, 201702004771; LUCINEIA DE FÁTIMA MONTEIRO, 201702002992; LUCREZIA SALGAROLO, 201702003549; LUIS ALBERTO ALDUNATE DAZA, 201702003001; LUIS ALBERTO HUAYTA PUENTE, 201702004120; LUIS ANGEL MENDOZA VELASCO, 201702002099; LUIS FERNANDO BURGOS ARANA, 201702001501; LUIS FERNANDO FRANCO CASTELLAR, 201702004664; LUIS FERNANDO VASQUEZ ZORA, 201702004765; LUIS JAROL ACOSTA ALFARO, 201702000647; LUIS RICARDO FLORENTIN APUD, 201702005555; LUIS RODRIGO RODRIGUEZ VARGAS, 201702001997; LUIS SEBASTIAN MICHEL AVALOS, 201702004719; LUISA MARIA PENAGOS GONZÁLEZ, 201702002664; LUZ MARÍA DEL PILAR FERNANDEZ BULA, 201702004292; LUZ MERCEDES ACOSTA RODRIGUEZ, 201702004847; LUZ PIEDAD PRIETO DUCLOS, 201702005168; MABEL ANGELICA RAMOS LUCUMI, 201702003366; MAGALI SABRINA ARBIT, 201702003569; MAGDA PATRICIA SUAREZ MACEDO, 201702003887;

MAIA AYELEN RIBES GOMEZ, 201702001412; MAIRA PATRICIA CORREIA SA NOGUEIRA, 201702004146; MAITE TRICÁNICO GIACOMETTI, 201702002379; MAMADU BALDÉ, 201702000105; MANUEL JESUS GONZALES MELGAREJO, 201702000525; MANUEL LUIS DA FONSECA JORGE RAPIEQUE, 201702003150; MARCELA CALDAS FLOREZ, 201702003849; MARCELA CINTIA BENAVIDEZ CALVO, 201702002747; MARCELA MARULANDA ARANGO, 201702004430; MARCELA PEREIRA SOSA, 201702004390; MARCELO ALEJANDRO SOCIAS ROMERO, 201702005218; MARCELO CASTELLANOS, 201702001980; MARCELO EDUARDO CHACÓN SOSA, 201702005181; MARCO ANTONIO PEREZ AGUIRRE, 201702004465; MARCOS AGUSTIN DIAZ, 201702005588; MARIA ALEJANDRA AVALOS GARAFULIC, 201702003884; MARIA ALEXANDRA ARANZAMENDI ZENTENO, 201702005524; MARIA ANGELICA DE LA ROSA REYES, 201702002942; MARIA BELEN GOMEZ PRIETO, 201702005090; MARÍA BELÉN SALVO, 201702003556; MARIA BELEN VIVERO ROSERO, 201702005087; MARIA CARDENAS URIBE, 201702001917; MARÍA CAROLINA GUTIÉRREZ ACEVEDO, 201702002762; MARÍA CECILIA LIÉVANO RIOJA, 201702002972; MARIA CLARA GOSPODINOFF FAJARDO, 201702001825; MARÍA CRICELDA MORINIGO GONZALEZ, 201702004930; MARIA CRISTINA CALVO ABURTO, 201702005651; MARIA DA CONCEIÇÃO PÁSCOA DELGADO, 201702001952; MARÍA DANIELA GUZMÁN FERNÁNDEZ, 201702003111; MARÍA DE JESÚS HERNÁNDEZ LEÓN, 201702003975; MARIA DE LOURDES GUTIERREZ ARGUELLO, 201702003960; MARÍA DEL PILAR EL HAY, 201702005556; MARIA DEL PILAR GALASSI, 201702001299; MARIA EMILIA GONZALES LINARES, 201702003210; MARIA EUGENIA BRESS ORTUÑO, 201702003582; MARIA EUGENIA GARCIA QUINTEROS, 201702003336; MARIA FERNANDA DIEZ ROCA, 201702001756; MARÍA FERNANDA MÉNDEZ TORRECILLA, 201702002088; MARIA FERNANDA SHININ MERCHAN, 201702005035; MARIA FLORENCIA BALDEVENITEZ, 201702002848; MARIA JOSE GUERRA ULLOA, 201702004710; MARIA JOSE LUDEÑA RUEDA, 201702005236; MARIA JOSE MONROY RAMIREZ, 201702002655; MARIA JULIETA DA PEÑA HAMPARSOMIAN, 201702004031; MARÍA LIBOS ARDILA, 201702002969; MARÍA LOURDES ACUÑA GONZALEZ, 201702003721; MARÍA MONSERRAT LÓPEZ ANTÚNEZ, 201702003929; MARIA PATRICIA CHAPARRO GONZALEZ, 201702004424; MARIA PATRICIA NIÑO CALDERON, 201702004066; MARIA PAZ PEREZ MORALES, 201702002151; MARÍA SOL DIAS LOURENCO, 201702001057; MARÍA VALENTINA PERDOMO BARRIOS, 201702001581; MARIA VERONICA MANSILLA, 201702004602; MARÍA VICTORIA FERNÁNDEZ ARCAY, 201702004968; MARIA VICTORIA LOCOCO, 201702003562; MARIA XIMENA DE LOS SANTOS FONTANA, 201702000190; MARIANA BLANCO ROJAS, 201702003067; MARIANA CARLA DANDRAIA, 201702004698; MARIANA CUBEROS ARBOLEDA, 201702002949; MARIANA LUNA VIAÑA, 201702003091; MARIANA SALAZAR QUINTANA, 201702005367; MARIANA SANCHEZ PARDO, 201702002062; MARIANGELA PAEZ, 201702004445; MARIEL VARGAS CHAVARRIA, 201702005626; MARIELA ALEJANDRA SANGUINO GUILLEN, 201702003450; MARIELA PRIETO NIÑO DE GUZMAN, 201702004252; MARIO ALBERTO GARAY OLIVAS, 201702005653; MARIO VELASQUEZ MONTOYA, 201702004280; MARITZA MAGNOLIA PISCOCHE VARGAS DE FRANCIA, 201702000669; MARTHA LILIANA OSORIO PULIDO, 201702005163; MARTIN BICHSEL, 201702001669; MARTIN FAJARDO D´ ARGENIO, 201702002249; MARTÍN FRANCISCO GARAY MARAÑÓN, 201702001481; MARTIN GOMEZ GARCES, 201702004345; MARTIN MOGETTA, 201702002652; MARTINA LABONIA, 201702004754; MARTINA LOCATELLI, 201702004756; MARTINA SANSEAU, 201702004355; MARYLIN GISETH SANTAMARIA GONZALEZ, 201702004868; MATEO ARANGO AGUILAR, 201702003245; MATEO MENGHINI, 201702003299; MATEO TABOADA, 201702004936; MATHIEU YOANN LABOUR, 201702001470; MATIAS CAMPOLONGHI, 201702005386; MATÍAS EZEQUIEL CEJAS MEDINA, 201702002557; MATÍAS IGNACIO MENA HERNANDEZ, 201702005448; MATIAS MARCO RUFINO, 201702003559; MATIAS REGINA LUCAS DE OLIVERA, 201702001580; MAURA JANETH DINIS DE OLIVEIRA OLIVEIRA, 201702005233; MAURICIO AMELUNGE RUIZ, 201702003598; MAURICIO EDUARDO DUSSAN ROJAS, 201702002888; MAURICIO EZEQUIEL COMESAÑA, 201702004128; MAURICIO GUILLEN ROCA, 201702002752; MAURICIO SANTIAGO GONZALEZ COBOS, 201702005745; MAX JORGE CARLOS SALAZAR, 201702001457; MAXIMILIANO PEREZ VARELA, 201702002302; MAYERLY LOPEZ CEROMECA, 201702003785; MAYRA NOELIA ROSAS REYES, 201702002060; MEGAN MCINTYRE, 201702000964; MELANY DAYANA BARBOZA MOYA, 201702005650; MELINA YAEL CHAIO, 201702003886; MELISA TECHERA SIMOES, 201702002535; MELISSA MELANIE MOLINA CANDIA, 201702002734; MELISSA YUDITH DURAN BONILLA, 201702004597; MERCEDES OCHOA, 201702002036; MICAELA ELIZABETH REYNA, 201702002117; MICAELA LEGUISAMO CHECA, 201702005331; MICHAEL STIVENS MACANA PULIDO, 201702003204; MICHEL IRINEO CONDEZO MEDRANO, 201702001451; MIGUEL ANGEL CCUNO CARLOS, 201702001461; MIGUEL ANGEL RAMIREZ SANCHEZ, 201702004119; MIKY LUIS ANTAY CCACCYA, 201702001420; MILAGROS BERMUDEZ, 201702002092; MILAGROS MARIA CAYRO QUISPE, 201702000938; MILENA ARIZA LOZANO, 201702004319; MINANY OLIVEIRA PENA, 201702002268; MIRIANA ANDREA ALVARADO ZAMBRANO, 201702003872; MISA ONOE, 201702000988; MISAEL JOSUE BOGADO QUINTANA, 201702003490; MONICA ALEXANDRA MONTAÑO GIL, 201702002576; MORIYA NAOMASA, 201702004510; MUNIR NAIMO NAIMO, 201702002359; MYRIAM MARCELA ROMERO SANTILLANA, 201702001353; NADIA SONIA VALVERDE MONTAÑO, 201702003083; NANCY FABIOLA GONZÁLEZ MARTÍNEZ, 201702000360; NARA ELIZABETH DOS SANTOS RODRÍGUEZ, 201702005432; NATALY MARY PAZ CRUZ LADINO, 201702005005; NATHALIA ANDREA CRISTANCHO NOVOA, 201702003632; NATHALIA PATRICIA SALINAS GENEZ, 201702001860; NATHALIE MARTE UREÑA, 201702003689; NATXO MERCADER, 201702002937; NEIL ELVIS EGUIZABAL ALEGRE, 201702002543; NELLISSE VARGAS VELASCO, 201702005016; NELLY MARCELA DAVILA BODAN, 201702005581; NELLY ROSALBA TAMAYO VEGA, 201702005261; NELSON EMILIANO ARZAMENDIA, 201702001725; NERCIA ARTUR BANGO, 201702002094; NERY ALEXIS CACERES LEIVA, 201702002114; NESTOR RAUL CHAPARRO CAPTO, 201702003850; NHARONGUE DAVID ARAUJO ARAUJO, 201702004536; NHORQUE SEIDI, 201702000222; NICOE APRIN, 201702004202; NICOLAAS AERTS, 201702004541; NICOLAS ALBERTO CASTAÑEDA AGUILAR, 201702003619; NICOLAS ANDRES GALLARDO MOLINA, 201702001655; NICOLÁS EUGENIO RIGHETTI, 201702005366; NICOLAS FULA, 201702005039; NICOLÁS GUSTAVO RAMOS, 201702005348; NICOLAS MARTINEZ SACCA, 201702004434; NICOLAS RODUNER, 201702005109; NICOLAS SANTIAGO PRIETO TORRES, 201702004988; NICOLÁS SILVA RIVERA, 201702003788; NICOLE LORENA MAYORGA MOLINA, 201702000858; NICOLE VIEYTES, 201702001052; NICOLLE KATHERIN MURCIA SHAKESPEARE, 201702002904; NTER DIAS, 201702005333; NURI KANG, 201702000880; OFELIA JIMENEZ, 201702005323; OLGA ESQUIVEL GONZALEZ, 201702001447; OLIVIA MARÍA TORTEROLA, 201702005150; OMAR GIANCARLO SUAREZ NAVARRO, 201702001184; OMAR TRUJILLO RODRIGUEZ, 201702003177; ORFA YAMILE PEDRAZA JIMENEZ, 201702003763; OSCAR FERREIRA ESPINOZA, 201702004123; OSCAR MARTÍN ALONSO SALABERRYBORDA, 201702003672; OSCAR MUÑOZ YLLESCAS, 201702003954; OVER ALBERTO VARGAS NAVIA, 201702004051; PABLO GABRIEL ROMA PEÑA, 201702003527; PAIGE CORNWELL, 201702000967; PAMELA NATALIA LAINEZ FUENTES, 201702004662; PAMELA ROSANA RODRIGUEZ BALDERRAMA, 201702004363; PAMELA VERONICA RODRIGUEZ CUELLAR, 201702002778; PAOLA ANDREA GOMEZ RUIZ, 201702004114; PAOLA ARDENTE, 201702000962; PAOLA FERNANDA CLAUDIO POMBOSA, 201702003242; PAOLO MORONI PARI ATAULLUCO, 201702003032; PATRICIA BEATRIZ FLORES HELGUERO, 201702000475; PATRICIA CASTILLO COELLO, 201702002606; PATRICIA DE JESÚS DÍAZ AQUINO, 201702001898; PATRICIA VANESA FRANCO, 201702003322; PATRICIO RENAN RUALES DAVILA, 201702004194; PAULA ORTIZ TORRES, 201702002658; PAULA SOLEDAD TORANZOS, 201702003123; PAULINA SAMBROS RADCHENKO, 201702004788; PAULO JOSE MUANDO, 201702005494; PEDRO LARUTA MAMANI, 201702005638; PELISSIER THIERIOT MAUD, 201702001063; PHILLIP FINETE, 201702001869; PHYLLIS AUGUSTUS, 201702005316; PIERO ANDRÉS BRANIZZA COLAROSSI, 201702002331; PIERRE LOUIS BESOMBES, 201702005110; PRISCILLA MARIA CESPEDES SALAZAR, 201702005634; RAFAEL ANTÓNIO SARRIA RIVAS, 201702002287; RAMIRO BATTAGLIA, 201702004675; RAMIRO NEMESIO, 201702004816; RAQUEL MIRTHA CHULVE GONZALES, 201702002387; RAUL MAURICIO MUÑOZ CARDOZA, 201702005672; RAÚL ORLANDO DAZA TOBASURA, 201702004609; REGINA METELINA CUNA QUECHANE, 201702003052; RENE WILBER ROJAS TERAN, 201702004343; RENEE ISABEL HUAMAN QUISPE, 201702002934; RENZO FABBRI IRISARRI, 201702004688; RICARDO SORUCO GONZALES, 201702004184; RICHIAR RAMON PEÑA ROJAS, 201702001972; RIGA ANILSA BORGES DA SILVA, 201702004526; RIGOBERTO CACERES ZARATE, 201702002295; ROBERTO ORTIZ ROJAS, 201702002784; RODOLFO GABRIEL NÚÑEZ RUIZ, 201702003875; RODRIGO ALEJANDRO ARIAS SAGREDO, 201702003435; RODRIGO NAHUEL DORIA, 201702004629; RODRIGO RAUL DURAN LIBAAK, 201702005546; RODRIGO SIACARA MARTINEZ, 201702003809; RONALD JULIO MANRIQUE BENDEZU, 201702004833; RONALD VILLARROEL ROJAS, 201702001333; ROSCOE GRANT, 201702002417; ROXANA RUBÍ DÍAZ JIMÉNEZ, 201702004814; ROY FERNANDO CARDENAS VELARDE, 201702000035; RUBEN ALEJANDRO BLANCO, 201702001747; RUBEN DARIO MOLINAS VALLEJOS, 201702003305; RUBI LOPEZ ESCOBAR, 201702005116; RUBY TRIXY STEPHANY MOGOLLON RAMIREZ, 201702000914; RUTH NITZIA BOTELLO ORTIZ, 201702002558; RYUSUKE TAKEUCHI, 201702004025; SAID VALLE CARRASCO, 201702000615; SAMUEL ESPINAL, 201702004520; SANDRA MORA CHAPARRO, 201702000510; SANDRINA KASSOUF ACHRAM, 201702003756; SANG HYUCK HA, 201702000972; SANTIAGO ALEJANDRO ASQUI AGUAYO, 201702001449; SANTIAGO MUNERA MEJIA, 201702005207; SANTIAGO NUÑEZ, 201702004318; SANTIAGO TRAVERSARO, 201702001790; SANTINO DRAGO, 201702004686; SANTINO SUSI VALENZIANO, 201702004790; SARAI VALLE CARRASCO, 201702000643; SARAY VALERIA NAVARRO ARCE, 201702005637; SASQUIA ELIZABETH RUEDA LOPEZ, 201702005421; SAUL BONILLA RESTREPO, 201702005213; SAÚL RENÁN MEDINA ANTÚNEZ, 201702003494; SAWAKO ICHIHARA, 201702005162; SAYAKA WAKI, 201702001517; SE ROM PARK, 201702002641; SEBASTIÁN FELIPE BRAVO PÉREZ, 201702002559; SEBASTIAN TARDITI, 201702003762; SECUNA DJAU, 201702005118; SEONHEE LEE, 201702002603; SERGIO ALFREDO TEJADA RIVERA, 201702005549; SERGIO ARIEL HEREDIA, 201702003873; SERGIO ARROBA ESCOBAR, 201702002368; SERGIO DE MELO DOCE TAIBO, 201702004291; SHIRLEY AQUILLOS VERA, 201702003936; SHIRLEY NICOL ALONSO MONTERO, 201702003942; SHOGO TAKESHITA, 201702000916; SILVIA ALEJANDRA MOZZI, 201702002474; SILVIA LORENA CASILIMAS HIDALGO, 201702003869; SIMON EZEQUIEL FARAH ASANG, 201702000511; SIMON SEGUNDO MACALUPU HUERTAS, 201702001998; SOFÍA ANTONELLA BOBBIESI BENDER, 201702004918; SOFÍA BARRETO, 201702004557; SOFIA BAZÁN, 201702003499; SOFÍA CRUZ GÓMEZ, 201702002948; SOFIA EUGENIA VARGAS SEGOVIA, 201702004310; SOFÍA GUERRERO ARIAS, 201702003110; SOFIA MARIA NEGRO, 201702004769; SOFÍA VARGAS ZABARAIN, 201702003051; SOLANGE MULA CÁ, 201702005392; SONIA BEATRIZ BRACUTO, 201702002329; SONIA MILENA RINCON DEAZA, 201702001062; SONIA VANESSA PINARGOTE PICO, 201702004860; STEFANNY HERNANDEZ ROMERO, 201702005359; STEFANNY SALDAÑA ORTIGOZA, 201702004680; SUGEL PATRICIA BONILLA, 201702003228; SULEMA CHAROCSI GUZMAN, 201702000990; SUNG BIN SU, 201702002608; SUPHARAT CHAROENSIRI, 201702004019; SUSANA PALACIO, 201702004959; SYLVIE MARTINS LIMA, 201702001514; TAKASHI EGUCHI, 201702005619; TAMARA ALICIA ARAYA FUENTES, 201702004844; TAMARA ISABEL SANDOVAL MONDACA, 201702003153; TATIANA BELÉN ULLOA ÁVILA, 201702002007; TERESA DEL CARMEN TITO CORTIJO, 201702000773; THAIS DEL POZO VIDAL, 201702002403; THAIS GRISEL JALDIN SILES, 201702002586; THEODORO DEMIDOFF, 201702004916; TIFFANY RODRIGUES MIRANDA, 201702005488; TOMÁS GONZÁLEZ GABRIELI, 201702002623; TOMÁS PEDRO BESSONE MARTINO, 201702003561; TORU NAGASHIMA, 201702000969; UKEMEOBONG ETIDO EKANEM, 201702002473; VALENTIN PARIGI, 201702004426; VALENTINA AGUILAR LÓPEZ, 201702004091; VALENTINA ALBERDI, 201702005143; VALENTINA BALBIS, 201702004673; VALENTINA MARIEL CASTRO EXPOSITO, 201702004377; VALENTINA MUNEVAR GÓMEZ, 201702003023; VALENTINA REYES, 201702004351; VALENTINA ROA RÍOS, 201702003271; VANESSA ADRIANA GIRONDA AQUIZE, 201702005397; VANESSA FERNANDA ESPINO TAPIA, 201702001977; VANESSA GISSEL CUELLO DE LIMA, 201702005287; VANESSA LUCIA SUAREZ RUIZ, 201702002420; VATON PASCAL, 201702004135; VERONICA LAURA ASCENCIO MORALES, 201702001632; VERÓNICA PÉREZ RANGEL, 201702001324; VICTOR AFONSO DO ESPÍRITO SANTO GRAÇA, 201702005313; VICTOR EDUARDO TEJADA PAITAN, 201702001325; VICTOR HUGO TORRICO SAHONERO, 201702002050; VICTOR ISAI SANTES VILLEGAS, 201702001633; VICTOR MANUEL RUEDA OCAMPO, 201702005533; VICTORIA BROSOU BONAHORA, 201702001732; VICTORIA MARIA IRAOLA AGUILERA, 201702004732; VICTORIA MENGHINI, 201702003289; VIKTORIA ISABEL ZENKER, 201702004694; VILDER HENRIQUE DUARTE PEREIRA, 201702003528; VINCENT GUILTAT, 201702005454; VIVIAN BOGADO CHAVEZ, 201702004305; VIVIAN NETZY NAVIA FUENTES, 201702002757; WALTER ANDRES RIAÑO DAZA, 201702005472; WALTER MENESES CAMACHO, 201702004463; WANDA MARLEY VALENTIN LAURI, 201702003890; WENDY CRESPO CAMARGO, 201702004856; WILLIAM HERNÁNDEZ CASTRO, 201702004658; WILLY VACA HUAMAN, 201702004517; WILSON APONTE HUAMANTINCO, 201702001654; XIANG LU, 201702002500; XIAOJUN LIU, 201702003715; XIAOJUN SUN, 201702000947; XIMENA ANDREA MOSQUERA BERNAL, 201702003792; XIN ZHONG, 201702000764; XIOMARA YEZABEL COMPARIN ARAUJO, 201702003741; YAMITH CAMILO LEON ACOSTA, 201702004914; YANETT NATALIA PÉREZ PALOMINO, 201702003819; YANG LI, 201702000308; YARINNE KELLY YANQUI CARHUAMACA, 201702000209; YASMANI ESQUIVEL CABALLERO, 201702002978; YEGYEONG JANG, 201702002351; YIDAN MEI, 201702004762; YINYIN LIANG, 201702003292; YOISY YULIEE PEREZ PEREIRA, 201702003769; YOSHIRO OYA, 201702002456; YOVANA VIVIANA ALVAREZ ROBLES, 201702004784; YULIANA OSSA BARRAGAN, 201702004674; YUMEL ADRIANA ESPINO ESEBERRE, 201702002444; YUNEIDIS GIRALDO, 201702004973; YUNJEONG BAEK, 201702002676; ZITLALI AMAHIRANI CASARRUBIAS FLORES, 201702000850.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 59, de 8 de dezembro de 2017, publicada no DOU de 11 de dezembro de 2017, Seção 1, página 39, onde se lê:

SC	83.169.623/0001-10	SC-SEDUC	2.045	409.000	4.090.000,00

leia-se:

SC	82.951.328/0001-58	SC-SEDUC	2.045	409.000	4.090.000,00

onde se lê:

SP	54.675.103/0001-80	SP-PAULA SOUZA	4.494	898.800	8.988.000,00

leia-se:

SP	62.823.257/0001-09	SP-PAULA SOUZA	4.494	898.800	8.988.000,00

onde se lê:

MG	03.352.086/0001-00	MG-SEDECTS	2.961	592.200	5.922.000,00

leia-se:

MG	19.377.514/0001-99	MG-SEDECTS	2.961	592.200	5.922.000,00

onde se lê:

ES	27.080.563/0001-93	ES-SEDUC	1323	264.600	2.646.000,00

leia-se:

ES	06.656.711/0001-03	ES-SECTI	1323	264.600	2.646.000,00

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 55, de 27 de novembro de 2017, publicada no DOU de 29 de novembro de 2017, Seção 1, página 14, onde se lê:

ES	27.080.563/0001-93	ES-SEDUC	2.100	R$ 3.675.000,00

leia-se:

ES	06.656.711/0001-03	ES-SECTI	2.100	R$ 3.675.000,00

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.355, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do registro e-MEC nº 201415515, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o Curso de Logística, tecnológico, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade de Gestão e Negócios de Maceió, instalada na Rua Desportista Carlos Gonzaga Brêda Júnior, 201, Bairro Jatiúca, no município de Maceió, no estado de Alagoas, mantida pela Faculdade de Gestão e Negócios de Salvador Ltda, com sede no município de Salvador, no estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 567, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera disposições da Portaria MPS n° 154, de 15 de maio de 2008, e o Anexo da Portaria MPS n° 402, de 10 de dezembro de 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na alínea "j" do inciso V do art. 27 da Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003, e nos incisos I e II do art. 9º da Lei n° 9.717, de 27 de novembro de 1998, resolve:

Art. 1º A Portaria MPS nº 154, de 15 de maio de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

.....

VI - soma do tempo líquido, que corresponde ao tempo bruto de dias de vínculo ao RPPS de data a data, inclusive o dia adicional dos anos bissextos, descontados os períodos de faltas, suspensões, disponibilidade, licenças e outros afastamentos sem remuneração;

VII - declaração expressa do servidor responsável pela emissão da certidão, indicando o tempo líquido de efetiva contribuição em dias e o equivalente em anos, meses e dias, considerando-se o mês de 30 (trinta) e o ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

.....

X - relação das remunerações de contribuição por competência, a serem utilizadas no cálculo dos proventos da aposentadoria, apuradas em todo o período certificado desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, sob a forma de anexo;

....."(NR)

"Art. 7º-A Se o ente utilizar processo administrativo eletrônico, a segunda via da certidão emitida pelo regime de origem, com recibo do interessado, e a primeira via da certidão recebida pelo regime instituidor poderão ser arquivadas eletronicamente.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata este artigo, o regime instituidor deverá registrar na primeira via original da CTC recebida que o tempo certificado foi averbado e que é vedada sua reutilização por outro regime, devolvendo-a ao servidor depois de digitalizada." (NR)

"Art. 8º .....

III - os períodos certificados e os respectivos órgãos destinatários, bem como o tempo destinado a cada regime em caso de fracionamento.

§ 1º As anotações a que se refere o caput deste artigo devem ser assinadas pelo servidor responsável e conter o visto do dirigente do órgão.

§ 2º Se os órgãos e entidades utilizarem sistemas informatizados de assentamento funcional, os registros a que se refere este artigo serão realizados no próprio sistema." (NR)

"Art. 9º Quando solicitado pelo ex-servidor que mantém vínculos em dois regimes previdenciários ou dois vínculos em um mesmo RPPS, é permitida a emissão de CTC única com destinação do tempo de contribuição para, no máximo, dois regimes previdenciários distintos, devendo constar o período integral de contribuição, bem como os períodos a serem aproveitados em cada um dos vínculos previdenciários mantidos nos regimes instituidores, segundo indicação do requerente.

§ 1° A CTC de que trata este artigo deverá ser expedida em três vias, das quais a primeira e a segunda serão fornecidas ao interessado, mediante recibo passado na terceira via, implicando sua concordância quanto ao tempo certificado, observado o disposto no art. 7º-A.

§ 2° Na CTC única deverá constar o período integral de contribuição ao RPPS, bem como as frações desse período a serem aproveitadas em cada um dos regimes instituidores ou em cada um dos cargos do regime instituidor, em caso de duplo vínculo a um mesmo RPPS." (NR)

"Art. 10. A CTC só poderá ser fornecida para os períodos de efetivo vínculo ao RPPS, nos termos do art. 40 da Constituição Federal.

....." (NR)

"Art. 11. É vedada a emissão de CTC:

I - com contagem de tempo de contribuição de atividade privada com a de serviço público ou de mais de uma atividade no serviço público, quando concomitantes;

II - em relação a período que já tiver sido utilizado para a concessão de aposentadoria em qualquer regime de previdência social;

III - com contagem de tempo fictício;

IV - com conversão de tempo de serviço exercido sob condições especiais em tempo de contribuição comum;

V - relativa a período de filiação a outro RPPS ou ao RGPS, ainda que o servidor tenha prestado serviços ao próprio ente emissor naquele período, e que esse tempo tenha sido objeto de averbação;

VI - para ex-servidor não titular de cargo efetivo, em relação a período posterior a 16/12/1998.

....." (NR)

"Art. 12. .....

§ 1º Na hipótese de vinculação do servidor ao RGPS por força de lei do ente federativo, poderá ser emitida a CTC relativamente ao período de vinculação ao RPPS mesmo que o servidor não esteja exonerado ou demitido do cargo efetivo na data do pedido, situação na qual a CTC somente poderá ser utilizada para obtenção de aposentadoria no RGPS relativa ao cargo a que se refere a certidão.

.....

§ 3º A CTC relativa ao período de vinculação ao RPPS, emitida a requerimento do servidor público na situação de que trata o § 1º, implica, na forma estabelecida na legislação do ente federativo emissor, a vacância do cargo público, com efeitos a partir da primeira entre as seguintes datas:

I - aquela em que o servidor teve ciência da decisão concessiva de aposentadoria pelo INSS;

II - do recebimento, pelo ente federativo, da comunicação sobre a concessão de aposentadoria ao servidor, enviada pelo INSS conforme previsão do inciso I do art. 131 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999;

III - aquela em que o ente federativo teve ciência da concessão de aposentadoria ao servidor por quaisquer outros meios." (NR).

"Art. 21-A. Quanto aos períodos em que foi assegurado o pagamento de benefícios de aposentadoria e/ou pensão mediante convênios ou consórcios entre entes federativos diversos, a emissão ou homologação da CTC caberá à unidade gestora do RPPS do ente federativo que seria diretamente responsável pela concessão do benefício de aposentadoria." (NR)

"Art. 21-B. É de responsabilidade do RPPS a emissão de CTC em relação a período exercido sob o Regime Especial disciplinado pelo parágrafo único do art. 3º da Lei nº 3.807, de 1960." (NR)

"Art. 21-C. Os entes federativos emitirão, para apresentação ao INSS na condição de organismo de ligação, Declaração de Tempo de Contribuição para Aplicação de Acordo Internacional relativa a servidor vinculado ao seu RPPS, conforme formulário constante no Anexo IV, para o cumprimento de acordos internacionais de previdência social que contenham cláusula convencional que alcance a legislação dos RPPS." (NR)

Art. 2º A Portaria MPS nº 154, de 15 de maio de 2008, passa a vigorar acrescida do Anexo IV conforme o Anexo desta Portaria.

Art. 3º O Anexo da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"7.....

7.4. Para o cálculo dos proventos conforme este item, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, que serão atualizadas na forma do subitem 7.1, não poderão ser:

7.4.1. Inferiores ao valor do salário-mínimo vigente na competência da remuneração;

7.4.2. Superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição vigente na competência da remuneração, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.

....." (NR)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO IV

(TIMBRE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE EMITENTE)
DECLARAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS
PARA APLICAÇÃO DE ACORDOS INTERNACIONAIS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CNPJ:

DADOS PESSOAIS

NOME:		
RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	DATA DE EXPEDIÇÃO:
CPF:	TÍTULO DE ELEITOR:	PIS/PASEP:
DATA DE NASCIMENTO:	NOME DA MÃE:	
ENDEREÇO:		

DADOS FUNCIONAIS

APOSENTADO:		NÃO		SIM	DATA DA APOSENTADORIA:	
CARGO EFETIVO:						
ORGÃO DE LOTAÇÃO:						
DATA DE ADMISSÃO:					MATRÍCULA:	

DADOS DO BENEFÍCIO

BENEFÍCIO A SER REQUERIDO:

PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS

DE ___/___/_____ A ___/___/_____
FONTE DE INFORMAÇÃO:
DECLARO que até esta data o servidor conta, de efetivo exercício prestado neste Órgão, o tempo líquido de contribuição de ____ dias, correspondente a ____ anos, ____ meses e ____ dias.

Lavrei esta Declaração, que não contém emendas nem rasuras. _____ Assinatura e carimbo do servidor Nome/Matrícula/Cargo	Visto do Dirigente do Órgão _____ Assinatura e carimbo do dirigente Nome/Matrícula/Cargo
LOCAL e DATA:	
OBSERVAÇÕES / OCORRÊNCIAS:	

UNIDADE GESTORA DO RPPS

HOMOLOGO a presente Declaração de Tempo de Contribuição ao RPPS e declaro que as informações nela constantes correspondem à verdade. Local e data: _____ Assinatura e carimbo do Dirigente da UG

DESPACHO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo:12120.000075/2013-36
Interessado: República Federativa do Brasil
Assunto: Contrato de Reestruturação de Dívida a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e República da Zâmbia, no valor consolidado de US$ 113,423,004,53 (cento e treze milhões quatrocentos e vinte e três mil e quatro dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e três centavos), com remissão parcial da dívida, considerando as Agreed Minutes (Atas de Entendimento) de 13 de setembro de 2002 (AM2002) e de 11 de maio de 2005 (AM-2005) acordadas no âmbito do Clube de Paris entre a Zâmbia e Países Credores.

Tendo em vista a manifestação da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento na Resolução nº 50, de 1993, do Senado Federal, e considerando a permissão contida na Resolução nº 39, de 14 de setembro 2016, também daquela Casa do Congresso Nacional, e com fundamento na Lei nº 9.665, de 19 de junho de 1998, autorizo a celebração do Contrato de Reescalonamento de Dívida supramencionado.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 1.335, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e observado o disposto no inciso X do art. 41, e no inciso XV e parágrafo único do art. 42 da Lei nº 13.502 de 01 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Retificar o Anexo da Resolução CNP Nº 1.329, de 25 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2017, Seção 1, páginas 56 e 57.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO

RETIFICAÇÃO DA NOTA 2 e RESPECTIVO EXEMPLO DO ITEM 2.4

Onde se lê:

2. Caso ocorram empates na primeira posição (Nordem =1) e um outro grupo de empate em posição posterior, o Nordem Reposicionado de cada estabelecimento deste grupo equivalerá à média dos Nordem Reposicionados calculados como se não existisse o empate.

Leia-se:

2. Caso ocorram empates na primeira posição (Nordem =1) e um outro grupo de empate em posição posterior, o Nordem Reposicionado de cada estabelecimento deste grupo equivalerá ao Nordem Inicial dos Nordem Reposicionados calculados como se não existisse o empate.

Onde se lê:

Como houve empate de estabelecimentos na posição original de 199 até 201, o Nordem Reposicionado final de cada um dos estabelecimentos equivalerá à média dos Nordem Reposicionados calculados:

(133,3333 + 150,7500 + 168,1667) / 3 = 150,7500.

Leia-se:

Como houve empate de estabelecimentos na posição original de 199 até 201, o Nordem Reposicionado final de cada um dos estabelecimentos equivalerá à posição inicial dos empatados. Nordem Reposicionados: 133,3333.

PLENÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 1.332, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA, em sua 240ª Reunião Ordinária, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 2º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 1.212, de 10 de abril de 2002;

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Considerando o disposto no inciso IV do art. 4º da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e

Considerando o disposto no parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, resolve:

Aprovar a Proposta Orçamentária da Previdência Social, para o exercício de 2018, consubstanciada na Nota Técnica nº 32/2017/CGEDA/SRGPS/SPEV/MF, a ser enviada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente do Conselho

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

VICE-PRESIDÊNCIA FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR N° 793, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Divulga versão atualizada do Manual Operacional do Agente Operador do FGTS A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II da Lei nº 8.036, de 11.05.1990, artigo 67, inciso II do Decreto nº 99.684, de 08.11.1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 23.06.1995, e, em cumprimento às disposições da Instrução Normativa MCIDADES nº 39, de 06.11.2017, suas alterações e aditamentos, RESOLVE:

1 Divulgar versão atualizada do Manual abaixo relacionado, que consolida as diretrizes, conceitos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Curador do FGTS e pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FGTS, tendo como objetivo a racionalização dos procedimentos operacionais a serem observados pelos Agentes Financeiros, Agentes Promotores e Mutuários, nas operações de crédito lastreadas com recursos do FGTS:

1.1 Manual de Fomento Pró-Transporte Alterações operacionais relativas ao Programa Pró-Transporte.

2 A versão do Manual ora divulgada consolida as alterações ocorridas nos procedimentos operacionais do Programa acima citado.

2.1 Esse Manual está disponível a todos os participantes dos Programas de Aplicação do FGTS, por intermédio das Superintendências Regionais e Gerências de Filial do FGTS da Caixa Econômica Federal, em todo o território nacional e no sítio da CAIXA na internet no endereço eletrônico: http://www.caixa.gov.br, na área de downloads, item FGTS Manual de Fomento Agente Operador.

3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber.

4 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando o subitem 1.3 da Circular nº 782, de 05.10.2017.

DEUSDINA DOS REIS PEREIRA
Vice-Presidente

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 785, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Colocação irregular de contratos de investimento coletivo no mercado de valores mobiliários sem os competentes registros previstos na Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada nesta data, com fundamento no art. 9º, § 1º, incisos III e IV, combinado com art. 20, ambos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e considerando que:

a. a CVM constatou que a ANDRE LUIS PAULO TOMASI VSHIVTSEV 83435174072, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.788.511/0001-48, bem como seu responsável, o Sr. Andre Luis Paulo Tomasi Vshivtsev, inscrito no CPF/MF sob o número 834.351.740-72, vêm oferecendo, na página da rede mundial de computadores https://www.hashcoinbrasil.com.br/, oportunidade de investimento relacionada a cotas em grupo de investimento em mineração de Bitcoin ("Hashcoin Brasil"), utilizando-se de apelo ao público para celebração de contratos que, da forma como vêm sendo ofertados, enquadram-se no conceito legal de valor mobiliário;

b. em face da legislação em vigor, títulos ou contratos de investimento coletivo que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros, somente podem ser ofertados publicamente mediante registro da oferta ou de sua dispensa na CVM;

c. nem o ofertante, tampouco a oferta pública de valor mobiliário, cuja divulgação vem sendo realizada, foram submetidos a registro ou dispensa de registro perante a CVM, o que configura infração aos artigos 19, inciso I, do § 5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e 21, § 1º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 4º, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e

d. a oferta pública de valores mobiliários sem prévio registro ou dispensa de registro na CVM autoriza esta Autarquia a determinar a suspensão de tal procedimento, na forma do art. 20 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, e constitui, ainda e em tese, o crime previsto no art. 7º, inciso II, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, deliberou:

I. alertar os participantes do mercado de valores mobiliários e o público em geral que a ANDRE LUIS PAULO TOMASI VSHIVTSEV 83435174072, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.788.511/0001-48, bem como seu responsável, o Sr. Andre Luis Paulo Tomasi Vshivtsev, inscrito no CPF/MF sob o número 834.351.740-72, não se encontram habilitados a ofertar publicamente títulos ou contratos de investimento coletivo relacionados à oportunidade de investimento relacionada a cotas em grupo de investimento em mineração de Bitcoin ("Hashcoin Brasil"), conforme definição constante do inciso IX do art. 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, tendo em vista tratar-se de pessoa não registrada como emissora de valores mobiliários, e de oferta pública sem registro (ou dispensa deste) na CVM;

II. determinar a todos os sócios, responsáveis, administradores e prepostos da pessoa jurídica acima referida que se abstenham de ofertar ao público títulos ou contratos de investimento coletivos relacionados oportunidade de investimento relacionada a cotas em grupo de investimento em mineração de Bitcoin ("Hashcoin Brasil") sem os devidos registros (ou dispensas deste) perante a CVM, alertando que a não-observância da presente determinação acarretará multa cominatória diária, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo da responsabilidade pelas infrações já cometidas, com a imposição da penalidade cabível, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e

III. que esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BARBOSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 5390/2017 (SEI 19957.005390/2017-90)
FB PARTICIPAÇÕES S/A
Objeto: Apuração de eventual uso de informação privilegiada em negócios da FB Participações S.A. com ações de emissão da JBS S.A., e de aquisição de ações de sua emissão, pela própria companhia, entre fevereiro e maio de 2017.
Assunto: Pedido de prorrogação de Prazo para Apresentação de Defesa

Acusados	Advogados
FB Participações S.A.	Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves OAB/SP 246.328
Joesley Mendonça Batista	Fernando de Moraes Pousada OAB/SP 211.087
Wesley Mendonça Batista	Fernando de Moraes Pousada OAB/SP 211.087

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo para apresentação de defesa, formulado por FB PARTICIPAÇÕES S.A., acusada nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 02/03/2018, para todos os acusados no processo.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

4ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

05 DE DEZEMBRO DE 2017 A 07 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio Carf (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Cleberson Alex Friess (Presidente), Miriam Denise Xavier, Francisco Ricardo Gouveia Coutinho, Andrea Viana Arrais Egypto, Luciana Matos Pereira Barbosa, Virgilio Cansino Gil, Denny Medeiros da Silveira, 73654816615 - Cpf não encontrado., Rayd Santana Ferreira e eu, Irda Morais, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10980.724031/2011-88 - ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA S.A. - Acórdão: 2401-005.140

Processo: 16327.720469/2010-04 - DEUTSCHE BANK SA BANCO ALEMAO - Acórdão: 2401-005.141

Processo: 10552.000345/2007-55 - SINDICATO DOS MUNICIPARIOS DE PORTO ALEGRE - Resolução: 2401-000.619

Processo: 16327.721150/2014-11 - BANCO ITAUCARD S.A. - Acórdão: 2401-005.142

Processo: 10280.721435/2012-98 - CAMARA MUNICIPAL DE BELEM - Acórdão: 2401-005.143

Processo: 10510.721780/2014-32 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOBIAS BARRETO - Acórdão: 2401-005.144

Processo: 10140.721905/2014-80 - CONACENTRO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DO CENTRO OESTE - Pedido de vista.

Processo: 10120.720465/2014-81 - JR COMERCIO E TRANSPORTES DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA - Pedido de vista.

Processo: 14474.000228/2007-12 - ALTERNATIVA EXPRESS SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREO - Retirado de pauta.

Processo: 14474.000229/2007-67 - ALTERNATIVA EXPRESS SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREO - Retirado de pauta.

Processo: 14474.000315/2008-51 - ALTERNATIVA EXPRESS SERV. AUX. DE TRANSP - Retirado de pauta.

Processo: 10580.723886/2014-47 - CAPITAL TRANSPORTES URBANOS LTDA - Acórdão: 2401-005.145

Processo: 10140.722271/2014-82 - DALBOSCO CEREAIS LTDA - Pedido de vista.

Processo: 15586.720827/2013-08 - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - Retirado de pauta.

Processo: 15586.720555/2014-19 - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - Retirado de pauta.

Processo: 36624.000801/2007-60 - ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA. - Acórdão: 2401-005.146

Processo: 10665.000880/2010-34 - TENACE INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - Acórdão: 2401-005.147

Processo: 10665.000879/2010-18 - TENACE INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - Acórdão: 2401-005.148

IRDA MORAIS
Chefe de Secretaria

CLEBERSON ALEX FRIESS
Presidente da Turma

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio Carf (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Cleberson Alex Friess (Presidente), Miriam Denise Xavier, Francisco Ricardo Gouveia Coutinho, Andrea Viana Arrais Egypto, Luciana Matos Pereira Barbosa, Virgilio Cansino Gil, Denny Medeiros da Silveira, 73654816615 - Cpf não encontrado., Rayd Santana Ferreira e eu, Irda Morais, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 16682.721161/2012-91 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Acórdão: 2401-005.149

Processo: 10580.731723/2012-76 - CARLOS EDUARDO VILARES BARRAL ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C - Resolução: 2401-000.620

Processo: 11516.722199/2011-06 - COPOBRAS S/A. INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS - Retirado de pauta.

Processo: 19515.001299/2007-22 - SILVIO GIOVANOLLI NUNZIATO - Retirado de pauta.

Processo: 19515.002096/2006-72 - SILVIO GIOVANOLLI NUNZIATO - Retirado de pauta.

Processo: 10380.723775/2015-78 - MARIA LUIZA GOMES DE MESQUITA - Pedido de vista.

Processo: 13609.721137/2015-99 - DONISETE GERALDO LEITE - Acórdão: 2401-005.150

Processo: 19515.001298/2007-88 - CLAUDIA MANSUR - Acórdão: 2401-005.151

Processo: 19515.000365/2005-85 - LUCIO BOLONHA FUNARO - Acórdão: 2401-005.152

Processo: 10880.724432/2013-28 - RICARDO JAFET SOBRINHO - Resolução: 2401-000.621

Processo: 11080.723621/2015-23 - MARIA REGINA LOPES CAMPOS - Acórdão: 2401-005.153

Processo: 15463.723288/2015-17 - TANIA MARINS ROQUE - Acórdão: 2401-005.154

Processo: 18470.728117/2013-11 - WALDIR GONCALVES DE SIQUEIRA - Resolução: 2401-000.622

Processo: 17698.720183/2012-27 - GILBERTO FEHRENBACH - Acórdão: 2401-005.155

Processo: 10820.720007/2009-98 - CESP COMPANHIA ENERGETICA DE SAO PAULO - Acórdão: 2401-005.156

Processo: 10660.724592/2011-08 - COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SAO PAULO - Acórdão: 2401-005.157

IRDA MORAIS
Chefe de Secretaria

CLEBERSON ALEX FRIESS
Presidente da Turma

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio Carf (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Cleberson Alex Friess (Presidente), Miriam Denise Xavier, Francisco Ricardo Gouveia Coutinho, Andrea Viana Arrais Egypto, Luciana Matos Pereira Barbosa, Virgilio Cansino Gil, Denny Medeiros da Silveira, 73654816615 - Cpf não encontrado., Rayd Santana Ferreira e eu, Irda Morais, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 11065.722894/2012-04 - DAISI RAQUEL DE PAULA - Pedido de vista.

Processo: 10469.726169/2012-91 - ELIAS PASSOS SALES - Acórdão: 2401-005.158

Processo: 14041.000091/2006-13 - NUBIA DAVID MACEDO - Acórdão: 2401-005.159

Processo: 10380.011911/2004-21 - FRANCISCO PINHEIRO LANDIM - Acórdão: 2401-005.160

Processo: 10510.721347/2014-05 - IVON GOMES DE FREITAS - Acórdão: 2401-005.161

Processo: 10510.721349/2014-96 - GERALDA LUCIA MENDES DE FREITAS - Acórdão: 2401-005.162

Processo: 13433.720162/2016-95 - THIAGO DE SABOYA COELHO - Retirado de pauta.

Processo: 12448.727306/2013-60 - SONIA MARIA ROMANO DE NORONHA - Acórdão: 2401-005.163

Processo: 12448.727311/2013-72 - VERA MARIA ROMANO PEREIRA - Acórdão: 2401-005.164

Processo: 12448.729180/2015-20 - JOSE JOAO ABDALLA FILHO - Resolução: 2401-000.623

Processo: 13900.000188/2011-55 - OSWALDO CELESTINO FERREIRA - Acórdão: 2401-005.165

Processo: 10980.001704/2006-61 - VALDO BATISTA DE SOUZA - Acórdão: 2401-005.166

Processo: 12278.720529/2015-67 - VANDERLEY ANTONIO MININEL - Acórdão: 2401-005.167

Processo: 10120.721570/2012-76 - ANTONIO FERNANDO DE OLIVEIRA MAIA - Pedido de vista.

Processo: 10120.727464/2015-49 - ANTONIO FERNANDO DE OLIVEIRA MAIA - Pedido de vista.

Processo: 13819.720512/2016-99 - YEDA KITANO CHERUBINI - Retirado de pauta.

IRDA MORAIS
Chefe de Secretaria

CLEBERSON ALEX FRIESS
Presidente da Turma

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio Carf (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Cleberson Alex Friess (Presidente), Miriam Denise Xavier, Francisco Ricardo Gouveia Coutinho, Andrea Viana Arrais Egypto, Luciana Matos Pereira Barbosa, Virgilio Cansino Gil, Denny Medeiros da Silveira, 73654816615 - Cpf não encontrado., Rayd Santana Ferreira e eu, Irda Morais, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 19515.001077/2006-29 - WANDERLEY BONVENTI - Retirado de pauta.

Processo: 10980.016775/2007-49 - EDNALDO DE ALMEIDA CEZAR - Acórdão: 2401-005.168

Processo: 13011.720234/2015-84 - PAULO AMADEU CARIELO - Acórdão: 2401-005.169

Processo: 10469.725050/2015-44 - RANYLSON DA FONSECA MACHADO - Retirado de pauta.

Processo: 10980.016556/2007-60 - RICARDO DE ALMEIDA CESAR - Retirado de pauta.

Processo: 13771.000456/2004-22 - WILSON DE CASTRO BARBOSA - Resolução: 2401-000.624

Processo: 18471.001025/2006-43 - CLAUDIO ARTUR GOMES DUARTE PEREIRA - Retirado de pauta.

Processo: 18471.001510/2005-36 - CLAUDIO ARTUR G DUARTE PEREIRA - Retirado de pauta.

Processo: 18470.728334/2013-01 - DAGUIMAR DE OLIVEIRA CORREA - Acórdão: 2401-005.170

Processo: 10280.721086/2014-76 - MARINA LUCIA ROCHA DE CAMPOS - Retirado de pauta.

Processo: 10580.727949/2014-34 - NEIVALDO ANTONIO DOS SANTOS - Retirado de pauta.

Processo: 17437.720448/2015-19 - NILTON FERNANDO M DE SOUZA - Acórdão: 2401-005.171

Processo: 11080.721989/2015-57 - UBIRAJARA DE JESUS DE SOUZA BUENO - Acórdão: 2401-005.172

Processo: 11080.725554/2014-09 - VALUSIA VIANA MARTINS - Acórdão: 2401-005.173

Processo: 10380.721629/2011-84 - WALTER CARVALHO CIRINO - Acórdão: 2401-005.174

Processo: 12448.727178/2013-54 - WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS - Resolução: 2401-000.625

Processo: 11080.728907/2012-52 - SERGIO LUIS DE MELLO DURANTI - Retirado de pauta.

IRDA MORAIS
Chefe de Secretaria

CLEBERSON ALEX FRIESS
Presidente da Turma

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio Carf (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Cleberson Alex Friess (Presidente), Miriam Denise Xavier, Francisco Ricardo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Gouveia Coutinho, Andrea Viana Arrais Egypto, Luciana Matos Pereira Barbosa, Virgilio Cansino Gil, Denny Medeiros da Silveira, 73654816615 - Cpf não encontrado., Rayd Santana Ferreira e eu, Irda Morais, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 15885.000490/2007-98 - SAT-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 2401-005.175

Processo: 15885.000492/2007-87 - SAT-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 2401-005.176

Processo: 15889.000441/2007-15 - SAT-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 2401-005.177

Processo: 15889.000442/2007-60 - SAT-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 2401-005.178

Processo: 15885.002347/2008-11 - SAT-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 2401-005.179

Processo: 15885.002293/2008-94 - SAT-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 2401-005.180

Processo: 15885.002295/2008-83 - SAT-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 2401-005.181

Processo: 15885.002296/2008-28 - SAT-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 2401-005.182

Processo: 15885.000158/2009-95 - SAT-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 2401-005.183

Processo: 12045.000278/2007-24 - M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A - Acórdão: 2401-005.184

Processo: 12267.000318/2008-12 - MI MONTREAL INFORMATICA LTDA - Acórdão: 2401-005.185

Processo: 12267.000319/2008-59 - MI MONTREAL INFORMATICA LTDA - Acórdão: 2401-005.186

Processo: 12267.000334/2008-05 - MI MONTREAL INFORMATICA LTDA - Pedido de vista.

Processo: 12267.000336/2008-96 - MI MONTREAL INFORMATICA LTDA - Acórdão: 2401-005.187

Processo: 12267.000337/2008-31 - MI MONTREAL INFORMATICA LTDA - Acórdão: 2401-005.188

Processo: 12267.000340/2008-54 - MI MONTREAL INFORMATICA LTDA - Acórdão: 2401-005.189

Processo: 12267.000342/2008-43 - MI MONTREAL INFORMATICA LTDA - Pedido de vista.

IRDA MORAIS
Chefe de Secretaria

CLEBERSON ALEX FRIESS
Presidente da Turma

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio Carf (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Cleberson Alex Friess (Presidente), Miriam Denise Xavier, Francisco Ricardo Gouveia Coutinho, Andrea Viana Arrais Egypto, Luciana Matos Pereira Barbosa, Virgilio Cansino Gil, Denny Medeiros da Silveira, 73654816615 - Cpf não encontrado., Rayd Santana Ferreira e eu, Irda Morais, Chefe de Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10120.729912/2015-49 - HENRIQUE PEREIRA DE AVILA - Pedido de vista.

Processo: 10980.009369/2009-91 - LUIS OTAVIO MOURAO VELOSO - Acórdão: 2401-005.190

Processo: 19515.722108/2013-16 - FABIO ZANIRATO BORELLI - Pedido de vista.

Processo: 10120.008869/2008-55 - HENRIQUE PEREIRA DE AVILA - Retirado de pauta.

Processo: 10952.720103/2011-55 - ANTONIO CARLOS DE SOUZA CRUZ - Retirado de pauta.

Processo: 10670.720873/2012-45 - VALDIR MAXIMINO DA CRUZ - Acórdão: 2401-005.191

Processo: 11610.725292/2012-77 - MOACIR ANTONIO DA SILVA - Acórdão: 2401-005.192

Processo: 10480.002118/2002-41 - ESPOLIO DE JOSE DE CARVALHO PIRES - Retirado de pauta.

Processo: 10120.722523/2013-21 - JOSE EOLALIO BRANDAO - Retirado de pauta.

Processo: 19515.003372/2010-04 - RAYMOND SUPINO - Retirado de pauta.

Processo: 14751.720144/2012-40 - GUARINNI NESELLO - Acórdão: 2401-005.193

Processo: 10380.726484/2012-99 - RONEI FARIAS DE PAIVA - Retirado de pauta.

Processo: 11845.000024/2007-28 - ALCYR CINTRA SILVA - Retirado de pauta.

Processo: 11052.000066/2010-91 - LILIAN DE LIMA CASAES E SILVA - Retirado de pauta.

Processo: 15586.001306/2009-63 - JOAO VIEIRA DE ANDRADE - Acórdão: 2401-005.194

Processo: 10320.720761/2012-64 - FELIPE BARROS TEIXEIRA MENDES - Retirado de pauta.

Processo: 11065.722899/2012-29 - LAURO ALVICIO VOLKART - Retirado de pauta.

Processo: 11065.722898/2012-84 - DIVA DE PAULA - Retirado de pauta.

Processo: 11080.727829/2012-79 - DANIEL GUSTAVO DE PAULA - Retirado de pauta.

Processo: 11080.727831/2012-48 - PAULA CAMILA DE PAULA - Retirado de pauta.

Processo: 11065.722901/2012-60 - RAMON LUIS VOLKART - Retirado de pauta.

Processo: 11065.722902/2012-12 - RONALDO HENRIQUE VOLKART - Retirado de pauta.

Processo: 11060.000465/2009-19 - HARDI LINDOLFO MEYER - Retirado de pauta.

Processo: 12448.724686/2015-42 - HENRICO GOLDNER - Retirado de pauta.

Processo: 10945.720518/2015-41 - ARLEI COSTA - Retirado de pauta.

IRDA MORAIS
Chefe de Secretaria

CLEBERSON ALEX FRIESS
Presidente da Turma

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião

Observação: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado; 2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião; 3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 17 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

1 - Processo nº: 10140.721905/2014-80 - Recorrente: CONACENTRO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DO CENTRO OESTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 10120.720465/2014-81 - Recorrente: JR COMERCIO E TRANSPORTES DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 10140.722271/2014-82 - Recorrente: DALBOSCO CEREAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

4 - Processo nº: 12267.000334/2008-05 - Recorrente: MI MONTREAL INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo nº: 12267.000342/2008-43 - Recorrente: MI MONTREAL INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER

6 - Processo nº: 15586.720827/2013-08 - Recorrente: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo nº: 15586.720555/2014-19 - Recorrente: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO

8 - Processo nº: 14474.000228/2007-12 - Recorrente: ALTERNATIVA EXPRESS SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 14474.000229/2007-67 - Recorrente: ALTERNATIVA EXPRESS SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 14474.000315/2008-51 - Recorrente: ALTERNATIVA EXPRESS SERV. AUX. DE TRANSP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER

11 - Processo nº: 10166.730487/2013-42 - Recorrente: JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

12 - Processo nº: 13603.722323/2010-91 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MINAS LOGISTICA OURO FINO LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

13 - Processo nº: 13873.000364/2010-42 - Embargante: USINA ACUCAREIRA S. MANOEL S/A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

14 - Processo nº: 10825.721413/2011-42 - Embargante: USINA ACUCAREIRA S. MANOEL S/A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

15 - Processo nº: 10825.721539/2011-17 - Embargante: USINA ACUCAREIRA S. MANOEL S/A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

16 - Processo nº: 11516.722199/2011-06 - Recorrentes: COPOBRAS S/A. INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 17 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 13:30 HORAS

Relator: FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO

17 - Processo nº: 19515.001299/2007-22 - Recorrente: SILVIO GIOVANOLLI NUNZIATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 19515.002096/2006-72 - Recorrente: SILVIO GIOVANOLLI NUNZIATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 19515.001077/2006-29 - Recorrente: WANDERLEY BONVENTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

20 - Processo nº: 10380.723775/2015-78 - Recorrente: MARIA LUIZA GOMES DE MESQUITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

21 - Processo nº: 11065.722894/2012-04 - Recorrente: DAISI RAQUEL DE PAULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

22 - Processo nº: 10280.721086/2014-76 - Recorrente: MARINA LUCIA ROCHA DE CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo nº: 10580.727949/2014-34 - Recorrente: NEIVALDO ANTONIO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 11080.728907/2012-52 - Recorrente: SERGIO LUIS DE MELLO DURANTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 10469.725050/2015-44 - Recorrente: RANYLSON DA FONSECA MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 10980.016556/2007-60 - Recorrente: RICARDO DE ALMEIDA CESAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO

27 - Processo nº: 18471.001025/2006-43 - Recorrente: CLAUDIO ARTUR GOMES DUARTE PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 18471.001510/2005-36 - Recorrente: CLAUDIO ARTUR G DUARTE PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo nº: 13433.720162/2016-95 - Recorrente: THIAGO DE SABOYA COELHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

30 - Processo nº: 10120.721570/2012-76 - Recorrente: ANTONIO FERNANDO DE OLIVEIRA MAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 10120.727464/2015-49 - Recorrentes: ANTONIO FERNANDO DE OLIVEIRA MAIA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo nº: 13819.720512/2016-99 - Recorrente: YEDA KITANO CHERUBINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 11845.000024/2007-28 - Recorrente: ALCYR CINTRA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo nº: 11052.000066/2010-91 - Recorrente: LILIAN DE LIMA CASAES E SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 14041.000842/2005-11 - Recorrente: GERALDA MOURA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 13116.721327/2011-24 - Recorrente: WALDEMIR ALVES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 18 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

37 - Processo nº: 10120.729912/2015-49 - Recorrentes: HENRIQUE PEREIRA DE AVILA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 19515.722108/2013-16 - Recorrente: FABIO ZANIRATO BORELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo nº: 10120.008869/2008-55 - Recorrente: HENRIQUE PEREIRA DE AVILA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 10952.720103/2011-55 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DE SOUZA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 10480.002118/2002-41 - Recorrente: ESPOLIO DE JOSE DE CARVALHO PIRES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 10120.722523/2013-21 - Recorrente: JOSE EOLALIO BRANDAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo nº: 19515.003372/2010-04 - Recorrente: RAYMOND SUPINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

44 - Processo nº: 10380.726484/2012-99 - Recorrente: RONEI FARIAS DE PAIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

45 - Processo nº: 10320.720761/2012-64 - Recorrente: FELIPE BARROS TEIXEIRA MENDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

46 - Processo nº: 11065.722899/2012-29 - Recorrente: LAURO ALVICIO VOLKART e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo nº: 11065.722898/2012-84 - Recorrente: DIVA DE PAULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo nº: 11080.727829/2012-79 - Recorrente: DANIEL GUSTAVO DE PAULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo nº: 11080.727831/2012-48 - Recorrente: PAULA CAMILA DE PAULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo nº: 11065.722901/2012-60 - Recorrente: RAMON LUIS VOLKART e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo nº: 11065.722902/2012-12 - Recorrente: RONALDO HENRIQUE VOLKART e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

52 - Processo nº: 11060.000465/2009-19 - Recorrente: HARDI LINDOLFO MEYER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo nº: 12448.724686/2015-42 - Recorrente: HENRICO GOLDNER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo nº: 10945.720518/2015-41 - Recorrente: ARLEI COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 18 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 13:30 HORAS

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

55 - Processo nº: 11080.008068/2005-23 - Recorrente: JOAO FERNANDO COELHO NORONHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo nº: 11080.008640/2004-73 - Recorrente: JOEL LOPES DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

57 - Processo nº: 11080.003241/2005-05 - Recorrente: LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA FRANCEZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo nº: 11080.004530/2005-13 - Recorrente: MARGARITA CASTELLANO FARIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

59 - Processo nº: 10166.722481/2010-59 - Recorrente: ADEMAR CENCI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

60 - Processo nº: 11516.720387/2012-72 - Recorrente: ADEMIR HENRIQUE PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

61 - Processo nº: 10830.724438/2014-71 - Recorrente: ARLINDO FERNANDO DE GODOY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

62 - Processo nº: 10283.720127/2006-77 - Recorrente: FRANCISCO JOSE DI JORGE PORTELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

63 - Processo nº: 11080.015306/2008-08 - Recorrente: MARLY BEATRIZ NEHRING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo nº: 11080.006011/2005-90 - Recorrente: NELSON JOAO PAGLIARINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo nº: 11060.001717/2010-61 - Recorrente: SAULO BURIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

66 - Processo nº: 11080.100927/2005-35 - Recorrente: SIDNEI MEDER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

67 - Processo nº: 13603.723981/2011-81 - Recorrente: GERALDO JOSE AVILA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

68 - Processo nº: 11516.002935/2006-31 - Recorrente: JACQUELINE GODECK LUCAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo nº: 10283.721036/2011-16 - Recorrente: JOAO MARCOS POZZETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

70 - Processo nº: 11516.720389/2012-61 - Recorrente: LISIANE DE OLIVEIRA MALDONADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

71 - Processo nº: 17698.000411/2009-43 - Recorrente: UBIRAJARA DA ROSA CRIZEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

72 - Processo nº: 11080.001724/2010-24 - Recorrente: VERA CRISTINA BAUER GALBINSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

73 - Processo nº: 10140.721761/2013-81 - Recorrente: ANDRE LUIZ BARBOSA DODERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

74 - Processo nº: 11516.722869/2014-29 - Recorrente: AYLTON ALVES DO SACRAMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 19 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

75 - Processo nº: 10945.720659/2011-31 - Recorrente: GENARO MOACIR PRATES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

76 - Processo nº: 10680.720867/2012-79 - Recorrente: LUCIA MACIEL DE CASTRO FRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

77 - Processo nº: 10830.721964/2012-18 - Recorrentes: SONIA MARIA GERHEIM VIEIRA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

78 - Processo nº: 10830.725362/2011-59 - Recorrente: RONALDO ANGELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

79 - Processo nº: 10140.721762/2013-25 - Recorrente: CRISTIANE BARBOSA DODERO BUMLAI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

80 - Processo nº: 10830.725365/2011-92 - Recorrente: ERCIDES ANGELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

81 - Processo nº: 11065.722900/2012-15 - Recorrente: MARIA CLADIS VOLKART e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

82 - Processo nº: 10925.720026/2011-61 - Recorrente: NINO NADIR IVO GRANDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

83 - Processo nº: 13603.723980/2011-36 - Recorrente: MARIA FRANCISCA AVILA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

84 - Processo nº: 13971.004862/2010-56 - Recorrente: MARLI TEREZINHA RUBICK ZUNINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

85 - Processo nº: 13971.004861/2010-10 - Recorrente: MOACIR NELSON ZUNINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

86 - Processo nº: 10950.004866/2010-94 - Recorrente: SOLANGE COELHO LOURENCO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

87 - Processo nº: 19515.722769/2013-33 - Recorrente: SANDRA MARIA GONCALVES VICTOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

88 - Processo nº: 11516.721453/2011-41 - Recorrente: CLAUDIO DE MENEZES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

89 - Processo nº: 10380.727579/2012-20 - Recorrente: CARLOS ALBERTO STUDART GOMES NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

90 - Processo nº: 15504.725305/2012-76 - Recorrente: MARCELO SIGAUD FERREIRA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

91 - Processo nº: 19515.721925/2011-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROBERTO JOSUA - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

92 - Processo nº: 10821.000041/2010-76 - Recorrente: LUIZ CARLOS MENEZES DA FONSECA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO

DIA 19 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 13:30 HORAS

Relator: FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO

93 - Processo nº: 13888.003004/2008-19 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

94 - Processo nº: 13888.003011/2008-11 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

95 - Processo nº: 13888.003019/2008-87 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

96 - Processo nº: 13888.003006/2008-16 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

97 - Processo nº: 13888.003013/2008-18 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

98 - Processo nº: 13888.003007/2008-52 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

99 - Processo nº: 13888.003014/2008-54 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

100 - Processo nº: 13888.003012/2008-65 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

101 - Processo nº: 13888.003010/2008-76 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

102 - Processo nº: 13888.003017/2008-98 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

103 - Processo nº: 13888.003009/2008-41 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

104 - Processo nº: 13888.003016/2008-43 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

105 - Processo nº: 13888.003008/2008-05 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

106 - Processo nº: 13888.003015/2008-07 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

107 - Processo nº: 13888.003005/2008-63 - Recorrente: WEISER VEICULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

MIRIAM DENISE XAVIER
Presidente

IRDA MORAIS
Secretária

2ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

05 DE DEZEMBRO DE 2017 A 07 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralização das atividades dos integrantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 16327.720119/2015-44 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 16327.720596/2013-48 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 16327.720597/2013-92 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 16327.720864/2015-93 - BANCO BARCLAYS S/A. - Retirado de pauta.

Processo: 10983.720240/2015-56 - BRF S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 19515.721469/2011-75 - FABIO DE BARROS PINHEIRO - Retirado de pauta.

Processo: 19515.722154/2013-15 - FABIO DE BARROS PINHEIRO - Retirado de pauta.

Processo: 15504.020542/2009-41 - REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 15504.020545/2009-85 - REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 15504.020544/2009-31 - REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 15504.020543/2009-96 - REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA - Retirado de pauta.

IRDA MORAIS
Chefe de Secretaria

ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
Presidente da 4ª Câmara

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralização das atividades dos integrantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 36252.000377/2006-48 - PAMPILI PRODUTOS PARA MENINAS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 36252.000375/2006-59 - PAMPILI PRODUTOS PARA MENINAS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16020.000195/2007-74 - ELLENCO CONSTRUCOES LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16020.000196/2007-19 - ELLENCO CONSTRUCOES LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 35366.003270/2005-21 - COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO METRO - Retirado de pauta.

Processo: 23034.000016/2004-62 - ONDREPSB LIMPEZA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA - Retirado de pauta.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 18471.000723/2007-11 - EDUARDO FACO LEMGRUBER - Retirado de pauta.
Processo: 15983.720473/2011-49 - FLORA ALEXANDRINA GUIMARAES CASTELO BRANCO MACHADO - Retirado de pauta.
Processo: 19515.720586/2012-01 - JOHANN DAVID SCHNELL - Retirado de pauta.
Processo: 11516.720060/2013-81 - CRISTINA ELISA KROON - Retirado de pauta.
Processo: 19515.005476/2009-10 - PEDRO BASILE - Retirado de pauta.
Processo: 15521.000290/2009-26 - ANTONIO ALEXANDRE NETO - Retirado de pauta.

IRDA MORAIS
Chefe de Secretaria

ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
Presidente da 4ª Câmara

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralização das atividades dos integrantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.
Processo: 15504.730626/2013-73 - REFRAMAX ENGENHARIA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 16327.720671/2012-90 - BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 19515.004112/2008-23 - PIRELLI LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 19515.004118/2008-09 - PIRELLI LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 19515.004117/2008-56 - PIRELLI LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 19515.004114/2008-12 - PIRELLI LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 19515.004113/2008-78 - PIRELLI LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 19515.004115/2008-67 - PIRELLI LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 12268.000480/2008-12 - ALPA AGENC MARIT ASSIST LOCOM PORTOS - Retirado de pauta.
Processo: 11080.006030/2005-16 - LUIS ANTONIO SOSTER DIAS - Retirado de pauta.
Processo: 13819.720270/2013-91 - MARIA SILVIA CAETANO MEDEIROS - Retirado de pauta.
Processo: 10580.730231/2014-25 - EREMITA NERI DOS SANTOS - Retirado de pauta.
Processo: 13971.000596/2011-73 - DILVA REJANE STANGELIN - Retirado de pauta.
Processo: 10680.004076/2007-31 - LUIS FILIPE LIQUITO DE CARVALHO - Retirado de pauta.
Processo: 11080.724699/2012-12 - CLOVIS FERNANDO DO NASCIMENTO - Retirado de pauta.
Processo: 12448.722577/2011-67 - PAULO ANTONIO MEIRELES MANCEBO - Retirado de pauta.
Processo: 15504.724815/2012-26 - THIERS CUNHA DE SOUZA - Retirado de pauta.

IRDA MORAIS
Chefe de Secretaria

ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
Presidente da 4ª Câmara

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralização das atividades dos integrantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.
Processo: 10242.000213/2007-27 - FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10242.000215/2007-16 - FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10242.000216/2007-61 - FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11555.001395/2010-98 - FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11555.001405/2010-95 - FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11555.001407/2010-84 - FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11555.001409/2010-73 - FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11555.001411/2010-42 - FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11555.001418/2010-64 - FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11555.001421/2010-88 - FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11555.001423/2010-77 - FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A - Retirado de pauta.
Processo: 13603.724039/2012-11 - URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13603.724185/2012-46 - URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13603.724184/2012-00 - URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13603.724183/2012-57 - URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13603.724182/2012-11 - URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13603.724186/2012-91 - URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13603.724187/2012-35 - URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13603.724038/2012-76 - URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13603.724037/2012-21 - URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - Retirado de pauta.

IRDA MORAIS
Chefe de Secretaria

ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
Presidente da 4ª Câmara

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralização das atividades dos integrantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.
Processo: 15471.001144/2010-94 - MARIA JOSE SALGADO AMORIM LIMA - Retirado de pauta.
Processo: 10850.720458/2010-10 - GUARANI S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 12268.000200/2009-57 - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - Retirado de pauta.
Processo: 10665.001302/2007-10 - NACIONAL GRAFITE LTDA E OUTROS - Retirado de pauta.
Processo: 15504.008242/2009-94 - GAR MINERACAO,COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 19515.000783/2006-53 - PADO S A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA - Retirado de pauta.
Processo: 13888.724438/2011-51 - ELIAS FAUSTO PREFEITURA - Retirado de pauta.
Processo: 14485.000276/2007-81 - BRASIL TELECOM COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 13888.724407/2011-09 - MUNICIPIO DE ELIAS FAUSTO - Retirado de pauta.
Processo: 35226.001817/2006-39 - MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL - Retirado de pauta.
Processo: 19515.007648/2008-09 - FIRPAVI CONST E PAVIMENTADORA S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10480.733718/2013-15 - VALE VERDE EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL - Retirado de pauta.

IRDA MORAIS
Chefe de Secretaria

ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
Presidente da 4ª Câmara

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralização das atividades dos integrantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.
Processo: 10166.013087/2008-10 - BRENT HAYES MILLIKAN - Retirado de pauta.
Processo: 11080.728919/2014-49 - AIRTON FERNANDO TEIXEIRA - Retirado de pauta.
Processo: 11052.000965/2010-93 - FELIPE CHEBABE - Retirado de pauta.
Processo: 15540.000206/2010-80 - RUY CASTANHEIRA DE SOUZA - Retirado de pauta.
Processo: 10245.720137/2011-26 - ANDRE AFONSO DE MOURA SOUZA CRUZ - Retirado de pauta.
Processo: 10245.720136/2011-81 - SALOMAO DE SOUZA CRUZ BISNETO - Retirado de pauta.
Processo: 10469.726559/2013-42 - ETELVINO PATRICIO DE MEDEIROS - Retirado de pauta.
Processo: 11080.002213/2009-96 - VALDIR DE OLIVEIRA SILVEIRA - Retirado de pauta.
Processo: 10830.721708/2015-73 - JORGE EDNEY ATALLA - Retirado de pauta.
Processo: 10245.000285/2011-21 - JULIANA DE MOURA SOUZA CRUZ - Retirado de pauta.
Processo: 10410.720922/2011-20 - ALBERTO NONO DE CARVALHO LIMA - Retirado de pauta.
Processo: 10680.011721/2008-52 - MILTON DE SOUZA JUNIOR - Retirado de pauta.
Processo: 10980.723823/2015-69 - SERGIO ANTONIO VIEIRA DE OLIVEIRA SIMIONI - Retirado de pauta.
Processo: 13864.000129/2010-80 - GILMAR GUARNIERI GARCIA - Retirado de pauta.
Processo: 15868.000233/2010-60 - SILMARA APARECIDA VERONESE - Retirado de pauta.
Processo: 15889.000209/2010-82 - ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA LIMA - Retirado de pauta.

IRDA MORAIS
Chefe de Secretaria

ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
Presidente da 4ª Câmara

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião
Observação: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado; 2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião; 3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 17 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JAMED ABDUL NASSER FEITOZA
1 - Processo nº: 16327.720550/2013-29 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
2 - Processo nº: 16327.720119/2015-44 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
3 - Processo nº: 16327.720596/2013-48 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
4 - Processo nº: 16327.720597/2013-92 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: RONNIE SOARES ANDERSON
5 - Processo nº: 16327.720864/2015-93 - Recorrente: BANCO BARCLAYS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
6 - Processo nº: 10983.720240/2015-56 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: LUIS HENRIQUE DIAS LIMA
7 - Processo nº: 19515.721469/2011-75 - Embargante: O CONSELHEIRO DA 2ª TURMA ORDINÁRIA DA 4ª CÂMARA DA 2ª SEÇÃO - LUIS HENRIQUE DIAS LIMA e Interessado: FABIO DE BARROS PINHEIRO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
8 - Processo nº: 19515.722154/2013-15 - Embargante: O CONSELHEIRO DA 2ª TURMA ORDINÁRIA DA 4ª CÂMARA DA 2ª SEÇÃO - LUIS HENRIQUE DIAS LIMA e Interessado: FABIO DE BARROS PINHEIRO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
9 - Processo nº: 15504.020542/2009-41 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
10 - Processo nº: 15504.020545/2009-85 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
11 - Processo nº: 15504.020544/2009-31 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
12 - Processo nº: 15504.020543/2009-96 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
13 - Processo nº: 12268.000480/2008-12 - Recorrente: ALPA AGENC MARIT ASSIST LOCOM PORTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

14 - Processo nº: 12268.000479/2008-98 - Recorrente: ALPA AGENC MARIT ASSIST LOCOM PORTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 12268.000498/2008-14 - Recorrente: ALPA AGENC MARIT ASSIST LOCOM PORTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 12268.000481/2008-67 - Recorrente: 3PL SOLUCOES EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 17 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

17 - Processo nº: 36252.000377/2006-48 - Recorrente: PAMPILI PRODUTOS PARA MENINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 36252.000375/2006-59 - Recorrente: PAMPILI PRODUTOS PARA MENINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 16020.000195/2007-74 - Recorrente: ELLENCO CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo nº: 16020.000196/2007-19 - Recorrente: ELLENCO CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 35366.003270/2005-21 - Embargante: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO METRO e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

22 - Processo nº: 23034.000016/2004-62 - Recorrente: ONDREPSB LIMPEZA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

23 - Processo nº: 18471.000723/2007-11 - Recorrente: EDUARDO FACO LEMGRUBER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 15983.720473/2011-49 - Recorrente: FLORA ALEXANDRINA GUIMARAES CASTELO BRANCO MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL- RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 19515.720586/2012-01 - Recorrente: JOHANN DAVID SCHNELL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 18471.004337/2008-71 - Recorrente: ARMINIO FRAGA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo nº: 11516.002719/2010-71 - Recorrente: ANTONIO CESAR DE SANT ANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 10945.721075/2014-25 - Recorrente: OTAVIO JOSE GUZZI TAURISANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO

29 - Processo nº: 11516.720060/2013-81 - Recorrente: CRISTINA ELISA KROON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo nº: 19515.005476/2009-10 - Recorrente: PEDRO BASILE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 15521.000290/2009-26 - Recorrente: ANTONIO ALEXANDRE NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

32 - Processo nº: 12963.000814/2009-91 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 12963.000812/2009-01 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo nº: 12963.000809/2009-89 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 12963.000818/2009-70 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 12963.000808/2009-34 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 12963.000807/2009-90 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 12963.000816/2009-81 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo nº: 12963.000815/2009-36 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 12963.000810/2009-11 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GREGORIO RECHMANN JUNIOR

41 - Processo nº: 12448.728153/2011-14 - Recorrente: IVAN DA CUNHA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 13839.721067/2012-12 - Recorrente: VITO VICENTE GAPIT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo nº: 10845.720652/2011-47 - Recorrente: SEBASTIAO ROBERTO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo nº: 10166.720364/2013-01 - Recorrente: JULIO ENRIQUE GARCIA SALDIVAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo nº: 13896.721004/2011-09 - Recorrente: JOSE ROBERTO BRANÇO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo nº: 13876.720410/2011-84 - Recorrente: HERMELINO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 18 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

47 - Processo nº: 15504.730626/2013-73 - Recorrentes: REFRAMAX ENGENHARIA LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo nº: 16327.720671/2012-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

49 - Processo nº: 19515.004112/2008-23 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo nº: 19515.004118/2008-09 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo nº: 19515.004117/2008-56 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo nº: 19515.004114/2008-12 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo nº: 19515.004113/2008-78 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo nº: 19515.004115/2008-67 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

55 - Processo nº: 11080.006030/2005-16 - Recorrente: LUIS ANTONIO SOSTER DIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo nº: 13819.720270/2013-91 - Recorrente: MARIA SILVIA CAETANO MEDEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

57 - Processo nº: 10580.730231/2014-25 - Recorrente: EREMITA NERI DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo nº: 13971.000596/2011-73 - Recorrente: DILVA REJANE STANGELIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

59 - Processo nº: 10680.004076/2007-31 - Recorrente: LUIS FILIPE LIQUITO DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

60 - Processo nº: 11080.724699/2012-12 - Recorrente: CLOVIS FERNANDO DO NASCIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

61 - Processo nº: 12448.722577/2011-67 - Recorrente: PAULO ANTONIO MEIRELES MANCEBO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

62 - Processo nº: 15504.724815/2012-26 - Recorrente: THIERS CUNHA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

63 - Processo nº: 15471.001144/2010-94 - Embargante: MARIA JOSE SALGADO AMORIM LIMA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

64 - Processo nº: 19515.720072/2013-28 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo nº: 19515.720073/2013-72 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 18 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

66 - Processo nº: 10242.000206/2007-25 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

67 - Processo nº: 10242.000213/2007-27 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

68 - Processo nº: 10242.000215/2007-16 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo nº: 10242.000216/2007-61 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

70 - Processo nº: 11555.001395/2010-98 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

71 - Processo nº: 11555.001405/2010-95 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

72 - Processo nº: 11555.001407/2010-84 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

73 - Processo nº: 11555.001409/2010-73 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

74 - Processo nº: 11555.001411/2010-42 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

75 - Processo nº: 11555.001418/2010-64 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

76 - Processo nº: 11555.001421/2010-88 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

77 - Processo nº: 11555.001423/2010-77 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

78 - Processo nº: 13603.724039/2012-11 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

79 - Processo nº: 13603.724185/2012-46 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

80 - Processo nº: 13603.724184/2012-00 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

81 - Processo nº: 13603.724183/2012-57 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

82 - Processo nº: 13603.724182/2012-11 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

83 - Processo nº: 13603.724186/2012-91 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

84 - Processo nº: 13603.724187/2012-35 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

85 - Processo nº: 13603.724038/2012-76 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

86 - Processo nº: 13603.724037/2012-21 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 19 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO

87 - Processo nº: 10850.720458/2010-10 - Recorrente: GUARANI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

88 - Processo nº: 12268.000200/2009-57 - Recorrente: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

89 - Processo nº: 19515.004314/2009-56 - Recorrente: START SERVICOS TEMPORARIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

90 - Processo nº: 19515.004315/2009-09 - Recorrente: START SERVICOS TEMPORARIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

91 - Processo nº: 19515.004316/2009-45 - Recorrente: START SERVICOS TEMPORARIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

92 - Processo nº: 10320.004200/2009-19 - Recorrente: RECANTO DA ILHA REFEICOES E DIVERSOES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

93 - Processo nº: 11065.002707/2009-69 - Recorrente: PL FUNDICAO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

94 - Processo nº: 10380.004186/2009-49 - Recorrente: HOSPITAL ANTONIO PRUDENTE S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

95 - Processo nº: 10665.001302/2007-10 - Recorrente: NACIONAL GRAFITE LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

96 - Processo nº: 15504.008242/2009-94 - Recorrente: GAR MINERACAO ,COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

97 - Processo nº: 19515.000783/2006-53 - Recorrente: PADO S A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

98 - Processo nº: 14485.000276/2007-81 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BRASIL TELECOM COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA. - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

99 - Processo nº: 13888.724438/2011-51 - Recorrente: ELIAS FAUSTO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

100 - Processo nº: 13888.724407/2011-09 - Recorrente: MUNICIPIO DE ELIAS FAUSTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

101 - Processo nº: 35226.001817/2006-39 - Recorrente: MUNICIPIO DE TERESINA/CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

102 - Processo nº: 19515.007648/2008-09 - Recorrente: FIRPAVI CONST E PAVIMENTADORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
103 - Processo nº: 10480.733718/2013-15 - Recorrente: VALE VERDE EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
104 - Processo nº: 18192.000228/2007-30 - Recorrente: DEPART.MUNIC. DE ELETRICIDADE P. CALDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JAMED ABDUL NASSER FEITOZA
105 - Processo nº: 14489.000584/2008-58 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
106 - Processo nº: 14489.000601/2008-57 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
107 - Processo nº: 11330.000854/2007-55 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
108 - Processo nº: 11330.000450/2007-61 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
109 - Processo nº: 14489.000588/2008-36 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
110 - Processo nº: 14489.000587/2008-91 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
111 - Processo nº: 14489.000585/2008-01 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
112 - Processo nº: 14489.000602/2008-00 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
113 - Processo nº: 14489.000593/2008-49 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
114 - Processo nº: 14489.000592/2008-02 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
115 - Processo nº: 14489.000590/2008-13 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 19 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
116 - Processo nº: 10166.013087/2008-10 - Embargante: BRENT HAYES MILLIKAN e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
117 - Processo nº: 11080.728919/2014-49 - Recorrente: AIRTON FERNANDO TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
118 - Processo nº: 15540.000206/2010-80 - Recorrente: RUY CASTANHEIRA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
119 - Processo nº: 10245.720137/2011-26 - Recorrente: ANDRE AFONSO DE MOURA SOUZA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
120 - Processo nº: 10245.720136/2011-81 - Recorrente: SALOMAO DE SOUZA CRUZ BISNETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
121 - Processo nº: 10469.726559/2013-42 - Recorrente: ETELVINO PATRICIO DE MEDEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
122 - Processo nº: 11080.002213/2009-96 - Recorrente: VALDIR DE OLIVEIRA SILVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
123 - Processo nº: 18471.000531/2007-04 - Recorrente: ALCIDES GASPAR DE PINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
124 - Processo nº: 10950.000144/2001-70 - Recorrente: SALINE ATIE RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
125 - Processo nº: 10830.721708/2015-73 - Recorrente: JORGE EDNEY ATALLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
126 - Processo nº: 10245.000285/2011-21 - Recorrente: JULIANA DE MOURA SOUZA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: RONNIE SOARES ANDERSON
127 - Processo nº: 10410.720922/2011-20 - Recorrente: ALBERTO NONO DE CARVALHO LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
128 - Processo nº: 10680.011721/2008-52 - Recorrente: MILTON DE SOUZA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
129 - Processo nº: 10980.723823/2015-69 - Recorrente: SERGIO ANTONIO VIEIRA DE OLIVEIRA SIMIONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
130 - Processo nº: 13864.000129/2010-80 - Recorrente: GILMAR GUARNIERI GARCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
131 - Processo nº: 15868.000233/2010-60 - Recorrente: SILMARA APARECIDA VERONESE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
132 - Processo nº: 15889.000209/2010-82 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
133 - Processo nº: 10920.003702/2010-05 - Recorrente: RENATO BREIS PATRUNI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
134 - Processo nº: 11080.732846/2011-47 - Recorrente: FERNANDO FABRICIO DE FARIA CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
135 - Processo nº: 19515.000142/2011-66 - Recorrentes: LUIZ AMANDO MANN PRADO e FAZENDA NACIONAL- RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
Presidente

IRDA MORAIS
Secretária

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

ControlID - Termo de Verificação Funcional nº 0011/2017.

Nº 176 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2.f do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, aprovado por Ato COTEPE/ICMS 06/12, de 13 de março de 2012 e alterações, torna público a aprovação do seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT

Os representantes das Unidades Federadas, relacionados no item 4 deste Termo emitem o presente Termo de Verificação Funcional para os efeitos previstos no mencionado Ajuste e no Manual de Registro de Modelo de equipamento SAT.

1.Dados do Termo
1.1.Identificação do equipamento SAT
1.1.1.Marca: CONTROLID
1.1.2.Modelo: S@T-iD
1.1.3.Versão do software básico: 01.01.00
1.2.Número do Termo: 011/2017
1.3.Data de emissão: 15/12/2017
1.4.Finalidade: Registro de modelo de equipamento SAT
1.5.Legislação aplicável:
1.5.1.Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.23.01)
1.5.2.Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.11.01)
1.6.Laudo da análise técnica
1.6.1.Número: SAT046-017
1.6.2.Órgão técnico responsável
1.6.2.1.Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2.CNPJ: 24.492.886/0001-04
2.Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1.Fabricante ou Importador: CONTROLID
2.2.Razão social: CONTROLID INDUSTRIA, COMERCIO DE HARDWARE E
SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA
2.3.CNPJ: 08.238.299/0001-29
2.4.Inscrição estadual / UF: 149.392.863.111 (SP)
3.Informações do modelo registrado
3.1.Drivers de comunicação: arquivo "3_07122017_satidlib.dll".
3.1.1.Sistema operacional: XP, 7, 8, 8.1, 10
3.1.2.Hash code/algoritmo (MD5): F849BD30DE6982A16E7DC8894B3138A5
4.Equipe responsável pela verificação funcional
4.1.Representantes das Unidades Federadas signatárias do Ajuste Sinief 11 de 24/10/2010 integrantes da equipe de Verificação funcional (Nome/RG/UF):
André Carballo Diaz (RG:25.617.929-3/SP)
Luciana Naomi Hirata (RG:43.468.830-7/SP)
Rodrigo Umbelino Alves Rolim (RG: 5979608/SSP-PE)

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 3.309, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece critérios para movimentação de servidores em decorrência da implantação do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 2º da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e os incisos III e VIII do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no inciso II e § 4º da Portaria RFB nº 3.300, de 29 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º A movimentação de servidores em decorrência de alterações promovidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, será efetivada na forma disciplinada nesta Portaria.

Art. 2º Nos casos de criação, extinção ou transformação de unidades administrativas relacionadas no Anexo único, durante o período de sua efetivação, ocorrerá a remoção de ofício de servidores, no interesse da Administração.

§ 1º Considera-se como período de efetivação: 30 (trinta) dias para extinção, 120 (cento e vinte) dias para transformação e 360 (trezentos e sessenta) dias para criação, contados da data de vigência do ato de criação, extinção ou transformação da unidade.

§ 2º A remoção dos servidores a que se refere o caput, no caso de extinção ou transformação de unidades ocorrerá para aquela que assumir as atividades da unidade extinta ou transformada.

§ 3º A remoção a que se refere o caput poderá ocorrer para unidade localizada em município limítrofe ao da unidade extinta ou transformada, a critério do Superintendente da Receita Federal do Brasil da região fiscal de origem, desde que a de destino tenha grau de lotação menor do que a unidade que assumirá as atividades daquela que foi extinta ou transformada.

Art. 3º Mediante prévia anuência do Superintendente da Receita Federal do Brasil, o servidor poderá requerer, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do início da vigência do ato de extinção ou transformação da unidade, remoção a pedido para outra unidade da Região Fiscal.

Art. 4º O exercício de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB) não poderá recair em Agência da Receita Federal do Brasil ou em Posto de Atendimento da Receita Federal do Brasil.

§ 1º Caberá ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal regularizar até 31 de dezembro de 2018 todas as situações que não atendam o disposto no caput.

§ 2º Poderá ser, excepcionalmente, autorizado pelo Secretário da Receita Federal do Brasil, o exercício de AFRFB em unidade transformada em Agência da Receita Federal do Brasil pelo Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017, para a execução de processo de trabalho que tenha atividade privativa do cargo.

Art 5º O servidor que tenha sido removido de ofício para ocupar cargo de Direção e Assessoramento Superior (DAS) ou exercer Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) ou Função Gratificada (FG) extintos em decorrência da implantação do novo Regimento Interno da RFB retornará à sua unidade de lotação de origem.

§ 1º Desde que haja prévia anuência dos Superintendentes da Receita Federal do Brasil envolvidos, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do ato de dispensa ou exoneração, o servidor a que se refere o caput, poderá requerer:

I - lotação definitiva na unidade de exercício em que ocupava o cargo ou exercia a função do qual foi dispensado ou exonerado ou na unidade jurisdicionante, caso aquela não tenha lotação própria;

II - remoção para a unidade que assumir as atividades da unidade extinta ou transformada; e

III - remoção para outra unidade no mesmo município.

§ 2º Nos casos em que houver nova nomeação em cargo em comissão no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do ato de exoneração do DAS ou FCPE extinto, o servidor poderá aproveitar o tempo de efetivo exercício no cargo extinto para fins de aplicação do disposto no § 7º, do art. 3º, da Portaria RFB 3.300, de 29 de agosto de 2011.

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º, no que se refere ao aproveitamento do tempo de efetivo exercício na função de confiança, nos casos de ocupantes de FG de chefe de Agência ou de Inspetoria, para fins de aplicação do disposto no § 10, do art. 3º, da Portaria RFB 3.300, de 29 de Agosto de 2011.

Art. 6º Fica dispensada, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de vigência do ato de criação ou transformação da unidade, a realização de Processo Simplificado de Seleção (PSS) para a nomeação ou designação, conforme o caso, de Delegados, Inspetores-Chefes e Agentes da Receita Federal do Brasil nas unidades criadas ou transformadas em decorrência da implantação do novo Regimento Interno da RFB.

§ 1º No caso de transformação de unidades, o gestor da unidade a ser transformada poderá permanecer no cargo, sendo o prazo de permanência computado a partir da data de nomeação ou designação para a unidade atual.

§ 2º Caberá ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal a indicação dos servidores a serem nomeados ou designados para os cargos e funções relacionados no caput referentes às unidades transformadas, onde não houver a continuidade do gestor anterior, e às unidades criadas.

§ 3º A indicação de que trata o § 2º deverá recair sobre os servidores integrantes do Banco de Gestores e do Banco de Gestores para Agentes, no âmbito da respectiva Região Fiscal, conforme o cargo a ser preenchido.

Art. 7º O art. 2º da Portaria RFB nº 1.678, de 26 de novembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º. .....
.....
§ 9º .....
I - também será aplicado o respectivo índice (i" e i") ao tempo de exercício no município da unidade anterior à unidade de exercício atual e a respectiva variável condicional (X) ao tempo de exercício na unidade anterior à unidade de exercício atual, na hipótese de o servidor ter sido removido de ofício em virtude de criação, extinção ou transformação de unidade, nos termos do inciso II do art. 2º da Portaria RFB nº 3.300, de 2011."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ANEXO ÚNICO

UNIDADES CRIADAS

REGIÃO FISCAL	UNIDADE CRIADA
2ª	IRF - Epitaciolândia
3ª	Posto - Tianguá
6ª	ARF - Lagoa Santa
6ª	IRF - Aeroporto Internacional de Confins
9ª	IRF - Aeroporto Internacional Afonso Pena
9ª	IRF - Aeroporto Internacional de Florianópolis

b) UNIDADES EXTINTAS

REGIÃO FISCAL	UNIDADE EXTINTA
1ª	ARF - Alto Araguaia
1ª	ARF - Corumbá
1ª	ARF - Mirassol d"Oeste
1ª	ARF - Ponta Porã
2ª	ARF - Caracaraí
2ª	IRF - Almeirim
2ª	IRF - Brasiléia
2ª	IRF - Plácido de Castro
3ª	ARF - Baturité
3ª	ARF - Icó
3ª	ARF - Pedreiras
3ª	ARF - Quixeramobim
3ª	ARF - Ubajara
4ª	ARF - Afogados da Ingazeira
4ª	ARF - Macau
4ª	ARF - São Miguel dos Campos
4ª	ARF - Timbaúba
4ª	IRF - Areia Branca
5ª	ARF - Camaçari
5ª	ARF - Nossa Senhora das Dores
5ª	ARF - Santo Amaro
5ª	IRF - Aratu-Candeias
6ª	ARF - Pedro Leopoldo
6ª	ARF - Pirapora
7ª	ARF - Cariacica
8ª	ARF - Diadema
8ª	ARF - Mauá
8ª	ARF - Porto Ferreira
9ª	ARF - Araucária
9ª	ARF - Itajaí
9ª	ARF - Ivaiporã
9ª	ARF - São José
10ª	ARF - São Jerônimo
10ª	ARF - São Sebastião do Caí

c) UNIDADES TRANSFORMADAS

REGIÃO FISCAL	UNIDADE ANTERIOR	UNIDADE RESULTANTE
1ª	ARF - Diamantino	Posto - Diamantino
1ª	ARF - Paranaíba	Posto - Paranaíba
1ª	IRF - Bela Vista	ARF - Bela Vista
1ª	IRF - Corumbá	ALF - Corumbá
1ª	IRF - Mundo Novo	ALF - Mundo Novo
1ª	IRF - Ponta Porã	ALF - Ponta Porã
1ª	IRF - Porto Murtinho	ARF - Porto Murtinho
2ª	ALF - Aeroporto Internacional de Belém	IRF - Aeroporto Internacional de Belém
2ª	IRF - Itacoatiara	ARF - Itacoatiara
2ª	IRF - Óbidos	ARF - Óbidos
3ª	ALF - Aeroporto Internacional Pinto Martins	IRF - Aeroporto Internacional Pinto Martins
3ª	ALF - Porto de Pecém	IRF - Porto de Pecém
3ª	ALF - Porto de São Luís	IRF - Porto de São Luís
3ª	ARF - Aracati	Posto - Aracati
3ª	ARF - Campo Maior	Posto - Campo Maior
3ª	ARF - Codó	Posto - Codó
3ª	ARF - Crato	Posto - Crato
3ª	ARF - Oeiras	Posto - Oeiras
3ª	ARF - Presidente Dutra	Posto - Presidente Dutra
4ª	ALF - Aeroporto Internacional dos Guararapes	IRF - Aeroporto Internacional dos Guararapes
4ª	ALF - Porto de Suape	IRF - Porto de Suape
4ª	IRF - Recife	ALF - Recife
5ª	ALF - Aeroporto Internacional de Salvador	IRF - Aeroporto Internacional de Salvador
5ª	ARF - Lagarto	Posto - Lagarto
6ª	DRF - Coronel Fabriciano	ARF - Coronel Fabriciano
6ª	IRF - Belo Horizonte	ALF - Belo Horizonte
7ª	IRF - Rio de Janeiro	Decex - Rio de Janeiro
9ª	DRF - Foz do Iguaçu	ALF - Foz do Iguaçu
9ª	IRF - Curitiba	ALF - Curitiba
9ª	IRF - Dionísio Cerqueira	ALF - Dionísio Cerqueira
9ª	IRF - Florianópolis	ALF - Florianópolis
9ª	IRF - Santo Antônio do Sudoeste	ARF - Santo Antônio do Sudoeste
9ª	IRF - São Miguel do Oeste	ARF - São Miguel do Oeste
10ª	ALF - Aeroporto Internacional Salgado Filho	IRF - Aeroporto Internacional Salgado Filho
10ª	DRF - Uruguaiana	ALF - Uruguaiana
10ª	IRF - Barra do Quaraí	ARF - Barra do Quaraí
10ª	IRF - Porto Alegre	ALF - Porto Alegre
10ª	IRF - Santana do Livramento	ALF - Santana do Livramento
10ª	IRF - Três Passos	ARF - Três Passos
2ª	ALF - Porto de Belém	ALF - Belém
3ª	ALF - Porto de Fortaleza	ALF - Fortaleza
5ª	ALF - Porto de Salvador	ALF - Salvador

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA
CENTRO DE CERTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 85, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa física que especifica.

O COORDENADOR NACIONAL DO CENTRO DE CERTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS, da COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, instituído por meio da Portaria RFB nº 45, de 8 de janeiro de 2015, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista decisão judicial que consta no processo 1008018-51.2016.4.01.340.0, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 1, o Despachante Aduaneiro FELIPE HAIDAR FILHO, CPF 361.883.018-15.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO QUEIROZ DINIZ

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13005.722096/2017-19, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Alemanha	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Camel Blue International Blend	3.1) R$ 6.,25 / vintena	4.1) 1.650.000
2.2) Camel Double Mint & Purple	3.2) R$ 7,25 / vintena	4.2) 2.150.000
2.3) Camel Double Mint & Yellow	3.3) R$ 7,25 / vintena	4.3) 300.000
2.4) Camel Filters International Blend	3.4) R$ 6,25 / vintena	4.4) 1.150.000
2.5) Camel Option Mint Capsule	3.5) R$ 6,25 / vintena	4.5) 430.000
2.6) Winston Blue International	3.6) R$ 5,25 / vintena	4.6) 4.260.000
2.7) Winston Classic International	3.7) R$ 5,25 / vintena	4.7) 3.720.000
2.8) Winston Exotic Mint	3.8) R$ 5,25 / vintena	4.8) 440.000
2.9) Winston Purple Mint	3.9) R$ 5,25 / vintena	4.9) 300.000
5) Cigarro	King Size 84mm	
6) Embalagem	Box	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

PORTARIA Nº 26, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Delega e delimita competências no âmbito da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit).

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos arts. 11 a 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º Esta Portaria delega e delimita competências no âmbito da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit).

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA PARA MANIFESTAÇÃO EM matéria tributária e aduaneira

Art. 2º Fica delegada aos coordenadores de área da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) a competência para, no âmbito das respectivas áreas, aprovar:

I - Nota com a análise de propostas de projetos de emenda à Constituição, de projetos de lei, de medidas provisórias, de decretos e de atos que versem sobre matéria tributária, aduaneira e correlata, exceto Nota que tenha por objeto proposta de veto a dispositivo desses atos;

II - "Nota Ação Judicial Cosit" emitida em resposta a mandados judiciais expedidos nos autos de mandados de segurança e de outras ações judiciais impetradas contra o Secretário da Receita Federal do Brasil em matéria de competência da Cosit;

III - Nota referente a procedimento de acesso à informação nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

IV - Nota à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) referente a julgamentos proferidos em controle concentrado de constitucionalidade (STF) ou sob o rito dos arts. 543-B e 543-C do CPC - recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida (STF) e recursos especiais repetitivos (STJ), elaborada com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 12 de fevereiro de 2014.

§ 1º Cabe à Seção de Gerenciamento de Processos (Sager) enviar à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou à Advocacia-Geral da União (AGU), conforme o caso, e ao Coordenador-Geral de Tributação cópia da "Nota Ação Judicial Cosit" aprovada nos termos deste artigo.

§ 2º Em caso de ausência ou impedimento do coordenador de área, a competência delegada nos termos do caput será exercida por seu substituto eventual ou, se também este estiver ausente ou impedido, por coordenador de outra área quando a urgência assim o exigir.

Art. 3º Fica delegada ao Chefe da Divisão de Controle Documental e do Processo Legislativo (Dileg) a competência para aprovar as Notas de que tratam os incisos II e III do caput do art. 2º relativas a matérias compreendidas em sua área de atuação.

Art. 4º Fica delegada ao Coordenador de Tributos sobre a Renda, Patrimônio e Operações Financeiras a competência para aprovar Ato Declaratório Executivo (ADE) relativo à divulgação de taxas de câmbio para fins de elaboração de balanço e de apuração do ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie.

Art. 5º Fica delegada ao Coordenador de Tributos sobre a Produção e o Comércio Exterior a competência para aprovar Notas decorrentes da competência prevista no art. 99 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE expedientes de comunicação oficial

Art. 6º Fica delegada aos coordenadores de área e ao Chefe da Dileg a competência para, no âmbito das respectivas áreas:

I - responder, por meio de Nota, memorandos, ofícios, mensagens de correio eletrônico ou outro expediente, interno ou externo, desde que o conteúdo da resposta não implique decisão de interpretação de normas legais ou infralegais;

II - aprovar Nota ou emitir despacho de encaminhamento em processos relativos a assuntos não afetos à área de competência da Cosit; e

III - aprovar, no processo, proposta de:

1.saneamento, diligência ou devolução definitiva; e

2.anexação, desanexação, apensação e desapensação de processos ou documentos e arquivamento ou desarquivamento de processos.

Parágrafo único. Aos coordenadores de área e ao chefe da Dileg fica delegada a competência para receber notificação judicial sobre ações judiciais impetradas contra o Coordenador-Geral de Tributação, independentemente da matéria nelas tratadas.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS RELATIVAS A gestão de pessoas

Art. 7º Compete aos coordenadores de área, aos chefes de divisão, ao Chefe da Dileg, aos chefes da Seção de Atividades Administrativas (Sasad), da Seção de Gerenciamento de Processos (Sager) e do Serviço de Disseminação de Normas (Sedis), em relação aos servidores a eles subordinados:

I - aprovar a alteração, a interrupção, o cancelamento e a reprogramação de férias, com ou sem acumulação para o exercício seguinte, por necessidade do serviço ou no interesse da administração, nos termos dos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - autorizar a compensação de faltas justificadas não previstas nos arts. 97 e 98 da Lei nº 8.112, de 1990, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, nos termos do parágrafo único do art. 44 da referida lei;

III - autorizar, em caso de atraso ou saída antecipada, a compensação de horário, nos termos do inciso II do art. 44 da Lei nº 8.112, de 1990, desde que esta se efetive até o mês subsequente ao da ocorrência;

IV - abonar eventuais atrasos ou saídas antecipadas decorrentes de interesse do serviço, nos termos do art. 7º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995; e

V - homologar, mensalmente, com base no parágrafo único do art. 44, nos arts. 97 e 98 e no inciso I do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990, no art. 6º do Decreto nº 1.590, de 1995, e na Nota Técnica Conjunta DENOP/DESAP/SEGEP/MP nº 9, de 15 de junho de 2015, do Ministério do Planejamento, as ocorrências registradas nas folhas de ponto.

§ 1º Cabe aos coordenadores de área e aos chefes a que se refere o caput observar o disposto na Portaria RFB nº 1.863, de 30 de outubro de 2014, na Nota Técnica CGNOR/DENOP/SRH/MP nº 253, de 30 de maio de 2011, na Nota Técnica Conjunta nº DENOP/DESAP/SEGEP/MP nº 9, de 2015, e na Nota Técnica nº 2.077, de 12 de janeiro de 2017, do Ministério do Planejamento.

§ 2º Os servidores deverão solicitar diretamente à chefia imediata as alterações em suas férias, as autorizações e os abonos de que trata o caput.

§ 3º Para fins de homologação das ocorrências ocorridas no mês, nos termos do inciso V do caput, os servidores deverão anexar à sua folha de ponto os comprovantes de atestados, declarações de comparecimento ou de acompanhamento, de participação em cursos ou treinamentos, de viagens a serviço etc, conforme seja o caso.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Em caso de ausência ou impedimento do titular do cargo, as competências de que trata esta Portaria serão exercidas pelo substituto eventual.

Art. 9º Esta Portaria deve ser citada como base legal da competência para a prática de atos por delegação no âmbito da Cosit.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 11. Ficam revogadas as Portarias Cosit nº 1, de 25 de fevereiro de 2002, nº 2, de 22 de junho de 2007, nº 3, de 22 de junho de 2007, nº 5 de 27 de julho de 2007, nº 3, de 8 de maio de 2008, nº 1, de 13 de fevereiro de 2009, nº 3, de 26 de maio de 2009, nº 8, de 13 de agosto de 2009, nº 9, de 4 de setembro de 2009, nº 10, de 23 de outubro de 2009, nº 11, de 9 de novembro de 2009, e nº 16, de 3 de outubro de 2013.

FERNANDO MOMBELLI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara nula, de ofício, a inscrição no CNPJ sob nº 13.333.880/0001-60

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13571.720097/2017-02, declara:

Art. 1º - NULA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 13.333.880/0001-60, em nome de LUCIANO FERREIRA DOS SANTOS 00062678582, em razão de ter sido constatado vício no ato de sua inscrição, nos termos do disposto no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeito retroativo a 04/03/2011, data da abertura, de acordo com o disposto no § 2º do art. 35 da IN/RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

HUGO SOUZA ALVES DOMINGOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 161, DE11 DE DEZEMBRO DE 2017

Aplica a pena de perdimento de mercadorias e veículos objeto dos processos que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455 de 7 de abril de 1976, suas alterações e regulamentos, resolve:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Aplicar a pena de perdimento aos veículos e às mercadorias objeto dos mesmos processos, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ANEXO I

Seq.	Processo	Auto de Infração e Apreensão Nº	Interessado(s)	CPF/CNPJ
01	10960.720150/2017-95	0130100-55536/2017	ANTONIO CARLOS ALVES CARDOSO	019.079.951-02
02	14108.720167/2016-72	0130100-51446/2017	ANTONIO MARCIO ALMEIDA DA SILVA	013.788.221-10
03	10960.720129/2017-90	0130100-50478/2017	EDMAR GOMES BATISTA	459.396.163-72
04	14108.720241/2015-70	0130100-51512/2017	FERNANDO BERTINI SARTORI ELETRONICOS - ME	17.734.136/0001-28
05	14108.720049/2016-64	0130100-49928/2017	GERALDO BELARMINO DA SILVA	240.826.511-87
06	10960.720154/2017-73	0130100-55662/2017	JORGE JOSE DA SILVA	284.545.024-91
07	10960.720147/2017-71	0130100-53921/2017	JUNIOR CESAR FERREIRA	026.916.751-06
08	10960.720149/2017-61	0130100-53966/2017	JUNIOR CESAR FERREIRA	026.916.751-06
09	14108.720142/2016-79	0130151-49458/2017	KAYSON FALCAO LOCATELLI	026.452.591-46
10	14108.720223/2016-79	0130100-51470/2017	LUIZ ARANA	528.459.409-63
11	14108.720212/2016-99	0130100-51468/2017	MAYCON RENAN FABIANO	016.378.071-47
12	14108.720156/2015-10	0130100-51475/2017	WDR CELULARES E INFORMATICA LTDA-ME	12.450.353/0001-72
13	13150.720296/2017-63	0130151-50637/2017	RAFAEL SERON	016.342.001-79
14	10960.720131/2017-69	0130100-50557/2017	ROGERIO WAGNER GAMBERO RODRIGUES	395.300.001-20
15	14108.720005/2016-34	0130100-51321/2017	RUBIS RODRIGUES NUNES	630.089.801-63
16	13150.720299/2017-05	0130151-51326/2017	SADI RODRIGUES	813.013.169-20
17	14108.720058/2017-36	0130100-39671/2017 0130100-53859/2017	SELMO SOUZA BORGES - TRANSCOMIL - ME	13.822.133/0001-95
18	10960.720126/2017-56	0130100-50014/2017	SINVALDO ANTUNES DA SILVA	005.138.581-30

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 162, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara abandonada(s) e aplica a pena de perdimento de mercadorias objeto dos processos que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455 de 7 de abril de 1976 e na alínea "a" do inciso II do parágrafo 8º do art. 774 do Decreto nº 6.759/09, suas alterações e regulamentos, resolve:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Declarar abandonada(s) e aplicar a pena de perdimento às mercadorias objeto dos mesmos processos, tornando-as disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ANEXO I

Seq.	Processo	Termo de apreensão de mercadoria abandonada Nº	Edital de abandono Nº	Interessado(s)	CPF/CNPJ
01	10960.720037/2017-18	0130100-49523/2017	20170913	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
02	10960.720096/2017-88	0130100-48781/2017	20170910	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
03	10960.720097/2017-22	0130100-48782/2017	20170910	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
04	10960.720139/2017-25	0130100-50959/2017	20170921	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
05	14108.720110/2016-73	0130151-53681/2017	030/2017	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidente sobre o lucro de exploração relativo ao projeto de MODERNIZAÇÃO do empreendimento na área de atuação da Sudam, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017; c/c a delegação prevista no art. 3° da Portaria DRF/BEL nº 107/2012 e de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto 4.212 de 26 de abril de 2002; do art 1º, §2º e §3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, no art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, com base no LAUDO CONSTITUTIVO nº 068/2016, de 22 de dezembro de 2016, emitido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa NORTE HOTELARIA S A , CNPJ Nº 05.441.787/0001-40, à redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, incidente sobre o lucro de exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM, com prazo de fruição contado no período a partir do ano-calendário 2016 e término no ano de 2025, com direito ao gozo do benefício a partir de 2016, conforme estabelece a Instrução Normativa SRF nº 267, art.60, §1º e §2º.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, sendo considerado como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios ou acionistas, em caso de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativo a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica deixar de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CNEIO LUCIUS DE PONTES E SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 14 DEZEMBRO DE 2017

Declara nulo a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL-CE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 224, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU, em 17 de maio de 2012, e tendo em vista o art. 35, I da Instrução Normativa da RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e ainda, de acordo com o que ficou apurado no processo administrativo 13301.720078/2017-58, declara:

Art. 1º Nulo o ato que concedeu a inscrição de número 07.566.060/0001-15, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), para BELA CRUZ PREFEITURA, por ter sido gerado multiplicidade de inscrição para o mesmo estabelecimento.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

FRANCISCO KLEBER MARTINS TIMBÓ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 117, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB n.º 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10480.731422/2017-85, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 108.852 (cento e oito mil, oitocentos e cinqüenta e dois) selos de controle, tipo Bebida Alcoólica, cor vermelho e de 554.358 (quinhentos e cinqüenta e quatro mil, trezentos e cinqüenta e oito) selos, tipo Uísque, cor amarelo, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
BEEFEATER	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 45 GL	107.460
BEEFEATER 24	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 45 GL	1.392
BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade 8 anos	252.000
BALLANTINES RESTAGE	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml	70.800
BALLANTINES	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade 12 anos	27.000
CHIVAS REGAL	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade 12 anos.	128.448
BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 750 ml	36.000
CHIVAS REGAL	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade 12 anos	23.760
CHIVAS REGAL	Caixas de 6 garrafas de 750 ml, idade 18 anos	6.240
ROYAL SALUTE	Caixas de 6 garrafas de 700 ml	1.620
CHIVAS REGAL EXTRA	Caixas de 6 garrafas de 750 ml, 45 GL	5.850
BALLANTINES	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade 17 anos	2.640

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 118, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB n.º 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10480.731425/2017-19, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 70.560 (setenta mil, quinhentos e sessenta) selos de controle, tipo Bebida Alcoólica, cor vermelho, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
VODKA ABSOLUT	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL	70.560

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancela inscrição no Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR/BA no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e, tendo em vista o disposto no artigo 7º, inciso II, da IN RFB nº 976/2009, publicada no DOU de 8 de dezembro de 2009, e suas alterações e ainda considerando o que consta do processo administrativo respectivo, declara:

Art. 1º - Canceladas as Inscrições no Registro Especial instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945 de 4 de junho de 2009, para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, do estabelecimento abaixo identificado, sob o número e na atividade que especifica:

Nome empresarial	Contexto Serviços Edit Publi e Consultoria Ltda - ME
Endereço	Rua Alfredo Magalhães, 4, Barra, Salvador-Ba. CEP 40140-140
CNPJ	86.728.649/0001-49
Processo administrativo	10580.721703/2010-25
Nº Registro Especial	UP-05101/00170 e GP-05101/171

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO VICENTE VELLOSO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 89, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.722208/2016-55, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º - Co-habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (Reidi), a pessoa jurídica ENERG POWER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.440.929/0001-74, relativamente a desmontagem do transformador trifásico 04T1 e do regulador 02R1 na subestação Cícero Dantas, Município de Cícero Dantas, Estado da Bahia, obra de titularidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, inscrita no CNPJ sob o nº 33.541.368/0001-16, matrícula CEI nº 70.013.97199/77, autorizada pela Portaria nº 287, de 03 de maio de 2011, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2011, Seção 1, páginas 56 e 57.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, Co-habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA (SAORT) EM POÇOS DE CALDAS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 286, inciso III e VIII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no Diário Oficial da União de 09/10/2017, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o constante do processo administrativo nº 10010.050124/1017-73, resolve:

Art. 1º Reconhecer à Engecon Engenheiros Construtores Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 19.709.187/0001-25, a Co-Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB no 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante no anexo I da Portaria n° 036, de 19 de janeiro de 2010 (MME) conforme estabelece o art. 8° da Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

FLÁVIO GOMES FERNANDES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS-MG, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e considerando o que consta do e-dossiê nº 10010.043872/1017-08, declara:

Art. 1º Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: NOGUEIRA E REZENDE INDÚSTRIA DE LATICÍNIO LTDA
CNPJ: 04.892.455/0001-10
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 194, de 9 de outubro de 2017, seção 3, pág. 7.
Período de vigência do Projeto: 01/01/2017 a 31/12/2017

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRED SENA IMBRIANI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017

Declara nula a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 18.567.546/0001-94 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do contribuinte LUCAS BUCCI CASARI HABERFELD 11450596789, por constatação de vício no ato cadastral praticado perante o CNPJ, tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e ainda o que consta do processo administrativo nº 12448.727857/2017-57.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no §2º do art.35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

MARCELO ROCHA PAURA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Declara nula a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 17.356.590/0001-92 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do contribuinte DALVA DE SOUZA SOARES 09325231700, por constatação de vício no ato cadastral praticado perante o CNPJ, tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e ainda o que consta do processo administrativo nº 10886.720318/2017-01.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no §2º do art.35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

MARCELO ROCHA PAURA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara anulada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 302 e 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o conteúdo dos processos indicados abaixo e o que consta no art. 35, inciso II e parágrafos 1° e 2°, todos da Instrução Normativa RFB n° 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º- Declarar a nulidade por vício no ato cadastral do seguinte CNPJ:

CNPJ	Processo
29.133.507/0001-03	15885.720097/2017-96

Art. 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, SIMPLES Federal, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 28 e art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, SIMPLES Federal, de que trata a Lei nº 9.317/96 artigo 3º, a pessoa jurídica INFOSOLUTION SERVICOS EIRELI - ME, CNPJ nº05.277.408/0001-29, face à constatação de situação excludente prevista com fundamento no inciso XIII do artigo 9º da referida Lei 9.317/96, pelo exercício de atividade vedada, conforme consta no Processo Administrativo nº 10855.725925/2017-16.

Art.2º - A exclusão surtirá efeitos a partir de 06 de setembro de 2002, em função das disposições contidas no artigo 15-III da Lei nº 9.317/1996 e no artigo 24-V da Instrução Normativa SRF nº 608 de 09/01/2006.

Art.3º - A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art.4º - Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo anterior, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.5º - Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Cancela a inscrição no Regime Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão em livros, jornais e periódicos, de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de quatro de junho de 2009, e a Instrução Normativa RFB nº 976, de sete de dezembro de 2009, e alterações.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de sete de dezembro de 2009, e em face do que consta do processo administrativo nº 10860.721249/2017-32, resolve:

Art. 1º CANCELAR a inscrição no regime especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão em livros, jornais e periódicos, sob o nº GP-08108/023, concedida mediante Ato Declaratório Executivo nº 12, de 19 de março de 2010, ao estabelecimento da empresa GRÁFICA EDITORA MINERVA LTDA, CNPJ Nº 45.171.139/0001-36, localizado na Praça Doutor Monteiro, 90, Centro - Taubaté/SP, em consonância com o disposto no artigo 7º, inciso III e parágrafo 3º, da IN RFB nº 976/2009, e alterações.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 112, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

TIAGO SANTOS FERREIRA RAMOS, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1573641, no exercício da competência delegada pelo inciso III do art. 15-A da Portaria DELEX nº 05, de 03 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) na mesma data, alterada pelo art. 1º da Portaria DELEX nº 123, de 05 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, §5º, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, c/c o art. 40, inciso II, e art. 42, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, conforme consta do processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: Solution Comércio de Ferramentas e Equipamentos - EIRELI

CNPJ: 18.615.820/0001-53

Processo: 10314.723250/2017-98

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo.

TIAGO SANTOS FERREIRA RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

NOME	CPF	Processo
Vanessa Helen de Albuquerque Pinheiro	004.581.350-70	11050.721465/2017-85

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

PAULO FRANCISCO MIRANDA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 1.154, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.006403/2017-65 e Juntada nº 0087726, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o Termo aditivo Convênio de Adesão celebrado entre a Rabobank Trading S.A., CNPJ nº 59.942.649/0001-74, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria Rabobank, CNPB nº 1998.0038-92, e a MultiBRA FUNDO DE PENSÃO.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.165, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 40109.0239 e juntada nº 0084234, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da entidade PREVI-SIEMENS SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.166, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.006420/2017-01 e juntada nº 0087768, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre a ESPN Brasil Ltda., CNPJ nº 00.637.277/0001-20, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios da ESPN do Brasil, CNPB nº 2000.0041-56, e o MultiBRA FUNDO DE PENSÃO.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.167, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.006862/2017-49 e Juntada nº 0087644, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º Termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO, CNPJ nº 09.346.601/0001-25, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios BM&FBOVESPA - CNPB nº 1995.0011-47, e a entidade FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS - MERCAPREV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.464-SEI, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Delega competência e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e a Gestão Orçamentária e Financeira, bem como atuar nos processos de Licitação, Contratos, Convênios, Termo de Fomento e Colaboração, nos limites da competência regimental da Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MDIC

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafos 2º e 3º, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, considerando o advento da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, que transferiu a Secretaria de Aquicultura e Pesca para a Estrutura regimental da Presidência da República, considerando as competências atribuídas à Secretaria de Aquicultura e Pesca, conforme Decreto nº 8.917, de 29 de novembro de 2016, assim como as regras contidas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; considerando a necessidade de gerenciamento das atividades e dos recursos administrativos relacionados às atividades administrativas da Secretaria da Aquicultura e Pesca, considerando o disposto no art. 12, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, observando os limites das competências e funções da SAP em consonância com a estrutura regimental do MDIC, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Secretário de Aquicultura e Pesca desta pasta, nos limites da sua competência regimental, para celebrar novos contratos administrativos ou prorrogar dos contratos em vigor, relativos à atividade de custeio, igual ou inferiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões), vedada a subdelegação, limitada às Avenças celebradas no âmbito da competência regimental da Secretaria de Aquicultura e Pesca- SAP/MDIC.

Parágrafo único: A competência acima delegada abrange, além da celebração e prorrogação de contratos, a assinatura de convênios, ajustes, termos de cessão de uso, termos aditivos e atas de registros de preços, bem como eventuais prorrogações de ofício dos ajustes, nos casos em que a legislação autorize.

Art. 2º Fica delegada competência, dentro dos limites da competência regimental da SAP, ao Secretário de Aquicultura e Pesca, vedada a subdelegação, para, observadas a legislação aplicável e as normas em vigor

I - praticar a movimentação de recursos orçamentários e financeiros destinados ao atendimento de despesas da SAP;

II - autorizar a descentralização interna e externa de créditos orçamentários e de recursos financeiros necessários ao atendimento do interesse da SAP;

III - assinar os documentos necessários à execução da despesa da SAP; reconhecer despesas de exercícios anteriores; autorizar glosas nos processos de pagamento de contratos, fornecimentos e serviços;

IV - orientar os procedimentos referentes ao encerramento do exercício financeiro; e

V - autorizar a inscrição de despesas na conta "Restos a Pagar", conforme definido nos arts. 36 e 37 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e 67 a 70 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Art. 3º Delegar nos procedimentos licitatórios, dentro dos limites da competência regimental da SAP, ao Secretário de Aquicultura e Pesca, vedada a subdelegação:

I - a autorização e realização de licitações nas modalidades de concorrência, tomada de preços, convite e pregão, inclusive a Adesão à Ata de Registro de Preços para aquisição de materiais e execução de obras ou serviços, de interesse da SAP;

II - a realização de despesas na forma dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;

III - proceder à homologação dos processos licitatórios, adjudicando o respectivo objeto ou promovendo o cancelamento, a revogação ou a anulação do certame;

IV - ratificar, nos termos do art. 26, da Lei nº 8.666, de 1993, as dispensas e inexigibilidades de licitação fundamentadas nos arts. 24 e 25, da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 66, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, de acordo com o disposto no art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 8.917, de 29 de novembro de 2016, e na Portaria MDIC nº 124, de 5 de maio de 2016, no uso de suas atribuições, institui consulta pública nos termos da presente Circular.

1. Fica aberto, a contar da data de publicação desta consulta pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões de alteração do Decreto que regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda, tendo em vista o disposto no Acordo Sobre Salvaguarda, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, constante do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio - GATT, adotado pela Lei nº 313, de 30 de julho de 1948. O Decreto se encontra disponível para acesso no site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (www.mdic.gov.br) na seção "Comércio Exterior", link "Defesa Comercial" opção "Consultas Públicas".

2. Eventuais sugestões deverão ser encaminhadas ao Departamento de Defesa Comercial - DECOM, por intermédio do e-mail salvaguardas@mdic.gov.br

3. No campo "assunto" do e-mail, deverá constar obrigatoriamente "Consulta Pública - Novo Decreto de Salvaguardas".

4. O conteúdo da mensagem deverá indicar claramente o nome do proponente, o endereço e o telefone, além de eventuais informações sobre órgãos, entidades ou empresas que represente, sendo vedada a apresentação de perguntas anônimas, conforme o artigo 5º, IV da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

5. As sugestões devem ser encaminhadas em arquivo anexo à mensagem eletrônica no formato ".doc" ou ".docx", devendo indicar clara e objetivamente as sugestões acerca da Portaria em questão.

6. A apresentação de sugestões não obriga a Secretaria de Comércio Exterior - SECEX a aceitá-las, no todo ou em parte.

7. Todas as sugestões recebidas em conformidade com o disposto nesta Circular serão analisadas em conjunto e não serão objeto de resposta escrita nem individualizada por parte da SECEX.

8. As sugestões enviadas em desacordo com o disposto nesta Circular não serão analisadas.

9. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 46, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, que dispõe sobre operações de comércio exterior, para incluir o art. 239-A.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 8.917, de 29 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica incluído o art. 239-A à Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, com a seguinte redação:

"Art. 239-A A emissão de certificados de origem pelas entidades de classe autorizadas deverá ser feita na forma de seus estatutos, vedada a atribuição dessa responsabilidade a pessoas que não lhe são vinculadas pelo estatuto ou contrato de emprego.

Parágrafo único. Admite-se a emissão de certificados subscritos por prepostos previamente constituídos por atos específicos da entidade de classe, que atuarão em seu nome e lugar."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 676, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos adicionais ao Município de Manfrinópolis/PR, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos adicionais ao Município de Manfrinópolis/PR, no valor de R$ 286.576,29 (duzentos e oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59051.000790/2015-65.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000393, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 677, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Marilac/MG, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Marilac/MG, no valor de R$ 1.870.151,18 (um milhão, oitocentos e setenta mil cento e cinquenta e um reais e dezoito centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.000212/2017-08.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000384, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA N. 678, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Vila Maria - RS, para execução de ações de Defesa Civil

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Vila Maria - RS, no valor de R$ 6.446.950,94 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.007645/2016-03.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Notas de Empenho n. 2017NE000404, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012; 2017NE000402, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012 e 2017NE000444, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela três parcelas, nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 679, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Salvaterra/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) a ser repassado para o Município de Salvaterra/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.005811/2017-18.

Art. 2º Autorizar o repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 2.400.000,00 (dois milhões quatrocentos mil reais), Nota de Empenho n. 2017NE000495, de 14/12/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0188, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 5.600.000,00 (cinco milhões seiscentos mil reais) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 680, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Uiraúna/PB, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 29.992.862,12 (vinte e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil oitocentos e sessenta e dois reais e doze centavos), a ser repassado para o Município de Uiraúna/PB, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.007376/2017-58.

Art. 2º Autorizar o repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 8.997.858,64 (oito milhões, novecentos e noventa e sete mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), Nota de Empenho n. 2017NE000488, de 13/12/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0100, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 20.995.003,48 (vinte milhões, novecentos e noventa e cinco mil três reais e quarenta e oito centavos) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 681, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Dom Pedro de Alcântara/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Dom Pedro de Alcântara/RS, no valor de R$ 134.453,01 (cento e trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e três reais e um centavo), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.001200/2017-92.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000414, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 682, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Capivari de Baixo/SC, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Capivari de Baixo/SC, no valor de R$ 85.116,65 (oitenta e cinco mil cento e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000022/2016-72.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000417, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela, nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

DESPACHO Nº 11

Processo Administrativo n. 59614.000214/2016-86 INTERESSADOS: CONSÓRCIO ECOPLAN-TECHNE-SKILL e o Ministério da Integração Nacional - Secretaria de Infraestrutura Hídrica- SIH. ASSUNTO: Apreciação do Recurso Administrativo, apresentado pela recorrente, em face da decisão administrativa que determinou a Rescisão Unilateral do Contrato n. 56/2012-MI. DECISÃO: Considerando o disposto no Despacho DPE, de 25 de outubro de 2017 (SEI 0658280), no Despacho CPRA, de 31 de outubro de 2017 (SEI 0672469), bem como com fundamento no PARECER n. 00505/2017/CONJUR-MI/CGU/AGU, conheço do recurso administrativo interposto, para, no mérito, negar-lhe provimento, de forma a manter inalterada a decisão prolatada.

HELDER BARBALHO
Ministro

CONSELHO DELIBERATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 60, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, PRESIDENTE DESTE CONSELHO DELIBERATIVO usando da atribuição que lhe confere o art. 42 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDAM e, em cumprimento a decisão do CONDEL em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de dezembro de 2017, em Belém-Pará, resolve:

Art. 1º - Promulgar a Proposição n. 94/2017, referente ao Ato n. 41, de 15/08/2017, do Presidente do Conselho Deliberativo da SUDAM que aprovou, ad referendum, as diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO para o exercício de 2018, observadas as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional, contidas na Portaria n. 435, de 11/08/2017, e com fundamento no Parecer Técnico n° 006/2017-CGEAP/DPLAN-SUDAM, de 14/08/2017.

Art. 2º - As prioridades do FNO no âmbito do Programa Financiamento Estudantil-FIES, de que trata o art. 15-J, II, "a" da Lei 10.260/2001 estão estabelecidas no Estudo Técnico Regional elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, aprovado por este CONDEL/SUDAM na 17ª Reunião Ordinária e passam a integrar as diretrizes e prioridades do FNO para 2018 referendadas no art. 1º desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

RESOLUÇÃO Nº 61, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, PRESIDENTE DESTE CONSELHO DELIBERATIVO usando da atribuição que lhe confere o art. 42 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDAM e, em cumprimento a decisão do CONDEL em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de dezembro de 2017, em Belém-Pará, resolve:

Art. 1º Promulgar a Proposição n. 95/2017, que trata da aprovação do Plano de Aplicação e dos Programas de Financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO para o exercício de 2018, com fundamento no Parecer Técnico n. 7/2017-CAF/CGFIN/DGFAI, de 25/10/2017, no Parecer Técnico n. 4/2017-CEP/CGEAP/DPLAN, de 16/10/2017, na Portaria n. 435, de 11/08/2017, alterada pela Portaria n. 617, de 21/11/2017, do Ministério da Integração Nacional, no Ato n. 41, de 15/08/2017 do Presidente do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/SUDAM), no Parecer Técnico n. 10/2017-CAF/CGFIN/DGFAI, de 28/11/2017 e no Parecer Conjunto n. 01/2017-SFRI-MI/SUDAM, de 28/11/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

RESOLUÇÃO Nº 62, DE DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, PRESIDENTE DESTE CONSELHO DELIBERATIVO usando da atribuição que lhe confere o art. 42 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDAM e, em cumprimento a decisão do CONDEL em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de dezembro de 2017, em Belém-Pará, resolve:

Art. 1º Promulgar a Proposição n. 96/2017, que trata sobre o Regulamento da Ouvidoria do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO, com fundamento no Relatório Técnico de 26/10/2017 do Comitê Provisório, instituído por meio da Resolução n. 59-CONDEL/SUDAM, de 03/07/2017.

Art. 2º O Regulamento da Ouvidoria do FNO é parte integrante desta Resolução e está disponível no site da SUDAM, no endereço www.sudam.gov.br

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

RESOLUÇÃO Nº 63, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, PRESIDENTE DESTE CONSELHO DELIBERATIVO usando da atribuição que lhe confere o art. 42 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDAM e, em cumprimento a decisão do CONDEL em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de dezembro de 2017, em Belém-Pará, resolve:

Art. 1º Promulgar a Proposição n. 97/2017, que trata sobre a aprovação da proposta de alteração na legislação concernente ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA, no sentido de resgatar a atratividade do Fundo, com fundamento no Relatório Técnico elaborado pelo Comitê Provisório instituído por meio da Resolução n. 56-CONDEL/SUDAM, de 03/07/2017.

Art. 2º O Relatório Técnico é parte integrante da presente Resolução e está disponível no site da SUDAM, no endereço www.sudam.gov.br

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

RESOLUÇÃO Nº 64, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, PRESIDENTE DESTE CONSELHO DELIBERATIVO usando da atribuição que lhe confere o art. 42 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDAM e, em cumprimento a decisão do CONDEL em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de dezembro de 2017, em Belém-Pará, resolve:

Art. 1º - Promulgar a Proposição nº 98/2017, que trata sobre a recondução do Comitê Provisório, instituído por meio da Resolução nº 58-CONDEL/SUDAM, de 03/07/2017, para conclusão do relatório, acerca da minuta de regulamento da aplicação de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) provenientes do retorno das operações de financiamento concedidas pelo FDA.

Art. 2º - Aprovar a inclusão dos membros a seguir elencados no referido Comitê Provisório:

-Governo do Estado de Rondônia: Zuleica Jacira Aires Moura.

-Governo do Estado do Amapá: Regina Celis Martins Ferreira.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, PRESIDENTE DESTE CONSELHO DELIBERATIVO usando da atribuição que lhe confere o art. 42 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDAM e, em cumprimento a decisão do CONDEL em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de dezembro de 2017, em Belém-Pará, resolve:

Art. 1º Promulgar a Proposição n. 100/2017, que trata da aprovação das áreas prioritárias para eleição de cursos na Região Amazônica nos financiamentos a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO, conforme disciplina o inciso II do parágrafo único do artigo 15-J da Lei n. 10.260, devidamente alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR, ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA, com fundamento no Estudo Técnico Regional elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM.

Art. 2º O Estudo Técnico Regional é parte integrante desta Resolução e está disponível no site da SUDAM, no endereço www.sudam.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 67, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, PRESIDENTE DESTE CONSELHO DELIBERATIVO usando da atribuição que lhe confere o art. 42 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDAM e, em cumprimento a decisão do CONDEL em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de dezembro de 2017, em Belém-Pará, resolve:

Art. 1º Promulgar a Proposição n. 101/2017, que trata da aprovação das Diretrizes e Prioridades do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA para o exercício de 2018, nos termos do anexo, contendo a nova modalidade de Financiamento Estudantil-FIES, com fundamento no Parecer n. 7/2017-CEP/CGEAP/DPLAN-SUDAM, de 17/11/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

ANEXO

DIRETRIZES E PRIORIDADES DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - FDA - EXERCÍCIO DE 2018

DIRETRIZES E PRIORIDADES DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-FDA, EXERCÍCIO DE 2018.

Na aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA, para o exercício 2018, com observância das orientações estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR, instituída pelo Decreto n. 6.074/2007 e do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA, consideradas as potencialidades e vocações econômicas da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, criada pela Lei Complementar n. 124/ 2007, serão observadas pela SUDAM as diretrizes e orientações gerais elencadas na Portaria do Ministério da Integração Nacional-MI n. 396/2017, de 10 de agosto de 2017, publicada em 15 de agosto de 2017, bem como serão considerados prioritários os setores da economia discriminados nos itens 1 a 4.

1. DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES GERAIS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Na formulação das Diretrizes e Prioridades do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) para o exercício de 2018, foram observadas as diretrizes e orientações gerais de acordo com a Portaria n. 396, de 10 de agosto de 2017, do Ministério da Integração Nacional, publicada no DOU em 15 de agosto de 2017.

2. DIRETRIZES E PRIORIDADES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

2.1 Diretrizes

As Diretrizes a serem adotadas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) para o exercício de 2018 seguem as definidas na Portaria n. 396, de 10 de agosto de 2017, do Ministério da Integração Nacional, publicada no DOU em 15 de agosto de 2017.

2.2 Prioridades Setoriais

Prioridades:

1. Infraestrutura e Estruturante:

1.1. Saneamento básico - abastecimento de água e esgotamento sanitário;

1.2. Produção e distribuição de gás e gasoduto;

1.3 Transportes - rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos;

1.4. Portos, terminais, armazéns e centros de distribuição;

1.5 Telecomunicações;

1.6. Produção, refino e distribuição de petróleo e seus derivados e de biocombustíveis;

1.7. Geração, transmissão e distribuição de energia;

1.8. Indústria naval, inclusive fabricação de peças e componentes;

1.9. Indústria de verticalização mínero-metalúrgica;

1.10.Transporte de carga intermodal;

1.11 Infraestrutura urbana - inclusive implantação de Centros Administrativos, para atender à prestação de serviços ofertados pelo poder público, obedecendo aos princípios de sustentabilidade.

2. Setores Tradicionais:

2.1Agricultura, fruticultura, floricultura, florestamento e reflorestamento com uso de espécies nativas e exóticas;

2.2 Agropecuária, em áreas de vocação agropastoril, comprovadas por zoneamento ecológico-econômico, executado ou em execução;

2.3. Projeto integrado lavoura-pecuária e lavoura-pecuária-floresta;

2.4. Agroindústria;

2.5. Pesca, aquicultura e indústria de beneficiamento de pescado;

2.6. Indústria madeireira, desde que os insumos sejam originados de projetos de manejo ou reflorestamento, observada a legislação ambiental;

2.7. Indústria extrativa de minerais metálicos e não metálicos, representados por complexos produtivos para o aproveitamento desses recursos;

2.8. Indústria de transformação, abrangendo os seguintes grupos:

2.8.1. Couros, peles, calçados e artefatos;

2.8.2. Plásticos e seus derivados;

2.8.3. Têxtil, inclusive artigos de vestuário;

2.8.4. Fabricação de máquinas, ferramentas, aparelhos, equipamentos e sistemas eletrônicos dedicados à automação industrial e controle de processos produtivos e outras máquinas e equipamentos específicos, (exclusive armas, munições e equipamentos bélicos);

2.8.5. Minerais não metálicos, metalurgia, siderurgia, mecânica, material elétrico e de comunicação;

2.8.6. Químicos (excluídos os explosivos) e petroquímicos;

2.8.7. Papel, papelão, celulose e pastas de papel e papelão, desde que os insumos sejam originados de projetos de manejo ou reflorestamento, observada a legislação ambiental;

2.8.8. Móveis e artefatos de madeira e outros materiais;

2.8.9. Alimentos, inclusive carnes e seus derivados, e bebidas;

2.8.10. Fabricação de embalagem e acondicionamentos;

2.8.11. Indústria de cimento, artefato de cimento e materiais de construção;

2.8.12. Indústria de reciclagem, inclusive de papel, plástico e metais;

2.8.13. Fabricação de veículos automotores, inclusive peças e componentes.

3. Setores com Ênfase na Inovação Tecnológica:

3.1. Fabricação de equipamentos de instrumentação médico hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, insumos e equipamentos para saúde;

3.2. Bioindústria, compreendendo indústria farmacêutica, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos;

3.3. Biotecnologia;

3.4. Mecatrônica;

3.5. Nanotecnologia;

3.6. Informática (Hardware e Software) e comunicação;

3.7. Eletroeletrônico, inclusive seus componentes;

4. Serviços

4.1. Turismo, considerado os empreendimentos hoteleiros, apart hotel, centros de convenções e outros projetos, componentes das atividades da cadeia regional do turismo;

4.2. Transporte regional de passageiros, aeroviário, hidroviário e rodoviário;

4.3. Hospitais, clínicas e laboratórios, condicionado a previsão no contrato de financiamento de no mínimo 10% das vagas para o Sistema Único de Saúde;

4.4. Logística, nos segmentos de armazenagem, centros de distribuição e transporte.

4.5. Educação, quando destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos, nos termos do Art. 1º, da Lei n.10.260, de 12 de julho de 2001, alterada pela Medida Provisória n. 785, de 2017.

RESOLUÇÃO Nº 68, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, PRESIDENTE DESTE CONSELHO DELIBERATIVO usando da atribuição que lhe confere o art. 42 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDAM e, em cumprimento a decisão do CONDEL em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de dezembro de 2017, em Belém-Pará, resolve:

Art. 1º Promulgar a Proposição n. 102/2017, que trata do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO no 1º Semestre de 2017, com fundamento no Parecer Técnico n. 5/2017-CEP/CGEAP/DPLAN-SUDAM, de 25/10/2017 e Parecer/SUDAM de 01/11/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, PRESIDENTE DESTE CONSELHO DELIBERATIVO usando da atribuição que lhe confere o art. 42 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDAM e, em cumprimento a decisão do CONDEL em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de dezembro de 2017, em Belém-Pará, resolve:

Art. 1º Promulgar a Proposição n. 103/2017, que trata sobre a aprovação do calendário de reuniões do CONDEL/SUDAM para o exercício de 2018, que funcionará apenas como indicativo cronológico das respectivas reuniões, com fundamento no art. 12, § 3º do Regimento Interno do CONDEL.

Art. 2º O calendário de reuniões do CONDEL para 2018 é parte integrante da presente Resolução e está disponível no site da SUDAM, no endereço www.sudam.gov.br

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, PRESIDENTE DESTE CONSELHO DELIBERATIVO usando da atribuição que lhe confere o art. 42 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDAM e, em cumprimento a decisão do CONDEL em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 01 de dezembro de 2017, em Belém-Pará, resolve:

Art. 1º Promulgar a Proposição n. 104/2017, que trata sobre a aprovação da Moção de apoio à prorrogação de prazo para concessão dos incentivos fiscais na Amazônia, na forma do anexo, visando garantir o prosseguimento dos avanços já registrados na Política de Desenvolvimento Regional, requerendo urgência nos trâmites legislativos das matérias que tratam do assunto, devendo dessa forma ser alterado o art. 114 § 4º da Lei 13.473, de 8 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

ANEXO I

MOÇÃO DE APOIO A PRORROGAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS NA AMAZÔNIA

Apresentamos a Vossa Excelência a presente moção de apoio à prorrogação dos incentivos fiscais na Amazônia, a ser encaminhada ao Presidente da Republica pelos motivos expostos a abaixo:

O Governo Federal, comprometido com a erradicação da pobreza e das desigualdades regionais, tem enfrentado incessantemente estes obstáculos e desencadeado ações concretas voltadas à mudança do cenário de carência que ainda permeia em diversas regiões do País.

Para tanto foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, que reúne um conjunto estruturado de ações geradoras de modelos consistentes de programas, de maneira a assegurar o desenvolvimento regional com sustentabilidade.

A SUDAM, por seu turno, como braço do Governo Federal e do Ministério da Integração Nacional na implementação de sua política desenvolvimentista, desde sua recriação, em 2007, vem contribuindo de forma decisiva para o alcance das metas da Política Nacional de desenvolvimento Regional, envidado esforços em várias frentes de combate, tendo conquistado significativos avanços no rumo das metas estabelecidas.

É notória a importância dos incentivos fiscais para a Amazônia, que ao longo de sua aplicação atraiu e ajudou a manter em operação cerca de 780 empresas, que aplicaram aproximadamente 95 Bilhões de Reais, gerando cerca de 700 mil empregos diretos e indiretos, investimentos estes que contribuíram fortemente para a formação bruta de capital fixo na Amazônia, garantindo, nos últimos anos, o crescimento do PIB regional superior à média nacional.

Todavia, mesmo considerando o expressivo avanço registrado no desenvolvimento regional, nos últimos anos, na conquista de metas e na atenuação do estado de carência instalado na Região, é evidente que ainda há muito a se fazer para reverter o quadro desfavorável da qualidade de vida das regiões mais pobres da Amazônia, em explícito contraste com o grande potencial de riqueza derivado da exuberante diversidade amazônica.

ANEXO II

Nesse passo, não resta dúvidas que a política de Incentivos Fiscais administrados pela SUDAM, vem contribuindo em larga escala para mudança do panorama de desenvolvimento da Região Amazônica, proporcionando condições mais equânimes de concorrência no mercado às empresas aqui instaladas, de maneira que a ampliação do prazo de vigência desses benefícios cria, de fato, a expectativa positiva da possibilidade de seu usufruto em espaço de tempo compatível com a viabilidade operacional dos empreendimentos, no horizonte temporal das ações deflagradas pela nova SUDAM.

Face ao exposto, este Conselho Deliberativo - CONDEL/SUDAM vem manifestar total apoio à prorrogação dos prazos para concessão dos incentivos fiscais na Amazônia, pelo prazo de 20 (vinte) anos, devendo ser alterado o art. 114 § 4º da Lei 13.473, de 8 de agosto de 2017, com vistas a garantir o prosseguimento dos avanços já registrados na Política de Desenvolvimento Regional, requerendo urgência nos trâmites legislativos das matérias que tratam do assunto, a fim de minimizar os prejuízos ocasionados pela incerteza da vigência dos citados benefícios, cenário que já se observa no âmbito da política da atração de investimentos à Região.

Belém- PA, 01 de dezembro de 2017

Helder Zahluth Barbalho - Ministro

Ministério da Integração

Zequinha Marinho - Vice-Governador

Governo do Estado do Pará

Paulo Roberto Correa da Silva - Superintendente

Superintendência do desenvolvimento da Amazônia - SUDAM

Confúcio Aires Moura - Governador

Governo do Estado de Rondônia

ANEXO DA RESOLUÇÃO N. 70/2017

Claudia Martins Lelis - Vice - Governadora

Governo do Estado do Tocantins

João Bosco Papaléo Paes - Vice-Governador

Governo do Estado do Amapá

Amazonino Armando Mendes - Governador

Governo do Estado do Amazonas

Marivaldo Gonçalves de Melo - Conselheiro Titular

Banco da Amazônia

Carlos Fernandez Xavier

Confederação Nacional da Agricultura - CNA

Carlos Augusto Santos Silva - Conselheiro Titular

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG
Jairo Soares Mariano - Conselheiro Titular
Confederação Nacional de Municípios - CNM
José Conrado Azevedo Santos - Conselheiro Titular
Confederação Nacional da Indústria - CNI
Zenaldo Coutinho Júnior - Conselheiro Titular
Frente Nacional de Prefeitos-FNP
Marivaldo Nazareno Vieira da Silva - Conselheiro Titular
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI

RESOLUÇÃO Nº 71, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, PRESIDENTE DESTE CONSELHO DELIBERATIVO usando da atribuição que lhe confere o art. 42 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDAM e, em cumprimento a decisão do CONDEL em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 01 de dezembro de 2017, em Belém-Pará, resolve:

Art. 1º Promulgar a Proposição n. 105/2017 referente às Disposições Gerais e Diretrizes Normativas do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA, na forma do anexo a esta resolução, como fonte de recursos da modalidade do FIES, que trata o art. 15-D da Lei n. 10.260, de 12/07/2001, com a redação alterada pela Lei n. 13.530, de 07/12/2017 - Programa de Financiamento Estudantil, que orientará a elaboração pela SUDAM da proposta de regulamento para financiamentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA, na modalidade do Programa de Financiamento Estudantil no âmbito do FIES.

Art. 2º O anexo da presente Resolução será disponibilizado no site da SUDAM, no endereço: www.sudam.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

ANEXO

Disposições Gerais e Diretrizes Normativas do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA como fonte de Recursos do Programa de Financiamento Estudantil, Modalidade do FIES, de que trata o Art. 15-D da Lei n° 10.260, de 12 de julho de 2001.

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º O Programa de Financiamento Estudantil com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA-Fies, instituído pela Medida Provisória n. 785, de 6 de julho de 2017, tem por finalidade assegurar recursos para a realização de investimentos no financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos na área de atuação da Sudam.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo da Sudam disporá sobre as prioridades de aplicação dos recursos na modalidade FDA-Fies.

Dos Recursos

Art. 2º As dotações para os financiamentos de que trata o art. 1º não excederão vinte por cento do orçamento do FDA, conforme definido em regulamento, pelo prazo de cinco anos, contado da data de entrada em vigor da Medida Provisória n. 785, de 6 de julho de 2017, nos termos do § 4º do art. 118 da Lei no 13.408, de 26 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo da Sudam definirá, anualmente, o percentual do orçamento do Fundo, que será aplicado no Programa de Financiamento Estudantil - FDA-Fies no exercício seguinte.

Das Despesas do FDA-Fies

Art. 3º A proposta de regulamento de que trata o art. 9º destas disposições gerais poderá conter percentual, a título de remuneração à SUDAM por sua gestão, a ser destinado exclusivamente para atividades relacionadas ao planejamento, avaliação e divulgação do Fundo.

Da Gestão do FDA-Fies

Art. 4o Compete aos demais órgãos da SUDAM:

I - estabelecer os critérios para definir as instituições financeiras que poderão atuar como Agente Operador do Fundo na modalidade definida no art. 1º;

II - elaborar estudo técnico que deverá identificar as carências efetivas ou potenciais do mercado de trabalho na região, assim como as vocações produtivas regionais e locais, de modo a apontar os cursos prioritários, de acordo com o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA, para efeito da definição do rol de cursos de que trata o § 2º do art. 15-D da Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001;

III - autorizar as instituições financeiras a operacionalizarem os recursos do Fundo na modalidade FDA-Fies, mediante celebração de termo de adesão;

IV - aprovar as liberações de recursos, nos termos do Regulamento;

V - editar atos complementares para a execução do Regulamento; e,

VI - realizar os demais atos de gestão relativos ao FDA na modalidade FDA-Fies.

Do Agente Operador

Art. 5º Compete aos Agentes Operadores:

I - negociar os aspectos de contratação dos financiamentos, observados os critérios e as condições estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional;

II - formalizar as contratações e aditamentos junto aos estudantes;

III - a administração dos contratos;

IV - fiscalizar e comprovar as informações prestadas pelo proponente;

V - solicitar aos fundos de desenvolvimento a liberação de recursos financeiros em favor dos proponentes;

VI - efetuar a liberação de recursos em favor dos proponentes;

VII - restituir os valores devidos, referentes à amortização, juros e devoluções, ao fundo de origem do recurso, no prazo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

VIII - o monitoramento e controle da inadimplência;

IX - a cobrança e execução dos contratos inadimplentes;

X - apresentar ao Ministério da Educação e à SUDAM, até o décimo dia de cada mês, relatório referente aos contratos vigentes, renegociados e liquidados no mês anterior, o qual conterá, no mínimo:

a) número do contrato
b) nome do devedor
c) saldo devedor
d) valor renegociado ou liquidado;
e) quantidade e valor de prestações;
f) taxa de juros; e,
g) valor referente à amortização e às taxas de juros cobradas pelo FDA-Fies;

XI - assumir cem por cento do risco de crédito em cada operação.

XII - apresentar prestação de contas anual da administração do FDA-Fies, que deverá conter relatório das operações realizadas.

Das Garantias e Salvaguardas

Art. 6º Os financiamentos a serem concedidos com recursos do FDA terão as garantias definidas pelo agente operador, conforme sua política de crédito.

Das Características das Operações de Crédito

Art. 7º O prazo máximo de vencimento das operações, incluído o período máximo de carência, os critérios e as condições dos financiamentos serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 8º A proposta de que trata o art. 9º deverá definir a periodicidade dos repasses dos recursos do FDA aos Agentes Operadores.

Dos Atos Complementares

Art. 9º Fica estabelecido que a SUDAM, encaminhará ao CONDEL, proposta de Regulamento para concessão de financiamento com recursos do FDA, na modalidade do Programa de Financiamento Estudantil no âmbito do FIES, estabelecendo critérios e condições gerais, em consonância as regulamentações do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-Fies e do Conselho Monetário Nacional.

Da Avaliação dos Resultados

Art. 10º As instituições envolvidas na operacionalização do Programa de Financiamento Estudantil com recursos do FDA deverão enviar informações à SUDAM, em prazo e forma a serem estabelecidos no regulamento de que trata o art. 9º, para fins de avaliação de eficiência, eficácia e efetividade da aplicação dos recursos.

Art. 11. A SUDAM encaminhará ao CONDEL, em prazo e forma a serem estabelecidos no regulamento de que trata o art. 9º, análise anual do impacto na sustentabilidade orçamentária do Fundo da aplicação dos recursos do FDA na modalidade FDA-FIES.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 266, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e, ainda, a publicação da Portaria n. 638, de 7 de dezembro de 2017, que autorizou o empenho e a transferência de recursos complementares, e o contido no Processo Administrativo n. 59050.001073/2011-37, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 34, de 26 de janeiro de 2012, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Balneário Piçarras - SC, para ações de Defesa Civil, para até 20/06/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 267, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e, ainda, a publicação da Portaria n. 638, de 7 de dezembro de 2017, que autorizou o empenho e a transferência de recursos complementares, e o contido no Processo Administrativo n. 59050.001398/2014-62, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 454, de 21 de dezembro de 2016, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Governo do Estado de Rondônia - RO, para ações de Defesa Civil, para até 21/03/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.183, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Regimento Interno da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e o art. 6º do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1° Fica aprovado o Regimento Interno da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, nos termos do art. 6º, parágrafo único, do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, é o constante do Anexo III à Portaria nº 820, de 29 de setembro de 2017.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS E PARLAMENTARES

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA FINALIDADE

Art. 1º A Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares - AFEPAR, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, compete:

I - participar do processo de articulação com o Congresso Nacional nos assuntos de competência do Ministério, observadas as competências dos órgãos que integram a Presidência da República, providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados, além de acompanhar a tramitação legislativa dos projetos de interesse do Ministério;

II - participar do processo de interlocução com os Governos estaduais, distrital e municipais, as assembleias estaduais, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as câmaras municipais nos assuntos de competência do Ministério, com o objetivo de assessorá-los em suas iniciativas externas e de providenciar o atendimento às consultas formuladas, observadas as competências dos órgãos que integram a Presidência da República; e

III - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares - AFEPAR tem a seguinte estrutura:

I - Coordenação-Geral de Assuntos Federativos e Parlamentares - CGAFP:

a) Coordenação de Análise e Acompanhamento Legislativo - CAAL:

1. Divisão de Acompanhamento Legislativo - DAL; e

1.1. Serviço de Acompanhamento Parlamentar - SEAP.

Art. 3º A Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares será dirigida por Chefe de Assessoria; a Coordenação-Geral, por Coordenador-Geral; e a Divisão e o Serviço, por Chefes, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no caput serão substituídos em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º À Coordenação-Geral de Assuntos Federativos e Parlamentares compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de interlocução do Ministério com as Casas do Congresso Nacional, no que se refere ao processo legislativo das proposições em tramitação, observadas as competências essenciais da Secretaria de Governo da Presidência da República;

II - intermediar o relacionamento entre as autoridades do Ministério, os Parlamentares federais e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo Estadual, Distrital e Municipal;

III - acompanhar e examinar matérias e pronunciamentos de parlamentares no âmbito dos plenários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional e das Comissões, relacionadas a interesses do Ministério;

IV - assistir e acompanhar o Ministro e as demais autoridades do Ministério quando comparecerem ao Congresso Nacional e em audiências concedidas a parlamentares;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - acompanhar, sugerir e apoiar as atividades da agenda do Ministro que envolvam parlamentares federais, ou que envolvam representantes dos Poderes Executivo e Legislativo Estadual, Distrital ou Municipal;

VI - solicitar às unidades do Ministério a elaboração de pareceres, notas ou estudos técnicos sobre as proposições legislativas em tramitação nas Casas do Congresso Nacional, atinentes às matérias de interesse do Ministério;

VII - encaminhar e coordenar, junto às unidades do Ministério, o atendimento das demandas do Poder Legislativo e dos representantes dos Poderes Executivos federal, estadual, distrital e municipal, submetendo ao Ministro as respostas elaboradas;

VIII - assessorar o Ministro na interlocução com os órgãos da Presidência da República, em especial as Subchefias de Assuntos Federativos e de Assuntos Parlamentares, vinculadas à Secretaria de Governo;

IX - subsidiar o Gabinete do Ministro e as Secretarias do Ministério no encaminhamento das demandas parlamentares de Estados, do Distrito Federal e de Municípios visando apoiar processos de cooperação e facilitar o acesso às ações e aos programas do Ministério;

X - acompanhar a execução de Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada, consignadas no Orçamento-Geral da União, destinadas ao Ministério e às rntidades a ele vinculadas; e

XI - controlar o patrimônio e o uso de materiais de escritório e a manutenção dos equipamentos da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares.

Art. 6º À Coordenação de Análise e Acompanhamento Legislativo compete:

I - acompanhar e analisar a tramitação das proposições de interesse do Ministério na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, no Congresso Nacional e em suas respectivas Comissões;

II - coordenar e organizar o fluxo de atendimento a solicitações, requerimentos e indicações parlamentares, em observância aos prazos estabelecidos;

III - consolidar pareceres e notas técnicas referentes a proposições legislativas, indicações parlamentares a serem encaminhadas à Secretaria de Governo e à Casa Civil da Presidência da República;

IV - consolidar os pareceres e notas técnicas referentes aos requerimentos de informação a serem encaminhados às Primeiras-Secretarias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e

V - organizar, registrar e controlar documentos, processos e arquivos da Assessoria e executar a tramitação e expedição de processos e documentos em geral.

Art. 7º À Divisão de Acompanhamento Legislativo compete:

I - elaborar a sinopse de pronunciamentos dos parlamentares e de outros assuntos de interesse do Ministério ocorridos no âmbito do Congresso Nacional;

II - acompanhar a tramitação das matérias de interesse do Ministério nas Casas do Congresso Nacional e em suas Comissões; e

III - elaborar e revisar documentos afetos à Assessoria.

Art. 8º Ao Serviço de Acompanhamento Parlamentar compete:

I - prestar apoio às atividades da assessoria junto à Câmara dos Deputados e ao Senado; e

II - assistir os gabinetes parlamentares prestando informações sobre a tramitação de documentos e processos em análise no Ministério.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 9º Ao Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares compete:

I - coordenar, dirigir, planejar, supervisionar e controlar as atividades da Assessoria;

II - requerer informações aos órgãos de assistência direta e imediata, específicos singulares, colegiados e às entidades vinculadas ao Ministério, para fins de cumprimento das atividades da Assessoria previstas neste Regimento;

III - propor o estabelecimento de normas e procedimentos que visem à melhoria e ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho;

IV - decidir ou opinar sobre os assuntos de sua competência;

V - praticar demais atos inerentes ao exercício de suas atividades; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Ministro.

Art. 10. Ao Coordenador-Geral compete:

I - assistir o Chefe da Assessoria nos assuntos de sua competência;

II - orientar, coordenar, planejar, supervisionar e controlar as atividades a cargo da unidade sob sua direção;

III - adotar ou propor medidas que objetivem o aperfeiçoamento dos serviços afetos à Coordenação-Geral;

IV - opinar sobre as assuntos de sua responsabilidade;

V - emitir informações, notas e pareceres de natureza técnica nos assuntos pertinentes à sua área de atuação;

VI - praticar outros atos administrativos necessários à consecução de suas atribuições; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Chefe da Assessoria.

Art. 11. Aos Coordenadores compete:

I - assistir o Chefe e o Coordenador-Geral da Assessoria nos assuntos de sua competência;

II - orientar, coordenar, planejar, supervisionar e controlar as atividades a cargo da unidade sob sua direção;

III - adotar ou propor medidas que objetivem o aperfeiçoamento dos serviços afetos à Coordenação;

IV - opinar sobre os assuntos de sua responsabilidade;

V - emitir informações, notas e pareceres de natureza técnica nos assuntos pertinentes à sua área de atuação;

VI - praticar outros atos administrativos necessários à consecução de suas atribuições; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Chefe da Assessoria.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. Aos servidores com funções não especificadas neste Regimento caberá executar as atribuições que lhe forem cometidas por seus superiores imediatos.

Art. 13. Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento, outras poderão ser cometidas aos órgãos e servidores pela autoridade competente, com o propósito de cumprir a finalidade da Assessoria Especial.

Art. 14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Ministro de Estado.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 160, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dia: 19.12.2017
Hora: 14:06
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente, até que reste uma opção, mantendo-se, desta forma, uma distribuição numericamente igualitária entre os Conselheiros. A distribuição iniciará sem o nome do Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo, Mauricio Oscar Bandeira Maia e Polyanna Ferreira Silva Vilanova que nos últimos blocos de sorteio - nas 158ª e 159ª Sessões Ordinárias de Distribuição e 65ª Sessão Extraordinária de Distribuição - foram os relatores sorteados.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

Ato de Concentração nº 08700.004163/2017-32

Requerentes: Grupo Petrotemex, S.A. de C.V. e Petróleo Brasileiro S.A.

Advogados: Barbara Rosenberg, Alex Azevedo Messeder e outros

Terceiro Interessado: M&G Polímeros Brasil S.A.
Advogados: Juliano Maranhão e outros
Relatora: Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

RETIFICAÇÃO

No DOU nº 242, de 19-12-2017, Seção 1, página 138, na identificação, onde se lê: Despachos de 8 de dezembro de 2017, leia-se: Despachos de 18 de dezembro de 2017.

(p/Coejo)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 5.575, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83744 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0136-28, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.931, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89843 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0128-18, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.369, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95991 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO BOA VISTA SHOPPING, CNPJ nº 06.261.948/0001-87 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.384, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/72596 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONSTRUTORA SUCESSO S/A, CNPJ nº 09.588.906/0001-43 para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 2527/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.387, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/84728 - DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.657.361/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2364/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.409, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/86577 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0163-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Piauí com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2529/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0163-09) e nº 2441/2017 (CNPJ nº 17.428.731/0164-81).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 6.411, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97063 - DPF/PTS/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0065-08, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

96 (noventa e seis) Munições calibre 38

630 (seiscentas e trinta) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.500, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98685 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MOBIBRASIL EXPRESSO S/A, CNPJ nº 18.938.887/0001-29 para atuar em Pernambuco.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.518, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98055 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 68.317.817/0007-17, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Revólveres calibre 38

108 (cento e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.526, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98069 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 68.317.817/0004-74, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9 (nove) Revólveres calibre 38

162 (cento e sessenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.594, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83669 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARQUES & MARQUES SEGURANÇA E VIGILÂNCIA - EIRELI, CNPJ nº 05.312.093/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2590/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.596, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91660 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0007-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2491/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.638, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98045 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TREVO CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI-ME, CNPJ nº 04.592.987/0001-31 para atuar no Espírito Santo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.707, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98414 - DPF/PFO/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa HELP EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.309.155/0001-00, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

594 (quinhentas e noventa e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.710, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/85040 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AGROSEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.737.376/0001-50, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Espingardas calibre 12

12 (doze) Pistolas calibre .380

6 (seis) Revólveres calibre 38

540 (quinhentas e quarenta) Munições calibre .380

144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 12

90 (noventa) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.712, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95168 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa XERIFE VIGILÂNCIA EIRELI EPP, CNPJ nº 09.543.683/0001-06, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Da empresa cedente RIMA SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 09.081.459/0001-31:

17 (dezessete) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente RIMA SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 09.081.459/0001-31:

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.722, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/47104 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa A.A.RIBEIRO THAINES, CNPJ nº 05.912.493/0001-50, para atuar no Acre.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.738, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89252 - DPF/IJI/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GST SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 10.519.744/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2692/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.739, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97324 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASÍLIA EMPRESA DE SEGURANÇA S/A, CNPJ nº 02.730.521/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 2700/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.743, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98423 - DPF/MBA/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATLANTICA SEGURANÇA TECNICA LTDA, CNPJ nº 06.420.079/0002-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2688/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.751, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/81031 - DPF/CAC/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA, CNPJ nº 76.093.731/0001-90 para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2660/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 6.755, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/102824 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

AUTORIZAR a empresa SAVANA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ Nº 08.782.239/0001-72, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser SAVANA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.761, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/82294 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ESCOLHA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 27.180.357/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2470/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.762, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83769 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALFAVIN SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.812.291/0001-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2507/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.765, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/88909 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

AUTORIZAR a empresa ALFASEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ Nº 06.029.385/0001-04, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser ALFASEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.771, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95061 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ENSEL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 93.130.490/0001-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2703/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.773, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97569 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NETSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.059.160/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2685/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.774, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97710 - DPF/ANS/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DEFENSIVA F. FREITAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 16.649.674/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2606/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 1.270, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável e, em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares, a seu substituto legal, para, observadas disposições legais e regulamentares, Ordenar Despesas dos recursos provenientes da Renda do Patrimônio Indígena no âmbito da sede desta Fundação.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 23/PRES, de 13 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHOS DO DIRETOR ADJUNTO

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 02/04/2013, Seção 1, página 34. Processo nº 08505.050442/2011-99 - KIRAN DULICHAND PATIL V593321-Z

INDEFIRO o recurso, tendo em vista que o(a) interessado(a) não cumpriu a exigência encaminhada e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 22/01/2013, Seção 1, pag. 15. Processo nº 08433.016867/2009-45 - BABACAR SENE 9810802-Z

ANDRE ZACA FURQUIM

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO os pedidos de Autorização de Residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Outrossim, informo que os estrangeiros deverão ser notificados, considerando o disposto no art. 176, § 1º, do Decreto nº 9.199/2017, abaixo relacionados:

Processo nº 08506.005704/2017-46 - SUNA PAN
Processo nº 08506.005705/2017-91 - SHEFU HE
Processo nº 08460.003405/2017-41 - JIANGAN ZHEN
Processo nº 08000.004214/2017-13 - XICHENG LI
Processo nº 08460.004071/2017-22 - HEDVALSON ISEQUIEL SAMUEL DA SILVA
Processo nº 08506.004944/2017-23 - CHUNMEI WU
Processo nº 08460.306397/2016-19 - ELIZABETH TEJEDA
Processo nº 08000.032371/2017-19 - MARIANO CALABRESE

DEFIRO os pedidos de Autorização de Residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, abaixo relacionados:

Processo nº 08506.005993/2017-83 - SICHAO LUO
Processo nº 08460.001677/2017-14 - DELCIO CLAUDIO DA SILVA VASCO
Processo nº 08460.015042/2017-96 - RAFFAELLE D"AMODIO
Processo nº 08505.032526/2017-36 - KENNY PIRES MENDES
Processo nº 08460.009276/2017-02 - MAIOMONA DIANZENZA PAULINA
Processo nº 08354.000880/2017-72 - XIAOMIN HUANG

DEFIRO o pedido de transformação da residência temporária em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente. Processo nº 08389.013320/2017-81 - CRISTINO PEREIRA NUNEZ

DEFIRO o pedido de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

Processo nº 08389.012856/2017-89 - ALBERTO ULISES CARRASCO, GLADYS NORMA BEATRIZ NOVERI, LUCAS ARIEL CARRASCO, LAUTARO JAVIER CARRASCO

Determino o arquivamento do presente processo diante da solicitação da parte interessada. Processo nº 08436.000867/2017-11 - SILVANA FRANÇA

Determino o arquivamento do presente processo, conforme o disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão de Processos Migratórios.

Processo nº 08460.013298/2017-69 - LI ZHUOJI
Processo nº 08501.006886/2017-12 - HAIPING LING, CUILAN LIU
Processo nº 08505.028698/2017-13 - GABRIEL EBUKA DURU
Processo nº 08506.013207/2017-11 - DANIEL FELIPE CARDONA VILLADA
Processo nº 08460.015990/2017-21 - YUJING GU
Processo nº 08460.011985/2017-40 - VANI EVITE KIMFUMU
Processo nº 08505.025259/2017-41 - THADDEUS CHUKWUKA EZEOKEKE
Processo nº 08506.009181/2017-15 - VERONICA MAMANI MAMANI
Processo nº 08460.007869/2017-26 - MIAOLI WU
Processo nº 08460.009597/2017-07 - FRANCISCO JOAQUIM PAULO
Processo nº 08460.009481/2017-60 - AIZHEN LI
Processo nº 08386.004181/2017-24 - ELVER ANDRES RIOS FRANCO
Processo nº 08505.324455/2016-14 - GEOFFRY ONYEDIKA ANI
Processo nº 08506.005679/2017-09 - JOSE DE JESUS BARRIOS MIRANDA
Processo nº 08505.309515/2016-79 - YMAD ILYAN
Processo nº 08240.303079/2016-82 - MARIE ESTHER MERCY
Processo nº 08506.002356/2017-55 - JINKUN ZHU
Processo nº 08354.006458/2016-40 - XIAOWEI QIU
Processo nº 08506.001540/2017-88 - CESAR MANUEL ANTONIO JORQUEIRA ZAMORA
Processo nº 08506.017715/2016-98 - MODISO MONGIO ARIANA
Processo nº 08460.305418/2016-71 - GERMANO DO ROSÁRIO BARBOSA
Processo nº 08338.000566/2016-15 - AL KARIM PAROS
Processo nº 08241.001478/2016-00 - PEDRO EDSON DOS SANTOS SANTILLANA
Processo nº 08460.031085/2016-38 - NWATHA KUWA
Processo nº 08460.032926/2013-81 - DEREK THEODORE GRAETZ
Processo nº 08354.005701/2011-06 - RENATO ALÉXIS VIVEROS SIFON
Processo nº 08460.011858/2017-41 - MERVEILLE MUNDI MAYALA
Processo nº 08506.020593/2014-55 - GUNNAR KNUT SCHMELING
Processo nº 08709.009594/2016-24 - BERNARDO VALENTIM
Processo nº 08240.007133/2017-42 - LUIS ADAN MUNOZ MUNOZ
Processo nº 08389.003388/2017-51 - ARON RIZZELLO ESPINOLA
Processo nº 08354.000158/2017-38 - DAVID ANGEL ASPIAZUI CACERES

GUSTAVO DE PAULA PORTO FERNANDES PEIXOTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.474, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Estados e Municípios a receberem recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Unico de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fica a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 3 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 3 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40 § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Estados Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	COD.EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	SANTANA DO IPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - (FMS) DE SANTANA DO IPANEMA	19433048000117007	35420003 25790002	22.180,00 317.820,00	340.000,00	10302201585350027
BA	ANDARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11690819000117011	13550002	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	BARROCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13859767000117011	37380005	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	BOQUIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOQUIRA	11527599000117006	24710007	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	BROTAS DE MACAUBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11419963000117005	24710007	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	CACULE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CACULE	12419478000117001	37380005	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	CARAVELAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11480871000117004	27460002	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	COTEGIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10413214000117008	27390006	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	ENTRE RIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	13612531000117003	27420005	340.000,00	340.000,00	10302201585350029
BA	ENTRE RIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	13612531000117009	27420005	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	ERICO CARDOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERICO CARDOSO	11243801000117001	31660008	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	FEIRA DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11373944000117004	27390006	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	LAPAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11339813000117002	30910006	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	MANSIDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	11363476000117005	27390006	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13167503000117002	13550002	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	WANDERLEY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11331128000117001	27390006	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
CE	APUIARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APUIARES	11901982000117002	27000004	170.000,00	170.000,00	10302201585350023
CE	CARNAUBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CARNAUBAL-CE	13832199000117002	37330004	170.000,00	170.000,00	10302201585350023
CE	CRATEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRATEUS CE	11341165000117010	20700007	170.000,00	170.000,00	10302201585350023
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	FMS- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.	09288947000117007	34460007 30930002	170.000,00 340.000,00	510.000,00	10302201585350032
ES	IUNA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	10700103000117002	30930002	170.000,00	170.000,00	10302201585350032
GO	CALDAS NOVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	05593119000117012	37210003	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	CAMPINACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINACU	11313891000117012	29690009	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	CIDADE OCIDENTAL	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CIDADE OCIDENTAL	11332874000117702	29350001	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	COCALZINHO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11337362000117005	29350001	340.000,00	340.000,00	10302201585350052
GO	CORREGO DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11319184000117007	20210006	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	IACIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F M S	11336696000117005	36720010	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	INACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - INACIOLANDIA	11474036000117001	20210006	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	INDIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11457539000117002	31030004	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	INDIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11457539000117004	30810005	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	MAURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAURILANDIA	11483837000117005	19610011	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE ALEGRE DE GOIAS	09526201000117003	36720010	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	NOVO GAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10936853000117017	30700005	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	PALMEIRAS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE -FMS	11168270000117007	29270008	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	PALMINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMINOPOLIS	11366503000117003	32650002	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	PANAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11244505000117002	20210006	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	POSSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07892711000117001	36720010	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	RUBIATABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11279755000117007	29350001 30700005	20.000,00 150.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DE GOIAS - FMS	06070954000117001	29270008	170.000,00	170.000,00	10302201585350052

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	FUNDO MUN.DE SAUDE DE SAO LUIS DE MONTES BELOS	10581764000117007	29270008 29350001	65.000,00 105.000,00	170.000,00	10302201585350052
MG	ALMENARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11486972000117008	37430004	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	ARCOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02666567000117003	29380006	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	BARAO DE COCAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11569465000117001	27600008	340.000,00	340.000,00	10302201585350031
MG	ERVALIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11610289000117009	29380006	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	ESPINOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPINOSA	10540610000117001	37430004	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	ITAPECERICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11516928000117008	29380006	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	ITUIUTABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	97529530000117003	20180007	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	MARIA DA FE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11923567000117005	24820005	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	PERDIGAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12287933000117002	29380006	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	SALINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALINAS	23164660000117002	37430004	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MS	ANAURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAURILANDIA	11444651000117003	30690002	170.000,00	170.000,00	10302201585350054
MT	ARENAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11344687000117001	29680002	170.000,00	170.000,00	10302201585350051
MT	BARRA DO BUGRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO BUGRES	11228118000117001	29680002	170.000,00	170.000,00	10302201585350051
MT	DIAMANTINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11939906000117005	29680002	170.000,00	170.000,00	10302201585350051
MT	NOVA CANAA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA CANAA DO NORTE	13889874000117009	28250008	170.000,00	170.000,00	10302201585350051
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11279048000117003	29680002	170.000,00	170.000,00	10302201585350051
MT	ROSARIO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11412592000117010	29680002	170.000,00	170.000,00	10302201585350051
MT	TERRA NOVA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA NOVA DO NORTE	13817957000117017	38050002	170.000,00	170.000,00	10302201585350051
PA	AURORA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA DO PARA	11850438000117009	33390008	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	GOIANESIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE GOIANESIA DO PARA	12884091000117001	33390008	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	JURUTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JURUTI	11624213000117703	34920005	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	MONTE ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401857000117005	11410001	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	NOVO PROGRESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO PROGRESSO	11287726000117705	11410001	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	OBIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OBIDOS	11884818000117028	36970004	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	SALVATERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10880820000117002	36970004	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	TUCUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11234776000117006	11410001	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02324776000117703	37000007	170.000,00	170.000,00	10302201585350026
PE	ITAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAIBA	11826158000117017	28840011	170.000,00	170.000,00	10302201585350026
PE	PALMARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00562279000117023	27240006	340.000,00	340.000,00	10302201585350026
PE	PARNAMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARNAMIRIM	12238888000117001	23920004	170.000,00	170.000,00	10302201585350026
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11238483000117034	30800006	170.000,00	170.000,00	10302201585350026
PE	SIRINHAEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11356210000117005	27240006	170.000,00	170.000,00	10302201585350026
PE	TAMANDARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10298603000117004	27240006	170.000,00	170.000,00	10302201585350026
PE	TIMBAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBAUBA	11360884000117014	27240006 27240006	33.190,00 136.810,00	170.000,00	10302201585350026
PE	TUPARETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11293112000117001	37470002	170.000,00	170.000,00	10302201585350026
PR	ANTONINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONINA	10778273000117002	30840005	170.000,00	170.000,00	10302201585350041
PR	CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09267430000117007	28470010	170.000,00	170.000,00	10302201585350041
PR	LOANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09136850000117008	32200005	170.000,00	170.000,00	10302201585350041
PR	PIRAI DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08957376000117001	30410008	340.000,00	340.000,00	10302201585350041
PR	PIRAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAQUARA	09468040000117008	30410008	170.000,00	170.000,00	10302201585350041
PR	UMUARAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMUARAMA	08931506000117007	36500005	340.000,00	340.000,00	10302201585350041
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRAS DE MACACU	13817576000117003	37490002	170.000,00	170.000,00	10302201585350033
RJ	MIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRACEMA	36285484000117006	23970007	170.000,00	170.000,00	10302201585350033
RN	ALMINO AFONSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO-RN	12528215000117003	37840001 38060010	20.000,00 150.000,00	170.000,00	10302201585350024
RN	BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOM JESUS	17928645000117005	37840001	170.000,00	170.000,00	10302201585350024
RN	CAICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAICO - RN	12433830000117004	21230017	170.000,00	170.000,00	10302201585350024
RN	CURRAIS NOVOS	CURRAIS NOVOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11341031000117003	37840003	170.000,00	170.000,00	10302201585350024
RN	JOAO CAMARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO CAMARA RN	12083881000117003	24480014	170.000,00	170.000,00	10302201585350024
RN	JUCURUTU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUCURUTU	11280802000117001	37840001	170.000,00	170.000,00	10302201585350024
RN	LUIS GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12268029000117002	20330009	170.000,00	170.000,00	10302201585350024
RN	OURO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO BRANCO - RN	12233027000117004	38060010	170.000,00	170.000,00	10302201585350024
RO	CACOAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACOAL	19112323000117004	29470005	170.000,00	170.000,00	10302201585350011
RO	CAMPO NOVO DE RONDONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO NOVO DE RONDONIA	11478439000117002	24200007	170.000,00	170.000,00	10302201585350011
RS	ALVORADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA	14069503000117704	19860002	170.000,00	170.000,00	10302201585350043
RS	RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO PARDO	12389111000117012	19860002	170.000,00	170.000,00	10302201585350043
RS	TRES DE MAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11840173000117705	38400006	170.000,00	170.000,00	10302201585350043
SE	ROSARIO DO CATETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11370682000117006	26000005	170.000,00	170.000,00	10302201585350028
SP	BRAGANCA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAGANCA PAULISTA	11226130000117702	14100002	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	CACAPAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACAPAVA	13871568000117003	15680010 30890011	150.000,00 20.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO LIMPO PAULISTA	14018974000117003	37290006	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	CHARQUEADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHARQUEADA	11432559000117004	28090011	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	GUARIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	07542743000117005	14100002	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	ILHA SOLTEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILHA SOLTEIRA	11775763000117007	31350009	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	ITARIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITARIRI	13844159000117003	31600005	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	PEDREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDREIRA	12081475000117018	37090001	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	PEDREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDREIRA	12081475000117044	37090001	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13893669000117004	28070014	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	SAO ROQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO ROQUE	11348758000117004	33460003	340.000,00	340.000,00	10302201585350035
SP	SERRANA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE SERRANA	07584185000117015	30520004	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	TATUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11194221000117005	10480004	340.000,00	340.000,00	10302201585350035
TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA	11429603000117002	36950007	170.000,00	170.000,00	10302201585350017
TO	MONTE DO CARMO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE DO CARMO	11425245000117002	26910004	170.000,00	170.000,00	10302201585350017
	112					20.910.000,00	

PORTARIA Nº 3.498, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	PAUINI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAUINI	36000160897201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
BA	GENTIO DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160694201700	81000173	450.000,00	450.000,00	10122201545257280
BA	MANSIDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	36000160706201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
BA	SAO DOMINGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS	36000160649201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	SOUTO SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOUTO SOARES	36000160827201700	81000173	350.000,00	350.000,00	10122201545257280
CE	GUARACIABA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA DO NORTE	36000160773201700	81000173	340.670,00	340.670,00	10122201545257280
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA DO RIO DOCE	36000160658201700	81000173	420.000,00	420.000,00	10122201545257280
GO	BOM JESUS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160563201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
GO	INDIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160841201700	81000173	350.000,00	350.000,00	10122201545257280
GO	JOVIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOVIANIA	36000160759201700	81000173	305.000,00	305.000,00	10122201545257280
MA	TURIACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160810201700	81000173	600.000,00	600.000,00	10122201545257280
MG	TAPIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160753201700	81000173	96.580,00	96.580,00	10122201545257280
PA	GURUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GURUPA	36000160748201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
PA	PRIMAVERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRIMAVERA	36000160693201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
PA	SAO GERALDO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA PA	36000160651201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
PB	FAGUNDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FAGUNDES PB	36000160731201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
PB	NATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATUBA	36000160734201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
PB	PASSAGEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSAGEM PB	36000160733201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	SOLEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOLEDADE	36000160720201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
PR	BALSA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALSA NOVA	36000160664201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	CANDIDO DE ABREU	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CANDIDO DE ABREU	36000160840201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
PR	CORONEL VIVIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL VIVIDA	36000160795201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	DIAMANTE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIAMANTE DO NORTE	36000160804201700	81000173	243.000,00	243.000,00	10122201545257280
PR	FAROL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FAROL	36000160895201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLOR DA SERRA DO SUL	36000160610201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	FRANCISCO ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCISCO ALVES	36000160856201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	JAGUARIAIVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARIAVA	36000160601201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	MEDIANEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MEDIANEIRA	36000160594201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160832201700	81000173	305.000,00	305.000,00	10122201545257280
PR	QUITANDINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160605201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	RAMILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RAMILANDIA	36000160603201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	RIO BONITO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO DO IGUACU	36000160613201700	81000173	350.000,00	350.000,00	10122201545257280
PR	SALTO DO LONTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO DO LONTRA	36000160794201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160618201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	VERA CRUZ DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VERA CRUZ DO OESTE	36000160609201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RN	RIACHO DA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160819201700	81000173	140.000,00	140.000,00	10122201545257280
RO	COSTA MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160673201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
RS	CONSTANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE CONSTANTINA	36000160814201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RS	DOIS LAJEADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160792201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
RS	FORQUETINHA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - MUNICPIO DE FORQUETINHA RS	36000160752201700	81000173	63.908,00	63.908,00	10122201545257280
SC	FAXINAL DOS GUEDES	PMFG - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160682201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	MAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAREMA	36000160676201700	81000173	95.800,00	95.800,00	10122201545257280
SC	VARGEM BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGEM BONITA	36000160685201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SE	CAMPO DO BRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160578201700	81000173	600.000,00	600.000,00	10122201545257280
SE	RIACHUELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIACHUELO	36000160577201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
SP	LUCELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160612201700	81000173	80.000,00	80.000,00	10122201545257280
SP	PIRASSUNUNGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160770201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	REGISTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PM DE REGISTRO	36000160671201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	RESTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160588201700	81000173	130.000,00	130.000,00	10122201545257280
TOTAL			49 PROPOSTAS			12.169.958,00	

PORTARIA Nº 3.503, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
PA	OURILANDIA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURILANDIA DO NORTE	36000149864201700	179.769,00	22630005	179.769,00	10122201545250015	2322935	179.769,00
RN	SANTO ANTONIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO	36000160915201700	150.000,00	21230011	150.000,00	10122201545250024	2374919	150.000,00
SP	GENERAL SALGADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GENERAL SALGADO	36000129389201700	5.051,00	37460004	5.051,00	10122201545250035	5402360	5.051,00
TOTAL			3 PROPOSTAS	334.820,00					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.504, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MG	BOM JESUS DO AMPARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161004201700	31.224,00	71140011	31.224,00	10122201545250031	2169487	31.224,00
MG	DIVINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161057201700	162.000,00	71140011	162.000,00	10122201545250031	7469144	162.000,00
MG	EUGENOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EUGENOPOLIS	36000160930201700	155.646,00	71140011	155.646,00	10122201545250031	2163071	155.646,00
MG	PRESIDENTE BERNARDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161104201700	77.279,00	71140011	77.279,00	10122201545250031	2148471	77.279,00
MG	RAUL SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RAUL SOARES	36000161091201700	233.458,00	71140011	233.458,00	10122201545250031	2168553	233.458,00
MG	SANTOS DUMONT	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E D SOCIAL FUNDO M SAUDE	36000161084201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2184133	92.150,00
MG	VICOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161108201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2099438	92.150,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160963201700	20.486,00	71120001	20.486,00	10122201545250051	2699206	20.486,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160964201700	57.718,00	71120001	57.718,00	10122201545250051	2395681	57.718,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160965201700	2.355.000,00	71120001	2.355.000,00	10122201545250051	2394936	2.355.000,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160966201700	7.199.886,00	71120001	7.199.886,00	10122201545250051	2395037	7.199.886,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160967201700	471.765,00	71120001	471.765,00	10122201545250051	2395304	471.765,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160968201700	8.013.031,00	71120001	8.013.031,00	10122201545250051	2534460	8.013.031,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160969201700	3.949.343,00	71120001	3.949.343,00	10122201545250051	2392410	3.949.343,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160970201700	488.692,00	71120001	488.692,00	10122201545250051	2393417	488.692,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160972201700	680.024,00	71120001	680.024,00	10122201545250051	2393573	680.024,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160974201700	538.859,00	71120001	538.859,00	10122201545250051	2473054	538.859,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160976201700	9.199.482,00	71120001	9.199.482,00	10122201545250051	2534258	9.199.482,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160978201700	763.347,00	71120001	763.347,00	10122201545250051	2604175	763.347,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160979201700	1.464.948,00	71120001	1.464.948,00	10122201545250051	2604396	1.464.948,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160980201700	1.200.000,00	71120001	1.200.000,00	10122201545250051	2655810	1.200.000,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160981201700	49.749,00	71120001	49.749,00	10122201545250051	2814412	49.749,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160982201700	234.876,00	71120001	234.876,00	10122201545250051	2814420	234.876,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160983201700	718.978,00	71120001	718.978,00	10122201545250051	3101185	718.978,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160984201700	23.701,00	71120001	23.701,00	10122201545250051	3785122	23.701,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160985201700	11.500,00	71120001	11.500,00	10122201545250051	3929469	11.500,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160986201700	471.979,00	71120001	471.979,00	10122201545250051	4069455	471.979,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160988201700	8.043.473,00	71120001	8.043.473,00	10122201545250051	4069463	8.043.473,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160989201700	1.000.000,00	71120001	1.000.000,00	10122201545250051	7807570	1.000.000,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160990201700	545.703,00	71120001	545.703,00	10122201545250051	2398125	545.703,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160991201700	81.654,00	71120001	81.654,00	10122201545250051	2392674	81.654,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160992201700	555.627,00	71120001	555.627,00	10122201545250051	2391449	555.627,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160995201700	1.991.496,00	71120001	1.991.496,00	10122201545250051	2752654	1.991.496,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160996201700	59.406,00	71120001	59.406,00	10122201545250051	2311631	59.406,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160997201700	177.904,00	71120001	177.904,00	10122201545250051	3623084	177.904,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160999201700	9.842.608,00	71120001	9.842.608,00	10122201545250051	2604434	9.842.608,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161000201700	305.895,00	71120001	305.895,00	10122201545250051	6512836	305.895,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161001201700	297.507,00	71120001	297.507,00	10122201545250051	2767309	297.507,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161002201700	6.776.295,00	71120001	6.776.295,00	10122201545250051	2795671	6.776.295,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161003201700	60.114,00	71120001	60.114,00	10122201545250051	3017850	60.114,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161005201700	2.800.000,00	71120001	2.800.000,00	10122201545250051	3324176	2.800.000,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161006201700	6.130.793,00	71120001	6.130.793,00	10122201545250051	6085423	6.130.793,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161007201700	8.592.474,00	71120001	8.592.474,00	10122201545250051	2795655	8.592.474,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161008201700	438.723,00	71120001	438.723,00	10122201545250051	2472112	438.723,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161009201700	279.741,00	71120001	279.741,00	10122201545250051	2472635	279.741,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161011201700	2.000.000,00	71120001	2.000.000,00	10122201545250051	6225209	2.000.000,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161012201700	6.796.837,00	71120001	6.796.837,00	10122201545250051	6853781	6.796.837,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161013201700	248.711,00	71120001	248.711,00	10122201545250051	6884245	248.711,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000161015201700	1.000.000,00	71120001	1.000.000,00	10122201545250051	7807597	1.000.000,00
PI	PEDRO II	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161077201700	60.000,00	71190015	60.000,00	10122201545250022	2772973	60.000,00
TOTAL			50 PROPOSTAS	96.842.232,00					

PORTARIA Nº 3.505, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PA	SANTAREM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS	17556659000117004	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	QUEIROZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEIROZ	12232988000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			2 PROPOSTAS	250.000,00		

PORTARIA Nº 3.516, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	36000161025201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
AM	BENJAMIN CONSTANT	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160907201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
AM	CANUTAMA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CANUTAMA	36000161047201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
AM	CAREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO CAREIRO	36000161147201700	81000173	245.000,00	245.000,00	10122201545257280
AM	LABREA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LABREA-AM	36000160881201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
AM	RIO PRETO DA EVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DO MUNICPIO DE RIO PRETO DA EVA	36000161101201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
AM	TABATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161067201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
AM	URUCURITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUCURITUBA	36000160953201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
BA	FEIRA DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000161066201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
BA	IBIPEBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161151201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	ITAGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161028201700	81000173	384.000,00	384.000,00	10122201545257280
BA	MARAGOGIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000160849201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
BA	MATINA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATINA	36000160922201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
MG	ARCEBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161150201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	BOM JESUS DA PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161042201700	81000173	50.000,00	50.000,00	10122201545257280
MG	CALDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161090201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	CARATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160275201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
MG	COROMANDEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COROMANDEL	36000161082201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161076201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	DELFINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DELFINOPOLIS	36000161074201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	ITAU DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161085201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	MONTE BELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161129201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	PERIQUITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERIQUITO	36000161121201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MG	RESENDE COSTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RESENDE COSTA	36000161070201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	SAO PEDRO DA UNIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161115201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	VARGEM BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161153201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	ALAGOA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALAGOA GRANDE	36000161033201700	81000173	669.000,00	669.000,00	10122201545257280
PB	CABACEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CABACEIRAS PB	36000160973201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
PB	LAGOA SECA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161041201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	PASSAGEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSAGEM PB	36000161112201700	81000173	20.000,00	20.000,00	10122201545257280
PR	AGUDOS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUDOS DO SUL	36000160951201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	ANDIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ANDIRA	36000161120201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	MARILANDIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICPIO DE MARILANDIA DO SUL	36000161095201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PR	MARMELEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARMELEIRO	36000161060201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	SAO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO SAO JOAO PR	36000160960201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
RJ	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN	36000161111201700	81000173	331.000,00	331.000,00	10122201545257280
RJ	VASSOURAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161081201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
RN	PORTO DO MANGUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO DO MANGUE - RN	36000161020201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RO	CABIXI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160946201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RO	NOVA MAMORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA MAMORE	36000160952201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
RO	SANTA LUZIA D''OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161035201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
RO	SAO FELIPE D''OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FELIPE D''OESTE	36000161029201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161044201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
RS	BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160811201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RS	CERRO BRANCO	CERRO BRANCO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161010201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	ALFREDO WAGNER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFREDO WAGNER	36000160270201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	GARUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160303201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	ILHOTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILHOTA	36000160947201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	MASSARANDUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA	36000160353201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	NAVEGANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES	36000160410201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	PETROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PETROLANDIA	36000160473201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SC	RIO DO CAMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160620201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	SANTA ROSA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160836201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	SANTA TEREZINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA	36000160254201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	RIBEIRAO CORRENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RIBEIRAO CORRENTE	36000161056201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
TO	LAJEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAJEADO DO TOCANTINS-TO	36000160961201700	81000173	73.048,00	73.048,00	10122201545257280
TOTAL			56 PROPOSTAS			10.097.048,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.517, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FES	36000158589201700	181.588,00	71200004	181.588,00	10122201545250033	6586767	181.588,00
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FES	36000158593201700	620.189,00	71200004	620.189,00	10122201545250033	7011857 7185081	474.749,00 145.440,00
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FES	36000158596201700	424.752,00	71200004	424.752,00	10122201545250033	5478898 6918417	279.313,00 145.439,00
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FES	36000158599201700	692.487,00	71200004	692.487,00	10122201545250033	6518893 7065507	620.188,00 72.299,00
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FES	36000158601201700	1.951.984,00	71200004	1.951.984,00	10122201545250033	0012521 6629954 7267975	1.259.497,00 72.299,00 620.188,00
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FES	36000158603201700	72.299,00	71200004	72.299,00	10122201545250033	6903665	72.299,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000145179201700	442.281,00	71240002	442.281,00	10122201545250014	2589885	442.281,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000145199201700	89.100,00	71240002	89.100,00	10122201545250014	6235476	89.100,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000145203201700	11.250,00	71240002	11.250,00	10122201545250014	6259170	11.250,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000145210201700	124.544,00	71240002	124.544,00	10122201545250014	7545738	124.544,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000145228201700	32.012,00	71240002	32.012,00	10122201545250014	7677979	32.012,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000145247201700	72.436,00	71240002	72.436,00	10122201545250014	7316054	72.436,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000145394201700	94.801,00	71240002	94.801,00	10122201545250014	7646933	94.801,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146079201700	62.647,00	71240002	62.647,00	10122201545250014	2320207	62.647,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146082201700	98.359,00	71240002	98.359,00	10122201545250014	2566206	98.359,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146087201700	1.356.946,00	71240002	1.356.946,00	10122201545250014	5485894	1.356.946,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146090201700	392.697,00	71240002	392.697,00	10122201545250014	3291588	392.697,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146091201700	373.901,00	71240002	373.901,00	10122201545250014	6056105	373.901,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146093201700	274.679,00	71240002	274.679,00	10122201545250014	6759440	274.679,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146094201700	251.820,00	71240002	251.820,00	10122201545250014	2589877	251.820,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146095201700	209.303,00	71240002	209.303,00	10122201545250014	2600323	209.303,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146097201700	92.457,00	71240002	92.457,00	10122201545250014	2566257	92.457,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146099201700	61.831,00	71240002	61.831,00	10122201545250014	5533694	61.831,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146100201700	55.839,00	71240002	55.839,00	10122201545250014	6759408	55.839,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146101201700	51.959,00	71240002	51.959,00	10122201545250014	2744619	51.959,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000146102201700	39.991,00	71240002	39.991,00	10122201545250014	6070981	39.991,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000147997201700	200.699,00	71240002	200.699,00	10122201545250014	5683467	200.699,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000150637201700	41.141,00	71240002	41.141,00	10122201545250014	2589923	41.141,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151769201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2380188	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151771201700	62.500,00	71260001	62.500,00	10122201545250042	2418304	62.500,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151772201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2418304	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151773201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2418304	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151774201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2418304	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151775201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2691574	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151776201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2691574	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151777201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2665085	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151780201700	475.000,00	71260001	475.000,00	10122201545250042	2301830	475.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151783201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2301830	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151784201700	300.000,00	71260001	300.000,00	10122201545250042	2301830	300.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151785201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2410834	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151786201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2300435	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151787201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2550938	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151788201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2691523	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151790201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2691477	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151792201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2420015	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151794201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2377829	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151796201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2419246	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151798201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2300184	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151799201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2543079	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151801201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2379163	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151803201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2543044	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151805201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2377225	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151806201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2377462	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151808201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	6273874	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151812201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2300516	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151813201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2626659	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151814201700	175.000,00	71260001	175.000,00	10122201545250042	2301830	175.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151815201700	300.000,00	71260001	300.000,00	10122201545250042	2301830	300.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151816201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2538083	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151817201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2664992	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151818201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2664992	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151819201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2664992	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151820201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2380331	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151821201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2302101	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151822201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2302101	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151824201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2652099	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151825201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2691868	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151826201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2420015	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151827201700	135.000,00	71260001	135.000,00	10122201545250042	2420015	135.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151828201700	125.000,00	71260001	125.000,00	10122201545250042	2385880	125.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151829201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	6249604	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151831201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2377829	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151832201700	65.000,00	71260001	65.000,00	10122201545250042	2300184	65.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151833201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2300184	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151834201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2300184	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151835201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2300184	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151836201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2379333	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151837201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2379341	75.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151838201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2538180	75.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151839201700	250.000,00	71260001	250.000,00	10122201545250042	2538180	250.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151840201700	115.000,00	71260001	115.000,00	10122201545250042	2538180	115.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151841201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2378108	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151842201700	60.000,00	71260001	60.000,00	10122201545250042	2300885	60.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151843201700	250.000,00	71260001	250.000,00	10122201545250042	2302500	250.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151844201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2411393	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151845201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2411393	75.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151846201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2411393	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151847201700	500.000,00	71260001	500.000,00	10122201545250042	2411393	500.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151849201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2411415	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151850201700	199.067,00	71260001	199.067,00	10122201545250042	2411415	199.067,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151851201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2299836	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151852201700	163.500,00	71260001	163.500,00	10122201545250042	2560771	163.500,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151853201700	85.000,00	71260001	85.000,00	10122201545250042	2538148	85.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151854201700	36.500,00	71260001	36.500,00	10122201545250042	2538148	36.500,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151855201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2664984	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151856201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2305623	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151862201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2305623	75.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151864201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2377330	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151865201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2377632	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151866201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2418177	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151869201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	6683134	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151870201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2538571	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151871201700	100.000,00	71260001	100.000,00	10122201545250042	2300516	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151872201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	6683134	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151873201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	6683134	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151875201700	150.000,00	71260001	150.000,00	10122201545250042	2538229	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151876201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2377616	75.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151877201700	64.000,00	71260001	64.000,00	10122201545250042	2377616	64.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151878201700	111.000,00	71260001	111.000,00	10122201545250042	2537826	111.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151879201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	3689603	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151880201700	66.534,00	71260001	66.534,00	10122201545250042	2537192	66.534,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151881201700	75.000,00	71260001	75.000,00	10122201545250042	2377373	75.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151882201700	50.000,00	71260001	50.000,00	10122201545250042	2378140	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151883201700	37.500,00	71260001	37.500,00	10122201545250042	2300885	37.500,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000151884201700	717.530,00	71260001	717.530,00	10122201545250042	2691841	717.530,00
TOTAL			115 PROPOSTAS	17.817.123,00					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.518, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	TURVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11211433000117004	170.000,00	0000	10302201585350001
RJ	SAO GONCALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO	11884903000117717	170.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			2 PROPOSTAS	340.000,00		

PORTARIA Nº 3.519, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	NEROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NEROPOLIS - FMS	12008540000117029	19550007	49.990,00	49.990,00	10301201585810052
RJ	BELFORD ROXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11868019000117012	37560010	999.870,00	999.870,00	10301201585810033
SP	BASTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BASTOS	11892520000117014	30940001	54.230,00	54.230,00	10301201585810035
SP	FRANCO DA ROCHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCO DA ROCHA	11737272000117732	28120008	268.180,00	268.180,00	10301201585813553
SP	JACAREI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11449169000117716	28860003	60.000,00	60.000,00	10301201585810035
SP	LUCELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07649698000117021	30940001	42.920,00	42.920,00	10301201585810035
TOTAL			6 PROPOSTAS			1.475.190,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.520, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
AL	CAJUEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAJUEIRO	36000159860201700	146.800,00	81000174	146.800,00	10122201545257282	2010380	146.800,00
AL	MACEIO	ASSOCIACAO PESTALOZZI DE MACEIO	36000160299201700	1.200.000,00	81000174	1.200.000,00	10122201545257282	2007061	1.200.000,00
AM	CARAUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159750201700	460.421,00	81000174	460.421,00	10122201545257282	2017555	460.421,00
AM	CARAUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159759201700	184.579,00	81000174	184.579,00	10122201545257282	2017555	184.579,00
AM	HUMAITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE HUMAITA - AMAZONAS	36000161093201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2017016	500.000,00
BA	BOM JESUS DA SERRA	MUNICIPIO DE BOM JESUS DA SERRA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160855201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	4022750	500.000,00
BA	CICERO DANTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CICERO DANTAS	36000159282201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2532522	200.000,00
BA	CONDEUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONDEUBA	36000160514201700	230.000,00	81000174	230.000,00	10122201545257282	2801566	230.000,00
BA	CRAVOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	36000159035201700	230.000,00	81000174	230.000,00	10122201545257282	2601753	230.000,00
BA	GENTIO DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160692201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2402394	150.000,00
BA	IRAMAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158479201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	4026756	300.000,00
BA	ITAGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161027201700	216.000,00	81000174	216.000,00	10122201545257282	2601761	216.000,00
BA	ITIRUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITIRUCU	36000158485201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2423928	100.000,00
BA	MARAGOGIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000160850201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	7460082	500.000,00
BA	MEDEIROS NETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO MEDEIROS NETO	36000158789201700	600.000,00	81000174	600.000,00	10122201545257282	4028740	600.000,00
BA	MUTUIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159376201700	75.000,00	81000174	75.000,00	10122201545257282	2800039	75.000,00
BA	NOVA FATIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158816201700	30.000,00	81000174	30.000,00	10122201545257282	2505819	30.000,00
BA	PRADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159159201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2674513	200.000,00
BA	SANTO AMARO	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS	36000160498201700	390.000,00	81000174	390.000,00	10122201545257282	2514451	390.000,00
BA	SERRA DOURADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159151201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	4032594	150.000,00
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160477201700	700.000,00	81000174	700.000,00	10122201545257282	6779522	700.000,00
CE	FORTALEZA	IRMANDADE BENEF DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FORT	36000160341201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2651394	500.000,00
CE	LIMOEIRO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMOEIRO DO NORTE/CE	36000159126201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2527707	500.000,00
GO	ACREUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACREUNA	36000160887201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2437570	200.000,00
GO	APORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APORE	36000160478201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2442752	300.000,00
GO	ARAGARCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160453201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2381990	300.000,00
GO	BOM JESUS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160888201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	3354423	200.000,00
GO	CACHOEIRA ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160500201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2550679	300.000,00
GO	CASTELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASTELANDIA	36000160446201700	73.632,00	81000174	73.632,00	10122201545257282	2437996	73.632,00
GO	DIVINOPOLIS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159128201700	93.000,00	81000174	93.000,00	10122201545257282	2571218	93.000,00
GO	DOVERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOVERLANDIA	36000160431201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2441845	200.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	ITAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAJA	36000160510201700	180.875,00	81000174	180.875,00	10122201545257282	2438003	180.875,00
GO	JOVIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOVIANIA	36000160758201700	95.000,00	81000174	95.000,00	10122201545257282	2536021	95.000,00
GO	MAMBAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAMBAI - GO	36000159632201700	99.848,00	81000174	99.848,00	10122201545257282	2437988	99.848,00
GO	MARA ROSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARA ROSA (FMS)	36000159042201700	154.757,00	81000174	154.757,00	10122201545257282	2569671	154.757,00
MA	CHAPADINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADINHA	36000158755201700	700.000,00	81000174	700.000,00	10122201545257282	2452820	700.000,00
MA	COROATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159274201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	3936732 6287115 7192738 7220871	33.000,00 22.000,00 33.000,00 212.000,00
MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA	MUNICIPIO DE FORMOSA DA SERRA NEGRA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159263201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2460580	300.000,00
MA	GRAJAU	MUNICIPIO DE GRAJAU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158090201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2462729	500.000,00
MA	PASSAGEM FRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158315201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2613751	500.000,00
MA	PASTOS BONS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASTOS BONS	36000161058201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2458470	250.000,00
MA	PINDARE-MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158555201700	334.824,00	81000174	334.824,00	10122201545257282	2461285	334.824,00
MA	PIRAPEMAS	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DE PIRAPEMAS	36000159349201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2702711	300.000,00
MA	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS DO MA	36000158591201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	2461277	400.000,00
MA	SAO MATEUS DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MATEUS DO MARANHAO	36000159513201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2646544	500.000,00
MA	ZE DOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ZE DOCA	36000158266201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	7485808	300.000,00
MG	ABAETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159205201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	7097271	100.000,00
MG	ARCEBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159430201700	156.970,00	81000174	156.970,00	10122201545257282	3009718	156.970,00
MG	ARCEBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159431201700	24.564,00	81000174	24.564,00	10122201545257282	2167646	24.564,00
MG	BELO HORIZONTE	ASSOCIACAO BENEFICENTE PAULO DE TARSO	36000160279201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2695375	500.000,00
MG	BETIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BETIM	36000158566201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2126494	100.000,00
MG	BOM JARDIM DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JARDIM DE MINAS	36000159950201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2796589	100.000,00
MG	BOM JESUS DO GALHO	AMINAS - ASSOCIACAO MINEIRA DE ASSISTENCIA A SAUDE	36000160544201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2760738	300.000,00
MG	BURITIS	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	36000161022201700	130.000,00	81000174	130.000,00	10122201545257282	3338304	130.000,00
MG	CARMO DO RIO CLARO	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	36000160958201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2796376	100.000,00
MG	CONCEICAO DE IPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159374201700	1.370,00	81000174	1.370,00	10122201545257282	2126516	1.370,00
MG	DIVINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159083201700	2.200.000,00	81000174	2.200.000,00	10122201545257282	2159252	2.200.000,00
MG	FLORESTAL	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTAL	36000158947201700	104.126,00	81000174	104.126,00	10122201545257282	2117185	104.126,00
MG	GOVERNADOR VALADARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES	36000158822201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2222043	500.000,00
MG	GUANHAES	ASSOCIACAO DE CARIDADE NOSSA SENHORA DO CARMO	36000160245201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	2144530	400.000,00
MG	IBIRACI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158768201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2146487	150.000,00
MG	ITABIRA	IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS DORES	36000160243201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	2215586	400.000,00
MG	MONTE SANTO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159516201700	750.000,00	81000174	750.000,00	10122201545257282	2146592 2146606	610.000,00 140.000,00
MG	PARACATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159287201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2100754	250.000,00
MG	PERDOES	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PERDOES	36000161045201700	50.000,00	81000174	50.000,00	10122201545257282	2221985	50.000,00
MG	PIMENTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIMENTA	36000160316201700	60.000,00	81000174	60.000,00	10122201545257282	2186276	60.000,00
MG	SABINOPOLIS	ASSOCIACAO DE CARIDADE HOSPITAL SAO SEBASTIAO	36000160282201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	2135914	400.000,00
MG	SALINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALINAS	36000159359201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2204649	100.000,00
MG	SANTO ANTONIO DO AMPARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	36000160595201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2192128	500.000,00
MG	SANTO ANTONIO DO MONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157754201700	73.000,00	81000174	73.000,00	10122201545257282	2206072	73.000,00
MG	SANTO ANTONIO DO MONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157755201700	9.300,00	81000174	9.300,00	10122201545257282	7105339	9.300,00
MG	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	36000160599201700	50.000,00	81000174	50.000,00	10122201545257282	2146517	50.000,00
MG	SAO JOAO DEL REI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160046201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	6798128	400.000,00
MG	SAO JOAO DEL REI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160048201700	60.000,00	81000174	60.000,00	10122201545257282	2173247	60.000,00
MG	SAO JOAO DEL REI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160049201700	70.000,00	81000174	70.000,00	10122201545257282	2173328 7517890	40.000,00 30.000,00
MG	SAO JOAO DEL REI	HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS MERCES	36000161098201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2173565	150.000,00
MG	SETE LAGOAS	IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS GRACAS	36000161103201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2206528	200.000,00
MS	ALCINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALCINOPOLIS	36000160287201700	43.861,00	81000174	43.861,00	10122201545257282	2659611	43.861,00
PA	XINGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160558201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	7155840	400.000,00
PB	ALAGOA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALAGOA GRANDE	36000161032201700	331.000,00	81000174	331.000,00	10122201545257282	2592509	331.000,00
PB	AREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158520201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	6499198	100.000,00
PB	BARRA DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BARRA DE SANTANA	36000158641201700	25.000,00	81000174	25.000,00	10122201545257282	2794071	25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	BARRA DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BARRA DE SANTANA	36000158642201700	924,00	81000174	924,00	10122201545257282	5052076	924,00
PB	DONA INES	DONA INES - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158489201700	98.800,00	81000174	98.800,00	10122201545257282	2591774	98.800,00
PB	LAGOA SECA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161040201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2757699	200.000,00
PB	MONTADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTADAS	36000159006201700	17.900,00	81000174	17.900,00	10122201545257282	7408528	17.900,00
PB	MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTEIRO	36000158247201700	206.000,00	81000174	206.000,00	10122201545257282	2322358	206.000,00
PB	MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTEIRO	36000158248201700	128.000,00	81000174	128.000,00	10122201545257282	2322412	128.000,00
PB	MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTEIRO	36000158249201700	57.000,00	81000174	57.000,00	10122201545257282	3732509	57.000,00
PB	MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTEIRO	36000158253201700	134.000,00	81000174	134.000,00	10122201545257282	7100507	134.000,00
PB	MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTEIRO	36000158255201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	7297777	200.000,00
PB	PATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158115201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2605163	500.000,00
PB	PATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158116201700	72.000,00	81000174	72.000,00	10122201545257282	5010314	72.000,00
PB	PATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158155201700	72.000,00	81000174	72.000,00	10122201545257282	5010314	72.000,00
PB	PATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158158201700	766.256,00	81000174	766.256,00	10122201545257282	2604485	766.256,00
PB	PEDRO REGIS	PEDRO REGIS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158638201700	30.000,00	81000174	30.000,00	10122201545257282	2592908	30.000,00
PB	SAO BENTO	FUNDO MINICIPAL DE SAUDE	36000159293201700	67.000,00	81000174	67.000,00	10122201545257282	5027209	67.000,00
PB	SAO BENTO	FUNDO MINICIPAL DE SAUDE	36000159297201700	45.000,00	81000174	45.000,00	10122201545257282	7015909	45.000,00
PB	SAO BENTO	FUNDO MINICIPAL DE SAUDE	36000159299201700	270.000,00	81000174	270.000,00	10122201545257282	2606712	270.000,00
PB	SAO BENTO	FUNDO MINICIPAL DE SAUDE	36000159301201700	228.000,00	81000174	228.000,00	10122201545257282	6558321	228.000,00
PB	SAO BENTO	FUNDO MINICIPAL DE SAUDE	36000159304201700	753.000,00	81000174	753.000,00	10122201545257282	2613549	753.000,00
PE	BODOCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158291201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	2345374	400.000,00
PE	SANHARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANHARO	36000158624201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2638851	300.000,00
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158134201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2324199	500.000,00
PI	SIMPLICIO MENDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159704201700	320.000,00	81000174	320.000,00	10122201545257282	2404192	320.000,00
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	36000160529201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2571811	100.000,00
PR	DIAMANTE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIAMANTE DO NORTE	36000160803201700	57.000,00	81000174	57.000,00	10122201545257282	2753871	57.000,00
PR	FRANCISCO ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCISCO ALVES	36000160857201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2740176	150.000,00
PR	KALORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE KALORE	36000160890201700	58.000,00	81000174	58.000,00	10122201545257282	2573415	58.000,00
PR	MANDAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDAGUACU	36000160656201700	144.000,00	81000174	144.000,00	10122201545257282	2774143 2774410	144.000,00 0,00
PR	MANDAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDAGUACU	36000160933201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2774143	100.000,00
PR	NOVA PRATA DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PRATA DO IGUACU	36000160711201700	148.449,00	81000174	148.449,00	10122201545257282	3401537	148.449,00
PR	SANTO ANTONIO DO CAIUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO CAIUA	36000160186201700	59.800,00	81000174	59.800,00	10122201545257282	2753863	59.800,00
PR	SANTO ANTONIO DO CAIUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO CAIUA	36000160190201700	13.100,00	81000174	13.100,00	10122201545257282	2754568	13.100,00
PR	SANTO ANTONIO DO CAIUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO CAIUA	36000160194201700	27.100,00	81000174	27.100,00	10122201545257282	2753863	27.100,00
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE DO PATROCINIO - PR	36000160292201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2665352	150.000,00
PR	SENGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160163201700	60.000,00	81000174	60.000,00	10122201545257282	2683180	60.000,00
RJ	BELFORD ROXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158441201700	800.000,00	81000174	800.000,00	10122201545257282	2289571 2296721	700.000,00 100.000,00
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRAS DE MACACU	36000160228201700	600.000,00	81000174	600.000,00	10122201545257282	2696924	600.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	36000158326201700	2.500.000,00	81000174	2.500.000,00	10122201545257282	6007317	2.500.000,00
RJ	ITALVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITALVA	36000158081201700	322.000,00	81000174	322.000,00	10122201545257282	2272202	322.000,00
RJ	ITALVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITALVA	36000158085201700	14.000,00	81000174	14.000,00	10122201545257282	3127842	14.000,00
RJ	NOVA IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158310201700	3.000.000,00	81000174	3.000.000,00	10122201545257282	2798662	3.000.000,00
RJ	QUISSAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUISSAMA	36000158478201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2267209	500.000,00
RJ	QUISSAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUISSAMA	36000158481201700	265.000,00	81000174	265.000,00	10122201545257282	2267195	265.000,00
RJ	RESENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/SUS DO MUNICIPIO DE RESENDE	36000160833201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2288893	300.000,00
RJ	RIO DAS OSTRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DAS OSTRAS	36000159463201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	6069134	200.000,00
RJ	SAO SEBASTIAO DO ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160771201700	800.000,00	81000174	800.000,00	10122201545257282	2704633	800.000,00
RN	APODI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160438201700	240.000,00	81000174	240.000,00	10122201545257282	2410443	240.000,00
RN	ARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARES-RN	36000159137201700	95.000,00	81000174	95.000,00	10122201545257282	3126889	95.000,00
RN	CAICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAICO - RN	36000158996201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2665735	100.000,00
RN	EXTREMOZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158428201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	2409283	400.000,00
RN	JOSE DA PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JOSE DA PENHA	36000159149201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2409380	200.000,00
RN	LAGOA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158994201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2476398	100.000,00
RN	SANTANA DO SERIDO	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO - FUSAM	36000159280201700	13.474,00	81000174	13.474,00	10122201545257282	2476061	13.474,00
RN	SAO FRANCISCO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO OESTE	36000159176201700	53.000,00	81000174	53.000,00	10122201545257282	2380757	53.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	SAO JOAO DO SABUGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO SABUGI - RN	36000159334201700	18.000,00	81000174	18.000,00	10122201545257282	2476150	18.000,00
RN	SAO JOSE DO SERIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO SERIDO/RN	36000159012201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2475839	100.000,00
RN	SAO VICENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159173201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2475596	100.000,00
RN	SERRINHA DOS PINTOS	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SERRINHA DOS PINTOS	36000159112201700	80.000,00	81000174	80.000,00	10122201545257282	3558134	80.000,00
RN	SEVERIANO MELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA DE SEVERIANO MELO/RN	36000158997201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2380633	100.000,00
RN	VARZEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA - RN	36000159389201700	17.483,00	81000174	17.483,00	10122201545257282	2374463	17.483,00
RN	VENHA-VER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA DE VENHA VER	36000160977201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2409259	100.000,00
RO	JARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161049201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2808609	100.000,00
RO	ROLIM DE MOURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160842201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2495228	300.000,00
RS	ACEGUA	COMUNIDADE DA COLONIA NOVA	36000160252201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2262010	100.000,00
RS	AGUDO	ASSOCIACAO HOSPITAL AGUDO	36000159793201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2234386	100.000,00
RS	AGUDO	ASSOCIACAO HOSPITAL AGUDO	36000160789201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2234386	100.000,00
RS	AJURICABA	ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE AJURICABA	36000160806201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2265885	100.000,00
RS	ANTONIO PRADO	SOCIEDADE HOSPITALAR SAO JOSE	36000160268201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2241072	300.000,00
RS	ARROIO DO TIGRE	ASSOCIACAO BENEFICENTE SANTA ROSA DE LIMA	36000160346201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2234424	150.000,00
RS	BENTO GONCALVES	ASSOCIACAO DR BARTHOLOMEU TACCHINI	36000160281201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2241021	300.000,00
RS	BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160987201700	110.000,00	81000174	110.000,00	10122201545257282	6011926	110.000,00
RS	CARLOS BARBOSA	ASSOCIACAO HOSPITAL BENEFICENTE SAO ROQUE	36000160340201700	140.000,00	81000174	140.000,00	10122201545257282	2241137	140.000,00
RS	CAXIAS DO SUL	ASSOCIACAO CULTURAL E CIENTIFICA VIRVI RAMOS	36000160423201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2223562	500.000,00
RS	CAXIAS DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	36000160361201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2223538	500.000,00
RS	CAXIAS DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	36000160364201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2223538	500.000,00
RS	CAXIAS DO SUL	PIO SODALICIO DAS DAMAS DE CARIDADE DE CAXIAS DO SUL	36000160278201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	2223546	1.000.000,00
RS	CRUZEIRO DO SUL	SOCIEDADE HOSPITAL SAO GABRIEL ARCANJO	36000160283201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2252074	150.000,00
RS	ESTANCIA VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ESTANCIA VELHA	36000160111201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2707632	150.000,00
RS	FARROUPILHA	HOSPITAL BENEFICENTE SAO CARLOS	36000160306201700	900.000,00	81000174	900.000,00	10122201545257282	2240335	900.000,00
RS	FONTOURA XAVIER	HOSPITAL SANTA TEREZINHA	36000160350201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2252120	150.000,00
RS	FREDERICO WESTPHALEN	SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL DE CARIDADE	36000160924201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2228602	250.000,00
RS	GIRUA	ASSOCIACAO DE LITERATURA E BENEFICENCIA	36000158093201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2260069	300.000,00
RS	GRAVATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAVATAI	36000158959201700	704.388,00	81000174	704.388,00	10122201545257282	2229978	704.388,00
RS	GUARANI DAS MISSOES	ASSOCIACAO HOSPITALAR SANTA TERESA	36000160838201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2259931	100.000,00
RS	GUARANI DAS MISSOES	ASSOCIACAO HOSPITALAR SANTA TERESA	36000160839201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2259931	500.000,00
RS	IBIRUBA	ASSOCIACAO HOSPITALAR ANNES DIAS	36000160272201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	5395674	200.000,00
RS	IJUI	ASSOCIACAO HOSPITAL DE CARIDADE IJUI	36000160441201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	2261057	1.000.000,00
RS	MARAU	ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MARAU	36000160884201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	2246953	1.000.000,00
RS	NONOAI	ASSOCIACAO HOSPITALAR COMUNITARIA E BENEFICENTE DE NONOAI	36000158509201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2228688	300.000,00
RS	PARAI	HOSPITAL BENEFICENTE NOSSA SENHORA APARECIDA	36000160344201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2241218	300.000,00
RS	PARAI	HOSPITAL BENEFICENTE NOSSA SENHORA APARECIDA	36000160347201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2241218	100.000,00
RS	PARAISO DO SUL	HOSPITAL PARAISO ASSOCIACAO ASSISTENCIAL BENEFICENTE	36000160411201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2234467	100.000,00
RS	PORTO ALEGRE	ASSOCIACAO DE LITERATURA E BENEFICENCIA	36000158145201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	2250837	400.000,00
RS	ROCA SALES	SOCIEDADE BENEFICIENTE ROQUE GONZALES	36000160260201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2252147	150.000,00
RS	RODEIO BONITO	ASSOCIACAO HOSPITALAR SAO JOSE.	36000160774201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2228734	250.000,00
RS	SAO MARCOS	HOSPITAL BENEFICENTE SAO JOAO BOSCO	36000160342201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2241226	250.000,00
RS	SARANDI	HOSPITAL COMUNITARIO SARANDI	36000160256201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2235404	150.000,00
RS	SEBERI	FUNDACAO HOSPITALAR PIO XII	36000160591201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2228610	100.000,00
RS	SERAFINA CORREA	HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSARIO	36000160271201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2260050	300.000,00
RS	SOLEDADE	HOSPITAL DE CARIDADE FREI CLEMENTE	36000160274201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2246961	250.000,00
RS	SOLEDADE	HOSPITAL DE CARIDADE FREI CLEMENTE	36000160276201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2246961	200.000,00
RS	TAPERA	SOCIEDADE HOSPITALAR ROQUE GONZALES	36000160934201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2246783	100.000,00
RS	TENENTE PORTELA	ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE SANTO ANTONIO	36000160295201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	5384117	200.000,00
RS	TUPARENDI	CENTRO DE ASSISTENCIA MEDICO-SOCIAL	36000158954201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	5729297	400.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	VACARIA	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA	36000160386201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2241048	300.000,00
RS	VERANOPOLIS	ASSOCIACAO VERANENSE DE ASSISTENCIA EM SAUDE	36000160936201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2707977	300.000,00
RS	VERANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000158511201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	2707977	1.000.000,00
SC	ASCURRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ASCURRA	36000159084201700	8.502,00	81000174	8.502,00	10122201545257282	2521954	8.502,00
SC	BRACO DO NORTE	ASSOCIACAO BENEFICENTE SANTA TERESINHA	36000160238201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2665883	100.000,00
SC	CAMBORIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	36000160401201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	7072414	200.000,00
SC	CANELINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANELINHA	36000159314201700	1.933,00	81000174	1.933,00	10122201545257282	2596725	1.933,00
SC	CHAPECO	ASSOCIACAO HOSPITALAR LENOIR VARGAS FERREIRA	36000160584201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	7286082	300.000,00
SC	CONCORDIA	BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL	36000159647201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2303892	100.000,00
SC	CONCORDIA	BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL	36000160756201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2303892	100.000,00
SC	CONCORDIA	BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL	36000160760201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2304155	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDACAO DE APOIO AO HEMOSC/CEPON	36000158806201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	0019445	1.000.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDACAO DE APOIO AO HEMOSC/CEPON	36000160297201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	0019445	1.000.000,00
SC	GUARAMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159143201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2672502 3125998	50.000,00 50.000,00
SC	IPUMIRIM	BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL	36000160319201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	6249604	100.000,00
SC	IPUMIRIM	BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL	36000160778201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	6249604	100.000,00
SC	ITUPORANGA	ASSOCIACAO DAS IRMAS FRANCISCANAS DE SAO JOSE	36000159642201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2377829	200.000,00
SC	ITUPORANGA	ASSOCIACAO DAS IRMAS FRANCISCANAS DE SAO JOSE	36000160762201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2377829	100.000,00
SC	JARAGUA DO SUL	ASSOCIACAO HOSPITALAR SAO JOSE DE JARAGUA DO SUL	36000160261201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2306336	100.000,00
SC	JARAGUA DO SUL	ASSOCIACAO HOSPITALAR SAO JOSE DE JARAGUA DO SUL	36000160607201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2306336	100.000,00
SC	LAGES	ASSOC BENEFICENTE SEARA DO BEM	36000160309201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2662914	100.000,00
SC	LAGUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159751201700	95.660,00	81000174	95.660,00	10122201545257282	2558130 2558173 2558211 2558238 6811191	22.000,00 15.400,00 22.000,00 15.000,00 21.260,00
SC	LAGUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159752201700	4.340,00	81000174	4.340,00	10122201545257282	6912095	4.340,00
SC	MAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAREMA	36000160668201700	4.200,00	81000174	4.200,00	10122201545257282	2410982	4.200,00
SC	PALMITOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMITOS	36000160409201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2538059	100.000,00
SC	PRAIA GRANDE	ASSOCIACAO HOSPITALAR NOSSA SENHORA DE FATIMA-SC	36000160237201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2305623	100.000,00
SC	PRAIA GRANDE	ASSOCIACAO HOSPITALAR NOSSA SENHORA DE FATIMA-SC	36000160567201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2305623	100.000,00
SC	RIO DO SUL	FUNDACAO DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI	36000160327201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2568713	100.000,00
SC	RIO FORTUNA	FUNDACAO MEDICO SOCIAL RURAL DE RIO FORTUNA	36000160240201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2386038	100.000,00
SC	SANTA CECILIA	HOSPITAL E MATERNIDADE DE SANTA CECILIA	36000160242201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2302748	100.000,00
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	SOCIEDADE HOSPITALAR SAO FRANCISCO DE ASSIS	36000160586201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2418177	100.000,00
SC	SAO BONIFACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BONIFACIO	36000159086201700	40.000,00	81000174	40.000,00	10122201545257282	2622734	40.000,00
SC	SAO JOSE DO CEDRO	ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO	36000160332201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2378809	100.000,00
SC	SERRA ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159069201700	66.566,00	81000174	66.566,00	10122201545257282	2626489	66.566,00
SC	TREZE DE MAIO	FUNDACAO MEDICO SOCIAL RURAL SAO SEBASTIAO	36000160241201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2778858	100.000,00
SE	ARACAJU	FUNDACAO DE BENEFICENCIA HOSPITAL DE CIRURGIA	36000160624201700	700.000,00	81000174	700.000,00	10122201545257282	0002283	700.000,00
SE	ITABAIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABAIANA SERGIPE	36000159738201700	1.100.000,00	81000174	1.100.000,00	10122201545257282	2477777	1.100.000,00
SE	ITABAIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABAIANA SERGIPE	36000159739201700	220.000,00	81000174	220.000,00	10122201545257282	2477777	220.000,00
SE	ITABAIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABAIANA SERGIPE	36000159741201700	160.000,00	81000174	160.000,00	10122201545257282	2477688	160.000,00
SE	ITABAIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABAIANA SERGIPE	36000159742201700	20.000,00	81000174	20.000,00	10122201545257282	2611929	20.000,00
SP	AGUAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159544201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2069164	100.000,00
SP	BARRETOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159892201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2784572	100.000,00
SP	BASTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BASTOS	36000159764201700	50.000,00	81000174	50.000,00	10122201545257282	2745313	50.000,00
SP	BASTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BASTOS	36000159766201700	20.000,00	81000174	20.000,00	10122201545257282	7110669	20.000,00
SP	BASTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BASTOS	36000159767201700	30.000,00	81000174	30.000,00	10122201545257282	5933331	30.000,00
SP	BORACEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159621201700	1.863,00	81000174	1.863,00	10122201545257282	2075067	1.863,00
SP	CABRALIA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABRALIA PAULISTA	36000160912201700	30.000,00	81000174	30.000,00	10122201545257282	2790238 6463959	30.000,00 0,00

SP	CASA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA BRANCA	36000159275201700	523.000,00	81000174	523.000,00	10122201545257282	2064030 2748991 2782812 4047621	389.000,00 81.000,00 44.000,00 9.000,00
SP	DUMONT	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUMONT	36000159786201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2793512	100.000,00
SP	GUAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160807201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2070367 2078414	67.491,00 32.509,00
SP	GUARA	SANTA CASA DE GUARA	36000161119201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2083973	200.000,00
SP	JERIQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JERIQUARA	36000159579201700	8.900,00	81000174	8.900,00	10122201545257282	2745712	8.900,00
SP	OLIMPIA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE OLIMPIA SP	36000159772201700	114.000,00	81000174	114.000,00	10122201545257282	2071762	114.000,00
SP	PIRACICABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160140201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2792346	100.000,00
SP	PIRASSUNUNGA	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PIRASSUNUNGA	36000161018201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2785382	100.000,00
SP	PROMISSAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160072201700	87.000,00	81000174	87.000,00	10122201545257282	7580371	87.000,00
SP	RIBEIRAO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE RIBEIRAO BRANCO	36000160169201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2796007	100.000,00
SP	RIBEIRAO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO PRETO	36000160210201700	350.000,00	81000174	350.000,00	10122201545257282	2080400	350.000,00
SP	RIFAINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIFAINA	36000161048201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2745631	150.000,00
SP	RINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RINOPOLIS	36000159455201700	110.000,00	81000174	110.000,00	10122201545257282	2081237	110.000,00
SP	SALTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160425201700	114.000,00	81000174	114.000,00	10122201545257282	2748738	114.000,00
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000158027201700	317.754,00	81000174	317.754,00	10122201545257282	2078198	317.754,00
SP	SAO PAULO	FUNDACAO OSWALDO RAMOS	36000160917201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2089785	100.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000158368201700	700.000,00	81000174	700.000,00	10122201545257282	2078015	700.000,00
SP	SAO PAULO	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO PAULO	36000160253201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2688689	100.000,00
SP	SAO PAULO	REAL E BENEMERITA ASSOCIACAO PORTUGUESA DE BENEFICENCIA	36000160489201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	6984649	100.000,00
SP	SAO PAULO	SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO	36000160565201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2168731	300.000,00
SP	TABAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TABAPUA	36000161037201700	70.000,00	81000174	70.000,00	10122201545257282	2084074	70.000,00
SP	TAMBAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159852201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2062666	200.000,00
SP	TAQUARITINGA	HOSPITAL DE OLHOS LIONS "MANOEL DANTE BUSCARDI"	36000160377201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2747308	100.000,00
SP	TUPI PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000159944201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	4050746	200.000,00
TO	ARAGUATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159728201700	125.000,00	81000174	125.000,00	10122201545257282	2469499	125.000,00
TO	ARAGUATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159733201700	75.000,00	81000174	75.000,00	10122201545257282	7068646	75.000,00
TO	NOVA OLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160414201700	41.570,00	81000174	41.570,00	10122201545257282	2359707	41.570,00
TOTAL			260 PROPOSTAS	68.328.889,00					

PORTARIA Nº 3.521, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	OURO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09642975000117002	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
TOTAL			1 PROPOSTAS			242.000,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.522, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	ITABELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABELA	36000161105201700	37720001	531.312,00	531.312,00	10122201545250029
CE	JUAZEIRO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUAZEIRO DO NORTE	36000160998201700	37780005	564.722,00	564.722,00	10122201545250023
MG	RIO CASCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CASCA	36000161014201700	27660004	177.047,00	177.047,00	10122201545250031
PB	SAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAPE	36000159276201700	27110006	210.000,00	210.000,00	10122201545250025
PI	MONSENHOR HIPOLITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156900201700	27070003	164.476,00	164.476,00	10122201545250022
PR	CEU AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CEU AZUL	36000161109201700	31760006	66.503,00	66.503,00	10122201545250041
PR	GUARATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARATUBA	36000160938201700	37710006	86.866,00	86.866,00	10122201545250041
PR	SAO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO SAO JOAO PR	36000125573201700	37710006	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
RN	JANUARIO CICCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160942201700	30490006	100.000,00	100.000,00	10122201545250024
RN	SAO RAFAEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO RAFAEL	36000161136201700	37790009	86.865,00	86.865,00	10122201545250024
RS	ESMERALDA	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESMERALDA	36000160975201700	30770008	75.000,00	75.000,00	10122201545250043
SP	PRESIDENTE BERNARDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE BERNARDES	36000160944201700	30640011	50.000,00	50.000,00	10122201545250035
TOTAL			12 PROPOSTAS			2.212.791,00	

PORTARIA Nº 3.523, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	FLORESTA	FLORESTA FUNDO MUNICPAL DE SAUDE	10965708000117003	37820001	81.000,00	81.000,00	10301201520YL0026
TOTAL			1 PROPOSTAS			81.000,00	

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.248, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a instauração do regime especial de Direção Técnica na operadora UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e III do art. 26 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, na reunião ordinária de 15 de dezembro de 2017, considerando as anormalidades administrativas e assistenciais graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.168357/2016-55, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 26, da RR nº 01, de 17 de março de 2017, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime especial de direção técnica na operadora UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO, registro ANS nº 32421-3, inscrita no CNPJ sob o nº 09.237.009/0001-95.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

DECISÃO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através de Reunião Eletrônica para o Circuito Deliberativo nº 5 de 19/12/2017, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo SEI nº 33910.003114/2017-54

Decisão: Convalidada à unanimidade a decisão proferida na 450ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada, ocorrida em 29 de agosto de 2016, para aprovar o curso realizado na Espanha pela servidora RENATA NACIF DE TOLEDO PIZA, Analista Administrativo, SIAPE 2442934, lotada no GAB/PRESI, tendo por consequência a expedição de nova Portaria para retificar a Portaria n° 8.432 de 19/09/2016, aprovando o afastamento do país necessário para realização do curso.

Os autos do processo em referência encontram-se à disposição dos interessados no SEI.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através de Reunião Eletrônica para o Circuito Deliberativo nº 5 de 19/12/2017, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo SEI nº 33902.449124/2015-70

Decisão: Aprovada à unanimidade a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 50/2016, firmado com a empresa GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.130.013/0001-64, por mais 12 (doze meses), de 02/01/2018 a 02/01/2019, cujo objeto é a prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e gerenciamento de projetos de sistemas de TI.

Os autos do processo em referência encontram-se à disposição dos interessados no SEI.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através de Reunião Eletrônica para o Circuito Deliberativo nº 5 de 19/12/2017, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo SEI nº 33902.176957/2013-44

Decisão: Aprovada à unanimidade a prorrogação do prazo de vigência e revisão do Contrato Administrativo nº 05/2014, firmado com a empresa IMTEP GSI CLINICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.196.526/0001-99, por mais 12 (doze meses), de 01/02/2018 a 01/02/2019, cujo objeto é a prestação de serviços de atenção à saúde do trabalhador para o atendimento à demanda da Agência Nacional de Saúde Suplementar, em âmbito nacional.

Os autos do processo em referência encontram-se à disposição dos interessados no SEI.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através de Reunião Eletrônica para o Circuito Deliberativo nº 5 de 19/12/2017, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo SEI nº 33902.555290/2015-12

Decisão: Aprovada à unanimidade a prorrogação do prazo de vigência e revisão do Contrato Administrativo nº 02/2016, firmado com a empresa PLANEJAR TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 09.169.438/0001-72, por mais 12 (doze meses), a contar de 11/01/2018 a 11/01/2019, cujo objeto é a contratação de serviços continuados de suporte especializado às Contratações Públicas e suas posteriores Gestões Contratuais, com mão de obra alocada, de nível superior, para auxílio à execução do planejamento de contratações, processos licitatórios e fiscalizações contratuais, além de apoio e suporte à definição e reorganização de fluxos internos de trabalho, admitindo-se pela administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas previamente definida.

Os autos do processo em referência encontram-se à disposição dos interessados no SEI.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

OUVIDORIA

PORTARIA Nº 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Ouvidor da ANS, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 21, inciso I, alínea "b" da Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017, combinado com o art. 13 da Resolução Administrativa nº 68, de 05 de junho de 2017 e considerando a decisão realizada na 478ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada da ANS em 1º de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao relatório de acompanhamento do teletrabalho previsto no art. 13 da Resolução Administrativa nº 68, de 05 de junho de 2017, referente ao período de 01/08/2017 a 31/10/2017, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

LUIZ GUSTAVO MEIRA HOMRICH

ANEXO

PERÍODO DO TELETRABALHO:		01/08/2017 A 31/10/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
01/2017	COPEO/OUVID	1	130%

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 68, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS relativa à proposta de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de alergia à proteína do leite de vaca, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

CONSULTA PÚBLICA Nº 69, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) relativa à proposta de incorporação da implantação endoscópica da prótese esofageana metálica autoexpansível para tratamento da disfagia dos tumores esofágicos avançados e obstrutivos, apresentada pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - SES/SP nos autos do processo MS/SEI nº. 25000.058539/2017-35. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 54, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Torna pública a decisão de incorporar o certolizumabe pegol para o tratamento da espondiloartrite axial mediante Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica incorporado o certolizumabe pegol para o tratamento da espondiloartrite axial mediante Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.

Art. 3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 60, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Torna pública a decisão de não incorporar o cloridrato de xilometazolina 0,1% solução nasal para pacientes com rinossinusite aguda, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º Fica não incorporado o cloridrato de xilometazolina 0,1% solução nasal para pacientes com rinossinusite aguda no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art.2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 61, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Torna pública a decisão de incorporar a desmopressina oral para Diabetes Insípido, mediante negociação de preço, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º Fica a incorporada a desmopressina oral para Diabetes Insípido, mediante negociação de preço, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.

Art.3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 62, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Torna pública a decisão de incorporar a idursulfase alfa como terapia de reposição enzimática na mucopolissacaridose tipo II, conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º Fica incorporada a idursulfase alfa como terapia de reposição enzimática na mucopolissacaridose tipo II no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.

Art.3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 408, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 170/SGTES/MS, de 3 de julho de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 170/SGTES/MS, de 3 de julho de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.086914/2017-37	IVAN SILVERA BALAN	5200655	SP	CUBATÃO

PORTARIA Nº 409, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 103/SGTES/MS, de 29 de abril de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 103/SGTES/MS, de 29 de abril de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.067093.2014-97	DAIANA HERERA HERRERA	3500881	SP	FRANCA

PORTARIA Nº 410, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 538/SGTES/MS, de 25 de novembro de 2016, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 538/SGTES/MS, de 25 de novembro de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.171332/2016-74	RAFAEL VIEIRA	3101902	MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI



Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

OUVIDORIA-GERAL DA UNIÃO

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Retifica o Regulamento do I Concurso de Boas Práticas da Rede de Ouvidorias, aprovado por meio da Resolução nº 04, DE 15 DE MAIO DE 2016.

A COORDENAÇÃO DA REDE DE OUVIDORIAS, no uso de suas atribuições previstas no inciso II do art. 7º da Resolução nº 2, de 8 de agosto de 2016, que aprova o Regimento Interno da Rede de Ouvidorias, resolve:

Art. 1º Retificar o anexo I do regulamento do I Concurso de Boas Práticas da Rede de Ouvidorias conforme especificação a seguir:

GILBERTO WALLER JUNIOR
Ouvidor-Geral da União
Coordenador da Rede de Ouvidorias

ANEXO I

FASES DO CONCURSO DE BOAS PRÁTICAS EM OUVIDORIA
O Concurso observará o seguinte cronograma:

Fase	Período/ Data
Inscrições	15 de maio a 31 de agosto de 2017
Pré-avaliação	30 de agosto a 15 de outubro de 2017
Avaliação In Loco	15 de outubro a 26 de janeiro de 2018
Julgamento	26 de janeiro de 2018 a 22 de fevereiro de 2018
Divulgação do Resultado	22 de fevereiro de 2018
Premiação	16 de março de 2018

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 687, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal e o art. 25, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o calendário e procedimentos para encerramento das atividades do exercício financeiro de 2017.

Art. 2º Determinar às unidades gestoras da administração direta e da administração indireta, do Ministério das Cidades, que adotem medidas com vistas ao fiel cumprimento do conteúdo constante dos quadros anexos, de acordo com a legislação aplicável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO

CALENDÁRIO E PROCEDIMENTOS PARA ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

QUADRO I

I - AOS SETORES E SERVIDORES RESPONSÁVEIS POR AQUISIÇÃO E COMPRAS, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, SUPRIDOS.	
PROCEDIMENTOS	PRAZOS
1. DAS AQUISIÇÕES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PROCESSOS EM ANDAMENTO.	
1.1 Encaminhar solicitação aos Ordenadores de Despesas para novas aquisições.	04/12/2017
1.2 Enviar ao Setor Financeiro responsável pelo pagamento das despesas da unidade, as Notas de Empenho e processos emitidos no exercício de 2017 cujas despesas, na forma da Lei nº 4.320/64 e do Decreto nº 93.872/96, não satisfaçam as condições para inscrição em Restos a Pagar processados ou não processados, para cancelamento, evitando a inscrição indevida em Restos a Pagar.	29/12/2017
1.3 As despesas empenhadas no exercício de 2017 cuja prestação em bens e serviços não tenha ocorrido até o dia 30 de dezembro de 2017 só serão inscritas em Restos a Pagar não processados a liquidar, mediante indicação das notas de empenho em 3/1/2018 e registro até 4/1/2018 feito pelo Ordenador de Despesa da unidade gestora e/ou pessoa formalmente designada e incluída no SIAFI em espaço próprio na tabela de UG. A indicação e registro será por meio da transação >ATURNERP e REGINDRP. Os empenhos que estejam na situação "em Liquidação" conta: 6.2.2.9.2.01.02, devem ser também indicados e registrados.	04/01/2018 29/12/2017
1.4 Registrar os documentos comprobatórios dos atos e fatos das Gestões Orçamentária, Financeira e Patrimonial.	
1.5 É vedada a prática de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito do SIAFI, após 30 de dezembro de 2017, relativos ao exercício findo, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis.	
1.6 Encaminhar ao Setor Financeiro da unidade até as 12:00, do dia 28 de dezembro de 2017, os processos administrativos relativos aos empenhos emitidos em 2017, decorrentes de serviços e fornecimentos concluídos e atestados, para registro da liquidação e conseqüente inscrição em Restos a Pagar Processados.	28/12/2017
2. DAS DIÁRIAS	
2.1 A concessão de diárias deve respeitar o limite anual para despesas com passagens, diárias e despesas com locomoção, fixado por decreto para o Poder Executivo Federal.	
2.2 As viagens deverão ser programadas de tal forma que os processos de pagamento das diárias sejam encaminhados ao setor responsável pelo pagamento das despesas da unidade até a data limite de 28 de dezembro de 2017, observando-se que o período de concessão não deverá ultrapassar o dia 31 de dezembro de 2017.	28/12/2017
3. DO SUPRIMENTO DE FUNDOS	
3.1 Os detentores de recursos a serem aplicados por meio de Suprimento de Fundos deverão adotar os seguintes procedimentos:	
a) devolver a UG Concedente, por meio de GRU, os valores não aplicados;	27/12/2017
b) informar ao Setor Financeiro o valor do saldo não aplicado;	28/12/2017
c) prestar contas das despesas realizadas e registro no SIAFI.	29/12/2017
4. DAS REQUISIÇÕES AO ALMOXARIFADO	
4.1 As requisições de material ao almoxarifado deverão ser encaminhadas no prazo estipulado. Após esta data, o almoxarifado estará fechado para inventário.	14/12/2017

QUADRO II

II - UNIDADES GESTORAS DO MINISTÉRIO DAS CIDADES	
PROCEDIMENTOS	PRAZOS
1. DA EMISSÃO DE EMPENHOS E RESTOS A PAGAR	
1.1 Emitir Nota de Empenho (original e reforço), exceto para as despesas excetuadas no Decreto de Programação Financeira n° 8.961/2017.	08/12/2017
1.2 Registrar os documentos comprobatórios dos atos e fatos das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.	29/12/2017
1.3 Emitir Nota de Empenho para ocorrer inscrição em Restos a Pagar, desde que haja amparo nos normativos que disciplinam o assunto.	29/12/2017
1.4 Anular os Empenhos emitidos no exercício de 2017, cujas despesas, na forma da Lei nº 4.320/64 e do Decreto nº 93.872/96, não satisfaçam as condições para inscrição em Restos a Pagar processados ou não processados, para ajustar os saldos que serão inscritos em Restos a Pagar (Macrofunção 02.03.17 Restos a Pagar).	29/12/2017
1.5 A análise dos empenhos que poderão ou não ser inscritos em Restos a Pagar não processados a liquidar e em liquidação deverá ser realizada observando o disposto na Macrofunção 02.03.17.	
1.5.1 Os RP Não Processados são classificados em: a) RP Não Processados a liquidar b) RP Não Processados em liquidação (referem-se às despesas que já tiveram a sua execução iniciada,	
porém a sua liquidação não pode ser efetuada, pois o bem/e ou serviço contratado não foi entregue, atestado ou aferido totalmente).	
1.5.2 A inscrição de RP Não Processados ficará condicionada à indicação pelo ordenador de despesas, conforme Decreto nº 93.872/86 e suas alterações.	
1.6 Proceder à liquidação dos empenhos relativos aos processos administrativos decorrentes de serviços e fornecimentos concluídos e atestados até o dia 29 de dezembro de 2017.	
1.7 Cancelar os saldos de Restos a Pagar processados inscritos há mais de cinco anos (art. 70, Decreto 93.872/1986)	29/12/2017
1.8 É vedada a inscrição de RP (não processado) sem que haja a suficiente disponibilidade de caixa assegurada para este fim. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissados a pagar até o final do exercício, ressalvado o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 04/05/2000, quando for o caso.	
1.9 Compatibilizar os empenhos que serão inscritos em Restos a Pagar processados e não processados com os recursos financeiros disponíveis.	29/12/2017
1.10 O Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele indicada formalmente no SIAFI, em espaço próprio na tabela de UG (>CONUG), deverá indicar as Relações de Notas de Empenho a serem inscritas em Restos a Pagar não processados a Liquidar e em Liquidação a partir de 1/12/2017 e registrar as RN até 4/1/2018.	04/01/2018
1.10.1 A elaboração das Relações de Notas de Empenho se dará por meio da transação ATURNERP (atualiza Relações de Nota de Empenho para inscrição de RPNP a liquidar) que possibilitará o usuário a fazer	
quantas RNs achar necessário, selecionando as Notas de Empenho que não estão liquidadas para compor a relação, podendo ser consultada pela transação CONRNERP.	
1.10.2 As relações de Notas de Empenho devem ser listadas na transação REGINDRP (Registro de Indicação de Nota de Empenho para Inscrição em RPNP a liquidar) para que sejam registradas no SIAFI.	
2. DAS TRANSFERÊNCIAS E CONTRATOS CELEBRADOS	
2.1 Devolver, para o respectivo Órgão repassador, os saldos financeiros e orçamentários não utilizados, recebidos por descentralização de crédito formalizados por meio de Termo de Execução Descentralizada-TED, cadastrados ou não no CONTRANSF.	29/12/2017 29/12/2017
2.2 Os valores já empenhados não passíveis de inscrição em Restos a Pagar deverão ser anulados e devolvidos para o órgão repassador.	
2.3 Realizar os registros dos valores correspondentes a Recursos a Liberar/a Receber por Destaque Autorizados Inscrição - formalizados por Termo de Execução Descentralizada-TED, cadastrados na CONTRANSF,	
de forma a garantir a liberação dos recursos no exercício seguinte. Os registros serão feitos pela UG Repassadora com a emissão de NL, utilizando os eventos 54.0.972 em conjunto com 54.0.973.	
2.3.1 Quando a descentralização externa não for formalizada por TED, os registros dos Recursos a Liberar/a Receber por Destaque Autorizados Inscrição deverão ser feitos utilizando o evento 54.0.974, pela UG Repassadora, na Nota de Lançamento.	

2.3.2 O Órgão recebedor deverá informar ao Órgão repassador, em tempo hábil, o valor total que será inscrito em Restos a Pagar.	29/12/2017
2.3.3 O Órgão Repassador poderá acompanhar a execução orçamentária dos créditos descentralizados por meio dos saldos das contas contábeis do grupo 6.2.2.9.2.02.00 Crédito Utilizado Controle da Unidade Orçamentária. Os lançamentos ocorrem na UG responsável pela UO do crédito descentralizado.	
2.4 Efetuar o registro das transferências e contratos celebrados no exercício atual e ainda não registrados no grupo de controle devedores/credores, de forma a evidenciar os atos potenciais, a saber: a) Acordo de Cooperação Técnica, Termo de Compromisso, Termo de Execução Descentralizada e Transferências Legais, deverão ser incluídas no SIAFI, utilizando as transações ATUPRETRAN e CONVERTRAN b) Convênio, Contrato de Repasse e Termo de Parceria deverão ser cadastradas utilizando o SICONV. 2.5 Os contratos deverão ser incluídos no SIASG ou SIAFI, por meio de transações específicas, ou ainda por meio da inclusão de documento hábil pelo SIAFIWeb por situações do tipo LDV, conforme cada caso.	
Observar instruções item 2 Quadro I	
4. DOS SUPRIMENTOS DE FUNDOS 4.1 A concessão, aplicação e prestação de contas de suprimentos de fundos, no mês de dezembro de 2017, obedecerão ao seguinte cronograma:	
a) prazo limite de concessão;	15/12/2017
b) prazo limite para aplicação;	27/12/2017
c) prazo limite para devolução dos saldos existentes por meio de GRU	27/12/2017
d) prazo limite para informar o saldo não aplicado ao setor financeiro;	28/12/2017
e) prazo limite para apresentação da prestação de contas e registro no SIAFI.	29/12/2017
5.1 A CGLOG adotará medidas visando à apresentação dos inventários físico-financeiros que comprovarão os saldos do Balanço do MCidades do exercício de 2017, conforme segue:	
b) Encaminhar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração os inventários do almoxarifado e depósito do MCidades, bem como dos bens móveis e imóveis, refletindo a posição apurada em 31 de dezembro de 2017. c) Apresentar os inventários acompanhados dos seguintes documentos: Portaria de designação da Comissão, Termo de Responsabilidade e Relatório de Critérios Adotados.	05/01/2018
6. DOS RELATÓRIOS DE MOVIMENTAÇÃO DO ALMOXARIFADO - RMA E DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS RMB.	
6.1 Deverão ser apresentados à Setorial Contábil, os relatórios de movimentação do almoxarifado e de bens, pela Divisão de Almoxarifado e pela Divisão de Patrimônio, devidamente assinados.	05/01/2018
7. DO ROL DE RESPONSÁVEIS 7.1 As Unidades deverão proceder à atualização dos dados constantes do Rol de Responsável, por meio da transação >ATUAGENTE, observando o Inciso I, art. 2° da Decisão Normativa n° 140, 15/10/2014, do Tribunal de Contas da União TCU. 7.2 A Unidade Gestora 560011 Coordenação-Geral de Recursos Humanos deverá disponibilizar na intranet a publicação do boletim de dezembro de 2017 até o dia 15/12/2017, para que as Unidades Gestoras possam atualizar em tempo hábil o rol de responsáveis.	29/12/2017 15/12/2017
8. REGULARIZAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU 8.1 O arquivo de GRU será rodado em 5 de janeiro de 2018 (processo automático), devendo as Unidades verificar todos os dias até o dia 4 de janeiro de 2018 por meio da transação >CONPROCBT se existe pendência, em caso positivo regularizar, solicitando a Setorial Contábil que libere o Sistema para a UG regularizar no prazo máximo de 4/1/2018.	
9. DA TRANSPOSIÇÃO DE SALDOS E BAIXA DE SALDOS (PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO 9.1 A transposição de saldos e baixa de saldos ocorrerá em 31 de dezembro de 2017. No caso das UG necessitarem efetuar a liquidação/pagamento de RPNP a liquidar e em liquidação antes da execução da rotina automática de inscrição de restos a pagar, o gestor deverá adotar os seguintes procedimentos: 9.1.1 Emitir Nota de Lançamento utilizando evento 59.0.468 para empenho não referente a convênio e evento 59.0.478 para empenho que estiver vinculado a convênios e instrumentos congêneres. RPNP em Liquidação utilizar o evento 59.0.469 para empenho não referente a convênio e evento 59.0.479 para empenho que estiver vinculado a convênios e instrumentos congêneres. 9.2 A Setorial Financeira de Ug/Órgão e Órgão Superior, deverá observar os procedimentos descritos na Macrofunção 02.03.18 - Encerramento do Exercício disponível no Manual Siafi Web. 9.3 Inscrição em Restos a Pagar Não Processados será em 5/1/2018 e RP Processados será executado diariamente de 30/12/2017 a 5/1/2018.	31/12/2017 5/1/2018
10. DAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER-CPR 10.1 Os valores prescritos que constam no CPR (SIAFIWeb) deverão ser cancelados pela CONDH opção cancelar.	29/12/2017
11. DA CONSISTÊNCIA DOS SALDOS CONTÁBEIS 11.1 As Unidades Gestoras deverão analisar e corrigir as contas contábeis que apresentarem saldos invertidos, inclusive em nível de conta corrente.	29/12/2017
12. DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS 12.1 As Unidades Jurisdicionadas do Ministério das Cidades apresentarão ao Órgão de Controle Interno do Poder Executivo, nos prazos que vierem a ser estabelecidos, relatórios de gestão e declarações dispostas na Decisão Normativa do TCU.	
13. FECHAMENTO DE UNIDADE GESTORA E LIBERAÇÃO DO SISTEMA 13.1 - O prazo para registro das operações no SIAFI2017 é de 29/12/2017, exceto para registro da apropriação das reservas ou compensação de prejuízos dos Órgãos regidos pela lei n. 6.404/76. 13.2 - Havendo necessidade de ajustes de valores, desde que não implique em ato de gestão, a Unidade poderá solicitar à Setorial Contábil, por meio de COMUNICA SIAFI, a liberação do Sistema, devendo informar o tipo de documento a ser emitido, o motivo, obedecendo o prazo máximo estabelecido pela CCONT. 13.3 As Unidades Gestoras devem envidar esforços de tal forma que os demonstrativos não apresentem inconsistências que possam resultar em uma conformidade com restrição.	29/12/2017

QUADRO III

III - UNIDADES SETORIAIS DE CONTABILIDADE	
P R O C E D I M E N T O S	PRAZOS
1. Analisar os códigos das Gestões a serem excluídas/incluídas no processo automático de inscrição em Restos a Pagar. Caso a tabela de gestão não estiver na situação desejada, comunicar à CCONT/ STN, por meio de COMUNICA.	29/12/2017
2. Incluir os dados dos balancetes das entidades não integrantes SIAFI, conforme o disposto na Macrofunção 02.03.11 do Manual SIAFI Web.	12/01/2018
3. Registrar as apropriações das Reservas ou compensação de prejuízos, dos Órgãos regidos pela Lei 6.404/76, por meio de NL.	15/01/2018
4. Fechamento de Setorial Contábil	05/01/2018
5. Registrar a Conformidade Contábil após análise dos lançamentos referentes ao mês de dezembro, conforme a situação:	
5.1 Conformidade Contábil de UG;	16/01/2018
5.2 Conformidade Contábil de Órgão;	17/01/2018
5.3 Conformidade Contábil de Órgão Superior.	18/01/2018

QUADRO IV

OUTRAS INFORMAÇÕES/RECOMENDAÇÕES/ORIENTAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DAS NORMAS PERTINENTES À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTÁBIL PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.
1) As Unidades Gestoras das Administrações Direta e Indireta deverão ajustar suas ações para a fiel observância dos prazos e procedimentos constantes dos Quadros I, II e III desta norma e atentar para os procedimentos contidos na Macrofunção 02.03.18 - Encerramento do Exercício, do Manual SIAFI Web da Secretaria do Tesouro Nacional/MF, bem como o contido nas demais normas legais vigentes, disponíveis no endereço: http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/020300/020318/
2) As Unidades Gestoras da Administração Direta do Ministério deverão anular todos os empenhos não passíveis de inscrição em Restos a Pagar, conforme estabelece a Macrofunção 02.03.17 Restos a Pagar, do Manual SIAFI, dentro dos prazos estabelecidos, a fim de evitar, por ocasião do encerramento do exercício de 2017 o acúmulo de documentos na data limite.
3) No caso de despesas continuadas, tais como água, luz e telefone, referentes ao mês de dezembro de 2017 que não puderem ser conhecidas até o final daquele mês, as inscrições em Restos a Pagar deverão ser efetuadas com base na última medição e a correção dos desvios para mais ou para menos serão efetuadas na fatura do mês de janeiro de 2018.
4) Os inventários de materiais em estoque no almoxarifado e/ou depósito, de bens móveis em uso, imóveis e de bens intangíveis deverão ser elaborados por comissões constituídas para tal fim. Não poderão participar das referidas comissões, servidores que sejam responsáveis diretos pela guarda ou movimentação dos bens ou materiais objetos do inventário, cujos resultados deverão ser conciliados com as correspondentes contas no SIAFI.
CALENDÁRIO EXTRAÍDO DA MACROFUNÇÃO 02.03.18 ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DISPONÍVEL NO MANUAL SIAFI WEB: http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/pdf/020000/020300/020318

DATA	PROCESSO
01/12/2017 a 04/01/2018	Indicação pelo Ordenador de Despesas p/inscrição em RP Não processados a liquidar e em liquidação
08/12/2017	Órgão e as Unidades Orçamentárias do Poder Executivo Emissão de Nota de Empenho (Decreto 8.961, art.9º-A de 16/01/2017)
30/12/2017	Fechamento UG e Transposição de saldos
30/12/2017	Cancelamento de RPNP a Liquidar e em Liquidação Bloqueados, correspondentes ao saldo das contas 63151.00.00 e 63152.00.00
05/01/2018	Fechamento Setorial Contábil

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05/01/2018	Inscrição em Restos a Pagar - Não Processados a Liquidar (Não exigível) - Não Processados em Liquidação (Exigível) - Processados (será executado processo diariamente de inscrição em RPP no período de 30/12/2017 até 05/01/2018
08/01/2018	Conferência do processo de inscrição de RP
08/01/2018	Anulação de NE não inscritas em RPNP a Liquidar e em Liquidação pela não indicação do gestor (Restrição Contábil Equações 700 e 701)
09/01/2018	Inscrição de Recursos Diferidos e a Receber/a Liberar
10/01/2018	Conferência do processo do Diferido
10/01/2018	Agrupamento de órgãos e UG´s
12/01/2018	Integração de Balancete
12/01/2018	Migração do Cadastro de Empenho
12/01/2018	Apuração do Resultado do Exercício
15/01/2018	Apropriação das reservas
15/01/2018	Conclusão de Transferências (CV, CR, TP, AC, TC, TL)
15/01/2018	Encerramento das contas de resultado
15/01/2018	Conformidade de Registro de Gestão
DATA	REGISTRO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL
16/01/2018	Conformidade Contábil de UG
17/01/2018	Conformidade Contábil de Órgão
18/01/2018	Conformidade Contábil de Órgão Superior
19/01/2018	Conformidade Contábil de BGU
DATA	PROCESSO INDEPEDENTES DE AÇÕES DE GESTÃO
05/01/2018	Processamento da Fita 50
05/01/2018	Processamento da Fita de Bens Dominiais
05/01/2018	Processamento da Fita DAU Dívida Ativa da União
DATA	PROCEDIMENTOS POSTERIORES AO ENCERRAMENTO
31/01/2018	Baixa dos Recursos Diferidos (Siafi 2018)
26/01/2018	Inclusão das notas explicativas no SiafiWeb pelas Setoriais Contábeis de Órgão Superior
20/03/2018	Divulgação da Conciliação das Demonstrações contábeis
30/04/2018	Divulgação do Relatório de Gestão, DCON e Notas Explicativas no site dos órgãos superiores e órgãos

SECRETARIA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA

PORTARIA Nº 688, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Divulga seleção de proposta para Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros (REFROTA$_{17}$), apresentada no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, setor privado.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA, no uso das competências delegadas pelo Ministro das Cidades na Portaria nº 363, de 08 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 09 de maio de 2017, seção 1, página 35, e,

Considerando a Instrução Normativa n° 7, de 13 de janeiro de 2017, publicada no DOU, em 16 de janeiro de 2017, seção 1, página 30, alterada pela Instrução Normativa nº 34, de 06 de setembro de 2017, publicada no DOU de 08 de setembro de 2017, Seção 1, páginas 714 a 716, em que estabeleceu procedimento específico para a seleção de propostas de operação de crédito para Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros (REFROTA$_{17}$), apresentadas no âmbito do Pró-Transporte, e,

Considerando que as propostas enquadradas possuem manifestações conclusivas apresentadas pelo Agente Financeiro, favoráveis aos enquadramentos das cartas consulta, resolve:

Art. 1º Tornar pública a seleção de propostas do setor privado, na forma do Anexo, referente à Aquisição de ônibus do transporte público coletivo urbano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO GENEROSO

ANEXO

SELEÇÃO DE PROPOSTAS REFROTA$_{17}$ - PRÓ-TRANSPORTE - SETOR PRIVADO

PROPONENTE	OBJETO	AGENTE FINANCEIRO	VALOR DE FINANCIAMENTO R$	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS	Processo SEI
VIP Transportes Urbano Ltda - Operação 1	Aquisição de 40 ônibus	Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	41.422.280,00	São Paulo/SP	80140.000635/2017-06
VIP Transportes Urbano Ltda - Operação 2	Aquisição de 72 ônibus	Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	43.421.650,00	São Paulo/SP	80140.000637/2017-97

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Os Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição,

Considerando a contribuição da diplomacia e da inovação científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico;

Considerando os esforços para maior coordenação e aprimoramento da atuação internacional do Brasil nas áreas de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I);

Considerando a rede de Postos do Ministério das Relações Exteriores no exterior, muitos dos quais dotados de setores de C,T&I, bem como os Escritórios Regionais mantidos em capitais dos Estados da Federação;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar a elaboração de informações e o planejamento de ações em matéria de políticas de C,T&I na relação entre os órgãos de Governo e os Postos diplomáticos;

Considerando a possibilidade de estabelecer contatos com escritórios e consulados estrangeiros que realizem atividades de C,T&I em Estados da Federação;

Considerando a importância de definir diretrizes para a implementação de ações conjuntas no campo da diplomacia da inovação científica e tecnológica, resolvem:

Art. 1° Instituir a Comissão de Coordenação em Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito dos Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para atuar como órgão consultivo.

Art. 2° Caberá à Comissão de Coordenação em Ciência, Tecnologia e Inovação:

I - Elaborar e rever, para posterior aprovação dos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, as diretrizes das ações governamentais de coordenação entre a diplomacia e a inovação científica e tecnológica;

II - Apoiar a implementação da rede diplomática brasileira para a ciência, tecnologia e inovação em Postos específicos no exterior, bem como em Escritórios de representação regional do MRE;

III - Propor ações da rede diplomática brasileira nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, com base em programa de trabalho anual, a ser coordenado pela Comissão.

Art. 3º A Comissão de Coordenação em Ciência, Tecnologia e Inovação será composta por 2 representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e 2 representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e coordenada pelo:

I - Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos, do MRE; e o

II - Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, do MCTIC.

§ 1°: Poderão ser convidados a integrar a Comissão representantes de outros órgãos do Poder Executivo Federal, cujas atribuições incluam o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.

§ 2°: Poderão ser convidados a participar da Comissão, na condição de observadores, representantes do setor produtivo, da academia, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais.

Art. 4º A Comissão reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que houver convocação conjunta de seus coordenadores.

Art. 5º A secretaria do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos, no Ministério das Relações Exteriores, e a secretaria da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, proverão o apoio administrativo e técnico necessário ao funcionamento do colegiado e à realização de suas reuniões ordinárias.

Art. 6º A participação dos representantes da Comissão de Coordenação em Ciência, Tecnologia e Inovação será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º O plano anual de trabalho da Comissão, mencionado no art. 2º, III, será aprovado em reunião ordinária, e submetido à aprovação:

I - do Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, no Ministério das Relações Exteriores; e

II - do Chefe do Gabinete do Ministro de Estado, no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALOYSIO NUNES FERREIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA Nº 980, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017, que dispõe sobre normas complementares aos procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta ou indireta, para fins de celebração de Atos Complementares de cooperação técnica recebida, decorrentes de Acordos Básicos firmados entre o Governo brasileiro e organismos internacionais, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IV, do Anexo I, do Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016 e no art. 9º do Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, e

Considerando a necessidade de proporcionar às instituições nacionais executoras de projetos de cooperação técnica desenvolvidos com organismos internacionais parâmetro adicional a ser observado na consideração da vigência de atos complementares de cooperação técnica internacional, resolve:

Art. 1º A Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12.

.....

Parágrafo único. Os projetos em execução à data de publicação desta Portaria terão duração de até 5 (cinco) anos, prorrogável, mediante fundamentação, desde que sua vigência não ultrapasse o total de 10 (dez) anos." (NR)

"Art. 26. O projeto que se encontrar em execução à data de publicação desta Portaria deverá ser ajustado, de modo a contemplar tanto as suas disposições quanto as do Decreto nº 5.151, de 2004, ressalvado o disposto no parágrafo único do Art. 12 desta Portaria." (NR)

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOYSIO NUNES FERREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIAS DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria de 26 de março de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, resolve:

Art. 1º Extinguir o Consulado Honorário em Belize City, Belize.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria de 26 de março de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, resolve:

Art. 1º Extinguir o Consulado Honorário em Aberdeen, Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 490, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o que consta no Processo nº 48370.000816/2017-16, resolve:

Art. 1º A Portaria MME nº 446, de 17 de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º As contribuições dos interessados para o aprimoramento do Relatório de que trata o art. 1º serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do citado Portal, até o dia 19 de janeiro de 2018." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

PORTARIA Nº 492, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48000.000658/2016-13, resolve:

Art. 1º Reconhecer a necessidade de contratação de Geração Termelétrica no montante de 105 MW em locais eletricamente equivalentes aos das atuais Usinas de Flores, 80 MW, e de Iranduba, 25 MW, na Região Metropolitana de Manaus, Estado do Amazonas, até a conclusão da obra e entrada em operação do 4º Transformador 230/69 kV - 150 MVA da Subestação Manaus.

Parágrafo único. Na referida contratação deverão ser previstas cláusulas para a extensão ou a redução dos prazos de contratação das Usinas indicadas no caput, com prévio aviso de pelo menos trinta dias de antecedência, de modo a permitir a alteração dos prazos de contratação a depender da entrada em operação do 4º Transformador 230/69 kV - 150 MVA da Subestação Manaus.

Art. 2º A Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. será a responsável pela contratação de Geração Termelétrica reconhecida no art. 1º, bem como pelas obrigações decorrentes da contabilização e liquidação da energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Art. 3º Os custos fixos e variáveis associados à Geração Termelétrica, prevista no art. 1º, deverão ser aprovados e autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

§ 1º A cobertura dos custos dar-se-á no âmbito da contabilização da CCEE e observará os limites de eficiência e custo definidos pela ANEEL.

§ 2º Poderá ser utilizado o encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito, por restrição de operação no âmbito do Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme dispõe o art. 59 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

§ 3º Excepcionalmente, a Geração Termelétrica, de que trata o caput do art. 1º, não estará sujeita ao Rateio de Inadimplência no Mercado de Curto Prazo, resultante do Processo de Contabilização da Geração de Energia Elétrica, realizada no âmbito da CCEE, nos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 4.259, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Processos nº 48500.006270/1999-97. Interessado: Ipiranga Agroindustrial S.A. Decisão: revogar, a pedido, o Despacho nº 3.803, de 24 de novembro de 2015, referente ao Registro de Requerimento de Outorga (DRO) da UTE Ipiranga Mococa.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 3.251, de 17 de setembro de 2015, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, constante do Processo nº 48500.005441/2001-39, publicado no DOU, de 21 de setembro de 2015, seção 1, página 91, nº. 180, onde se lê: "uma de 25.000 kW e outra com 16.336 kW" leia-se: "uma de 20.084 kW e outra com 16.336 kW".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 4.300, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004554/2017-28, resolve:

(i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura que entre si celebram a Companhia Leste Paulista de Energia - CPFL Leste Paulista, e Sampaio & Sampaio Provedores de Internet LTDA.;

(ii) a receita proveniente do contrato homologado no item "¡" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CPFL Leste Paulista, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 20 de dezembro de 2017.

Nº 4.306 - Processo nº 48500.004380/2014-51. Interessados: Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. Usina: EOL União dos Ventos 12. Unidades Geradoras: UG9 e UG11, de 2.100 kW cada, totalizando 4.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 4.307 - Processo nº 48500.000336/2017-14. Interessados: Phoenix Geração de Energia S.A. Usina: PCH Verde 4A. Unidade Geradora: UG1, de 14.000 kW. Localização: Municípios de Agua Clara e Ribas do Rio Pardo, Estado do Mato Grosso do Sul.

Nº 4.308 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessados: DECS Energia Ltda. Usina: CGH Dona Enedina. Unidade Geradora: UG1, de 1.000 kW, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Guanhães, Estado de Minas Gerais.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D"AFONSECA CANTARINO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 4.144, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.006173/2017-83. Interessada: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A, decisão:

Anuir ao pedido formulado pela interessada para a doação de ativos de distribuição de energia elétrica à concessionária Elektro Redes S.A.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 4.302, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.001321/2017-73. Interessados: UTE Pampa Sul S.A. e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, decisão:

Publicar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - TUST-RB aplicáveis ao consumidor UTE Pampa Sul S.A., no ponto de conexão da subestação Presidente Médici 230 kV, para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 4.263, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.004084/2016-11, decide:

(i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da Termopernambuco S.A. para autorizar a utilização do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Termopernambuco (Código CEG: UTE.GN.PE.028031-3.01), no valor de R$ 105,05/MWh (cento e cinco reais e cinco centavos por megawatt-hora), a ser aplicado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho;

e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização do valor de CVU indicado no item "i" para fins de contabilização da geração verificada na UTE Termopernambuco a partir do mês de novembro de 2017.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 4.252, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº48500.003182/2017-12, decide indeferir os pleitos da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE de isenção e revisão da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI associada à indisponibilidade do circuito 2 da LT 500 kV Açailândia / Marabá ocorrida dia 13 de outubro de 2016.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 889, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014101/2012-58, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da DENUSA DESTILARIA NOVA UNIÃO S.A., CNPJ nº 00.595.322/0001-20, com capacidade de produção de 650 m³/dia de etanol hidratado e 450 m³/dia de etanol anidro, localizada na Rodovia BR 060, km 274, Fazenda São Pedro, Zona Rural, Jandaia - GO, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 59, de 17/01/2013, publicada no DOU de 18/01/2013, retificada no DOU de 03/02/2016 e 01/04/2016.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 882, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.014016/2017-02, autoriza a empresa JACUÍ COMERCIO E TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ n.º 87.292.116/0001-20, a operar a base de armazenamento de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) localizada na Rodovia BR 290 km 175, s/nº, Vila Motta, Butiá - RS, CEP: 96450-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -30:07:49,700; -51:58:12,00 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 61,08 m³. Fica revogada a Autorização ANP Nº 399 de 23/11/2004.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 883, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n° 312, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta do processo n.º 48610.201122/2017-16, autoriza a empresa PROQUIGEL QUÍMICA S/A, CNPJ n.º 27.515.154/0011-44, a exercer a atividade de importação de solventes.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 884, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n° 312, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta do processo n.º 48610.201049/2017-82, autoriza a empresa POTENCIAL BIODIESEL LTDA., CNPJ n.º 12.613.484/0001-23, a exercer a atividade de importação de solventes.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 885, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 32, de 23 de fevereiro de 2000, e o que consta no processo n.º 48610.012441/2017-59, autoriza a empresa MAGNESITA MINERAÇÃO S.A., CNPJ n° 05.592.603/0001-20, a exercer a atividade de importação de nafta petroquímica.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 886, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n° 312, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta no processo n.º 48610.201132/2017-51, autoriza a empresa FIAGRIL LTDA, CNPJ n.º 02.734.023/0001-55, a exercer a atividade de importação de solventes.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 887, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 17, de 19/06/2009, e o que consta do processo n.º 48610.201090/2017-59, autoriza a empresa PDB AEROSPACE LTDA, CNPJ n.º 04.419.732/0001-71, a exercer a atividade de importação de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 888, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da na Portaria ANP n° 313, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta do processo n.º 48610.200992/2017-78, autoriza a empresa POWERTECH ENGENHARIA SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE GERADORES DE ENERGIA, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A., CNPJ n.º 12.302.292/0001-04, a exercer a atividade de importação de diesel e biodiesel.

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO Nº 1.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base no Art. 30, inciso I e Art. 31, IX, da Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, por POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/MG0188637	ADÃO DE ORNELAS FREITAS	10.732.647/0001-61	48610.011600/2010-21
GLP/MG0202104	ADILSON DOS SANTOS - DEPÓSITO DE GÁS	12.347.885/0001-89	48610.013755/2010-01
GLP/MG0225330	ANDERSON NEVES COUTINHO 05514963632	18.851.021/0001-86	48610.004877/2014-21
GLP/MG0230281	AUTO CONSTRAN LTDA - EPP	19.912.724/0003-00	48610.007187/2015-13
001/GLP/RS0005934	COMERCIAL DE GAS CAINELLI LTDA.	92.585.579/0003-81	48610.010049/2005-31
GLP/SC0177641	D BOSCO II COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	04.797.297/0001-19	48610.004826/2009-32
GLP/SP0240264	ERNANDE CHAGA DOS SANTOS COMERCIO DE GÁS - ME	26.454.642/0001-54	48610.006352/2017-73
GLP/BA0176727	GELMARES DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA. - EPP	03.231.205/0001-76	48610.001051/2009-43
GLP/MT0213848	H L DE AQUINO	13.683.747/0001-33	48610.002578/2012-91
GLP/RO0224065	H. R. SOBRINHO - ME.	18.835.968/0001-01	48610.000193/2014-51
GLP/PA0220281	JUCIANO ALVES DE SOUZA DISTRIBUIDORA - ME	17.095.077/0001-95	48610.003146/2013-88
GLP/MG0220859	JURANDIR FRANCISCO DE SOUZA - EPP	02.172.818/0002-06	48610.004788/2013-02
001/GLP/SP0007163	MAGALI APARECIDA DE ALBUQUERQUE - ME	07.562.931/0001-22	48610.004071/2006-23
GLP/PB0221109	MARCOS ANTONIO SAMPAIO COSTA 03988540412	13.085.893/0001-67	48610.005552/2013-85
GLP/PR0234074	MARIA GRITE GOMES	12.456.168/0001-95	48610.004256/2016-18
GLP/AP0174961	MARIA HELENA FERREIRA LIMA - ME.	74.132.002/0002-51	48610.012306/2008-12
GLP/MS0239459	MERCADO O BARATINHO EIRELI- ME	26.174.521/0001-59	48610.004374/2017-07
GLP/MG0220546	OSVALDO ALEIXO FERREIRA 13708198620	13.647.720/0001-95	48610.000807/2013-13
GLP/SC0176949	POSTO D.BOSCO LTDA	09.041.522/0001-06	48610.001748/2009-14
GLP/SC0206646	POSTO S2 LTDA	13.225.866/0001-42	48610.004173/2011-14
001/GLP/RO0002729	RAFAELLI DIAS LEITE ME	05.701.414/0001-61	48610.010389/2004-81
GLP/AL0229075	ROGERIO SOBRAL CARDOSO	19.975.563/0001-23	48610.001411/2015-55
GLP/SC0229817	SHEILA MARINA VIEBRANTZ ME	20.822.312/0002-79	48610.004524/2015-11
GLP/ES0239922	UELISSON BRITO DE SOUZA 14719594735	18.143.087/0001-11	48610.005455/2017-16

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.566, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PRRN0184311	A IBERE DE OLIVEIRA - ME	22.081.925/0001-47	48610.013275/2017-16
PRSP0184354	AUTO POSTO CINQUENTAO URUPES LTDA	22.890.444/0001-82	48610.014515/2017-91
PRSP0184357	AUTO POSTO LINCE DO VALE EIRELI	27.017.843/0002-38	48610.014520/2017-02
PRMA0184335	C. S. C. BRANCO - ME	23.299.543/0001-57	48610.013949/2017-74
PRMG0184332	CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA	39.346.861/0306-64	48610.014464/2017-06
PRBA0184334	M P POSTO DE GASOLINA EIRELI - ME	26.208.696/0001-30	48610.014467/2017-31
PRSP0184355	MARCOS ROBERTO CALDATO - EIRELI	28.187.520/0001-74	48610.013558/2017-50
PRAM0184313	MARISSON SILVA DA COSTA - ME	23.857.617/0001-23	48610.013564/2017-15
PRSE0184358	PETROX COMERCIAL LTDA	05.297.480/0026-76	48610.013557/2017-13
PRBA0184353	POSTO DE COMBUSTIVEIS KURY LTDA - ME	19.427.196/0001-23	48610.013037/2017-01
PRGO0184312	POSTO DOIS IRMAOS BUENO LTDA - ME	27.622.423/0001-08	48610.012467/2017-05
PRMA0184356	POSTO MOTTASUL LTDA	00.500.966/0004-30	48610.014519/2017-70
PRMA0184333	POSTO MOTTASUL LTDA	00.500.966/0005-11	48610.014466/2017-97
PRMA0184351	RABICO II DE PETROLEO LTDA - EPP	27.966.147/0001-97	48610.013238/2017-08
PRPA0184352	T S OLIVEIRA	00.455.399/0001-03	48610.014092/2017-18

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.567, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,e com base no Art. 7°, IV, e Art. 30, I da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, por POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
RS0159180	ABASTECEDORA ABM LTDA	89.470.462/0002-67	48610.003350/2003-27
PR/AM0131763	AMAZON COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA	10.988.014/0019-48	48610.001079/2013-67
PR/SE0104662	AUTO POSTO AQUIDABA LTDA	14.237.194/0001-58	48610.014685/2011-81
PR0002705	AUTO POSTO KALINOWSKI LTDA	78.585.957/0001-34	48610.005081/2000-91
PR/SP0079800	AUTO POSTO MULTIPOWER LTDA	11.355.095/0001-82	48610.000575/2010-51
PR/SC0082406	AUTO POSTO R4 BUDAG LTDA	11.241.409/0001-16	48610.005588/2010-16
PR0011549	AUTO POSTO SEDE ALVORADA LTDA	02.341.563/0001-79	48610.008476/2001-26
PR/MG0143026	AVANT COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	13.483.886/0001-13	48610.009245/2013-73
RS0009842	COM. DE COMBUSTIVEIS FRIZON LTDA	92.092.162/0001-15	48610.001655/2001-32
RS0026847	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS GUAPURUVU LTDA.	92.173.491/0001-90	48610.010126/2002-19
PR/RS0173845	COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS DIBEMA LTDA - ME.	93.789.600/0001-61	48610.000534/2016-50
SP0004842	DELBONI & GREGGIO LTDA	45.150.836/0001-00	48610.000590/2001-16
PRRS0176517	DFG COM RCIO DE COMBUST VEIS LTDA	17.311.148/0003-01	48610.007415/2016-28
PR/AL0089802	GEANY LOPES CORREIA - ME	03.417.150/0001-93	48610.018314/2010-97
SC0006745	KISTENMACHER IRMAOS	82.930.702/0001-39	48610.005198/2001-55

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR/GO0175173	MANSO AUTO POSTO LTDA - ME.	23.670.487/0001-15	48610.003389/2016-69
PR/RS0153064	PONTA DO MORRO DAS PEDRAS COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	19.079.867/0001-02	48610.002507/2014-50
PR/PR0105389	R. B. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	97.544.850/0001-92	48610.015338/2011-75
BA0218569	SALIM CAMAL COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	05.038.928/0003-40	48610.012708/2007-36
PE0031958	XISTO GRACILIANO NETO	10.577.112/0001-63	48610.003555/2003-11

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.568, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.201077/2017-08, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA
AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 03.798.096/0002-54	RM PETRÓLEO S.A. 04.414.127/0001-08
TOLLER & GUERRA ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 21.105.092/0001-44	FLÓRIDA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 03.652.783/0001-86
RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0030-68	SP INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.387.400/0001-64
RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0030-68	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0029-01
RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0137-05	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0052-50
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0068-01	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0137-05
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0068-01	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0159-06

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO Nº 1.569, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.201077/2017-08, torna público os distratos dos contratos de cessão de espaço a seguir:

CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA
TOLLER & GUERRA ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 21.105.092/0001-44	MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 04.138.529/0009-84

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO Nº 1.570, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17, de 19 de Junho de 2009, e o que consta do processo n.º 48610.201071/2017-22, torna público a revogação da Autorização ANP n.º 297/2010, para o exercício da atividade de Importação de Oleos Lubrificantes Acabados, publicada no D.O.U em 26/05/2010, da DAIDO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 45.175.387/0001-55, a pedido da empresa.

MARIA INÊS SOUZA

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 881, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o que consta do processo ANP n.º 48610.011708/2017-91 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Natural Gas Distribuidora de Gas Comprimido Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 06.032.959/0001-95, autorizada a construir uma Unidade de Compressão de Gás Natural Comprimido (GNC) situada na Rua Silvio Burigo, n° 54 - Bairro Oficinas no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

LUCIANA ROCHA DE MOURA ESTEVÃO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR GERAL
RELAÇÃO Nº 208/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9122/2017-850.560/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.-
9123/2017-851.022/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.-
9124/2017-851.067/2016-MINAOESTE INDUSTRIA EXTRATIVA LTDA-
9125/2017-850.259/2017-MINERCOM MINÉRIOS DO BRASIL LTDA ME-
9126/2017-850.269/2017-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE OURILANDIA E REGIAO-
9127/2017-850.301/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR-
9128/2017-850.302/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR-
9129/2017-850.416/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR-
9130/2017-850.541/2017-RODRIGO MILANI-
9131/2017-850.748/2017-ELVINA NUNES DE SOUSA-
9132/2017-850.786/2017-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-
9133/2017-850.811/2017-ZEZITO DIAS ALVES-
9134/2017-850.853/2017-WILSON DE ALCÂNTARA FARIAS-
9135/2017-850.931/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9136/2017-850.932/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9137/2017-850.933/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9138/2017-850.941/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9139/2017-850.942/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9140/2017-850.948/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9141/2017-850.949/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9142/2017-850.957/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9143/2017-850.958/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9144/2017-850.959/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9145/2017-850.960/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9146/2017-851.054/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9147/2017-851.055/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9148/2017-851.065/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9149/2017-851.069/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9150/2017-851.080/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9151/2017-851.081/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
9152/2017-851.102/2017-ARABRAX TRADING & MINERAIS DO BRASIL LTDA-
9153/2017-851.164/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9154/2017-851.165/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9155/2017-851.166/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 304/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)

820.051/2003-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA-ALVARÁ N° 7770 Publicado DOU de 14/09/2015- Onde se lê:""... numa área de 133,78 ha...", Leia-se:""... numa área de 83,93 ha..."

820.714/2007-C.A. TRECENTI E E.M. LIMA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-ALVARÁ N° 6878 Publicado DOU de 14/06/2017- Onde se lê:""... numa área de 1733,01 ha...", Leia-se:""... numa área de 1392,01 ha..."

820.882/2007-JORGE BOBATTO JUNIOR-ALVARÁ N° 2142 Publicado DOU de 29/07/2016- Onde se lê:""... numa área de 991,35 ha...", Leia-se:""... numa área de 634,20 ha..."

820.875/2012-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA-ALVARÁ N° 8828 Publicado DOU de 01/09/2016- Onde se lê:""... numa área de 1695,16 ha...", Leia-se:""... numa área de 50,00 ha..."

821.052/2013-BERGAMO EXTRACAO DE AREIA E PRESTACAO DE SERVIÇOS LTDA-ALVARÁ N° 12038 Publicado DOU de 16/10/2015- Onde se lê:""... numa área de 602,07 ha...", Leia-se:""... numa área de 454,21 ha..."

821.367/2013-JOSÉ CARVALHO SOUSA VIOLANTE-ALVARÁ N° 10791 Publicado DOU de 05/12/2014- Onde se lê:""... numa área de 959 ha...", Leia-se:""... numa área de 879,31 ha..."

821.528/2013-ROVILSON DE OLIVEIRA GARCEZ-ALVARÁ N° 14363 Publicado DOU de 19/11/2015- Onde se lê:""... numa área de 112,99 ha...", Leia-se:""... numa área de 100,5 ha..."

820.145/2015-OSVALDO DOLCE-ALVARÁ N° 12064 Publicado DOU de 16/10/2015- Onde se lê:""... numa área de 508,36 ha...", Leia-se:""... numa área de 459,21 ha..."

820.716/2015-ANTONIO CARLOS ALVES SALTO DE PIRAPORA ME-ALVARÁ N° 7803 Publicado DOU de 14/09/2015- Onde se lê:""... numa área de 291,39 ha...", Leia-se:""... numa área de 88,31 ha..."

820.943/2015-MARIO CORAINI-ALVARÁ N° 13964 Publicado DOU de 11/11/2015- Onde se lê:""... numa área de 853,04 ha...", Leia-se:""... numa área de 808,5 ha..."

848.048/2015-EXTRAÇÃO DE AREIA CABACEIRAS LTDA ME-ALVARÁ N° 2573 Publicado DOU de 19/05/2017- Onde se lê:""... numa área de 145,66 ha...", Leia-se:""... numa área de 48,4 ha..."

820.245/2016-BRAGHETTO & FILHOS LTDA-ALVARÁ N° 6326 Publicado DOU de 28/06/2016- Onde se lê:""... numa área de 33,59 ha...", Leia-se:""... numa área de 18,66 ha..."

826.254/2016-CERAMICA NALEPA LTDA-ALVARÁ N° 8552 Publicado DOU de 26/08/2016- Onde se lê:""... numa área de 647,46 ha...", Leia-se:""... numa área de 401,56 ha..."

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 305/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

820.538/1981-BUNGE FERTILIZANTES S A- Cessionário:VALE FOSFATADOS S.A.- CPF ou CNPJ 08.404.776/0001-89-Alvará n°1022/1983

Fase de Concessão de Lavra

Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)

890.039/1989-CB GRANITOS LTDA- Portaria de Lavra nº 338/2009- Cessionário:MINERAÇÃO GRANOV LTDA. EPP-CNPJ 05.211.050/0001-31

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

820.191/1993-PGC INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA- Portaria de Lavra nº 209/2012- Cessionário:QUIBRITA COMÉRCIO DE AGREGADOS LTDA.- CNPJ 28.543.070/0001-05

Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de concessão de lavra(469)

004.270/1938-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA- Cessionário:815.711/2009-MARGIL MINERAÇÃO DE ARGILAS LTDA

Fase de Requerimento de Lavra

Determina arquivamento definitivo do processo(1039)

815.711/2009-MARGIL MINERAÇÃO DE ARGILAS LTDA

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 307/2017

Fase de Concessão de Lavra

Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)

860.794/1995-COMGEO MINERAÇÃO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- Prazo:a contar de 08/11/2017 e com término em 08/11/2019

861.207/1996-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA- Prazo:a contar de 09/10/2017 e com término em 09/10/2019

861.217/1996-COMGEO MINERAÇÃO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- Prazo:a contar de 08/11/2017 e com término em 08/11/2019

860.934/2005-KYMERA MINE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- Prazo:a contar de 06/04/2017e com término em 06/04/2019

861.781/2007-GOIÁS VERMICULITA S A- Prazo:a contar de 10/08/2017 e com término em 10/08/2019

Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)

805.414/1974-ÁGUAS LEBRINHA LTDA

830.733/1983-MINERADORA VALE DAS GARÇAS LTDA.

Autorizo o aditamento de substância mineral(427)

830.733/1983-MINERADORA VALE DAS GARÇAS LTDA.-Areia, Cascalho e Argila-Portaria de Lavra nº 857/1990, DOU de 07/11/1990

Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(446)

930.460/1987-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.- Início:06/12/2015-Término:06/12/2018

Nega provimento ao recurso interposto(479)

896.163/1998-MINAS DO BRASIL EXPORTADORA DE MÁRMORES E GRANITOS EIRELI

Despacho publicado(508)

801.870/1978-SIGMA MINERAÇÃO S.A.-Nos termos do DESPACHO Nº 867/2017-DIFIS, do Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão: - TORNO SEM EFEITO o procedimento de caducidade instaurado por autoridade não competente em 06/07/2007, e DEFIRO o pedido de suspensão temporária de lavra por 01(um) ano, a contar da data de publicação do ato no DOU sem prejuízo dos trabalhos a serem realizados na área para implantação do novo projeto neste periodo.

930.706/1982-SAMARCO MINERAÇÃO S A.-Nos termos do PARECER Nº 73/2017/DIFIS/DCAL-GPMM, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO-LHE PROVIMENTO aos recursos de multas publicadas no DOU em 31/05/2016, referente aos Autos de Infração 30, 31(fl. 5113), 86, 87, 88, 89, 90 (fl. 5121), 96 (fl.5130), 97/2016 (fl.5133), 963, 964, 965, 966, 967, 968, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, e 984/2015 (fl. 5138). DOU PROVIMENTO aos recursos contra as imposições de multas publicadas em 31/05/2016, referente aos Autos de Infração 83, 84 (fl.5118) , 85(fl. 5121), 91, 92, 93, 94 e 95/2016(fl. 5112)

Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)

830.733/1983-MINERADORA VALE DAS GARÇAS LTDA.-Areia, Cascalho e Argila

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 308/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Despacho publicado(156)

866.112/2016-MINERADORA TAPAJOS LTDA.-Nos termos do PARECER Nº 00319/2017/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovado pelo Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM , que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto, mantendo-se inalterado o despacho de indeferimento do requerimento de autorização de pesquisa..

866.307/2016-MINERADORA TAPAJOS LTDA.-Nos termos do PARECER Nº 00320/2017/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovado pelo Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM , que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto, mantendo-se inalterado o despacho de não conhecimento do pedido de prorrogação, ante a falta de cumprimento da exigência no prazo legalmente fixado, indeferiu o requerimento de autorização de pesquisa.

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega provimento ao recurso apresentado(244)

806.269/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.
806.271/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.
806.273/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.
806.274/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.
806.276/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.
806.278/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.
806.279/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.
806.280/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.
806.281/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.
806.282/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.
806.283/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.
806.284/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.

Fase de Requerimento de Lavra

Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)

815.321/2004- TECNARGILAS MINERAÇÃO E BENEFICIAMENTO LTDA

Fase de Concessão de Lavra

Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)

860.794/2004-GUSMÃO LIMA MINERADORA LTDA.-Prazo:a contar de 17/11/2017 e com término em 17/11/2019

Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)

870.209/2004-COMPANHIA BRASILEIRA DE BENTONITA LTDA-BENTONITA

872.715/2008-COMPANHIA BRASILEIRA DE BENTONITA LTDA-BENTONITA

Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)

870.209/2004-COMPANHIA BRASILEIRA DE BENTONITA LTDA-SAIBRO, ARGILA e GRANITO

872.715/2008-COMPANHIA BRASILEIRA DE BENTONITA LTDA-SAIBRO e ARGILA

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 309/2017

NEGO PROVIMENTO AO RECURSO APRESENTADO.
Interessada: Porto de Areia Carolina Ltda..
Processos DNPM nºs:
968.326/2010 - 968.327/2010 - 968.328/2010 - 968.329/2010 - 968.330/2010 - 968.331/2010 - 968.333/2010 - 968.334/2010 - 968.335/2010 - 968.363/2010 - 968.380/2011 - 968.381/2011 - 968.382/2011 - 968.383/2011 - 968.384/2011.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 196/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

866.349/2014-POCONÉ GOLD MINERAÇÃO LTDA
866.211/2017-DAVI ALVES DO NASCIMENTO
866.241/2017-MINERAÇÃO CAIABI LTDA ME

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

866.455/2014-JUDITH DIAS TEIXEIRA ESTEVES-OF. N°553/2017-DGTM
866.293/2016-TOP CRISTAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°551/2017-DGTM
866.663/2017-DO CARMO, G.R.-OF. N°554/2017-DGTM
866.741/2017-NEMIAS SILVEIRA DE MORAIS-OF. N°491/2017
866.743/2017-NELSON JOSE BOTON-OF. N°511/2017-DGTM
866.765/2017-WELISLEY GOMES GUIMARAES-OF. N°509/2017
866.789/2017-ADENOR FONSECA MOREIRA-OF. N°492/2017
866.865/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°521/2017

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

866.465/2017-UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA.

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

866.098/2008-CONSTRAL COSTRUTORA LTDA

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1863)

867.081/2014-MANOEL SOARES DOS SANTOS

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

866.184/2015-ELPIDIO DAROIT -Alvará N°17215/2015
866.259/2015-A.F.BARISON EIRELI -Alvará N°17196/2015

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

866.767/2014-MINERPAV MINERADORA LEVERGER LTDA-Granito/Saibro
866.600/2015-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-Granito para brita
866.202/2016-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-Granito para brita
866.207/2016-A P SANTOS CARRARA BELIDO ME-Argila
866.279/2016-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-Granito para brita

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)

866.632/2016-IDAEL PEREIRA SAMPAIO
866.749/2016-DEIVISON LEANDRO RUPOLO
866.949/2016-CERÂMICA JUSCIMEIRA LTDA ME

Fase de Lavra Garimpeira

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)

867.475/2010-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-OF. N°235/2017
866.737/2011-ADEMAR FRANCISCO DUTRA-OF. N°576/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento

Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)

866.026/2017-MINERADORA VALE DO ARAGUAIA LTDA
866.039/2017-JOSÉ DELARICA-ME
866.181/2017-GGF FAZENDAS LTDA
866.252/2017-SAULO MOREIRA SANTOS
866.286/2017-MARCIO SANDIM GONÇALVES
866.306/2017-ALFEU AFONSO COVATTI

ELINA MARIA DE FIGUEIREDO ARAUJO
Substituta

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 197/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)

866.651/2016-A D FERREIRA ME-Licenciamento N°82 - Prazo: 05 ano(s)
866.868/2016-MANOEL SOARES DOS SANTOS-Licenciamento N°79 - Prazo: 05 ano(s)
866.180/2017-IDAEL PEREIRA SAMPAIO-Licenciamento N°83 - Prazo: 10 ano(s)
866.371/2017-DEIVISON LEANDRO RUPOLO-Licenciamento N°80 - Prazo: 05 ano(s)
866.532/2017-CERÂMICA JUSCIMEIRA LTDA ME-Licenciamento N°81 - Prazo: 20 ano(s)

ELINA MARIA DE FIGUEIREDO ARAUJO
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 499/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

830.092/2013-AREIA MENEZES LTDA ME-Areia
830.093/2013-AREIA MENEZES LTDA ME-Areia

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº500/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

832.409/2005-TRANSPORTADORA JL LTDA-OF. N°2137/2017-FISC-DNPM/MG
833.538/2006-PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP-OF. N°2148/2017-FISC-DNPM/MG
834.094/2006-MINASILICIO GMA MINERADORA LTDA-OF. N°2169/2017-FISC-DNPM/MG
830.211/2010-MBL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2009/2017-FISC-DNPM/MG
833.698/2010-MINERAÇÃO PARAOPEBA LTDA-OF. N°1865/2017-FISC-DNPM/MG
833.480/2011-LINO GERALDO ALVES DE SOUZA-OF. N°2140/2017-FISC-DNPM/MG
830.903/2012-MLS COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-OF. N°2132/2017-FISC-DNPM/MG
832.441/2013-MINERACAO MILHO BRANCO LTDA-OF. N°1949/2017-FISC-DNPM/MG
831.603/2014-CACHOEIRA EXTRAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2004/2017-FISC-DNPM/MG
831.604/2014-CACHOEIRA EXTRAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2006/2017-FISC-DNPM/MG

Despacho publicado(256)

834.094/2006-MINASILICIO GMA MINERADORA LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. Nº2170/2017-FISC- DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 501/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

832.085/2011-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-ALVARÁ N°10050/2014

PABLO CESAR DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 502/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.330/2002-EXTRAGRAN MINERAÇÃO LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 504/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.268/2007-EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTA ROSA LTDA.-OF. N°2167/2017-FISC-DNPM/MG
833.560/2014-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-OF. N°2166/2017-FISC-DNPM/MG
831.090/2015-GRAN VALE LTDA EPP-OF. N°2228/2017-FISCAM/DNPM/MG
831.248/2015-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°2133/2017-FISC-DNPM/MG
Despacho publicado(256)
833.268/2007-EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTA ROSA LTDA.-2168/2017-FISC-DNPM/MG
830.088/2013-MINERADORA VMS&RR LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. Nº2042/2017-FISC-DNPM/MG
831.175/2015-UNO GEOLOGIA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. Nº2138/2017-FISC- DNPM/MG
831.248/2015-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. Nº2134/2017-FISC-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 119/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
846.165/2017-POLIMASSA ARGAMASSAS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
846.302/2013-FERREIRA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME- Alvará n°3970/2014 - Cessionario:846.034/2016-Maria Betânia da Nóbrega Vieira- CPF ou CNPJ 068.876.714-17
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
846.034/2016-MARIA BETÂNIA DA NÓBREGA VIEIRA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.092/2006-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°926/2017-SEFAM/DNPM-PB
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.263/2010-SN EXTRAÇÃO DE AREIA EIRELI ME-OF. N°927/2017-SEFAM/DNPM-PB
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
846.168/2003-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI N° 365/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
846.168/2003-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°928/2017-SEFAM/DNPM-PB
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
846.064/2016-MARIA BETÂNIA DA NÓBREGA VIEIRA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.221/2015-CARLOS ANTONIO VILAR CAMPOS-OF. N°1049/2017
846.023/2016-FRANCISCO BENEDITO SOBRINHO-OF. N°1041/2017
846.010/2017-JOSÉ GOMES DE LIMA IRMÃO-OF. N°1048/2017
846.082/2017-CELIANE SOARES DE OLIVEIRA GOMES-OF. N°1047/2017
846.111/2017-LUIZ PEDRO DE ARAÚJO-OF. N°1045/2017
846.112/2017-LUIZ TARCISIO MARQUES ARAUJO-OF. N°1044/2017
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
846.135/2017-CONSERV CONSTRUTORA LTDA ME
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
846.152/2017-EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTE LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
846.178/2017-LUIZ CARLOS MIRANDA FERREIRA ME

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 192/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
848.094/2012-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-Argila e Calcário
848.102/2012-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-Argila, Calcário e Argilito
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.214/2015-FERNANDO SEWALD BONATO
848.268/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
848.587/2011-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7.796/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.205/2009-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1729/2017-SGTM/DNPM/RN
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.592/2011-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1730/2017-SGTM/DNPM/RN-180 dias
848.089/2012-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1736/2017-SGTM/DNPM/RN-180 dias
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
848.115/1996-HIDROMINERAÇÃO NATAL LTDA- AI N° 107/17/DNPM/RN
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
848.115/1996-HIDROMINERAÇÃO NATAL LTDA-OF. N°22144017/2017/SFAM/DNPM/RN
848.115/1996-HIDROMINERAÇÃO NATAL LTDA-OF. N°22144019/2017/SFAM/DNPM/RN
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
848.175/2017-EDILSON AZEVEDO GAMBARRA DA NOBREGA - PLG N°10/2017 de 18/12/2017 - Prazo 5 anos
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
848.211/2017-DAMIAO NASCIMENTO DA SILVA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
848.036/2003-JOÃO HENRIQUE DE SOUZA
848.134/2007-MINERAÇÃO BOM JESUS LTDA
848.065/2008-LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA
848.227/2008-LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA
848.160/2009-ERLIE LENZ CESAR FILHO
848.149/2012-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA
848.108/2013-RBX MINERACAO TRANSPORTES INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA ME

ROGER GARIBALDI MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 194/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Mineração São Francisco Ltda Cpf/cnpj :03.276.727/0001-94 - Processo minerário: 848297/99 - Processo de cobrança: 948286/17 Valor: R$.94.881,54

Titular: Nordeste Ind e Com de Produtos Alim e Bebidas Ltda Cpf/cnpj :08.912.938/0001-90 - Processo minerário: 848012/02 - Processo de cobrança: 948285/17 Valor: R$.34.626,50

ROGER GARIBALDI MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 195/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Isabelle Arruda Moreira - 848169/16, 848170/16, 848171/16, 848172/16

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 218/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.363/2017-MIGUEL SOMMARIVA JUNIOR-OF. N°4201/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.386/2015-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. N°4224/2017
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.664/2013-SIDNEY JOSE MIRANDA ME-Argila
815.675/2013-SIDNEY JOSE MIRANDA ME-Areia
815.679/2013-SIDNEY JOSE MIRANDA ME-Areia
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.024/1994-CAMBIRELA EXT. COM. DE SÍLEX LTDA EPP-OF. N°4206/2017
815.101/2002-CERÂMICA JHENIFFER LTDA ME-OF. N°4207/2017
815.177/2004-SERDEL SERVIÇOS DE DRENAGENS E ESCAVAÇÕES LTDA-OF. N°4208/2017
815.521/2004-CYSY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°4205/2017
815.739/2010-BIANCO EXTRAÇÃO DE AREIA, COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.-OF. N°4216/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.058/1994-A. CORREA ESCAVAÇÕES E TRANSPORTES LTDA.- 4529 n° 2002 - Cessionário: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA- CNPJ 75534974/0001-54
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.588/1997-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-OF. N°4204/2017
815.739/2010-BIANCO EXTRAÇÃO DE AREIA, COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.-OF. N°4217/2017
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.488/2002-AMVN ENGARRAFADORA DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°4222/2017
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.465/1998-MONDINI EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°4218/2017
815.756/2008-MARCOS VISSOVATI ME-OF. N°4227/2017
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
815.174/1986-ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.- Licenciamento N°:134 - Prorrogado por 05 (cinco) ano(s)
815.420/1989-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:400 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.431/1989-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:436 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.432/1989-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:437 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.433/1989-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:438 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.280/1992-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:378 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.281/1992-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:379 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.043/1996-BCL EMPREENDIMENTOS LTDA- Licenciamento N°:680 - Prorrogado por 04 (quatro) ano(s)
815.431/1997-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:833 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.489/1998-DRAGAGEM DE AREIA BARTSCH LTDA- Licenciamento N°:733 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.589/2001-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHRAMM LTDA- Licenciamento N°:950 - Prorrogado por 03 (três) ano(s)
815.279/2013-FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA- Licenciamento N°:1648 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.125/2014-CINÉSIA FERNANDES KUNZ ME- Licenciamento N°:1608 - Prorrogado por 04 (quatro) ano(s)
815.362/2014-PEDRAS SUL LTDA ME- Licenciamento N°:1676 - Prorrogado por 04 (quatro) ano(s)
815.067/2016-NAJA TERRAPLENAGEM LTDA ME- Licenciamento N°:2057 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(1203)
815.704/2013-SCHERER TRANSPORTES LTDA ME- Início:14/12/2017-Término:14/12/2018
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.175/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-OF. N°4203/2017
815.657/2017-MUNICÍPIO DE DE GUARAMIRIM-OF. N°4200/2017
Outorga o Registro de Extração, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação(920)
815.610/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARI- Registro de Extração N°153/2017 de 14/12/2017
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

815.678/2008-MUNICIPIO DE TREVISO- Registro de Extração N°151/2017 de 12/12/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.693/2017-ROHR & ROHR LTDA ME-OF. N°4210/2017

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 138/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Adher Empreendimentos LTDA. - 820074/10 - Not.791/2017 - R$ 178,12
Alan Industria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda - 820625/14 - Not.801/2017 - R$ 156,47
Arli Dall" Agnol - 820393/10 - Not.793/2017 - R$ 5.359,35
Caio Augusto Fonseca Milani - 821004/15 - Not.807/2017 - R$ 2.131,28
Carlos de Mattos Marcondes - 820890/15 - Not.805/2017 - R$ 198,46
Cbe Companhia Brasileira de Equipamento - 820942/93 - Not.789/2017 - R$ 2.202,65
Maria Fernanda Nogueira Rangel - 821081/15 - Not.809/2017 - R$ 248,39
Poliminas Construtora e Mineração Ltda - 820678/12 - Not.795/2017 - R$ 1.562,34, 820679/12 - Not.797/2017 - R$ 1.868,99, 820690/12 - Not.799/2017 - R$ 314,12
Porto de Areia Santa Rita de Anhembi Ltda me - 820981/14 - Not.667/2017 - R$ 3.680,42
Sandra Maria Pinto Vergal - 821086/15 - Not.811/2017 - R$ 3.759,07
Win Participações e Empreendimentos LTDA. - 820312/15 - Not.803/2017 - R$ 198,46

VICENTE ROSOLIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 157/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.520/2007-GETULIO DUTRA SANT´ANA-OF. N°1873/17-DFISC/DNPM/SP - 06/12/17
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
820.485/2013-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Área de 78,36 para 50,00-Areia- construção civil
820.486/2013-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Área de 72,20 para 49,67-Areia- construção civil
820.487/2013-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Área de 76,94 para 49,61-Areia- construção civil
820.488/2013-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Área de 58,42 para 50,00-Areia- construção civil
820.489/2013-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Área de 71,55 para 49,64-Areia- construção civil
820.490/2013-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Área de 61,06 para 48,63-Areia- construção civil
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
820.898/2011-DANIEL YUKITO AKABANE -Alvará N°6.633/2012
820.900/2011-DANIEL YUKITO AKABANE -Alvará N°6.634/2012
820.901/2011-DANIEL YUKITO AKABANE -Alvará N°6.635/2012
820.902/2011-DANIEL YUKITO AKABANE -Alvará N°6.636/2012
820.903/2011-DANIEL YUKITO AKABANE -Alvará N°6.637/2012
820.904/2011-DANIEL YUKITO AKABANE -Alvará N°5.213/2013
820.905/2011-DANIEL YUKITO AKABANE -Alvará N°6.638/2012
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
821.199/2011-MINERPAV MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°4908/2012
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
009.007/1959-ALCEU DE MORAES MINERAIS LTDA. EPP- Fonte Priscilla -Marca: Premium Levíssima - embalagem de 310 ml (sem gás e gaseificada artificialmente)- AMERICANA/SP
817.502/1969-SANTUÁRIO DE APARECIDA ÁGUA MINERAL LTDA.- Fonte Mariah - Marca: Santuário de Aparecida (triangular) - embalagem de 510 ml (sem gás)- TAUBATÉ/SP
820.563/1994-CRISTOFOLETTI EMPRESA DE AGUAS LTDA EPP- Fonte Campo Alegre, marca CrisÁgua: Recipientes de 310 ml, 310 ml Kids, 510 ml, 1,5 l, 10 l, 20 l, sem gás; Recipientes de 310 ml, 510 ml e 1,5 l, com gás; Fonte Campo Alegre, marca Naturalle: Recipientes de 310 ml, 510 ml, 1,5 l, 10 l, 20 l, sem gás; Recipientes de 310 ml, 510 ml e 1,5 l, com gás; Fonte Campo Alegre, marca Brotas Gold: Recipientes de 310 ml, 510 ml, 1,5 l, 10 l, 20 l, sem gás; Recipientes de 510 ml e 1,5 l, com gás- BROTAS/SP
820.980/1997-FONTE VERONICA DE SERRA NEGRA LTDA. EPP- Fonte Juliana - Marca: Vida - embalagem de 510 ml, 10L e 20L (sem gás) e Fonte Verônica - Marca: Legítima - embalagem de 330 ml e 510 ml (gaseificada artificialmente), embalagem de 200 ml, 200 ml (Mackenzie), 305 ml e 330 ml (sem gás) e embalagem de 510 ml e 1,5L (sem gás)- SERRA NEGRA/SP
821.009/1997-FONTE PEDRA NEGRA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE AGUAS LTDA EPP- Fonte Barão - Marca: Pedra Negra - embalagem de 5L, 10L e 20L (sem gás) e Fonte Pedra Negra - Marca: Pedra Negra - Série Prata - embalagem de 5L, 10L e 20L (sem gás)- TAUBATÉ/SP
821.098/1997-MINERADORA VASSOURAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- Fonte Raquel - Marca: Raiz da Serra e embalagem de 10L e 20L (sem gás)- LOUVEIRA/SP
820.332/1998-LA FONTANA ENVAZADORA E DISTRIBUIDORA LTDA- Fonte La Fontana - Marca: La Fontana - embalagem de 10L e 20L (sem gás)- COTIA/SP
820.861/1999-VID"AGUA FONTE CAMPO DO COXO COMERCIO DE AGUA MINERAL LTDA- Fonte São Sebastião - Marca: Embaúba - embalagem de 510 ml, 1,5L, 10L e 20L (sem gás)- RIO CLARO/SP
821.552/1999-SERRA DA CANTAREIRA ÁGUAS MINERAIS LTDA EPP- Fonte da Colina - Marca: Puraqua: embalagem de 200 ml, 330 ml, 510 ml, 1,5L, 6L, 10L e 20L (sem gás) e Marca: Serra da Cantareira - embalagem de 10L e 20L (sem gás)- SÃO PAULO/SP
820.565/2000-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL BILAGUA LTDA.- Fonte Águas de Nazaré, marca Aquality: Recipientes de 510 ml e 1,5 l, com e sem gás; Recipientes de 10 l e 20 l, sem gás; Fonte Águas de Nazaré, marca bilágua: Recipientes de 10 l e 20 l, sem gás- NAZARÉ PAULISTA/SP
820.458/2002-FONTE SAO BENTO DE AGUA MINERAL LTDA- Fonte São Bento, marca Cristal Pura da Serra: Recipientes de 10 l e 20 l, sem gás- ITAPECERICA DA SERRA/SP
820.192/2005-MINERADORA CANÇÃO NOVA LTDA.- Fonte São Bento - Marca: Água Canção Nova Kids (versões Rebeca e Davi) - embalagem de 310 ml (sem gás)- CACHOEIRA PAULISTA/SP
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
821.218/1971-MINERAÇÃO PAULISTA DE MATERIAIS BÁSICOS LTDA- AI Nº 23/2017-DFISC/DNPM/SP
811.936/1976-IRMÃOS RAMOS LTDA- AI Nº 559/2017-DFISC/DNPM/SP
821.082/1996-JOSÉ EDUARDO RIBEIRO DA SILVA ME- AI Nº 100/2016-DFISC/DNPM/SP - DOU de 28/04/16
820.030/1998-MINERAÇÃO MANANCIAIS LINDOIANOS LTDA- AI Nº 242/2016-DFISC/DNPM/SP
821.502/1999-GOLD BR ALIMENTOS LTDA- AI Nº 685 e 686/16-DFISC/DNPM/SP - DOU de 19/08/16
820.175/2001-VALE DAS ÁGUAS LTDA.- AI Nº 428/2017-DFISC/DNPM/SP
820.815/2002-FONTE ÀGUA MINERAL RIO VELHO LTDA- AI Nº 336/2017-DFISC/DNPM/SP e 337/2017-DFISC/DNPM/SP
821.140/2002-JOÃO PEDRO DE MOURA BRAATZ ME- AI Nº 66/16-DFISC/DNPM/SP - DOU de 25/08/16
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
810.312/1974-EMPRESA DE MINEAÇÃO SANTANA DE SERRA NEGRA LTDA-OF. N°2033/17-DFISC/DNPM/SP - 30.11.17
820.518/1981-MINERAÇÃO JOANA LEITE LTDA-OF. N°2092/17-DFISC/DNPM/SP - 06.12.17
821.220/1986-ÁGUA MINERAL SANTA CÂNDIDA LTDA. EPP-OF. N°OF. N°2119/17-DFISC/DNPM/SP - 13/12/17
820.445/1991-MINERADORA QUATRO FONTES LTDA-OF. N°2066/17-DFISC/DNPM/SP - 05.12.17
820.079/1994-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA BOFETE LTDA-OF. N°2035/17-DFISC/DNPM/SP - 05.12.17
820.563/1994-CRISTOFOLETTI EMPRESA DE AGUAS LTDA EPP-OF. N°2122/17-DFISC/DNPM/SP - 14/12/17
820.980/1997-FONTE VERONICA DE SERRA NEGRA LTDA. EPP-OF. N°2067/17-DFISC/DNPM/SP - 05.12.17
821.009/1997-FONTE PEDRA NEGRA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE AGUAS LTDA EPP-OF. N°2068/17-DFISC/DNPM/SP - 05.12.17
821.063/1997-ÁGUA MINERAL IBIÚNA COMERCIAL LTDA ME-OF. N°2091/17-DFISC/DNPM/SP - 06.12.17
821.502/1999-GOLD BR ALIMENTOS LTDA-OF. N°2095/17-DFISC/DNPM/SP - 06.12.17
820.506/2001-CHOHFI MINERADORA LTDA EPP-OF. N°OF. N°2120/17-DFISC/DNPM/SP - 13/12/17
820.762/2001-RUBENS CONSOLINE ME-OF. N°OF. N°2118/17-DFISC/DNPM/SP - 13/12/17
820.888/2001-GENTILA CASELATO MINERAIS ME-OF. N°2.045/2017-DFISC/DNPM/SP
820.739/2002-ÁGUA MINERAL NATURAL SEMOG LTDA-OF. N°OF. N°2121/17-DFISC/DNPM/SP - 13/12/17
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
820.270/1987-MINERADORA PEDRIX LTDA-OF. N°2070/17-DFISC/DNPM/SP - 05.12.17
Nega provimento a defesa apresentada(476)
818.545/1968-PEDREIRA DUTRA LTDA
821.502/1999-GOLD BR ALIMENTOS LTDA
820.815/2002-FONTE ÁGUA MINERAL RIO VELHO LTDA
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1104)
820.587/1998-ÁGUA DE ITAPECERICA DA SERRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°1.784/2014-DFISC/DNPM/SP e 1.785/2014-DFISC/DNPM/SP
820.175/2001-VALE DAS ÁGUAS LTDA.-OF. N°442/2017-DFISC/DNPM/SP
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
818.545/1968-PEDREIRA DUTRA LTDA- AI N°290/2017-DFISC/DNPM/SP
821.218/1971-MINERAÇÃO PAULISTA DE MATERIAIS BÁSICOS LTDA- AI N°22/2017-DFISC/DNPM/SP
811.936/1976-IRMÃOS RAMOS LTDA- AI N°558/2017-DFISC/DNPM/SP
820.030/1998-MINERAÇÃO MANANCIAIS LINDOIANOS LTDA- AI N°241/2016-DFISC/DNPM/SP
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
820.987/2015-GILMAR RODRIGUES DE SOUZA INDAIATUBA ME-AI N°147/2016 e 077/2017

VICENTE ROSOLIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 161/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Adher Empreendimentos LTDA. - 820074/10 - Not.792/2017 - R$ 3.453,37
Alan Industria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda - 820625/14 - Not.802/2017 - R$ 6.906,75
Arli Dall" Agnol - 820393/10 - Not.794/2017 - R$ 3.453,37
Caio Augusto Fonseca Milani - 821004/15 - Not.808/2017 - R$ 3.453,37
Carlos de Mattos Marcondes - 820890/15 - Not.806/2017 - R$ 3.453,37
Cbe Companhia Brasileira de Equipamento - 820942/93 - Not.790/2017 - R$ 3.453,37
Maria Fernanda Nogueira Rangel - 821081/15 - Not.810/2017 - R$ 3.453,37
Poliminas Construtora e Mineração Ltda - 820678/12 - Not.796/2017 - R$ 3.453,37, 820679/12 - Not.798/2017 - R$ 3.453,37, 820690/12 - Not.800/2017 - R$ 3.453,37
Sandra Maria Pinto Vergal - 821086/15 - Not.812/2017 - R$ 3.453,37
Win Participações e Empreendimentos LTDA. - 820312/15 - Not.804/2017 - R$ 3.453,37

VICENTE ROSOLIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 163/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Luiz Raimundo Neves - 820556/14
Mineração Água Amarela LTDA. - 820754/08
Mineração Grandes Lagos LTDA. - 821231/10, 820324/11, 821100/14, 820531/08

VICENTE ROSOLIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 165/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Maciel Granitos Eireli - 812594/70 - Not.788/2017 - R$ 500,61

VICENTE ROSOLIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 387, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2°, § 2° e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 406, de 16 de outubro de 2017, e o que consta nos Processos nº 48000.000065/2014-95 e nº 48000.000906/2010-31 resolve:

Art. 1º Definir os novos montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas denominadas UHE Corumbá IV e UHE Garibaldi, na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo são determinados nas Barras de Saída dos Geradores.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, os consumos internos das Usinas e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS DENOMINADAS UHE CORUMBÁ IV E UHE GARIBALDI

UHE	Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Rio	UF	Nº de unidades	N° de unidades de base	Potência instalada (MW)	Garantia física de energia nova (MWmed)
Corumbá IV	UHE.PH.GO.027795-9.01	Corumbá	GO	2	2	127,0	78,6 (1)
							75,2 (2)
Garibaldi	UHE.PH.SC.030415-8.01	Canoas	SC	3 (casa de força principal) 1 (casa de força secundária)	2	189,0 (casa de força principal) 2,9 (casa de força secundária)	86,3 (3)

(1) Este valor é válido até 31 de dezembro de 2017. Neste montante estão incluídos 9,2 MW médios referente ao benefício indireto revisto.

(2) Este valor é válido a partir de 1º de janeiro de 2018. Neste montante estão incluídos 9,2 MW médios referente ao benefício indireto revisto.

(3) Neste montante está considerada a garantia física de energia no valor de 2,8 MW médios referente à casa de força secundária da UHE Garibaldi e 2,3 MW médios referente ao benefício indireto revisto.

Ministério do Desenvolvimento Social

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Resolução CNAS nº 21, de 18 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 2017, seção I, página 173.

Onde se lê:

na forma do previsto no artigo nº 24 do Regimento Interno da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social

Leia-se:

na forma do previsto no artigo nº 26 do Regimento Interno da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

INSTRUÇÃO OPERACIONAL Nº 15, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Especifica o Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 21: Cisterna Calçadão de 52 mil litros com serviço de acompanhamento familiar para inclusão social e produtiva.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no exercício das atribuições que lhe conferem a Portaria Casa Civil da Presidência da República n° 974, de 08 de junho de 2016, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 2° da Portaria n° 130, de 14 de novembro de 2013, resolve:

Especificar o Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 21: Cisterna Calçadão de 52 mil litros com serviço de acompanhamento familiar para inclusão social e produtiva, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, da Lei nº 12.512, de 2011, e do Decreto nº 8.038, de 2013.

1.No âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, o modelo da tecnologia social denominada Cisterna Calçadão de 52 mil litros com serviço de acompanhamento familiar para inclusão social e produtiva deverá observar as seguintes especificações.

2.A cisterna calçadão de 52 mil litros tem como objetivo captar e reservar água de chuva para atender a demanda de água de uma família para a produção de alimentos e a dessedentação animal, prioritariamente.

3.A tecnologia de que trata esta Instrução Operacional é composta por um reservatório de placas de alvenaria com capacidade para armazenar até 52 mil litros de água, interligado a uma área de captação de 200 m² feita de placas de alvenaria e delimitada por um meio fio localizado em plano mais elevado que o reservatório, contendo ainda os seguintes acessórios: placa de identificação, bomba elétrica, tampa, cadeado e caixa d"água de 500 litros com suporte.

3.1.O procedimento para a instalação dessa cisterna e do calçadão se baseia na montagem de placas de alvenaria pré-moldadas e confeccionadas próxima ao domicílio do beneficiário, tendo as estruturas do reservatório reforçadas com ferro e arame na base, parede e cobertura.

3.2.Ao longo e após a implantação da tecnologia, deverá ser realizado serviço de acompanhamento técnico, na perspectiva de promover a inclusão social e produtiva dos beneficiários.

4.A implantação da tecnologia social é realizada por equipe específica responsável pelas seguintes atividades:

4.1.Mobilização, seleção e cadastramento das famílias:

4.1.1.Mobilização, que envolve a realização de encontros locais e territoriais para o planejamento das ações a serem desenvolvidas e o trabalho de mobilização da comunidade para a implementação participativa do projeto e a identificação, seleção e cadastramento das famílias, conduzido a partir da capacitação e envolvimento de lideranças sociais locais que organizam as reuniões comunitárias, orientam as visitas domiciliares, validam o processo seletivo e acompanham todo o processo de implementação.

4.1.2.Seleção, que envolve a identificação das famílias a serem atendidas, conforme critérios de priorização, e o levantamento de informações sociais e econômicas da família e da propriedade; e

4.1.3.Cadastramento dos beneficiários no sistema informatizado SIG Cisternas;

4.2.Capacitações:

4.2.1.Intercâmbio de experiências: dinâmica que envolve a interação entre os beneficiários do projeto e outros agricultores, a partir da troca horizontal de conhecimentos e experiências, possibilitando a valorização das práticas e saberes locais.

4.2.2.Capacitação das famílias em gestão da água para a produção de alimentos (GAPA): orientação e capacitação dos beneficiários sobre as potencialidades de produção a partir da água armazenada e sobre os cuidados com a cisterna, em oficinas para até 30 participantes com duração de 24 horas, realizadas antes do início da construção das cisternas;

4.2.3.Capacitação das famílias em gestão da água para a produção de alimentos (SISMA): orientação e capacitação dos beneficiários sobre as potencialidades de produção a partir da água armazenada e sobre os cuidados com a cisterna, em oficinas para até 30 participantes com duração de 24 horas, realizadas antes do início da construção das cisternas; e

4.2.4.Capacitação para a construção das cisternas: processo orientado de aprendizagem de técnicas e suas aplicações na construção da cisterna de placas.

4.3.Implantação da cisterna: corresponde aos processos de edificação da cisterna e instalação da bomba e da caixa d"água de 500 litros por pessoas treinadas e inclui custos associados ao material de construção, à escavação do buraco, à mão de obra, alimentação dos responsáveis pela construção durante a edificação e à água para a construção e para o abastecimento inicial;

4.4.Serviço de acompanhamento familiar:

4.4.1.Diagnóstico, que tem por objetivo identificar todos os membros da família beneficiária, suas condições socioeconômicas e de acesso a fatores de produção, vulnerabilidades, potencialidades, a partir de atividade individual com duração de pelo menos 04 (quatro) horas e preenchimento de formulário específico;

4.4.2.Elaboração de projeto produtivo, realizado em conjunto com os integrantes da família por meio de atendimento individual com duração de pelo menos 03 (três) horas, que exige preenchimento de formulário específico e que tem por objetivo definir ações de curto, médio e longo prazo, visando a qualificação da produção, comercialização, melhoria da infraestrutura, organização social, gestão da unidade familiar, simulações de atividades agropecuárias e não agropecuárias, considerando fatores de produção disponíveis e as necessidade de novos investimentos, de forma a proporcionar aumento da produção, aumento da renda e melhoria de indicadores sociais e ambientais; e

4.4.3.Realização de 07 (sete) atividades individuais de assistência técnica, com duração de pelo menos 02 (duas) horas cada, para acompanhamento do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar e prestação de orientações técnicas.

5.Os valores unitários de referência para celebração de parcerias no âmbito do Programa Cisternas, para a implantação da tecnologia social, são os dispostos na tabela abaixo:

UF	Valor Unitário de Referência com ISS
Alagoas	15.721,14
Bahia	15.897,69
Ceará	14.930,20
Maranhão	15.316,62
Minas Gerais	15.216,74
Paraíba	15.214,54
Pernambuco	15.186,09
Piauí	16.256,90
Rio Grande do Norte	15.389,30
Sergipe	16.009,62

5.1.Os valores unitários de referência incluem recursos para adimplemento do Imposto Sobre Serviços (ISS) e, com vistas à garantia da exequibilidade nos diferentes municípios, preveem a exação fiscal mais onerosa possível - alíquota máxima de 5% e base de cálculo aferida sem deduções, sendo que a definição dos valores unitários efetivos a serem estabelecidos nos editais de chamada pública e nos contratos celebrados junto às entidades executoras deve considerar a exação efetiva do ISS em cada municipalidade.

6.A publicação do Anexo Único desta Instrução Operacional, que deverá ser integralmente observada nos contratos a serem firmados a partir desta data, será feita no sítio do Ministério, no endereço http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-agua-1/marco-legal-1.

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

INSTRUÇÃO OPERACIONAL Nº 16, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Especifica o Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 22: Cisterna de Enxurradas de 52 mil litros com serviço de acompanhamento familiar para inclusão social e produtiva.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no exercício das atribuições que lhe conferem a Portaria Casa Civil da Presidência da República n° 974, de 08 de junho de 2016, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 2° da Portaria n° 130, de 14 de novembro de 2013, resolve:

Especificar o Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 22: Cisterna de Enxurradas de 52 mil litros com serviço de acompanhamento familiar para inclusão social e produtiva, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, da Lei nº 12.512, de 2011, e do Decreto nº 8.038, de 2013.

1.No âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, o modelo da tecnologia social denominada Cisterna de Enxurradas de 52 mil litros com serviço de acompanhamento familiar para inclusão social e produtiva deverá observar as seguintes especificações.

2.A cisterna de enxurradas de 52 mil litros tem como objetivo captar e reservar água de chuva para atender a demanda de água de uma família para a produção de alimentos e a dessedentação animal, prioritariamente.

3.A tecnologia de que trata esta Instrução Operacional é composta por um reservatório de placas de alvenaria com capacidade para armazenar até 52 mil litros de água, construído em uma cavidade escavada no solo, conectado a uma área de captação no leito de enxurradas, contendo ainda os seguintes acessórios: decantadores, placa de identificação, bomba elétrica, tampa, cadeado e caixa d"água de 500 litros com suporte.

3.1.O procedimento para a instalação dessa cisterna se baseia na montagem de placas de alvenaria pré-moldadas e confeccionadas próxima ao domicílio do beneficiário, tendo suas estruturas reforçadas com ferro e arame na base, parede e cobertura.

3.2.Ao longo e após a implantação da tecnologia, deverá ser realizado serviço de acompanhamento técnico, na perspectiva de promover a inclusão social e produtiva dos beneficiários.

4.A implantação da tecnologia social é realizada por equipe específica responsável pelas seguintes atividades:

4.1.Mobilização, seleção e cadastramento das famílias:

4.1.1.Mobilização, que envolve a realização de encontros locais e territoriais para o planejamento das ações a serem desenvolvidas e o trabalho de mobilização da comunidade para a implementação participativa do projeto e a identificação, seleção e cadastramento das famílias, conduzido a partir da capacitação e envolvimento de lideranças sociais locais que organizam as reuniões comunitárias, orientam as visitas domiciliares, validam o processo seletivo e acompanham todo o processo de implementação.

4.1.2.Seleção, que envolve a identificação das famílias a serem atendidas, conforme critérios de priorização, e o levantamento de informações sociais e econômicas da família e da propriedade; e

4.1.3. Cadastramento dos beneficiários no sistema informatizado SIG Cisternas;

4.2. Capacitações:

4.2.1. Intercâmbio de experiências: dinâmica que envolve a interação entre os beneficiários do projeto e outros agricultores, a partir da troca horizontal de conhecimentos e experiências, possibilitando a valorização das práticas e saberes locais.

4.2.2. Capacitação das famílias em gestão da água para a produção de alimentos (GAPA): orientação e capacitação dos beneficiários sobre as potencialidades de produção a partir da água armazenada e sobre os cuidados com a cisterna, em oficinas para até 30 participantes com duração de 24 horas, realizadas antes do início da construção das cisternas;

4.2.3. Capacitação das famílias em gestão da água para a produção de alimentos (SISMA): orientação e capacitação dos beneficiários sobre as potencialidades de produção a partir da água armazenada e sobre os cuidados com a cisterna, em oficinas para até 30 participantes com duração de 24 horas, realizadas antes do início da construção das cisternas; e

4.2.4. Capacitação para a construção das cisternas: processo orientado de aprendizagem de técnicas e suas aplicações na construção da cisterna de placas.

4.3. Implantação da cisterna: corresponde aos processos de edificação da cisterna, instalação da bomba elétrica e da caixa d"água de 500 litros com suporte por pessoas treinadas e inclui custos associados ao material de construção, à escavação do buraco, à mão de obra, alimentação dos responsáveis pela construção durante a edificação e à água para a construção e para o abastecimento inicial;

4.4. Serviço de acompanhamento familiar:

4.4.1. Diagnóstico, que tem por objetivo identificar todos os membros da família beneficiária, suas condições socioeconômicas e de acesso a fatores de produção, vulnerabilidades, potencialidades, a partir de atividade individual com duração de pelo menos 04 (quatro) horas e preenchimento de formulário específico;

4.4.2. Elaboração de projeto produtivo, realizado em conjunto com os integrantes da família por meio de atendimento individual com duração de pelo menos 03 (três) horas, que exige preenchimento de formulário específico e que tem por objetivo definir ações de curto, médio e longo prazo, visando a qualificação da produção, comercialização, melhoria da infraestrutura, organização social, gestão da unidade familiar, simulações de atividades agropecuárias e não agropecuárias, considerando fatores de produção disponíveis e as necessidade de novos investimentos, de forma a proporcionar aumento da produção, aumento da renda e melhoria de indicadores sociais e ambientais; e

4.4.3. Realização de 07 (sete) atividades individuais de assistência técnica, com duração de pelo menos 02 (duas) horas cada, para acompanhamento do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar e prestação de orientações técnicas.

5. Os valores unitários de referência para celebração de parcerias no âmbito do Programa Cisternas, para a implantação da tecnologia social, são os dispostos na tabela abaixo:

UF	Valor Unitário de Referência com ISS
Alagoas	13.169,10
Bahia	13.271,11
Ceará	12.581,30
Maranhão	12.951,99
Minas Gerais	12.789,45
Paraíba	12.859,66
Pernambuco	12.803,69
Piauí	13.548,99
Rio Grande do Norte	13.038,44
Sergipe	13.400,62

5.1. Os valores unitários de referência incluem recursos para adimplemento do Imposto Sobre Serviços (ISS) e, com vistas à garantia da exequibilidade nos diferentes municípios, preveem a exação fiscal mais onerosa possível - alíquota máxima de 5% e base de cálculo aferida sem deduções, sendo que a definição dos valores unitários efetivos a serem estabelecidos nos editais de chamada pública e nos contratos celebrados junto às entidades executoras deve considerar a exação efetiva do ISS em cada municipalidade.

6. A publicação do Anexo Único desta Instrução Operacional, que deverá ser integralmente observada nos contratos a serem firmados a partir desta data, será feita no sítio do Ministério, no endereço http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-agua-1/marco-legal-1.

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.147, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 04/10/2017, 08/11/2017 e 06/12/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 04/10/2017, 08/11/2017 e 06/12/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.010573/2016-05
Proponente: Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas
Título: Projeto Esporte e Lazer Fase 7
Registro: 02SC032272008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 83.652.198/0001-15
Cidade: Criciúma UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 1.138.310,53
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3226 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 20538-9
Período de Captação até: 31/12/2018

2 - Processo: 58000.107947/2017-87
Proponente: Associação Esportiva Dínamo Esporte Clube
Título: Formando Atletas e Cidadãos
Registro: 02MG080352010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 17.997.875/0001-02
Cidade: Araxá UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 3.083.126,38
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0210 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 59150-5
Período de Captação até: 31/12/2018

3 - Processo: 58000.110661/2017-89
Proponente: Federação Paranaense de Triathlon
Título: Programa de Apoio a Atleta de Alto Rendimento no Triathlon
Registro: 02PR112032012
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 01.664.625/0001-10
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 197.293,99
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1243 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 74346-1
Período de Captação até: 31/12/2018

4 - Processo: 58000.109055/2017-11
Proponente: Instituto Beatriz e Lauro Fiuza
Título: Programa de Karatê Bushi No Te
Registro: 02CE147572015
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 16.572.671/0001-67
Cidade: Fortaleza UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 480.278,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3515 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 15148-3
Período de Captação até: 31/12/2018

ANEXO II

1 - Processo: 58000.006663/2016-93
Proponente: Associação Nacional de Desenvolvimento Esporte e Educação
Título: Projeto Integrar Voleibol 3 Ano
Valor autorizado para captação: R$ 244.889,21
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2896 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 41804-8
Período de Captação até: 31/12/2018

2 - Processo: 58000.010597/2016-56
Proponente: Associação Oásis Pompéia
Título: Educação Através do Esporte (VI Edição)
Valor autorizado para captação: R$ 816.379,21
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0328 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 14752-4
Período de Captação até: 31/12/2018

3 - Processo: 58000.010808/2016-51
Proponente: Federação Paranaense de Tênis
Título: Circuito Paranaense de Tênis Infantojuvenil
Valor autorizado para captação: R$ 755.188,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3510 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 34729-9
Período de Captação até: 10/11/2018

4 - Processo: 58000.010650/2016-19
Proponente: Liga de Basquete Feminino
Título: LBF - Logística Equipes
Valor autorizado para captação: R$ 1.390.936,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4093 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 26631-0
Período de Captação até: 31/12/2018

SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR

PORTARIA Nº 14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem e fundamentado na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, do art. 116 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; art. 6º do Decreto nº 2.271, de 7 julho de 1997; da Lei n o 9.615, de 24 de março de 1998; do Decreto no 7.984, de 8 de abril de 2013; do Decreto n o 8.180, de 30 de dezembro de 2013; do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007; do art. 1º do Decreto nº 8.829, de 03/08/2016; da Portaria Interministerial no 424, de 30 de dezembro de 2016 e em atenção ao Edital de Chamamento Público SNFDT 1/2017, Publicado no DOU de 06 outubro de 2017, no resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado da 3ª Ata da Comissão de Avaliação de Projetos referente ao Chamamento Público 1ª Etapa - Da Validação das Propostas, correspondente ao PROGRAMA Nº 51000.2017.0031 - PROMOÇÃO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL MASCULINO E FEMININO - SELEÇÕES DO FUTURO, as quais os proponentes tiveram suas propostas admitidas para a segunda fase do certame para fins de avaliação e classificação.

Tabela 1: PROPOSTAS APTAS (Entes Públicos da Administração Direta Municipal (Prefeituras):

RELAÇÃO DAS ENTIDADES APTAS A SEGUNDA FASE DO CERTAME		
PROPOSTAS REGIÃO CENTRO OESTE		
PROPOSTA	PREFEITURA	ESTADO
091646/2017	PM AMORINOPOLIS	GO
092079/2017	PM ARAGARÇAS	GO
092099/2017	PM ARAGOIANIA	GO
092109/2017	PM BELA VISTA DE GOIAS	GO
092133/2017	PM BONOPOLIS	GO
092230/2017	PM BURITI ALEGRE	GO
092297/2017	PM BURITINOPÓLIS	GO
092321/2017	PM CACHOEIRA DOURADA	GO
092306/2017	PM CAMPESTRE DE GOIAS	GO
092315/2017	PM CAMPINAÇU	GO
092334/2017	PM CAMPOS BELOS	GO
092341/2017	PM CAMPOS VERDES	GO
092347/2017	PM CEZARINA	GO
092106/2017	PM CIDADE OCIDENTAL	GO
092369/2017	PM CHAPADÃO DO CÉU	GO
092396/2017	PM CÓRREGO DO OURO	GO
092367/2017	PM FAINA	GO
092414/2017	PM FORMOSA	GO

092386/2017	PM GOIANIRA	GO
092378/2017	PM GOIANOPÓLIS	GO
092374/2017	PM GOUVELÂNDIA	GO
092394/2017	PM GUAPÓ	GO
092403/2017	PM IPORÁ	GO
092416/2017	PM ITARUMÃ	GO
091265/2017	PM JARAGUÁ	GO
092423/2017	PM LEOPOLDO DE BULHÕES	GO
091421/2017	PM LUZIANIA	GO
092409/2017	PM MONTE ALEGRE DE GOIÁS	GO
092249/2017	PM MONTES CLAROS DE GOÍAS	GO
092404/2017	PM MORRO AGUDO DE GOIÁS	GO
092387/2017	PM MUNDO NOVO	GO
092371/2017	PM NOVA CRIXAS	GO
089085/2017	PM NOVO GAMA	GO
092351/2017	PM PARAÚNA	GO
092327/2017	PM PILAR DE GOIAS	GO
092308/2017	PM PIRACANJUBA	GO
092299/2017	PM PORANGATU	GO
092430/2017	PM SÃO FRANCISCO DE GOIÁS	GO
092168/2017	PM SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO	GO
092257/2017	PM SANTA ROSA DE GOIÁS	GO
092272/2017	PM SANTA RITA DO ARAGUAIA	GO
092191/2017	PM SANTO ANTONIO DA BARRA	GO
092112/2017	PM SILVANIA	GO
092097/2017	PM TEREZOPOLIS DE GOIAS	GO
092293/2017	PM TRINDADE	GO
092090/2017	PM VARJÃO	GO
090449/2017	PM ARAL MOREIRA	MS
091308/2017	PM CORONEL SAPUCAIA	MS
091417/2017	PM CHAPADAO DO SUL	MS
091775/2017	PM SAO GABRIEL DO OESTE	MS
090947/2017	PM CANABRAVA DO NORTE	MT
090232/2017	PM CONFRESA	MT
092081/2017	PM CLAUDIA	MT
090866/2017	PM CUIABA	MT
092491/2017	PM SÃO FELIX DO ARAGUAIA	MT
092195/2017	PM SORRISO	MT
092184/2017	PM VERA	MT
091151/2017	PM VILA RICA	MT

PROPOSTAS REGIÃO NORDESTE		
PROPOSTA	PREFEITURA	ESTADO
092245/2017	PM ARAPIRACA	AL
091961/2017	PM DOIS RIACHOS	AL
091996/2017	PM JACARÉ DOS HOMENS	AL
092286/2017	PM MACEIO	AL
092037/2017	PM MAJOR IZIDORO	AL
091978/2017	PM OLHO D"AGUA DAS FLORES	AL
092510/2017	PM OLIVENÇA	AL
091940/2017	PM POCO DAS TRINCHEIRAS	AL
091672/2017	PM RIO LARGO	AL
091985/2017	PM SENADOR RUI PALMEIRA	AL
092443/2017	PM AGUÁ FRIA	BA
092301/2017	PM ANGUERA	BA
092156/2017	PM BARREIRAS	BA
092537/2017	PM BIRITINGA	BA
090652/2017	PM BOQUIRA	BA
091378/2017	PM CAMACARI	BA
091964/2017	PM CAMPO FORMOSO	BA
092528/2017	PM CANAVIEIRAS	BA
090662/2017	PM CANDEIAS	BA
092193/2017	PM CARAVELAS	BA
090451/2017	PM CASA NOVA	BA
092556/2017	PM CÍCERO DANTAS	BA
090914/2017	PM CATOLANDIA	BA
090648/2017	PM CATURAMA	BA
092261/2017	PM CORDEIROS	BA
091830/2017	PM CORONEL JOAO SA	BA
090654/2017	PM ENTRE RIOS	BA
090650/2017	PM FLORESTA AZUL	BA
092236/2017	PM IBIPEBA	BA
092484/2017	PM IBIRAPITANGA	BA
091984/2017	PM IGAPORA	BA
091907/2017	PM ITABERABA	BA
092485/2017	PM ITANHEM	BA
092265/2017	PM ITORORÓ	BA
092505/2017	PM JUAZEIRO	BA
092401/2017	PM LUIS EDUARDO MAGALHÃES	BA
092563/2017	PM MARAGOGIPE	BA
092488/2017	PM MIRANGABA	BA
091968/2017	PM MIRANTE	BA
092535/2017	PM MUNDO NOVO	BA
091895/2017	PM NOVA ITARANA	BA
092495/2017	PM PEDRÃO	BA
092019/2017	PM POJUCA	BA
091680/2017	PM PLANALTINO	BA
091041/2017	PM PRADO	BA
091319/2017	PM PRESIDENTE DUTRA	BA
091534/2017	PM QUIXABEIRA	BA
092514/2017	PM RETIROLÂNDIA	BA
091395/2017	PM RIO DO PIRES	BA
092521/2017	PM RIO REAL	BA
092478/2017	PM SÃO DOMINGOS	BA
092239/2017	PM SANTO AMARO	BA
090655/2017	PM SAO GONCALO DOS CAMPOS	BA
090657/2017	PM SAO SEBASTIAO DO PASSE	BA
092564/2017	PM SEBASTIÃO LARANJEIRAS	BA
088687/2017	PM SERRA DO RAMALHO	BA
092507/2017	PM URUCUCA	BA
092512/2017	PM VALENTE	BA
092506/2017	PM XIQUE-XIQUE	BA
092501/2017	PM ABAIARA	CE
092248/2017	PM ACARAPÉ	CE
092441/2017	PM ACARAÚ	CE
092003/2017	PM ACOPIARA	CE
092270/2017	PM AQUIRAZ	CE
091350/2017	PM ALCANTARAS	CE
092166/2017	PM ALTO SANTO	CE
089387/2017	PM ANTONINA DO NORTE	CE
092197/2017	PM ARACATI	CE
092539/2017	PM ARACOIABA	CE
091133/2017	PM ARARIPE	CE
091834/2017	PM ARATUBA	CE
089614/2017	PM ASSARE	CE
092439/2017	PM AURORA	CE
091886/2017	PM BANABUIU	CE
092014/2017	PM BATURITÉ	CE
092332/2017	PM BARROQUINHA	CE
092534/2017	PM BARRO	CE
091434/2017	PM BEBERIBE	CE
092017/2017	PM BREJO SANTO	CE
092360/2017	PM CARIUS	CE
089547/2017	PM CAMPOS SALES	CE
092476/2017	PM CAPISTRANO	CE
092554/2017	PM CARIRÉ	CE
092451/2017	PM CARNAUBAL	CE
092187/2017	PM CARIRIAÇU	CE
091233/2017	PM CATARINA	CE
092163/2017	PM CATUNDA	CE
090620/2017	PM CAUCAIA	CE
092254/2017	PM CRATO	CE
091216/2017	PM DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	CE
092465/2017	PM EUSÉBIO	CE
092010/2017	PM FORTIM	CE
091206/2017	PM GUAIUBA	CE
092418/2017	PM GUARACIABA DO NORTE	CE
091986/2017	PM GRACA	CE
092005/2017	PM GRANJA	CE
092389/2017	PM GRANJEIRO	CE
092398/2017	PM GROAIRAS	CE
092500/2017	PM IBARETAMA	CE
091609/2017	PM IBIAPINA	CE
091599/2017	PM IBICUITINGA	CE
092548/2017	PM ICAPUI	CE
091959/2017	PM ICÓ	CE
092266/2017	PM IGUATU	CE
092517/2017	PM INDEPENDÊNCIA	CE
091795/2017	PM ITAPAJE	CE
091995/2017	PM ITAPIPOCA	CE
091774/2017	PM ITAPIUNA	CE
090660/2017	PM ITATIRA	CE
091807/2017	PM JAGUARIBARA	CE
092522/2017	PM JAGUARETAMA	CE
091739/2017	PM JARDIM	CE
091694/2017	PM LIMOEIRO DO NORTE	CE
092246/2017	PM MARANGUAPE	CE
092235/2017	PM MARCO	CE
092116/2017	PM MASSAPE	CE
092288/2017	PM MIRAÍMA	CE
091550/2017	PM MISSAO VELHA	CE
092422/2017	PM MOMBAÇA	CE
091361/2017	PM MORAUJO	CE
092479/2017	PM MUCAMBO	CE
089159/2017	PM NOVA OLINDA	CE
091659/2017	PM IPAUMIRIM	CE
091689/2017	PM IPU	CE
091884/2017	PM OCARA	CE
091728/2017	PM OROS	CE
091674/2017	PM PACAJUS	CE
091836/2017	PM PACATUBA	CE
092502/2017	PM PACOTI	CE
092100/2017	PM PALMACIA	CE
091592/2017	PM PARACURU	CE
091055/2017	PM PEREIRO	CE
092471/2017	PM PIQUET CARNEIRO	CE
089153/2017	PM POTENGI	CE
092461/2017	PM QUITERIANOPÓLIS	CE
091678/2017	PM QUIXADA	CE
091769/2017	PM QUIXERAMOBIM	CE
092390/2017	PM QUIXERE	CE
091999/2017	PM REDENÇÃO	CE
091761/2017	PM SALITRE	CE
092350/2017	PM SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	CE
092174/2017	PM SÃO LUIS DO CURU	CE
092525/2017	PM TAUA	CE
091372/2017	PM TEJUCUOCA	CE
092463/2017	PM TIANGUÁ	CE
091815/2017	PM TRAIRI	CE
092137/2017	PM TURURU	CE
092238/2017	PM UBAJARA	CE
092122/2017	PM URUOCA	CE
092474/2017	PM VARZEA ALEGRE	CE
092006/2017	PM ALDEIAS ALTAS	MA
091449/2017	PM AMARANTE DO MARANHAO	MA
091825/2017	PM BURITI	MA
091444/2017	PM BURITIRANA	MA
091453/2017	PM CAMPESTRE DO MARANHAO	MA
091456/2017	PM CIDELANDIA	MA
092400/2017	PM CODÓ	MA
092311/2017	PM ESPERANTINOPÓLIS	MA
091569/2017	PM FORMOSA DA SERRA NEGRA	MA
091458/2017	PM JOAO LISBOA	MA
091579/2017	PM LAJEADO NOVO	MA
091461/2017	PM MONTES ALTOS	MA
091971/2017	PM ROSARIO	MA
089760/2017	PM SAO JOAO DO SOTER	MA
091554/2017	PM SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	MA
092018/2017	PM SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	MA
091245/2017	PM SAO ROBERTO	MA
091976/2017	PM SENADOR LA ROCQUE	MA
091561/2017	PM SITIO NOVO	MA
089193/2017	PM VARGEM GRANDE	MA
091526/2017	PM AGUIAR	PB
092069/2017	PM ALAGOINHA	PB
092077/2017	PM ALCANTIL	PB
092201/2017	PM ARAÇAGI	PB
092384/2017	PM ARARA	PB
092338/2017	PM ARARUNA	PB
091692/2017	PM AREIA DE BARAUNAS	PB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

092480/2017	PM BARRA DE SANTANA	PB
092362/2017	PM BARRA DE SANTA ROSA	PB
091783/2017	PM BAYEUX	PB
091653/2017	PM BOA VENTURA	PB
092361/2017	PM BOA VISTA	PB
092356/2017	PM BOM JESUS	PB
091664/2017	PM BOM SUCESSO	PB
092342/2017	PM BONITO DE SANTA FÉ	PB
091380/2017	PM BREJO DOS SANTOS	PB
092385/2017	PM CABEDELO	PB
091693/2017	PM CACIMBA DE AREIA	PB
092335/2017	PM CAÇIMBA DE DENTRO	PB
091695/2017	PM CACIMBAS	PB
092541/2017	PM CAMPINA GRANDE	PB
091697/2017	PM CATINGUEIRA	PB
091699/2017	PM CATOLE DO ROCHA	PB
092325/2017	PM CONCEIÇÃO	PB
091529/2017	PM CONGO	PB
092309/2017	PM COXIXOLA	PB
092402/2017	PM CUITE	PB
091702/2017	PM EMAS	PB
092208/2017	PM FAGUNDES	PB
091705/2017	PM IBIARA	PB
091993/2017	PM JOÃO PESSOA	PB
091707/2017	PM JURU	PB
091520/2017	PM LASTRO	PB
091813/2017	PM LUCENA	PB
091710/2017	PM LAGOA	PB
091712/2017	PM MAE D"AGUA	PB
091713/2017	PM MALTA	PB
092189/2017	PM MAMANGUAPE	PB
091532/2017	PM MANAIRA	PB
091495/2017	PM MONTEIRO	PB
091919/2017	PM MARIZOPOLIS	PB
092183/2017	PM MATINHAS	PB
092178/2017	PM MONTE HOREBE	PB
092167/2017	PM NATUBA	PB
092530/2017	PM PATOS	PB
091980/2017	PM PAULISTA	PB
092160/2017	PM PILÕES	PB
092153/2017	PM REMÍGIO	PB
092148/2017	PM RIACHO DOS CAVALOS	PB
092144/2017	PM SALGADO DE SÃO FELIX	PB
091730/2017	PM SANTA LUZIA	PB
091733/2017	PM SANTANA DOS GARROTES	PB
091732/2017	PM SANTANA DE MANGUEIRA	PB
092135/2017	PM SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	PB
092121/2017	PM SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	PB
091735/2017	PM SAO JOSE DO BONFIM	PB
092118/2017	PM SÃO JOSÉ DOS RAMOS	PB
091736/2017	PM SAO MAMEDE	PB
092492/2017	PM SÃO MIGUEL DE TAIPU	PB
092110/2017	PM SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	PB
092104/2017	PM SERRA DA RAIZ	PB
091737/2017	PM SERRA GRANDE	PB
092095/2017	PM SERRARIA	PB
092280/2017	PM SOLEDADE	PB
092262/2017	PM TACIMA	PB
091527/2017	PM TEIXEIRA	PB
092087/2017	PM TENORIO	PB
091871/2017	PM ZABELE	PB
092186/2017	PM AGRESTINA	PE
092022/2017	PM ALTINHO	PE
091979/2017	PM ARARIPINA	PE
091473/2017	PM BETANIA	PE
092169/2017	PM BOM JARDIM	PE
092205/2017	PM CANHOTINHO	PE
090830/2017	PM CORTES	PE
091490/2017	PM DORMENTES	PE
090833/2017	PM FERREIROS	PE
090574/2017	PM FLORES	PE
092013/2017	PM ITAPISSUMA	PE
091880/2017	PM JABOATAO DOS GUARARAPES	PE
091239/2017	PM JATOBA	PE
091636/2017	PM LAGOA DO ITAENGA	PE
091300/2017	PM LAGOA GRANDE	PE
091756/2017	PM LAJEDO	PE
091464/2017	PM MACHADOS	PE
092066/2017	PM MANARI	PE
092442/2017	PM OROCÓ	PE
092464/2017	PM PETROLINA	PE
091364/2017	PM RECIFE	PE
092291/2017	PM SALOÁ	PE
090890/2017	PM SANTA MARIA DA BOA VISTA	PE
092529/2017	PM SANHARÓ	PE
089472/2017	PM SAO JOSE DA COROA GRANDE	PE
091236/2017	PM TAQUARITINGA DO NORTE	PE
092433/2017	PM TUPANATINGA	PE
090778/2017	PM BARRAS	PI
091545/2017	PM BETANIA DO PIAUI	PI
089282/2017	PM BOCAINA	PI
091843/2017	PM CAMPINAS DO PIAUI	PI
091571/2017	PM CAMPO LARGO DO PIAUI	PI
090785/2017	PM CARAUBAS DO PIAUI	PI
090777/2017	PM COLONIA DO GURGUEIA	PI
091607/2017	PM COLONIA DO PIAUI	PI
091573/2017	PM CORONEL JOSE DIAS	PI
090784/2017	PM CRISTINO CASTRO	PI
091574/2017	PM DOM INOCENCIO	PI
090787/2017	PM FLORIANO	PI
089284/2017	PM FRANCISCO MACEDO	PI
089285/2017	PM FRANCISCO SANTOS	PI
092002/2017	PM GEMINIANO	PI
091033/2017	PM LUIS CORREIA	PI
091616/2017	PM MONSENHOR GIL	PI
090922/2017	PM MURICI DOS PORTELAS	PI
091857/2017	PM NOVO SANTO ANTONIO	PI
090780/2017	PM PALMEIRA DO PIAUI	PI
092258/2017	PM PICOS	PI
090739/2017	PM REDENCAO DO GURGUEIA	PI
089292/2017	PM SANTO ANTONIO DE LISBOA	PI
089290/2017	PM SANTA CRUZ DO PIAUI	PI
092421/2017	PM SÃO JOÃO DA CANABRAVA	PI
089293/2017	PM SAO JOAO DA VARJOTA	PI
091575/2017	PM SAO LOURENCO DO PIAUI	PI
089294/2017	PM SAO LUIS DO PIAUI	PI
091766/2017	PM SEBASTIAO BARROS	PI
091415/2017	PM TERESINA	PI
090735/2017	PM URUÇUI	PI
092377/2017	PM BELÉM DO BREJO DO CRUZ	RN
091679/2017	PM BOA SAUDE	RN
092274/2017	PM CARNAUBAIS	RN
091812/2017	PM CORONEL EZEQUIEL	RN
091993/2017	PM CORONEL JOÃO PESSOA	RN
091094/2017	PM EXTREMOZ	RN
091484/2017	PM FELIPE GUERRA	RN
089410/2017	PM GOIANINHA	RN
092523/2017	PM JAÇANÃ	RN
091503/2017	PM JOSE DA PENHA	RN
092159/2017	PM LUCRECIA	RN
089421/2017	PM PASSA E FICA	RN
092336/2017	PM PAU DOS FERROS	RN
091685/2017	PM PORTO DO MANGUE	RN
091684/2017	PM RIACHO DA CRUZ	RN
088421/2017	PM SANTO ANTONIO	RN
092483/2017	PM SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	RN
091686/2017	PM SAO MIGUEL	RN
088426/2017	PM SAO PAULO DO POTENGI	RN
090219/2017	PM SAO TOME	RN
090628/2017	PM TIBAU DO SUL	RN
091992/2017	PM UPANEMA	RN
091988/2017	PM DE VENHA-VER	RN
091168/2017	PM ARACAJU	SE
091690/2017	PM GARARU	SE
092101/2017	PM LAGARTO	SE
091231/2017	PM MOITA BONITA	SE
090477/2017	PM NOSSA SENHORA DAS DORES	SE
092255/2017	PM NOSSA SENHORA DO SOCORRO	SE

PROPOSTAS REGIÃO NORTE

PROPOSTA	PREFEITURA	ESTADO
092000/2017	PM BRASILÉIA	AC
092538/2017	PM SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM
091512/2017	PM MANICORE	AM
092125/2017	PM BRAGANÇA	PA
091801/2017	PM DOM ELISEU	PA
090886/2017	PM GOIANESIA DO PARA	PA
092285/2017	PM JURUTI	PA
091597/2017	PM MARABA	PA
092151/2017	PM MARAPANIM	PA
092260/2017	PM NOVO REPARTIMENTO	PA
091763/2017	PM PACAJA	PA
090850/2017	PM REDENCAO	PA
090637/2017	PM SANTAREM	PA
092552/2017	PM TRAIRÃO	PA
089413/2017	PM CEREJEIRAS	RO
091861/2017	PM PORTO VELHO	RO
091514/2017	PM ROLIM DE MOURA	RO
092290/2017	PM CANTÁ	RR
092419/2017	PM CARACARAÍ	RR
092124/2017	PM PALMAS	TO
091099/2017	PM PORTO NACIONAL	TO
091577/2017	PM PRAIA NORTE	TO

PROPOSTAS REGIÃO SUDESTE

PROPOSTA	PREFEITURA	ESTADO
091313/2017	PM CARIACICA	ES
091990/2017	PM SERRA	ES
090900/2017	PM ABAETE	MG
092240/2017	PM ABRE CAMPO	MG
092073/2017	PM ACAIACA	MG
091841/2017	PM ALEM PARAIBA	MG
092557/2017	PM ANDRADAS	MG
092242/2017	PM ANTONIO PRADO DE MINAS	MG
092330/2017	PM ARAPORÃ	MG
091972/2017	PM ARICANDUVA	MG
090995/2017	PM ARINOS	MG
091567/2017	PM ARAUJOS	MG
091402/2017	PM ARAPONGA	MG
091784/2017	PM BARAO DE COCAIS	MG
092200/2017	PM BARROSO	MG
091508/2017	PM BELO HORIZONTE	MG
089409/2017	PM BETIM	MG
091500/2017	PM BOCAIUVA	MG
091560/2017	PM BONFIM	MG
090604/2017	PM BRASOPOLIS	MG
092304/2017	PM BRUMADINHO	MG
091606/2017	PM BURITIZEIRO	MG
092399/2017	PM CAETÉ	MG
092194/2017	PM CAIANA	MG
091551/2017	PM CAMPOS GERAIS	MG
092181/2017	PM CANAÃ	MG
089034/2017	PM CANTAGALO	MG
091854/2017	PM CAPELINHA	MG
091467/2017	PM CAPINOPOLIS	MG
092310/2017	PM CARMOPOLIS DE MINAS	MG
091419/2017	PM CATAS ALTAS	MG
092146/2017	PM CENTRAL DE MINAS	MG
091760/2017	PM CLARO DOS POCOES	MG
092518/2017	PM CODISBURGO	MG
091914/2017	PM DE COQUEIRAL	MG
092038/2017	PM DE COIMBRA	MG
089393/2017	PM CONCEICAO DAS ALAGOAS	MG
091941/2017	PM CONGONHAS	MG
091318/2017	PM CONTAGEM	MG
092320/2017	PM CORAÇÃO DE JESUS	MG
091544/2017	PM COROACI	MG
089384/2017	PM CRUCILANDIA	MG
092354/2017	PM DIVINO DAS LARANJEIRAS	MG
091403/2017	PM DIOGO DE VASCONCELOS	MG
091450/2017	PM DOM BOSCO	MG
091650/2017	PM ESPIRITO SANTO DO DOURADO	MG

090954/2017	PM ESTRELA DO SUL	MG
092298/2017	PM EUGENOPÓLIS	MG
092062/2017	PM EWBANK DA CÂMARA	MG
091570/2017	PM FORMIGA	MG
091414/2017	PM FRANCISCOPOLIS	MG
088676/2017	PM FRANCISCO AS	MG
092071/2017	PM FRANCISCO DUMONT	MG
090340/2017	PM GOIABEIRA	MG
091405/2017	PM GUARACIABA	MG
092192/2017	PM GUIDOVAL	MG
092269/2017	PM GUIMARANÊA	MG
092364/2017	PM IGARAPÉ	MG
092108/2017	PM ILICINEA	MG
092516/2017	PM INHAUMA	MG
090865/2017	PM IPATINGA	MG
088383/2017	PM ITAGUARA	MG
092292/2017	PM ITAJUBÁ	MG
091481/2017	PM ITAMBACURI	MG
092165/2017	PM ITAPEVA	MG
091441/2017	PM JAGUARACU	MG
091947/2017	PM JEQUERI	MG
091359/2017	PM JOANESIA	MG
091632/2017	PM JOAO PINHEIRO	MG
092021/2017	PM JUVENÍLIA	MG
091617/2017	PM LAGAMAR	MG
092086/2017	PM LAGOA DOURADA	MG
092380/2017	PM LAGOA GRANDE	MG
091624/2017	PM LAMBARI	MG
091839/2017	PM LIMEIRA DO OESTE	MG
092372/2017	PM MACHADO	MG
091696/2017	PM MALACACHETA	MG
091423/2017	PM MARIANA	MG
090844/2017	PM MATEUS LEME	MG
091863/2017	PM MINAS NOVAS	MG
092253/2017	PM MORADA NOVA DE MINAS	MG
088385/2017	PM MURIAE	MG
091455/2017	PM NATALANDIA	MG
091330/2017	PM OURO FINO	MG
092252/2017	PM PAINEIRAS	MG
090857/2017	PM PAINS	MG
092349/2017	PM PARACATU	MG
091051/2017	PM PASSA TEMPO	MG
092202/2017	PM PEDRA DOURADA	MG
092091/2017	PM PEDRINOPOLIS	MG
092348/2017	PM PEDRO DO ANTA	MG
089281/2017	PM PIRACEMA	MG
092468/2017	PM PIRANGA	MG
091904/2017	PM POMPEU	MG
091553/2017	PM PONTO DOS VOLANTES	MG
090944/2017	PM POUSO ALEGRE	MG
092358/2017	PM PRADOS	MG
091890/2017	PM PRATA	MG
092279/2017	PM RAPOSOS	MG
091293/2017	PM RUBELITA	MG
091657/2017	PM SAO GERALDO DA PIEDADE	MG
090078/2017	PM SAO JOAO DA PONTE	MG
092025/2017	PM SÃO JOÃO DO MANTENINHA	MG
091936/2017	PM SAO GONCALO DO PARA	MG
090918/2017	PM SAO GONCALO DO SAPUCAI	MG
091943/2017	PM SALTO DA DIVISA	MG
092198/2017	PM SÃO MIGUEL DO ANTA	MG
091915/2017	PM SAO PEDRO DO SUACUI	MG
091416/2017	PM SANTO ANTONIO DO GRAMA	MG
092381/2017	PM SANTO ANTONIO DO RETIRO	MG
092319/2017	PM SANTA CRUZ DE MINAS	MG
092164/2017	PM SANTA EFIGÊNIA DE MINAS	MG
092294/2017	PM SANTA JULIANA	MG
091596/2017	PM SANTA LUZIA	MG
091851/2017	PM SENHORA DOS REMEDIOS	MG
091502/2017	PM SERRANIA	MG
092251/2017	PM TEIXEIRAS	MG
092056/2017	PM TEOFILO OTONI	MG
092141/2017	PM TRÊS PONTAS	MG
092408/2017	PM TUPACIGUARA	MG
091482/2017	PM UBERABA	MG
091627/2017	PM VAZANTE	MG
091035/2017	PM VICOSA	MG

091237/2017	PM BOM JESUS DO ITABAPOANA	RJ
092446/2017	PM CARDOSO MOREIRA	RJ
091427/2017	PM ITABORAI	RJ
091892/2017	PM DE ITALVA	RJ
088737/2017	PM ITATIAIA	RJ
089420/2017	PM MIGUEL PEREIRA	RJ
092172/2017	PM PARACAMBI	RJ
091946/2017	PM DE PATY DO ALFERES	RJ
091852/2017	PM PETROPOLIS	RJ
092119/2017	PM PORTO REAL	RJ
089418/2017	PM QUEIMADOS	RJ
090618/2017	PM QUISSAMA	RJ
091905/2017	PM SAO JOAO DE MERITI	RJ
091802/2017	PM SAQUAREMA	RJ
091538/2017	PM SAPUCAIA	RJ
091069/2017	PM TAPEJARA	RJ
090100/2017	PM VALENCA	RJ
091471/2017	PM VASSOURAS	RJ
091997/2017	PM VOLTA REDONDA	RJ
090630/2017	PM ADAMANTINA	SP
092051/2017	PM DE ADOLFO	SP
091855/2017	PM ALTINOPOLIS	SP
090840/2017	PM ALVARO DE CARVALHO	SP
090854/2017	PM ALVINLANDIA	SP
091267/2017	PM ANHUMAS	SP
091284/2017	PM ARAÇARIGUAMA	SP
090292/2017	PM ARAMINA	SP
092082/2017	PM BARBOSA	SP
092052/2017	PM DE BAURU	SP
092128/2017	PM BIRIGUI	SP
090867/2017	PM BORBOREMA	SP
091264/2017	PM BORA	SP
091118/2017	PM CAMPOS NOVOS PAULISTA	SP
092326/2017	PM CAPÃO BONITO	SP
091662/2017	PM CARAGUATATUBA	SP
091312/2017	PM CASSIA DOS COQUEIROS	SP
090400/2017	PM CATANDUVA	SP
092282/2017	PM CATIGUÁ	SP
091816/2017	PM CESARIO LANGE	SP
091332/2017	PM CLEMENTINA	SP
092103/2017	PM CORDEIROPOLIS	SP
091790/2017	PM CRAVINHOS	SP
088971/2017	PM CRISTAIS PAULISTA	SP
090971/2017	PM ECHAPORA	SP
091266/2017	PM ESTRELA DO NORTE	SP
090975/2017	PM FERNÃO	SP
090977/2017	PM GETULINA	SP
090978/2017	PM GUAIMBE	SP
091103/2017	PM GUARANTA	SP
092075/2017	PM GUARIBA	SP
088489/2017	PM GUARUJA	SP
091105/2017	PM HERCULANDIA	SP
092085/2017	PM INDAIATUBA	SP
091796/2017	PM INDIANA	SP
092047/2017	PM IPIGUÁ	SP
091757/2017	PM ITUVERAVA	SP
091794/2017	PM JARDINOPOLIS	SP
092142/2017	PM JERIQUARA	SP
091614/2017	PM LEME	SP
092039/2017	PM LARANJAL PAULISTA	SP
091108/2017	PM LUCIANOPOLIS	SP
091110/2017	PM LUIZIANIA	SP
091111/2017	PM LUTECIA	SP
091413/2017	PM MARILIA	SP
091263/2017	PM MARABA PAULISTA	SP
090681/2017	PM MENDONCA	SP
091977/2017	PM MOJI DAS CRUZES	SP
091247/2017	PM MONTE ALEGRE DO SUL	SP
091548/2017	PM NOVA GRANADA	SP
091112/2017	PM OCAUCU	SP
091113/2017	PM ORIENTE	SP
090859/2017	PM OSCAR BRESSANE	SP
092273/2017	PM OURO VERDE	SP
089594/2017	PM PARAGUACU PAULISTA	SP
092405/2017	PM PARDINHO	SP
092098/2017	PM PEDREGULHO	SP
091877/2017	PM PENAPOLIS	SP
092415/2017	PM PINDAMONHANGABA	SP
091114/2017	PM PONGAI	SP
092477/2017	PM POTIM	SP
090762/2017	PM PRESIDENTE BERNARDES	SP
091271/2017	PM RIBEIRAO DOS INDIOS	SP
091115/2017	PM SALMOURAO	SP
091255/2017	PM SANTA GERTRUDES	SP
092132/2017	PM SANTO ANDRÉ	SP
090636/2017	PM SANTANA DE PARNAIBA	SP
092028/2017	PM SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	SP
091093/2017	PM SAO BERNARDO DO CAMPO	SP

091629/2017	PM SAO JOSE DA BELA VISTA	SP
091896/2017	PM SAO JOSE DO BARREIRO	SP
090943/2017	PM SAO JOSE DO RIO PRETO	SP
092546/2017	PM SÃO ROQUE	SP
089252/2017	PM SAO SEBASTIAO	SP
091932/2017	PM SERRA AZUL	SP
092147/2017	PM SERRANA	SP
091788/2017	PM SETE BARRAS	SP
091604/2017	PM SOCORRO	SP
092048/2017	PM SUZANO	SP
090509/2017	PM TACIBA	SP
091058/2017	PM TARUMA	SP
091116/2017	PM UBIRAJARA	SP
092353/2017	PM UCHOA	SP
092264/2017	PM VOTORANTIM	SP
091117/2017	PM VERA CRUZ	SP

PROPOSTAS REGIÃO SUL

PROPOSTA	PREFEITURA	ESTADO
092162/2017	PM AMPÉRE	PR
091253/2017	PM ANDIRA	PR
092352/2017	PM ALMIRANTE TAMANDARÉ	PR
091754/2017	PM ARAPONGAS	PR
092092/2017	PM ARARUNA	PR
091479/2017	PM BALSA NOVA	PR
091217/2017	PM BARBOSA FERRAZ	PR
089432/2017	PM BELA VISTA DO PARAISO	PR
092043/2017	PM BRASILÂNDIA DO SUL	PR
092241/2017	PM CAMPO MAGRO	PR
092130/20017	PM CRUZEIRO DO IGUAÇU	PR
092382/2017	PM DIAMANTE DO NORTE	PR
092428/2017	PM FAZENDA DO RIO GRANDE	PR
091983/2017	PM FLORESTOPOLIS	PR
092429/2017	PM FOZ DO IGUAÇU	PR
088626/2017	PM GENERAL CARNEIRO	PR
091406/2017	PM GOIOXIM	PR
091683/2017	PM GUAIRACA	PR
090043/2017	PM IRETAMA	PR
091310/2017	PM ITAIPULANDIA	PR
092012/2017	PM ITAPERUÇU	PR
092314/2017	PM JAPURA	PR
092134/2017	PM JARDIM ALEGRE	PR
092058/2017	PM DE KALORÉ	PR
092053/2017	PM LIDIANOPOLIS	PR
090375/2017	PM MANDAGUARI	PR
091635/2017	PM MANOEL RIBAS	PR
091781/2017	PM MARQUINHO	PR
092094/2017	PM MARUMBI	PR
090984/2017	PM MOREIRA SALES	PR
091445/2017	PM NOVA LONDRINA	PR
091951/2017	PM NOVA TEBAS	PR
091470/2017	PM PALMAS	PR
089154/2017	PM QUARTO CENTENARIO	PR
090581/2017	PM RIBEIRAO DO PINHAL	PR
091581/2017	PM SANTA LUCIA	PR
092004/2017	PM SÃO JOÃO DO IVAI	PR
091785/2017	PM SAO JORGE DO PATROCINIO	PR
089329/2017	PM SAO JORGE D"OESTE	PR
092533/2017	PM SÃO TOMÉ	PR
092034/2017	PM SERTANEJA	PR
091872/2017	PM SULINA	PR
091647/2017	PM VERE	PR
091478/2017	PM ARROIO DOS RATOS	RS
091215/2017	PM BARRA DO GUARITA	RS
089541/2017	PM BARRA DO RIO AZUL	RS
091846/2017	PM CACAPAVA DO SUL	RS
091583/2017	PM CACHOEIRA DO SUL	RS
091842/2017	PM CAMPO BOM	RS
091241/2017	PM CANOAS	RS
091296/2017	PM CAPELA DE SANTANA	RS
091337/2017	PM CHARQUEADAS	RS
092057/2017	PM GUARANI DAS MISSÕES	RS
091770/2017	PM NOVA BRESCIA	RS
092176/2017	PM NOVO CABRAIS	RS
091903/2017	PM PEJUCARA	RS
088409/2017	PM PELOTAS	RS
091780/2017	PM ROCA SALES	RS
092203/2017	PM SANTA ROSA	RS
091628/2017	PM SANTA VITORIA DO PALMAR	RS
091586/2017	PM SAO BORJA	RS
089275/2017	PM SAO FRANCISCO DE PAULA	RS
092277/2017	PM SÃO GABRIEL	RS
091965/2017	PM SAO LEOPOLDO	RS
092207/2017	PM SÃO SEPÉ	RS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

092096/2017	PM TABAI	RS
091069/2017	PM TAPEJARA	RS
092078/2017	PM TRIUNFO	RS
092140/2017	PM URUGUAIANA	RS
092435/2017	PM VENANCIO AIRES	RS
092065/2017	PM VIADUTOS	RS
091273/2017	PM BLUMENAU	SC
092216/2017	PM CAMPOS NOVOS	SC
091119/2017	PM GUARAMIRIM	SC
091316/2017	PM IBIRAMA	SC
088409/2017	PM IRATI	SC
092363/2017	PM ITAJAÍ	SC
091259/2017	PM ITAPOA	SC
091821/2017	PM JOINVILLE	SC
091272/2017	PM LEBON REGIS	SC
091828/2017	PM MARAVILHA	SC
092551/2017	PM PAULO LOPES	SC
091558/2017	PM PESCARIA BRAVA	SC
092105/2017	PM RIO DO SUL	SC
089522/2017	PM SALTINHO	SC
091397/2017	PM XANXERE	SC

Art. 2º Considerando o término do prazo recursal apenas os proponentes relacionados acima estão aptos para a segunda fase do certame, ou seja, as demais propostas cadastradas e não relacionadas estão automaticamente desclassificadas.

Art. 3º Conforme artigos 4.1 e 4.2 do Edital n° 01/2017 - Seleções do Futuro as propostas admitidas na primeira fase do certame, serão avaliadas considerando os critérios, escalas e pesos sinalizados nos respectivos artigos acima mencionados, sendo classificadas aquelas que obtiverem pontuação final igual ou superior a 40%(quarenta por cento) do total possível, que é de 325(trezentos e vinte e cinco). Registre-se que as propostas com pontuação abaixo de 130 serão automaticamente eliminadas na segunda fase do certame.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE LUIS ARGOLO RIBEIRO

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHO

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, Resolução nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, e com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, torna público que, no período de 08 a 15/12/2017, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Acir Amaral Engenheiro, Rio Paraíba do Sul, Município de Santo Antônio de Pádua/Rio de Janeiro, irrigação.

Aleandro Leal Silva, reservatório da UHE Luiz Gonzaga, rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Ana Lucia Ferreira Santos, Rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Celio Roberto de Melo, rio Paraíba, Município de Quebrangulo/Alagoas, irrigação.

Claudina Rodrigues Nunes de Souza, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins, reservatório da UHE Estreito, rio Tocantins, Município de Babaçulândia/Tocantins, esgotamento sanitário.

Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins, reservatório da UHE Luis Eduardo Magalhães, rio Tocantins, Município de Palmas/Tocantins, esgotamento sanitário.

Companhia Energética de São Paulo - CESP, UHE Paraibuna, rio Paraíba do Sul, Município de Paraibuna/São Paulo, aproveitamento hidrelétrico.

Damião Gonzaga dos Santos, reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação.

Daniel Vaz dos Santos, reservatório da UHE Capivara, Município de Florínia/São Paulo, irrigação.

Dirceu Júlio Gatto, Barragem Pontinha, Córrego Pontinha, Município de Unaí/Minas Gerais, barramento.

Durlan da Silva Ramos, reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Eliane Rodrigues de Abreu, rio Parnaíba, Município de Uruçuí/Piauí, mineração.

Emerson Souza Campos, reservatório da UHE Luiz Gonzaga, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação.

Everton Rodrigues dos Santos, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Fundação Universidade Federal do Tocantins, reservatório da UHE Luis Eduardo Magalhães, Município de Palmas/Tocantins, esgotamento sanitário.

Gilberto Braz dos Santos, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Gilmar Abreu Silva, rio São Francisco, Município de Matias Cardoso/Minas Gerais, irrigação.

GMC Construções E Empreendimentos Ltda - EPP, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, outros usos.

Guilherme Felix Da Silva, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Isaque Luiz dos Santos, reservatório da UHE Paulo Afonso IV/UHE Apolônio Sales/Moxotó, Município de Jatobá/Pernambuco, criação animal.

Isaque Luiz dos Santos, Rio Moxotó, Município de Jatobá/Pernambuco, irrigação.

Jandson Fonseca Barbosa Oliveira, reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Jesual Ferreira da Silva, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Joelma de Morais Cardoso Fernandes - ME, rio das Antas, Município de Monte Sião/Minas Gerais, mineração.

Jose Alfredo Brito Seixas, rio São Francisco, Município de Porto da Folha/Sergipe, irrigação.

Jose Francisco Pinheiro da Silva, córrego do Ouro, Município de Boca do Acre/Amazonas, criação animal.

José Mário Prates Ferreira, rio Jequitinhonha, Município de Araçuaí/Minas Gerais, irrigação.

Juracy Parreira Campos, reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação.

Leonardo Araujo da Silva, reservatório da UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Manoel Lima Guimarães, rio São Francisco, Município de Sobradinho/Bahia, irrigação.

Marcos Antonio de Melo Costa, Rio Paraíba, Município de Capela/Alagoas, irrigação.

Maria Auxiliadora Souza Campos, reservatório da UHE Luiz Gonzaga, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação.

Maria dos Praseres Sena da Silva, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Ministério da Indústria, Comércio, Exterior e Serviços - MDIC, Reservatório da UHE Ponte de Pedra, Município de Itiquira/Mato Grosso, preventiva, aquicultura.

Município de Presidente Kennedy, rio Itabapoana, Município de Presidente Kennedy/Espírito Santo, esgotamento sanitário.

Patrick Marciel Neves Silva e Moacir Araújo Oliveira, barragem de Anagé, Município de Belo Campo/Bahia, irrigação

Raimunda Teles de Lima, reservatório da UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Ronildo Ferreira e Silva, barragem de Anagé, Município de Belo Campo/Bahia, irrigação, transferência.

Ronildo Souza Nogueira, rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Sandro Eduardo Rocha, rio Pardo, Município de São João do Paraíso/Minas Gerais, irrigação.

Valdir Aparecido Fortunato de Oliveira, rio Grande, Município de Itutinga/Minas Gerais, mineração.

Wander Machado de Melo Paiva, ribeirão Roncador, Município de Cabeceira Grande/Minas Gerais, irrigação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeada pelo Decreto s/n de 02 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I, do Decreto no 6.099, de 27 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário oficial do dia subsequente, em cumprimento ao disposto no art. 2o, inciso III da Lei no6.938, de 21 de agosto de 1981, nos arts. 16, 17 e 21 da Lei no 5.197, de 3 de janeiro de 1967;

Considerando o disposto nos arts. 35 e 36 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que preveem que "o controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais incluirá sistema nacional que integre os dados dos diferentes entes federativos, coordenado, fiscalizado e regulamentado pelo órgão federal competente do Sisnama";

Considerando a necessidade de extensão do prazo previsto no art. 70 da Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014, para o uso obrigatório, em âmbito nacional, do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor;

Considerando o que consta nos autos do processo administrativo n° 02001.002625/2014-35, resolve:

Art. 1º O art. 70 da Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70. A partir do dia 2 de maio de 2018, todas as atividades florestais, empreendimentos de base florestal e processos correlatos sujeitos ao controle por parte dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama serão efetuadas necessariamente por meio do Sinaflor ou por sistema estadual a ele integrado. "

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SUELY ARAÚJO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 455, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Define os Municípios considerados localidades estratégicas para os fins de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, no âmbito do Departamento de Polícia Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 9.224, de 6 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Definir, na forma do Anexo, os Municípios considerados localidades estratégicas para fins da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, no âmbito do Departamento de Polícia Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

MUNCÍPIOS CONSIDERADOS LOCALIDADES ESTRATÉGICAS NO ÂMBITO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

ITEM	UF	MUNICÍPIO
1	AC	Cruzeiro do Sul
2	AC	Epitaciolândia
3	AC	Rio Branco
4	AM	Tabatinga
5	AP	Macapá
6	AP	Oiapoque
7	MA	Caxias
8	MS	Corumbá
9	MS	Dourados
10	MS	Naviraí
11	MS	Ponta Porã
12	MT	Barra do Garças
13	MT	Cáceres
14	MT	Rondonópolis
15	MT	Sinop
16	PA	Altamira
17	PA	Redenção
18	PR	Cascavel
19	PR	Foz do Iguaçu
20	PR	Guaíra
21	RO	Guajará-Mirim
22	RO	Ji-Paraná
23	RO	Porto Velho
24	RO	Vilhena
25	RR	Boa Vista
26	RR	Pacaraima
27	RS	Bagé
28	RS	Chuí
29	RS	Jaguarão
30	RS	Pelotas
31	RS	Rio Grande
32	RS	Sant"Ana do Livramento
33	RS	Santo Ângelo
34	RS	São Borja
35	RS	Uruguaiana
36	SC	Chapecó
37	SC	Dionísio Cerqueira
38	TO	Araguaína

PORTARIA Nº 456, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Define os Municípios considerados localidades estratégicas para os fins de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 9.228, 6 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Definir, na forma do Anexo, os Municípios considerados localidades estratégicas para fins da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

MUNCÍPIOS CONSIDERADOS LOCALIDADES ESTRATÉGICAS no âmbito do Departamento de Polícia RODOVIÁRIA Federal

ITEM	UF	MUNICÍPIO
1	AC	Rio Branco
2	AP	Macapá
3	MA	Balsas
4	MA	Caxias
5	MA	Pedrinhas (Loreto)
6	MA	Santa Inês
7	MS	Corumbá
8	MS	Dourados
9	MS	Guia Lopes da Laguna
10	MS	Naviraí
11	MS	Nova Alvorada do Sul
12	MT	Barra do Garças
13	MT	Cáceres
14	MT	Diamantino
15	MT	Pontes e Lacerda
16	MT	Primavera do Leste
17	MT	Rondonópolis
18	MT	Sorriso
19	PA	Altamira
20	PA	Ipixuna do Pará
21	PR	Cascavel
22	PR	Foz do Iguaçu
23	PR	Guaíra
24	PR	Pato Branco
25	RO	Ariquemes
26	RO	Ji-Paraná
27	RO	Porto Velho
28	RO	Vilhena
29	RR	Boa Vista
30	RS	Ijuí
31	RS	Pelotas
32	RS	Sant"Ana do Livramento
33	RS	São Borja
34	RS	Sarandi
35	RS	Uruguaiana
36	SC	Chapecó

PORTARIA Nº 457, DE 19 DE DEZEM DE 2017

Define os Municípios considerados localidades estratégicas para os fins de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 9.226, de 6 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Definir, na forma do Anexo, os Municípios considerados localidades estratégicas para fins da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

MUNCÍPIOS CONSIDERADOS LOCALIDADES ESTRATÉGICAS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ITEM	UF	MUNICÍPIO
1	AC	Epitaciolândia
2	AC	Rio Branco
3	AP	Macapá
4	MS	Corumbá
5	MS	Mundo Novo
6	MS	Ponta Porã
7	MT	Cáceres
8	PA	Barcarena
9	PR	Cascavel
10	PR	Foz do Iguaçu
11	PR	Francisco Beltrão
12	PR	Guaíra
13	PR	Santa Helena
14	RO	Guajará-Mirim
15	RO	Porto Velho
16	RR	Boa Vista
17	RR	Bonfim
18	RR	Pacaraima
19	RS	Chuí
20	RS	Jaguarão
21	RS	Porto Mauá
22	RS	Quaraí
23	RS	Rio Grande
24	RS	Sant"Ana do Livramento
25	RS	São Borja
26	RS	Uruguaiana
27	SC	Dionísio Cerqueira

PORTARIA Nº 458, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Define os Municípios considerados localidades estratégicas para os fins de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, no âmbito do Ministério do Trabalho.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 9.225, de 6 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Definir, na forma do Anexo, os Municípios considerados localidades estratégicas para fins da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, no âmbito do Ministério do Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

MUNCÍPIOS CONSIDERADOS LOCALIDADES ESTRATÉGICAS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

ITEM	UF	MUNICÍPIO
1	AC	Rio Branco
2	AP	Macapá
3	MA	Bacabal
4	MA	Presidente Dutra
5	MS	Aquidauana
6	MS	Dourados
7	MT	Rondonópolis
8	PA	Barcarena
9	PA	Castanhal
10	PR	Cascavel
11	PR	Foz do Iguaçu
12	PR	Pato Branco
13	RO	Porto Velho
14	RR	Boa Vista
15	RS	Bagé
16	RS	Ijuí
17	RS	Pelotas
18	RS	Rio Grande
19	RS	Santo Ângelo
20	RS	São Borja
21	RS	Uruguaiana
22	SC	Chapecó

PORTARIA Nº 459, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Define os Municípios considerados localidades estratégicas para os fins de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 9.227, de 6 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Definir, na forma do Anexo, os Municípios considerados localidades estratégicas para fins da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

MUNCÍPIOS CONSIDERADOS LOCALIDADES ESTRATÉGICAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ITEM	UF	MUNICÍPIO
1	AC	Assis Brasil
2	AC	Brasiléia
3	AC	Cruzeiro do Sul
4	AC	Rio Branco
5	AC	Sena Madureira
6	AM	Humaitá
7	AM	Maués
8	AM	Parintins
9	AM	Tabatinga
10	AM	Tefé
11	AP	Macapá
12	AP	Oiapoque
13	AP	Santana
14	MA	Bacabal
15	MA	Balsas
16	MA	Carolina
17	MA	Caxias
18	MA	Codó
19	MA	Presidente Dutra
20	MA	Santa Inês
21	MS	Aquidauana
22	MS	Bela Vista
23	MS	Corumbá
24	MS	Dourados
25	MS	Jardim
26	MS	Mundo Novo
27	MS	Naviraí
28	MS	Ponta Porã
29	MS	Porto Murtinho
30	MT	Alta Floresta
31	MT	Barra do Garças
32	MT	Cáceres
33	MT	Diamantino
34	MT	Rondonópolis
35	MT	Sinop
36	MT	Tangará da Serra
37	PA	Abaetetuba
38	PA	Altamira
39	PA	Barcarena
40	PA	Capanema
41	PA	Castanhal
42	PA	Itaituba
43	PA	Novo Progresso
44	PA	Óbidos
45	PA	Oriximiná
46	PA	Paragominas
47	PA	Redenção
48	PA	São Miguel do Guamá
49	PA	Tucuruí
50	PR	Cascavel
51	PR	Foz do Iguaçu
52	PR	Francisco Beltrão
53	PR	Guaíra
54	PR	Laranjeiras do Sul
55	PR	Marechal Cândido Rondon
56	PR	Medianeira
57	PR	Pato Branco
58	PR	Santa Helena
59	PR	Santo Antônio do Sudoeste
60	PR	Toledo
61	PR	Umuarama
62	RO	Ariquemes
63	RO	Cacoal
64	RO	Guajará-Mirim
65	RO	Ji-Paraná
66	RO	Porto Velho
67	RO	Vilhena
68	RR	Boa Vista
69	RR	Bonfim
70	RR	Pacaraima
71	RS	Alegrete
72	RS	Bagé
73	RS	Caçapava do Sul
74	RS	Carazinho
75	RS	Chuí
76	RS	Cruz Alta
77	RS	Erechim
78	RS	Frederico Westphalen
79	RS	Ijuí
80	RS	Itaqui
81	RS	Jaguarão
82	RS	Palmeira das Missões
83	RS	Pelotas
84	RS	Porto Mauá
85	RS	Porto Xavier
86	RS	Quaraí
87	RS	Rio Grande
88	RS	Sant"Ana do Livramento
89	RS	Santa Rosa
90	RS	Santiago
91	RS	Santo Ângelo
92	RS	São Borja
93	RS	São Gabriel
94	RS	São Luiz Gonzaga
95	RS	Três Passos
96	RS	Uruguaiana
97	SC	Chapecó
98	SC	Concórdia
99	SC	Dionísio Cerqueira
100	SC	São Miguel do Oeste
101	SC	Xanxerê
102	TO	Araguaína
103	TO	Dianópolis
104	TO	Gurupi

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 241, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e de acordo com os elementos que compõem o processo nº 04982.001936/2017-59, resolve:

Art.1º - Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de interesse social, com a finalidade específica de instalação de equipamentos de apoio à atividade extrativista de comunidade tradicional, o imóvel da União, classificado como terreno acrescido de marinha, denominado "Área 09", localizado na Praia de Tatuamunha, Porto de Pedras, Alagoas, com área total de 1.800,00 m².

Parágrafo único - A área acima mencionada está cadastrada nesta SPU sob o RIP 2847.0100459-60 e apresenta as seguintes características: Ponto 1 de coordenadas UTM N=8981078,8100 L=244564,1200; segue em linha reta e uma distância de 60,00 m até encontrar o Ponto 2 de coordenadas UTM N=8981021,1120 L=244547,6596; segue em linha reta e uma distância de 30,00 m até encontrar o Ponto 3 de coordenadas UTM N=8981029,3422 L=244518,8107; segue em linha reta e uma distância de 60,00 m até encontrar o Ponto 4 de coordenadas UTM N=8981087,0402 L=244535,2710, donde retorna em linha reta até o Ponto 1.

Art. 2º - O imóvel descrito no art. 1º, parágrafo único, é de interesse público na medida em que será destinado à instalação de equipamentos de apoio à atividade extrativista de comunidade tradicional de pescadores artesanais, em benefício de 09 famílias de baixa renda.

Art. 3º - A SPU/AL dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município.

Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA Nº 242, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e de acordo com os elementos que compõem o processo nº 04982.001752/2017-99, resolve:

Art.1º - Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de interesse social, com a finalidade específica de instalação de equipamentos de apoio à atividade extrativista de comunidade tradicional, o imóvel da União, classificado como terreno acrescido de marinha, denominado "Porto dos pescadores da Tatuamunha", localizado na Praia de Tatuamunha, Porto de Pedras, Alagoas, com área total de 1.500,00 m².

Parágrafo único - A área acima mencionada está cadastrada nesta SPU sob o RIP 2847.0100458-89 e apresenta as seguintes características: Ponto 1 de coordenadas UTM N=8979869,4520 - L=243969,5461; segue em linha reta e uma distância de 30,00 m até encontrar o Ponto 2 de coordenadas UTM N=8979853,2708 - L=243994,8081; segue em linha reta e uma distância de 50,00 m até encontrar o Ponto 3 de coordenadas UTM N=8979811,1674 - L=243967,8394; segue em linha reta e uma distância de 30,00 m até encontrar o Ponto 4 de coordenadas UTM N=8979827,3487 - L=243942,5774, donde retorna em linha reta até o Ponto 1.

Art. 2º - O imóvel descrito no art. 1º, parágrafo único, é de interesse público na medida em que será destinado à instalação de equipamentos de apoio à atividade extrativista de comunidade tradicional de pescadores artesanais, em benefício de 05 famílias de baixa renda.

Art. 3º - A SPU-AL dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município.

Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA Nº 243, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e de acordo com os elementos que compõem o processo nº 04982.001815/2017-15, resolve:

Art.1º - Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de interesse social, com a finalidade específica de instalação de equipamentos de apoio à atividade extrativista de comunidade tradicional, o imóvel da União, classificado como terreno acrescido de marinha, denominado "Porto dos pescadores da Laje", localizado na Praia da Lage, Porto de Pedras, Alagoas, com área total de 1.200,00 m².

Parágrafo único - A área acima mencionada está cadastrada nesta SPU sob o RIP 2847.0100457-06 e apresenta as seguintes características: Ponto 1 de coordenadas UTM N=8982175,5038 - L=244952,2699; segue em linha reta e uma distância de 30,00 m até encontrar o Ponto 2 de coordenadas UTM N= 244980,1770 - L=8982164,4948; segue em linha reta e uma distância de 40,00 m até encontrar o Ponto 3 de coordenadas UTM N=8982127,2854 - L=244965,4984; segue em linha reta e uma distância de 30,00 m até encontrar o Ponto 4 de coordenadas UTM N=8982138,2943 - L=244937,5913, donde retorna em linha reta até o Ponto 1.

Art. 2º - O imóvel descrito no art. 1º, parágrafo único, é de interesse público na medida em que será destinado à instalação de equipamentos de apoio à atividade extrativista de comunidade tradicional de pescadores artesanais, em benefício de 09 famílias de baixa renda.

Art. 3º - A SPU-AL dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município.

Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA Nº 244, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e de acordo com os elementos que compõem o processo nº 04982.001916/2017-88, resolve:

Art.1º - Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de interesse social, com a finalidade específica de instalação de equipamentos de apoio à atividade extrativista de comunidade tradicional, o imóvel da União, classificado como terreno acrescido de marinha, denominado "Palhoça do Severo", localizado na Praia do Patacho, Porto de Pedras, Alagoas, com área total de 700,00 m².

Parágrafo único - A área acima mencionada está cadastrada nesta SPU sob o RIP 2847.0100456-17 e apresenta as seguintes características: Ponto 1 de coordenadas UTM N=8982739,9839 - L=245847,1307; segue em linha reta e uma distância de 20,00 m até encontrar o Ponto 2 de coordenadas UTM N=8982720,0529 - L=245848,7895; segue em linha reta e uma distância de 35,00 m até encontrar o Ponto 3 de coordenadas UTM N=8982717,1500 - L=245813,9100; segue em linha reta e uma distância de 20,00 m até encontrar o Ponto 4 de coordenadas UTM N=8982737,0811 - L=245812,2513, donde retorna em linha reta até o Ponto 1.

Art. 2º - O imóvel descrito no art. 1º, parágrafo único, é de interesse público na medida em que será destinado à instalação de equipamentos de apoio à atividade extrativista de comunidade tradicional de pescadores artesanais, em benefício de 08 famílias de baixa renda.

Art. 3º - A SPU-AL dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município.

Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA Nº 245, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e de acordo com os elementos que compõem o processo nº 04982.001760/2017-35, resolve:

Art.1º - Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de interesse social, com a finalidade específica de instalação de equipamentos de apoio à atividade extrativista de comunidade tradicional, o imóvel da União, classificado como terreno acrescido de marinha, localizado na Rua Joaquim da Hora, S/N, Centro, Porto de Pedras, Alagoas, com área total de 875,00 m².

Parágrafo único - A área acima mencionada está cadastrada nesta SPU sob o RIP 2847.0100455-36 e apresenta as seguintes características: Ponto 1 de coordenadas UTM N=8986832,2227 - L=247720,1634; segue em linha reta e uma distância de 35,00 m até encontrar o Ponto 2 de coordenadas UTM N=8986836,4377 - L=247754,9087; segue em linha reta e uma distância de 25,00 m até encontrar o Ponto 3 de coordenadas UTM N=8986811,6196 - L=247757,9193; segue em linha reta e uma distância de 35,00 m até encontrar o Ponto 4 de coordenadas UTM N=8986807,4047 - L=247723,1741, donde retorna em linha reta até o Ponto 1.

Art. 2º - O imóvel descrito no art. 1º, parágrafo único, é de interesse público na medida em que será destinado à instalação de equipamentos de apoio à atividade extrativista de comunidade tradicional de pescadores artesanais, em benefício de 13 famílias de baixa renda.

Art. 3º - A SPU-AL dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA Nº 246, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXV do Art. 56 do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, regulamentado pela Portaria GM/MP nº 152, de 5 de maio de 2016, DECIDE:

Avocar, a partir desta data, da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF) para a Unidade Central, as competências relacionadas pelo Art. 53 do Regimento Interno da SPU e todas aquelas necessárias à caracterização, à incorporação e à destinação dos seguintes imóveis: Rodovia DF-150, km 2,5, Rua São Francisco, Região Administrativa de Sobradinho, Brasília/DF, CEP 73.070-017, RIP n° 9701.0100466-25, denominado Condomínio Vivendas Lago Azul; e Rodovia DF-150, km 2,5, Rua São Francisco, Região Administrativa de Sobradinho, Brasília/DF, CEP 73.070-018, RIP n° 9701.0100468-97, denominado Condomínio Vivendas Bela Vista.

SIDRACK CORREIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

PORTARIA Nº 13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO CEARÁ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º, VII, da Portaria Nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no D.O.U nº 123, de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 33, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e de acordo com os elementos que integram o processo nº 04988.000575/2016-92, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Secretaria Executiva de Turismo do Estado do Ceará para executar obras de urbanização do trecho principal da Orla de Bitupitá, no município de Barroquinha-CE com uma área total de intervenção de 11.364,27m², sendo 6.643,21m² em terreno presumível de marinha, conforme planta em anexo (4155251), cujos limites são definidos pela seguinte poligonal: partindo do ponto P1 (coordenadas E 247143,973; N 9680024,6997), e avança 2,85 m em segmento de reta até o vértice P2 (coordenadas E 247146,0036; N 9680026,7016); daí segue até o vértice P3 (coordenadas E 247144,3389; N 9680028,9691), por onde mede 2,81 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P4 (coordenadas E 247152,5045; N 9680034,9638), por onde mede 10,13 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P5 (coordenadas E 247140,891; N 9680050,783), por onde mede 19,62 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P6 (coordenadas E 247141,4851; N 9680057,1327), por onde mede 6,99 m em segmento de curva; daí segue até o vértice P7 (coordenadas E 247144,4142; N 9680059,8077), por onde mede 3,97 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P8 (coordenadas E 247148,345; N 9680055,4825), por onde mede 5,84 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P9 (coordenadas E 247158,3696; N 9680064,6186), por onde mede 13,56 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P10 (coordenadas E 247154,4312; N 9680068,94), por onde mede 5,85 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P11 (coordenadas E 247168,0015; N 9680081,2307), por onde mede 18,31 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P12 (coordenadas E 247173,2254; N 9680072,7545), por onde mede 9,96 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P13 (coordenadas E 247178,1013; N 9680075,3972), por onde mede 5,55 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P14 (coordenadas E 247172,6624; N 9680085,4321), por onde mede 11,41 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P15 (coordenadas E 247192,4677; N 9680103,1716), por onde mede 26,59 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P16 (coordenadas E 247196,3491; N 9680098,7873), por onde mede 5,86 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P17 (coordenadas E 247223,4438; N 9680122,7735), por onde mede 36,19 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P18 (coordenadas E 247219,5509; N 9680127,1308), por onde mede 5,84 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P19 (coordenadas E 247257,1831; N 9680159,8847), por onde mede 49,89 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P20 (coordenadas E 247261,3264; N 9680150,7228), por onde mede 10,06 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P21 (coordenadas E 247267,2183; N 9680153,2979), por onde mede 6,43 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P22 (coordenadas E 247262,3862; N 9680164,3537), por onde mede 12,07 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P23 (coordenadas E 247345,3549; N 9680228,0636), por onde mede 1,72 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P24 (coordenadas E 247346,2353; N 9680226,5831), por onde mede 16,49 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P25 (coordenadas E 247357,9598; N 9680238,1751), por onde mede 1,65 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P26 (coordenadas E 247359,1127; N 9680239,3539), por onde mede 1,89 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P27 (coordenadas E 247360,394; N 9680240,739), por onde mede 10,6 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P28 (coordenadas E 247361,7995; N 9680242,3649), por onde mede 2,15 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P29 (coordenadas E 247363,016; N 9680243,8971), por onde mede 1,96 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P30 (coordenadas E 247364,0577; N 9680245,2924), por onde mede 1,74 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P31 (coordenadas E 247381,8464; N 9680270,5695), por onde mede 30,91 m em segmento de reta; daí

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

segue até o vértice P32 (coordenadas E 247363,0672; N 9680261,1815), por onde mede 21,00 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P33 (coordenadas E 247363,9239; N 9680259,5984), por onde mede 1,80 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P34 (coordenadas E 247308,0595; N 9680223,669), por onde mede 66,48 m em segmento de curva; daí segue até o vértice P35 (coordenadas E 247296,2252; N 9680214,6465), por onde mede 14,88 m em segmento de curva; daí segue até o vértice P36 (coordenadas E 247295,1238; N 9680216,0702), por onde mede 1,80 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P37 (coordenadas E 247270,1651; N 9680196,2521), por onde mede 31,87 m em segmento de curva; daí segue até o vértice P38 (coordenadas E 247271,3022; N 9680194,8567), por onde mede 1,80 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P39 (coordenadas E 247247,1233; N 9680174,5807), por onde mede 31,56 m em segmento de curva; daí segue até o vértice P40 (coordenadas E 247244,5089; N 9680172,3278), por onde mede 3,45 m em segmento de curva; daí segue até o vértice P41 (coordenadas E 247238,2886; N 9680166,9554), por onde mede 8,22 m em segmento de curva; daí segue até o vértice P42 (coordenadas E 247186,3926; N 9680121,4584), por onde mede 69,01 m em segmento de curva; daí segue até o vértice P43 (coordenadas E 247185,1968; N 9680122,8038), por onde mede 1,80 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P44 (coordenadas E 247161,4768; N 9680101,5994), por onde mede 31,82 m em segmento de curva; daí segue até o vértice P45 (coordenadas E 247162,6803; N 9680100,2609), por onde mede 1,80 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P46 (coordenadas E 247126,9828; N 9680067,8529), por onde mede 48,21 m em segmento de curva; daí segue até o vértice P47 (coordenadas E 247125,7697; N 9680069,164), por onde mede 1,79 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P48 (coordenadas E 247122,6435; N 9680037,7565), por onde mede 34,86 m em segmento de curva; daí segue até o vértice P49 (coordenadas E 247128,3327; N 9680041,868), por onde mede 7,02 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P50 (coordenadas E 247133,2456; N 9680037,036), por onde mede 6,89 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P51 (coordenadas E 247134,184; N 9680037,726), por onde mede 1,16 m em segmento de reta; daí segue até o ponto inicial, vértice P1, por onde mede 16,29 m, encerrando a área de 6.761,19 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão representadas no Sistema de Projeção UTM, "datum" WGS84, Fuso 24S e Meridiano Central -39º.

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º destina-se a execução que consistem na requalificação urbanística e paisagística de um trecho de aproximadamente 550m da orla da Praia de Bitupitá ao longo da Rua Beira-Mar, no município de Barroquinha/CE.

Art. 3º - As obras ficam condicionadas ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais, sanitárias e urbanísticas, conforme legislação vigente.

Art. 4º - Esta portaria terá prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada a critério da Administração.

Art. 5º - Responderá o Estado do Ceará, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da realização da obra de que trata esta Portaria.

Art. 6º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 7º - A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica transferência de posse ou constituição de direitos ou domínio sobre a área, ou qualquer tipo de indenização, tratando-se de ato precário, revogável a qualquer tempo.

Art. 8º - Durante o período de execução da obra a que se refere a presente Portaria, fica o Estado do Ceará obrigado a afixar na área em que será realizada a obra e em local visível ao público 01 (uma) placa, confeccionada segundo o Manual de placas da SPU, com a seguinte informação: "ÁREA JURISDICIONADA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, COM OBRAS E SERVIÇOS AUTORIZADOS PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU, NA FORMA DA PORTARIA SPU/CE Nº13 , DE 18/12/2017".

CLÁUDIO GERMANO DIOGO DE SIQUEIRA CRUZ

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

PORTARIA Nº 16, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARÁ, nomeado pela Portaria 1258, de 18/11/2016, publicada no Diário Oficial da União- DOU, nº 222, seção 2, de 21/11/2016, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso I, da Portaria SPU Nº 200, de 29/6/2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 539, do Código Civil, Lei 10406/2002, e ainda com base nos elementos que integram o Processo nº 04957.003941/2017-11, resolve:

Art. 1º - Aceitar a DOAÇÃO, com encargo, que faz o Município de Soure/PA, através do Decreto nº 115/2013 e Lei Municipal de Soure nº 3.276/2013, do imóvel urbano, situado na Sexta Rua, s/n, entre as Travessa 13 e 14, bairro Centro, CEP 68.870-000, no Município de Soure, Estado do Pará, com área de terreno de 760,00 m², registrado na Matricula nº 4099, folha 18, do Livro nº 2-0, datado de 28 de junho de 2013.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º, destina-se exclusivamente às instalações do Fórum Eleitoral no Muncípio de Soure - 03 ZE, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 32, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST considerando o disposto no Anexo I, art. 41, inciso VI, letra "g", do Decreto nº 9.035, de 20.4.2017, resolve:

Art. 1º Fixar o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT em 110.000 vagas, conforme o quadro abaixo:

Empresa	Quadro permanente	Anistiados	Quadro Geral
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	109.351	649	110.000

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal das empresas estatais federais ficam contabilizados, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez, os empregados efetivos, ingressantes por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados e servidores cedidos, os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994, os empregados reintegrados, os empregados contratados por prazo determinado e os empregados que estão afastados por doença, por acidente de trabalho ou por qualquer outra razão.

Parágrafo único. As vagas destinadas aos empregados readmitidos sob a condição de anistiados, cujos quantitativos estão especificados nesta Portaria, deverão ser extintas ao término dos contratos de seus atuais ocupantes.

Art. 3º Compete à empresa gerenciar seus quadros próprios de pessoal, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados os limites ora estabelecidos e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 29, de 6.12.2017, referente à fixação do quadro de pessoal dos Correios.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

PORTARIA Nº 33, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST considerando o disposto no Anexo I, art. 41, inciso VI, letra "g", do Decreto nº 9.035, de 20.4.2017, resolve:

Art. 1º Fixar o limite máximo para o quadro de pessoal próprio das empresas: Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel; Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras; Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte; Eletrobras Termonuclear S.A. -Eletronuclear; Eletrosul - Centrais Elétricas S.A; e Furnas - Centrais Elétricas S.A, conforme o números de vagas descritos a seguir:

Empresa Estatal Federal	Quadro Permanente	Anistiados	Quadro Geral
Cepel	391	25	416
CGTEE	559	-	559
Chesf	4351	93	4444
Eletrobras	1038	141	1179
Eletronorte	3086	186	3272
Eletronuclear	2214	48	2262
Eletrosul	1321	313	1634
Furnas	3.331	36	3.367

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal das empresas estatais federais ficam contabilizados, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez, os empregados efetivos, ingressantes por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados e servidores cedidos, os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994, os empregados reintegrados, os empregados contratados por prazo determinado e os empregados que estão afastados por doença, por acidente de trabalho ou por qualquer outra razão.

Parágrafo único. As vagas destinadas aos empregados readmitidos sob a condição de anistiados, cujos quantitativos estão especificados nesta Portaria, deverão ser extintas ao término dos contratos de seus atuais ocupantes.

Art. 3º Compete às empresas gerenciar seus quadros próprios de pessoal, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados os limites ora estabelecidos e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Ficam revogadas a Portaria nº 29, de 6.12.2017, em relação ao quadro de pessoal das empresas Cepel, Chesf, Eletrobras, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e Furnas, e a Portaria nº 17, de 22.12.2015, em relação ao quadro de Pessoal da CGTEE.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

PORTARIA Nº 34, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST considerando o disposto no Anexo I, art. 41, inciso VI, letra "g", do Decreto nº 9.035, de 20.4.2017, resolve:

Art. 1º Fixar o limite máximo para o quadro próprio de pessoal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG em 130 vagas.

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal das empresas estatais federais ficam contabilizados, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez, os empregados efetivos, ingressantes por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados e servidores cedidos, os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994, os empregados reintegrados, os empregados contratados por prazo determinado e os empregados que estão afastados por doença, por acidente de trabalho ou por qualquer outra razão.

Art. 3º Compete à empresa gerenciar o seu quadros de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite ora estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Fica revogado o quadro de pessoal da CASEMG aprovado por meio da Portaria DEST/MP nº 24, de 10.6.2016.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0348/2017 de 14/12/2017, 0349/2017 de 14/12/2017, 0350/2017 de 15/12/2017, 0351/2017 de 15/12/2017, 0352/2017 de 18/12/2017 e 0353/2017 de 18/12/2017, respectivamente:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039009983201722 Empresa: COLMEIA EASY SAN LTDA. - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WANQING LI Data Nascimento: 08/08/1968 Passaporte: E13293025 País: CHINA Mãe: SUZHEN LIU Pai: ZHONGZHENG LI; Processo: 47039007772201755 Empresa: HWASUNG BRASIL CORPORATION TRADING LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TE HYOUNG YOON Data Nascimento: 04/03/1974 Passaporte: M05251340 País: CORÉIA DO SUL Mãe: JONG SOON LIM Pai: KI BYEONG YOON; Processo: 47039008699201739 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: GIANFRANCESCO BRUNO Data Nascimento: 10/03/1986 Passaporte: YB1953578 País: ITÁLIA Mãe: Anna De Santis Pai: Francesco Bruno; Processo: 47039008850201739 Empresa: ASSOCIACAO ONTOARTE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Arianna Alejandra Gutiérrez Castillo Data Nascimento: 21/01/1997 Passaporte: 073424015 País: VENEZUELA Mãe: Yolanda Yojanna Castillo de Gutierrez Pai: José Alfredo Gutierrez; Processo: 47039008852201728 Empresa: ASSOCIACAO ONTOARTE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Julian Pastor Ramos Data Nascimento: 09/02/1962 Passaporte: 140648344 País: VENEZUELA Mãe: Maria Esperanza Ramos Pai: Jamon Lorenzo Sanches; Processo: 47039009127201777 Empresa: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHRIKANT INDRABABU KULKARNI Data Nascimento: 20/06/1978 Passaporte: H7676493 País: ÍNDIA Mãe: KULKARNI MINAKSHI INDRABABU Pai: KULKARNI INDRABABU EKNATH; Processo: 47039009198201770 Empresa: SEVEN COMUNICACAO INTEGRADA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fredy dos Santos Bravo da Costa Data Nascimento: 09/09/1980 Passaporte: N2193846 País: ANGOLA Mãe: Maria da Conceição de Jesus Lopes dos Santos Bravo da Costa Pai: Frederico Bravo da Costa; Processo: 47039009319201783 Empresa: GUO HUI BIJUTERIAS E PRESENTES - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jun Hao Data Nascimento: 06/07/1986 Passaporte: E99003597, País: CHINA Mãe: Li Yu Mei Pai: Hao X L Cai; Processo: 47039009483201791 Empresa: VILA GALE BRASIL - ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA LUÍSA TEIXEIRA BASTOS Data Nascimento: 17/10/1980 Passaporte: N768784 País: PORTUGAL Mãe: CLAUDINA DE SOUSA TEIXEIRA BASTOS Pai: MANUEL DA SILVA BASTOS; Processo: 47039009520201761 Empresa: CONSORCIO ALUMINI- ICSK-FJEPC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHAOYANG HUANG Data Nascimento: 20/09/1994 Passaporte: E 73455663 País: CHINA Mãe: Jinqin Chen Pai: Ronghui Huang; Processo: 47039009551201711 Empresa: JJGC INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DENTARIOS S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SLAHEDINNE ZIDI Data Nascimento: 02/06/1984 Passaporte: 08CE78349 País: FRANÇA Mãe: NABIHA GHRIBI Pai: SALAH ZIDI; Processo: 47039009683201743 Empresa: HAAS SUDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PISCINAS LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAQUIM FERNANDO OLIVEIRA BARBEITOS FLORES Data Nascimento: 13/08/1958 Passaporte: P877450 País: PORTUGAL Mãe: MARIA LUZ OLIVEIRA SANTOS FLORES Pai: FERNANDO ALMEIDA BARBEITOS FLORES; Processo: 47039009718201744 Empresa: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MOISES JOAQUIN BELLO ACOSTA Data Nascimento: 18/01/1990 Passaporte: PA0069886 País: PANAMÁ Mãe: Silka Aurora Actosta de Bello Pai: Mario Joaquin Bello Andino; Processo: 47039009806201746 Empresa: FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP FUNCAMP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUSANA MARGARIDA DA GRAÇA SANTOS Data Nascimento: 05/06/1989 Passaporte: M632063 País: PORTUGAL Mãe: MARGARIDA MARIA DA SILVA GRAÇA SANTOS Pai: JOÃO ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS; Processo: 47039010000201709 Empresa: COSS COMERCIO LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIAO GUOBIN Data Nascimento: 02/05/1987 Passaporte: E18052106 País: CHINA Mãe: ZHONG QUANHUAN Pai: LIAO SHELONG; Processo: 47039010005201723 Empresa: ADORE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELISA JOSEFINA ISABEL RANGEL HILL Data Nascimento: 22/04/1991 Passaporte: 087114924 País: VENEZUELA Mãe: ORELIS VIRGINIA HILL DE RANGEL Pai: PEDRO LUIS RANGEL ANGULO Estrangeiro: ELISA JOSEFINA ISABEL RANGEL HILL Data Nascimento: 22/04/1991 Passaporte: 087114924 País: VENEZUELA Mãe: ORELIS VIRGINIA HILL DE RANGEL Pai: PEDRO LUIS RANGEL ÂNGULO.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039009047201711 Empresa: NSG ENGENHARIA, PROJETOS E REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Andre Skare Berg Passaporte: 26954170; Processo: 47039009050201735 Empresa: NSG ENGENHARIA, PROJETOS E REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Arto Johannes Naekki Passaporte: PL2822790; Processo: 47039009052201724 Empresa: NSG ENGENHARIA, PROJETOS E REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Tomi Joonas Samuli Keraenen Passaporte: PX3176399; Processo: 47039009122201744 Empresa: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Matej Judez Passaporte: PB1043104; Processo: 47039009125201788 Empresa: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREJ HUMEK Passaporte: PB0840794; Processo: 47039009126201722 Empresa: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BORUT PODRZAJ Passaporte: PB0800439; Processo: 47039009128201711 Empresa: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ISMAEL MAYORGA BUITRAGO Passaporte: AAG315906; Processo: 47039009132201780 Empresa: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ivan Kunej Passaporte: PB0675320; Processo: 47039009134201779 Empresa: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Marjan Drugovic Passaporte: PB0562362; Processo: 47039009135201713 Empresa: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Boris Zivoder Passaporte: PB1252289; Processo: 47039009177201754 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTTI MATTI JOHANNES LEMETTINEN Passaporte: FP1682615; Processo: 47039009283201738 Empresa: VEOLIA WATER TECHNOLOGIES BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BEN SLOAN Passaporte: 548045792; Processo: 47039009284201782 Empresa: VEOLIA WATER TECHNOLOGIES BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWARD PAUL O`BRIEN Passaporte: 511246907; Processo: 47039009307201759 Empresa: MARINE POWER SERVICOS E REPAROS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARMAND LEJERO PULIDO Passaporte: 442241769; Processo: 47039009477201733 Empresa: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Aleksander Kovacic Passaporte: PB1134096; Processo: 47039009478201788 Empresa: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Gregor Cvirn Passaporte: PB1258990; Processo: 47039009479201722 Empresa: STADLER DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jernej Hosta Passaporte: PB0702175; Processo: 47039009782201725 Empresa: EVERIS BRASIL CONSULTORIA DE NEGOCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: AMAN MISHRA Passaporte: K1276542; Processo: 47039009814201792 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: até 21/06/2018 Estrangeiro: DYLAN DAVID DANIELS Passaporte: 466293402; Processo: 47039009976201721 Empresa: ALUMICENTRO IMPORTACAO E COMERCIO EIRELI - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERHAN BERKER Passaporte: U09319715.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039009880201762 Empresa: ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARANTXA GARCIA ESCOBAR PLASCENCIA Passaporte: 467730373; Processo: 47039009882201751 Empresa: ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LORENA MERCEDES ALONSO COOMONTE Passaporte: PAD630668.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039009596201796 Empresa: ATACADAO S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Noel Frederic Georges Prioux Passaporte: 11DD49253.

Residência Prévia - Com Contrato - RN 02 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039010134201711 Empresa: BILWANI & YAKOOB TRADING DO BRASIL COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MUHAMMAD DANISH Data Nascimento: 16/05/1981 Passaporte: AA7716335 País: PAQUISTÃO; Processo: 47039010143201711 Empresa: CAXIAS DO SUL BASQUETE ASSOCIACAO ESPORTIVA E RECREATIVA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: JOSEPH MICHAEL WARREN Data Nascimento: 21/05/1995 Passaporte: 549854946 País: EUA; Processo: 47039010144201757 Empresa: TEC - TOLEDO ESPORTE CLUBE LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMMAD MONI SHIMODA Data Nascimento: 20/04/1998 Passaporte: MU6744268 País: JAPÃO; Processo: 47039010145201700 Empresa: CLUBE ESPORTIVO UNIAO Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: RYOYA TSUGANE Data Nascimento: 18/12/1997 Passaporte: MU3827643 País: JAPÃO; Processo: 47039010146201746 Empresa: ASSOCIACAO DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER DE SAO JOSE DOS PINHAIS Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: GISELLE MAGRETH PEREZ PINEDA Data Nascimento: 08/07/1997 Passaporte: AT901837 País: COLÔMBIA; Processo: 47039010147201791 Empresa: ASSOCIACAO DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER DE SAO JOSE DOS PINHAIS Prazo: 4 Mês(es) Estrangeiro: MARIA ALEJANDRA MARIN VERHELST Data Nascimento: 04/11/1995 Passaporte: AP 131101 País: COLÔMBIA; Processo: 47039010150201712 Empresa: SAMSUNG INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PARA A INFORMATICA DA AMAZONIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MIGUEL ROJAS AGUILERA Data Nascimento: 07/08/1990 Passaporte: I569849 País: CUBA; Processo: 47039010172201774 Empresa: BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MIGUEL FERREIRA MARQUES Data Nascimento: 30/05/1981 Passaporte: C606673 País: PORTUGAL; Processo: 47039010213201722 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jimmy Andrés Carvalho Fonseca Data Nascimento: 05/09/1990 Passaporte: N972247 País: PORTUGAL; Processo: 47039010219201708 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANUT FOLTEA Data Nascimento: 24/05/1965 Passaporte: 14733659 País: ROMÊNIA; Processo: 47039010222201713 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YO NARISADA Data Nascimento: 27/01/1978 Passaporte: TR9444983 País: JAPÃO; Processo: 47039010229201735 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AKIRA TAKEHARA Data Nascimento: 17/03/1964 Passaporte: TK4356629 País: JAPÃO; Processo: 47039010233201701 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ARMANDO CAMPOS ALVARADO Data Nascimento: 09/06/1978 Passaporte: G13731494 País: MÉXICO; Processo: 47039010244201783 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAELA GUNHILDRUD Data Nascimento: 28/05/1992 Passaporte: 32384406 País: NORUEGA; Processo: 47039010249201714 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILEMON KING BATSIOS BLAY Data Nascimento: 02/07/1987 Passaporte: G0622929 País: GANA; Processo: 47039010247201717 Empresa: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEEPAK KUMAR Data Nascimento: 11/11/1991 Passaporte: P2770572 País: ÍNDIA; Processo: 47039010280201747 Empresa: INPA - INDUSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S/A Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Andres Eduardo Acosta Medina Data Nascimento: 07/09/1968 Passaporte: 083004849 País: VENEZUELA; Processo: 47039010296201750 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIANGUO WANG Data Nascimento: 16/10/1977 Passaporte: EB0570120 País: CHINA.

Residência Prévia - Sem Contrato - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039010121201742 Empresa: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ELENI KONSTANTINIDOU Data Nascimento: 12/12/1969 Passaporte: AK2795464 País: GRÉCIA; Processo: 47039010122201797 Empresa: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GEORGIOS LEFKADITIS Data Nascimento: 23/04/1985 Passaporte: AN3199976 País: GRÉCIA; Processo: 47039010123201731 Empresa: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OVIDIU-DUMITRU TOMA Data Nascimento: 07/11/1977 Passaporte: 053698155 País: ROMÊNIA; Processo: 47039010214201777 Empresa: CONSORCIO HORIZONTE ASJA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Federico Barbieri Data Nascimento: 10/06/1975 Passaporte: AA3419408 País: ITÁLIA; Processo: 47039010215201711 Empresa: CONSORCIO HORIZONTE ASJA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAOLO PAGLIAZZO Data Nascimento: 11/03/1983 Passaporte: YB1316791 País: ITÁLIA; Processo: 47039010234201748 Empresa: CONSORCIO HORIZONTE ASJA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sandro Pelusi Data Nascimento: 28/10/1982 Passaporte: YA5667005 País: ITÁLIA; Processo: 47039010235201792 Empresa: CONSORCIO HORIZONTE ASJA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Vincenzo Pace Data Nascimento: 08/11/1969 Passaporte: YA0290579 País: ITÁLIA; Processo: 47039010259201741 Empresa: SIMPRO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIORGIO SCHIAVON Data Nascimento: 21/12/1967 Passaporte: YA6150543 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - Sem Contrato - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039010189201721 Empresa: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSE GUADALUPE GARCIA ROJAS Data Nascimento: 21/12/1970 Passaporte: G09995994 País: MÉXICO; Processo: 47039010199201767 Empresa: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VIDAR ALGROEY Data Nascimento: 03/12/1980 Passaporte: 32477577 País: NORUEGA; Processo: 47039010200201753 Empresa: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS EILERTSEN Data Nascimento: 07/09/1978 Passaporte: 32112760 País: NORUEGA; Processo: 47039010201201706 Empresa: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROY EIDE-SKUTLABERG Data Nascimento: 27/07/1976 Passaporte: 27418166 País: NORUEGA; Processo: 47039010202201742 Empresa: ROBBINS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RAFAEL MACHUCA SEGADO Data Nascimento: 29/10/1981 Passaporte: PAB291666 País: ESPANHA; Processo: 47039010207201775 Empresa: ROBBINS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEPHEN PAUL CHORLEY Data Nascimento: 01/10/1964 Passaporte: 099244173 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039010210201799 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARCIN KRYSTIAN THIEL Data Nascimento: 14/03/1979 Passaporte: EE2365185 País: POLÔNIA; Processo: 47039010225201757 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FAI MING SHAM LOURENÇO Data Nascimento: 13/09/1989 Passaporte: 13BE52257 País: FRANÇA; Processo: 47039010253201774 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PETER JAMES NORRIS Data Nascimento: 04/05/1990 Passaporte: 548636664 País: EUA; Processo: 47039010252201720 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RYAN BRADLEY AYER Data Nascimento: 12/01/1990 Passaporte: 530646116 País: EUA; Processo: 47039010250201731 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ARTHUR MAX KAREL VAN TIL Data Nascimento: 10/03/1984 Passaporte: BKPKK1786 País: HOLANDA; Processo: 47039010267201798 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NIALL ANDREW PIRRIE Data Nascimento: 08/11/1985 Passaporte: 539350659 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039010270201710 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GALEN JAMES MARCHETTI Data Nascimento: 13/04/1993 Passaporte: 500912994 País: EUA; Processo: 47039010276201789 Empresa: COMERCIAL SARC COMERCIO E IMPORTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- EPP Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARK LAFAYETTE THOMAS Data Nascimento: 20/02/1968 Passaporte: 460032234 País: EUA; Processo: 47039010281201791 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GHEORGHE GORDIN Data Nascimento: 05/05/1972 Passaporte: 053283452 País: ROMÊNIA; Processo: 47039010283201781 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ION BAER Data Nascimento: 28/01/1972 Passaporte: 053226210 País: ROMÊNIA; Processo: 47039010285201770 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MAKOTO AMANO Data Nascimento: 06/11/1976 Passaporte: TR5206241 País: JAPÃO; Processo: 47039010286201714 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HOROSHI ICHIKAWA Data Nascimento: 29/11/1977 Passaporte: TR3522713 País: JAPÃO; Processo: 47039010298201749 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YASUSHI UEDA Data Nascimento: 07/07/1989 Passaporte: TK7808397 País: JAPÃO; Processo: 47039010299201793 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MASAHIRO OKAWA Data Nascimento: 08/12/1989 Passaporte: TK8084916 País: JAPÃO; Processo: 47039010300201780 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HIROSHI OKAWA Data Nascimento: 10/11/1989 Passaporte: MU1654473 País: JAPÃO; Processo: 47039010301201724 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUDSON TAYLOR HEARTSILL Data Nascimento: 10/08/1972 Passaporte: 505892463 País: EUA; Processo: 47039010302201779 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NAUNG LATT MAW Data Nascimento: 21/04/1973 Passaporte: MB288415 País: BIRMÂNIA; Processo: 47039010303201713 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DENNIS ANDREW PILNEY JR Data Nascimento: 07/08/1964 Passaporte: 518941775 País: CHINA; Processo: 47039010316201792 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GERHARD OSWALD Data Nascimento: 21/07/1969 Passaporte: U2142842 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039010317201737 Empresa: METAL ONE SHIBAURA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NOBORU KOEDO Data Nascimento: 23/01/1961 Passaporte: TK6902585 País: JAPÃO; Processo: 47039010318201781 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GANG RONG Data Nascimento: 09/02/1976 Passaporte: G33697877 País: CHINA; Processo: 47039010319201726 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOUNI KALERVO PARVIAINEN Data Nascimento: 20/07/1961 Passaporte: PG4879524 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039010323201794 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LASSE MIKAEL TURA Data Nascimento: 05/04/1964 Passaporte: PU0898857 País: FINLÂNDIA.

Residência Prévia - Sem Contrato - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039010208201710 Empresa: SHINWA REPRESENTACAO COMERCIAL DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIROSHI TOGASAKI Data Nascimento: 19/02/1973 Passaporte: TR8330706 País: JAPÃO; Processo: 47039010209201764 Empresa: SHINWA REPRESENTACAO COMERCIAL DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAN MIYAZAKI Data Nascimento: 19/03/1966 Passaporte: TR2888942 País: JAPÃO; Processo: 47039010211201733 Empresa: SHINWA REPRESENTACAO COMERCIAL DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHIKIO KONDO Data Nascimento: 10/02/1966 Passaporte: TR3614741 País: JAPÃO; Processo: 47039010239201771 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NAOKATSU MIYAMUKO Data Nascimento: 20/03/1968 Passaporte: TR8381135 País: JAPÃO; Processo: 47039010241201740 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOHEI INOUE Data Nascimento: 28/06/1994 Passaporte: TR9288427 País: JAPÃO; Processo: 47039010246201772 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEISHI MIYACHI Data Nascimento: 22/04/1967 Passaporte: TR9287411 País: JAPÃO; Processo: 47039010255201763 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHIKAZU HIRAI Data Nascimento: 01/10/1968 Passaporte: TK8399534 País: JAPÃO; Processo: 47039010262201765 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEIYA IURA Data Nascimento: 06/09/1988 Passaporte: TK4265112 País: JAPÃO; Processo: 47039010265201707 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSUKE HARADA Data Nascimento: 30/08/1970 Passaporte: TK9069819 País: JAPÃO; Processo: 47039010266201743 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHIHIDE HAMAJIMA Data Nascimento: 22/06/1980 Passaporte: TR9553058 País: JAPÃO; Processo: 47039010268201732 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAISUKE MATSUSHIMA Data Nascimento: 28/08/1974 Passaporte: TR7767355 País: JAPÃO; Processo: 47039010269201787 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUSUKE WAKATA Data Nascimento: 10/03/1986 Passaporte: TK6952239 País: JAPÃO.

Residência Prévia - Sem Contrato - RN 04 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039010188201787 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWIN SATURNIS PAIS Data Nascimento: 06/10/1961 Passaporte: Z4200213 País: ÍNDIA; Processo: 47039010289201758 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANK GEORGE GALINIS III Data Nascimento: 10/06/1987 Passaporte: 531716049 País: EUA.

Residência Prévia - Sem Contrato - RN 06 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041003663201710 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Jovito Cardona Rimas Data Nascimento: 15/09/1969 Passaporte: EC7905875 País: FILIPINAS; Processo: 47041003665201717 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 24/06/2019 Estrangeiro: Robert de Bree Data Nascimento: 22/11/1974 Passaporte: BC6HP22F4 País: HOLANDA; Processo: 47041003673201755 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 28/04/2019 Estrangeiro: DAG BERGER RUDSTROEM Data Nascimento: 26/09/1965 Passaporte: 29376587 País: NORUEGA; Processo: 47041003681201700 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 18/06/2019 Estrangeiro: ALEXANDER PRINCESA BULANADI Data Nascimento: 18/03/1972 Passaporte: P0378965A País: FILIPINAS Estrangeiro: MERWIN BACAOCO ESPINO Data Nascimento: 26/07/1984 Passaporte: P0144716A País: FILIPINAS Estrangeiro: MICHAEL ALLEN ALBA OLEA Data Nascimento: 22/09/1975 Passaporte: P0297264A País: FILIPINAS; Processo: 47041003680201757 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 06/10/2019 Estrangeiro: SIMON ALEXANDER ROY Data Nascimento: 18/06/1977 Passaporte: 510590815 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041003683201791 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 18/06/2019 Estrangeiro: ANTHONY NEIL MARSHALL Data Nascimento: 18/07/1971 Passaporte: 527869305 País: GRÃ BRETANHA Estrangeiro: CHRISTOPHER DAVID SMALL Data Nascimento: 09/07/1973 Passaporte: 507660225 País: GRÃ BRETANHA Estrangeiro: CHRISTOPHER JOHN COOTE Data Nascimento: 04/02/1990 Passaporte: 505399853 País: GRÃ BRETANHA Estrangeiro: KEVIN GALLACHER Data Nascimento: 06/03/1977 Passaporte: 463838679 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041003684201735 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OMAR S LICIR Data Nascimento: 25/04/1974 Passaporte: 561201975 País: EUA; Processo: 47041003688201713 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: CRESENCIO JR. SUDARIO CAHIDO Data Nascimento: 26/05/1974 Passaporte: EC4538763 País: FILIPINAS; Processo: 47041003690201792 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: NILE JANUS NOYNAY LAGUTIN Data Nascimento: 04/01/1982 Passaporte: EC3882741 País: FILIPINAS; Processo: 47041003691201737 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: ERICKSON ACHUMBRE ENOC Data Nascimento: 14/03/1979 Passaporte: P1613295A País: FILIPINAS; Processo: 47041003693201726 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: ROGER LANDICHO DE VILLA Data Nascimento: 01/08/1965 Passaporte: P1845217A País: FILIPINAS; Processo: 47041003694201771 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: ROBERTO JR. SANTIAGO VILLANUEVA Data Nascimento: 28/03/1977 Passaporte: EB9358256 País: FILIPINAS; Processo: 47041003695201715 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: MAURILLO BERNAL ARBIS Data Nascimento: 13/09/1965 Passaporte: EB9407707 País: FILIPINAS; Processo: 47041003696201760 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: LEONARDO CEPILLO BRIONES Data Nascimento: 06/11/1967 Passaporte: EB9739805 País: FILIPINAS; Processo: 47041003697201712 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Estrangeiro: Alexandru Derebei Data Nascimento: 04/09/1985 Passaporte: 054372809 País: ROMÊNIA; Processo: 47041003698201759 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: LEAH HINAMPAS LAMBUNAO Data Nascimento: 01/12/1992 Passaporte: EC5778835 País: FILIPINAS; Processo: 47041003699201701 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 24/06/2019 Estrangeiro: Joene Olidan Belano Data Nascimento: 25/06/1979 Passaporte: EC4190080 País: FILIPINAS; Processo: 47041003700201790 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: LARRY TABULA PONCE Data Nascimento: 25/10/1968 Passaporte: P4809165A País: FILIPINAS; Processo: 47041003701201734 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/04/2018 Estrangeiro: Nicolae Ogiolan Data Nascimento: 19/08/1964 Passaporte: 053505289 País: ROMÊNIA; Processo: 47041003703201723 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 24/06/2019 Estrangeiro: Freeman Canoy Villarante Data Nascimento: 06/02/1972 Passaporte: P1337588A País: FILIPINAS; Processo: 47041003710201725 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Rico Estrera Onde Data Nascimento: 12/04/1978 Passaporte: P4782775A País: FILIPINAS; Processo: 47041003712201714 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/02/2018 Estrangeiro: PIOTR ROMAN MALZ Data Nascimento: 22/03/1990 Passaporte: EE8694951 País: POLÔNIA; Processo: 47041003713201769 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gheorghe Toader Data Nascimento: 05/06/1957 Passaporte: 052928334 País: ROMÊNIA; Processo: 47041003714201711 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/03/2018 Estrangeiro: Tomasz Wojciech Kaczmarek Data Nascimento: 06/07/1971 Passaporte: EB8406991 País: POLÔNIA; Processo: 47041003716201701 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/10/2018 Estrangeiro: Diosdado Quijano Soriano Data Nascimento: 12/11/1963 Passaporte: P5052276A País: FILIPINAS; Processo: 47041003717201747 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/09/2018 Estrangeiro: Roderick Castronuevo Doniego Data Nascimento: 03/06/1991 Passaporte: P1389164A País: FILIPINAS; Processo: 47041003718201791 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Mark Kevin Cordero Garcitos Data Nascimento: 15/03/1993 Passaporte: P0157377A País: FILIPINAS; Processo: 47041003719201736 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: William Agoot Estabillo Data Nascimento: 09/06/1983 Passaporte: P4416397A País: FILIPINAS; Processo: 47041003720201761 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Athanasios Samaras Data Nascimento: 02/03/1992 Passaporte: AM1376082 País: GRÉCIA; Processo: 47041003721201713 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/07/2018 Estrangeiro: Panagiotis Koutoukakis Data Nascimento: 25/03/1963 Passaporte: AK3867508 País: GRÉCIA; Processo: 47041003722201750 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: Gian Kevin Saldon Del Monte Data Nascimento: 13/09/1991 Passaporte: EC8179499 País: FILIPINAS; Processo: 47041003723201702 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/03/2018 Estrangeiro: Giovanni Majarreis Maulawin Data Nascimento: 15/12/1970 Passaporte: P1142420A País: FILIPINAS; Processo: 47041003724201749 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Ritesh Sinha Data Nascimento: 20/04/1972 Passaporte: J1855476 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - Sem Contrato - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039010155201737 Empresa: COMPANHIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MINGYAN LIU Data Nascimento: 13/11/1972 Passaporte: PE0937292 País: CHINA; Processo: 47039010216201766 Empresa: MOTREX DO BRASIL INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE AUTO PECAS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: KIL SUNG HYUN Data Nascimento: 19/07/1969 Passaporte: M85899206 País: COREIA DO SUL; Processo: 47039010218201755 Empresa: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Yosuke Nakamura Data Nascimento: 30/06/1979 Passaporte: TK6187769 País: JAPÃO Estrangeiro: Yosuke Nakamura Data Nascimento: 30/06/1979 Passaporte: TK6187769 País: JAPÃO; Processo: 47039010220201724 Empresa: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Tadashi Nishimura Data Nascimento: 22/03/1986 Passaporte: TK1690976 País: JAPÃO Estrangeiro: Tadashi Nishimura Data Nascimento: 22/03/1986 Passaporte: TK1690976 País: JAPÃO; Processo: 47039010236201737 Empresa: FABBRI BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Pietro Fabbri Data Nascimento: 26/01/1988 Passaporte: YA7225801 País: ITÁLIA; Processo: 47039010242201794 Empresa: TOMI WORLD BRASIL TECNOLOGIAS DE INFORMACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSÉ MANUEL SIMÕES AGOSTINHO Data Nascimento: 16/03/1971 Passaporte: M723356 País: PORTUGAL Estrangeiro: JOSÉ MANUEL SIMÕES AGOSTINHO Data Nascimento: 16/03/1971 Passaporte: M723356 País: PORTUGAL; Processo: 47039010290201782 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALAA A M ABU SIAM Data Nascimento: 13/12/1978 Passaporte: O728917 País: JORDÂNIA.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47038003300201733 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Niño Nereo Medes Caparida RNE: V967840-I Prazo: até 05/10/2019.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039008867201796 Empresa: MARIA A. A. NAGAURA PRESTADORA DE SERVICOS - ME Prazo: até 16/10/2019 Estrangeiro: LORENZO COLONETTI Passaporte: YA825782, Processo: 47039009038201721 Empresa: GREEN WEST MADEIRAS DO BRASIL LTDA - EPP Prazo: 21 Mês(es) Estrangeiro: AMIT GUPTA Passaporte: G9226570, Processo: 47039009095201718 Empresa: AMERICA KING COMERCIAL EIRELI - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HONGFEI TANG Passaporte: EA6561776; Processo: 47041003411201791 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Ramil Baluca Molina Passaporte: EC8094617 Estrangeiro: Rey Lacro Oliveros Passaporte: EC6084191 Estrangeiro: Reynaldo Casero Pleje Passaporte: EC6750604 Estrangeiro: Robert Rafaelsen Passaporte: 26304334 Estrangeiro: Roderick Villanueva Buqueron Passaporte: EC1802681, Processo: 47041003410201746 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Arnel Sanchez Calubayan Passaporte: EB8876129 Estrangeiro: Bjoern Knutsen Passaporte: AA4104289 Estrangeiro: Bryan Castro Nacor Passaporte: EC2849150 Estrangeiro: Cecilia Maynor Lilian Waldebjer Passaporte: 92156339 Estrangeiro: Charlen Jhon Lardera Asturias Passaporte: P2262790A, Processo: 47041003412201735 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Cesar Jr. Peñafiel Tumaob Passaporte: EC4561371, Processo: 47041003413201780 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Ronde Vilbar Rubio Passaporte: EC4135091 Estrangeiro: Torstein Aasmund Huse Passaporte: 26571930 Estrangeiro: Virgilio Jr Dela Victoria Sobrevega Passaporte: EC0068822, Processo: 47041003414201724 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Gretso Palencia Longno Passaporte: P1660495A Estrangeiro: Jaypee Ranggas Duran Passaporte: P2209177A Estrangeiro: Jose Abella Kilap-Kilap

Passaporte: EC3065038 Estrangeiro: Lito Sena Babao Passaporte: EC2277116 Estrangeiro: Maciej Marek Mazurkiewicz Passaporte: EE3011540, Processo: 47041003415201779 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Mario Matabang de Loyola Passaporte: EB8867093 Estrangeiro: Nathaniel Dela Cruz Alis Passaporte: EB8483321 Estrangeiro: Nelson Yap de Asis Passaporte: EB9830552 Estrangeiro: Orven Eripse Sumugat Passaporte: P1111124A Estrangeiro: PAWEL WLADYSLAW SIDOR Passaporte: ED5773595, Processo: 47041003426201759 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: John Paul Agapito Torreno Passaporte: EC4390431.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Processo: 47636000098201749 Requerente: TRANSITEX DO BRASIL SERVICOS DE LOGISTICA LTDA Estrangeiro: JOANA MARQUES LIMA RNE: G199966X Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038027994201613 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Fadzil Bin Ahmad Prazo: até 04/04/2019 , Processo: 47038002774201768 Requerente: GEOLOG BRASIL SERVICOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: ROSAURA BUITRAGO VILLASMIL Prazo: até 25/12/2017 , Processo: 47038002912201717 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Panagiotis Bantzos RNE: V429167-1 Prazo: até 09/10/2019 , Processo: 47038002997201725 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Ramil De La Umbria Magno RNE: V980912-5 Prazo: até 16/10/2019 , Processo: 47038003275201798 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Maksym Polunin Prazo: até 06/11/2019; Processo: 47038001785201721 Requerente: COMANDO DO EXERCITO Estrangeiro: PAUL LEWIS BLAKE JR RNE: V290238L Prazo: 1 Ano(s).

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Recursos - Substituto da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.001659/2014-11	202461394	Alianca Engenharia Ltda	AM
2	46202.001661/2014-91	202461424	Alianca Engenharia Ltda	AM
3	46202.001662/2014-35	202461416	Alianca Engenharia Ltda	AM
4	46202.001663/2014-80	202461408	Alianca Engenharia Ltda	AM
5	46202.001664/2014-24	202461432	Alianca Engenharia Ltda	AM
6	46207.006114/2010-28	16561511	Empresa de Transportes Atlas Ltda	ES
7	46208.007032/2013-33	201080141	Usina Boa Vista S/A	GO
8	46208.007036/2013-11	201080001	Usina Boa Vista S/A	GO
9	46208.007037/2013-66	201079976	Usina Boa Vista S/A	GO
10	46208.007039/2013-55	201080222	Usina Boa Vista S/A	GO
11	46208.009794/2013-74	201583321	Vale do Verdão S. A. Açúcar e Álcool	GO
12	47533.012173/2013-49	201678799	Kimonos Shiroi Ltda.	PR
13	46221.001843/2013-52	024429449	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	SE
14	46258.001583/2013-06	200604074	Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda	SP
15	46256.002547/2012-91	24347621	Associacao Beneficente de Bastos	SP
16	46258.002115/2014-21	203650077	Curtume Touro Ltda	SP
17	46262.003320/2014-45	204345928	Emerson de Gouveia ME	SP
18	46258.001658/2014-21	203398840	Restaurante H 2 Ltda	SP
19	46219.002841/2014-19	202850587	Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einsten	SP
20	46017.007179/2015-32	208424369	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
21	46017.007180/2015-67	208425837	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
22	46017.007181/2015-10	208425721	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
23	46017.007182/2015-56	208424067	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
24	46017.007183/2015-09	208422609	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
25	46017.007184/2015-45	208423966	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
26	46017.007185/2015-90	208425225	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
27	46017.007186/2015-34	208425101	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
28	46017.007187/2015-89	208425055	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
29	46017.007188/2015-23	208425161	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
30	46017.007189/2015-78	208425519	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
31	46017.007190/2015-01	208425632	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
32	46017.007191/2015-47	208425811	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
33	46017.007192/2015-91	208425705	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
34	46017.007193/2015-36	208425560	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
35	46017.007194/2015-81	208423940	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
36	46017.007195/2015-25	208423605	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
37	46017.007197/2015-14	208426051	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
38	46017.007198/2015-69	208424652	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
39	46017.007199/2015-11	208424318	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
40	46017.007200/2015-08	208424105	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
41	46017.007201/2015-44	208424962	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
42	46017.007203/2015-33	208424270	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
43	46017.007204/2015-88	208424245	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
44	46017.007205/2015-22	208424679	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
45	46017.007206/2015-77	208424121	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
46	46017.007207/2015-11	208425012	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
47	46017.007208/2015-66	208425381	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
48	46017.007210/2015-35	208424938	Agropecuaria Terra Grande S/A	TO
49	46017.003374/2015-93	206572760	Altamiro Dias da Costa	TO
50	46017.003375/2015-38	206575122	Altamiro Dias da Costa	TO
51	46017.003377/2015-27	206575149	Altamiro Dias da Costa	TO
52	46017.003379/2015-16	206572603	Altamiro Dias da Costa	TO
53	46017.003380/2015-41	206572620	Altamiro Dias da Costa	TO
54	46017.003381/2015-95	206572638	Altamiro Dias da Costa	TO
55	46017.003382/2015-30	206572654	Altamiro Dias da Costa	TO
56	46017.003385/2015-73	206572727	Altamiro Dias da Costa	TO
57	46017.003386/2015-18	206572859	Altamiro Dias da Costa	TO
58	46226.006623/2014-56	205448488	C M Construtora Ltda	TO
59	46226.006628/2014-89	205448356	C M Construtora Ltda	TO
60	46226.006629/2014-23	205448283	C M Construtora Ltda	TO
61	46226.006630/2014-58	205448267	C M Construtora Ltda	TO
62	46226.006632/2014-47	205444938	C M Construtora Ltda	TO
63	46226.002943/2015-18	26457423	Iraja Silvestre Filho	TO
64	46226.002944/2015-62	26457415	Iraja Silvestre Filho	TO
65	46226.002946/2015-51	206923741	Iraja Silvestre Filho	TO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

66	46226.002947/2015-04	206923350	Iraja Silvestre Filho	TO
67	46226.002948/2015-41	206922833	Iraja Silvestre Filho	TO
68	46226.002949/2015-95	206923058	Iraja Silvestre Filho	TO
69	46226.002950/2015-10	26457393	Iraja Silvestre Filho	TO
70	46226.002951/2015-64	26457407	Iraja Silvestre Filho	TO
71	46226.004040/2014-91	204498627	K. M. Servicos Gerais Ltda	TO
72	46226.004041/2014-35	204498597	K. M. Servicos Gerais Ltda	TO
73	46226.018537/2013-13	200797280	Leonardo Rizzo Participações Imobiliárias Ltda	TO
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	47533.012477/2013-14	200.162.721	Kimonos Shiroi Ltda.	PR
2	47551.000122/2011-94	506.475.930	Confecções Spiaggia Ltda. - EPP	SP
3	47551.000444/2009-19	506.335.810	Indústrias Reunidas São Jorge S.A.	SP
4	46226.002366/2010-50	506.434.036	Ailton Lopes da Conceição	TO
5	46017.004810/2015-41	200.556.959	Maurício Martin Teixeira	TO
	46226.002150/2014-18	200.287.729	Município de Dianópolis	TO

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.003095/2014-61	203657438	Afranio Baltazar de Almeida Costa Júnior - ME	AL
2	46290.001373/2014-94	203833490	Minerva S.A.	GO
3	46219.024338/2014-14	205344119	Club Homs	SP
4	46265.001293/2011-01	021767394	Kidy Birigui Calçados Indústria e Comércio Ltda.	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46254.003931/2014-92	204213983	Bionnovation Produtos Biomédicos Ltda.	SP
2	46254.003932/2014-37	204213975	Bionnovation Produtos Biomédicos Ltda.	SP
3	46254.003934/2014-26	204213959	Bionnovation Produtos Biomédicos Ltda.	SP

1.4 Pela procedência parcial da notificação de débito, mantendo procedente o Termo de Retificação

Nº	PROCESSO	NOTIFIC A ÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46219.004076/2005-72	505449684	Esanco Saneamento Engenharia e Construções Ltda.	SP

1.5 Pelo não conhecimento do recurso de auto de infração ou notificação de débito
Por ausência de pressupostos de admissibilidade recursal.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46017.003376/2015-82	206575114	Altamiro Dias da Costa	TO
2	46017.003378/2015-71	206575033	Altamiro Dias da Costa	TO
3	46017.003383/2015-84	206572671	Altamiro Dias da Costa	TO
4	46017.003384/2015-29	206572697	Altamiro Dias da Costa	TO

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.005786/2014-08	25088653	Construtora e Incorporadora Correia & Peixoto Ltda	AL
2	46202.006144/2015-99	206493436	Galeteria La Farruca Ltda - ME	AM
3	46202.006885/2015-70	206223544	Sawem Usinagem Da Amazonia Ltda	AM
4	47904.011442/2013-94	201171031	Bells Beach Comercio de Confeccoes Ltda - EPP	BA
5	47904.015075/2013-06	25451740	Cond Edf Golden Dolphin Residence	BA
6	47904.001785/2012-60	22760202	Porto Fino Empreendimentos Manutencao e Servicos Ltda	BA
7	47904.007362/2013-34	200555545	Trans-Pizzatto Transportadora de Cargas Rodoviarias Ltda.	BA
8	47904.007368/2013-10	200231022	Trans-Pizzatto Transportadora de Cargas Rodoviarias Ltda.	BA
9	46205.010875/2014-28	203859189	APM Terminals Pecem Operacoes Portuarias Ltda	CE
10	47747.004436/2013-31	200832301	José Carlos Rezende - ME	MG
11	47747.004437/2013-85	200832298	José Carlos Rezende - ME	MG
12	46306.000392/2015-68	205673104	Lojas Americanas S/A	MT
13	46222.005932/2015-20	205794751	Edifrigo Comercial e Industrial Ltda.	PA
14	46222.007595/2015-13	205794718	Edifrigo Comercial e Industrial Ltda.	PA
15	46213.010910/2015-91	205210007	Caixa Economica Federal	PE
16	46213.010912/2015-80	205218270	Caixa Economica Federal	PE
17	46213.010913/2015-24	205218326	Caixa Economica Federal	PE
18	46213.010915/2015-13	205218792	Caixa Economica Federal	PE
19	46213.010919/2015-00	205219853	Caixa Economica Federal	PE
20	46213.010924/2015-12	205220711	Caixa Economica Federal	PE
21	46213.010926/2015-01	205221092	Caixa Economica Federal	PE
22	46213.010929/2015-37	205221238	Caixa Economica Federal	PE
23	46213.011004/2015-11	205240780	Caixa Economica Federal	PE
24	46213.011006/2015-01	205241018	Caixa Economica Federal	PE
25	46213.011008/2015-91	205241247	Caixa Economica Federal	PE
26	46916.000381/2015-08	207419876	Unilever Brasil Industrial Ltda	PE
27	46214.009314/2013-96	202452743	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	PI
28	46272.001419/2015-74	206695012	ABC Cargas Ltda	RS
29	46274.000902/2015-11	206449704	Camera Agroalimentos S.A	RS
30	46274.000906/2015-08	206457952	Camera Agroalimentos S.A	RS
31	46274.000907/2015-44	206457901	Camera Agroalimentos S.A	RS
32	46271.003186/2014-73	204418640	Carrer Alimentos Ltda - EPP	RS
33	46278.000460/2015-73	206573804	Fillipe Silveira Petito - ME	RS
34	46275.002270/2014-30	203940296	Gomercindo Fabricio de Oliveira & Cia Ltda	RS
35	46274.000117/2015-69	205732771	S.V. da S. Carvalho Transportes - ME	RS
36	46274.000119/2015-58	205732623	S.V. da S. Carvalho Transportes - ME	RS
37	46274.002355/2014-28	204401755	Sociedade Vicente Pallotti	RS
38	46272.000904/2015-21	206271832	Stara S A Industria de Implementos Agricolas	RS
39	46278.000490/2015-80	206685815	Superintendencia do Porto do Rio Grande	RS
40	46305.002024/2014-83	204776058	Tutti Baby Industria e Comercio de Artigos Infantis Ltda.	SC
41	46254.001224/2015-42	206329521	Aymore Credito, Financiamento e Investimento S.A.	SP
42	46473.006306/2013-37	202129438	Coopsaude - Cooperativa dos Profissionais na Area da Saude	SP
43	46254.001361/2015-87	206438133	Stalo-Bauru Mobiliario Escolar Ltda	SP
44	46736.001047/2015-81	206138661	Tecnotron Automacao e Controles Industriais Ltda	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

45	46226.003109/2015-40	207073481	Atalaia Servicos de Seguranca e Vigilancia Ltda - ME	TO
46	46226.002544/2014-76	203892933	Ediel Soares Silva	TO
47	46226.002545/2014-11	203892917	Ediel Soares Silva	TO
48	46226.002546/2014-65	203892861	Ediel Soares Silva	TO
49	46226.002547/2014-18	203892828	Ediel Soares Silva	TO
50	46226.002548/2014-54	203892801	Ediel Soares Silva	TO
51	46226.002549/2014-07	203892798	Ediel Soares Silva	TO
52	46226.002550/2014-23	203892453	Ediel Soares Silva	TO
53	46226.002552/2014-12	203892429	Ediel Soares Silva	TO
54	46226.002553/2014-67	203892321	Ediel Soares Silva	TO
55	46226.002554/2014-10	203892259	Ediel Soares Silva	TO
56	46226.006079/2014-42	205262970	JBS S/A	TO
57	46226.003325/2014-12	204276161	L.G. Alves Pereira	TO
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46222.005940/2015-76	200.436.066	Edifrigo Comercial e Industrial Ltda.	PA

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46226.003433/2014-87	204310458	A Predilar Materiais para Construção Ltda.	TO
2	46226.003324/2014-60	204276063	L.G. Alves Pereira	TO
3	46226.023514/2014-01	202723011	Panetins Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. - ME	TO
4	46226.023515/2014-48	202722988	Panetins Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. - ME	TO
5	46226.023516/2014-92	202723691	Panetins Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. - ME	TO

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.011852/2012-49	12280097	R E W Móveis e Decorações Ltda	GO
2	47747.008624/2013-38	201889749	Anglo American Minerio de Ferro Brasil S.A.	MG
3	46551.001855/2013-45	202607836	Lays Gás Ltda - ME	MG
4	46653.002042/2014-13	203528514	Abraham Khalil Wihby	MT
5	46222.009203/2015-42	206033443	HF Engenharia e Empreendimento Ltda	PA
6	46222.009499/2015-00	207308985	J. V. Candido - ME	PA
7	46216.000688/2014-15	202743161	Tekios Engenharia Ltda. -EPP	RO
8	46259.004781/2014-94	203674405	BSF Serviços em Gruas Ltda.	SP
9	46259.004782/2014-39	203682718	BSF Serviços em Gruas Ltda.	SP
10	46226.000123/2014-19	02594768	ITPAC - Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos	TO

NEWTON DE PAULA LANNA JÚNIOR

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Tendo em vista a Decisão prolatada no Processo Judicial n.° 0000350-34.2017.5.10.0019 Da 19ª Vara do Trabalho de Brasília DF 10ª Região na Portaria Ministerial n.º 326/2013 e na Nota Técnica n.º 466/2017/CIP/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve RETIFICAR a publicação no DOU de 04/08/2017, Nº: 147 Seção: 1 Página: 46, para onde se lê Nota Técnica n.° 168/2017/AIP/SRT/MTb, leia-se: Nota Técnica n.° 307/2017/AIP/SRT/MTB.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve TORNAR SEM EFEITO a publicação realizada no DOU de 18/12/2017, nº 241, Seção 1, pág 192, referente ao Sindicato dos Empregados em Cooperativas de Serviços Médicos do Estado do Paraná- SECOOMED/PR, processo 46000.004191/2005-01, CNPJ 07.209.255/0001-85.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHOS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1560/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical n.º 46205.007953/2012-45 de interesse do Sindicato Unificado dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Município de Caucaia - SUNTRAF CAUCAIA, CNPJ 14.335.993/0001-67; nos termos do art. 27, inciso IV, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e, na Nota Técnica 1558/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical n.º 46213.007001/2012-22, de interesse do SINPAUDALHO - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Paudalho, CNPJ 09.156.173/0001-78, com respaldo no artigo 27, inciso III, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e, na Nota Técnica 1557/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical n.º 46219.013374/2011-00, de interesse do SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS DAS CIDADES DE SÃO PAULO E CAMPINAS, CNPJ 13.525.516/0001-00, com respaldo no artigo 27, inciso III, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e, na Nota Técnica 1555/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46255.003713/2012-86 de interesse do Sindicato Intermunicipal dos Empregados e Trabalhadores em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras de Jundiaí e Região - SINDIBELEZA, CNPJ 13.413.961/0001-70, com respaldo no artigo 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1563/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo 46217.000148/2015-02, CNPJ 24.520.009/0001-91 do Sindicato dos Auditores do Tesouro Municipal da Prefeitura de Natal - SINDIFAN.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

"O Secretário de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e, na Nota Técnica 1562/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: EXCLUIR os municípios de: Bom Sucesso, Carmo do Cachoeira, Oliveira, Perdões, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Francisco de Paula, Abre Campo, Amparo do Serra, Capela Nova, Caputira, Jequeri, Luisburgo, Mariana, Matipó, Oratórios, Ouro Branco, Pedra Bonita, Pedra do Anta, Piranga, Rio Casca, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São João do Manhuaçu, São Pedro dos Ferros, Sem-peixe, Senhora dos Remédios, Sericita, Teixeiras, Urucânia e Vermelho Novo da representação do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Belo Horizonte/MG, CNPJ: 17.238.148/0001-61, processo n° 46211.009727/2011-39; e, ainda, CANCELAR, com base nos artigos 53 e 54 da Lei 9784/99, a anotação no DOU, em 11/07/2016, Seção 1, pág. 147, N° 131; bem como o Ofício n° 973/CGRS/SRT/MT, referentes à exclusão da representação do SINDHORB - SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES E BARES DE CARMÓPOLIS DE MINAS E REGIÃO, CNPJ 20.032.451/0001-18, Processo 46211.002701/2014-11, os Municípios de Bom Sucesso, Carmo da Cachoeira, Oliveira, Perdões, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, Santo Antonio do Amparo, São Francisco de Paula, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013; e, por conseguinte, INCLUIR os municípios de Bom Sucesso, Carmo do Cachoeira, Oliveira, Perdões, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo e São Francisco de Paula na representação do SINDHORB - SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES E BARES DE CARMÓPOLIS DE MINAS E REGIÃO, CNPJ: 20.032.451/0001-18, Processo 46211.002701/2014-11, com fulcro nos arts. 31 e 32 da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHOS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1559/2017/CGRS/SRT/MTb resolve, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013 INDEFERIR o processo de pedido de Registro Sindical n.º 46201.009571/2012-96, de interesse do SINDOLHO - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Município de Olho D"água Grande, CNPJ 11.046.441/0001-40.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 1556/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo de pedido de registro sindical n.º 46312.002619/2007-11, de interesse do STTRCR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Costa Rica, CNPJ: 03.199.773/0001-37, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Portaria 326/2013, resolve notificar o representante do SAFER/DONA INES - SINDICATO DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS DE DONA INES - PB, CNPJ n.º 20.392.640/0001-00, Processo 46224.004483/2014-00, do inteiro teor do OFÍCIO N.º 1048/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade em 19/09/2017, por meio do qual foi solicitado as Lista de Presença com CPF dos presentes, Ata da Assembléia Geral não consta o numero do PRONAF dos dirigentes. Portanto, se dentro do prazo de 20 (vinte) dias a entidade não se manifestar, o processo de pedido de registro sindical n.º 46259.003742/2013-99 será ARQUIVADO nos termos do art. 27, da Portaria n.º 326/2013. O mesmo Oficio, também, solicita o encaminhamento do Estatuto Social registrado no cartório da comarca sede do sindicato, constando a representação na categoria dos trabalhadores na agricultura familiar, adequada ao Decreto lei 1.166 de 15 de abril de 1971, limitando-se a 02 (dois) módulos rurais, o qual restou devolvido, conforme aviso de devolução (fl. 48). Neste caso, se dentro do prazo de 90 (noventa) dias a entidade não se manifestar, o processo de pedido de registro sindical n.º 46224.004483/2014-00 será ARQUIVADO nos termos do art. 27, da Portaria n.º 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46219.027067/2014-41
Entidade	Sindicato dos Empregados em Empresas de Estacionamentos e Garagens de Guarulhos e Região - SP.
CNPJ	05.050.666/0001-78
Abrangência	Intermunicipal
Categoria Profissional	Empregados em Empresas de Estacionamentos e Garagens.
Fundamento	NT 1550/2017/CGRS/SRT/MTb

Base Territorial: Arujá, Barra Do Turvo, Bertioga, Caçapava, Cajati, Cananéia, Cubatão, Guaratinguetá, Guarujá, Guarulhos, Iguape, Itanhaém, Itaquaquecetuba, Itariri, Jacareí, Jacupiranga, Miracatu, Mongaguá, Pedro De Toledo, Peruíbe, Pindamonhangaba, Praia Grande, Santa Isabel, Santos, São José Dos Campos, São Vicente, Sete Barras, Taubaté e Tremembé - SP.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46219.015759/2015-27
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Confecções de Roupas e de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho de Suzano e Poá.
CNPJ	66.656.208/0001-71
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	*São Paulo*: Poá e Suzano.
Fundamento	NT 1549/2017/CGRS/SRT/MTb

Categoria Profissional: Trabalhadores na indústria de calçados, tamancos, saltos e formas para calçados; oficiais alfaiates, trabalhadores na indústria de confecção de roupas e costureiras; indústria de guarda - chuva e bengalas; indústria de luvas, bolsas e peles de resguardo; indústria de pentes e botões; indústria de chapéus, indústria de confecções de roupas e chapéus de senhoras; indústria de material de segurança e proteção ao trabalho.

DESPACHO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RAE 1554/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato Rural de Cristalândia - TO, CNPJ 01.431.626/0001-15; Processo 46226.014655/2012-63, para representar a Categoria econômica, empresário, empregador ou produtor rural pessoa física ou jurídica que empreende atividade econômica rural, inclusive de agroindústria no que se refere às atividades primárias, proprietário ou não, mesmo em regime de economia familiar, nos termos da legislação vigente, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios Cristalândia e Santa Rita do Tocantins, estado de Tocantins, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013."

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 1561/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR as as impugnações nº 46000.004738/2017-01; n° 46000.005438/2017-31, com fulcro no art. 18, incisos I e VIII da Portaria 326/2013; e DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho, da Região Metropolitana de Salvador- Bahia- SINDTEST-RMS, CNPJ 24.578.187/0001-73, Processo 46204.006764/2016-99, para representar a Categoria profissional dos Técnicos de Segurança de Trabalho, conforme a Lei 7.410 de 27/11/85 e o Decreto Lei 92.530 de 09/04/86, inclusive aqueles que exercem atividades de ensino, no campo de segurança do Trabalho e que satisfaçam a Legislação supra, na base territorial Intermunicipal de Alagoinhas, Camaçari, Candeias, Catu, Dias D"Ávila, Feira de Santana, Lauro de Freitas, Madre de Deus, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Simões Filho, estado da Bahia, com fundamento no art. 25, inciso II da Portaria 326/2013. Resolve ainda, para fins de anotação no CNES, EXCLUIR os municípios de Alagoinhas, Camaçari, Candeias, Catu, Dias D"Ávila, Feira De Santana, Lauro De Freitas, Madre De Deus, São Francisco Do Conde, São Sebastião Do Passé e Simões Filho da representação do Sindicato dos Técnicos de Segurança do trabalho do Estado da Bahia- SINTESB; CNPJ: 32.700.197/0001-68; Processo: 24150.003258/90-13, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1553/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: SUSPENDER o Pedido de Registro nº 46210.000571/2011-31, de interesse do SINTRAALCOOL - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL DOS MUNICIPIOS DE NOVA OLIMPIA E REGIÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ 12.464.504/0001-41; nos termos do art. 23, § 9º, da Portaria 326/2013."

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46236.001871/2015-72
Entidade	SINDICATO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO CENTRO-OESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDIPROESTE-MG
CNPJ	04.028.214/0001-27
Fundamento	NT 1548/2017/CGRS/SRT/MTb

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1552/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: conhecer do Recurso Administrativo 46000.003698/2017-72 interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Fundações Públicas de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Privação de Liberdade do Estado de São Paulo - SITSESP (CNPJ 25.327.779/0001-85) nos autos do Processo 46736.004109/2016-98 para conceder à entidade o prazo de noventa dias para apresentar seu estatuto social nos moldes da Lei Federal nº 12.594/2012 sob pena de arquivamento do pedido, nos termos do art. 26, inciso I da Portaria 326/2013 e ainda, dar ciência do requerido pela mesma, ficando aberto o prazo de trinta dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 326/2013.

Processo	46736.004109/2016-98
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Fundações Públicas de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Privação de Liberdade do Estado de São Paulo - SITSESP
CNPJ	CNPJ 25.327.779/0001-85
Abrangência	Estadual
Base Territorial	São Paulo
Categoria Profissional	Trabalhadores em fundações públicas de atendimento socioeducativo ao adolescente, aplicadoras de medidas socioeducativas de privação de liberdade ao adolescente.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria 4726, de 14 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial nº 240, de 15 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 225, que prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos de inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, onde se lê: "..., no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria nº 624, de 05 de outubro de 2016, deste Ministério, ...", leia-se: "..., no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 4, de 12 de janeiro de 1995, deste Ministério, ..."

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 4.182, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Suspende temporariamente os efeitos da Portaria nº 2.599/SIA, de 29 de setembro de 2016, que aplicou medida cautelar ao aeródromo de Parintins-AM (SWPI).

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso X, da Portaria nº 1.751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista as conclusões da Nota Técnica nº 15(SEI)/2017/GTDA/GCOP/SIA e o Despacho GCOP nº 1324816, e considerando o que consta do processo nº 00065.504436/2016-94, resolve:

Art. 1º Suspender, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 27 de novembro de 2017, os efeitos da Portaria nº 2.599/SIA, de 29 de setembro de 2016, permanecendo aberto ao tráfego aéreo sem restrições, durante este período, o aeródromo público de Parintins/AM (SWPI).

Parágrafo único. Após o prazo previsto no caput, e caso não haja cumprimento por parte do operador do aeródromo das condicionantes para revogação definitiva da restrição, esta voltará a vigorar automaticamente.

Art. 2º Durante o período de suspensão da restrição, qualquer incidente com fauna reportado pelos operadores de serviços aéreos que se utilizam o aeródromo, assim como reportes destes mesmos operadores que indiquem o aumento da população de espécies classificadas como de risco em níveis superiores ao considerado nas IPF apresentadas, poderão ensejar o retorno da restrição aplicada ao aeródromo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 4.134, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Renova a homologação do curso prático de PP-A e teórico e prático de PAG-A da AERO AGRÍCOLA SANTOS DUMONT LTDA.

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.532825/2017-91, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação do curso prático de Piloto Privado de Avião - PP-A e teórico e prático de Piloto Agrícola de Avião PAG-A da AERO AGRÍCOLA SANTOS DUMONT LTDA, situada ao Aeroporto Cachoeira do Sul - S/Nº, Cachoeira do Sul - RS, CEP: 96.508-970.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.011960/2016-16, resolve:

Art. 1º Revogar a suspensão cautelar da homologação do curso prático de Piloto Comercial de Avião (PCA), da AERO AGRÍCOLA SANTOS DUMONT, situada no Aeroporto Cachoeira do Sul, s/nº, em Cachoeira do Sul (RS), CEP: 96508-970.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 4.192, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3426, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119), no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00068.007087/2015-56, resolve:

Art. 1º Ratificar a emissão da revisão 3 do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2004-06-5CEL-03-03, emitido em 18 de dezembro de 2017, em favor da FAST FLIGHT TÁXI AÉREO LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIA Nº 4.193, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426 de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.529576/2017-45, resolve:

Art. 1º Suspender o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2015-06-61KF-03-00, emitido em favor da sociedade empresária Norteagro - Norte Aeroagrícola Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIA Nº 4.194, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Suspende, de forma cautelar, o Certificado de Operador Aérea

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 3426, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00067.501108/2017-05, resolve:

Art. 1º Suspender o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2008-01-2CKO-02-03, emitido em favor da sociedade empresária TOK TÁXI AÉREO LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS
GERÊNCIA DE ACESSO AO MERCADO

PORTARIA Nº 4.178, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Alteração de nome empresarial de sociedade de táxi aéreo.

O GERENTE DE ACESSO AO MERCADO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, da Portaria nº 2.155/SAS, de 24 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.529183/2017-32, resolve:

Art. 1º Aprovar a mudança do nome empresarial da sociedade empresária PÁSSARO AZUL TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº. 02.173.634/0001-71, com sede social em São Paulo (SP), autorizada a explorar o serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo pela Decisão nº. 28, de 23 de março de 2016, para ICON P TÁXI AÉREO LTDA., nos termos constantes da 11ª Alteração do Contrato Social, datada de 08 de agosto de 2017, submetido à anuência desta Agência Reguladora.

Art. 2° Permanecem em vigor todas as disposições contidas na Decisão nº. 28, de 23 de março de 2016.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROQUE FELIZARDO DA SILVA NETO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO Nº 134, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.007916/2016-50. Fiscalizada: Companhia Docas do Rio de Janeiro - Porto de Itaguaí, CNPJ nº 42.266.890/0009-85. Objeto e Fundamento Legal: Conhecer o recurso interposto, uma vez que tempestivo, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de advertência, pelo cometimento da infração disposta no art. 33, inciso XVII da Resolução nº 3.274/ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

DESPACHO Nº 136, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.004168/2016-53. Fiscalizada: Companhia Docas do Pará - CDP, CNPJ nº 04.933.552/0001-03. Objeto e Fundamento Legal: Conhecer o recurso interposto, uma vez que tempestivo, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 53.366,45 (cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), pela prática da infração prevista no inciso XXI, art. 32 da Resolução 3.274/2014-ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

DESPACHO Nº 137, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.006316/2016-74. Fiscalizada: F. Andreis & Cia. Ltda., CNPJ nº 76.476.050/0002-92. Objeto e Fundamento Legal: Por não conhecer o recurso interposto, uma vez que intempestivo, mantendo a aplicação da pena de MULTA no valor de R$ 29.040,00 (vinte e nove mil quarenta reais), pela prática da infração prevista no inciso XVIII, art. 32 da Resolução 3.274/2014-ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DESPACHO Nº 80, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 50300.008136/2017-16. Fiscalizada: Empresa de Navegação Santana - ME, CNPJ nº 34.923.854/0001-61. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), pelo cometimento das infrações tipificadas nos incisos XVIII, XXX, XXXIV e XXXVI (por duas vezes) do art. 20 da Norma aprovada pela Resolução nº 912/2007-ANTAQ.

ANA PAULA FAJARDO ALVES

DESPACHO Nº 81, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.002942/2017-72. Fiscalizada: Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda., CNPJ nº 03.128.979/0005-08. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência, pelo cometimento da infração tipificada no inciso XVIII do art. 32 da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

ANA PAULA FAJARDO ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 5, de 18 de junho de 2017, publicado no DOU de 19 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 182, onde se lê: "...18 de junho de 2017...", leia-se: "...18 de dezembro de 2017..." e onde se lê: "...Interessado: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA...", leia-se: "...Interessado: ATEM"S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A...".

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 465, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 219, de 20 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.528110/2017-25, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Ilhéus (BA) - São Paulo (SP), prefixo nº 05-0078-00:

I - De Ilhéus (BA), para São Paulo (SP);
II - De Ilhéus (BA), para Governador Valadares (MG);
III - De Itabuna (BA), para São Paulo (SP);
IV - De Itabuna (BA), para Governador Valadares (MG);
V - De Ibicaraí (BA), para São Paulo (SP);
VI - De Itororó (BA), para São Paulo (SP);
VII - De Itapetinga (BA), para São Paulo (SP);
VIII - De Itapetinga (BA), para Governador Valadares (MG);
IX - De Vitória da Conquista (BA), para São Paulo (SP);
X - De Teófilo Otoni (MG), para São Paulo (SP); e
XI - De Vitória da Conquista (BA), para São José dos Campos (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 36 da empresa GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 467, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 223, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.523317/2017-11, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S.A. para supressão da linha Campo Grande (MS) - Campos dos Goytacazes (RJ), prefixo nº 19-0052-00, e paralisação dos seguintes mercados:

I - Campo Grande (MS) - Campos dos Goytacazes (RJ);
II - Presidente Prudente (SP) - Campos dos Goytacazes (RJ);
III - Assis (SP) - Campos dos Goytacazes (RJ);
IV - Piracicaba (SP) - Campos dos Goytacazes (RJ);
V - Americana (SP) - Campos dos Goytacazes (RJ); e
VI - São José dos Campos (SP) - Campos dos Goytacazes (RJ).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 72 da EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A., conforme dispõe o § 2º do art. 45 da Resolução nº 4.770, de 2015.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 144, de 30.6.17, disponibilizada no site www.antt.gov.br, e publicada no DOU nº 126, de 4.7.17, seção 1, página 79, onde se lê: "Processo nº 50535.000961/2017-19"; leia-se: "Processo nº 50535.000960/2017-66".

No art. 1º, inciso I, da Deliberação nº 408, de 9.11.17, publicada no DOU nº 218, de 14.11.17, Seção 1, pág. 114, onde se lê: "I - De: Brasília/DF, para: Prata/MG; São José do Rio Preto/SP; Birigui/SP; Araçatuba/SP; Araçatuba/SP"; leia-se: "I - De: Brasília/DF, para: Prata/MG; São José do Rio Preto/SP; Birigui/SP; Araçatuba/SP e Três Lagoas/MS".

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIAS DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Nº 306 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, por meio de ocupação transversal entre o km 71+120m ao km 71+264m, no Município de Aparecida/SP, de interesse da empresa EDP São Paulo Distribuição de Energia S/A. - Processo nº 50515.038001/2017-51.

Nº 307 - Autorizar a regularização de ocupação da faixa de domínio por cabos ópticos, cabos metálicos e seus respectivos equipamentos, na Rodovia BR-101/RJ, entre o km 322+200m, no Município de Niterói/RJ, e o km 334+100m, no Município do Rio de Janeiro/RJ, de interesse da empresa Telemar Norte Leste S/A. - Processo nº 50505.063003/2017-06.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

PORTARIA Nº 308, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Autorizar a ocupação transversal e longitudinal aérea da faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC pela ampliação da rede elétrica de média tensão, no trecho entre o km 242+270m e o km 244+600m, no Município de Palhoça/SC, de interesse da Cooperativa de Ele-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

tricidade de Paulo Lopes - CERPALO. - Processo nº 50545.019527/2017-85.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 176, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008 e alteração, e no que consta dos autos do Processo n° 50510.047831/2017-10, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras de implantação do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à travessia subterrânea de tubulação de distribuição de água tratada, pela Construtora Ambientalmente Sustentável Ltda., no km 309+130 m da malha ferroviária concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA, no município de Matozinhos/MG.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 2.332, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 178 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CA nº 26 de 05/05/2016 e publicada no DOU de 12/05/2016, e tendo em vista o constante no processo n.º 50603.501092/2017-86, resolve:

Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, terras e benfeitorias, excluídas as áreas pertencentes à faixa de domínio existente e demais áreas de propriedade da União, delimitadas pela poligonal formada pela lista de coordenadas geográficas a seguir, as quais delimitam a faixa de utilidade pública de 150 metros, para cada lado, contados do eixo do traçado da rodovia conforme Traçado Preliminar para Fins de Utilidade Pública da Rodovia BR-020/CE, Trecho: Divisa PI/CE - Fortaleza/CE, Subtrecho 1: Entr. BR-222 - Entr. CE-040 (Messejana) - Entr. BR-020 (Contorno de Fortaleza), Segmento 1: Km 406,60 ao Km 432,90 e Rodovia BR-222/CE, Trecho: Divisa PI/CE - Fortaleza/CE, Subtrecho 1: Para Caucaia - Entr. BR-020, Segmento 1: Km 5,40 ao Km 11,40, aceito pelo Superintendente Regional do DNIT no Estado do Ceará.

I-Coordenadas Geográficas: 559293.0042 9572993.073, 559134.5681 9573003.596, 559012.2116 9572958.981, 559044.3585 9572831.434, 559082.1945 9572739.301, 559185.4234 9572564.098, 558926.9517 9572411.808, 558823.7228 9572587.011, 558782.4719 9572670.051, 558749.7036 9572773.003, 557239.9721 9571850.985, 557003.9488 9571744.824, 556751.3265 9571687.551, 556492.1477 9571682.382, 556236.9072 9571728.802, 554606.8674 9572195.507, 554475.8043 9572236.084, 554347.8036 9572285.82, 553611.4185 9572594.823, 553546.8975 9572618.034, 553480.839 9572636.46, 550280.0369 9573369.834, 550151.8729 9573404.562, 550027.7046 9573451.616, 546753.8183 9574839.644, 546640.3611 9574880.459, 546522.8931 9574906.857, 546152.8865 9574959.389, 546063.9663 9574693.752, 545779.4818 9574788.981, 545850.9126 9575002.371, 545336.4128 9575075.091, 545176.8275 9575110.123, 545022.8972 9575165.444, 543042.2296 9576007.087, 542963.1021 9576043.497,542885.3183 9576082.732, 541902.0339 9576601.657, 541805.1726 9576656.664, 541714.6644 9576720.309, 541512.999 9576512.03, 541299.2001 9576722.482, 541478.3316 9576906.063, 541339.8467 9577026.587, 541220.1939 9577163.749, 540762.4426 9577770.299, 540704.0677 9577854.34, 540651.1528 9577941.972, 539850.3874 9579350.293, 539803.3538 9579428.667, 539749.4586 9579502.306, 538295.3116 9581256.439, 538222.212 9581351.449, 538158.5497 9581452.975, 537050.1825 9583400.672, 536970.3901 9583424.636, 536206.7636 9583036.328, 536175.0311 9583098.719, 536944.5767 9583490.037, 536983.7686 9583599.013, 536996.5645 9583685.875, 536978.0085 9583731.419, 536929.8209 9583768.313, 536836.3307 9583793.814, 536640.6076 9583828.535, 536651.0863 9583887.608, 536846.8093 9583852.886, 536910.1244 9583839.357, 536972.863 9583813.355, 537148.0677 9583717.574, 538391.5498 9584349.219, 538318.8523 9584600.656, 538607.0481 9584683.981, 538663.9278 9584487.253, 542141.2661 9586252.921, 542276.9477 9585985.357, 538718.4953 9584178.507, 538713.2661 9583891.056, 538413.3157 9583896.513, 538415.6555 9584025.132, 537348.4909 9583482.932, 538419.3677 9581601.212, 538469.0791 9581521.921, 538526.3266 9581447.834, 539980.393 9579693.799, 540050.3006 9579599.066, 540111.3717 9579498.237, 540911.8426 9578090.434, 540954.7429 9578019.174, 541002.0546 9577950.815, 541459.5315 9577344.629, 541565.2457 9577225.738, 541688.5202 9577122.362, 541906.7173 9577339.603, 542120.5547 9577129.19, 541927.752 9576935.399, 541983.5878 9576899.245, 542042.2178 9576866.89, 543025.2094 9576348.12, 543091.9637 9576314.429, 543159.8305 9576283.077, 545140.1143 9575441.596, 545257.3787 9575399.128, 545378.9361 9575372.062, 545947.7669 9575291.71, 546033.0664 9575546.531, 546319.0543 9575455.793, 546249.7041 9575248.619, 546565.0321 9575203.883, 546720.7754 9575169.489, 546871.1375 9575115.753, 550144.6621 9573727.879, 550244.3817 9573689.95, 550347.2733 9573662.202, 553547.8412 9572928.882, 553638.6699 9572903.652, 553727.2883 9572871.544, 554463.7887 9572562.492, 554575.1938 9572519.144, 554689.311 9572483.956, 556319.4227 9572017.23, 556515.197 9571981.495, 556713.8397 9571985.257, 556907.5048 9572028.904, 557088.5305 9572109.943, 558670.9548 9573085.412, 558585.4546 9573309.028, 558545.4649 9573385.943, 558811.6392 9573524.332, 558851.6289 9573447.416, 558933.4479 9573254.92, 559086.03 9573299.643, 559380.2686 9573280.101, 559293.0042 9572993.073 Sistema de referência UTM Zona 23S Datam Sirgas 2000.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA

DECISÃO DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Contrato nº 415/2015.

O COORDENADOR DE ENGENHARIA DA SUPERINTENDÊNCIA REGINAL DO DNIT NO ESTADO DO CEARA, no uso das atribuições constantes do Art. 5º, inciso I da Instrução Normativa DG nº 04/2015, de 23 de novembro de 2015, publicada no DOU em 25/11/15, seção 1, pág. 62, bem como com fulcro nos incisos I e II do § 2º da cláusula décima segunda do contrato 415/2015 e nos incisos I e II do Art. 87 da Lei 8.666/93, de acordo com o que consta dos autos do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 50603.004763/2016-84, resolve aplicar a sanção de ADVERTÊNCIA E MULTA no valor de R$ 470.519,51 (quatrocentos e setenta mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e um centavos) à empresa J&F CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 04.453.350/0001-64, em virtude de INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO.

FRANCISCO DE ASSIS AURÉLIO SOARES

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

DECISÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Referência: PGEA Nº 1.00.000.004436/2016-98. Interessado: PRP Borges Comercio EIRELI - EPP. ASSUNTO: Recurso Administrativo. Penalidade. Multa. Não provimento. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar. Aplicação.

Acolhendo a manifestação da Consultoria Jurídica desta Secretaria Geral (Parecer nº 1191/2017), e no uso da atribuição prevista no art. 6º - XXVIII do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, conheço do presente Recurso Hierárquico e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Administração que determinou a aplicação da penalidade de multa em desfavor da empresa PRP Borges Comercio EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.457.629/0001-89.

Em razão do descumprimento contratual, aplico em desfavor da referida empresa, a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Procuradoria Geral da República - PGR, pelo prazo de 6 (seis) meses, com base no art. 87-III, da Lei nº 8.666/1993, c/c Cláusula III, item 3.1, "c" da Ata de Registro de Preços nº 31-C/2015.

À Secretaria de Administração para providências.

ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS
Secretário-Geral

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 148, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o procedimento para avaliação do cumprimento das condições do estágio probatório dos Procuradores do Trabalho.

O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o que consta dos processos CSMPT PGEA nº 000231.2017.99.900/7 e PGEA nº 000761.2017.99.900/0, resolve:

Art. 1º O procedimento para avaliar o cumprimento das condições do estágio probatório de Procurador do Trabalho obedecerá ao quanto previsto nesta Resolução e no Regimento Interno da Corregedoria do Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Superior decidir sobre o cumprimento do estágio probatório com base na verificação das condições e no acompanhamento realizados pela Corregedoria, que se manifestará com proposição fundamentada pelo vitaliciamento ou exoneração ex officio do membro do Ministério Público do Trabalho.

Art. 2º A vitaliciedade, constitucionalmente garantida aos Procuradores do Trabalho, será adquirida após decisão de aprovação no estágio probatório, cuja duração prevista de 2 (dois) anos computa-se pelo efetivo exercício do cargo.

§ 1º O estágio probatório deve ser considerado período de avaliação, adaptação e orientação, oportunizando-se ao Procurador do Trabalho o desenvolvimento de suas atribuições e competências para a execução de seus misteres institucionais.

I - A adaptação ao cargo será promovida por meio do Programa de Adaptação ao Cargo, mediante o desenvolvimento de competências relacionais, comportamentais e gerenciais.

II - O Programa de Adaptação ao Cargo objetiva promover a adaptação, o desenvolvimento e a integração dos novos Procuradores do Trabalho na cultura organizacional, contribuindo para a identificação do seu papel na Instituição e para a construção de sua identidade profissional, desenvolvendo conhecimentos, habilidades e atitudes para o adequado exercício das suas atividades funcionais.

III - O Programa de Adaptação ao Cargo será elaborado pelo Corregedor-Geral em conjunto com os Corregedores Auxiliares e Membros Auxiliares da Corregedoria.

IV - O conteúdo do Programa de Adaptação ao Cargo poderá utilizar como parâmetro as ferramentas da Gestão por Competências do Ministério Público do Trabalho.

V - O Programa de Adaptação ao Cargo será desenvolvido por meio da realização de reuniões presenciais ou por videoconferência, cuja execução será operacionalizada sob a coordenação da Corregedoria com o apoio logístico da Diretoria-Geral da PGT.

VI - Os Corregedores Auxiliares poderão ser incluídos nas atividades em grupo.

VII - Poderá o Corregedor-Geral determinar que o Procurador do Trabalho em estágio probatório seja submetido à avaliação psicológica ou psiquiátrica individual de adaptação ao cargo, por junta oficial.

§ 2º Enquanto estiver sujeito ao estágio probatório, o Procurador do Trabalho não poderá afastar-se do exercício do cargo, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.

Art. 3º O acompanhamento do estágio probatório dos Procuradores do Trabalho, nos termos do art. 106, IV, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993, será realizado pela Corregedoria, à qual caberá, além do previsto no seu Regimento Interno:

I - assegurar-se da efetiva residência no local da unidade do Ministério Público do Trabalho em que lotado o Procurador em estágio probatório, salvo quando o membro for autorizado a residir em local distinto;

II - a qualquer tempo, orientar o Procurador em estágio probatório por escrito, por meios eletrônicos ou pessoalmente;

III - promover a assinatura de termo de compromisso, na forma regimental;

IV - integrar a Comissão do Curso de Ingresso e Vitaliciamento de Procurador do Trabalho;

V - outras iniciativas relacionadas à atribuição legal de acompanhamento do estágio probatório que sejam compatíveis com as finalidades desta Resolução e com a legislação pertinente.

Art. 4º Os relatórios bimestrais, previstos no artigo 31, I, do Regimento Interno da Corregedoria, conterão:

I - informações prestadas pelos Procuradores em estágio probatório relativas às atividades desenvolvidas no bimestre de referência, conforme Anexo I desta Resolução;

II - Relatório de Indicadores Individuais, especificado no Anexo II desta Resolução, que demonstrará, de forma consolidada, estatísticas das atividades judiciais e extrajudiciais, inclusive as destas decorrentes, desempenhadas pelo Procurador no bimestre de referência;

III - amostragem de até 10% das peças produzidas pelo Procurador do Trabalho no bimestre de referência;

IV - avaliação feita pelo Corregedor-Geral após análise dos itens anteriores.

§ 1º Os relatórios bimestrais serão encaminhados mediante peticionamento eletrônico administrativo até o 5º dia do mês subsequente ao bimestre de referência.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º O Relatório de Indicadores Individuais, disponibilizado automaticamente pelo sistema MPT Digital, será gerado pelo Procurador do Trabalho em estágio probatório e encaminhado à Corregedoria juntamente com as informações mencionadas no inciso I deste artigo.

§ 3º Na eventualidade de incorreção ou incompletude de dados contidos no MPT Digital, o interessado deverá solicitar a correção à unidade de tecnologia da informação competente, informando à Corregedoria.

§ 4º A amostragem de peças tratada no inciso III deste artigo será selecionada e consolidada pelo Procurador em estágio probatório, sem prejuízo da análise, pelo Corregedor-Geral ou por seus auxiliares, das demais peças produzidas no período.

Art. 5º As correições ordinárias para acompanhamento de estágio probatório seguirão o rito previsto no Regimento Interno da Corregedoria para as correições em geral e deverão averiguar, entre outros aspectos, o cumprimento dos prazos legais e regimentais dos feitos sob responsabilidade do Procurador.

Art. 6º Os Procuradores-Chefes informarão, imediatamente, à Corregedoria fatos relevantes que envolvam diretamente Procurador do Trabalho em estágio probatório lotado na respectiva Regional, sendo vedada a manifestação de qualquer juízo de valor.

Art. 7º A apresentação, pelo Corregedor-Geral, do relatório circunstanciado previsto no artigo 32 da Resolução CSMPT nº 144 não prejudica a continuidade do acompanhamento do estágio probatório, na forma do art. 4º desta Resolução, até a deliberação do Conselho Superior quanto ao cumprimento das condições do estágio probatório pelo Procurador do Trabalho.

Art. 8º Ao Procurador do Trabalho em estágio probatório fica assegurado o acesso aos autos do processo referente ao acompanhamento de seu estágio probatório.

Art. 9º A Corregedoria editará provimento regulamentando a presente Resolução.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução CSMPT nº 71/2008.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do Conselho

JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Vice-Presidente

SANDRA LIA SIMÓN
Conselheira

JÚNIA SOARES NADER
Conselheira

MANOEL JORGE E SILVA NETO
Conselheiro

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Conselheira Relatora

ANDRÉ LUÍS SPIES
Conselheiro

LUIZ EDUARDO GUIMARÃES BOJART
Conselheiro

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
CORREGEDORIA-GERAL
ESTÁGIO PROBATÓRIO - X° CONCURSO
Ficha de Avaliação do Relatório Bimestral - FAB

FOTO Procuradora em EP:			
UNIDADE	Bimestre / Ano	Relatório	Membro Auxiliar Acompanhante
PRT Xª Região			
Prazo para envio do Xº RB:			
I- ATUAÇÃO			
( ) 1º grau ( )2º grau			
Acumulou Ofícios no Bimestre: ( ) não ( ) sim. Período: _____			
É Coordenador de Procuradoria: ( ) não ( ) sim.			
Participa de Sessões em Tribunal: ( ) não ( ) sim. A quantas compareceu no Bimestre: ____			
II-AFASTAMENTOS			
Houve afastamento no período? ( ) Férias. Período: _____ ( ) Licença . Especificar: _____ Período: _____			
III-INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
1 - Participação em audiências públicas, fóruns, órgãos colegiados externos, reuniões diversas e atuação visando à integração comunitária afetas às diversas áreas de atuação:			
2 - Frequência a cursos de aperfeiçoamento realizados pela Escola Superior do Ministério Público:			
3 - Titularidade e substituição de Coordenadoria:			
4 - Participação em Grupo de Trabalho, Grupo de Estudo ou Força Tarefa:			
5 - Houve alteração nas informações já prestadas quanto ao Exercício do magistério? Discriminar a Instituição e carga horária semanal:			
6 - Compromissos internos, atendimento ao público, inspeções e outras atividades institucionais a relatar:			
7- Atuação PROMOCIONAL vinculada a Projetos Nacionais ou de iniciativa das Coordenadorias?			
8 - Durante o presente bimestre, houve alteração significativa das condições de trabalho, recursos materiais ou humanos usuais?			

ANEXO II

(Extraído em MPT Gaia - "membros")
Ano:
RELATÓRIO DE INDICADORES INDIVIDUAIS
NOME DO MEMBRO PROCURADOR DO TRABALHO
LOTAÇÃO ADMISSÃO:
1.ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL
1.2Distribuições e instaurações de expedientes extrajudiciais

Mês	NF	PP	IC	CP	PA. MED	PA. ARB	PA. PROMO

Total do Período	NF	PP	IC	CP	PA. MED	PA. ARB	PA. PROMO

1.3Encerramentos por mês

Mês	Ações	TACs	NF	Total de Indef.	% Indef.	Indef. Obj. Idêntico	Indef. Sit. Sol.	Indef. Aus. de Int. Tut. MPT	Indef. Den. Não. Localiz.	Arq. com Remess a (CCR)	Arq. sem Remess a (CCR)	Rem. Órgão. Diverso do MP	Rem. Outro Ramo MP

1.4Atividades Procedimentais

Mês	Despachos	Aud. Extrajud.	Notific., Ofícios e Requis.	Diligências, Inspeções ou Vistorias	Recomend.	TACs Firmados	TACs Aditivos ou Retif.	Prop. de Arq. Não Homol.	CP Expedidas	Susp.	Imped.	Conflitos Suscitados

Total do Período	Despachos	Aud. Extrajud.	Notific., Ofícios e Requis.	Diligências, Inspeções ou Vistorias	Recomend.	TACs Firmados	TACs Aditivos ou Retif.	Prop. de Arq. Não Homol.	CP Expedidas	Susp.	Imped.	Conflitos Suscitados

1.5Saldo Atual

SALDO POR CLASSE								
	NF	PP	IC	CP	PA. MED	PA. ARB	PA. PROMO	PA. JUD

1.6Outras atividades

Atividade	Mês	Fev
Reunião na unidade do MPT		
Total		

2. ATIVIDADE JUDICIAL

2.1 Movimentação judicial por mês

Grau	Mês	Recebidos com Vista	Devolvido vista ao substituto	Dev. Imped.	Dev. Suspeição	Dev. Afast.	Dev. Redistrib.	Dev. Cota	Devolvido com Parecer	Devolvidos com Outras Manifestações
1										
2										

2.1.1 Movimentação judicial. Total do período

Grau	Recebidos com Vista	Devolvido vista ao substituto	Dev. Imped.	Dev. Suspeição	Dev. Afast.	Dev. Redistrib.	Dev. Cota	Devolvido com Parecer	Devolvidos com Outras Manifestações
1									
2									

2.2 Produção documental por mês

Mês	Tipo da peça	Peça	Total
Fev	Contrarrazões/Contraminuta	Recurso Ordinário	
	Manifestação do MPT	Parecer	
		Petição interlocutória	
	Manifestação pela não intervenção	Cota	

2.2.1 Total da produção documental no período

Tipo da peça	Peça	Total
Contrarrazões/Contraminuta	Recurso Ordinário	
Manifestação do MPT	Parecer	
	Petição interlocutória	
Manifestação pela não intervenção	Cota	

Observações Gerais: 1. Pode haver pequena diferença entre o número de movimentações e a produção documental respectiva, uma vez que, em certos casos, sobretudo quando se trata de processos judiciais físicos que ainda tramitam em algumas unidades, o membro pode haver finalizado a peça, mas a secretaria lança a movimentação de devolução apenas no período seguinte. No caso da devolução de processo eletrônico, no entanto, a movimentação de devolução é automática. 2. Os meses exibidos são apenas os selecionados ou, se não houve seleção de um mês específico, todos os meses (e graus, no caso do quadro 2.1 e 2.1.1) em que houve registro de movimentação ou produção documental.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.002, DE 4 DE JULHO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

o teor das irregularidades apuradas pela SRTE/RS, por ocasião da ação fiscal no âmbito da empresa J C COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA - ME, (CNPJ: 21.812.473/0003-25), localizada na Avenida Mostardeiro, nº 3596, Bairro Centro, Cidreira/RS, relacionadas com a concessão do intervalos intrajornada e descanso semanal remunerado.

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar o disposto na Constituição Federal, art. 7º, inciso XV e no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 67 e 71,

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa J C COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA - ME, (CNPJ: 21.812.473/0003-25), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos do Procedimento Preparatório nº 000744.2017.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.011, DE 5 DE JULHO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

o teor de denúncia apresentada pelo SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL perante o Ministério Público do Trabalho, dando conta da ocorrência de irregularidades relacionadas com os temas acidente de trabalho típico ou por equiparação; condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho; edificações; máquinas e equipamentos e assédio moral no âmbito da ESCOLA INFANTIL GIRAFINHA TRAVESSA LTDA - ME (Nome Fantasia: CRECHE GIRAFINHA TRAVESSA), inscrita no CNPJ sob nº 91.622.134/0001-08), localizada na Rua da República, 384, Anexo 378, Bairro Cidade Baixa, Porto Alegre/RS;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola o disposto na Constituição Federal, no seu artigo 7º, inciso XXII, no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 155, 170 e 200 e em Normas Regulamentadoras em matéria de medicina e segurança no trabalho;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de ESCOLA INFANTIL GIRAFINHA TRAVESSA LTDA - ME (Nome Fantasia: CRECHE GIRAFINHA TRAVESSA), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 002844.2017.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.211, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando;

que apresentada denúncia ventilando possível ocorrência de irregularidades afetas ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) no âmbito da JOB RECURSOS HUMANOS LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 02.095.393/0001-90, com endereço à Avenida Flores da Cunha, 580 1012, Vila Santo Ângelo, Cachoeirinha/RS, CEP 94910-000;

que as práticas denunciadas, em tese, pode violar o disposto na Constituição Federal, art. 7º, inciso XXII, na Consolidação das Leis do Trabalho, no artigo 157 e na Norma Regulamentadoras nº 07, do Ministério do Trabalho e Emprego;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de JOB RECURSOS HUMANOS LTDA., a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 001554.2017.04.000/7;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.247, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando;

o teor da denúncia encaminhada pelo Fundo Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente em face da SERCOOPER COOPERATIVA RIOGRANDENSE DE SERVIÇOS AUXILIARES LTDA., (CNPJ: 07.416.620/0001-55), localizada na Rua General Vitorino, 161, sala 201, Bairro Centro, Porto Alegre/RS, narrando possível ocorrência de irregularidades afetas ao atributo aprendizagem;

que a prática, se comprovada em tese pode violar as disposições contidas nos artigos 428 a 433 da Consolidação das Leis do Trabalho;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da SERCOOPER COOPERATIVA RIOGRANDENSE DE SERVIÇOS AUXILIARES LTDA,, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 002581.2017.04.000/7;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.254, DE 17 DE AGOSTO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

que foi noticiada a ocorrência de irregularidades no âmbito do empreendimento ROBERTO DOS SANTOS MARIA & CIA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 01.617.196/0001-20, localizada na Rua Fagundes Varela, nº 240, Bairro Santo Antônio, Porto Alegre/RS, relacionadas com a jornada extraordinária em desacordo com a Lei e irregularidade na concessão dos intervalos intrajornada e interjornada;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar o disposto na Constituição Federal, art. 7º, inciso XIII e no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 61, 66 e 71,

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa ROBERTO DOS SANTOS MARIA & CIA LTDA, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos do Procedimento Preparatório nº 003538.2017.04.000/1;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.255, DE 17 DE AGOSTO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando;

que noticiada a ocorrência de irregularidades no âmbito do empreendimento RODOVIARIO NOVA ERA LTDA., CNPJ: 93.919.884/0001-63, localizada na Avenida Boqueirão, nº 2850, Bairro Estância Velha, Canoas/RS, relacionadas com a falta das condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho e irregularidade na concessão do intervalo intrajornada;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar o disposto no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 71, 200, inciso VII e na Norma Regulamentadora nº 24 do Ministério do Trabalho e Emprego;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa RODOVIARIO NOVA ERA LTDA., a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos do Procedimento Preparatório nº 003453.2017.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.262, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

a notícia de ocorrência de irregularidades no âmbito do empreendimento J B P FONOAUDIOLOGIA REEDUCACIONAL TERAPEUTICA LTDA - ME (Nome Fantasia: VIVENDO E APRENDENDO), inscrita no CNPJ sob nº 09.085.743/0001-86, localizada na Rua Coronel Corte Real, nº 111, Bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS, relacionadas com a jornada extraordinária em desacordo com a Lei, ausência de assinatura de CTPS e inexistência de cartão ponto;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar o disposto na Constituição Federal, art. 7º, inciso XIII e no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 29 e 74;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa J B P FONOAUDIOLOGIA REEDUCACIONAL TERAPEUTICA LTDA - ME (Nome Fantasia: VIVENDO E APRENDENDO), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à

observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos do Procedimento Preparatório nº 000444.2017.04.000/5;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.270, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando;

que foi apresentada denúncia no site eletrônico do MPT em face de BALTAZAR E ARAÚJO, com endereço na Avenida Brasil, nº 735, Balneário Presidente, Imbé/RS, noticiando irregularidades relativas ao não fornecimento de EPI e EPC, falta de ergonomia e retenção da carteira de trabalho;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, inciso XXII, nas Normas Regulamentadoras nº 06 e 17, do Ministério do Trabalho e Emprego e no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), art. 53;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; Norma Regulamentadora nº 06 e 17 do Ministério do Trabalho e Emprego

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do empreendimento BALTAZAR E ARAÚJO, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003560.2017.04.000/7;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.277, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas considerando,

o transito em julgado de sentença exarada nos autos da RTOrd 0020435-44.2014.5.04.0009, condenando ACESSUS TELEFONIA LTDA - ME (Nome Fantasia: ACESSUS TELEFONIA LTDA), localizada na Avenida Júlio de Castilhos, nº 44, 8º e 9º andares, Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, ao pagamento de indenização a título de danos morais em decorrência de assédio sexual;

que a prática denunciada, em tese, viola o disposto no artigo 1º, inciso III, 5º, inciso X, ambos da Constituição Federal, e 483, "e" da CLT;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa ACESSUS TELEFONIA LTDA - ME, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003580.2017.04.000/1;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.360, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas considerando, com base em denúncia apresentada em face da ASSOC DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA CRUZ (Escolinha Wlanir Porto), CNPJ: 91.376.525/0001-81, localizada na Rua Agemiro Ogando Correa, 350, Bairro Serraria, Porto Alegre/RS, notícia da ocorrência de assédio moral, desvio de função, falta de EPI e/ou EPC e fala de concessão de intervalo intrajornada;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar as disposições contidas nos artigos 1º, III, e 5º, X, da Constituição da República; na Norma Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego e no Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 71, 456, parágrafo único, e 468;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da ASSOC DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA CRUZ (Escolinha Wlanir Porto), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003837.2017.04.000/8;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.381, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas considerando,

a partir de denúncia protocolada perante esta Procuradoria, notícia de que no âmbito da pessoa jurídica de direito privado SUPERMERCADO GECEPEL LTDA, inscrita no CNPJ sob o a raiz nº 92.733.559, com sede na Rua Curitiba, 610, Bairro Vila Anair, Cachoeirinha/RS, CEP 94955-130, menores de 18 anos estariam laborando na "organização, limpeza de depósito e descarregamento de caminhão, subindo, em racks altos sem nenhuma proteção e com as peças dos racks soltos arriscando cair" e "operadoras de caixa e auxiliar de abastecimento e empacotadores, manipulando produtos de perecíveis e produtos com validade vencida ou estragadas, além de atendimento eremita eventualmente nos balcões de padaria e açougue sem supervisão", e que não haveria fornecimento de equipamentos de proteção;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam o teor dos incisos XXII e XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, dos artigos 166, 167, 403, parágrafo único, e 405, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho, da Norma Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego e da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), constante do Decreto nº 6.481/2008;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de SUPERMERCADO GECEPEL LTDA, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003874.2017.04.000/7;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.409, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando, a partir de denúncia protocolada perante esta Procuradoria, notícia de que no âmbito da pessoa jurídica de direito privado MARIZA LOPES GARCIA - ME, inscrita no CNPJ sob o a raiz nº 15.536.898, com sede na Travessa Menino Deus, 233, Bairro Cascata, Porto Alegre/RS, CEP 91712-320, menores de 18 anos estariam laborando "em horário noturno... 18h a 1h principalmente sexta-feira, sábado e domingo";

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, viola o teor do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, dos artigos 403, parágrafo único, 404 e 405, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho, e da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), constante do Decreto nº 6.481/2008;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de MARIZA LOPES GARCIA - ME, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003979.2017.04.000/1;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.435, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando, com base em denúncia apresentada em face da empresa REDEBRASIL GESTÃO DE ATIVOS LTDA (Nome Fantasia: REDE SUL), inscrita no CNPJ: 03.681.777/0001-57, localizada na Praça XV de novembro, nº 16, 13º andar, Bairro Centro, Porto Alegre/RS, CEP 90020-080, notícia de ocorrência de assédio moral;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar as disposições contidas nos artigos 1º, III, e 5º, X, da Constituição da República;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de REDEBRASIL GESTÃO DE ATIVOS LTDA (Nome Fantasia: REDE

SUL), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004058.2017.04.000/6;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.536, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando;

O teor de denúncia apresentada no site eletrônico do MPT em face do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - GOVERNO DO ESTADO (Nome Fantasia: RS GOV GABINETE DO GOVERNADOR), inscrito no CNPJ sob nº 87.934.675/0001-96, com endereço na Rua Marechal Deodoro, s/nº, Bairro Centro, Porto Alegre/RS, noticiando irregularidades relativas ao trabalho em altura sem equipamento de segurança no âmbito do lº Batalhão de Polícia Militar, localizado na Rua Dezessete de Junho, 387, Bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, violam disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, inciso XXII, na Norma Regulamentadora nº 35, do Ministério do Trabalho e Emprego;;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; Norma Regulamentadora nº 06 e 17 do Ministério do Trabalho e Emprego

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - GOVERNO DO ESTADO (Nome Fantasia: RS GOV GABINETE DO GOVERNADOR), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004405.2017.04.000/7;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.544, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando que a fiscalização do trabalho lavrou o Auto de Infração 21.267.702-1 em face de LOBECK AUTOMAÇÃO LTDA, CNPJ 01.918.118/0001-66, com endereço à Avenida Dom Helder Câmara, 8334, bairro Piedade, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20751-003 por deixar de submeter trabalhador exposto a risco e/ou portador de doença crônica a avaliação clínica, integrante do exame médico periódico, a cada ano ou deixar de submeter o trabalhador a avaliação clínica, integrante do exame médico periódico, em intervalo menor que um ano, por critério do médico encarregado do exame ou por notificação do auditor-fiscal do trabalho ou por previsão em negociação coletiva;

que a prática, em tese, dentre outros, viola o disposto na Constituição Federal, art. 7º, inciso XXII, e no art. 168, § 3º, da CLT c/c item 7.4.3.2,m alínea a.1 da NR nº 07, do Ministério do Trabalho e Emprego;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de LOBECK AUTOMAÇÃO LTDA, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004457.2017.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.607, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando;

denúncia no sentido de que a pessoa jurídica de direito privado Marson Serviços Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 07.204.421/0001-83, localizada na Rua João Batista Gonzatti, nº 168, Bairro Medianeira, Eldorado do Sul/RS, teria orientado trabalhador a ajuizar ação simulada perante a Justiça do Trabalho;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam o disposto nos artigos 17 e 80 do Código de Processo Civil;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de Marson Serviços Ltda., a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos do Procedimento Preparatório nº 004660.2017.04.000/2;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.648, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando;

o teor de denúncia formulada em face do ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA CRUZ (Nome Fantasia: ESCOLINHA WLANIR PORTO), inscrita no CNPJ sob o nº 91.376.525/0001-81, com sede na RUA RF , 227, Bairro SERRARIA, CEP 91780-430, Porto Alegre/RS, no sentido de que haveria adulteração da anotação e controle de jornada;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola disposições do artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, e do artigo 74 do Decreto-Lei nº 5.452/1943(Consolidação das Leis do Trabalho);

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SANTA CRUZ (Nome Fantasia: ESCOLINHA WLANIR PORTO), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004705.2017.04.000/9;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.714, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando, com base em denúncia apresentada, notícia de que a FUNDAÇÃO DE SAÚDE SAPUCAIA DO SUL (Nome Fantasia: FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETÚLIO VARGAS), inscrita no CNPJ sob nº 13.183.513/0001-27, estaria retendo carteira de trabalho (CTPS) de trabalhador após o término da relação de trabalho;

que a prática descrita implica, em tese, afronta a disposições constitucionais e legais, em especial ao disposto no artigo 53 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho);

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da FUNDAÇÃO DE SAÚDE SAPUCAIA DO SUL (Nome Fantasia:

FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETÚLIO VARGAS), inscrita no CNPJ sob nº 13.183.513/0001-27, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004906.2017.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.740, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

com base em denúncia protocolizada perante esta Procuradoria, em face da empresa ALERT BPO SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (Nome Fantasia: ALERT BRASIL TELEATENDIMENTO), inscrita no CNPJ sob o nº 22.116.625/0002-37, localizada na Avenida A J Renner, nº 20, Bairro Farrapos, Porto Alegre/RS, CEP 90.245-000, referindo a dificuldade enfrentada pelos trabalhadores da empresa para ingressar e sair do ambiente de trabalho por causa das catracas da portaria;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de ALERT BPO SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004901.2017.04.000/1;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.741, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando;

que foi apresentada denúncia no site eletrônico do MPT em face ADÃO E DUARTE DE VASCONSELOS - ME (Nome Fantasia: SUPERMERCARDO VASCONSELOS), CNPJ: 11.168.430/0001-33, com endereço na Rua DOS PESCADORES, 290, Bairro ITAPUÃ, Viamão/RS, noticiando irregularidades relativas a trabalho proibido em razão da idade (inferior a 16 anos), retenção da CTPS, jornada extraordinária e falta de concessão de intervalos intrajornada e interjornada;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, incisos XIII, e XXXIII e no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 29, 41, 66 e 71;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; Norma Regulamentadora nº 06 e 17 do Ministério do Trabalho e Emprego

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do empreendimento ADÃO E DUARTE DE VASCONSELOS - ME (Nome Fantasia: SUPERMERCARDO VASCONSELOS), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004904.2017.04.000/8;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.743, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando;

que apresentada denúncia em face da empresa SIMONE CAMPOS & CAMPOS SEGURANCA E SINALIZAÇÃO LTDA., (Nome Fantasia: TELBRAS), inscrita no CNPJ sob nº 07.278.378/0001-09, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 3285, Bairro Niterói, Canoas/RS, noticiando o labor em atividades insalubres;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam disposições contidas no artigo 7º, incisos XXII, da Constituição Federal, no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigo 189, bem como na Normas Regulamentadora (NR) nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de SIMONE CAMPOS & CAMPOS SEGURANCA E SINALIZAÇÃO LTDA., (Nome Fantasia: TELBRAS), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004942.2017.04.000/2;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.777, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando que a fiscalização do trabalho autuou a pessoa jurídica de direito privado DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 06.271.093/0001-75, com sede na Rua dos Andradas, 1600, Bairro Centro, Porto Alegre/RS, por ultrapassar o limite máximo de 10 (dez) horas diárias na compensação da duração do trabalho (auto de infração nº 21.330.715-4); deixar de conceder período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho (auto de infração nº. 21.330.748-1) e deixar de conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 (seis) horas (auto de infração nº 21.330.749-9);

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar o disposto na Constituição Federal, art. 7º, inciso XIII e no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 66 e 71, que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA., CNPJ: 06.271.093/0001-75, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos do Procedimento Preparatório nº 005040.2017.04.000/4;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 473, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a instituição do Sistema de Mapeamento da Justiça Federal - SISMAPA e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a competência do Conselho da Justiça Federal de órgão central do Sistema da Justiça Federal, estabelecida no art. 105, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e no disposto no art. 3º da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008;

CONSIDERANDO a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei n. 12.527/2011;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 76, de 12 de maio de 2009, que versa acerca dos princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências, bem como o Provimento n. 49, de 18 de agosto de 2015, da Corregedoria Nacional de Justiça, o qual institui e regulamenta o Módulo de Produtividade Mensal do Poder Judiciário dos juízes e serventias judiciárias;

CONSIDERANDO a Resolução n. CJF-RES-2016/00400, de 4 de maio de 2016, que dispõe sobre a instituição do Observatório da Estratégia da Justiça Federal como repositório oficial de informações da Justiça Federal, cria o Índice de Governança da Justiça Federal - iGovJF e dá outras providências;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSIDERANDO a Carta JF 2020 - Compromissos por uma Justiça Federal acessível, rápida e efetiva, assinada durante o I Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal, realizado em 27 de agosto de 2015, em Brasília;

CONSIDERANDO o decidido na 6ª Reunião do Comitê Gestor da Estratégia da Justiça Federal - COGEST, ocorrida no dia 31 de agosto de 2017, em Brasília;

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. CJF-ADM-2017/00342, na sessão realizada em 12 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1° Instituir o Sistema de Mapeamento da Justiça Federal - SISMAPA com informações oficiais sobre a movimentação processual e a localização das unidades judiciais.

Art. 2° O SISMAPA disponibilizará as seguintes informações:

I - identificação das unidades judiciárias;

II - municípios sedes de jurisdição;

III - órgãos judicantes;

IV - competência jurisdicional;

V - nome dos magistrados em exercício na unidade judiciária;

VI - nome do diretor de secretaria;

VII - jurisdição territorial;

VIII - localização da unidade judiciária;

IX - movimentação processual (casos novos, baixados e pendentes);

X - índice de atendimento à demanda (baixados/casos novos);

XI - quantitativo de processos sobrestados, suspensos ou em arquivo provisório.

Parágrafo único. Outras informações poderão ser acrescidas ao rol descrito no caput.

Art. 3º Os tribunais regionais federais deverão:

I - garantir o envio tempestivo e consistente dos dados, de modo a permitir a divulgação atual e confiável das informações;

II - dar conhecimento do SISMAPA a todas as unidades que estão sob sua jurisdição;

III - informar à presidência do Conselho da Justiça Federal, em até 90 dias, os procedimentos adotados para validação ou correção dos dados constantes no sistema;

IV - manter mecanismos de atualização de informações para garantir a fidedignidade dos dados.

Art. 4° Caberá à Secretaria de Estratégia e Governança a gestão do SISMAPA e à Secretaria de Tecnologia da Informação a disponibilidade e as manutenções corretivas e evolutivas do sistema.

Parágrafo único. O endereço virtual do SISMAPA será o www2.cjf.jus.br/sismapa e deverá ser disponibilizado no site do Conselho da Justiça Federal e dos tribunais regionais federais.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

PORTARIA Nº 467, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os prazos processuais no período de 20 de dezembro de 2017 a 19 de janeiro de 2018 e acerca do horário de expediente de 8 a 31 de janeiro de 2018.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e de acordo com o inciso I do art. 62 da Lei n. 5.010/1966 e no art. 220 do Código de Processo Civil, resolve:

Art. 1º Comunicar que os prazos processuais ficarão suspensos no período de 20 de dezembro de 2017 a 19 de janeiro de 2018.

Art. 2º No período de 8 a 31 de janeiro de 2018, o horário de expediente será das 13 às 18 horas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

CERTIDÕES DE JULGAMENTOS

PROCESSO N. CJF-ADM-2017/00034
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 12/12/2017
ASSUNTO: REFERENDO DO ENCAMINHAMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES DAS UNIDADES DA JUSTIÇA FEDERAL REFERENTES AOS MESES DE OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2017 E DAS EDIÇÕES DAS RESOLUÇÕES N. CJF-RES-2017/00463, 464, 465, 466 E 467.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou o encaminhamento das solicitações de créditos adicionais suplementares aos órgãos competentes, bem como as edições das Resoluções n. CJF-RES-2017/00463, 464, 465, 466 e 467."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Hilton Queiroz, André Fontes, Cecília Marcondes, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e a Dra. Adriana Medeiros Gurgel de Faria (Representante do Ministério Público Federal).

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-EOF-2017/00233
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ
INTERESSADOS: Tribunal Regional Federal da 1ª Região e Seção Judiciária de Mato Grosso
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 12/12/2017
ASSUNTO: REFERENDO DO DESPACHO N. CJF-DES-2017/16991, QUE AUTORIZOU A AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO E, CONSEQUENTEMENTE, A ALTERAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA 1ª REGIÃO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CJF N. 72, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou o Despacho n. CJF-DES-2017/16991, de 23 de novembro de 2017."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Hilton Queiroz, André Fontes, Cecília Marcondes, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e a Dra. Adriana Medeiros Gurgel de Faria (Representante do Ministério Público Federal).

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-PPN-2016/00008
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 12/12/2017
ASSUNTO: ANTEPROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS VAGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NO QUADRO PERMANENTE DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO EM CARGOS DE JUIZ DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E ALTERA A LEI N. 9.967, DE 10 DE MAIO DE 2000.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por indicação da relatora, retirou o processo de pauta."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Hilton Queiroz, André Fontes, Cecília Marcondes, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e a Dra. Adriana Medeiros Gurgel de Faria (Representante do Ministério Público Federal).

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-EOF-2015/00171
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ
INTERESSADOS: Tribunais Regionais Federais das 2ª e 5ª Regiões
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 12/12/2017
ASSUNTO: REFERENDO DO DESPACHO N. CJF-DES-2017/17872, QUE AUTORIZOU A ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL E DOS PLANOS DE AÇÃO ANUAIS DOS CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE A JUSTIÇA FEDERAL, O BANCO DO BRASIL E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - EXERCÍCIO 2017, NOS TERMOS DO ARTIGO 10, INCISO XXIII, DO REGIMENTO INTERNO DO CJF, EM RAZÃO DOS PLEITOS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DAS 2ª E 5ª REGIÕES.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou o Despacho n. CJF-DES-2017/17872, de 6 de dezembro de 2017."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Hilton Queiroz, André Fontes, Cecília Marcondes, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e a Dra. Adriana Medeiros Gurgel de Faria (Representante do Ministério Público Federal).

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-ADM-2016/00399.02
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 12/12/2017
ASSUNTO: RELATÓRIO FINAL DA AUDITORIA REALIZADA NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO PELA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, POR DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N. CJF-POR-2017/00069, DE 2 DE MARÇO DE 2017.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou o Relatório Final da Auditoria realizada no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos do voto da relatora."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Hilton Queiroz, André Fontes, Cecília Marcondes, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e a Dra. Adriana Medeiros Gurgel de Faria (Representante do Ministério Público Federal).

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-PPN-2016/00001
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ
INTERESSADO: Conselho da Justiça Federal
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 12/12/2017
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução, nos termos do voto da relatora."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Hilton Queiroz, André Fontes, Cecília Marcondes, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e a Dra. Adriana Medeiros Gurgel de Faria (Representante do Ministério Público Federal).

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CF-PCO-2012/00009
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro MAURO CAMPBELL MARQUES
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
ADVOGADO DO RECORRENTE: Dr. Valter Ferreira Xavier Filho (OAB/DF 3.137)
RECORRIDO: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
INTERESSADO: Ministério Público Federal
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 12/12/2017
ASSUNTO: RECURSO DISCIPLINAR DE MAGISTRADO CONTRA ATO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Conselheiro Paulo de Tarso Sanseverino pelo provimento do recurso, e o voto da Conselheira Isabel Gallotti pelo parcial provimento do recurso, no sentido de que seja aplicada a pena de advertência, bem como o voto antecipado da Conselheira Cecília Marcondes acompanhando o relator, pediu vista o Conselheiro Hilton Queiroz. Não votou o Conselheiro Raul Araújo em razão de seu antecessor ter sido o relator da matéria. Aguardam os Conselheiros André Fontes, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt, Humberto Martins e Laurita Vaz."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Hilton Queiroz, André Fontes, Cecília Marcondes, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e a Dra. Adriana Medeiros Gurgel de Faria (Representante do Ministério Público Federal).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CF-PPN-2012/00019
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 12/12/2017
ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. CF-RES-2012/00221, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto do relator pela aprovação da proposta de alteração da Resolução n. CF-RES-2012/00221 e o voto antecipado, no mesmo sentido, da Conselheira Cecília Marcondes, pediu vista antecipada o Conselheiro Raul Araújo. Aguardam os Conselheiros Isabel Gallotti, Hilton Queiroz, André Fontes, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt, Humberto Martins e Laurita Vaz."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Hilton Queiroz, André Fontes, Cecília Marcondes, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e a Dra. Adriana Medeiros Gurgel de Faria (Representante do Ministério Público Federal).

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CF-PCO-2012/00008
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro MAURO CAMPBELL MARQUES
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro THOMPSON FLORES
ADVOGADO DO RECORRENTE: Dr. José Eduardo Rangel de Alckmin (OAB/DF 2.977)
RECORRIDO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
INTERESSADO: Ministério Púbico Federal
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 12/12/2017
ASSUNTO: RECURSO DISCIPLINAR DE MAGISTRADO CONTRA ATO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo no julgamento, o Conselho, por unanimidade, rejeitou a arguição de impedimento do Conselheiro Hilton Queiroz suscitada pelo recorrente e, após o voto do Conselheiro Thompson Flores pelo provimento do recurso, no mérito, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Paulo de Tarso Sanseverino, e os votos antecipados dos Conselheiros Cecília Marcondes e Humberto Martins, que acompanharam integralmente o relator, pediu vista a Conselheira Isabel Gallotti. Não votou o Conselheiro Raul Araújo em razão de o seu antecessor ter sido o relator da matéria. Aguardam os Conselheiros Hilton Queiroz, André Fontes, Manoel de Oliveira Erhardt e Laurita Vaz."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Hilton Queiroz, André Fontes, Cecília Marcondes, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e a Dra. Adriana Medeiros Gurgel de Faria (Representante do Ministério Público Federal).

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-ADM-2017/00342
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro THOMPSON FLORES
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 12/12/2017
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE MAPEAMENTO DA JUSTIÇA FEDERAL - SISMAPA.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução, nos termos do voto do relator."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Hilton Queiroz, André Fontes, Cecília Marcondes, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e a Dra. Adriana Medeiros Gurgel de Faria (Representante do Ministério Público Federal).

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-ADM-2013/00121
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro THOMPSON FLORES
INTERESSADA: Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 12/12/2017
ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL - AJUFE, EM FACE DA DECISÃO DO COLEGIADO, NA SESSÃO DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017, NO QUE CONCERNE À METODOLOGIA DE CÁLCULO REFERENTE AO PAGAMENTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS DA PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA - PAE.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por indicação do relator, decidiu adiar o julgamento da matéria."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Hilton Queiroz, André Fontes, Cecília Marcondes, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e a Dra. Adriana Medeiros Gurgel de Faria (Representante do Ministério Público Federal).

LAURITA VAZ
Presidente do Conselho

CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 369, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017 (*)

Dispõe sobre a instituição do Centro Nacional e Local de Inteligência da Justiça Federal e dá outras providências.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais constantes no art. 8º, inc. I, da Lei n. 11.798/2008 e art. 17, inc. VIII e XVIII, e art. 21, inc. I, do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, e

CONSIDERANDO o item 4 do macrodesafio do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para os anos 2015/2020 "gestão de demandas repetitivas e grandes litigantes", o qual se refere à redução do acúmulo de processos relativos a litigância serial, advinda dos entes públicos e sistema financeiro, entre outros, visando reverter a cultura excessiva da judicialização;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 235, de 13 de julho de 2016, cujo escopo é a padronização e a publicidade de processos que ensejam a criação de precedente vinculante e dos respectivos processos suspensos;

CONSIDERANDO os dados do Conselho Nacional de Justiça, consolidados no trabalho "Justiça em Números" do ano de 2016, demonstrando que o Brasil atingiu a marca de 102 milhões de processos em tramitação;

CONSIDERANDO, apesar de todo o esforço concentrado do Poder Judiciário, que o crescimento acumulado de demandas desde 2009 foi de 19,4% e que, "mesmo que o Poder Judiciário fosse paralisado sem ingresso de novas demandas, com a atual produtividade de magistrados e servidores, seriam necessários aproximadamente 3 anos de trabalho para zerar o estoque";

CONSIDERANDO o elevado número de processos pendentes de julgamento, que, no ano de 2015, alcançou a marca de 74 milhões e que o volume de processos continua a crescer apesar da melhora de produtividade dos magistrados, que sentenciaram uma média de 1.564 processos no ano de 2013, a título de exemplo;

CONSIDERANDO o progressivo aumento anual das taxas de congestionamento processual e que o sistema judicial contemporâneo tem de enfrentar o maior volume de processos da sua história;

CONSIDERANDO a possibilidade de aumento no ajuizamento de ações judiciais na Justiça Federal, em razão das reformas constitucional e legislativas em andamento no Congresso Nacional no ano de 2017;

CONSIDERANDO que o expressivo acervo processual da Justiça brasileira possui a característica peculiar de englobar, no seu conteúdo, os chamados repeat player, ou litigantes habituais;

CONSIDERANDO que o fenômeno processual denominado "demandas repetitivas" contra o Poder Público representa sensível problema da Justiça brasileira consubstanciado no ajuizamento de demandas semelhantes (mesma tese jurídica) por centenas ou milhares de vezes, tendo, como objeto principal, ações e omissões da Adminsitração Pública;

CONSIDERANDO a premente necessidade de se buscar a origem dos conflitos e o estabelecimento de rotinas que garantam a uniformização da jurisprudência nos Tribunais Regionais Federais e no Superior Tribunal de Justiça, com critérios objetivos de identificação de precedentes que sejam ampla e especificamente divulgados e publicizados;

CONSIDERANDO a importância de que haja um sistema de monitoramento das demandas desde a sua origem, nos juízos de primeiro grau, de modo a oportunizar a utilização do "sistema multiportas" e o "sistema de precedentes" adotados pelo Código de Processo Civil de 2015;

CONSIDERANDO a criação pelo Código de Processo Civil de 2015 do incidente de resolução de demandas repetitivas para os tribunais de segunda instância e o fortalecimento da sistemática do incidente de assunção de competência para todos os tribunais e dos recursos repetitivos para os tribunais superiores, espécies de precedentes vinculantes, que possuem o desafiador objetivo de preencher lacunas procedimentais do Poder Judiciário com a finalidade de garantir a realização de direitos em prazo razoável e de forma efetiva;

CONSIDERANDO que o Código de Processo Civil de 2015, com a criação do modelo de precedentes, privilegia a definição de teses jurídicas pelos tribunais ordinários e superiores de forma a permitir uma cadeia de atos judiciais e administrativos em busca da eficiência, da celeridade e da racionalidade de julgamentos;

CONSIDERANDO que a utilização dos institutos alternativos às ações coletivas, como o incidente de resolução de demandas repetitivas e o recurso repetitivo, exige maior conhecimento e controle das demandas em tramitação no Poder Judiciário (ou com potencial de tramitação) para a necessária utilização eficiente desses mecanismos de julgamento coletivizado;

CONSIDERANDO a necessidade de investimento na organização dos precedentes para que magistrados, membros do ministério público, advogados e partes possam consultar, de forma objetiva e direta, quais são os precedentes vinculantes do respectivo tribunal de forma a manter uma ordem evolutiva de possível alteração jurisprudencial;

CONSIDERANDO "ser fato notório que a ausência de critérios objetivos para a identificação de qual é a posição dos tribunais com relação a determinado tema incita a litigiosidade processual"; e

CONSIDERANDO a necessidade de a Justiça Federal possuir um centro de inteligência com as finalidades, dentre outras, de almejar meios para a identificação de demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade que permitam a utilização de mecanismos de composição de conflitos massivos, bem como a busca das melhores práticas administrativas na identificação de matérias passíveis de serem submetidas ao rito dos casos repetitivos ou da assunção de competência, com sua consequente organização e divulgação, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, nos termos desta portaria.

Art. 2º O Centro Nacional de Inteligência tem por competências:

I - quanto ao monitoramento das demandas judiciais:

a) trabalhar na prevenção dos motivos que ensejam o ajuizamento de demandas judiciais repetitivas ou de massa, a partir da identificação das possíveis causas geradoras do litígio;

b) acompanhar e monitorar o ajuizamento de demandas judiciais repetitivas ou de massa na Justiça Federal, a partir de relatórios a serem elaborados pelos Grupos Locais, com a finalidade de propor soluções para os conflitos e prevenir futuros litígios;

c) emitir notas técnicas referentes às demandas judiciais repetitivas ou de massa, notadamente para a uniformização de procedimentos administrativos e jurisdicionais e para o aperfeiçoamento da legislação sobre a controvérsia em debate;

d) sugerir à Presidência dos Tribunais Regionais Federais e ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização a adoção de mutirões de julgamentos de processos que versem sobre idêntica matéria, bem como propor soluções de natureza não jurisdicional em face de conflitos repetitivos ou de massa;

e) propor medidas para o aperfeiçoamento procedimental das rotinas cartorárias dos Tribunais Regionais Federais no processamento de feitos que tenham recebido a mesma solução;

f) fomentar a implementação de medidas preventivas e de projetos de soluções alternativas de conflitos;

g) coordenar a instalação e supervisionar o funcionamento dos Centros Locais de Inteligência no âmbito dos Tribunais Regionais Federais brasileiros, bem como a comunicação entre eles e os Núcleos de Gerenciamento de Precedentes dos Tribunais Regionais Federais;

h) propor ou realizar estudos sobre as causas e consequências do excesso de litigiosidade na Justiça Federal;

i) organizar reuniões e propor encontros e seminários com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, de organizações da sociedade civil, das universidades, de estudiosos e outros que, de qualquer modo, possam contribuir para o debate e apresentação de propostas que visem ao aprimoramento da prestação jurisdicional na matéria relacionada às atribuições do Centro Nacional;

j) realizar audiências públicas visando à busca de subsídios para estudo dos temas submetidos à sua apreciação.

II - quanto ao gerenciamento de precedentes:

a) subsidiar a seleção de recurso especial e/ou extraordinário representativo da controvérsia, nos termos do art. 1.036, caput e § 1º, do CPC, pelo presidente ou vice-presidente dos Tribunais Regionais Federais, com a apresentação de dados do impacto numérico (quantidade de processos ajuizados e suspensos e/ou de pessoas abrangidas) e/ou do impacto financeiro relacionados a processos em tramitação fundados em idêntica questão de direito;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) subsidiar a afetação de recurso repetitivo e admissão do IRDR, respectivamente, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelos Tribunais Regionais Federais, com a apresentação de dados do impacto numérico (quantidade de processos ajuizados e suspensos e/ou de pessoas abrangidas) e/ou do impacto financeiro relacionados a processos em tramitação fundados em idêntica questão de direito;

c) subsidiar possível alteração de entendimento firmado em casos repetitivos (recursos repetitivos e IRDR) pelo Superior Tribunal de Justiça e pelos Tribunais Regionais Federais com a apresentação de fatos e dados que justifiquem a revisão do precedente;

d) indicar ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais situações fáticas ou jurídicas identificadas em processos em tramitação, que podem estar dificultando a aplicação do entendimento firmado em casos repetitivos a processos correlatos;

e) subsidiar a admissão de IAC pelo Superior Tribunal de Justiça e pelos Tribunais Regionais Federais, com a apresentação de fatos e dados que indiquem, em processos em tramitação, os requisitos do art. 947 do CPC;

f) propor a padronização, em todas as instâncias e graus de jurisdição, da gestão dos processos suspensos em razão da admissão de incidentes de demandas repetitivas ou afetação de processos ao regime de julgamento dos recursos repetitivos ou de recursos extraordinários com repercussão geral, nos termos da Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016.

Art. 3º O Centro Nacional de Inteligência será integrado por dois grupos divididos em razão das competências institucionais de seus membros: Grupo de Decisão e Grupo Operacional.

Art. 4º Integram o Grupo de Decisão:

I - o ministro diretor do Centro de Estudos Judiciários, que o presidirá;

II - um ministro representante da Comissão Gestora de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça; e

III - os cinco presidentes das Comissões Gestoras de Precedentes dos Tribunais Regionais Federais.

§ 1º Compete ao Grupo de Decisão dar as diretrizes de trabalho do Centro Nacional e apreciar os assuntos apresentados pelo Grupo Operacional.

§ 2º O Grupo de Decisão será secretariado pelo juiz coordenador do Grupo Operacional com o auxílio do secretário do Centro de Estudos Judiciários.

Art. 5º Integram o Grupo Operacional:

I - os cinco juízes federais indicados pelos respectivos Tribunais Regionais Federais entre aqueles com experiência em gestão de demandas repetitivas ou conciliação;

II - os cinco juízes federais, coordenadores do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes dos Tribunais Regionais Federais; e

III - um juiz federal da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, indicado pelo seu presidente.

§ 1º Caberá ao ministro diretor do Centro de Estudos Judiciários indicar o juiz coordenador do Grupo Operacional dentre os indicados nos inc. I, II e III.

§ 2º O secretário-geral do Conselho da Justiça Federal e os assessores-chefe do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais participarão das reuniões do Grupo Operacional como colaboradores.

§ 3º O Grupo Operacional será secretariado pelo titular da Secretaria do Centro de Estudos Judiciários.

Art. 6º O Grupo Operacional realizará reuniões ordinárias presenciais com periodicidade bimestral, na sede do Conselho da Justiça Federal ou em outro local que venha a ser proposto pelos seus membros, os quais indicarão a pauta, e reuniões extraordinárias, por convocação do presidente do Grupo de Decisão.

Parágrafo único. O Grupo Operacional poderá propor alternativas para funcionamento virtual das atividades do Centro Nacional e dos Centros Locais de Inteligência.

Art. 7º O Centro Nacional de Inteligência poderá sugerir ao Conselho da Justiça Federal e aos Tribunais Regionais Federais o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que permitam a melhor identificação de demandas judiciais repetitivas e de massa na Justiça Federal.

Art. 8º Para dotar o Centro Nacional de Inteligência dos meios necessários ao fiel desempenho de suas atribuições e para que sejam atingidos seus propósitos, poderão ser firmadas parcerias ou convênios com órgãos e entidades públicas.

Art. 9º Cada Seção Judiciária terá um Centro Local de Inteligência, com a estrutura adaptada às possibilidades de cada Região, preferencialmente integrada às centrais de conciliação.

Art. 10 Compete aos Centros Locais de Inteligência:

I - apresentar ao Centro Nacional, mediante iniciativa própria ou por solicitação, fatos e dados inerentes a demandas judiciais repetitivas ou com grande repercussão social para subsidiar os trabalhos na atuação estratégica de gestão processual e de precedentes;

II - identificar e monitorar, por meio de estudos e levantamentos, incluindo dados estatísticos, as demandas judiciais repetitivas ou de massa, bem como os temas que apresentam maior número de controvérsias;

III - propor ou realizar estudos sobre as causas, consequências do excesso de litigiosidade e estimativa de custo econômico das demandas identificadas no âmbito de competência jurisdicional da Seção;

IV - convidar as partes e advogados, públicos ou privados, com o objetivo de buscar a rápida solução para litígios que estejam impactando negativamente uma ou mais unidade jurisdicional;

V - propor ao Centro Nacional medidas concretas e normativas voltadas à modernização de rotinas processuais, organização, especialização e estruturação das unidades judiciárias atingidas pelo excesso de litigância, em integração com os Tribunais Regionais Federais e Cortes Superiores;

VI - elaborar propostas e ações coordenadas com instituições públicas visando ao combate da fragmentação na resolução dos conflitos;

VII - organizar reuniões e propor encontros e seminários com membros do Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, de organizações da sociedade civil, das universidades, de estudiosos e outros que, de qualquer modo, possam contribuir para o debate e apresentação de propostas que visem ao aprimoramento da prestação jurisdicional na matéria relacionada às atribuições do Centro Nacional.

Art. 11 A Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Estratégia e Governança do Conselho da Justiça Federal, respeitadas as disponibilidades técnicas e de pessoal, prestarão apoio ao Centro Nacional e aos Centros Locais, a partir de iniciativa do Grupo de Decisão.

Art. 12 Os integrantes do Centro Nacional e dos Centros Locais poderão ter apoio de especialistas de outros ramos científicos, como Economia, Sociologia, Estatística, entre outros, para análise dos dados e temas mapeados.

Art. 13 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MAURO CAMPBELL MARQUES

(*) Republicada por incorreção no original publicado no Diário Oficial da União de 25/09/2017, Seção 1, Páginas 115/116.

PORTARIA Nº 22, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a nova redação da Portaria CJF-PCG-2017/00020, que dispõe sobre o Regimento da VIII Jornada de Direito Civil do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL e Diretor do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF), com fundamento no art. 21, incs. III e IV, do Regimento Interno do CJF, resolve:

Art.1º Instituir a VIII Jornada de Direito Civil, a ser realizada pelo CEJ/CJF, em Brasília, nos dias 26 e 27 de abril de 2018.

DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Art. 2º A Jornada terá a Coordenação-Geral exercida pelo Ministro Diretor do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, com auxílio dos coordenadores científicos gerais e contará com a colaboração de Comissão Científica por ele nomeada, em portaria própria, composta de um presidente, um coordenador científico e um secretário executivo para cada Comissão de Trabalho.

Parágrafo único. A Comissão de Trabalho será assessorada por um Secretário Executivo. Os secretários executivos terão por função dar suporte administrativo à respectiva Comissão e apoio à Secretaria do CEJ.

Art. 3º Os membros da Comissão Científica da Jornada não serão remunerados, e as despesas decorrentes de sua participação poderão ser custeadas pelo Conselho da Justiça Federal, quando a participação demandar hospedagem e passagens aéreas.

Art. 4º A Comissão Científica reunir-se-á por convocação do Diretor do CEJ e terá as seguintes atribuições:

I - receber, analisar e aceitar as proposições de enunciados que serão submetidas às Comissões de Trabalho;

II - estabelecer a ordem de discussão, nas Comissões de Trabalho, das proposições de enunciados admitidas;

III - alterar a quantidade e o conteúdo das Comissões de Trabalho conforme critérios de adequação e de maior eficiência das atividades de exame e aprovação dos enunciados, considerando a respectiva quantidade de participantes;

VI - fazer a distribuição dos participantes entre as Comissões de Trabalho, observando, sempre que possível, suas preferências;

VII - organizar os trabalhos técnicos e administrativos durante a Jornada.

Parágrafo único. Para o desempenho das atribuições descritas neste artigo, serão realizadas reuniões entre os membros das Comissões Científicas, secretariadas pelo CEJ.

Art. 5º Incumbe aos Presidentes das Comissões de Trabalho:

I - iniciar e encerrar os trabalhos da Comissão de Trabalho, nos termos definidos pela programação da Jornada, que será previamente divulgada;

II - dirigir os debates e as votações;

III - relatar as proposições, com a colaboração do coordenador científico;

IV - desempatar;

V - zelar pela regularidade e civilidade dos trabalhos;

VI - apresentar, na sessão plenária da Jornada, as proposições de enunciados aprovadas na Comissão de Trabalho;

VII - decidir, no âmbito de sua competência, casos omissos deste regimento ou suscitar dúvida para decisão da Coordenação-Geral e Científica.

Art. 6º Incumbe aos Coordenadores Científicos:

I - registrar questões relevantes surgidas durante a defesa dos enunciados e debates respectivos;

II - organizar e apresentar as proposições de enunciados aprovadas e rejeitadas para leitura final na Comissão de Trabalho;

III - harmonizar, sempre que necessário, o texto da proposição aprovada, com a respectiva fundamentação, contando para isso com a colaboração do Relator da proposição;

IV - na falta do Presidente da Comissão, apresentar, na sessão plenária da Jornada, as proposições de enunciados aprovadas na Comissão de Trabalho;

V - auxiliar o Presidente em suas funções, sendo seu substituto eventual;

VI - encaminhar à Secretaria do CEJ a relação dos enunciados aprovados para publicação, com a justificativa.

DAS COMISSÕES DE TRABALHO

Art. 7º Os participantes da Jornada reunir-se-ão em Comissões de Trabalho, que abrangerão as seguintes temáticas:

I - Parte Geral;

II - Responsabilidade Civil;

III - Obrigações;

IV - Contratos;

V - Direito das Coisas;

VI - Família e sucessões.

VII - Reforma Legislativa.

Parágrafo único. A Comissão Científica poderá ampliar ou reduzir o número de Comissões de Trabalho, redistribuindo as proposições de enunciados e respectivos participantes para outras Comissões de Trabalho.

Art. 8º Participarão da Comissão de Trabalho:

I - membros da Comissão Científica;

II - os professores e doutrinadores nacionais e estrangeiros especialistas nas matérias inerentes às Comissões de Trabalho convidados e os que se inscreverem;

III - por indicação dos respectivos órgãos, membros dos tribunais regionais federais, tribunais de justiça, tribunais regionais do trabalho, Ministérios Públicos Federal e Estaduais, Procuradoria-Geral da República, Advocacia-Geral da União, Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal, Defensorias Públicas, Ordem dos Advogados do Brasil e associações de magistrados;

IV - mediante inscrição, no limite de vagas, os autores de proposições tempestivamente encaminhadas à Secretaria do CEJ e aceitas para discussão.

§ 1º Todos os participantes terão direito a voz e voto nas sessões das Comissões de Trabalho nas quais estiverem inscritos, e na votação final em plenário.

§ 2º O Conselho da Justiça Federal não arcará com despesas de deslocamento (diárias ou hospedagem e passagens aéreas).

DA APRESENTAÇÃO, RECEPÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ENUNCIADOS

Art. 9º Cada participante poderá apresentar três proposições de enunciados sobre interpretação do Código Civil, e uma proposta de reforma legislativa do Código Civil, sobre tema controverso.

§ 1º A proposta de reforma legislativa será considerada como uma comissão a parte, cabendo ao proponente cadastrar no sistema a proposta na comissão denominada Proposta de Reforma Legislativa, sob pena de não ser aceita para análise.

§ 2º .É vedada a coautoria de enunciados ou de autoria de pessoa jurídica.

Art. 10 As proposições deverão ser encaminhadas pelos participantes no prazo estabelecido pela Coordenação-Geral em formulário próprio do sistema eletrônico colocado à disposição dos interessados na página eletrônica do Conselho da Justiça Federal, devendo ser observados os padrões aqui fixados.

Parágrafo único. Somente será admitida a proposição de enunciado enviada eletronicamente, em tempo oportuno e com recebimento confirmado, conforme mensagem automática do sistema eletrônico.

Art. 11 As proposições de enunciados ou de reforma legislativa deverão seguir os seguintes parâmetros formais:

I - ser elaboradas em vernáculo, observada a norma culta, em editor de texto, conforme regras disponibilizadas no sistema Enunciados. Os títulos e os subtítulos deverão estar em negrito;

II - ser redigidas em orações diretas e objetivas, no máximo em 800 caracteres, com a indicação do dispositivo do Código com o qual a proposição guarda maior correlação;

III - ser acompanhadas de exposição de motivos, elaborada em conformidade com os padrões descritos no inc. I deste artigo com, no máximo, 1.600 caracteres, na qual o proponente apresentará os fundamentos teóricos da sua proposição, podendo citar, no corpo do texto, obras doutrinárias e textos jurisprudenciais, dispensadas a transcrição literal e notas de pé de página;

IV - no caso de apresentação de proposição que seja antagônica ou altere a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o participante deverá indicar a jurisprudência divergente, apresentando fundamentação e justificativa.

§ 1º O proponente deverá indicar, no frontispício do formulário, nome completo, endereços físico e eletrônico, telefones, profissão, instituição à qual está vinculado profissional ou academicamente.

§ 2º Não será admitida proposição de enunciado sobre matéria de competência específica das Jornadas de Direito Comercial e Processual Civil.

Art. 12 As proposições de enunciados serão recebidas pela Secretaria do CEJ, que analisará a adequação dos formulários aos requisitos formais indicados neste Regimento e enviará à Coordenação Científica apenas aquelas que atenderem a essas exigências, sem a indicação de autoria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Haverá possibilidade de saneamento de irregularidades formais dentro do prazo regimental de recebimento das proposições de enunciados.

Art. 13 As proposições de enunciados, após o cumprimento do disposto no artigo anterior, serão encaminhadas à Coordenação Científica para análise.

§ 1º A Secretaria do CEJ fará acompanhar cada proposição de um relatório com a indicação de suas correlações com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e a divergência ou similitude com enunciados aprovados anteriormente em outras Jornadas.

§ 2º No período de análises, a Comissão Científica agrupará os verbetes selecionados por temas, tomando por base os artigos legais referidos. Posteriormente, decidirá sobre os enunciados que serão encaminhados às Comissões de Trabalho, e definirá a ordem de discussão das proposições admitidas.

§ 3º Uma vez admitida a discussão pela Comissão Científica, a Secretaria do CEJ elaborará um caderno com as proposições de enunciados sem autoria que será encaminhada às Comissões de Trabalho.

Art. 14 As proposições de enunciados que tratarem de temas idênticos ou possuírem redação simétrica serão agrupados pela Comissão Científica em um mesmo bloco, para discussão simultânea.

Art. 15 Em até quinze dias úteis do início da Jornada, a Secretaria do CEJ enviará, exclusivamente por meio eletrônico, a todos os participantes as proposições dos enunciados referentes às respectivas Comissões de Trabalho, acompanhados da exposição de motivos.

Parágrafo único. O caderno com as proposições de enunciados não será entregue em meio impresso, cabendo a cada um dos participantes, independentemente de sua Comissão de Trabalho, providenciar sua cópia para acompanhamento dos trabalhos.

DA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 16 As proposições serão discutidas nas sessões das respectivas Comissões de Trabalho.

Art. 17 O participante só poderá se manifestar e votar na Comissão de Trabalho na qual está inscrito.

Art. 18 A Secretaria do CEJ elaborará a relação dos participantes presentes conforme as indicações prévias, sempre que possível, ficando cada um, a partir desse momento, vinculado àquela Comissão de Trabalho determinada.

Parágrafo único. O autor de proposições submetidas a mais de uma comissão fica vinculado à Comissão de Trabalho na qual está inscrito, vedadas a participação e a votação nas demais Comissões.

Art. 19 Os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:

I - o Presidente observará a ordem de discussão e relatará as proposições com auxílio do coordenador científico;

II - o Presidente fixará o limite de tempo para a discussão e encaminhamento de votação;

III - a proposição de enunciado submeter-se-á à votação e será considerada aprovada se obtiver mais de 2/3 dos votos, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão de Trabalho credenciados perante a Secretaria da Comissão.

§ 1º Em caso de proposições de enunciados agrupadas por simetria temática ou identidade de conteúdo, o coordenador científico esclarecerá previamente esse ponto, seguindo-se a palavra dos relatores.

§ 2º É peremptório o cumprimento do tempo de manifestação, não se admitindo prorrogação.

§ 3º Qualquer membro da Comissão de Trabalho poderá propor nova redação para o enunciado, que será votada como substitutiva.

§ 4º A Coordenação Científica pode, por unanimidade, alterar o quorum de deliberação previsto no inc. IV.

Art. 20 Ao final das atividades da Comissão de Trabalho, o presidente ou o coordenador científico fará a leitura das proposições dos enunciados aprovados e providenciará eventuais correções formais a fim de encaminhar o texto à plenária.

Parágrafo único. O encaminhamento das proposições de enunciados aprovados à sessão plenária far-se-á por meio de ata elaborada pela Comissão de Trabalho, conforme modelo a ser fornecido pela Secretaria do CEJ, com as seguintes informações:

I - número de participantes presentes na abertura dos trabalhos e definição do quorum das votações;

II - enunciados apresentados e sua aprovação, com ou sem mudança redacional, ou rejeição;

III - justificativa aprovada;

IV - ordem dos trabalhos e eventuais incidentes.

DA PLENÁRIA

Art. 21 No dia 27 de abril de 2018, sob a direção do Ministro Diretor do CEJ, será realizada plenária de encerramento para apresentação e votação das proposições aprovadas nas Comissões de Trabalho.

§ 1º A proposição em destaque será rejeitada pelo voto da maioria simples dos presentes, sendo o quorum apurado antes da apresentação dos enunciados de cada Comissão de Trabalho. O autor do destaque terá dois minutos para expor sua objeção e serão admitidas somente mais duas inscrições para defesa ou contrarrazões sobre a proposição em destaque.

§ 2º Salvo ajustes formais, não se admitirá a revisão do conteúdo do enunciado aprovado na sessão plenária.

§ 3º Para a votação na sessão plenária, serão distribuídos cartões de votação numerados ou equivalente eletrônico.

DA PUBLICAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DOS ENUNCIADOS

Art. 22 Os enunciados e as propostas legislativas aprovados na Jornada serão publicados, juntamente com as justificativas, as referências legislativas e a relação dos participantes de cada Comissão de Trabalho.

Parágrafo único. As propostas de reforma legislativa serão encaminhadas ao Congresso Nacional.

Art. 23 A edição da publicação eletrônica é de responsabilidade da Secretaria do CEJ, sob a supervisão da Comissão Científica, e ficará disponível na página do Conselho da Justiça Federal com acesso livre aos usuários.

Art. 24 A Secretaria do CEJ promoverá a publicação de versão eletrônica com a consolidação dos enunciados aprovados em todas as Jornadas de Direito Processual Civil.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 A Jornada, em sua sessão de abertura, será presidida pela Ministra Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal. O evento poderá incluir, em sua programação, palestras e painéis com juristas especialmente convidados para esse fim, que se manifestarão sobre temas conexos ao Direito Processual Civil.

Art. 26 Os enunciados aprovados na Jornada são de caráter meramente doutrinário-científico, não se confundindo com a posição do Conselho da Justiça Federal e de seu Centro de Estudos Judiciários, bem como de seus membros quando do exercício da função pública.

Art. 27 Os enunciados, uma vez aprovados com ou sem alteração em seu texto original, não mais se consideram de autoria do proponente e sim da respectiva Comissão de Trabalho. Na publicação dos enunciados não será dado crédito autoral ao proponente.

Art. 28 As reuniões da Comissão Científica poderão ser presenciais ou por videoconferência.

Art. 29 Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador-Geral.

Art. 30 Este regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Min. RAUL ARAÚJO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 801, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Homologa o concurso objeto do Edital nº 01/2017 e suspende a contagem do prazo de validade.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com base no art. 22, III e VII e 23, XXXI, da Resolução nº 792/2017 (Regimento Interno),

CONSIDERANDO a Portaria nº 671, de 13 de setembro de 2017, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que suspendeu a partir de 1º de novembro de 2017 a realização de provimentos de cargos efetivos vagos, no âmbito da Justiça Eleitoral, em razão das restrições de limites de gastos de que trata a Emenda Constitucional nº 95/2016, resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado final do Concurso Público objeto do Edital nº 01/2017.

Art. 2º Fica suspensa a contagem do prazo de validade do concurso, nos termos da Portaria TSE nº 671/2017, até autorização do Tribunal Superior Eleitoral para o provimento de cargos efetivos vagos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

NIVALDO BRUNONI
PEDRO LUIS SANSON CORAT
PAULO AFONSO DA MOTTA RIBEIRO
ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA NETO
JEAN CARLO LEECK

ELOISA HELENA MACHADO
Procuradora Regional Eleitoral

Des. LUIZ TARO OYAMA
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Des. ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA
Presidente do Tribunal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 283, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Homologar a 2ª Reformulação Orçamentária, exercício 2017, dos Conselhos Regionais de Biomedicina da 4ª e 5ª Regiões e a 1ª Reformulação Orçamentária, exercício 2017 do Conselho Regional de Biomedicina da 6ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA - CFBM, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X e XVI do artigo 10, da Lei n.º 6684/79, de 03 de setembro de 1979, com a modificação contida na Lei n.º 7017, de 30 de agosto de 1982 e, o disposto no artigo 12, incisos XI e XVII do Decreto n.º 88.439/83, de 28 de junho de 1983 e, cumprindo deliberação do Plenário em sua reunião realizada no dia 08 de Dezembro de 2017, resolve:

Artigo 1º - Homologar a 2ª Reformulação Orçamentária, exercício de 2017, dos Conselhos Regionais de Biomedicina da 4ª e 5ª Regiões, conforme resumos abaixo

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 4ª REGIÃO
2ª Reformulação Orçamentária - Exercício 2017

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	1.454.999,85	1.441.999,85
Receitas e Despesas de Capital	800.000,00	813.000,00
Total	2.254.999,85	2.254.999,85

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO
2ª Reformulação Orçamentária - Exercício 2017

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	1.459.250,00	1.437.250,00
Receitas e Despesas de Capital		22.000,00
Total	1.459.250,00	1.459.250,00

Artigo 2º - Homologar a 1ª Reformulação Orçamentária, exercício de 2017, do Conselho Regional de Biomedicina da 6ª Região, conforme resumo abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 6ª REGIÃO
1ª Reformulação Orçamentária - Exercício 2017

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	616.731,66	543.331,66
Receitas e Despesas de Capital		73.400,00
Total	616.731,66	616.731,66

SILVIO JOSE CECCHI
Presidente do Conselho

MAURÍCIO GOMES MEIRELLES
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 284, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprovar a 2ª Reformulação Orçamentária, exercício 2017, do Conselho Federal de Biomedicina.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA - CFBM, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X e XVI do artigo 10, da Lei n.º 6684/79, de 03 de setembro de 1979, com a modificação contida na Lei n.º 7017, de 30 de agosto de 1982 e, o disposto no artigo 12, incisos XI e XVII do Decreto n.º 88.439/83, de 28 de junho de 1983 e, cumprindo deliberação do Plenário em sua reunião realizada no dia 08 de Dezembro de 2017, resolve:

Artigo 1º - Aprovar a 2ª Reformulação Orçamentária, exercício de 2017, do Conselho Federal de Biomedicina, conforme resumo abaixo:

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA
2ª Reformulação Orçamentária - Exercício 2017

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	4.958.541,32	4.917.565,12
Receitas e Despesas de Capital	9.023,80	50.000,00
Total	4.967.565,12	4.967.565,12

SILVIO JOSE CECCHI
Presidente do Conselho

MAURÍCIO GOMES MEIRELLES
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 285, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Homologar os Orçamentos Programa, exercício de 2018, dos Conselhos Regionais de Biomedicina das 1ª., 2ª.,3ª.,4ª, 5ª e 6ª Regiões.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA - CFBM, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X e XVI do artigo 10, da Lei nº. 6.684/79, de 03 de setembro de 1979, com a modificação contida na Lei nº. 7.017 de 30 de agosto de 1982 e, o disposto no artigo 12 incisos XI e XVII do Decreto nº. 88.439/83, de 28 de junho de 1983 e, cumprindo deliberação do Plenário em sua reunião realizada no dia 08 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º - Homologar os Orçamentos - Programa para o exercício de 2018, dos Conselhos Regionais de Biomedicina das 1ª., 2ª., 3ª., 4ª., 5ª. e 6ª. Regiões, conforme resumos abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO
Orçamento Programa - Exercício 2018

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	14.020.000,00	14.000.000,00
Receitas e Despesas de Capital	1.780.000,00	1.800.000,00
Total	15.800.000,00	15.800.000,00

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 2ª REGIÃO
Orçamento Programa - Exercício 2018

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	3.594.112,00	3.524.112,00
Receitas e Despesas de Capital		70.000,00
Total	3.594.112,00	3.594.112,00

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 3ª REGIÃO
Orçamento Programa - Exercício 2018

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	5.150.803,82	4.613.010,06
Receitas e Despesas de Capital	61.646,93	599.440,69
Total	5.212.450,75	5.212.450,75

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 4ª REGIÃO
Orçamento Programa - Exercício 2018

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	1.424.383,63	1.208.983,63
Receitas e Despesas de Capital		215.400,00
Total	1.424.383,63	1.424.383,63

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 5ª REGIÃO
Orçamento Programa - Exercício 2018

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	1.770.952,00	1.735.952,00
Receitas e Despesas de Capital		35.000,00
Total	1.770.952,00	1.770.952,00

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 6ª REGIÃO
Orçamento Programa - Exercício 2018

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	1.386.262,00	1.318.262,00
Receitas e Despesas de Capital		68.000,00
Total	1.386.262,00	1.386.262,00

SILVIO JOSE CECCHI
Presidente do Conselho

MAURÍCIO GOMES MEIRELLES
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 286, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprovar o Orçamento Programa, exercício de 2018, do Conselho Federal de Biomedicina.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA - CFBM, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X e XVI do artigo 10, da Lei nº. 6.684/79, de 03 de setembro de 1979, com a modificação contida na Lei nº. 7.017 de 30 de agosto de 1982 e, o disposto no artigo 12 incisos XI e XVII do Decreto nº. 88.439/83, de 28 de junho de 1983 e, cumprindo deliberação do Plenário em sua reunião realizada no dia 08 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Orçamento - Programa para o exercício de 2018, do Conselho Federal de Biomedicina, conforme resumo abaixo:

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA
Orçamento Programa - Exercício 2018

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	5.469.302,69	5.200.000,00
Receitas e Despesas de Capital	30.697,31	300.000,00
Total	5.500.000,00	5.500.000,00

SILVIO JOSE CECCHI
Presidente do Conselho

MAURÍCIO GOMES MEIRELLES
Secretário-Geral

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 350, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do art. 43; resolve:

Art. 1º - O inciso II do parágrafo único art. 4º da Resolução CONFEF nº 344, de 17 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 4º - [...]

Parágrafo Único - Sem prejuízo das medidas descritas, os CREFs deverão:

[...]

II - oficiar as autoridades responsáveis pela apuração das ilegalidades para cumprimento dos requisitos de registro no Sistema CONFEF/CREFs e exercício ilegal da profissão até a data do conhecimento da ilegalidade pelo CREF, encaminhando, obrigatoriamente, cópias autenticadas dos documentos recebidos para registro no CREF."

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

RESOLUÇÃO Nº 351, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do art. 43; resolve:

Art. 1º - O inciso II do parágrafo único art. 4º da Resolução CONFEF nº 345, de 17 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 4º - [...]

Parágrafo Único - Sem prejuízo das medidas descritas, os CREFs deverão:

[...]

II - oficiar as autoridades responsáveis pela apuração das ilegalidades para cumprimento dos requisitos de registro no Sistema CONFEF/CREFs e exercício ilegal da profissão até a data do conhecimento da ilegalidade pelo CREF, encaminhando, obrigatoriamente, cópias autenticadas dos documentos recebidos para registro no CREF."

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.097, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Resolução nº 1.015, de 30 de junho de 2006, que aprova o Regimento do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso I, do Regimento do Confea, aprovado pela Resolução nº 1.015, de 30 de junho de 2006, e

Considerando o Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão do Sistema Confea/Crea, elaborado pela Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (Processo n° 00190.105249/2016-96) que aponta a necessidade de adoção de medidas visando a aprimorar a efetividade do Sistema Confea/Crea;

Considerando a Resolução nº 1.015, de 30 de junho de 2006, que aprova o Regimento do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar a organização e o funcionamento das sessões plenárias do Confea, de maneira a proporcionar celeridade e eficiência em assuntos de relevância institucional, resolve:

Art. 1º Alterar o caput dos arts. 90, 91, 92, 93, 94, 96, 112, 115, 128 e 149 do Anexo da Resolução n° 1.015, de 2006, que aprova o Regimento do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 14 de julho de 2006 - Seção 1, pág. 103 e 108, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 90. As sessões plenárias ordinárias são realizadas em número definido no calendário anual do Confea." (NR)

"Art. 91. A convocação da sessão plenária ordinária deve ser encaminhada ao conselheiro federal com antecedência mínima de dez dias da data de sua realização." (NR)

"Art. 92. A pauta da sessão plenária ordinária deve ser disponibilizada ao conselheiro federal para conhecimento com antecedência mínima de cinco dias da data de sua realização." (NR)

"Art. 93. A sessão plenária ordinária tem duração de um dia, com início às 9h e término até às 20h." (NR)

"Art. 94. A sessão plenária extraordinária é realizada mediante justificativa e pauta pré-definida, dentro do período de três dias contados da data da convocação, salvo em caso de apreciação de matéria eleitoral, que atende ao disposto em normativo específico." (NR)

"Art. 96. A sessão plenária extraordinária tem duração de um dia, com início às 9h e término até às 20h." (NR)

"Art. 112. As propostas de normativos referentes à atribuição de título, atividade no Sistema Confea/Crea, que não atingir dois terços de votos favoráveis deve retornar à Comissão de Educação e Atribuição Profissional e à Comissão de Organização, Normas e Procedimentos para reanálise." (NR)

"Art. 115. Toda decisão plenária deve, obrigatoriamente, ser assinada pelo presidente, no prazo máximo de dez dias após a realização da sessão plenária que a exarou." (NR)

"Art. 128. As reuniões ordinárias são realizadas em número definido no calendário anual de reuniões da comissão permanente." (NR)

"Art. 149. As reuniões ordinárias do Comitê de Avaliação e Articulação são realizadas de acordo com o calendário anual de reuniões do Confea." (NR)

Art. 2º Alterar os § 2o do art. 93, § 1o do art. 106, § 2o do art. 109, § 1o do art. 112, §§ 2o, 3o e 4o do art. 113 e § 3o do art. 115 do Anexo da Resolução n° 1.015, de 2006, que aprova o Regimento do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 14 de julho de 2006 - Seção 1, pág. 103 e 108, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 93. .....

§ 2º Excepcionalmente, em função da urgência ou do número de matérias pautadas, a mesa diretora dos trabalhos poderá postergar o término da sessão plenária ordinária por até uma hora." (NR)

"Art. 106. .....

§ 1º As matérias extras à pauta encaminhadas por conselheiro federal para conhecimento ou para apreciação do plenário devem ser previamente analisadas pelo presidente que autorizará sua inserção na ordem do dia enquanto que as matérias que possuírem deliberação devem ser inseridas na ordem do dia, independente de autorização do presidente." (NR)

"Art. 109. .....

§ 2º A votação é efetuada por sistema eletrônico, podendo ser realizada a chamada nominal em caráter excepcional." (NR)

"Art. 112. .....

§ 1º A Comissão de Organização, Normas e Procedimentos, após manifestação da Comissão de Educação e Atribuição Profissional, encaminhará a proposta de normativo à sessão plenária, apresentando novos argumentos que fundamentem sua apreciação pelo plenário." (NR)

"Art. 113. .....

§ 2º O conselheiro que pediu vista deve, obrigatoriamente, devolver o documento até a primeira sessão plenária ordinária do mês subsequente, acompanhado de voto fundamentado.

§ 3º Caso o conselheiro federal não apresente o voto fundamentado de pedido de vista na mesma sessão plenária, deverá informa-lo ao empregado responsável pela assistência ao Plenário, que providenciará e lhe disponibilizará acesso ao documento.

§ 4º Durante sessão plenária ordinária, quando da apreciação de matéria caracterizada como urgente ou cuja tramitação esteja vinculada a prazo estipulado, o pedido de vista será concedido para análise do documento por tempo determinado." (NR)

"Art. 115. .....

§ 3º Verificada a necessidade de correção de erro formal, o texto da decisão plenária deverá ser alterado, desde que a correção não configure alteração do mérito da matéria." (NR)

Art. 3º Incluir os §§ 1º, 2º e 3º no art. 102 do Anexo da Resolução n° 1.015, de 2006, que aprova o Regimento do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 14 de julho de 2006 - Seção 1, pág. 103 e 108, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 102. .....

§ 1º A ordem dos trabalhos pode ser alterada quando houver matéria urgente ou requerimento justificado acatado pelo Plenário após a verificação do quórum.

§ 2º Os trabalhos das sessões plenárias realizadas em dias subsequentes à outra sessão plenária serão constituídos apenas da ordem do dia, após a verificação do quórum.

§ 3º As matérias não apreciadas na sessão plenária serão obrigatoriamente inseridas na pauta da sessão plenária subsequente." (NR)

Art. 4º Revogar o § 1º do art. 93 e o parágrafo único do art. 102 do Anexo da Resolução n° 1.015, de 2006, que aprova o Regimento do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 14 de julho de 2006 - Seção 1, pág. 103 e 108.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES
Vice-Presidente
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 652, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Ementa: Aprova o Orçamento Programa do Exercício de 2018 dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia.

O CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, no uso das atribuições legais, considerando sua receita pública, resolve:

Art. 1º - APROVAR o Orçamento Programa e Programa de Trabalho dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia dos Estados de Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins, conforme quadro abaixo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2018

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	76.900.000,00	DESPESAS CORRENTES	70.762.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	24.712.500,00	DESPESAS DE CAPITAL	30.850.000,00
TOTAL	101.612.500,00	TOTAL	101.612.500,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO ACRE			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	1.314.000,00	DESPESAS CORRENTES	1.220.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	DESPESAS DE CAPITAL	94.000,00
TOTAL	1.314.000,00	TOTAL	1.314.000,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE ALAGOAS			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	3.491.431,90	DESPESAS CORRENTES	3.355.042,00
RECEITAS DE CAPITAL	187.610,10	DESPESAS DE CAPITAL	324.000,00
TOTAL	3.679.042,00	TOTAL	3.679.042,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO AMAPÁ			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	1.728.491,88	DESPESAS CORRENTES	1.269.491,88
RECEITAS DE CAPITAL	500.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	959.000,00
TOTAL	2.228.491,88	TOTAL	2.228.491,88

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO AMAZONAS			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	3.410.700,00	DESPESAS CORRENTES	3.254.700,00
RECEITAS DE CAPITAL	270.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	426.000,00
TOTAL	3.680.700,00	TOTAL	3.680.700,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DA BAHIA			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	14.600.000,00	DESPESAS CORRENTES	14.191.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	400.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	809.000,00
TOTAL	15.000.000,00	TOTAL	15.000.000,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO CEARÁ			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	7.949.000,00	DESPESAS CORRENTES	7.633.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.040.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	2.356.000,00
TOTAL	9.989.000,00	TOTAL	9.989.000,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO DISTRITO FEDERAL			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	7.332.000,00	DESPESAS CORRENTES	7.008.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	56.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	380.000,00
TOTAL	7.388.000,00	TOTAL	7.388.000,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	7.500.000,00	DESPESAS CORRENTES	7.473.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	DESPESAS DE CAPITAL	27.000,00
TOTAL	7.500.000,00	TOTAL	7.500.000,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE GOIÁS			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	10.846.000,00	DESPESAS CORRENTES	10.565.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	150.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	431.000,00
TOTAL	10.996.000,00	TOTAL	10.996.000,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO MARANHÃO			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	6.532.000,00	DESPESAS CORRENTES	6.236.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	60.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	355.500,00
TOTAL	6.592.000,00	TOTAL	6.592.000,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	29.629.181,70	DESPESAS CORRENTES	27.850.051,19
RECEITAS DE CAPITAL	41.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.820.130,51
TOTAL	29.670.181,70	TOTAL	29.670.181,70

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO MATO GROSSO			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	5.010.000,00	DESPESAS CORRENTES	4.980.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	590.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	620.000,00
TOTAL	5.600.000,00	TOTAL	5.600.000,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	5.650.653,90	DESPESAS CORRENTES	5.200.609,90
RECEITAS DE CAPITAL	79.578,00	DESPESAS DE CAPITAL	529.622,00
TOTAL	5.730.231,90	TOTAL	5.730.231,90

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARÁ			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	8.323.000,00	DESPESAS CORRENTES	8.245.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	DESPESAS DE CAPITAL	78.000,00
TOTAL	8.323.000,00	TOTAL	8.323.000,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DA PARAÍBA			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	5.490.718,00	DESPESAS CORRENTES	5.037.998,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.600.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	3.052.720,00
TOTAL	8.090.718,00	TOTAL	8.090.718,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	10.296.330,50	DESPESAS CORRENTES	9.939.830,50
RECEITAS DE CAPITAL	1.200.500,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.557.000,00
TOTAL	11.496.830,50	TOTAL	11.496.830,50

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PIAUÍ			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	2.400.000,00	DESPESAS CORRENTES	2.371.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	DESPESAS DE CAPITAL	29.000,00
TOTAL	2.400.000,00	TOTAL	2.400.000,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	18.827.400,00	DESPESAS CORRENTES	18.394.400,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	DESPESAS DE CAPITAL	433.000,00
TOTAL	18.827.400,00	TOTAL	18.827.400,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	28.014.333,21	DESPESAS CORRENTES	27.542.333,21
RECEITAS DE CAPITAL	-	DESPESAS DE CAPITAL	472.000,00
TOTAL	28.014.333,21	TOTAL	28.014.333,21

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	4.071.077,35	DESPESAS CORRENTES	3.861.077,35
RECEITAS DE CAPITAL	1.100.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.310.000,00
TOTAL	5.171.077,35	TOTAL	5.171.077,35

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	17.953.042,57	DESPESAS CORRENTES	17.758.542,57
RECEITAS DE CAPITAL	-	DESPESAS DE CAPITAL	194.500,00
TOTAL	17.953.042,57	TOTAL	17.953.042,57

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RONDÔNIA			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	3.306.450,90	DESPESAS CORRENTES	3.338.450,90
RECEITAS DE CAPITAL	842.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	810.000,00
TOTAL	4.148.450,90	TOTAL	4.148.450,90

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RORAIMA			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	1.021.377,59	DESPESAS CORRENTES	855.955,75
RECEITAS DE CAPITAL	-	DESPESAS DE CAPITAL	165.421,84
TOTAL	1.021.377,59	TOTAL	1.021.377,59

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	13.800.000,00	DESPESAS CORRENTES	13.645.400,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	DESPESAS DE CAPITAL	154.600,00
TOTAL	13.800.000,00	TOTAL	13.800.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	2.263.000,00	DESPESAS CORRENTES	2.178.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	993.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.078.000,00
TOTAL	3 . 256 .000,00	TOTAL	3 .2 56 .000,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	69.732.000,00	DESPESAS CORRENTES	69.295.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	DESPESAS DE CAPITAL	437.000,00
TOTAL	69 . 732 .000,00	TOTAL	69 . 732 .000,00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE TOCANTINS			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	2.580.000,00	DESPESAS CORRENTES	2.556.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	400.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	424.000,00
TOTAL	2. 980 .000,00	TOTAL	2. 980 .000,00

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO

Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 489, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Orçamento-Programa do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO para o exercício de 2018.

O Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, no uso das atribuições conferidas pelo inciso X do artigo 5º da Lei nº 6.316, de 17 de setembro de 1975, em sua 281ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2017, na subsede do COFFITO, situada na Rua Padre Anchieta, 2285, Edifício Delta Center, Salas 801/802, Bigorrilho, Curitiba/PR;

Considerando o interesse público expressado no Relatório Contábil nº 01/2017, apontando a necessidade de aprovação do Orçamento-Programa para o exercício de 2018 da Autarquia Federal; resolve:

Art. 1º - Aprovar o Orçamento-Programa para o exercício de 2018 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, cujo resumo está publicado no Anexo I, integrante desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

ANEXO I

RESUMO DO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO COFFITO PARA O EXERCÍCIO DE 2018

COFFITO	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	31.300.000,00	31.300.000,00
Receitas e Despesas de Capital	500.000,00	28.500.000,00
SUBTOTAL	31.800.000,00	59.800.000,00
Superávit	28.000.000,00	
TOTAL	59.800.000,00	59.800.000,00

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 2.175, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Normatiza os procedimentos para pagamento de diária nacional e internacional, auxílio de representação e jeton em obediência a Lei nº 11.000/2004, e revoga a Resolução CFM nº 2.141/2016, publicada no D.O.U. em 03 de março de 2016, Seção I, p. 103, alterada pela Resolução CFM nº 2.146/2016 e demais disposições em contrário.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, publicada em 1º de outubro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, publicado em 25 de julho de 1958, e Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, publicada em 16 de dezembro de 2004, que incluiu a alínea "l" ao artigo 5º da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957;

CONSIDERANDO o Acórdão nº 3.525/2006-TCU - 1ª Câmara, do Tribunal de Contas da União, que determina que o Conselho Federal de Medicina fixe novos valores máximos para diárias, fundamentados em planilhas que reflitam efetivamente as necessidades de despesas em viagens;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto nº 5.992/2006 - Presidência da República, publicado no D.O.U de 22.08.2012 e na Portaria MPOG nº 505/2009 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no D.O.U de 30.12.2009;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e suas alterações;

CONSIDERANDO que os Conselhos de Medicina são entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalizar e normatizar o exercício da medicina, mantidas com recursos próprios e não recebedoras de subvenções ou transferências advindas do Orçamento da União;

CONSIDERANDO que os mandatos dos membros dos Conselhos de Medicina são meramente honoríficos, não fazendo jus a qualquer remuneração por seu trabalho;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Acórdão nº 1.481/2012-TCU - Plenário, do Tribunal de Contas da União, que recomenda a pesquisa com hospedagem, deslocamento e alimentação;

CONSIDERANDO o decidido pelo plenário em sessão realizada em 14 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Definir critérios, limites e valores para DIÁRIA, JETON e AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO:

I - DIÁRIA: é a indenização para cobertura de despesas com pernoite, locomoção e refeição, quando houver deslocamento da cidade de origem.

II - JETON: é o valor pago pelo comparecimento dos conselheiros efetivos em sessões plenárias, reuniões de diretoria, encontros nacionais dos Conselhos de Medicina, atividades judicantes, reuniões e atividades individuais dos membros das comissões e câmaras técnicas, internas e externas, limitado a um jeton por período (matutino, vespertino ou noturno) e nas quantidades abaixo, não podendo ultrapassar o total de 19 (dezenove) jetons/mês:

Itens	MOTIVAÇÃO	QUANTIDADE/DIA
I	Sessão Plenária	3
II	Reunião de Diretoria	3
III	Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina	2
IV	Atividade Judicante	3
V	Comissões e Câmaras Técnicas	2

§ 1º É condição para o pagamento de jeton referente aos itens "I" a "IV" a apresentação de lista de presença. Quanto ao item "V" deverá ser apresentado o relatório de atividades.

§ 2º Não haverá pagamento de jetons para reuniões de diretoria, comissões e câmaras técnicas quando estas forem realizadas concomitantes com os períodos de sessões plenárias.

§ 3º Em relação ao item "IV", os conselheiros suplentes também terão direito ao recebimento de jeton nas mesmas condições dos conselheiros efetivos.

§ 4º Fica limitado em 3 (três) a quantidade de jetons por dia, independentemente do número de reuniões.

§ 5º As excepcionalidades serão dirimidas pelo presidente ou tesoureiro do Conselho Federal de Medicina.

III - AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO: é a indenização para cobertura de despesas com locomoção e refeição na cidade de origem, não acumulável com a diária, quando da convocação ou convite dos Conselhos de Medicina para eventos, reuniões interna ou externa, palestras/aulas de interesse dos Conselhos de Medicina, apuração em fiscalização, sindicância e processo, específica para conselheiro efetivo e suplente, delegado regional, membro de comissão ou câmara técnica e convidado, limitado a um auxílio por dia, não podendo ultrapassar 22 (vinte e dois) auxílios/mês.

§ Único - O pagamento do auxílio de representação ficará vinculado a apresentação de ata ou de relatório de participação, detalhando todas as atividades desenvolvidas e não poderá ser destinado a pessoas que possuem vínculo empregatício com os conselhos de medicina.

Art. 2º Os conselheiros federais efetivos e suplentes, funcionários e demais convidados, quando em viagem nacional, nos moldes do inciso I do art. 1º, desta resolução, farão jus à percepção de diária nos valores demonstrados abaixo:

Itens	DIÁRIA NACIONAL	VALOR
I	Para conselheiros federais efetivos e suplentes do CFM.	R$ 938,00
II	Para empregados, assessores e demais convidados	R$ 775,00

§ Único - Quando a locomoção, via intermunicipal, ocorrer por meio próprio, será ressarcida mediante requerimento e autorização do tesoureiro/presidente, desde que obedecidos os seguintes critérios:

a)Quando o convocado utilizar meio próprio de locomoção, entendendo-se como tal veículo particular automotor utilizado por sua conta e risco, o ressarcimento de despesas com combustível observará o valor de R$ 1,17 (um real e dezessete centavos) por quilômetro rodado, conforme planilha de custo operacional de veículo anexa a esta portaria.

b)A distância entre o município de origem e o destino será definida com base em informações prestadas pelo Google maps (mapa via internet);

c)No caso da existência de pedágios e outras tarifas no trajeto, os mesmos serão ressarcidos mediante comprovantes de pagamento.

Art. 3º Fica estabelecido o valor de R$ 700,00 (setecentos reais) para o jeton e R$ 386,00 (trezentos e oitenta e seis reais) para o auxílio de representação.

Art. 4º Os conselheiros federais efetivos e suplentes, empregados e demais convidados, quando em viagem internacional, nos moldes do inciso I do art. 1º, desta resolução, farão jus à percepção de diária, nos valores e condições a seguir:

Conselheiros efetivos e suplentes		
Itens	DESTINOS	VALOR
I	África, Ásia, Europa, Oceania e Oriente Médio.	C>r-6pt<= 522.00
II	Demais destinos	US$ 522.00

Empregados e demais convidados		
Itens	DESTINOS	VALOR
I	África, Ásia, Europa, Oceania e Oriente Médio.	C>r-6pt<= 434.00
II	Demais destinos	US$ 434.00

§ 1º As diárias internacionais serão pagas em moeda corrente do país, conforme cotação do dia do pagamento.

§ 2º Quando a missão ao exterior abranger mais de um país, adotar-se-á a diária aplicável ao país onde houver o pernoite. No retorno ao Brasil, prevalecerá a diária referente ao país onde o beneficiado cumpriu a última etapa da missão. Na hipótese de não haver voo no mesmo dia com destino à residência do beneficiado, o deslocamento será realizado no dia seguinte, com o recebimento de diária aplicável em nosso país.

Art. 5º A emissão de passagem aérea ou terrestre (ônibus) e os pagamentos de diária, jeton e auxílio de representação serão autorizados mediante o Ato de Concessão e emissão de recibo, conforme anexos I, II e III, devidamente autorizados pelo presidente e tesoureiro do Conselho Federal de Medicina.

§ 1º Os atos de concessão deverão ser encaminhados à Tesouraria com a maior antecedência possível e deverão contemplar as seguintes informações:

a)Convite ou motivação;

b)Número do projeto;

c)Diretor solicitante;

d)Nome do participante, cargo e/ou função;

e)Contato do participante. Exemplo: e-mail ou telefone;

f)Descrição do(s) motivo(s) da viagem;

g)Indicação dos locais em que o serviço/representação será realizado, bem como o horário;

h)Período de afastamento;

i)Trecho da viagem;

j)Despesas e respectivas quantidades;

k)Assinaturas dos ordenadores;

l)Quando o passageiro não for conselheiro, membro de comissão ou câmara técnica, delegado regional ou funcionário dos Conselhos de Medicina o Ato de Concessão deverá ser acompanhado de justificativa.

§ 2º Sem o Ato de Concessão a Tesouraria não tomará nenhuma providência em relação à viagem e a inobservância de qualquer item do § 1º deste artigo resultará na devolução do Ato de Concessão ao setor solicitante.

§ 3º A emissão das passagens e a contagem de diárias devem ter como marcos iniciais e finais, no máximo, um dia antes e um dia após os correspondentes eventos.

§ 4º Qualquer alteração de percurso, data ou horário de deslocamento será de inteira responsabilidade do passageiro, salvo quando de interesse da instituição ou motivo de força maior e com a devida autorização do presidente ou tesoureiro do Conselho Federal de Medicina.

§ 5º A viagem para o exterior deverá ser previamente aprovada pela Diretoria e Plenário do Conselho Federal de Medicina e a definição do trecho e data fica a cargo do presidente, tesoureiro e secretário-geral do Conselho Federal de Medicina.

§ 6º A prestação de contas da viagem deverá ser apresentada à Tesouraria no prazo máximo de cinco dias úteis, contados da data do retorno da viagem, e deverá constar dos seguintes documentos:

I)cartão de embarque, ou recibo de passageiro quando da realização de check in via internet, ou declaração fornecida pela empresa de transporte aéreo;

II)relatório de participação, conforme anexo III, ou ainda, lista de presença, certificado de participação, ata ou diploma.

III)no caso da viagem internacional o relatório de participação é obrigatório e deverá ser apresentado à Tesouraria no prazo máximo de 15 dias corridos, contados da data do retorno da viagem.

§ 7º A falta da prestação de contas no prazo estabelecido impedirá o pagamento em relação à próxima viagem.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 8º A diária, jeton e auxílio de representação, quando recebidos indevidamente, deverão ser restituídos aos cofres do Conselho Federal de Medicina no prazo máximo de cinco dias, contados da data do retorno da viagem. Caso não ocorra a restituição no prazo estabelecido, o pagamento da próxima viagem será retido.

Art. 6º Os valores das diárias, quando não houver pernoite, serão reduzidos a 50% (cinquenta por cento).

Art. 7º A concessão de diárias, quando o afastamento iniciar-se em sextas-feiras, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas, configurando, a autorização do pagamento pelo ordenador de despesas, a aceitação da justificativa.

Art. 8º Os Conselhos Regionais de Medicina, por resolução própria, deverão estipular o valor da diária, os valores e quantidades do jeton e auxílio de representação, conforme sua disponibilidade orçamentária e financeira, instituindo-se o devido mecanismo de controle. Os valores, quantidades e critérios não poderão ultrapassar os limites estabelecidos por este Conselho Federal de Medicina.

§ Único - A resolução mencionada no caput deverá ser incluída na pauta da próxima Assembleia Geral dos Médicos para apreciação e homologação.

Art. 9º As atividades descritas nesta Resolução devem ocorrer em caráter eventual ou transitório, de modo que os valores e as quantidades de verbas recebidas não configurem pagamento de remuneração e devem pautar-se pelo crivo da razoabilidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão, bem como pelos demais princípios que regem a Administração Pública.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria do Conselho Federal de Medicina.

Art. 11 Ficam revogadas as Resoluções CFM nºs. 2.141/2016, 2.146/2016 e Portaria CFM nº 32/2016 e as demais disposições em contrário.

Art. 12. Esta resolução será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor a partir do dia 2 de janeiro de 2018.

MAURO LUIZ BRITTO RIBEIRO
Presidente do Conselho
Em exercício

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO
Tesoureiro

ANEXO I
ATO DE CONCESSÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PASSAGEM, DIÁRIA, JETON E AUXÍLIO DE-REPRESENTAÇÃO
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CNPJ: 00.000.000/000-00

ATO DE CONCESSÃO INDIVIDUALIZADO		
Nº /2017		
PROJETO:		
SOLICITANTE:		
AUTORIZADOR:		
PARTICIPANTE:		
OBJETIVO DA VIAGEM:		
TRECHO: Brasília(DF)/Aracaju(SE)/Brasília(DF) LOCAL: Sede do CFM de 20/12/2017 00:00 ATÉ 21/12/2017 00:00 PROVIDÊNCIAR:		
(X) Diária Nacional (período: 20/12/2017 à 21/12/2017) (X) Jeton (X) Passagem aérea OBSERVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO: Brasília-DF, 20/12/2017		
João Batista Ferreira - Funcionário em nome de: José Hiran da Silva Gallo - Tesoureiro		
MAURO LUIZ BRITTO RIBEIRO *JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO* Presidente em exercício		

ANEXO II
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CNPJ: 00.000.000/000-00

RECIBO DIÁRIA/JETON/AUXÍLIO			
Nº 00000/2017			
Nome:	Processo nº		
Cargo/Função:	CPF:		
Eventos(s):			
Observação:			
Roteiro Viagem:	Período		
BSB/VIX/BSB	08/12/2017 a 08/12/2017 - Nº Dias:		
DESCRIÇÃO DA DESPESA:			
Valor unitário	Quantidade	Total em R$	
938,00	1,5	1.407,00	
Total		1.407,00	
Descrição Despesa	Vl. Unitário	Quantidade	Total em R$
Diária Nacional	775,00	2,5	1.937,50
Pagamento: Efetuado o pagamento de 1.937,50, (hum mil e novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), referente a(s) despesa(s) acima autorizada(s)	MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO Presidente em exercício		
através de crédito em c/c: banco Caixa Econômica Federal, Ag. Xxxx, conta: xxxx. Data do pagamento:	JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO Tesoureiro		
Recebi a importância acima, e declaro que a utilizei para os fins descritos.	Conselheiro/convidado		

ANEXO III
RELATÓRIO DE ATIVIDADE
1. Identificação do passageiro

Nome:

2. Objetivo da viagem

Descrição:	
Trecho:	
Data de saída:	Data de retorno:

3. Descrição das atividades desenvolvidas

Atividades:

Cidade/estado Data

Assinatura do passageiro

Observações:

1. Anexar os cartões de embarque.

2. Este relatório de viagem, com todos os documentos anexados, deverá ser entregue ao Setor de Tesouraria do CFM até cinco dias úteis após o retorno.

3. Não haverá concessão de diárias e/ou passagens caso o passageiro esteja com relatório pendente.

RESOLUÇÃO 2.176, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova previsão orçamentária do Conselho Federal de Medicina e dos Conselhos Regionais de Medicina para o exercício de 2018.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004 e pela Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2012,

CONSIDERANDO a aprovação do plenário do Conselho Federal de Medicina, em reunião do dia 14 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar a previsão orçamentária do Conselho Federal de Medicina e dos Conselhos Regionais de Medicina do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, para o exercício de 2018, na forma do anexo desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ BRITTO RIBEIRO
Presidente do Conselho
Em exercício

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO
Tesoureiro

ANEXO
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ACRE

Receitas correntes	2.123.795,80	Despesas correntes	2.075.795,80
Receitas de capital		Despesas de capital	48.000,00
Total	2.123.795,80	Total	2.123.795,80

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE ALAGOAS

Receitas correntes	5.184.000,00	Despesas correntes	5.434.500,00
Receitas de capital	300.000,00	Despesas de capital	49.500,00
Total	5.484.000,00	Total	5.484.000,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

Receitas correntes	5.932.914,14	Despesas correntes	5.908.394,14
Receitas de capital	540.000,00	Despesas de capital	564.520,00
		Reserva de Contingência	
Total	6.472.914,14	Total	6.472.914,14

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAPÁ

Receitas correntes	1.930.914,67	Despesas correntes	1.930.914,67
Receitas de capital	70.000,00	Despesas de capital	70.000,00
Total	2.000.914,67	Total	2.000.914,67

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA

Receitas correntes	24.437.471,50	Despesas correntes	24.387.471,50
Receitas de capital	7.987.455,00	Despesas de capital	7.987.455,00
		Reserva de Contingência	50.000,00
Total	32.424.926,50	Total	32.424.926,50

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ

Receitas correntes	18.048.989,00	Despesas correntes	17.498.989,00
Receitas de capital	1.650.000,00	Despesas de capital	2.200.000,00
Total	19.698.989,00	Total	19.698.989,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Receitas correntes	14.549.585,00	Despesas correntes	14.549.585,00
Receitas de capital	600.000,00	Despesas de capital	600.000,00
Total	15.149.585,00	Total	15.149.585,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESPÍRITO SANTO

Receitas correntes	11.293.000,00	Despesas correntes	11.524.000,00
Receitas de capital	401.000,00	Despesas de capital	170.000,00
Total	11.694.000,00	Total	11.694.000,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIÁS

Receitas correntes	15.966.480,98	Despesas correntes	15.853.845,53
Receitas de capital	350.001,12	Despesas de capital	462.636,57
Total	16.316.482,10	Total	16.316.482,10

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO MATO GROSSO

Receitas correntes	6.509.470,00	Despesas correntes	6.353.180,00
Receitas de capital		Despesas de capital	156.290,00
Total	6.509.470,00	Total	6.509.470,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Receitas correntes	7.032.713,55	Despesas correntes	6.222.806,36
Receitas de capital	227.286,45	Despesas de capital	165.000,00
		Reserva de Contingência	872.193,64
Total	7.260.000,00	Total	7.260.000,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Receitas correntes	46.702.422,50	Despesas correntes	51.856.954,14
Receitas de capital	8.031.331,64	Despesas de capital	1.276.800,00

		Reserva de Contingência	1.600.000,00
Total	54.733.754,14	Total	54.733.754,14

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO MARANHÃO

Receitas correntes	7.323.340,00	Despesas correntes	7.218.340,00
Receitas de capital	3.500.000,00	Despesas de capital	3.595.000,00
		Reserva de Contingência	10.000,00
Total	10.823.340,00	Total	10.823.340,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ

Receitas correntes	10.021.000,00	Despesas correntes	10.579.000,00
Receitas de capital	1.566.000,00	Despesas de capital	750.000,00
		Reserva de Contingência	258.000,00
Total	11.587.000,00	Total	11.587.000,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

Receitas correntes	6.076.168,00	Despesas correntes	5.816.665,00
Receitas de capital	15.000,00	Despesas de capital	274.503,00
Total	6.091.168,00	Total	6.091.168,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Receitas correntes	17.540.759,00	Despesas correntes	16.695.759,00
Receitas de capital		Despesas de capital	845.000,00
		Reserva de Contingência	
Total	17.540.759,00	Total	17.540.759,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Receitas correntes	27.650.00,00	Despesas correntes	28.828.900,00
Receitas de capital	1.422.800,00	Despesas de capital	243.900,00
Total	29.072.800,00	Total	29.072.800,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PIAUÍ

Receitas correntes	7.199.422,85	Despesas correntes	6.897.572,80
Receitas de capital	591.027,30	Despesas de capital	892.877,35
Total	7.790.450,15	Total	7.790.450,15

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Receitas correntes	61.104.195,00	Despesas correntes	60.330.755,00
Receitas de capital		Despesas de capital	773.440,00
Total	61.104.195,00	Total	61.104.195,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Receitas correntes	7.160.050,00	Despesas correntes	6.984.950,00
Receitas de capital	12.950,00	Despesas de capital	188.050,00
Total	7.173.000,00	Total	7.173.000,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Receitas correntes	4.762.077,40	Despesas correntes	4.719.077,40
Receitas de capital	600.000,00	Despesas de capital	643.000,00
Total	5.362.077,40	Total	5.362.077,40

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RORAIMA

Receitas correntes	2.527.777,52	Despesas correntes	2.349.881,10
Receitas de capital		Despesas de capital	170.000,00
		Reserva de Contingência	7.896,42
Total	2.527.777,52	Total	2.527.777,52

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Receitas correntes	34.852.600,00	Despesas correntes	41.277.600,00
Receitas de capital	17.160.000,00	Despesas de capital	10.735.000,00
Total	52.012.600,00	Total	52.012.600,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Receitas correntes	17.761.600,00	Despesas correntes	17.445.600,00
Receitas de capital		Despesas de capital	316.000,00
Total	17.761.600,00	Total	17.761.600,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Receitas correntes	162.645.000,00	Despesas correntes	157.198.100,00
Receitas de capital	500.000,00	Despesas de capital	4.486.900,00
		Reserva de Contingência	1.460.000,00
Total	163.145.000,00	Total	163.145.000,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE

Receitas correntes	4.263.602,50	Despesas correntes	4.106.510,00
Receitas de capital	30.000,00	Despesas de capital	187.092,50
Total	4.293.602,50	Total	4.293.602,50

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO TOCANTINS

Receitas correntes	4.061.417,50	Despesas correntes	3.882.017,50
Receitas de capital		Despesas de capital	89.400,00
		Reserva de Contingência	90.000,00
Total	4.061.417,50	Total	4.061.417,50

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Receitas correntes	158.757.700,00	Despesas correntes	146.558.053,00
Receitas de capital		Despesas de capital	12.199.647,00
Total	158.757.700,00	Total	158.757.700,00

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.201, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera as Resoluções CFMV nº 904 e 905, de 11 de maio de 2009.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições definidas no inciso XXIII, artigo 7º, de seu Regimento Interno, combinado com as atribuições definidas na alínea "f", art. 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968; considerando o disposto nas Resoluções CFMV nº 904 e 905, de 2009, com as respectivas alterações; considerando a necessidade de, por ocasião do início da nova Gestão, ser promovida a transição de modo a minimizar as soluções de continuidade nos processos, programas e ações; resolve:

Art. 1º Altera-se, ad referendum do Plenário, a Resolução CFMV nº 904, publicada no DOU nº 88, de 12/5/2009 (Seção 1, pg.196), mediante a alteração da redação dos incisos I e III, artigo 6º, que passam a vigorar com as seguintes redações: "Art. 6º (...) I - 06 (seis) Assessores da Presidência" III - 07 (sete) Assessores Administrativos". Art. 2º Altera-se a Resolução CFMV nº 905, publicada no DOU nº 88, de 12/5/2009 (Seção 1, pg.196), mediante a alteração do inciso I e revogação do inciso X, ambos do artigo 1º, com as seguintes redações: "Art. 1º (...): I - 04 Assessores da Presidência 01 ..... até R$ 18.000,00 (dezoito mil reais); X - revogado".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RESOLUÇÃO Nº 588, DE 19 DE AGOSTO DE 2017

Fixa os valores de anuidades devidas pelos profissionais aos Conselhos Regionais de Nutricionistas da 1ª Região (CRN-1), da 2ª Região (CRN-2), da 5ª Região (CRN-5), da 6ª Região (CRN-6), da 7ª Região (CRN-7), da 8ª Região (CRN-8) e da 10ª Região (CRN-10) para o exercício de 2018, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no exercício das competências previstas na Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno aprovado pela Resolução CFN n° 320, de 2 de dezembro de 2003, em cumprimento ao disposto na Lei n° 12.514, de 28 de outubro de 2011, ouvidos os Conselhos Regionais de Nutricionistas na 99ª Reunião Conjunta CFN/CRN, de 17 de agosto de 2017, em conformidade com as deliberações adotadas nas Reuniões Plenárias Ordinárias do CFN n° 315ª, realizada nos dias 16 e 19 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º. Fixar, para o exercício de 2018, os seguintes valores de anuidades devidas pelos profissionais inscritos nos Conselhos Regionais de Nutricionistas da 1ª Região (CRN-1), da 2ª Região (CRN-2), da 5ª Região (CRN-5), da 6ª Região (CRN-6), da 7ª Região (CRN-7), da 8ª Região (CRN-8) e da 10ª Região (CRN-10): I - para os nutricionistas: R$ 387,99 (trezentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos); II - para os técnicos em nutrição e dietética: R$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais). § 1º. As anuidades previstas neste artigo poderão ser pagas da seguinte forma: a) em cota única, com vencimento no dia 30 de junho de 2018; b) em 5 (cinco) parcelas mensais, com vencimentos no último dia dos meses de janeiro, março, abril, maio e junho de 2018. § 2º. O pagamento dos valores de anuidades de que tratam os incisos I e II deste artigo poderá ainda ocorrer, sem qualquer acréscimo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente aos meses previstos nas alíneas "a" e "b" do § 1º deste artigo.

Art. 2°. As anuidades de que trata o art. 1° desta Resolução poderão ser pagas, em cota única, até o dia 31 de janeiro de 2018, nos seguintes valores reduzidos: a) nutricionistas: R$ 349,19 (trezentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos); b) técnicos em nutrição e dietética: R$ 174,60 (cento e setenta e quatro reais e sessenta centavos). Parágrafo único. A quitação dos valores de anuidades de que trata este artigo poderá ainda ocorrer, sem qualquer acréscimo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de referência.

Art. 3°. Os acréscimos pelo pagamento com atraso, a cobrança e as demais questões relacionadas às anuidades serão reguladas pelas normas gerais aplicáveis às anuidades constantes de resolução própria do Conselho Federal de Nutricionistas.

Art. 4°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando-se a Resolução CFN n° 577, de 20 de novembro de 2016.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 589, DE 19 DE AGOSTO DE 2017

Fixa os valores de anuidades devidas pelos profissionais aos Conselhos Regionais de Nutricionistas da 3ª Região (CRN-3), da 4ª Região (CRN-4) e da 9ª Região (CRN-9), para o exercício de 2018, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no exercício das competências previstas na Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno aprovado pela Resolução CFN n° 320, de 2 de dezembro de 2003, em cumprimento ao disposto na Lei n° 12.514, de 28 de outubro de 2011, ouvidos os Conselhos Regionais de Nutricionistas na 99ª Reunião Conjunta CFN/CRN, de 17 de agosto de 2017, em conformidade com as deliberações adotadas nas Reuniões Plenárias Ordinárias do CFN n° 315ª, realizada nos dias 16 e 19 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º. Fixar, para o exercício de 2018, os seguintes valores de anuidades devidas pelos profissionais inscritos nos Conselhos Regionais de Nutricionistas da 3ª Região (CRN-3), da 4ª Região (CRN-4) e da 9ª Região (CRN-9): I - para os nutricionistas: R$ 422,53 (quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta e três centavos); II - para os técnicos em nutrição e dietética: R$ 211,27 (duzentos e onze reais e vinte e sete centavos). § 1º. As anuidades previstas neste artigo poderão ser pagas da seguinte forma: a) em cota única, com vencimento no dia 30 de junho de 2018; b) em 5 (cinco) parcelas mensais, com vencimentos no último dia dos meses de janeiro, março, abril, maio e junho de 2018. § 2º. O pagamento dos valores de anuidades de que tratam os incisos I e II deste artigo poderá ainda ocorrer, sem qualquer acréscimo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente aos meses previstos nas alíneas "a" e "b" do § 1º deste artigo.

Art. 2°. As anuidades de que trata o art. 1° desta Resolução poderão ser pagas, em cota única, até o dia 31 de janeiro de 2018, nos seguintes valores reduzidos: a) nutricionistas: R$ 380,28 (trezentos e oitenta reais e vinte e oito centavos); b) técnicos em nutrição e dietética: R$ 190,14 (cento e noventa reais e quatorze centavos). Parágrafo único. A quitação dos valores de anuidades de que trata este artigo poderá ainda ocorrer, sem qualquer acréscimo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de referência.

Art. 3°. Os acréscimos pelo pagamento com atraso, a cobrança e as demais questões relacionadas às anuidades serão reguladas pelas normas gerais aplicáveis às anuidades constantes de resolução própria do Conselho Federal de Nutricionistas.

Art. 4°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando-se a Resolução CFN n° 578, de 20 de novembro de 2016.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 590, DE 19 DE AGOSTO DE 2017

Fixa os valores de anuidades devidas pelas pessoas jurídicas aos Conselhos Regionais de Nutricionistas, para o exercício de 2018, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no exercício das competências previstas na Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno aprovado pela Resolução CFN n° 320, de 2 de dezembro de 2003, em cumprimento ao disposto na Lei n° 12.514, de 28 de outubro de 2011, ouvidos os Conselhos Regionais de Nutricionistas na 99ª Reunião Conjunta CFN/CRN, de 17 de agosto de 2017, em conformidade com as deliberações adotadas na Reunião Plenária Ordinária do CFN n° 315ª, realizada nos dias 16 e 19 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1°. Fixar, para o exercício de 2018, os seguintes valores de anuidades das pessoas jurídicas: I - para as microempresas e empresas de pequeno porte; empresários; restaurantes comerciais; restaurantes comerciais de hotéis; empresas que forneçam cestas básicas, desde que não seja esta sua atividade principal; empresas que fabriquem, industrializem, manipulem, importem, distribuam ou comercializem alimentos destinados a consumo humano para fins especiais, desde que essas atividades não sejam preponderantes sobre as demais do seu objeto social; entidades filantrópicas que desenvolvam atividade econômica; e demais pessoas jurídicas enquadradas no regime tributário do SIMPLES: R$ 542,92. II - para as demais pessoas jurídicas não incluídas no inciso I, os valores abaixo conforme a faixa de capital social:

FAIXAS DO CAPITAL SOCIAL (EM REAIS)	VALOR DA ANUIDADE (EM REAIS)
Até R$ 50.000,00	R$ 733,68
De R$ 50.000,01 até R$ 200.000,00	R$ 1.467,36
De R$ 200.000,01 até R$ 500.000,00	R$ 2.201,03
De R$ 500.000,01 até R$ 1.000.000.00	R$ 2.934,73
De R$ 1.000.000,01 até R$ 2.000.000,00	R$ 3.668,39
De R$ 2.000.000,01 até R$ 10.000.000,00	R$ 4.402,08
Acima de R$ 10.000.000,00	R$ 5.869,43

§ 1º. As empresas individuais ou como tal equiparadas, enquadradas em quaisquer das situações previstas no inciso I deste artigo e que tenham por proprietário um nutricionista, pagarão, quando requerido, a anuidade calculada pela metade do valor previsto nesse mesmo inciso I. § 2°. Os Conselhos Regionais de Nutricionistas poderão exigir a apresentação de balanço patrimonial do último exercício já exigível, fixando a anuidade com base no capital social neste indicado, quando o valor do capital social expresso nos atos constitutivos da pessoa jurídica não traduzir expressão monetária atualizada.

Art. 2°. O pagamento das anuidades das pessoas jurídicas será realizado: I - com desconto de 5% (cinco por cento), se efetuado em cota única até o dia 31 de janeiro de 2018; II - sem desconto e sem acréscimos, se efetuado em cota única até o dia 31 de março de 2018; III - sem desconto e sem acréscimos, se efetuado em 5 (cinco) parcelas, mensais e consecutivas, vencendo-se cada uma no último dia dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2018. Parágrafo único. A quitação da cota única ou das parcelas referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo poderá ocorrer, mantidas as mesmas condições, até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Art. 3°. Os acréscimos pelo pagamento com atraso, a cobrança e as demais questões relacionadas às anuidades serão reguladas pelas normas gerais aplicáveis às anuidades constantes de resolução específica do Conselho Federal de Nutricionistas.

Art. 4°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando-se a Resolução CFN n° 579, de 20 de novembro de 2016.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 591, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2017

Fixa os valores de taxas, emolumentos e multas para o exercício de 2018, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no exercício das competências previstas na Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno aprovado pela Resolução CFN n° 320, de 2 de dezembro de 2003, em cumprimento ao disposto na Lei n° 12.514, de 28 de outubro de 2011, ouvidos os Conselhos Regionais de Nutricionistas na 99ª Reunião Conjunta CFN/CRN, de 17 de agosto de 2017, em conformidade com as deliberações adotadas nas Reuniões Plenárias Ordinárias do CFN n° 315ª, realizada nos dias 16 e 19 de agosto de 2017, e n° 320ª, realizada no dia 17 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º. Fixar, para o exercício de 2018, os seguintes valores das taxas e emolumentos: I - Registro de pessoa jurídica: a) microempresas e empresas de pequeno porte; empresários; restaurantes comerciais; restaurantes comerciais de hotéis; empresas que forneçam cestas básicas, desde que não seja esta sua atividade principal; empresas que fabriquem, industrializem, manipulem, importem, distribuam ou comercializem alimentos destinados a consumo humano para fins especiais, desde que essas atividades não sejam preponderantes sobre as demais do seu objeto social; entidades filantrópicas que desenvolvam atividade econômica; e demais pessoas jurídicas enquadradas no regime tributário do SIMPLES: R$ 67,85. b) Demais pessoas jurídicas não incluídas na alínea "a" deste inciso: R$ 237,55. II - Inscrição de Nutricionista: R$ 31,15. III - Expedição de Carteira de Identidade Profissional de Nutricionista: R$ 31,15. IV - Substituição ou expedição de 2ª via de Carteira de Identidade Profissional de Nutricionista: R$ 31,15. V - Inscrição de Técnico em Nutrição e Dietética: R$ 15,57. VI - Expedição de Carteira de Identidade Profissional de Técnico em Nutrição e Dietética: R$ 15,57. VII - Substituição ou expedição de 2ª via de Carteira de Identidade Profissional de Técnico em Nutrição e Dietética: R$ 15,57. VIII - Inscrição Secundária - Nutricionista e Técnico em Nutrição e Dietética: R$ 93,44. IX - Inscrição Provisória- Nutricionista e Técnico em Nutrição e Dietética: R$ 46,74. X - Expedição de Atestado de Responsabilidade Técnica: R$ 46,74. XI - Expedição de Certidão ou Declaração para Pessoa Jurídica: R$ 33,90. XII - Registro de Atestado de Comprovação de Aptidão de Desempenho (Lei nº 8.666, de 1993): R$ 31,15. XIII - Acervo Técnico: R$ 93,44. XIV - Averbação de Certidão de Registro e Quitação (CRQ) de outro Conselho Regional de Nutricionistas: R$ 31,15. XV - Registro de Título de Especialista ou de certificado de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu: R$ 31,15.

Art. 2º. A multa por ausência não justificada à eleição será aplicada pelo respectivo Conselho Regional de Nutricionistas e corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor da anuidade efetivamente devida pelo profissional no mesmo exercício.

Art. 3°. A multa a que se sujeita a pessoa jurídica (PJ), por inobservância da legislação, a ser aplicada pelos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), variará de acordo com os valores de multas vigentes, abaixo descritos: Valor Base de Referência: R$ 5.869,43. I- Pessoa jurídica com atividade ou objeto social na área de alimentação e nutrição humana, sem registro no CRN da jurisdição: Percentual: 50%. Valor da Multa: R$ 2.934,72. II- Inexistência de nutricionista: Percentual: 70%. Valor da Multa: R$ 4.108,60. III- Inexistência de nutricionista assumindo a responsabilidade técnica (RT) pelas atividades de alimentação e nutrição: Percentual: 70%. Valor da Multa: R$ 4.108,60. IV- Quadro técnico (QT) de Nutricionistas insuficiente para a garantia da contínua assistência alimentar e nutricional: Percentual: 60%. Valor da Multa: R$ 3.521,66. V- Pessoa jurídica que utilize documentação emitida pelo CRN cujos dados não mais correspondam à realidade, com o objetivo de simular situação de regularidade ou de qualificação não mais existente: Percentual: 50%. Valor da Multa: R$ 2.934,72. VI- Pessoa jurídica que não efetue a atualização de dados contidos nos arquivos do CRN da sua jurisdição, em até 30 (trinta) dias corridos da data da alteração: Percentual: 30%. Valor da Multa: R$ 1.760,83. § 1º. O valor base de referência é o maior valor de anuidade das PJ vigente. § 2º. As pessoas jurídicas que comprovem hipossuficiência social, econômica e de infraestrutura, poderão pleitear, formalmente, nos moldes previstos da Resolução que trata sobre o assunto de processo de infração movida contra PJ, a redução do valor da multa em 1/3 (um terço).

Art. 4°. A multa a que se sujeita a pessoa física (PF), por inobservância da legislação, a ser aplicada pelos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), variará de acordo com os valores de multas vigentes, abaixo descritos: I - VALORES DE MULTA PARA NUTRICIONISTA (base de cálculo anuidade vigente do Regional para Nutricionista: Anuidade do CRN-3, CRN-4 e CRN-9: R$ 422,53. Anuidade dos demais CRN: R$ 387,99): Ser bacharel em Nutrição e estar atuando sem a devida inscrição no CRN: A - Falta de inscrição originária (provisória/definitiva): 5 anuidades (R$ 1.939,95 ou R$ 2.112,65. B - Falta de inscrição secundária: 2 anuidades (R$ 775,98 ou R$ 845,06). C - Inscrição em baixa temporária: 3 anuidades (R$ 1.163,97 ou R$ 1.267,59). D - Inscrição provisória vencida ou cancelada (a pedido ou por vencimento do prazo de validade): 3 anuidades (R$ 1.163,97 ou R$ 1.267,59). E - Inscrição originária definitiva cancelada ou cancelada a pedido: 3 anuidades (R$ 1.163,97 ou R$ 1.267,59). F - Inscrição secundária cancelada: 2 anuidades (R$ 775,98 ou R$ 845,06). II - Ser Nutricionista com impedimento temporário de exercer a profissão em razão de decisão condenatória transitada em julgado e que esteja comprovadamente no exercício da profissão: 5 anuidades (R$ 1.939,95 ou R$ 2.112,65). III - Ser bacharel em Nutrição com impedimento definitivo de exercer a profissão em razão de decisão condenatória transitada em julgado e que esteja comprovadamente no exercício da profissão: 5 anuidades (R$ 1.939,95 ou R$ 2.112,65). II - VALORES DE MULTA PARA TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA (TND) - (base de cálculo anuidade vigente do Regional para TND: Anuidade do CRN-3, CRN-4 e CRN-9: R$ 194,00. Anuidade dos demais CRN: R$ 211,27): I - Ter formação técnica em Nutrição e Dietética, e estar atuando sem a devida inscrição no CRN: A - Falta de inscrição originária (provisória/definitiva): 5 anuidades (R$ 1.056,35 ou R$ 970,00). B - Falta de inscrição secundária: 2 anuidades (R$ 422,54 ou R$ 388,00). C - Inscrição em baixa temporária: 3 anuidades (R$ 633,81 ou R$ 582,00). D - Inscrição provisória vencida ou cancelada (a pedido ou por vencimento do prazo de validade): 3 anuidades (R$ 633,81 ou R$ 582,00). E - Inscrição originária definitiva cancelada ou cancelada a pedido: 3 anuidades (R$ 633,81 ou R$ 582,00). F - Inscrição secundária cancelada: 2 anuidades (R$ 422,54 ou R$ 388,00). II - Ser TND com impedimento temporário de exercer a profissão em razão de decisão condenatória transitada em julgado e que esteja comprovadamente no exercício da profissão: 5 anuidades (R$ 1.056,35 ou R$ 970,00). III - Ter formação técnica em Nutrição e Dietética, com impedimento definitivo de exercer a profissão em razão de decisão condenatória transitada em julgado e que esteja comprovadamente no exercício da profissão: 5 anuidades (R$ 1.056,35 ou R$ 970,00).

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando-se a Resolução CFN n° 580, de 20 de novembro de 2016.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

ACÓRDÃO

INTERVENÇÃO E NOMEAÇÃO DE DIRETORIA EXECUTIVA PROVISÓRIA PARA O CRTR DA 5ª- REGIÃO - Processo Administrativo CONTER Nº. 51/2017.

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA - CONTER, no uso de suas atribuições legais e regimentais torna pública a decisão sobre a discussão do Processo Administrativo nº 51/2017 e a Resolução CONTER Nº 09 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017, julgados em razão da relação de prejudicialidade entre os mesmos. Após discussão, posto em votação, decidiu-se à unanimidade pela manutenção pela manutenção da decisão de intervenção no CRTR 5ª- Região, nos termos do voto do Relator. Ato contínuo, decidiu-se à unanimidade pela HOMOLOGAÇÃO da Resolução CONTER Nº 09 de 13 novembro de 2017, publicado no D.O.U em 14 de novembro de 2017 em sua inteireza .

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2017.
MANOEL BENEDITO VIANA SANTOS
Diretor-Presidente

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 90, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a anuidade de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas para o exercício de 2018 junto ao CREF7 e dá outras providências

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme o inciso IX do art. 40, do Estatuto do CREF7;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.197/2010, que fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Educação Física;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.514/2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO os termos da Resolução CONFEF nº 339/2017;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19, do Estatuto do CREF7;

CONSIDERANDO, finalmente, a deliberação do Plenário do CREF7 na Reunião Ordinária do dia 11 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º - O valor da anuidade do CREF7/DF para PESSOA FÍSICA, no ano de 2018, será de R$ 603,07 (seiscentos e três reais e sete centavos);

Art. 2º - O valor da anuidade para PESSOA JURÍDICA de direito público ou privado, cuja finalidade básica seja prestação de serviço na área da atividade física, desportiva e/ou similar, em toda a região de abrangência do CREF7/DF, para o ano de 2018, será de R$ 1.490,40 (um mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos).

Art. 3º - Tabela com descontos progressivos sobre os valores de anuidades de pessoa física e pessoa jurídica encontra-se disponível no endereço eletrônico www.cref7.org.br.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PATRICK NOVAES AGUIAR

RESOLUÇÃO Nº 91, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a adesão ao I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018 no âmbito do Sistema CONFEF/CREFs, destinado à regularização dos débitos das Pessoas Físicas e Jurídicas registradas.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO - CREF7/DF, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40, do Estatuto do CREF7/DF e:

CONSIDERANDO a Resolução CONFEF nº 343/2017;

e CONSIDERANDO o que foi deliberado na Reunião Plenária de 11 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º - O Conselho Regional de Educação Física da 7º Região - CREF7/DF adere ao I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018 no âmbito do Sistema CONFEF/CREFs, instituído pela Resolução CONFEF nº 343/2017.

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as Resoluções CREF7 nº 081/2015 e 084/2016.

PATRICK NOVAES AGUIAR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 92, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Normatiza os procedimentos para pagamento de diárias e auxílio representação aos representantes do CREF7/DF quando no exercício de suas funções.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40, do Estatuto do CREF7/DF e:

CONSIDERANDO que os mandatos dos membros do CREF7/DF são meramente honoríficos e não fazem jus a qualquer remuneração pelo seu trabalho;

CONSIDERANDO que o inciso VIII do art. 70 c/c Art. 106, inciso II, ambos do Estatuto do CONFEF, reconhecem formas de ressarcimento de despesas necessárias ao desempenho das funções de Conselheiros e representantes designados pelo Sistema CONFEF/CREFs;

CONSIDERANDO o Decreto nº 5.992/2006 e a Lei nº 11000/2004;

CONSIDERANDO o disposto no inciso VIII do artigo 30, do Estatuto do CREF7/DF;

CONSIDERANDO o que foi deliberado na Reunião Plenária de 11 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Os membros do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região - CREF7/DF farão jus à percepção de diárias e auxílio representação na conformidade desta Resolução, quando da prestação dos serviços e atividades que lhes são afetos.

Art. 2.º - Consideram-se para efeito de percepção de diárias, as seguintes atividades: a) Deslocamentos para fora do Distrito Federal; b) Deslocamentos para fora do território brasileiro.

Art. 3º - Consideram-se para o efeito de percepção de auxílio representação, as seguintes atividades: a) Reuniões do Plenário e da Diretoria Executiva, ordinárias e extraordinárias; b) Reuniões de Comissão; c) Representações do CREF7/DF.

Art. 4º - O valor da diária para deslocamentos para fora do Distrito Federal, com locomoção, pernoite e refeição será de R$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais).

Art. 5º - O valor da diária, quando não houver pernoite, será de R$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais).

Art. 6º - O valor da diária por deslocamentos para o exterior será arbitrado em reunião da Diretoria, ad referendum do Plenário.

Art. 7º - Os consultores, assessores, servidores e prestadores de serviços terceirizados do CREF7/DF, quando convocados para execução de tarefas fora do Distrito Federal, farão jus a percepção de diárias, nos termos dos artigos 4º e 5º.

Art. 8º - As reuniões do Plenário e da Diretoria Executiva, ordinárias e extraordinárias, serão indenizadas por meio de auxílio representação, cujo valor será de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Art. 9º - As reuniões de Comissão serão indenizadas por meio de auxílio representação, cujo valor será de R$ 114,00 (cento e quatorze reais).

Art. 10 - As representações do CREF7/DF serão indenizadas por meio de auxílio representação, cujo valor será de R$ 207,00 (duzentos e sete reais). Parágrafo único - Consideram-se, para efeito da indenização prevista neste artigo, a participação nas seguintes atividades: a) representação do CREF7/DF, quando designada pela Diretoria Executiva ou pelo Plenário; b) participação em atividades didáticas e eventos promovidos ou chancelados pelo CREF7/DF.

Art. 11 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

Art. 12 - Fica revogada a Resolução CREF7 nº 087/2016.

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

PATRICK NOVAES AGUIAR

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a publicidade da proposta orçamentária do exercício de 2018 do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região - CREF7/DF.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO - CREF7/DF, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40, do Estatuto do CREF7/DF e:

CONSIDERANDO o inciso IX do artigo 31 do Estatuto do CREF7/DF, que determina que compete ao Plenário a aprovação do orçamento anual e o plano de trabalho do CREF7/DF;

CONSIDERANDO o que foi deliberado na Reunião Plenária de 11 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Dar publicidade ao orçamento do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região - CREF7/DF, devidamente aprovado, para o exercício financeiro de 2018, que estima a receita em R$ 3.197.192,49 (três milhões, cento e noventa e sete mil, cento e noventa e dois reais e quarenta e nove centavos) e fixa sua despesa em igual importância, conforme a Lei nº 4.320/1964.

Art. 2.º - As receitas foram previstas observando o seguinte desdobramento: 6.2.1.1 RECEITA A REALIZAR 3.197.172,49; 6.2.1.1.01 RECEITA CORRENTE 3.175.315,67; 6.2.1.1.01.01 CONTRIBUIÇÕES 2.965.057,55; 6.2.1.1.01.04 EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS 3.291,02; 6.2.1.1.01.05 FINANCEIRAS 117.321,32; 6.2.1.1.01.06 TRANSFERÊNCIA 34.910,70; 6.2.1.1.01.07 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 37.409,00; 6.2.1.1.01.08 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 15.170,28; 6.2.1.1.01.09 RECEITAS A CLASSIFICAR 2.155,80; 6.2.1.1.02 RECEITA DE CAPITAL 21.856,82; 6.2.1.1.02.05 TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL 21.856,82; TOTAL DA RECEITA 3.197.172,49.

Art. 3º - As despesas foram fixadas em observância ao seguinte desdobramento: 6.2.2.1.01.01 DESPESAS CORRENTES 3.017.17,49; 6.2.1.1.02.05 DESPESAS DE CAPITAL 180.000,00; TOTAL DA DESPESAS 3.197.172,49.

Art. 4º - Para a abertura de créditos adicionais, conforme estabelecido no Título V da Lei Federal 4.230/64, será exigida, obrigatoriamente, a indicação das fontes de recursos, ficando o Presidente autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total deste orçamento. Parágrafo único - Apurando-se superávit financeiro em exercícios anteriores, fica o Presidente autorizado a abrir crédito suplementar superior ao limite estabelecido no caput deste artigo na rubrica 6.2.1.4.01.01.001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

PATRICK NOVAES AGUIAR

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTA CATARINA - CREF3/SC

RESOLUÇÃO N° 140, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a Comissão de qualidade de vida e saúde do Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região - CREF3/SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 3ª REGIÃO - CREF3/SC no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 42, 43 e 44 do Estatuto do CREF3/SC que tratam dos órgãos de assessoramento do CREF3/SC;

CONSIDERANDO o Art. 79 da Resolução CREF3/SC Nº 067/2012;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Regional de Educação Física em Reunião do Plenário de 09 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1° - Alterar o nome da Comissão de Qualidade de Vida e Saúde para Comissão de Atividade Física e Saúde do Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região - CREF3/SC.

Art. 2º - Nomear o Conselheiro Eloir Edilson Simm - CREF 000251-G/SC como membro da Comissão de Atividade Física e Saúde do Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região - CREF3/SC, em substituição ao membro Ariana Sumariva - CREF 015865-G/SC.

Art. 3º - A Comissão de Atividade Física e Saúde do Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região - CREF3/SC passa a vigorar com os seguintes membros: Paulo Rogério Maes Junior - CREF 001385-G/SC, Zulma Fernandes CREF - 008698-G/SC, Eloir Edilson Simm - CREF 000251-G/SC, Eduardo Custódio - CREF 005376-P/SC, Paulo Henrique Ströher - CREF 000320-G/SC, sob a presidência do primeiro.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

IRINEU WOLNEY FURTADO

RESOLUÇÃO N° 141, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a Comissão de Ética Profissional do Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região - CREF3/SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 3ª REGIÃO - CREF3/SC no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 42, 43 e 44 do Estatuto do CREF3/SC que tratam dos órgãos de assessoramento do CREF3/SC;

CONSIDERANDO o Art. 79 da Resolução CREF3/SC Nº 067/2012;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Regional de Educação Física em Reunião do Plenário de 09 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1° - Nomear o Conselheiro José Heriberto de Oliveira - CREF 003521-G/SC como membro da Comissão de Ética Profissional do Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região - CREF3/SC, em substituição ao membro Alziro Antônio Golfeto - CREF 004430-P/SC.

Art. 2º - A Comissão de Ética Profissional passa a vigorar com os seguintes membros: Roberto Guilherme Christmann - CREF 000921-G/SC, Simone de Carvalho Barreto - CREF 001975-G/SC, Eva Rosana de Oliveira Kuerten - CREF 005729-G/SC, Marcelo Maas - CREF 000921-G/SC, como Membros Efetivos e Joel Modesto Casagrande - CREF 000186-G/SC, Luciane Lara Acco - CREF 005945-G/SC, Rudy Nodari Júnior - CREF 000321-G/SC, José Heriberto de Oliveira - CREF 003521-G/SC e João Rotta Filho - CREF 000109-G/SC como Membros Suplentes Convidados, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

IRINEU WOLNEY FURTADO

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 169, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, no exercício de suas atribuições legais e regimentais conferidas no Art. 7º da Lei nº 6.316, de 17.12.1975, e em atendimento ao disposto no artigo 5º da Resolução COFFITO nº 369/2009, com redação dada pela Resolução COFFITO nº 473/2016, resolve:

Art. 1º - Através da presente Portaria, instaurar o processo eleitoral para eleição dos Conselheiros que irão administrar o CREFITO-9 no quadriênio 2018-2022.

Art. 2º - Designar o dia 24 de Janeiro de 2018 (quarta-feira), às 8h: 00min, na sede do CREFITO-9, sito à Rua H, Quadra 4, Setor A, Lote 2 -Centro Político Administrativo - Cuiabá - MT, para realização de sorteio público aleatório entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO-9, visando a formação da Comissão Eleitoral local e eventual cadastro reserva.

Art. 3º - Referido sorteio será realizado nos moldes definidos pelo § 1º do artigo 5º da Resolução COFFITO n.º 369/2009, com as alterações da Resolução COFFITO n.º 473/2016.

Art. 4º - A referida Portaria deve ser publicada no Diário Oficial da União.

Art. 5º - O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional deverá ser oficiado da presente portaria nesta mesma data.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ELIAS NASRALA NETO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

RESOLUÇÃO Nº 179, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a criação e atribuições da Delegacia de Sousa

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA, nas atribuições que lhe confere a Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957, com as alterações efetuadas pela Lei 11.204, de 05 de dezembro de 2005, regulamentada pelo Decreto n.º 44.045, de 19 de julho de 1958, com as alterações efetuadas pelo Decreto n.º 6.821, de 14 de abril de 2009;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor fiscalizar o exercício da Medicina;

CONSIDERANDO que a descentralização administrativa facilita a operacionalidade processual e funcional deste Conselho;

CONSIDERANDO a crescente concentração médica na cidade de Sousa - PB;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor instruir os processos ético-administrativos das sindicâncias;

CONSIDERANDO a seção VIII do Regimento Interno do CRM-PB, homologado pela Portaria n° 8, de 30 de março de 2017;

CONSIDERANDO o que foi decidido em Sessão Plenária de 30 de novembro de 2017, resolve:

CAPÍTULO I - DA CRIAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º Instalar a segunda Delegacia Regional deste Conselho na cidade de Sousa - PB.

Art. 2º Esta Delegacia será administrada por 01 (um) Delegado, 01 (um) Primeiro Secretário e 01 (um) Segundo Secretário (Vogal).

Parágrafo único. Existirão 03 (três) suplentes que assumirão em caso de vacância e por convocação do Delegado Regional.

Art. 3º Os membros da Delegacia serão nomeados pelo Presidente, por portaria, podendo ser destituídos do cargo a qualquer tempo, conforme estabelece o artigo 27, § 2° do Regimento Interno do CRM-PB.

§ 1º Os cargos serão de caráter honorífico, sem qualquer remuneração;

§ 2° Os mandatos dos membros da Delegacia deverão coincidir com o dos Conselheiros.

Art. 4º A Delegacia Regional terá uma secretaria como órgão de apoio.

§ 1º Os servidores da Delegacia de Sousa serão funcionários do CRM-PB e subordinados às normas de pessoal e gestão do Primeiro Secretário e Coordenador de Recursos Humanos.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º São atribuições da Segunda Delegacia Regional de Sousa:

Fiscalizar o exercício da Medicina;

Manter cadastro atualizado dos médicos da Região;

Atuar preventivamente, conscientizando às normas éticas e legais a que estão subordinados;

Estimular a criação de Comissões de ética nos hospitais de sua jurisdição;

Colaborar com as Comissões de Ética existentes, promovendo reuniões e debates;

Cumprir e fazer cumprir as determinações do CRM-PB;

Receber e encaminhar, devidamente informados, documentos e requerimentos dirigidos ao CRM-PB;

Comunicar ao Presidente do CRM-PB qualquer irregularidade ética no exercício da profissão, seja por denúncia, seja por conhecimento;

Proceder sindicância quando decididas pelo Presidente ou pelo Plenário do CRM-PB.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 6° São atribuições do Delegado Regional:
Superintender as atividades administrativas da Delegacia;
Representar a Delegacia Regional ou o Presidente do Conselho quando assim seja solicitado;
Presidir reuniões da Delegacia;
Apresentar relatório semestral das atividades da Delegacia, ou a qualquer momento quando solicitado pela Diretoria do CRM-PB;
Convocar membros substitutos, eventual ou definitivamente, entre os membros suplentes;
Indicar sindicância entre os membros efetivos da Delegacia e quando por solicitação do Conselho
Art. 7° São atribuições do Primeiro Secretário:
Substituir o Delegado Regional em seus impedimentos;
Secretariar as reuniões da Delegacia Regional;
Elaborar e remeter as correspondências da Delegacia;
Organizar o registro dos médicos em atividade na jurisdição da Delegacia Regional;
Redigir atas das atividades da Delegacia.
Art. 8° São atribuições do Segundo Secretário (Vogal):
Substituir o 1° Secretário em seus impedimentos;
Auxiliar o 1° Secretário;
Exercer as funções inerentes a Tesouraria;
Inventariar e organizar os bens patrimoniais da Delegacia;
Emitir guias para pagamento bancário;
Requisitar material para funcionamento da Delegacia.
CAPITULO III - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS
Art. 9° Ficam expressamente revogados os artigos 3°, 4°, 5°, 7° e 8° da Resolução CRM-PB n° 76/92, devendo esta ser interpretada à luz da Seção VIII do Regimento Interno do Conselho Regional de Medicina da Paraíba.
Art. 10° Os casos omissos nesta Resolução serão supridos pelo Regimento Interno do CRM-PB e pelo Plenário.
Art. 11° A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GONÇALVES DE MEDEIROS FILHO
Presidente do Conselho

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
1º Secretário

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 19, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão dos certificados Nutricionista 5 Estrelas e Equipe 5 Estrelas, e dá outras providências.

O Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei 6583/78 e Decreto nº 84444/80 e o disposto na Resolução CFN nº 356/2004; tendo em vista o que foi deliberado na 117ª Sessão Plenária, realizada no dia 30 de outubro de 2017; e Considerando a Lei 8234/1991, que regulamenta a profissão de nutricionista; Considerando as áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, definidas na Resolução CFN nº 380/2005; Considerando as atribuições do nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar, definidas na Resolução CFN nº 465/2010; Considerando os objetivos da Política Nacional de Fiscalização do Sistema CFN/CRN, aprovada pela Resolução CFN nº 527/2013, especialmente o de buscar de forma permanente a qualidade dos serviços relacionados à alimentação e nutrição; Considerando a prática do Sistema CFN/CRN de promover a constante valorização profissional; resolve:

Art.1º Criar os certificados "Nutricionista 5 Estrelas" e "Equipe 5 Estrelas" como comprovação e reconhecimento de excelência no desempenho.

Art.2º São critérios para a concessão dos certificados previstos no Art.1º: I - Realização de todas as atividades obrigatórias constantes do Roteiro de Visita Técnica (RVT), padronizado pelo CFN, específico para a área de atuação do profissional; II - Obtenção de "meta padrão" na avaliação de todos os indicadores qualitativos do RVT; III - Realização de todas as atividades complementares do RVT que dependam exclusivamente do nutricionista; §1º Só receberá o certificado previsto no Art. 1º o nutricionista que estiver com a inscrição em situação regular perante o CRN, sem débitos, fora do alcance de processo ético ou de infração; §2º A comprovação da realização das atribuições será feita em visita de orientação técnica do exercício profissional, realizada por agente de fiscalização.

Art. 3º A concessão dos certificados previstos no Art. 1º será solicitada ao Coordenador do Setor de Fiscalização pelo agente de fiscalização que tiver realizado a visita de orientação técnica do exercício profissional, mediante a apresentação dos relatórios gerados na visita.

Art. 4º Caberá ao Coordenador do Setor de Fiscalização avaliar os relatórios da visita de orientação técnica do exercício profissional e decidir pela concessão ou não do certificado.

Art. 5º A entrega dos certificados "Nutricionista 5 Estrelas" e "Equipe 5 Estrelas" será feita nas reuniões de entrega de carteiras de identidade profissional (reuniões de egressos) e/ou em eventos promovidos pelo CRN9. Parágrafo Único. Na impossibilidade de o profissional comparecer à reunião, o certificado será encaminhado via postal com aviso de recebimento.

Art. 6º A relação dos profissionais certificados será divulgada através dos meios de comunicação do CRN9.

Art. 7º Essa portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VIVIANE ADMUS NUNES PAIXÃO
Presidente do Conselho

MARINA MORENO WARDI
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 20ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe Sobre A Publicidade da Proposta Orçamentária do Exercício de 2018 do Conselho Regional de Educação Física da 20ª Região - CREF20/SE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 20ª REGIÃO - CREF20/SE, no uso de suas atribuições estatutárias, CONSIDERANDO os princípios constitucionais da moralidade, legalidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da CF/88; CONSIDERANDO os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal; CONSIDERANDO o disposto no art. 31, IX, do Estatuto do CREF20/SE; CONSIDERANDO a deliberação tomada em Reunião Plenária do CREF20/SE realizada em 26 de novembro de 2016, resolve:

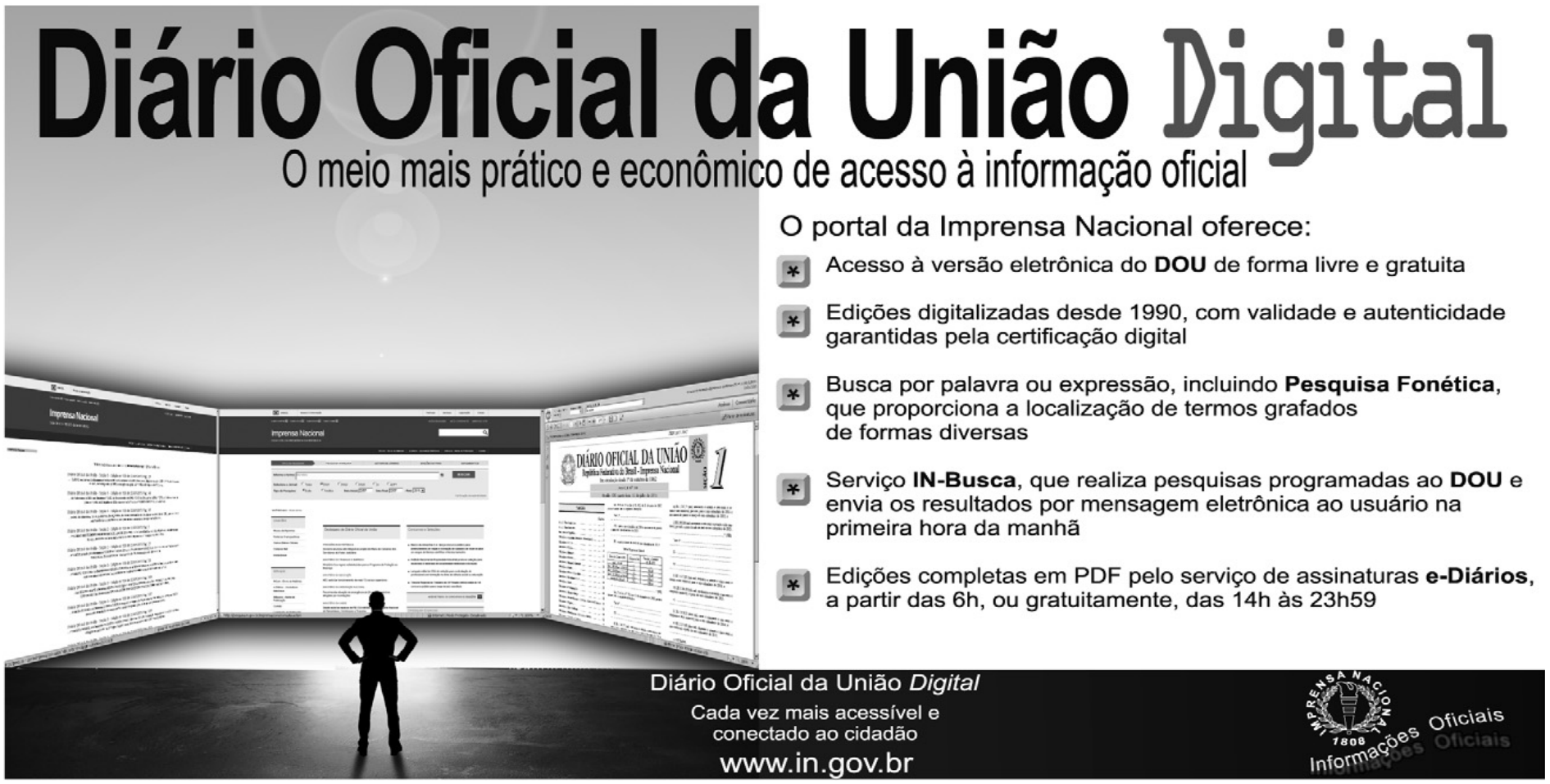
1º - Dar publicidade ao orçamento do CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 20ª REGIÃO - CREF20/SE, devidamente aprovado, para o exercício financeiro de 2018, que estima a receita em R$ 1.047.585,25 (Hum milhão, quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte cinco centavos) e fixa sua despesa em igual importância, conforme a Lei nº 4.320/1964.

Art. 2º - As receitas foram previstas observando o seguinte desdobramento.
RECEITA CORRENTE R$ 1.047.585,25
CONTRIBUIÇÕES R$ 861.674,78
EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS R$ 8.000,00
FINANCEIRAS R$ 107.583,47
TRANSFERÊNCIAS R$ 70.000,00
RECEITA DE CAPITAL R$ 650.000,00
TOTAL R$ 1.697.258,25

Art. 3º - As despesas foram fixadas em observância ao seguinte desdobramento:
DESPESA CORRENTE R$ 1.047.258,25
DESPESAS DE CAPITAL R$ 650.000,00
TOTAL R$ 1.697.258,25

Art. 4º - Para a abertura de créditos adicionais, conforme estabelecido no Título V da Lei Federal 4.230/64, será exigida, obrigatoriamente, a indicação das fontes de recursos, ficando o Presidente autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total deste orçamento. Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

GILSON DORIA LEITE FILHO





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122000144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.